

*“Maus tratos e protecção social de menores: Operacionalização e eficácia das medidas de protecção”*

Nazaré Varela.

Às nossas crianças.

A todas as crianças maltratadas do  
mundo.

## **Agradecimentos**

O presente trabalho de investigação é resultado da colaboração de um conjunto de pessoas às quais expresso o meu reconhecimento:

À minha orientadora da investigação, Professora Doutora Isabel Dias, por me ter capacitado para a realização deste trabalho, por meio das orientações, sugestões, do acompanhamento ao longo da sua realização.

A todos os entrevistados, nomeadamente, os Técnicos das Instituições de Acolhimento de Crianças e Jovens e dos Centros de Acolhimento Temporário, pelo carinho com que cada um me recebeu na sua instituição, pela colaboração durante a entrevista e disponibilidade.

Ao Procurador da República do Tribunal de Família e Menores do Porto, Dr. Matos Santa, pela colaboração e disponibilidade.

Aos responsáveis das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ), nomeadamente à Dr.<sup>a</sup> Cecília Bastos (CPCJ do Porto Central), Dr.<sup>a</sup> Rosinda Antunes (CPCJ de Matosinhos), Dr.<sup>a</sup> Dulce Guimarães (CPCJ do Porto Ocidental), pela colaboração, disponibilidade e pelos materiais de consulta facultados.

À Dr.<sup>a</sup> Cristina Vieira, responsável pela Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais (EMAT), do Instituto da Segurança Social do Distrito do Porto – Sector Promoção e Protecção, pela colaboração e pelos materiais facultados.

A todos aqueles que de forma directa ou indirecta colaboraram na realização deste trabalho de investigação.

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	7
 <b>CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DOS MAUS TRATOS.....</b>	<b>10</b>
1.1 Abordagem histórica dos maus tratos às crianças.....	10
1.2 Família e infância moderna.....	19
1.2.1 Construção da família moderna.....	19
1.2.1.1 As novas famílias .....	21
1.2.2 Infância moderna.....	23
1.3 O Direito e a criança: Emergência dos “direitos da criança”.....	26
 <b>CAPÍTULO II – MAUS TRATOS ÀS CRIANÇAS E JOVENS.....</b>	<b>30</b>
2.1 Definição de maus tratos infantis.....	30
2.2 Tipologias dos maus tratos.....	31
2.2.1 Negligência e abandono.....	32
2.2.2 Maus tratos físicos.....	32
2.2.3 Abuso sexual.....	33
2.2.4 Abuso emocional.....	34
2.3 Consequências dos maus tratos infantis.....	35
2.4 Factores etiológicos dos maus tratos: alguns modelos explicativos.....	37
 <b>CAPÍTULO III - MAUS TRATOS E PROTECÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL.....</b>	<b>42</b>
3.1 Maus tratos a crianças e jovens em Portugal: aspectos epidemiológicos.....	42
3.2 Protecção social de menores: sistema legal.....	47
3.2.1 Legitimidade e enquadramento da intervenção.....	50
3.2.2 Medidas de promoção dos direitos e de protecção.....	52
3.3 Entidades com competência em matéria de infância e juventude.....	56

3.3.1 As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.....	56
3.4 Problemática Teórica.....	59

## **CAPÍTULO IV - MAUS TRATOS ÀS CRIANÇAS E JOVENS: ESTUDO**

<b>EMPÍRICO .....</b>	<b>66</b>
4.1 Metodologia.....	66
4.2 Modelo de análise.....	70
4.2.1 Hipóteses teóricas.....	72
4.2.2 Desenho de pesquisa .....	75

## **CAPÍTULO V – RESULTADOS DO ESTUDO SOBRE OS MAUS TRATOS**

<b>ÀS CRIANÇAS E JOVENS .....</b>	<b>78</b>
5.1 Apresentação dos resultados.....	78

## **CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES E ORIENTAÇÕES .....**

<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>106</b>
---------------------------	------------

<b>ANEXOS.....</b>	<b>113</b>
Anexo I: Apresentação dos Guiões .....	114
Anexo II: Apresentação e análise das entrevistas .....	121
Anexo III: Relatos pessoais de situações de maus tratos de jovens institucionalizados.....	410

“A infância colorida que preenche o nosso imaginário, não chega a ser fantasia para as muitas crianças e adolescentes, que vivem no lado da vida pintada a tons de cinzento e preto. Nesta infância não há o colo, não há sonhos, não se brinca... não se tem opinião, nem voz, nem desejos ou necessidades. Aqui há ralhos, corpos usados, humilhações, terror, abandono. Não há sujeitos, há crianças-objecto das frustrações, das exigências, dos sonhos dos adultos”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> ALBERTO, I. M. M., *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004.

## INTRODUÇÃO

A elaboração do presente trabalho de investigação enquadra-se no âmbito do mestrado em Sociologia: Sociedade Portuguesa Contemporânea, Estruturas e Dinâmicas.

O tema escolhido, “*Maus tratos e protecção social de menores: Operacionalização e eficácia das medidas de protecção*” surge do assumir pessoal de que os maus tratos aos menores é uma realidade presente na nossa sociedade e que só o seu conhecimento em profundidade permite uma intervenção adequada no sentido da protecção de crianças e jovens.

Trata-se de uma realidade presente e que faz parte da própria história do homem e da vida humana, portanto, de uma realidade produzida e reproduzida ao longo das épocas, sob diferentes formas, nas sociedades. As suas diferentes formas, quer pela violência contra a integridade física (formas activas) ou pela privação, omissão ou negligência (formas mais passivas), leva-nos a adoptar uma noção abrangente de mau trato considerando que pode esconder estilos, contextos e processos maltratantes diversificados.

Sob várias formas, escondendo estilos, contextos e processos diferentes, a prática do mau trato ameaça multiplicar-se na era moderna, num contexto de vulgarização e afirmação da violência e de limitação dos Direitos do Homem e das Declarações Universais.

Nas produções literárias sobre a violência, parece consensual a ideia de que a sociedade moderna tem constituído um palco privilegiado para o exercício da violência, que tendo várias formas de materialização e prática, os maus-tratos e violência exercidos sobre as crianças são uma delas. Nas palavras de Ana Nunes, Isabel Maria e Helena Nunes de Almeida, “estamos, queira-se ou não, em plena era de vulgarização e afirmação da violência. A insegurança alastra; a criminalidade explode e organiza-se científica e empresarialmente a nível mundial; o acesso a meios de acção violenta (...) é cada vez mais fácil, mais individualizado e mais violento; e as respostas repressivas clássicas, à base de polícias, tribunais e prisões, revelam-se cada vez mais inúteis”<sup>2</sup>.

Da mesma forma, os estudos sobre a violência doméstica ou violência na família, apontam para o contexto familiar moderno como um lugar privilegiado da prática da violência. Nas palavras de Giddens, “a casa é, de facto, o lugar mais perigoso da sociedade moderna”<sup>3</sup>. Ainda, de acordo com o autor, “em termos estatísticos, seja qual for o sexo e a

---

<sup>2</sup> ALMEIDA, A. N.; ANDRÉ, I. M.; ALMEIDA, H. N., *Famílias e maus tratos às crianças em Portugal*. Relatório Final, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999, p. 9.

<sup>3</sup> GIDDENS, A., *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001, p. 196.

idade, uma pessoa estará mais sujeita à violência em casa do que numa rua à noite”<sup>4</sup>.

De acordo com estes estudos sobre a violência na família, o principal alvo da violência são as crianças. Nas palavras de Teixeira Fernandes, “A introdução e a intensificação da violência na família, tornam, assim, particularmente recorrente o fenómeno da infância maltratada”<sup>5</sup>.

No entanto, importa referir que a violência sob a forma de maus tratos a menores contradiz a norma da infância moderna assente não só na sua categoria etária mas também nos seus direitos. Contradiz também os princípios subjacentes à construção do Estado de direito e aos ideais de crescimento e desenvolvimento económico e social.

Estas considerações e as contradições que lhe são inerentes explicam a escolha deste tema. Esta escolha traduz-se, assim, na necessidade de conhecer melhor a problemática dos maus tratos praticados sobre menores bem como do sistema legal de protecção existente no nosso contexto social e das medidas concretas aplicadas na sua protecção.

A nível do mau trato, o seu estudo implica, antes de mais, procurar defini-lo, ou seja, saber o que ele é. A noção de mau trato e da violência exercida sobre as crianças, levanta algumas questões quanto à sua definição. Estas questões remetem para a consideração da perspectiva social e cultural na análise do mau trato e tem a ver com os diferentes níveis de abordagem de situações de maus tratos, teóricos e práticos, provenientes de análise psicológica, sociológica, jurídica e médica<sup>6</sup>.

A análise psicológica do mau trato realça particularmente as consequências psicológicas do mau trato na vítima. A análise sociológica, levanta aspectos de ordem cultural e chama a atenção para o sistema de valores, a forma de interpretar o universo e a vivência das pessoas. A nível jurídico, o que conta é a intencionalidade do autor e os outros factores constituem os agravantes relativamente à punição a atribuir ao autor do mau trato. Por sua vez, na análise médica, o mau trato infantil está directamente conotado com as sequelas que o organismo exhibe, relacionadas com a situação que as provocou.

Com efeito, estas análises afectam a tentativa de definição do mau trato, mas, ao mesmo tempo permitem uma riqueza na sua leitura. Torna-se, assim, importante delimitar o conceito de mau trato, de modo a tornar explícito o ponto de partida deste trabalho, com a clarificação do seu objecto de estudo. Essa clarificação passa por saber o que realmente deve ser considerado como uma situação de mau trato, algo que procuraremos responder ao longo

---

<sup>4</sup>Idem *Ibidem*, p. 196.

<sup>5</sup>FERNANDES, A. T., “A Sociologia e a Modernidade”, in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras*, nº 4, Porto, 1994, p. 46.

<sup>6</sup>ALBERTO, I. M. M., *op cit*, p. 17.



da investigação.

Só assim, será possível tentar responder a outras questões inerentes a esta investigação e que remetem, nomeadamente, para a protecção social de menores.

Neste sentido, a questão estruturante deste trabalho de investigação passa por saber se as medidas existentes e operacionalizadas na protecção dos menores respondem de forma eficaz às situações de maus tratos existentes. A questão de partida, assim estruturada, será o caminho para o conhecimento das duas realidades: maus tratos praticados a menores e medidas de protecção existentes e aplicadas na sua protecção.

O estudo comporta, deste modo, dois momentos de investigação centrados em dois grupos diferentes:

O primeiro momento de investigação é direccionado às instituições ou centros de acolhimento de crianças e jovens (grupo I) e visa essencialmente recolher informações sobre o mau trato. Portanto, neste grupo o objectivo principal será conhecer o mau trato por meio de uma abordagem centrada na criança maltratada que permita fazer a sua caracterização, conhecer as modalidades de maus tratos de que é vítima, conhecer a sua situação familiar tendo em conta o seu tipo de família, o local onde esses maus tratos ocorrem e os factores que estão na sua origem.

O segundo momento de investigação direcciona-se às entidades responsáveis e ou envolvidas na protecção de menores (grupo II) e visa conhecer o sistema de protecção social de menores, existente em Portugal. Pretende-se adquirir esse conhecimento através da recolha de informações sobre a definição legal da criança maltratada, os critérios determinantes na intervenção e as dificuldades e/ou limitações existentes na protecção de menores e as medidas de protecção existentes e aplicadas na protecção de crianças e jovens.

O conhecimento da avaliação que todos os entrevistados fazem do modelo de protecção social de menores existente, é também importante na análise do sistema de protecção social de menores em Portugal e permite concluir a investigação.

# CAPÍTULO I

## ENQUADRAMENTO TEÓRICO DOS MAUS TRATOS

### 1.1 Abordagem histórica dos maus tratos às crianças

A consideração da perspectiva histórica dos maus tratos praticados a crianças, surge, nesta investigação, na sequência do que foi dito ao nível da introdução, sobre tratar-se de uma realidade que faz parte da própria história do homem.

Embora ainda muito presente na actualidade, o mau trato é, portanto, uma realidade antiga, sobre a qual encontramos vários estudos e investigações que nos permitem conhecer a sua história e, a partir desse conhecimento, compreender melhor a sua prática na actualidade.

A prática do infanticídio aparece ao longo da história intimamente ligada ao aparecimento da civilização humana. Monteiro, fazendo referência a De Mause, mostra que as manifestações de impulso filicidas da parte dos pais são maiores à medida que se retrocede na história<sup>7</sup>. O infanticídio constitui uma prática exercida desde a mais remota antiguidade, em todas as culturas orientais e ocidentais que não só foi socialmente aceite, como foi considerada legítima, tendo-se tornado, em muitas situações obrigatória. Foi utilizado como método de eliminação de recém-nascidos com mal formações congénitas, fracos ou prematuros e prática comum em algumas famílias reais<sup>8</sup>.

Na *República* de Platão<sup>9</sup>, há médicos e juizes para cuidar dos cidadãos bem constituídos de corpo e alma; quanto aos outros que têm um corpo enfermo, devem morrer juntamente com os que têm a alma perversa por natureza e incorrigível. É melhor para os próprios doentes e para a cidade.

Em Esparta, todo o recém-nascido era submetido ao Conselho dos Idosos. Este decidia se um recém-nascido podia viver ou devia morrer, para que a cidade não tivesse cidadãos doentes. Se fosse julgado inútil, era abandonado no cimo da montanha para alimento dos animais<sup>10</sup>.

Em Roma, uma lei atribuída a Romulus, seu lendário fundador e primeiro rei,

---

<sup>7</sup> DE MAUSE, “The evolution of childhood” - *Foundations of Psychohistory*, New York, Creative Roots, 1982, in MONTEIRO, A. R., *A revolução dos direitos da criança*, Campo das Letras, Porto, 2002.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>9</sup> PLATÃO, *La République* (introduction, traduction et notes par Robert Baccou), GF – Flammarion, Paris, IV a.c, p. 510, in MONTEIRO, A. R., *op cit*.

<sup>10</sup> GALLARDO, J. A., “Evolução histórica dos maus tratos infantis”, in GALLARDO, J. A., ed. *Maus tratos às crianças*, Porto Editora, Porto, 1994, p. 15-24.

“obrigava os pais a “educar” todos os rapazes e a primeira filha a vir ao mundo, mas admitia uma excepção para os recém-nascidos disformes ou monstruosos. Esses deviam ser mortos depois de terem sido examinados por cinco vizinhos”<sup>11</sup>.

Na nossa era, tal como nos relata Néraudau, um pensador filósofo de nome Séneca escreveu: “Abatem os cães raivosos (...) afogamos mesmo as crianças, quando nascem débeis e anormais”<sup>12</sup>.

Os motivos do infanticídio eram diversos e, segundo De Mause, são de destacar a pobreza, o medo perante a monstruosidade, os ritos, mas também o egoísmo. Associada a estas razões, existia a forte convicção de que os pais eram os proprietários dos filhos com poder absoluto sobre eles. Aristóteles<sup>13</sup>, por exemplo, advogava que o filho, tal como o escravo, era propriedade dos pais pelo que nada do que se fizesse com ele seria injusto, por não poder haver injustiça com a propriedade do próprio.

As formas que esta prática assumia, eram igualmente diversas: asfixia (no leito dos pais, por exemplo), estrangulamento, afogamento (nomeadamente em rios), encerramento em recipientes, enterramento, sacrifícios rituais, abandono ou exposição (para alimento das aves ou outros animais), mas também, o emparedamento de crianças em murros ou o seu enterro nas argamassas, edifícios ou pontes, para reforçar a estrutura, o que também era frequente, segundo De Mause, desde a construção das muralhas de Jericó até ao ano 1843, na Alemanha<sup>14</sup>.

Outra forma que o infanticídio assumia era o abandono ou exposição. O abandono de crianças nos caminhos, expondo-as às aves e aos animais selvagens e servindo-lhes, assim, de alimento, era frequente. Podiam, também, ser misericordiosamente abandonadas em sítios onde pudessem facilmente ser encontradas e recolhidas.

Mas, segundo De Mause, a forma mais extrema e mais antiga de abandono é a venda directa das crianças. A venda de crianças constituiu uma prática legal na época babilónica e foi normal em muitas nações na Antiguidade<sup>15</sup>. Quando não assumia esta forma extrema, o abandono dava-se de forma institucionalizado pela entrega das crianças a amas de criação sendo frequente o recurso a amas com residência distante. Muitos recém-nascidos não aguentavam a viagem: alguns caíam dos cestos onde eram carregadas, sem que os transportadores disso se apercebessem, outras eram mortas por cães quando estes pousavam

---

<sup>11</sup> NÉRAUDAU, J. P., *Être enfant à Rome*, Paris, 1984, p. 436.

<sup>12</sup> Idem, *ibidem*, p. 190.

<sup>13</sup> ARISTOTE, *Les Politiques*, séc. IV a.c, in MONTEIRO, A. R., *A revolução dos direitos da criança*, Campo das Letras, Porto, 2002.

<sup>14</sup> DE MAUSE, *op cit.* .

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*.

o cesto para descansar, beber, comer ou satisfazer outra necessidade. Das que chegavam às amas, muitas morriam sem nunca terem visto o rosto da mãe, por subnutrição, dadas as condições precárias das amas, ou mesmo por maus tratos. Por isso, entregar as crianças a tais amas era, segundo Badinter, um infanticídio disfarçado<sup>16</sup>.

O abandono era sobretudo de filhos ilegítimos. Eram vítimas de abandono, mas também do desaparecimento à mão de enfermeiras contratadas para o efeito, vendidos como escravos, utilizados como mão-de-obra barata ou oferecidos a famílias mais abastadas, como criados, em troca de favores<sup>17</sup>. A prática do infanticídio era comum, mas também, a imposição do castigo físico, como meio necessário e indispensável para impor e manter a disciplina, para adquirir regras de educação e até para expulsar espíritos malignos.

O abuso sexual também era prática comum. Tanto em Roma como na Grécia, era aceite que os adultos usassem sexualmente as crianças e jovens, existindo casas de prostituição específicas. Na Babilónia, era comum o uso de crianças, nos templos, para a prostituição<sup>18</sup>.

Na história dos maus tratos praticados às crianças são de referir, igualmente, os momentos marcados por vozes que se levantaram no sentido da sua defesa e protecção. Platão, por exemplo, embora fosse partidário do abandono dos inválidos e dos deficientes e concordasse com a prática do infanticídio, chamou a atenção dos professores para a importância do ensino ser ministrado sem castigos<sup>19</sup>. Na Mesopotâmia, gregos e romanos criaram instituições para os órfãos onde se defendia um tratamento menos severo das crianças.

Começam a surgir instituições com o fim de proteger e educar a criança impondo limitações à prática do castigo físico.

O aparecimento do cristianismo provocou também uma mudança fundamental da atitude das pessoas para com os mais débeis. O Imperador Constantino, autor da primeira lei contra o infanticídio, influenciou muito o percurso histórico da questão da violência e abuso exercidos sobre a criança através do reconhecimento dos seus direitos<sup>20</sup>.

---

<sup>16</sup> BADINTER, E., *L'amour en plus – Histoire de l'amour maternel*, Flammarion, Paris, (XVIII – XX siècle) (Trad. Em Relógio d'Água), 1980, p. 373, in MONTEIRO, A. R., *A revolução dos direitos da criança*, Campo das Letras, Porto, 2002.

<sup>17</sup> DE MAUSE, *op cit*.

<sup>18</sup> OCHOTORENA, J. P., MADRIAGA, M. I., *Factores predictores del maltrato infantil: rechazo materno y problemas de conducta en el niño*, s/d, in ALBERTO, I. M. M., *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, p. 36.

<sup>19</sup> Idem, *ibídem*.

<sup>20</sup> DÍAZ, HUERTAS, J. A., “El maltrato infantil en la historia”, in, *Niños maltratados*, Ediciones Díaz de Santos, Madrid, 1997.

Em 374, uma lei dos Imperadores Valentiniano, Valério e Graciano estabeleceu que, se um homem ou uma mulher cometem o crime abominável de matar uma criança, “será considerado um crime capital”<sup>21</sup>.

Durante a segunda metade do século XVIII, Rousseau<sup>22</sup>, precursor da psicologia infantil, defendeu o fim do castigo corporal alegando que as crianças eram inocentes até serem corrompidas pela sociedade. Declarou a criança como um ser com valor próprio e digna de respeito, com direitos e múltiplas capacidades, considerando impreterível o conhecimento de suas necessidades. Destes direitos fazia parte o direito a não ser fisicamente punida. Segundo Badinter, a influência de Rousseau foi decisiva para a viragem da indiferença para com as crianças e para o advento da criança como “rainha”<sup>23</sup>.

Concomitantemente, ao longo do século XIX, começam a aparecer as primeiras referências a maus tratos em revistas científicas<sup>24</sup>. Aqui, destacam-se personalidades ligadas ou não à medicina que, ao longo dos tempos foram legando testemunhos ou conhecimentos indispensáveis à identificação e compreensão dos maus-tratos. Foi graças à sua persistente investigação que se foi fazendo a história dos maus-tratos infantis.

O primeiro artigo médico que foca o problema dos maus-tratos infantis foi publicado em 1860 por Tardieu<sup>25</sup>, professor de Medicina Legal em Paris. Não só foram relatados os resultados de 32 autópsias realizadas em crianças com menos de cinco anos que tinham sofrido morte violenta, como já se chamou a atenção para a provável agressão por parte dos pais. Foram descritas as lesões cutâneas, ósseas e cerebrais, apontadas as causas, alguns factores fisiopatológicos e, ainda, a discrepância entre as lesões que as crianças apresentavam e a história relatada pelos pais. Pode afirmar-se que Tardieu foi, na comunidade científica, a primeira pessoa a fazer referência à síndrome que, uns anos mais tarde veio a ser baptizada por síndrome da criança batida.

Na história da criança maltratada merece particular realce o célebre caso de Mary Ellen, ocorrido nos EUA, em 1874. Tratava-se de uma criança de nove anos que foi descoberta enclausurada em casa, amarrada, com malnutrição severa e sinais de agressão física. Teve a particularidade de ter sido resolvido com a ajuda da American Society for the Prevention of Cruelty to Animals (ASPCA), fundada em 1866, com base no argumento de a

<sup>21</sup> NÉRAUDAU, J. P., *op cit*, p. 192.

<sup>22</sup> ROUSSEAU, J. J., *Émile ou de l'éducation*, Garnier-Flammarion, 1762.

<sup>23</sup> BADINTER, E., *op cit*.

<sup>24</sup> ALMEIDA, A. N.; ANDRÉ, I. M.; ALMEIDA, H. N., *op cit*, p. 25.

<sup>25</sup> TARDIEU, A., *Étude médico-legale sur les sévices et mauvais traitements exercés sur des enfants*, Ann Hyg Publ Med Leg, 1860, p. 13: 361-398, in ALMEIDA, A. N.; ANDRÉ, I. M.; ALMEIDA, H. N., *op cit*, p. 25 e segs.

criança também fazer parte do reino animal! Isto porque não existia nenhuma associação congénere em prol da criança e tinham falhado todos os apelos dirigidos à polícia, a entidades judiciais e a instituições de caridade<sup>26</sup>.

Apenas em 1939, o problema foi seriamente retomado pelo radiologista pediatra John Caffey<sup>27</sup>. Nesta data, este autor publicou um primeiro artigo em que dissertou sobre a inespecificidade e dificuldade diagnóstica dos sinais radiológicos da sífilis no esqueleto de crianças pequenas, alguns dos quais viria a constatar mais tarde terem uma causa diferente. Assim, em 1946, quando descreve a associação de hematomas sulfurais com fracturas múltiplas de ossos longos em seis crianças, defende a sua origem traumática. Embora referisse como causa desta associação um traumatismo de origem desconhecida, estaria convencido de que estas crianças seriam vítimas de agressão intencional.

As décadas seguintes são férteis em publicações e discussões que se traduzem na aquisição de conhecimentos relevantes para a compreensão da problemática. Silverman<sup>28</sup>, por exemplo, em 1953, colocou a hipótese de serem os pais os responsáveis pelas múltiplas fracturas, por negligência, descuido ou mesmo por agressão deliberada. As suas declarações despertaram, nos EUA, o interesse de um grande número de autores para o estudo da extensão deste problema.

No entanto, foi Kempe<sup>29</sup>, pediatra norte-americano que, a partir da década de 50, dá um avanço decisivo à denúncia destas situações. Em 1961, aproveitando a sua qualidade de presidente da Associação Americana de Pediatria, Kempe incluía a sua comunicação no programa da reunião desse ano, em Chicago. Precisa, no entanto, de um título suficientemente apelativo. Nasce, deste modo, *The Battered Child Syndrom*. Este trabalho teve um forte impacto na imprensa e contribuiu para a sensibilização da opinião pública e da comunidade técnico-científica, relativamente a estes casos.

Em 1962, foi publicado no *Journal of the American Medical Association – The Battered Child Syndrome*<sup>30</sup> que Kempe define como uma situação em que as crianças pequenas receberam agressões físicas graves, geralmente provocadas pelos pais ou seus

---

<sup>26</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>27</sup> CAFFEY, J., *Syphilis of the skeleton in early infancy: the inespecifity of many of the roentgenographic changes*, Roentgen, 1939, p. 637-655, in CANHA, JENI, *Criança maltratada: O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação*, Estudo prospectivo de 5 anos, Quarteto Editora, Coimbra, 2000.

<sup>28</sup> SILVERMAN, F. N., *The roentgen manifestations of unrecognized skeletal trauma in infants*, Am J. Roentgenol, 1953, in CANHA, JENI, *Criança maltratada: O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação*, Estudo prospectivo de 5 anos, Quarteto Editora, Coimbra, 2000.

<sup>29</sup> KEMPE, C. H.; SILVERMAN, F. N.; STEELE, B., *The battered chil syndrome*, Jama, 1962, in CANHA, JENI, *Criança maltratada: O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação*, Estudo prospectivo de 5 anos, Quarteto Editora, Coimbra, 2000.

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*.

substitutos. Este passará a ser artigo de referência na história da criança maltratada. Não foi apenas o título que o tornou diferente. Na verdade, o artigo traduz uma grande maturidade de conhecimentos sobre o assunto, não se limitando a dar uma definição, mas descrevendo os factores de risco, a fisiopatologia, as manifestações clínicas, os diferentes tipos de maus-tratos, as manifestações radiológicas e enumerando os dados que devem fazer evocar o seu diagnóstico.

A principal diferença relativamente aos trabalhos anteriores reside, sobretudo, na visão global do problema, no conhecimento da necessidade de uma equipa multidisciplinar que integre pediatras responsáveis e experientes para a orientação da criança e do seu afastamento temporário dos pais tendo em vista a sua protecção. Reconheceu, ainda, os riscos de recorrência e de morte. Estes foram os dados inovadores e, até hoje, verdadeiros e inquestionáveis.

A realidade rapidamente veio mostrar que outros tipos de violência exercidos sobre a criança não estavam abrangidos pela definição de criança batida. Em 1963 Fontana<sup>31</sup> introduz o conceito de criança maltratada, incluindo não só a violência física mas, também, a violência emocional e a negligência. Neste conceito mais abrangente, estão englobados todos os tipos de maus-tratos, em cuja escala, a negligência constituiria o seu grau *minor* e a criança batida o grau *major*.

Mais recentemente, Meadow, em 1989, considera que uma criança é maltratada quando “o seu tratamento pelo adulto é considerado inaceitável para uma determinada cultura, numa determinada época”<sup>32</sup>. Cultura e época, aparecem, assim, como duas condições importantes pois, como se sabe, as crianças são tratadas de modo diverso consoante as épocas, nos diferentes países ou regiões, segundo diferentes conceitos culturais ou religiosos. No entanto, só poderão ser consideradas válidas e aceites se não resultarem danos para a criança.

Do terreno estritamente médico, que permitiu a sua identidade, legitimidade e credibilidade, a questão dos maus tratos exercidos sobre as crianças ganha terreno noutros campos profissionais. Passa a ser equacionado em perspectivas cada vez mais amplas, socio-jurídicas e socioculturais<sup>33</sup>, chamando a atenção para a necessidade para a

---

<sup>31</sup> FONTANA, V. J.; DONOVAN, D.; WONG, R. J., *The maltreatment syndrome in children*, 1963, in MAGALHÃES, T., *Maus tratos em crianças e jovens*, Quarteto Editora, Coimbra, 2005.

<sup>32</sup> MEADOW, R., “Epidemiology”, in MEADOW, R., ed. *ABC of Child Abuse*, London, 1989, p. 1-4.

<sup>33</sup> SOMERHAUSEN, C., “Les enfants maltraités. Approche sociologique du phénomène” in *Revue de l’Institut de Sociologie* (1-2), 1984, p. 199-212.

contextualização da relação estabelecida entre o adulto e a criança.

A nível internacional têm-se desenvolvido esforços conjuntos para um maior conhecimento do fenómeno e tem-se procurado adoptar medidas de protecção de crianças e estratégias de prevenção de situações de risco<sup>34</sup>.

Em Portugal, a questão dos maus tratos à criança, apesar de já debatida em 1911, foi em definitivo trazido à luz pública durante a década de 80<sup>35</sup>. Surgem estudos mais aprofundados sobre o tema por influência do reconhecimento das Convenções Internacionais sobre os Direitos da Criança.

Passou a ser objecto de preocupação da comunidade pediátrica que, naturalmente, organizam as primeiras reuniões e discussões, bem como a divulgação do tema à restante comunidade científica e à sociedade. De destacar o trabalho de interligação que se estabeleceu entre a secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria. Por sua iniciativa se realizou em Lisboa, em 1986, a primeira grande reunião subordinada ao tema da criança maltratada. Nesta reunião foram abordadas as perspectivas médica, social, psicológica, sociológica e judicial. As comunicações e as conclusões desse simpósio foram compiladas em livro intitulado Criança Maltratada – editado pela secção de Pediatria Social da Sociedade Portuguesa de Pediatria, em 1987.

Em 1986 foi realizado o primeiro estudo epidemiológico português por Fausto Amaro<sup>36</sup>. Este estudo constitui, na verdade, a primeira tentativa de abordagem sociológica dos maus tratos às crianças em Portugal. De acordo com este estudo, existiriam em Portugal cerca de 20 mil crianças maltratadas e negligenciadas em 1985, e os tipos de maus tratos eram, nomeadamente, a negligência com 48% do total dos casos os maus tratos psíquicos com 31-36%, os maus tratos físicos com 16-21% dos casos<sup>37</sup>.

A nível da intervenção, ao longo da década de 80 assiste-se a criação dos primeiros Núcleos de Apoio à Criança (NAC) maltratada no Hospital Pediátrico de Coimbra e no Hospital de Santa Maria, em Lisboa<sup>38</sup>.

Em 1983, cria-se o Instituto de Apoio à Criança (IAC) que tem como principal missão contribuir para o desenvolvimento integral da criança, por meio da defesa e promoção dos seus direitos. Este cria, em 1988, a linha telefónica *SOS Criança* que permite a denúncia da

---

<sup>34</sup> SOARES, N., *Outras infâncias... a situação das crianças atendidas numa Comissão de Protecção de Menores* (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica), Instituto de Estudos da Criança, Braga, 1998.

<sup>35</sup> MAGALHÃES, T., *Maus tratos em crianças e jovens*, Quarteto Editora, Coimbra, 2005.

<sup>36</sup> AMARO, F., *Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando mendicância*, CEJ, (2), Lisboa, 1986.

<sup>37</sup> AMARO, F., “Aspectos socioculturais dos maus tratos e negligência de crianças em Portugal” in *Revista portuguesa de pediatria* (20), 1989, p. 323-326.

<sup>38</sup> ALBERTO, I. M. M., *op cit*, p. 145.



violação dos direitos da criança.

Em 1996, foi criada uma Comissão Nacional dos Direitos da Criança pelo Gabinete da Alta Comissária para as Questões da Promoção da Igualdade e da Família<sup>39</sup>.

Em 1991, foram criadas as Comissões de Protecção de Menores, instituições oficiais (não judiciárias) com sede nas autarquias locais, integrados por representantes dos tribunais, técnicos do serviço social, médicos e elementos da autarquia e da comunidade. Têm poder de intervenção sobre indivíduos até aos 18 anos de idade, desde que estes estejam envolvidos em situações de abuso, “abandono, desamparo” ou ainda junto daqueles cuja saúde, segurança, educação ou moralidade estejam em risco”<sup>40</sup>.

Em 1999 foi criada a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2001), que substitui as Comissões de Protecção de Menores pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Em nota de conclusão, a perspectiva histórica dos maus tratos às crianças, dá-nos, assim, os dados para um conhecimento mais abrangente da problemática dos maus tratos, pelas formas que esta prática assumiu no passado e pelas razões e circunstâncias que lhe estiveram na origem.

Ficamos a saber que o acto de maltratar as crianças não é novo, nem característica que distinga a nossa sociedade de outras no passado. Por razões e circunstâncias diversas, esta prática foi sendo perpetuada em todas as sociedades.

As diferenças relativamente ao passado estão relacionadas com as novas formas de maltratar as crianças, ou seja, o aperfeiçoamento de outras modalidades de abuso ou negligência e com os efeitos devastadores que esta prática pode vir a ter sobre as suas vítimas.

Estas diferenças têm levado investigadores a procurarem uma definição mais abrangente do fenómeno que tenha em conta uma maior globalização das situações possíveis de serem integradas na designação de mau trato. Importa, porém, que tais situações sejam consideradas tendo em conta a cultura e a época em que têm lugar.

Neste seguimento, encontramos hoje, na literatura, definições de maus tratos com esse carácter abrangente, que procuram considerar todas as situações possíveis de maus tratos. Teresa Magalhães, por exemplo, define maus tratos como “qualquer forma de tratamento físico e (ou) emocional, não accidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre as crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação

---

<sup>39</sup> Despacho de 30 de Dezembro, publicado no Diário da República, II Série.

<sup>40</sup> SOARES, N., *op.cit.*, p. 136 e segs.

de responsabilidade, confiança e (ou) poder”. Ainda, de acordo com a mesma autora, “Podem manifestar-se por comportamentos activos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e (ou) afectos). Pela maneira reiterada como acontecem, privam o menor dos seus direitos e liberdades, ... da sua saúde, desenvolvimento (físico, psicológico e social) e (ou) dignidade”<sup>41</sup>.

Esta definição traduz, de certa forma, a evolução histórica na atitude face à criança, que remete para a consideração das suas necessidades específicas bem como para os seus direitos como cidadãos. Portanto, a concepção de criança-objecto, propriedade dos adultos dá lugar a uma nova concepção, a de criança enquanto sujeito de direitos. Esta evolução continua a permitir, no entanto, situações de abuso à criança e, tal como refere Alberto, “as estruturas socioculturais actuais ainda suportam várias formas de mau trato infantil, aceitando-as como modos de educação e de interacção adulto-criança”<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> MAGALHÃES, T., *op cit*, p.33.

<sup>42</sup> ALBERTO, I. M. M., *op cit*, p. 29-30.

## 1.2 Família e infância modernas

### 1.2.1 Construção da família moderna

Este ponto visa conhecer o processo de construção da família moderna, as condições em que ela se desenvolve, as suas características principais e as diferentes formas familiares para, assim, compreendermos o lugar que a criança ocupa no seu interior.

Pretende-se com este conhecimento a compreensão, na medida do possível, do paradoxo referenciado na introdução e que remete para a consideração do contexto familiar moderno como espaço de afeição, companheirismo e afecto entre os seus membros, não obstante ser também um lugar propenso ao exercício da violência. Este constitui, portanto, o “lado sombrio” da vida familiar moderna que contrasta as imagens cor-de-rosa de harmonia que frequentemente lhe é atribuída por anúncios publicitários e outros meios de comunicação<sup>43</sup>.

A família moderna enquanto construção das sociedades modernas, afirma-se em oposição à família tradicional do antigo regime. A industrialização é um factor importante a ter em conta no processo de transformação da família.

Tal como Tilly e Scott<sup>44</sup> observam, a industrialização é um fenómeno histórico-social complexo, que inclui (quer) o sistema de fábrica e o trabalho assalariado; (quer) os processos de urbanização; (quer) as inovações tecnológicas no campo da produção; (quer) a criação de novos grupos ou classes sociais; (quer) os fenómenos demográficos de amplas dimensões, como as migrações do campo para a cidade, a explosão demográfica, etc.. Portanto, os efeitos da industrialização sobre a estrutura da população dão-se a vários níveis, produzindo efeitos sobre a família.

Verificam-se alterações no trabalho e nos modos de produção das famílias ditas tradicionais, que se reflectem nos seus modos de organização familiar. Aumentam os casos de economia familiar mista, com alguns membros a trabalharem nas fábricas, enquanto outros permanecem no campo. Nas palavras de Saraceno e Naldini, “são predominantemente os homens adultos e jovens de ambos os sexos que se tornam trabalhadores fabris, enquanto as crianças, as mulheres com encargos familiares e os velhos se situam mais na área do trabalho agrícola, ao domicílio, dos mil e um serviços informais que sustentam a vida urbana e o

---

<sup>43</sup> ALMEIDA, A. N.; ANDRÉ, I. M.; ALMEIDA, H. N., *op cit*.

<sup>44</sup> TILLY, L.; SCOTT, J., “Donne, lavoro e famiglia”, Bari, De Donato, 1981, in SARACENO, CHIARA; NALDINI, MANUELA, *Sociologia da família*, Estampa, Lisboa, 2003, 25-50.

trabalho fabril”<sup>45</sup>. É precisamente desta nova divisão do trabalho que emerge a separação do espaço doméstico do espaço laboral.

Por conseguinte, alteram-se as relações familiares geracionais como também mudam as possibilidades de controlo familiar sobre a sua própria força de trabalho. A introdução das máquinas transforma o modo de produção dos artesãos e dos demais trabalhadores – passa-se de uma produção familiar, na maior parte dos casos de subsistência, para uma produção em massa com fins lucrativos.

A nível da estrutura familiar, a industrialização teve um papel essencial: favoreceu o nascimento da família conjugal-nuclear, no Ocidente capitalista europeu, permitindo depois a sua exportação para outras culturas.

Antes da industrialização e do surto de urbanismo a família tradicional vivia no campo e agrupava, não raramente três gerações. Apesar desta tendência, não se pode dizer que em todas as sociedades tradicionais, anterior à industrialização, predominasse por toda a parte a família múltipla de três gerações<sup>46</sup>. Sobre esta matéria, estudos<sup>47</sup> (nomeadamente os desenvolvidos no âmbito da sociologia da família) revelam que a família nuclear como estrutura da convivência familiar esteve presente ao longo de vários séculos, antes da industrialização, em várias regiões da Europa, não sendo possível traçar uma relação linear entre industrialização e (a) nuclearização da família. Porém, não há dúvidas que este tipo de convivência familiar se difundiu com o processo de industrialização<sup>48</sup>.

Para Parsons<sup>49</sup>, a industrialização requer uma dissolução dos laços de parentesco mais distantes e a redução do grupo doméstico a uma forma nuclear, comportando, na maior parte das vezes um único membro economicamente activo, o marido. Relações de parentesco e relações económicas são considerados como princípios ou estruturas incompatíveis. A instauração de processos de produção industrial só poderia ser levada a cabo destruindo as estruturas de parentesco e, mais geralmente, as estruturas sociais locais.

Com a nuclearização da família começa-se a assistir a uma alteração nas funções da família e até na sua definição: esta privilegia agora as relações afectivas que se desenvolvem no seu interior, ao contrário da definição que privilegiava o orçamento comum como elemento identificador de uma família.

---

<sup>45</sup> SARACENO, C.; NALDINI, M., *op cit*, p. 49.

<sup>46</sup> Idem, *ibidem* p. 35.

<sup>47</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>48</sup> Idem, *ibidem*, p. 46.

<sup>49</sup> PARSONS, T.; BALES, R. F., “Famiglia e socializzazione and interaction Process”, Mondadori, Milano, 1974, in GIDDENS, A., *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001, p. 177.

A alteração da família tradicional deveu-se também a outros factores: transformações decorridas ao longo dos séculos XVII e XX, que foram nomeadamente, a diminuição da frequência e da intensidade das crises de mortalidade provocadas pelas epidemias (que matava muita gente antes de chegarem a velhos e muitas vezes mesmo antes de se tornarem adultos).

Por outro lado a queda da taxa de fecundidade, a “recomposição” dos laços sociais e familiares dão lugar a outros equilíbrios familiares também eles articulados com novos contextos económicos.

Ao tipo de família, sem dúvida, dominante até a década de 60, de lar nuclear, encarnado na categoria “casais com filhos”, sucedeu uma diversidade dos tipos co-residenciais: aumento das pessoas que vivem sozinhas (sejam jovens solteiros, sejam indivíduos idosos solteiros ou viúvos), aumento do número de casais sem filhos (correspondendo aos casais jovens que retardam o momento de nascimento do primeiro filho ou aos casais cujos filhos já deixaram o lar), aumento muito forte do número de famílias monoparentais e recompostas.

#### **1.2.1.1 As novas famílias**

As estruturas familiares estão pois a transformar-se profundamente, em ligação directa com as alterações conhecidas pela instituição matrimonial e as estruturas monoparentais e recompostas singularizam-se nos últimos anos.

Quanto às primeiras, o termo designa hoje lares que têm à sua cabeça não duas pessoas de sexo oposto mas uma só, com filhos a cargo. Este grupo doméstico não é novo, senão pela sua difusão e pelo peso ideológico que em si transporta.

Existem casos na história de viúvas e de mães solteiras com filhos a cargo que, segundo Saraceno e Naldini<sup>50</sup>, traduziam a instabilidade das estruturas familiares no passado. Marcadas pelas epidemias e a escassez, as altas taxas de mortalidade eram constantes e, davam origem à viuvez, condição de orfandade, novos casamentos, etc.

Foi preciso, por um lado encontrar-lhe um nome e, por outro lado, conseguir contabilizá-lo. Uma vez encontrado um nome, conseguiu-se contabilizar esta configuração familiar. Segundo Giddens, os agregados monoparentais têm-se tornado cada vez mais comuns nas últimas três décadas. Segundo o autor, “mais de vinte por cento das crianças dependentes vivem actualmente em agregados monoparentais”<sup>51</sup>, sendo noventa por cento encabeçados por mulheres. De acordo com o mesmo autor, sessenta por cento destas famílias

---

<sup>50</sup> SARACENO, C.; NALDINI, M., *op cit*, p. 41.

<sup>51</sup> GIDDENS, A., *op cit*, p. 183.

são produzidas por divórcio ou separação.

As famílias recompostas, por sua vez, são definidas como famílias em que pelo menos um dos adultos tem filhos de um dos anteriores matrimónios.

A família recomposta designa, assim, a situação pós-divórcio, quando o casal se encontra multiplicado por dois, dispondo então os filhos de dois lares de referência, aquele onde residem com o progenitor dito “isolado” e aquele onde reside o outro progenitor. Após o divórcio, um ou ambos os cônjuges poderão eventualmente voltar a casar-se ou coabitar sem matrimónio legal com um novo companheiro.

Estes grupos domésticos, que inovam profundamente no domínio do social são de apreensão ainda mais difícil. Tenta-se compreendê-los através das estatísticas dos filhos de divorciados ou dos reconsórcios de indivíduos divorciados já com filhos.

A família recomposta caracteriza-se por uma abundância de “pais”. Os papéis sociais ligados às posições parentais ficam de súbito repartidos por diversas pessoas. A criança já não tem apenas um pai, mas sim dois, um pai biológico e um pai social. Se os contos antigos estão cheios de histórias de madrastas, a situação contemporânea põe em evidência a presença do padrasto.

Portanto, o exame das novas categorias das formas de grupos domésticos introduz hoje, talvez mesmo mais facilmente que nos tempos do predomínio do lar nuclear, as noções de relações de parentesco e de redes familiares.

Em Portugal, estudos (nomeadamente o estudo sobre famílias e maus tratos às crianças em Portugal)<sup>52</sup> revelam que a maioria das crianças vive em famílias compostas por um casal com filhos, sendo no entanto, bastante significativa a percentagem das que residem em famílias complexas ou alargadas. De acordo com os mesmos, verifica-se que, apesar da prevalência de um padrão nuclear clássico, deve ter-se em conta que um número crescente dos agregados familiares, em Portugal, corresponde a famílias recompostas (derivadas de um casamento com filhos de cada um dos cônjuges), sendo mais frequente nos centros urbanos. Chamam também a atenção para o facto de ser cada vez mais significativa a parcela de crianças em famílias monoparentais maternas<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> ALMEIDA, A. N.; ANDRÉ, I. M.; ALMEIDA, H. N., *op cit*, p. 38.

<sup>53</sup> *Idem, ibidem*.

### 1.2.2 Infância moderna

“Esta criança que vimos nascer, frágil e maleável, cedo ameaçada pela morte, pela doença, o que é ela moralmente e intelectualmente? A questão foi debatida ao longo de toda a Antiguidade, em termos filosóficos, a partir das teorias de Platão e de Aristóteles”<sup>54</sup>

Uma questão sobre infância que começa a merecer a atenção dos adultos, diz respeito à sua natureza. O reconhecimento da sua natureza veio permitir-lhe a atribuição de uma categoria específica – a de infância – que reivindica uma nova maneira de olhar a criança.

A nova maneira de olhar a criança dá-se num contexto de transformações sociais mas também das estruturas familiares tradicionais: passagem da família tradicional à nuclear – exigindo novas formas de organização familiar e contribuindo também para o surgimento de novos sentimentos para com a infância.

Importa, porém, deixar algumas considerações sobre aquilo que foi a infância nas sociedades ditas tradicionais de modo a termos uma base de comparação que nos permita entender esta construção social recente como produto de um certo tempo histórico<sup>55</sup>.

Segundo Néraudau, a primeira infância foi reconhecida como idade de vida distinta, pela primeira vez, por Varrão, escritor latino dos séculos III a.C., que distinguiu cinco idades na existência de cada ser humano: *infantia* (primeira infância), *pueritia* (infância), *adulescentia* (adolescência), *juventa* (juventude) e *senectas* (velhice)<sup>56</sup>.

A língua latina não dispunha de vocábulo para designar o bebé. O lactente era designado por *alumnus*, ou seja aquele que é alimentado. *Infans* e *puer* eram os termos concretos correspondentes de *infantia* e *pueritia*, mas havia outros, para situar as crianças na ordem parental e jurídica romana. Por oposição ao pai todo-poderoso, os descendentes, independentemente da sua idade, eram designados *nepotes*, cuja etimologia significa aqueles que não têm poder.

O mais antigo dos termos para designar a criança é *puer*, que vem do latim *purus* que significa impúbere, ou seja, sem aptidão para a procriação e maioridade social.

Estes conceitos permitem entender as conotações que, durante muito tempo na história,

---

<sup>54</sup> NÉRAUDAU, *op cit*, p. 89.

<sup>55</sup> PINTO, M., “A infância como construção social”, in PINTO, M. e SARMENTO, M. (eds.), *As crianças – contextos e identidades*, Universidade do Minho/Centro de Estudos da Criança, Braga, 1997, p. 33-73.

<sup>56</sup> NÉRAUDAU, *op cit*, p. 33.

estiveram associadas ao conceito infância e que remetiam para um ser diminuto, inferior, sem poder, sem aptidão para maioridade social, portanto, isentos de direitos, de estatutos próprios ou de reconhecimento social da sua categoria.

Segundo Ariès – que levou a cabo uma investigação sobre a descoberta histórica da criança – a família antiga “não tinha função afectiva”, pois o “sentimento entre os esposos, entre pais e filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família”. A sua missão prioritária era “a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a entreatura quotidiana ...” Se o amor “viesse por acréscimo (...) tanto melhor”<sup>57</sup>. De acordo com este autor, a inexistência do sentimento da infância nos tempos medievais não significa que elas eram maltratadas. Corresponde a uma consciência da particularidade infantil, que distingue a criança do adulto ou mesmo do jovem. De acordo com este autor, essa consciência não existia.

O autor descreve a sociedade tradicional como indiferente às crianças e adolescentes, pois encontravam-se diluídos no mundo adulto e uma criança era facilmente substituída por outra.

A indiferença e o desprezo pela criança persistem no século XVIII, e são confirmadas, nomeadamente, pela ausência dos pais no enterro dos filhos. Segundo Badinter, a morte de um filho ou filha “é sentida como um acidente quase banal que um nascimento posterior virá reparar”<sup>58</sup>.

Observa-se como as famílias desta época estavam expostas à casualidade de acontecimentos catastróficos, como as altas taxas de mortalidade, adulta mas sobretudo infantil. Apesar de regular as altas taxas de fecundidade existentes na altura, introduzia também a vulnerabilidade e precariedade da vida humana no seio do quotidiano destas comunidades.

Assim sendo, a visibilidade social deste grupo etário, o vínculo afectivo dos pais relativamente aos filhos pequenos é desde logo posta em causa pelas próprias características devastadoras do regime demográfico.

O autor acima referido conclui pela ausência de amor como valor familiar e social, no período da nossa história que precede o meio do século XVIII<sup>59</sup>. Só por volta dos anos 1760-1770 começam a surgir obras que apelam a novos sentimentos dos pais e muito particularmente, ao amor materno. Sobre este assunto, Ariès escreve: “... as crianças de tenra

---

<sup>57</sup> ARIÈS, P., *L'Enfant et l'avie familiale sous l'Ancien Régime*, Seuil, Paris, 1960, p. 318, in MONTEIRO, A. R., *A revolução dos direitos da criança*, Campo das Letras, Porto, 2002.

<sup>58</sup> BADINTER, E., *op cit*, p. 76, in MONTEIRO, A. R., *op cit*.

<sup>59</sup> Idem, *ibidem*.



idade começam a ser amadas como indivíduos e não apenas mimadas como animaizinhos; as crianças pequenas deixam de ser tratadas como adultos em ponto pequeno, passando a ser encaradas como indivíduos com necessidades específicas”<sup>60</sup>.

O desenvolvimento das sociedades industriais no século XVIII e as profundas alterações que gerou na estrutura familiar, é um factor a considerar na constituição da infância moderna. A nível demográfico, a nuclearização da família, a redução das taxas de natalidade e mortalidade, vão transformando a prática da rede de parentes com fins essencialmente de inserção no mercado de trabalho, dando lugar às práticas familiares mais voltadas para o acolhimento, habitação, partilha de recursos<sup>61</sup>.

A família vai-se tornando o lugar de uma afeição necessária entre cônjuges e entre pais e filhos e começa a organizar-se em torno da criança. Surge, então, na família um novo sentimento de infância, num contexto onde se começa a aprender a controlar a fecundidade e onde a melhoria das condições higiénico-sanitárias permitem reduzir os índices de mortalidade. A criança passa a ser olhada como fruto do amor dos pais, merecendo, por isso, toda a protecção e carinho destes.

Em nota de conclusão, a infância moderna surge das obras que apelam a novos sentimentos dos pais para com as crianças, do contexto das transformações produzidas pela revolução industrial, mas também do aparecimento de saberes específicos: a pedagogia, a psicologia infantil, a puericultura, a pediatria, etc., bem como da própria intervenção estatal sobre os processos de socialização infantil, nomeadamente os familiares. Prevê-se para a criança um lugar de socialização específico: a escola onde, além de se instruir, aprende competências sociais e morais junto das outras crianças, que lhe venham a permitir mais tarde integrar o mundo dos adultos.

Nas palavras de Ana Nunes, Isabel Maria e Helena Nunes de Almeida “o projecto da infância moderna traz, portanto, consigo uma norma, isto é, a representação do que deve ser uma infância normal e desejável, e um ideal do que se entende por bem-estar infantil”.<sup>62</sup> É em relação a esta norma que se torna possível conhecer as situações de criança em risco ou de criança maltratada.

---

<sup>60</sup> ARIÈS, P. *op cit*, in MONTEIRO, A. R., *op cit*.

<sup>61</sup> SARACENO, C.; NALDINI, M., *op cit*, p. 48.

<sup>62</sup> ALMEIDA, A. N.; ANDRÉ, I. M.; ALMEIDA, H. N., *op cit*, p. 22.

### 1.3 O Direito e a criança: Emergência dos “direitos da criança”

“Se historicamente se pode afirmar que sempre existiu um direito da Infância, ele consistia mais num conjunto de direitos que os adultos tinham sobre as crianças”<sup>63</sup>.

De acordo com Dekeuwer-Défossez<sup>64</sup> e na sequência de toda a perspectiva histórica já apresentada sobre a infância, parece consensual a ideia de que a criança foi durante muito tempo considerada como ser juridicamente incapaz. Segundo o autor, o direito aplicável à criança constituía um subdomínio do direito da família cujos pilares eram o estabelecimento da filiação, o exercício do poder paternal e o primado da família sobre as autoridades políticas, judiciais e sociais.

Segundo Néraudau<sup>65</sup>, até ao fim da República romana (27 a.C.), a família constituía um mundo à parte, organizado em volta do poder do pai de família e submetido ao poder parental, onde se incluíam o poder sobre a mulher, sobre os filhos, sobre os escravos e sobre os bens. A título de exemplo, o autor descreve “Quando, no momento do nascimento de uma criança, a parteira o informa se é rapaz ou rapariga e se nasceu viável, o pai deve fazer um gesto para aceitá-lo na família; se está ausente pode ter deixado ordens para que se lhe conserve ou se lhe tire a vida”<sup>66</sup>.

No caso das raparigas, o pai casava-as como entendia. As mulheres (mães ou filhas) eram sujeitas à tutela de um homem (o pai, depois o marido) fazendo-as permanecer num estatuto de menoridade que mal as distinguia dos filhos. O marido podia repudiar e castigar a mulher, e até matá-la em caso de flagrante delito de adultério.

Como também observa De Mause: “ Em princípios do século XVII, o poder legal de um pai sobre a sua família era quase absoluto. (...) Numa revisão das leis penais, feita em 1611, enumeram-se as condições em que um pai tem o direito de matar um filho ou uma filha adultos. Os seus direitos sobre os filhos mais pequenos talvez não fosse necessário defini-los formalmente”<sup>67</sup>.

Pudemos, assim, ver que a criança enquanto sujeito de direitos tal como é reconhecida hoje, nem sempre existiu. Os direitos da criança emergem no contexto descrito no subponto anterior tendo a sua conquista e afirmação sido marcada por vários momentos, ao longo do

---

<sup>63</sup> DEKEUWER-DÉFOSSEZ, Françoise, *Les droits de l'enfant*, (5ª éd.), Paris, 1991, p. 126.

<sup>64</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>65</sup> NÉRAUDAU, *op cit*.

<sup>66</sup> Idem, *ibidem*, p.210.

<sup>67</sup> DE MAUSE, *op cit*, p. 317.

século XIX, dos quais passamos a destacar alguns.

A expressão “direitos da criança” consta de um artigo intitulado “The Rights of Children”, publicados nos EUA em 1852 e aparece, pela primeira vez, num texto internacional em 1923, na *Declaração dos Direitos da Criança*, elaborada por Eglantyne Jebb<sup>68</sup>. Concebe a primeira *Declaração dos Direitos da Criança*, onde consta designadamente que:

1. A criança deve ser posta em condições de se desenvolver de um modo normal, materialmente e espiritualmente.

2. A criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança com atrasos deve ser encorajada; a criança transviada deve ser reconduzida; o órfão e o abandonado devem ser recolhidos e socorridos.

3. A criança deve ser a primeira a ser socorrida, em tempos de perigo.

4. A criança deve ser posta em condições de ganhar a vida e deve ser protegida contra toda a exploração.

5. A criança deve ser educada no sentimento de que as suas melhores qualidades devem ser postas ao serviço de seus irmãos.

A presente declaração foi aprovada a 28 de Fevereiro de 1923, pela *International Save the Children Union* e adoptada, por unanimidade, pela Assembleia das Nações, em Genebra, em 1924. Pela primeira vez uma Organização de Estados adoptou, assim, um texto internacional sobre direitos do homem, neste caso, direitos da criança.

Em 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas criou um organismo provisório voltado para as crianças e adolescentes órfãos da guerra intitulado *International Children's Emergency Fund* (ICEF) actual UNICEF.

Em 1948 proclama-se a *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, nos termos da qual o seu artigo 25º nº 2 confere à maternidade e à infância direitos a ajuda e a assistência especiais.

Em 1959 Assembleia Geral das Nações Unidas<sup>69</sup> aprovou a *Declaração dos Direitos da Criança*, onde se defende genericamente que as crianças devido a sua vulnerabilidade necessitam de cuidados e atenção especiais, sendo dada especial ênfase aos cuidados primários e às responsabilidades da família na sua protecção. Esta declaração proclama dez princípios para a protecção e o desenvolvimento da criança, que são designadamente:

---

<sup>68</sup> Mulher cristã, pacifista e internacionalista, fundou com sua irmã Dorothy Buxton o movimento humanitário “Save the Children”, em 1919, em Londres, e a “Internacinal Save the Children Union”, em 1920, em Genebra.

<sup>69</sup> ONU, Convention relative aux droits de l'enfant – Dossier d'information. Centre des Nations Unies pour les droits de l'homme, UNICEF, 1990.

1. A criança gozará todos os direitos enunciados na presente declaração e todas as crianças, sem qualquer excepção serão credoras destes direitos sem distinção dou discriminação por motivos de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.
2. A criança gozará de protecção social e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades por lei e por outros meios, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade.
3. Desde o nascimento, toda a criança terá direito ao nome e a uma nacionalidade.
4. Toda a criança terá direito a crescer e criar-se com saúde.
5. À criança incapacitada física, mental e socialmente serão proporcionados o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar.
6. Para o seu desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão.
7. A criança terá direito a receber educação que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário.
8. A criança configurará, em qualquer circunstâncias, entre os primeiros a receber protecção e socorro.
9. A criança gozará protecção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração.
10. A criança gozará protecção contra actos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza.

Segundo Revedin, a presente Declaração atribui à criança “o papel fundamental de unidade de medida da dignidade do género humano”<sup>70</sup>. O modo como um país aplica os direitos da criança passa a ser um indicador seguro das possibilidades de desenvolvimento desse país.

Dado significativo desta Declaração é a emergência da criança como sujeito de Direito Internacional. A causa das crianças conquistou a opinião pública e internacionalizou-se

---

<sup>70</sup> REVEDIN, A. M., Project n° 8: “Enseignement scolaire – Ube etude sur l’enseignement des droits de l’home dans les école primaries”, Strasbourg, Conseil de la cooperation culturelle, 1984, P. 29, in MONTEIRO, A. R., *A revolução dos direitos da criança*, Campo das Letras, Porto, 2002.

penetrando sistemas jurídicos nacionais<sup>71</sup>.

É dentro desta lógica de internacionalização dos direitos da criança que Portugal assina a Convenção sobre os Direitos da Criança, a 26 de Janeiro de 1990 que, mais tarde, foi ratificada pelo Presidente da República (Decreto-Lei nº 49/90) e publicada no Diário da República a 12 de Setembro de 1990.

Na Declaração dos Direitos da Criança aparece, pela primeira vez, o primado do interesse superior da criança que é implantado nos sistemas jurídicos internos. Torna-se o princípio guia do exercício das responsabilidades parentais e da intervenção pública no foro familiar e consiste em garantir uma especial protecção da criança.

Em 1989<sup>72</sup>, baseando-se no princípio do “interesse superior da criança”, os direitos das crianças passam a contemplar não só a provisão (saúde, educação, cuidados físicos, vida familiar, cultura...) e protecção (contra todas as formas de discriminação, abuso, exploração, injustiça e conflito) passando a ter direito também à participação em todos os assuntos que lhe digam respeito directamente.

---

<sup>71</sup> Em França, por exemplo, dá-se a substituição, da expressão “poder paternal” pela expressão “autoridade paternal”, no título IX do Livro primeiro do Código Civil (Lei nº 7000-459, de 4 de Junho de 1970). Hoje, a expressão que tende a prevalecer é “responsabilidade parental”.

<sup>72</sup> Resolução 1989/57 de 8 de Março de 1989 da Comissão dos Direitos do Homem.

## CAPÍTULO II

### MAUS TRATOS ÀS CRIANÇAS E JOVENS

#### 2.1 Definição de maus tratos infantis

O conceito maus tratos, tal como referido a nível da introdução, é de difícil definição e, portanto, de difícil clarificação e consenso devido as diferenças socioculturais como também aos referenciais pessoais. O que para uns indivíduos e grupos socioculturais pode constituir formas de educação e disciplina, para outros pode ser interpretado como formas de mau trato, e vice-versa.

Alberto<sup>73</sup> refere que uma das razões para estas dificuldades parece ter a ver com construções de abuso infantil, nomeadamente por parte de investigadores, na base dos efeitos visíveis do ataque à criança. De acordo com a autora, tais definições ignoram as dinâmicas motivacionais e comportamentais do agressor resultando imprecisões. Importa, porém, ter em conta que as situações de violência e os actos abusivos não dependem apenas do comportamento do agressor como também do meio envolvente e das condições circunstanciais<sup>74</sup>.

Impõe-se, desta forma, uma definição que ultrapasse tais limitações e que considere um universo maior de situações possíveis de serem integradas na designação de maus tratos como por exemplo as situações que, mesmo não assumindo formas físicas, constituem formas maltratantes.

Dentro das várias propostas de definição de maus tratos encontradas optamos pela mais abrangente que “compreende todas as acções dos pais, familiares, ou outros que provoquem um dano físico ou psicológico, ou que, de algum modo, lesionem os direitos e necessidades da criança no que diz respeito ao seu desenvolvimento psicomotor, intelectual, moral e afectivo. Compreende ainda a negligência definida como o conjunto de carências de ordem material e/ou afectiva que lesionem igualmente os direitos e as necessidades psico-afectivas e físicas da criança”<sup>75</sup>.

Esta perspectiva abrangente pode também ser encontrada na definição de maus tratos

---

<sup>73</sup> ALBERTO, I. M. M., *op cit*, p. 25.

<sup>74</sup> GIL, D. G., “Violence against children: Physical child abuse in the United States”, Harvard University Press, Massachusetts, 1970, in ALBERTO, I. M. M., *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, p. 25.

<sup>75</sup> COIMBRA, A.; FARIA, A., e MONTANO, T., *Anova: Centro de apoio e intervenção na crise para crianças vítimas de maus tratos. Análise psicológica*, 2 (VIII), 1990, in ALBERTO, I. M. M., *op cit*, p. 26.

dada por Teresa<sup>76</sup> que considere “qualquer forma de tratamento físico e (ou) emocional, não accidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder. Podem manifestar-se por comportamentos activos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligência nos cuidados e (ou) afectos)”<sup>77</sup>.

Estas definições integram circunstâncias que por assumirem formas mais passivas e serem, portanto menos visíveis, poderão passar despercebidas enquanto situações de violência, como é o caso da negligência.

## 2.2 Tipologias dos maus tratos

Falar nas tipologias do mau trato é falar nas várias formas ou modalidades que este pode assumir contra as crianças. Estas podem ser de carácter passivo (quando traduzem situações de negligência ou abandono) ou de carácter activo (abuso físico ou sexual) sendo que, tanto numa como noutra situação, independentemente da intencionalidade do agressor podem provocar consequências negativas para qualquer área do desenvolvimento da criança<sup>78</sup>.

De uma forma mais pormenorizada, outros autores referem varias modalidades de maus tratos infantis. Plougmand<sup>79</sup>, por exemplo, refere oito modalidades de violência contra as crianças: 1) violência física activa; 2) violência física passiva ou abandono; 3) violência mental activa (verbal, sequestro, ameaça, rejeição; 4) violência mental passiva (negligência afectiva, desamparo; 5) sevícias sexuais; 6) violência médica (drogas, medicação não prescrita, álcool; 7) tortura (queimadura nos órgãos genitais, palmas das mãos e pés) e 8) violência da sociedade contra as crianças (mediocridade dos alojamentos, transportes, etc.

Ajuriaguerra<sup>80</sup>, por sua vez, considera existirem quatro categorias de maus tratos a crianças, em função da idade, da relação da criança com o agressor e da natureza da violência. São nomeadamente, 1) infanticídio; 2) filicídio (frequente em mulheres casadas) e infanticídio não filicida (quando concretizado por outras crianças que se sentem rejeitadas e rivalizadas); 3) pedofilia; 4) incesto e 5) rapto.

---

<sup>76</sup> MAGALHÃES, T., *op cit*, p. 33.

<sup>77</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>78</sup> BRUYNOOGHE, R., O conceito de violência na família, *Infância e Juventude*, nº 2, 1988, p. 7-15.

<sup>79</sup> PLOUGMAND, O., Aspectos pedagógicos da violência contra as crianças. *Infância e Juventude*, nº 3, 1988, p. 7-20.

<sup>80</sup> AJURIAGUERRA, J., *Manual de psiquiatria infantil*, ed. Masson, Rio de Janeiro, 1980, p. 920-927, in ALBERTO, I. M. M., *op cit*, p. 30.

Tal como se pode verificar, existem várias formas de maltratar as crianças, formas que ultrapassam o que é visível para abarcarem também o que muitas vezes passa despercebido ou é aceite com naturalidade. De todo o modo, por uma questão de simplicidade e de divulgação mais generalizada, optamos por apresentar as seguintes modalidades de maus tratos: a negligência, o abandono (violência passiva), o abuso físico, o abuso sexual (violência activa) e o emocional.

### **2.2.1 Negligência e abandono**

A negligência é uma das formas de maus tratos que se traduz em comportamentos de incapacidade ou mesmo de regular omissão relativamente aos cuidados a ter para com uma criança não lhe sendo asseguradas a satisfação das suas necessidades (de cuidados básicos de higiene, alimentação, segurança, educação, saúde, afecto, estimulação, etc.).

Trata-se de uma modalidade de maus tratos essencialmente psicológica pelo que, por vezes, assume formas invisíveis. As necessidades materiais (alimentação, vestuário, brinquedos, material escolas) podem até estar asseguradas mas, há uma ignorância das necessidades sócio-afectivas, resultando, assim, problemas emocionais que podem ser maiores que os das crianças abusadas fisicamente<sup>81</sup>.

A negligência pode ser extrema, dando origem, por exemplo, ao abandono de crianças. Este caracteriza-se pela rejeição total da criança. Traduz-se no não assumir completo das funções parentais para com a protecção, educação e criação dos filhos.

### **2.2.2 Maus tratos físicos**

Esta modalidade de maus tratos traduz toda a violência física exercida sobre a criança de forma intencional e não accidental, pelos pais, pessoa com responsabilidade, poder ou confiança da criança, que lhe provoquem danos físicos.

A esta definição há quem também acrescente os actos de omissão não accidentais por parte dos pais ou de quem cuida da criança, com objectivo de magoar, injuriar ou mesmo destruir a criança<sup>82</sup>. Incluem-se nesta modalidade de maus tratos situações várias de caris sádico, englobando, de acordo com Gelles, elementos de tortura que vão desde “...queimaduras intencionais, com pontas de cigarro, com resistência em água quente até aos

---

<sup>81</sup> CLARK, M.; CLARK, J., *The encyclopaedia of child abuse*, Facts on File, New York, 1989, in ALBERTO, I. M. M., *op cit*, p. 31.

<sup>82</sup> GIL, D. G., *Violence against children: Physical child abuse in the United States*, Harvard University Press, Massachusetts, 1970, in ALBERTO, I. M. M., *op cit*, p. 33.



pontapés indiscriminadamente por todo o corpo, bater com a cabeça da criança na parede ou superfícies duras, bater com chicotes, cintos, correntes de animais, ou mesmo o recurso a objectos cortantes que provocam incisões no corpo da criança”<sup>83</sup>.

Trata-se, segundo o autor, de um conjunto de actos bárbaros, provocados por vezes por situações de insanidade mental, mas que podem constituir também parte integrante de uma dada atitude disciplinar e educacional.

Esta modalidade de maus tratos é, normalmente, fácil de identificar, dada a sua evidência notória. Por vezes leva à morte imediata da criança ou à sua hospitalização.

### **2.2.3 Abuso sexual**

O abuso sexual, tal como as outras formas de abuso apresenta uma dimensão física e psicológica que podem aparecer de forma isolada ou conjugada. Difere-se das outras formas de abuso, nomeadamente o abuso físico, pelo pressuposto da diferenciação de motivação que leva a um e outro. Tal como nos mostra Gil<sup>84</sup>, o abuso sexual advém da necessidade de gratificação do adulto enquanto o abuso físico tem como função punir e/ou magoar a criança.

Quanto à definição de abuso sexual, consideramos a dada por Browne e Finkelhor, que o definem como “exploração sexual de uma criança/adolescente, uma vez que não tem as mesmas capacidades de avaliação e negociação do adulto, que são imprescindíveis numa relação sexualizada gratificante para ambos os parceiros, levando a que a vítima elabore considerações negativas e ameaçadoras em relação à experiência”.<sup>85</sup> Ou, numa outra definição, dada por Teresa, encontramos que o abuso sexual traduz o “envolvimento do menor em práticas que visam a gratificação e satisfação sexual do adulto ou de um jovem mais velho numa posição de poder ou autoridade sobre aquele”<sup>86</sup>.

Ambas as definições traduzem as características como a coersividade, imposição, uso da força na prática do abuso sexual, pela prática forçada e não gratificante para ambos os parceiros.

No entanto, o abuso sexual pode assumir formas não forçadas e mais passivas, como por exemplo o recurso à criança para a produção da pornografia infantil. Esta prática pode ocorrer num contexto intra ou extra familiar (pelo incesto ou o abuso sexual por estranhos e a pedofilia), ser ocasional ou repetida ao longo da infância.

---

<sup>83</sup> GELLES, R. J., “Child abuse. An overview”, in ALBERTO, I. M. M., *op cit*, p. 33.

<sup>84</sup> GIL, D. G., *op cit*.

<sup>85</sup> BROWNE, A.; FINKELHOR, D., “Impact of child sexual abuse”, in *Psychological Bulletin*, 99(1), 1986, p. 66-77, in ALBERTO, I. M. M., *op cit*, p. 57.

<sup>86</sup> MAGALHÃES, T., *op cit*, p. 34.

Os efeitos do abuso sexual não distanciam-se muito das outras modalidades, nomeadamente os maus tratos físicos. A nível psicossocial, a baixa auto-estima, a insegurança, falta de confiança nas interações, entre outros, mas também os efeitos no domínio sexual, como sejam, as disfunções sexuais, prostituição, promiscuidade, gravidez e doenças sexualmente transmissíveis constituem consequências nefastas desta modalidade de mau trato infantil.

#### **2.2.4 Abuso emocional**

O abuso emocional constitui a modalidade de maus tratos menos visível mas que normalmente encontra-se presente em todas as outras modalidades apresentadas. Portanto, tanto o mau trato físico, o abuso sexual, a negligência e o abandono, transportam consigo um certo abuso emocional ou psicológico que, no entanto, assume formas diferentes.

O abuso emocional traduz-se na ausência ou não adequação persistente ou significativa, de carácter activo ou passivo do suporte afectivo e do reconhecimento das necessidades afectivas do menor.

Pode manifestar-se pela falta de atenção, recusa de tratamento, rejeição, ausência de afeição, punição física bizarra, punição psicológica, difamação da criança, etc.

As modalidades de maus tratos assim apresentadas ajudam-nos a conhecer melhor a problemática dos maus tratos, através de uma definição abrangente que considera as várias modalidades ou formas (mais activas ou mais passivas) que assume ou pode assumir num dado contexto social.

A apresentação das suas consequências (no ponto a seguir) parece-nos também importante, na medida em que contribui para conhecermos os seus efeitos na vida das crianças nos vários domínios de seu desenvolvimento.

## 2.3 Consequências dos maus tratos infantis

As consequências do mau trato infantil podem ser diversas, podendo afectar vários domínios do desenvolvimento da criança (nomeadamente o domínio físico, afectivo, comportamental, cognitivo), ou mesmo afectar todo o seu desenvolvimento.

A gravidade das consequências depende de vários factores, como por exemplo, o tipo e a duração do abuso, a idade do menor, o seu nível de desenvolvimento, o grau de relacionamento que tem com o menor, da sua personalidade<sup>87</sup>, entre outros.

### *Domínio orgânico/físico*

O domínio físico constitui o que mais evidencia a existência de um mau trato infantil. As marcas, as queimaduras, os hematomas, as fracturas, etc., são as consequências visíveis do mau trato que, apesar de se inscreverem no domínio físico alargam-se a outras áreas provocando na maior parte dos casos lições físicas ou cerebrais<sup>88</sup>.

### *Domínio afectivo*

A nível afectivo parece ser bastante consensual entre autores que se debruçam sobre este tema as seguintes características afectivas: baixa auto-estima, sensações de medo e insegurança normalmente acompanhados com sentimentos de angústia e raiva. Caufriez e Frydram<sup>89</sup> num estudo realizado a 20 crianças reparam que a angústia é o elemento primordial do quotidiano destas crianças e das relações que estabelecem com os pais. Para além da angústia face à agressão, há uma forte presença da angústia de abandono. Outras características como a falta de confiança em si próprio, sentimentos de vergonha e desprezo por si próprias, de culpabilização são marcantes nas crianças maltratadas<sup>90</sup>.

### *Domínio comportamental*

Aqui são frequentes os comportamentos auto-destrutivos, comportamentos que contrariam as regras, provocativas e que, por isso accionam punições. Portanto são crianças que demonstram dificuldades na percepção e aceitação das normas morais e sociais (desenvolvendo assim, condutas anti-social e delinquentes), dificuldades de relacionamento interpessoal. Depois ainda a este nível é comum os comportamentos agressivos, de

---

<sup>87</sup> Idem, *ibidem*, p. 63.

<sup>88</sup> ALBERTO, I. M. M *op cit*, p. 50.

<sup>89</sup> Idem, *Ibidem*, p. 52.

<sup>90</sup> Idem, *ibidem*.

isolamento, baixa iniciativa e/ou motivação, reprodução da violência e dos maus tratos a nível dos próprios filhos, violência conjugal, etc.

### *Domínio cognitivo*

A nível cognitivo as características principais são as reduções da capacidade, da curiosidade, da motivação, do interesse, da capacidade de aprendizagem, do rendimento académico ou profissional. Há forte presença de défice intelectual (baixo quociente de inteligência), défice na linguagem ou seja, dificuldades a nível verbal. No entanto, as dificuldades cognitivas apresentadas não resultam exclusivamente de situações de mau trato. Podem também resultar de contextos de pobreza, com contextos pouco estimulantes para a criança, dando origem aos fracos desempenhos<sup>91</sup>.

### *Domínio global*

De uma maneira global autores como Walsh<sup>92</sup>, referem as consequências do mau trato a nível das aquisições em determinadas capacidades. A nível global, o mau trato provoca o atraso dessas aquisições, provocando, assim, atrasos globais que interferem no desenvolvimento intelectual, psicomotor, social e afectivo da criança. Ideias de estruturalistas e desenvolvimentistas parecem ser aqui relevantes, na medida em que referem a importância da interacção social estabelecida entre a criança e os pais. As crianças maltratadas têm muita dificuldade em concretizar o processo de individualização, parte integrante do seu processo de desenvolvimento, pelo facto de, tenderem a responder às expectativas dos pais e não às suas próprias necessidades e desejos. Por isso, tendem a esperar sempre pela iniciativa do outro de forma a responder às suas próprias expectativas e a reduzir o contacto com o mundo bem como o exercício de manipulação com o mesmo.

Portanto, de uma forma global, o mau trato produz um conjunto de consequências negativas nas crianças que vão desde as lesões orgânicas à organização do eu como também da relação eu mundo causando dificuldades não só em áreas específicas do indivíduo, mas afectando-o no seu todo.

---

<sup>91</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>92</sup> WALSH, A., "Illegitimacy, child abuse and neglect, and cognitive development". *The Journal of Genetic Psychology*, 151(3), 1990, p. 279-285.

## 2.4 Factores etiológicos dos maus tratos: alguns modelos explicativos

Uma vez apresentadas as consequências dos maus tratos praticados às crianças e visando um conhecimento em profundidade da problemática, concluímos o presente capítulo com a apresentação de algumas teorias que explicam a origem dos maus tratos.

Existem, vários modelos explicativos da origem dos maus tratos sobre as crianças e vão desde os relacionados com distúrbios psiquiátricos parentais, com as características da criança, o contexto familiar das crianças ao modelo que realça os aspectos sociais e culturais. Com excepção do modelo psiquiátrico, todas as outras abordagens realçam menor ou maior ênfase as características do contexto onde se desenrola o mau trato e chama atenção para a importância do papel da interacção entre os elementos do contexto familiar e para a conjugação dos diferentes factores de forma dinâmica<sup>93</sup>.

Alberto<sup>94</sup>, no seu estudo sobre maus tratos e trauma na infância, faz referência a cinco modelos explicativos dos maus tratos, que de seguida se descreve, e são nomeadamente o psiquiátrico, o psicodinâmico, o social-interaccional, o modelo ecológico e o modelo sistémico.

Para efeitos da presente investigação destacamos o modelo sistémico por ser o modelo que (tal como o ecológico) procura analisar os maus tratos de forma mais abrangente. Apela a uma abordagem complexa que considera todo o contexto envolvente ou circunstanciais que propiciam a prática dos maus tratos, permitindo, assim, um conhecimento profundo e abrangente desta problemática pela consideração de todos os factores que lhe podem estar associados. Com base neste modelo procuraremos, de igual forma, analisar toda a intervenção existente a nível de respostas dadas a esta problemática.

### *Modelo psiquiátrico*

O modelo psiquiátrico explica os maus tratos com base nos aspectos cognitivo, afectivo e motivacional do adulto. Aqui características como a depressão, baixa auto-estima e controle dos impulsos dos pais remetendo para patologia mental dos pais, aparecem como causas únicas dos maus tratos<sup>95</sup>. Com efeito, este modelo é muito influenciado por resultado de trabalhos realizados por médicos, pelo que é fortemente influenciado pelo modelo médico. A sua assunção principal é de que as causas do abuso infantil devem ser encontradas nos pais

---

<sup>93</sup> BELSKY, J., "Child maltreatment. An ecological integration". *American Psychologist*, nº 35 (4), 1980, in ALBERTO, I. M. M., *op cit*, p. 35.

<sup>94</sup> ALBERTO, I. M. M., *op cit*, p. 34.

<sup>95</sup> Idem, *ibidem*.

que possuem certas características de personalidade que os distinguem dos pais não abusivos. De acordo com Burgess<sup>96</sup>, trata-se não apenas destes pais apresentarem traços de personalidade distintos dos pais não abusivos, como desses traços serem essencialmente patológicos.

Com base neste, modelo, outros autores reforçam a importância das características individuais dos pais na explicação dos maus tratos infantis. Teresa<sup>97</sup>, por exemplo, às características referidas, acrescenta outras tendo igualmente por base os aspectos cognitivo, afectivo e motivacional do adulto e são, nomeadamente, a personalidade imatura e impulsiva dos pais, baixo autocontrolo e reduzida tolerância às frustrações, grande vulnerabilidade ao *stress*, atitude intolerante, indiferente ou excessivamente ansiosa face às responsabilidades relativas à criação dos filhos conduzindo muitas vezes à ausência de comunicação entre os mesmos ou, num outro extremo, o excesso de vida social ou profissional dos pais dificultando o estabelecimento de relações positivas com os filhos, antecedentes de terem sofrido maus tratos infantis, baixo nível económico e cultural, inexperiência e falta de conhecimentos básicos sobre o processo de desenvolvimento da criança, desemprego ou ainda dependência do álcool e/ou da droga.

Com base neste modelo pretende-se, assim, explicar a prática dos maus tratos infantis a partir das características de personalidade dos pais.

### *Modelo psicodinâmico*

Este modelo, procurando ultrapassar os limites do psiquiátrico, chama a atenção para a necessidade de se considerar, na análise dos maus tratos, todo o contexto envolvente que permita integrar o papel do agressor num sistema mais alargado que é o familiar, por isso, num contexto relacional. Desta forma recusa uma análise exclusivamente centrada nas características do agressor como factor que actua isolada e independentemente dos outros factores.

Este modelo defende a necessidade de se considerar a interdependência de factores considerando os de cariz pessoal aos situacionais que, de acordo com Musitu e colaboradores, integram “os sistemas de apoio formais e informais assim como os valores culturais na

---

<sup>96</sup> BURGESS, R., “Child abuse: a social interactional analysis”, in Lahey, B.; Kasdin, A., *Advances in Clinical Child Psychology* (vol 2), Plenum Press, New York, 1979, p. 141-169.

<sup>97</sup> MAGALHÃES, T., *op cit* p. 45.

modulação dos padrões de interacção familiar”<sup>98</sup>.

Ao contrário da abordagem psicológica que procura explicar os maus tratos infantis com base nas características de personalidade dos pais, o modelo psicodinâmico privilegia, na sua explicação, a patologia da relação que, com grandes problemas de comunicação, não funciona adequadamente. Desta forma, alarga, as causas dos maus tratos infantis da pessoa para a relação da díade (mãe-filho; pai-filho)<sup>99</sup>.

No entanto, este, apesar de ser mais abrangente que o modelo psiquiátrico por considerar a relação estabelecida entre os elementos familiares, não constitui a perspectiva mais generalizada, tornando-se, assim, necessário adoptar-se abordagens mais globalizantes e interaccionistas, que ultrapassem o âmbito diádico e considerem contextos mais alargados na explicação dos maus tratos, como o sociocultural.

### *Modelo social-interaccional*

Na sequência das limitações dos modelos anteriores, e procurando ultrapassá-las, o presente modelo chama a atenção para a necessidade da consideração dos suportes sociais do grupo social a que uma determinada família pertence. Desta forma, realça as características dos pais e das crianças e as relações estabelecidas entre os diferentes elementos da família (considerados nos modelos anteriores) em articulação com os referidos suportes sociais.

Esta perspectiva considera que as famílias maltratantes falham na utilização de contingentes de carácter efectivos na resolução de problemas bem como no uso de métodos adequados no ensino de comportamentos socialmente desejáveis<sup>100</sup>.

O modelo social-interaccional alarga, assim, a compreensão dos maus tratos infantis por considerar a estrutura familiar como unidade de reprodução social e de aprendizagem social. Não obstante, deixa outras questões por clarificar, nomeadamente o papel dos referenciais culturais e a transversalidade da própria problemática uma vez que trespassa todas as classes ou grupos sociais.

---

<sup>98</sup> MUSITU OCHOA, G.; GARCIA, F.; GARCIA, E. E CASTELLÓ, N., “The psychosocial reality of the abused and abandoned child in the Valencian community, *Cadernos de consulta psicológica*, nº 4 p. 65-72, in ALBERTO, I. M. M *op cit*, p. 36.

<sup>99</sup> FIGUEIREDO, B., “Maus tratos à criança e ao adolescente (II), considerações a respeito do impacto desenvolvimental”. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, nº 3, 1998, p. 197-216, in ALBERTO I. M. M, *op cit*, p. 36.

<sup>100</sup> WOLFE, D. A., “Child abuse and neglect”, in, MASH, E. J., e TERDAL, L. F., *Behavioral Assessment of Childhood disorders*, nº 2, The Guilford Press, New York, p. 627-669, 1988.

### *Modelo sistémico*

De acordo com Krugman<sup>101</sup>, o modelo sistémico considera todo um conjunto de circunstâncias que facilitam os maus tratos infantis, pelo que, apela a colaboração de profissionais de várias áreas, com comunicação entre si, na análise deste fenómeno. Segundo este modelo, a abordagem dos maus tratos deve ser complexa e interaccionista, integrando: os factores familiares; os factores sócio-económicos e os factores culturais permitindo, assim, considerar os maus tratos, e a violência em geral, numa dimensão holística, dinâmica e histórica e permitindo considerar estes factores como facilitadores das situações de abuso que, de acordo com Gil<sup>102</sup>, se situam em sistemas mais gerais que se afunilam como círculos concêntricos, onde os sistemas mais gerais vão abarcando os que lhe são internos, com influência mútua de uns sobre os outros.

Segundo este e outros autores o sistema mais interior, mais estreito e imediato dos maus tratos infantis traduzem-se nos factores pessoais onde se considera não apenas as características do agressor mas também as da vítima como facilitadoras e precipitantes dos maus tratos. Num círculo mais alargado e incluindo o primeiro, encontra-se o contexto familiar da criança com as suas interacções. Este sistema, encontra-se inserido, por sua vez, numa comunidade com quem estabelece relações e que lhe proporciona certo tipo de condições sócio-económicas geradoras de situações de mais ou menos stress<sup>103</sup>. Por fim, este modelo considera existir um sistema mais alargado que absolve todos os anteriores que é o contexto sociocultural onde vamos encontrar todo um conjunto de valores e referenciais que dão directrizes do que é correcto ou não, do que é aceite ou não em termos de conduta e acção, do que é bom ou mau na relação com a criança e na sua educação bem como no papel global da família.

Este modelo, pela sua abrangência converge com o modelo ecológico que apresenta um carácter mais explicitamente dinâmico.

---

<sup>101</sup> KRUGMAN, R., “The assessment of a child protection team”, in ALBERTO, I. M. M., *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, p. 37.

<sup>102</sup> GIL, D. G., *op cit.*

<sup>103</sup> Idem, *ibidem*.



### *Modelo ecológico*

Não menos importante será referir neste trabalho de investigação, ainda que de forma breve, o contributo do modelo ecológico no estudo da origem dos maus tratos infantis. Este modelo constitui uma abordagem que tem por base o Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano, de Bronfenbrenner que data de 1977 e chama a atenção para a importância dos diferentes sistemas e da interacção dos múltiplos factores que os compõem no equacionamento dos maus tratos infantis.

De acordo com Musitu e colaboradores<sup>104</sup>, devem ser considerados cinco grupos de factores responsáveis por situações de maus tratos: factores relativos à interacção familiar que podem ser a disciplina familiar e a educação; factores pessoais e comportamentais da criança que podem propiciar as situações de maus tratos; factores pessoais ou comportamentais dos pais; factores de âmbito social como, por exemplo, o nível de instrução, a profissão e o estatuto sócio-económico dos pais e por último a aprendizagem de comportamentos agressivos, nomeadamente através da aprendizagem social.

O modelo ecológico complementa, desta forma, os outros modelos ao defender que os indivíduos na sociedade encontram-se integrados em sistemas múltiplos, dinamicamente conectados, que exercem influências directas ou indirectas nas suas condutas. Assim sendo, na análise das situações que estão na origem dos maus tratos infantis, importa considerar-se também esta perspectiva para um maior conhecimento e compreensão desta problemática.

---

<sup>104</sup> MUSITU OCHOA, G.; GARCIA, F.; GARCIA, E. E CASTELLÓ, N., *op cit.*

### CAPÍTULO III

## MAUS TRATOS E PROTECÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL

### 3.1 Maus tratos a crianças e jovens em Portugal: aspectos epidemiológicos

Este ponto visa traçar um pequeno retrato da situação da criança em Portugal no que toca à problemática dos maus tratos por meio de estudos ou estatísticas existentes sobre a prática dos maus tratos às crianças em Portugal.

Dada a natureza da problemática em investigação, importa reforçar a expressão “um pequeno retrato”, ou seja, o retrato daquilo é possível conhecer, dentro de um contexto ou país, dadas algumas dificuldades que lhe estão associadas. Tais dificuldades encontram-se associadas ao facto de se tratar de uma prática que ocorre com maior frequência no meio familiar, dificultando, assim, a sua visibilidade, à sua aceitação social devido a dificuldade de definição e de estabelecimento de uma classificação consensual sobre aquilo que deve ser considerado mau trato, como também, à falta de diagnóstico sobre situações de maus tratos.

Não obstante tais dificuldades, existem alguns estudos de referência que ajudam a conhecer melhor a sua incidência no contexto português.

Um trabalho de investigação levado a cabo pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ), em 1986, com a aplicação de um inquérito á escala nacional, estima a existência de 6 000 crianças maltratadas em Portugal, 23 000 negligenciadas e 1 000 abusadas sexualmente, fazendo um total de 30 000 crianças maltratadas<sup>105</sup>. Estima também uma média de 1800 a praticarem mendicidade, com maior incidência no Porto, com 40%<sup>106</sup>.

Em 1988, num outro inquérito do CEJ, estima-se haver 20 000 crianças maltratadas em Portugal. Neste inquérito, o abuso físico aparece com maior incidência no Norte do país (43,2% por cada 10 000 famílias). A negligência e o abuso psicológico também aparecem com valores significativos, 48% e 31-36% respectivamente. As referências à negligência incluem uma variedade de situações e são nomeadamente, a falta de higiene, a falta de alimentação adequada e a falta de vigilância; no abuso psicológico esteve incluído os ralhos

---

<sup>105</sup> AMARO, F., “Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando mendicidade”, (I), *Cadernos do CEJ*, (2), Lisboa, 1986.

<sup>106</sup> Idem, *ibidem*.

frequentes que diminuem a auto-estima, a falta de carinho e de afecto; o abuso físico, por sua vez integra espancamentos frequentes, trabalhos pesados e inadequados, queimaduras e arranhadas.

Para a mesma década encontram-se outros registos de organismos e instituições sobre a prática dos maus tratos no país. É o caso do Núcleo de Apoio à Criança (NAC) do Hospital de Santa Maria, que registou entre 1985 e 1988, 95 casos de maus tratos infantis, com idades entre os 0 e os 10 anos<sup>107</sup>. A maior incidência registou-se entre o primeiro mês e o ano de vida, com 26 casos, e no sexo feminino, com 54 casos. Quanto às modalidades praticadas, 43 foram abuso físico, 36 foram casos de negligência grave, 20 resultaram de intoxicação, 13 foram casos de abuso sexual e 7 de abandono<sup>108</sup>.

Mais recentemente o estudo sobre Famílias e maus tratos às crianças em Portugal”, de 1999, num inquérito à escala nacional dirigido às várias categorias de profissionais de infância, dá-nos um conjunto de informações sobre esta prática em Portugal e sobre as diversas dimensões contextuais que o enquadram<sup>109</sup>.

De acordo com este estudo, a criança portuguesa é vítima de várias modalidades de maus tratos, com forte expressão de abusos, físicos e psíquicos e negligências materiais e afectivas, sendo porém, as mais graves e evidentes neste estudo, negligências da saúde, da alimentação, da escola e da higiene. Estas negligências aparecem associadas às classes mais desfavorecidas e surgem, muitas vezes, em virtude das carências económicas e das más condições habitacionais. Aparecem também associadas ao baixo nível ou ausência de instrução escolar ou mesmo à desorganização social e familiar.

A estrutura familiar da criança maltratada constituiu outro elemento chave para a compreensão da incidência dos maus tratos. Registou-se, assim, o predomínio das famílias simples na amostra (42%), mas também alguma expressividade de arranjos não-nucleares, nomeadamente, famílias monoparentais e recompostas (com 25% e 15%, respectivamente)<sup>110</sup>. Apesar da sobrerrepresentação de grupos socio-profissionais desfavorecidos na amostra, constatou-se que os maus tratos afectam crianças e famílias que pertencem a todos os meios sociais, apenas afecta-os de forma diferente.

---

<sup>107</sup> LOBO-FERNANDES, M. J., “Criança maltratada e negligenciada – aspectos médicos”. *Revista Portuguesa de Pediatria*, 20 (5), Lisboa, 1989, p.311-321.

<sup>108</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>109</sup> ALMEIDA, A. N.; ANDRÉ, I. M.; ALMEIDA, H. N., *op cit*, p. 56.

<sup>110</sup> Idem, *ibidem*, p. 61.

Um outro relatório, produzido pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, em 2000, dá-nos a conhecer as problemáticas acompanhadas nos anos de 1998 e 1999, bem como a incidência de acordo com o sexo das crianças e jovens.

Tabela 1 – Problemáticas detectadas nas crianças e jovens acompanhados pela Comissão de Protecção de Menores.

Problemáticas	Sexo	1998		1999	
		<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
<i>Abandono</i>	<i>M</i>	68	2.3	198	3.8
	<i>F</i>	44	1.5	169	3.2
<i>Negligência</i>	<i>M</i>	430	14.4	718	13.6
	<i>F</i>	320	10.7	621	11.8
<i>Maus tratos físicos e psicológicos</i>	<i>M</i>	209	7.0	386	7.3
	<i>F</i>	198	6.6	329	6.3
<i>Abuso sexual</i>	<i>M</i>	23	0.8	32	0.6
	<i>F</i>	70	2.3	89	1.7
<i>Outras*</i>	<i>M</i>	1027	34.5	1553	29.5
	<i>F</i>	590	19.8	1169	22.2
Total	<i>M</i>	1757	59.0	2887	54.8
	<i>F</i>	1222	41.0	2377	45.2

Fonte: Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, Portugal, 2000.

Dos casos acompanhados, a negligência aparece com números mais elevados nos dois anos, tanto para as crianças de sexo feminino como masculino, apesar dos valores serem maiores nos rapazes do que nas raparigas (14.4% contra 10.7% em 1998 e 13.6% contra 11.8% em 1999). Com valores também expressivos estão os maus tratos físicos e psicológicos para ambos os sexos sendo também maior a incidência nos rapazes do que nas raparigas (7% contra 6.6% em 1998 e 7.3% contra 6.3% em 1999).

Com números mais baixos temos as problemáticas do abandono e do abuso sexual, que não obstante não serem os mais frequentes no número de casos acompanhados, continuam fazendo parte do quotidiano de muitas crianças e jovens portugueses.

Para além destas problemáticas indicadas, o relatório dá-nos também o registo de várias outras situações, para as quais o número de acasos acompanhados é elevado para ambos os

sexos, que constituem perigo na vida da criança e jovem, tais como, absentismo escolar, exercício abusivo de autoridade, trabalho infantil, crime, uso de estupefacientes, ingestão de bebidas alcoólicas ou outras situações de perigo.

Um relatório mais recente, sobre a caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento em 2007, do Instituto de Segurança Social <sup>111</sup>, em Portugal, dá-nos também um retrato da situação da criança portuguesa em relação à problemática dos maus tratos.

De acordo com este relatório, em 2007, foram caracterizadas 14. 380 crianças e jovens no âmbito do Plano de Intervenção Imediata (PII), o que remete para a existência de um número idêntico de crianças e jovens em situação de risco em Portugal, identificados no âmbito desse plano.

Relativamente às situações de acolhimento (institucional e familiar), o relatório aponta para a existência de 11. 362 crianças e jovens em acolhimento em Portugal em 2007. Deste conjunto, 9. 120 tiveram início de acolhimento anterior a 2007; 2. 184 tiveram início de acolhimento em 2007 e 58 foram reintegrados em acolhimento em 2007.

Sobre os motivos de acolhimento, o mau trato por negligência constitui a modalidade mais frequente também neste relatório, com especial prevalência da ausência de supervisão e acompanhamento familiar (identificado em 6. 137 crianças e jovens) e da ausência de acompanhamento ao nível da educação (em 5. 388 crianças). Destaca-se também, a falta de acompanhamento da situação de saúde destas crianças (em 4. 730).

Os maus tratos físicos também aparecem como motivos do acolhimento para 1. 758 crianças e jovens e o abandono, entendido como situação em que a criança fica entregue a si própria de forma definitiva, surge também como motivo de acolhimento em 1. 744 casos.

As problemáticas do agregado familiar que mais frequentemente surgem associadas a estas situações de perigo e de maus tratos que conduzem ao acolhimento são nomeadamente a carência socioeconómica (3. 419 crianças e jovens correspondendo a 30% do total de acolhidos), seguida do alcoolismo (para 1. 834 crianças e jovens, traduzindo-se em 16%) e a ruptura familiar (para 1. 249 crianças e jovens, ou cerca de 11%).

---

\* Abandono escolar, absentismo escolar, exercício abusivo de autoridade, trabalho infantil, outras situações de perigo, crime, uso de estupefacientes, ingestão de bebidas alcoólicas, outras condutas desviantes.

<sup>111</sup> PLANO DE INTERVENÇÃO IMEDIATA, *Relatório de Caracterização de Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2007*, Instituto da Segurança Social, Lisboa, 2007.

A apresentação destes relatórios e investigações efectuadas sobre a situação da criança em Portugal relativamente à problemática dos maus tratos permitem conhecer a realidade dos maus tratos no contexto português, não só no que toca à sua incidência como também às modalidades praticadas e aos factores que, normalmente lhe estão associados.

As investigações e relatórios apresentados, revelam, assim, por meio dos números indicados, a expressão que esta prática assume no contexto português. No quotidiano das crianças portuguesas ou residentes em Portugal, a prática dos maus tratos tem sido uma realidade presente.

Das várias modalidades praticadas, a negligência é a mais frequente, de acordo com os relatórios e investigações apresentados tornando consensual a ideia de que, em Portugal, a criança é maltratada sobretudo por negligência seja ao nível da saúde, da alimentação, dos cuidados de higiene, da educação, entre outros. O abuso físico e psicológico, não obstante aparecerem como menos praticados do que a negligência, também são referidos como práticas recorrentes de maus tratos a crianças e jovens. Outra modalidade que, mesmo não sendo das mais frequentes, merece também particular atenção é o abuso sexual. Tal como os estudos mostram, esta forma de maltratar a criança ainda acontece com alguma frequência em Portugal com particular incidência em crianças pequenas e do sexo feminino.

Estas e outras modalidades de maus tratos, apesar da sua transversalidade a todos os estratos sociais, aparecem normalmente associadas a contextos sociais mais desfavorecidos onde predomina a carência ou ausência de recursos familiares, materiais e cognitivos. Associados à condição social, estão, normalmente outros factores na origem dos maus tratos à crianças e jovens em Portugal e são, nomeadamente situações de desestruturação e conflitos familiares, o alcoolismo dos ou de um dos pais, entre outros factores.

A apresentação assim efectuada, sobre a situação da criança em Portugal relativamente à problemática dos maus tratos, permite conhecer melhor a realidade da criança maltratada no nosso contexto e dá-nos também as bases para o equacionamento do sistema de protecção social de menores existente em Portugal. O cruzamento das duas problemáticas, maus tratos e protecção social de menores, será o caminho através do qual se pretende conhecer a eficácia das medidas de protecção social de menores em Portugal, questão estruturante deste trabalho de investigação.

### 3.2 Protecção social de menores em Portugal: sistema legal

A protecção de menores em Portugal, de um ponto de vista legal, nem sempre existiu. É no contexto de internacionalização dos direitos da criança, já referido, que o sistema legal de protecção desenvolve-se e afirma-se em Portugal.

A primeira referência legal sobre a protecção de menores em Portugal, data de 27 de Maio de 1911<sup>112</sup>, com a Lei da Infância e da Juventude. Mais tarde, é aprovada a Organização Tutelar de Menores, pelo Decreto-Lei nº 44 288, de 20 de Abril de 1962, que vai sendo sujeita a alterações, nomeadamente em 1967, 1978 e 1991.

Em 1999 é criada a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, Lei nº 147/99 de 1 de Setembro que entra em vigor em Janeiro de 2001. Tem como principal objectivo “a promoção dos direitos e a protecção da crianças e dos jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral”<sup>113</sup>.

Para prevenir e tratar as situações de perigo, esta Lei consagra um conjunto de princípios orientadores da intervenção<sup>114</sup> que envolvem de forma activa na protecção do menor, não só as comissões de protecção de crianças e jovens e os tribunais, como também as demais entidades ou instituições com competência em matéria de infância e juventude.

O Estado vai afirmando-se, assim, como “Estado de Direito”, promovendo os direitos e a protecção dos menores. Mas, nos termos da Lei, existem duas formas de protecção para os maus tratos: a protecção tutelar, acabada de referir, que protege o menor das situações de perigo, e a protecção penal que, para os continuar a proteger, responsabiliza criminalmente o abusador.

Sobre a protecção tutelar, modalidade de protecção em análise nesta investigação, procuraremos mostrar a sensibilidade jurídica do sistema português para com a situação de dependência e fragilidade das crianças e jovens face aos adultos.

Uma análise atenta do Código Penal português dá-nos a conhecer as várias alterações que vão surgindo quer ao nível do discurso utilizado, quer a nível das medidas previstas para a protecção do menor. Portanto, tanto a legislação portuguesa como o Código Penal português<sup>115</sup> contemplam um conjunto de possibilidades variadas de situações consideradas de maus tratos infantis.

---

<sup>112</sup> MAGALHÃES, T. *op cit*, p.67.

<sup>113</sup> Artigo nº 1 da Lei 147/99 de 01 de Setembro.

<sup>114</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>115</sup> CÓDIGO PENAL, Almedina, Coimbra, 1993.

A nível do Código Penal, encontramos referências a várias situações de maus tratos, que vão desde o abuso físico ao psicológico, o abuso sexual e situações de negligência e abandono.

O artigo 152º – *Maus tratos e infracção das regras de segurança* - considera o mau trato ou sobrecarga de menores, ao descrever: “1. *Quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direcção ou educação, a trabalhar ao seu serviço pessoa menor (...)*

- a) *Lhe infringir maus tratos físicos ou psíquicos ou a tratar cruelmente;*
- b) *A empregar em actividades perigosas, desumanas ou proibidas;*
- c) *A sobrecarregar com trabalhos excessivos, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos se o facto não for punível pelo art. 144º”.*

A publicação da Lei 7/2000, de 27 de Maio, com a alteração introduzida no nº 2 do artigo 152º do Código Penal, consagrou a natureza jurídica do crime público: o procedimento criminal contra o autor de tais crimes deixa de depender de queixa do ofendido. A Lei 65/88, de 2 de Setembro, através da redacção dada ao artigo 178º do Código Penal, veio, conferir ao Ministério Público a possibilidade de dar início ao procedimento criminal, atento o interesse da vítima, sendo esta menor de 16 anos. Essa natureza de crime público torna-se extensível com a Lei 99/2001, de 25 de Agosto, aos crimes previstos nos artigos 172º a 175º, caso sejam praticados a menores de 14 anos e o agente tiver legitimidade para requerer o processo criminal, por exercer sobre a vítima poder paternal, tutela ou curatela ou por a tiver a seu cargo

No artigo 172º - *Abuso sexual de crianças* – as crianças menores de 14 anos são protegidas contra a prática de cópula, coito anal ou oral, outros actos sexuais de relevo, de condutas censuráveis, obscenas ou pornográficas e da exposição e cedência de fotografias, filmes ou gravações pornográficas em que as crianças sejam usadas.

Ainda a nível dos abusos sexuais, o artigo 173º, - *Abuso sexual de menores dependentes* -, refere que “1. *Quem praticar ou levar a praticar os actos descritos no número 1 ou 2 do art. 172º, relativamente a menor entre 14 e 18 anos, que lhe tenha sido confiado para educação ou assistência, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos (...)*”.

O artigo 176º – *Lenocídio e tráfico de menores* – atribui uma pena de prisão que pode ir de seis meses a cinco anos para “*quem fomentar, favorecer ou facilitar o exercício da prostituição de menor entre 14 e 16 anos, ou a prática por este de actos sexuais de relevo*



(...)<sup>116</sup>,

Relativamente à *negligência e abandono*, o artigo 152º remete para as situações de negligência (intencional), bem como o artigo 138º *exposição e abandono* “*quem colocar em perigo a vida de outra pessoa:*

- a) *Expondo-a em lugar que a sujeite a uma situação de que ela, só por si, não possa defender-se; ou*
- b) *Abandonando-a sem defesa sempre que ao agente coubesse o dever de a guardar, vigiar ou assistir; é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos. Se o facto for praticado por ascendente (...) o agente é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos”.*

No Código Penal constam ainda outras referências, no âmbito dos maus tratos infantis, como o infanticídio, no artigo 136º bem como outros artigos que destacam relações de dependência e de parentesco das vítimas.

Estas e outras referências existentes em outros documentos legais de protecção à crianças e jovens e ao cidadão em geral (Constituição da República Portuguesa, Declaração Universal dos Direitos Humanos, entre outros), mostram a sensibilidade do sistema jurídico português para com a problemática dos maus tratos infantis, nas suas várias cambiantes, seja a nível da negligência, do abuso físico e do abuso sexual, como a nível do trabalho infantil.

Portanto, a nível da legislação podemos dizer que estamos perante um sistema jurídico que reconhece e salvaguarda os direitos das crianças e adolescentes e os protege legalmente contra todo o tipo de abuso.

O sistema jurídico português, assim apresentado, será tomado como modelo do sistema de protecção de menores existente em Portugal, e é com base na análise deste modelo que procuraremos responder a questão central desta investigação, que passa por saber qual a eficácia do sistema de protecção de crianças e jovens, a partir das várias situações de maus tratos contra eles praticados. Para tal, consideramos importante analisar outras questões relacionadas à protecção das crianças e jovens que são, nomeadamente, os critérios da intervenção, as medidas existentes e aplicadas na sua protecção e as entidades responsáveis e/ou envolvidas na sua protecção, que de seguida apresentamos.

---

<sup>116</sup> GONÇALVES, M. L., *Código Penal Português. Anotado e comentado – legislação complementar*, Livraria Almedina, Coimbra, 2002.

### 3.2.1 Legitimidade e enquadramento da intervenção

Para a análise da legitimidade e enquadramento da intervenção tomamos como referência a Lei nº 147/99 de 01 de Setembro, intitulada Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo. Tal referência justifica-se por se tratar da Lei de protecção de crianças e jovens em vigor no país, portanto, Lei geral da República, decretada pela Assembleia da República nos termos na alínea c) do artigo 161º da Constituição portuguesa, que tem por objecto a promoção dos direitos e a protecção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.

De acordo com esta Lei “a intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo”<sup>117</sup>.

Aqui, torna-se importante clarificar dois conceitos: criança ou jovem e situação de perigo. Para efeitos da presente Lei, considera-se criança ou jovem a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos<sup>118</sup>. Sobre a situação de perigo, considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) *Está abandonada ou vive entregue a si própria;*
- b) *Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;*
- c) *Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;*
- d) *É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;*
- e) *Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;*
- f) *Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.*

---

<sup>117</sup> Artigo 3º da Lei 147/99, de 01 de Setembro.

<sup>118</sup> Artigo 5º da Lei 147/99, de 01 de Setembro.

A intervenção para promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo, de acordo com esta Lei, deve ter em conta os seguintes princípios<sup>119</sup>:

- a) *Interesse superior da criança e do jovem* - ou seja, atender, prioritariamente, o interesse superior da criança e do jovem;
- b) *Privacidade* - a promoção dos direitos e protecção deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e pela reserva da sua vida privada;
- c) *Intervenção precoce* – logo que a situação de perigo seja conhecida;
- d) *Intervenção mínima* – exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção seja indispensável a efectiva protecção e promoção dos direitos da criança;
- e) *Proporcionalidade* – necessária e adequada à situação de perigo;
- f) *Responsabilidade parental* – responsabilizar os pais relativamente aos seus deveres para com os filhos;
- g) *Prevalência da família* – privilegiar as medidas que integrem a criança ou jovem na sua família ou que promovam a sua adopção;
- h) *Obrigatoriedade da informação* – a criança, o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a guarda de facto devem ser informados sobre os seus direitos, os motivos que determinam a intervenção e a forma como esta se processa;
- i) *Audição obrigatória e participação* – direito da criança, o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a guarda de facto serem ouvidos e de participarem nos actos e na definição da medida de promoção dos direitos e de protecção;
- j) *Subsidiariedade* – a intervenção deve ser efectuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, pelas comissões de protecção de crianças e jovens e só em última instância, pelos tribunais.

Estes princípios orientadores da intervenção, estipulados pela Lei, permitem promover o direito da criança ou jovens em perigo e assegurar a sua protecção por meio de uma intervenção que privilegia, acima de tudo, o interesse superior da criança e do jovem.

---

<sup>119</sup> Artigo 4º da Lei 147/99, de 01 de Setembro.

### 3.2.2 Medidas de promoção dos direitos e de protecção

A aplicação das medidas de promoção dos direitos e de protecção, também designadas medidas de promoção e protecção, é da competência exclusiva das comissões de protecção e dos tribunais.

Estas medidas visam essencialmente<sup>120</sup>:

- a) Afastar o perigo em que as crianças e jovens se encontram;
- b) Proporcionar-lhes condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral;
- c) Garantir a recuperação psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de abuso ou exploração.

Constituem medidas de promoção e protecção<sup>121</sup>:

- a) Apoio junto dos pais;
- b) Apoio junto de outro familiar;
- c) Confiança a pessoa idónea;
- d) Apoio para a autonomia de vida;
- e) Acolhimento familiar;
- f) Acolhimento em instituição.

Estas medidas de promoção e protecção são executadas no meio natural de vida ou em regime de colocação.

As medidas a executar no meio natural de vida são: apoio junto dos pais; apoio junto de outro familiar; confiança a pessoa idónea e apoio para a autonomia de vida.

As executadas em regime de colocação são o acolhimento familiar e o acolhimento em instituição.

#### Medidas no meio natural de vida

##### *Apoio junto dos pais*

A medida de apoio junto dos pais consiste em proporcionar à criança ou jovem apoio de natureza psicopedagógica e social e, quando necessário, ajuda económica.

---

<sup>120</sup> Artigo 34º da Lei 147/99, de 01 de Setembro.

<sup>121</sup> Artigo 35º da Lei 147/99, de 01 de Setembro.

#### *Apoio junto de outro familiar*

A medida de apoio junto de outro familiar consiste na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de um familiar com quem resida ou a quem seja entregue, acompanhada de apoio de natureza psicopedagógica e social e, quando necessário, ajuda económica.

#### *Confiança a pessoa idónea*

A medida de confiança a pessoa idónea consiste na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de uma pessoa que, não pertencendo à sua família, com eles tenha estabelecido relação de afectividade recíproca.

#### *Apoio para a autonomia de vida*

A medida de apoio para a autonomia de vida consiste em proporcionar ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, visando proporcionar-lhe condições que o habilitem e lhe permitam por si só adquirir progressivamente autonomia de vida.

Pode ser aplicada a mães com idade inferior a 15 anos, quando se verifica que a situação aconselha a aplicação desta medida.

#### Medidas de colocação

##### *Acolhimento familiar*<sup>122</sup>

O acolhimento familiar consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral. Para o efeito considera-se que constituem uma família duas pessoas casadas entre si ou que vivam uma com a outra há mais de dois anos em união de facto ou parentes que vivam em comunhão de mesa e habitação.

A Lei faz também referência ao tipo de famílias de acolhimento. O artigo 47º diz que podem constituir-se famílias de acolhimento em lar familiar ou profissional. A família de acolhimento em lar familiar é constituída por pessoas que se encontrem nas situações referenciadas acima. A de acolhimento em lar profissional é constituída por uma ou mais

---

<sup>122</sup> Artigo 46º da Lei 147/99, de 01 de Setembro.

peessoas com formação técnica adequada.

Quanto às modalidades do acolhimento familiar, de acordo com a lei, pode ser de curta duração ou prolongado. O de curta duração tem lugar quando seja previsível o retorno da criança ou do jovem à família natural em prazo não superior a seis meses. O acolhimento prolongado tem lugar nos casos em que, sendo previsível o retorno à família natural, circunstâncias relativas à criança ou ao jovem exijam um acolhimento de maior duração.

#### *Acolhimento em instituição*<sup>123</sup>

A medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou do jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhe garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

O acolhimento em instituição também pode ser de duração curta ou prolongada<sup>124</sup>. O de curta duração tem lugar em casa de acolhimento temporário ou unidades de emergência. Os acolhimentos de curta duração resultam da aplicação de medidas provisórias, aplicadas em situações de emergência e tem uma duração máxima de 6 meses, podendo ser excedido quando, por razões justificadas, seja previsível o retorno à família ou enquanto se procede ao diagnóstico da respectiva situação e à definição do encaminhamento subsequente. À requerimento do Ministério Público, o tribunal profere a decisão provisória no prazo de 48 horas.

O acolhimento prolongado tem lugar em lar de infância e juventude e destina-se à criança ou ao jovem quando as circunstâncias do caso aconselhem um acolhimento de duração superior a seis meses. Para esses acolhimentos a casa de acolhimento temporário ou prolongado deverá dispor de uma equipa técnica devidamente dimensionada e preparada à quem cabe o diagnóstico da situação da criança ou do jovem acolhidos e a definição e execução do seu projecto de promoção e protecção. Esta equipa deve ser pluridisciplinar, integrando as valências de psicologia, serviço social e educação, como também da colaboração de pessoas com formação na área de medicina, direito, enfermagem e, no caso dos lares de infância e juventude, da organização de tempos livres.

O artigo 51º acrescenta que, os lares de infância e juventude podem ser especializados

---

<sup>123</sup> Artigo 49º da Lei 147/99, de 01 de Setembro.

<sup>124</sup> Artigo 50º da Lei 147/99, de 01 de Setembro.

ou ter valências especializadas. Estes devem ser organizados segundo modelos educativos adequados às crianças e jovens nele acolhidos.

Sobre a sua natureza, o artigo 52º refere que as instituições de acolhimento podem ser públicas ou cooperativas, sociais ou privadas com acordo de cooperação com o Estado. Quanto ao seu funcionamento<sup>125</sup>, funcionam em regime aberto (livre entrada e saída de crianças e do jovem da instituição de acordo com as normas gerais de funcionamento) e são organizadas em unidades que favoreçam uma relação afectiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade.

Os pais, o representante legal, ou quem tenha a guarda de facto podem visitar a criança ou o jovem, dentro dos horários e das regras de funcionamento da instituição, salvo decisão judicial em contrário.

---

<sup>125</sup> Artigo 53º da Lei 147/99, de 01 de Setembro.

### **3.3 Entidades com competência em matéria de infância e juventude**

As entidades com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ) são instituições que, no seguimento da legislação, da Convenção dos Direitos da Criança e da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, prosseguem fins de apoio educativo, social e de protecção à crianças e jovens, entre outros.

São instituições capazes de controlar, avaliar as situações de maus tratos e de intervir na resolução dessas situações, estando para isso, habilitadas com técnicos da área do serviço social, da educação, da psicologia, ou outras.

A intervenção destas instituições é efectuada de modo consensual com os pais, representantes legais ou quem tenha a guarda de facto da criança ou jovem<sup>126</sup> e mediante a não oposição do menor com idade igual ou superior a 12 anos<sup>127</sup>. Sempre que haja oposição ou não sendo possível actuar de forma adequada a remover o perigo em que se encontra o menor, estas entidades devem participar a situação à CPCJ ou ao tribunal.

Entre as várias entidades e organismos com competência em matéria de infância e juventude, a escola é um dos espaços mais importantes no conhecimento de situações de maus tratos mas também no seu controlo e prevenção. Isto acontece não só pelo relacionamento que pode ser estabelecido com as crianças ou jovens e suas famílias, mas também por permitir observar diariamente os alunos, na sua condição física e no seu comportamento.

Para além da escola, outras instituições e organismos trabalham, em Portugal, na protecção das crianças e jovens, sendo de destacar a Emergência Infantil (EI), o Instituto de Apoio à Criança (IAC), o Centro de Estudos Judiciários (CEJ), o Projecto de Apoio à Família e à Criança (PAFAC), as diversas Instituições Particulares de Solidariedade Social, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ), os Tribunais, entre outros, os quais têm constituído respostas sociais para crianças e jovens em situação de perigo que vão no sentido da sua protecção e da promoção dos seus direitos.

#### **3.3.1 As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo**

Na sequência da Lei 147/99 de 01 de Setembro – tida como referência na análise da legitimidade e do enquadramento da intervenção, nesta investigação -, pareceu-nos importante alargar a apresentação das comissões de protecção por se tratar de uma instituição

---

<sup>126</sup> Artigo 7º da Lei 147/99, de 01 de Setembro.

<sup>127</sup> Artigo 10º da Lei 147/99, de 01 de Setembro.



que surge no âmbito desta Lei.

As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo são definidas no artigo 12º como “instituições oficiais, não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”<sup>128</sup>. Criadas em 1999, sucedem as comissões de protecção de menores criadas em 1991. São declaradas instaladas por portaria conjunta do ministro da justiça e do ministério do trabalho e da segurança social.

As comissões exercem as suas atribuições em conformidade com a lei e deliberam com imparcialidade e independência. Intervêm sempre que uma criança ou jovem esteja numa situação de perigo e tem lugar quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude acima referidas, actuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram. Portanto, intervêm por iniciativa própria ou mediante participação verbal ou escrita de qualquer pessoa ou organismo público ou privado, nomeadamente, das autoridades policiais, judiciárias, das ECMIJ, de qualquer pessoa que tenha conhecimento da situação de perigo em que se encontra uma criança ou jovem, ou o próprio menor, os pais, encarregados de educação ou quem tenha a sua guarda de facto.

#### *Limitações no âmbito da intervenção das CPCJ*

A sua intervenção, as comissões de protecção dependem do consentimento expresso dos seus pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, e da não oposição da criança ou jovem com idade igual ou superior a 12 anos, considerada a sua capacidade para compreender o sentido da intervenção. Dispõem de um conjunto de medidas de promoção e protecção, já identificadas, que visam afastar o perigo em que se encontram as crianças e jovens, proporcionar-lhes condições para a sua protecção, segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral e garantir a sua recuperação física e psicológica de qualquer forma de exploração ou abuso<sup>129</sup>.

Acima das comissões de protecção está o Ministério Público a quem cabe acompanhar as suas actividades e apreciar a legalidade e adequação das decisões, fiscalizar a sua actividade processual e a promoção dos procedimentos judiciais adequados.

---

<sup>128</sup> Artigo 12º da Lei 147/99, de 01 de Setembro.

<sup>129</sup> Artigo 34º da Lei 147/99, de 01 de Setembro.

### *Intervenção judicial*

De acordo com a Lei de protecção em análise, a intervenção judicial tem lugar nas situações em que:

- a) Não esteja instalada Comissão de Protecção de Crianças e Jovens com competência no município ou na freguesia da respectiva área de residência;
- b) Não seja prestado o consentimento necessário à intervenção da comissão, quando este é retirado ou quando o acordo de promoção de direitos e de protecção seja reiteradamente não cumprido;
- c) A criança ou jovem com idade igual ou superior a 12 anos se oponham à intervenção;
- d) A comissão de protecção não obtenha a disponibilidade dos meios necessários para a aplicação ou execução da medida que considere adequada;
- e) Decorridos seis meses após conhecimento da situação pela comissão de protecção, não tenha sido proferida qualquer decisão;
- f) O Ministério Público considere a decisão da comissão ilegal ou inadequada à promoção dos direitos ou à protecção da criança ou do jovem;
- g) O tribunal decida a apensação do processo da comissão de protecção ao processo judicial<sup>130</sup>.

Com a intervenção judicial concluímos, assim, a apresentação do modelo de protecção de menores existente em Portugal, onde mostramos, por um lado o sistema legal existente, concretamente, a Lei de protecção de menores em vigor e, por outro lado, a legitimidade e enquadramento da intervenção, as medidas aplicadas na protecção de crianças e jovens e as instituições envolvidas e/ou responsáveis na sua protecção, designadas instituições com competências em matéria de infância e juventude.

A pesquisa efectuada sobre o sistema de protecção de menores existente em Portugal mais as efectuadas sobre a situação da criança em Portugal relativamente à problemática dos maus tratos permitiram-nos definir um quadro teórico a partir do qual pretendemos explicar a nossa problemática. Dada a complexidade do tema de investigação, tomamos por referência teorias que nos permitissem tratar do problema tendo em conta toda a sua complexidade e nos ajudassem a perceber as causas profundas da ocorrência dos maus tratos e da sua forte expressão no nosso contexto social.

---

<sup>130</sup> Que, de acordo com o nº 2 do artigo 81º da Lei 147/99, de 01 de Setembro, só será determinada relativamente ao processo de promoção e protecção a correr nos termos na Comissão de Protecção se o juiz, por despacho fundamentado, entender que existe ou pode existir incompatibilidade das respectivas medidas ou decisões.

### 3.4 Problemática teórica

Resta-nos, então, apresentar o modelo teórico que tomamos como referência nesta pesquisa e que cremos, será o caminho para responder as questões estruturantes deste trabalho.

Das leituras e pesquisas efectuadas sobre o tema e das entrevistas exploratórias realizadas descobrimos que os maus tratos a menores não só constituem uma realidade histórica, como têm sido uma prática corrente nos contextos sociais modernos. Tal como já citado, dentro desse contexto social, o espaço familiar tem sido o mais propenso à prática da violência e, portanto, dos maus tratos a menores. É o que nos mostra Giddens nas suas abordagens sobre a família na era moderna<sup>131</sup>, como também outros autores, alguns deles já citados.

Por isso, tomamos como ponto de partida desta investigação, por um lado, que os maus tratos existem e que são uma prática comum contra crianças e jovens. Por outro lado, ao considerarmos a protecção social de menores nesta pesquisa partimos do princípio que a perpetuação desta modalidade de violência contra crianças pode ser explicada no próprio sistema de protecção de menores existente. Partimos, assim, do princípio que haverá falhas ou lacunas no sistema de protecção social de menores que levam, no caso concreto português, à sua perpetuação e multiplicação.

Para explicar a suposta relação entre as duas variáveis em análise, maus tratos e protecção social de menores, optamos por ter como base um quadro teórico que, pela sua abrangência, poderão ajudar-nos a compreender melhor a problemática. A procura de um quadro teórico mais abrangente justifica-se pela necessidade de encontrarmos uma resposta ao problema que vá além da mera aparência de causalidade e que complemente as abordagens que consideram apenas um aspecto da realidade na sua explicação. Queremos um quadro que permita compreender o problema dos maus tratos no seu todo e, considerando tratar-se de uma realidade complexa, consideramos que a sua análise deverá ser abrangente para a conseguir explicar.

Tomamos, deste modo, como referência teórica nesta análise as teorias funcionalistas e sistémicas. Para além de constituírem teorias actuais sobre a realidade social, e de terem constituído um grande referencial teórico dentro da sociologia, pareceu-nos que através dos

---

<sup>131</sup> GIDDENS, A., *op cit*, p. 174-199.

seus conceitos fundamentais, nomeadamente função, totalidade e sistema, encontraríamos o caminho para a compreensão e explicação da problemática em estudo.

As teorias funcionalistas em geral e, as análises sistémicas em particular, propõe-nos um quadro teórico de referência que nos leva a pensar a realidade social como organização, ou seja, um todo constituído por partes mas que não se reduz à soma das partes que a compõem. E é o facto de as partes serem interactuantes, ou seja, delas estabeleceram relações entre si, que as tornam em sistema, isto é, em algo mais do que um simples conjunto ou agregado, algo mais do que a soma das suas partes. Nesta sequência, Parsons, autor de referência nas teorias funcionalistas e sistémicas, considera que o sistema social deve ser tratado como uma rede de trocas interdependentes<sup>132</sup>.

O traço comum de todas as concepções funcionalistas da sociedade é, como sabemos, a tendência para considerar os factos sociais e as instituições como desempenhando uma função que por sua vez só pode ser compreendida dentro de uma totalidade, a saber, a sociedade global. Começamos, então por clarificar o conceito de função. Segundo a teoria funcionalista desempenhar uma função traduz o ser útil. Deste modo, os factos sociais ou as instituições são explicados pela teoria funcionalista como sendo úteis ou mesmo indispensáveis à manutenção da vida dos participantes e a preservação da própria sociedade. Dito de outro modo, desempenhar uma função é equiparado a trazer um contributo para, e nesta óptica os factos sociais ou as instituições desempenham uma função social e têm, por isso, na sua dependência outros factos. Este tipo de explicação funcionalista é, sem dúvida, individualista e utilitarista.

A explicação que se pretende nesta investigação ultrapassa esta vertente utilitarista do funcionalismo, uma vez que procura uma explicação para a acção dentro de um todo do qual faz parte. Nos centraremos, assim, na explicação que faz apelo à tendência da totalidade na reprodução dos factos sociais.

Para compreendermos o conceito de função e de totalidade usaremos as metáforas organicistas com vista a explicarmos o nosso objecto. Nas metáforas organicistas a realidade social é equiparada a um organismo vivo. Tal como acontece num organismo vivo, a teoria defende que na organização social cada grupo dá um contributo diferenciado,

---

<sup>132</sup> PARSONS, T., "The Social System", Tavistock, London, 1952, in FERREIRA, J. M. C.; PEIXOTO, J.; CARVALHO, A. S.; RAPOSO, R.; GRAÇA, J. C. e MARQUES, R., *Sociologia*, Mc Graw Hill, Amadora, 2000.

desempenhando, assim na sociedade uma função específica e, portanto, necessária à manutenção do todo. Esse contributo diferenciado é harmonioso e permite a reprodução do sistema.

Portanto, a organização de uma sociedade implica a diferenciação, na medida em que é constituída por um conjunto diferenciado de elementos em que cada um desempenha uma função específica que contribui harmoniosamente para o todo. Nesta perspectiva, entendemos o conceito de funções como acções diferentes realizadas por partes diferentes com a particularidade de serem mutuamente dependentes<sup>133</sup>.

Com efeito, tal como num organismo vivo, num organismo social existem órgãos vitais e órgãos não vitais ou secundários. Os órgãos vitais serão os que pela função vital que desempenham, não podem ser substituídos por serem indispensáveis ao funcionamento do todo. Os órgãos secundários são os que pela sua natureza podem ser substituídos.

Nas sociedades ou organismo social existem também funções vitais e não vitais. As vitais são as que pela sua complexidade, especialidade ou responsabilidade são desempenhadas por um grupo específico de elementos e, por isso, dificilmente são substituídas por outras funções ou reenchidas por serem fundamentais ao funcionamento social. Com as secundárias ou não vitais, já não acontece o mesmo porque não sendo fundamentais e indispensáveis, podem ser substituídas por outras.

Ainda, de acordo com esta teoria, em sociedades simples ou ditas inferiores as funções nelas desempenhadas são facilmente substituídas porque não requerem grandes especializações, sendo, por isso, facilmente preenchidas. Em sociedades como a nossa, grandemente especializada no domínio da indústria e outros, as acções não são facilmente substituídas porque são, normalmente especializadas. Essa especialização é própria das sociedades desenvolvidas ou em crescimento. É harmoniosa na medida em que cada parte auxilia todas as outras e todas elas auxiliam cada uma com maior eficiência contribuindo, assim, para a actividade global<sup>134</sup>.

Com base nesta metáfora e considerando a perspectiva funcionalista queremos analisar a funcionalidade das instituições sociais relacionadas ao nosso objecto de estudo: a família e as instituições de protecção de menores.

Consideramos a instituição família na explicação da problemática pela incidência da

---

<sup>133</sup> CRUZ, M. B., *Teorias Sociológicas – os fundadores e os clássicos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001, p. 227-231.

<sup>134</sup> Idem, *Ibidem*.

violência e, particularmente dos maus tratos, nos contextos familiares. Como referem Ana Nunes, Isabel Margarida e Helena Nunes de Almeida “A realidade da família como lugar privilegiado de violência, no passado como no presente, é uma constatação que reencontramos em toda a literatura disponível”<sup>135</sup>.

Com base na teoria funcionalista entendemos a família como uma instituição social que desempenha funções específicas que permitem assegurar a continuidade e o consenso do todo. A família enquanto célula base de toda a sociedade desempenha funções importantes que contribuem para satisfazer as necessidades básicas da sociedade e para a reprodução da ordem social. Segundo os sociólogos da tradição funcionalista, a família desempenha papéis especializados nas sociedades modernas. Parsons fala em duas grandes funções desempenhadas pela família: a socialização primária e a estabilização da personalidade.<sup>136</sup> Segundo o autor, “a socialização primária é o processo através do qual a criança aprende as normas culturais da sociedade onde nasce”<sup>137</sup>. Ocorre nos primeiros anos de vida e é muito importante para o desenvolvimento da personalidade humana. A estabilização da personalidade é papel desempenhado pela família na assistência emocional aos membros adultos da família.

A par destas funções são comumente consideradas, também, as de protecção e de integração dos seus membros. Sobre a integração, lembremos a “Teoria Social sistémica” de Parsons e dos imperativos funcionais. Esta teoria considera que a acção humana desenvolve-se dentro de quatro contextos diferenciados (cultural, psicológico, biológico e social), cada um deles em correspondência com os imperativos funcionais que são a estabilidade normativa, integração, a prossecução de objectivos e a adaptação. Ao sistema cultural corresponde a estabilidade normativa; ao sistema psicológico corresponde a prossecução de objectivos, ao sistema biológico corresponde a adaptação e ao sistema social corresponde a integração. O sistema social é o que regula o inter-relacionamento das suas partes componentes e que gere todos os outros imperativos funcionais<sup>138</sup>. Neste sistema encontramos família e outras instituições sociais.

A função de integração assume uma grande importância no sistema social. Pode, com efeito, ser assegurada pela família e por outras instituições sociais mas não retirando a

---

<sup>135</sup> ALMEIDA, A. N.; ANDRÉ, I. M.; ALMEIDA, H. N., *op cit*, p. 19.

<sup>136</sup> PARSONS, T.; BALES, R. F., “Family: Socialization and interaction Process”, in GIDDENS, A., *op cit*, p. 177.

<sup>137</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>138</sup> PARSONS, T., “The Social System,” in FERREIRA, J. M. C.; PEIXOTO, J.; CARVALHO, A. S.; RAPOSO, R.; GRAÇA, J. C. e MARQUES, R., *op cit*.

especificidade do contexto familiar, por este constituir o primeiro meio de socialização.

Sabemos hoje, porém, que a família – uma boa parte dela - não tem desempenhado as suas funções ou principais atribuições. Esta afirmação tem como suporte tanto a perspectiva histórica dos maus tratos apresentada como o retrato, também apresentado, da situação da criança em Portugal relativamente aos maus tratos.

As situações de vulnerabilidade, de risco e de maus tratos a crianças e jovens são explicados, assim, numa primeira análise, pelo não cumprimento das funções da família que sendo específicas não são facilmente colmatadas por outras instituições e, portanto, facilmente substituíveis. O não cumprimento das funções familiares coloca as crianças em situação de vulnerabilidade, que se converte em perigo, sempre que outros factores – os factores dos maus tratos já apresentados – interfiram na vida familiar.

Resta perceber o porquê do não cumprimento das suas funções. Se considerarmos a família como um subsistema que tem à sua volta um sistema maior, o social, depressa compreenderemos esta situação.

Tal como sabemos, as sociedades têm passado por grandes transformações e mudanças cujos ritmos são também muito acelerados. Como nos mostra Giddens, “... as instituições sociais características do mundo moderno são radicalmente diferentes mesmo das do passado recente. No espaço de apenas dois ou três séculos – um período curtíssimo no contexto da história humana – a vida social dos homens afastou-se radicalmente do tipo de ordem social em que as pessoas viveram durante milhares de anos”<sup>139</sup>.

O advento da industrialização mexeu com os padrões de vida tradicionais e alteraram toda a situação familiar fazendo-a adquirir novos contornos e novos papéis. Resultado deste processo, a emancipação da mulher e sua entrada crescente no mercado de trabalho levou ao desempenho de novas tarefas e funções e, conseqüentemente, dissociou-as das tarefas que tradicionalmente lhe estavam atribuídas<sup>140</sup>.

As grandes transformações sociais têm influenciado as formas familiares que tendem a diversificarem-se como já o demonstramos.

Não admira, portanto, que estas mudanças e transformações tornem a família mais insegura e vulnerável levando ao não cumprimento dos seus papéis sociais básicos potenciando, assim, situações de vulnerabilidade dos seus membros.

---

<sup>139</sup> GIDDENS, A., *op cit*, p. 42.

<sup>140</sup> Idem, *ibidem*, p. 392.

Com base neste quadro, de vulnerabilidade dos contextos familiares, nomeadamente, dos seus membros, passamos a apresentar o modelo de protecção social de menores existente o qual procuraremos analisar com referência ao mesmo modelo teórico de análise.

Em primeiro lugar, queremos esclarecer que entendemos como modelo de protecção social de menores todo o sistema de protecção de menores existente num dado país ou localidade constituído por um conjunto de instituições de protecção de menores – no nosso contexto, as denominadas como instituições com competências em matéria de infância e juventude – que têm na base da sua actuação um conjunto de normas legais, criadas para esse fim.

Trata-se, assim, de respostas sociais que visam superar todas as limitações do sistema familiar e social ou simplesmente reforçar as suas intervenções (seus papéis) no sentido de promover a integração e protecção das crianças e jovens.

As instituições de protecção são aqui, também, analisadas tendo em conta as suas funções. Tal de acordo com a teoria funcionalista, tal como qualquer outra instituição social, as instituições de protecção de menores cumprem uma função social: proteger crianças e jovens em situação de perigo. Trata-se, igualmente de funções específicas na medida em que exigem determinada especialização para o seu exercício mas que têm em comum uma mesma finalidade.

Consideramos, assim, que tal como no caso da família, o não cumprimento das funções específicas destas instituições ou o não funcionamento eficaz do sistema, ou o seu não cumprimento de forma eficaz coloca em causa a protecção das crianças e jovens contribuindo para a multiplicação e perpetuação das situações de maus tratos sobre as crianças.

É com base neste princípio que definimos como um dos objectivos desta investigação analisar o sistema de protecção social de menores pela análise da Lei de protecção de menores existente mas, também, pela análise da forma como ela é, na prática, aplicada (considerando os critérios que determinam a intervenção, as medidas aplicadas, as entidades envolvidas da sua protecção e a articulação existente entre as mesmas, os recursos necessários, entre outros) para, assim, respondermos a questão relativa a eficácia do sistema de protecção de menores existente.

A partir deste quadro teórico, cremos ser possível explicar a relação entre as duas variáveis, pela análise permitida da instituição familiar e das instituições de protecção de menores através da função que desempenham e da sua importância na sociedade. No caso da família o não cumprimento das suas funções mais importantes, seja a socialização primária e a estabilização da personalidade, integração ou protecção dos seus membros, pode colocar



cada um dos seus elementos em situação de vulnerabilidade. As instituições de protecção de menores, tal como a instituição familiar, desempenham também funções na sociedade. São, normalmente, funções que exigem especializações, por isso, não facilmente substituídas ou preenchidas. Assim sendo, o não cumprimento dessas funções ou, simplesmente o seu cumprimento de forma não eficaz podem contribuir para explicar os vários casos de maus tratos existentes e a tendência para a sua perpetuação.

Ao falarmos em instituições de protecção de menores como pertencentes a um sistema social, o de protecção de menores, queremos realçar a necessidade de inter-relação e comunicação entre todas elas, conceitos centrais na própria definição de sistema.

Esta pareceu-nos ser uma perspectiva de análise abrangente que permite equacionar o problema dos maus tratos praticados a menores com base na própria funcionalidade das instituições sociais enquanto elementos de uma sociedade na qual cumprem funções que permitem manter e reproduzir o sistema social. Estas, também, equiparadas a estruturas orgânicas são constituídas por elementos com funções distintas, umas vitais outras secundárias, que só por meio da inter-relação estabelecida entre os seus elementos e do cumprimento das funções específicas permitem o normal funcionamento do todo.

Na nossa realidade de estudo, os dados epidemiológicos dos maus tratos a crianças fazem-nos crer que tanto na instituição familiar como nas de protecção, as funções básicas não têm sido cumpridas como deveriam, gerando ou, simplesmente, perpetuando situações de maus tratos a crianças e jovens.

## **CAPÍTULO IV**

### **MAUS TRATOS ÀS CRIANÇAS E JOVENS: ESTUDO EMPÍRICO**

#### **4.1 Metodologia**

A investigação na área dos maus tratos a menores apresenta algumas particularidades entre as quais apontamos a complexidade do fenómeno e a sua natureza privada. Trata-se, pois, de um fenómeno de difícil identificação, sobretudo quando as lesões e sequelas deixadas não se manifestam no domínio físico e, portanto, visível. Trata-se também de um fenómeno de difícil definição, dada a necessidade de contextualização das práticas consideradas maltratantes pela importância da dimensão cultural e dos contextos de interacção na sua definição.

Outra particularidade é que remete igualmente para a complexidade do fenómeno em estudo, reside no facto de se tratar de um fenómeno de natureza privada, ou seja, que ocorre, na maior parte dos casos, no domínio privado da vida familiar. Sendo privado torna-o invisível e oculto. A tendência para a ocultação desta prática e, portanto, para se manter o anonimato, deve-se à maior sensibilidade das pessoas para a questão dos maus tratos e violência na família em geral, e a cada vez maior intolerância social face a estas situações. Esta tendência para a ocultação ou, simplesmente, para a não exposição, fez-se sentir a nível da própria investigação, quando se questionava os técnicos das instituições/centros entrevistados sobre as situações de maus tratos que tenham considerado mais marcantes nas situações acolhidas. Na sua maioria, os técnicos entrevistados demonstram pouco a vontade na resposta à questão, pelo princípio da não exposição das crianças acolhidas. Tornou-se, então, necessário clarificar os objectivos da investigação e reforçar o interesse no exclusivo conhecimento das problemáticas acompanhadas e não na identificação das vítimas destas situações.

Perante estes problemas metodológicos que se relacionam às características do objecto de estudo, tornou-se, assim, importante a definição de teorias adequadas e métodos mais apropriados para a pesquisa. Dada a complexidade do objecto, tornou-se necessário a adopção de métodos tão abertos que se ajustem à complexidade do objecto a estudar e que considerem a sua inteireza e o seu contexto quotidiano.

A metodologia qualitativa, pelas suas características, pareceu-nos ser a mais indicada para

esta investigação. Uma das suas características é a procura do conhecimento em profundidade dos fenómenos sociais através da compreensão das razões que estão na origem na sua ocorrência, não limitando-se, apenas ao estabelecimento de regularidades e correlações entre os fenómenos mas, procurando, sobretudo, a sua explicação e compreensão. É uma metodologia importante no estudo das relações sociais, dada a pluralidade dos universos da vida, nem todos passíveis de serem estudados numa perspectiva quantitativa.

Tal como o mostra Esteves, as técnicas qualitativas são particularmente justificadas para este tipo de investigação porque constituem os meios mais adequados, embora não exclusivos, no estudo de problemas emergentes em população oculta<sup>141</sup>.

Ao contrário dos estudos conduzidos na base de técnicas e metodologias quantificadoras e que têm por finalidade a generalização dos resultados, este estudo este estudo postula, através do uso da metodologia qualitativa, a compreensão, em profundidade, do fenómeno dos maus tratos praticados a menores e dos mecanismos a eles associados e procura uma explicação social para a sua ocorrência. Não tem, portanto, como objectivo a generalização dos resultados nem o estabelecimento de regras lineares e deterministas sobre as situações de maus tratos e de protecção social de menores no grupo em estudo.

Para efeitos de recolha de informações foram utilizadas as seguintes técnicas:

- A entrevista: principalmente a não estruturada (não-directiva) e a semi-estruturada (semi-directiva). O primeiro tipo de entrevista foi utilizado, na fase exploratória uma vez que correspondendo à essência da entrevista qualitativa permite a recolha de dados variados e detalhados que possam ser utilizados na pesquisa. Foi também utilizada para obter relatos pessoais, de jovens institucionalizados, sobre os maus tratos de que foram vítimas e que estiveram na origem da sua institucionalização.

O segundo tipo de entrevista, embora possuindo alguma estruturação, sobretudo ao nível dos temas que compõem o guião, permite o acesso a informação rica, complexa e profunda, uma vez que dá-se ao entrevistado liberdade para falar sobre os temas que lhe são propostos.

- A observação: a sua aplicação neste tipo de investigação é limitada dado se tratar de uma realidade eminentemente privada, pelo que só se tem acesso às práticas de maus-tratos e violência exercidos sobre as crianças num momento posterior à sua ocorrência. Deste modo,

---

<sup>141</sup> ESTEVES, A. J., “Metodologias qualitativas, perspectivas gerais”, in AZEVEDO, J.; ESTEVES, A. (orgs), *Metodologia Qualitativa para as Ciências Sociais*, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998.

a sua aplicação surge na sequência da fase exploratória e a nível da dinâmica observável das instituições entrevistadas mas acaba por estar presente em todo o processo de investigação. Constitui um instrumento valioso, na medida em que, permite enriquecer a informação recolhida por meio da entrevista com as informações adquiridas, *in loco*, através da observação.

- A análise documental: é um procedimento essencial em todos os momentos de pesquisa. Permite fazer um levantamento do património teórico existente sobre o tema recorrendo-se, para o efeito, a fontes privadas e oficiais, para de seguida, nos proporcionar um importante instrumento de análise.

Quanto às técnicas de análise, após a recolha dos dados, privilegiamos a análise de conteúdo. Esta técnica parece ser a mais ajustada para este tipo de investigação por proporcionar o conhecimento do conteúdo manifesto nos discursos utilizados pelos entrevistados permitindo, assim, conhecer as representações dos sujeitos sobre a realidade em estudo pela interpretação que fazem desta realidade social e pela maneira que se posicionam face a ela através dos seus próprios discursos.

A informação recolhida por meio das entrevistas teve na sua base um conjunto de questões organizadas por tópicos para os dois grupos (ver guiões de entrevista), que permitiram cumprir os objectivos definidos nos dois momentos da investigação, portanto, cumprir os objectivos da investigação e testar as hipóteses de pesquisa formuladas.

Sobre o grupo de estudo, definimos como população alvo para esta investigação instituições e/ou entidades responsáveis pela protecção de crianças e jovens em risco: Instituições de Acolhimento/Centros de Acolhimento de Crianças e Jovens e entidades responsáveis e ou envolvidas na protecção de menores, nomeadamente, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, o Tribunal de Família e Menores e a EMAT do Instituto de Segurança Social do Porto, a nível do Grande Porto.

Tratou-se de uma amostra de vinte (20) instituições e/ou entidades, sendo que quinze (15) são as instituições e centros de acolhimento temporário de crianças e jovens e cinco (5) são as entidades responsáveis e/ou envolvidas na protecção de menores.

O método de selecção da amostra foi o método não aleatório, e o tipo de amostra é a amostra intencional por critério. Será, portanto, uma amostra composta por elementos da população seleccionados intencionalmente, de acordo com critérios pré-definidos, considerando que possuem características típicas ou representativas da população.

O critério fundamental de selecção das instituições foi o ano da instituição e o número

de crianças acolhidas. Isto traduziu-se na escolha de instituições e centros com maiores anos de trabalho em acolhimento (portanto, as mais antigas) e com maiores capacidades de acolhimento – que só foi permitido por um levantamento feito sobre as instituições e centros de acolhimento de crianças e jovens existentes no Grande Porto.

A definição deste critério teve como objectivo conseguir uma maior abrangência de situações de maus tratos acompanhados pelas instituições permitindo, assim, caracterizar melhor o objecto no quadro da sua diversidade.

A amostra, assim definida, não obedece ao critério de representatividade numérica e, portanto, não visa mostrar uma correspondência entre o universo de estudo e a amostra, por se tratar de uma pesquisa empírica de carácter qualitativo com análise descritiva dos resultados. Não pretendemos utilizar estatísticas amostrais para estimar parâmetros populacionais, mas entender o fenómeno dos maus tratos praticados a menores a partir do aprofundamento e a abrangência da compreensão de um grupo social particular.

Para reforçar as informações recolhidas junto das instituições e centros de acolhimento e na expectativa de aprofundar o conhecimento sobre esta realidade, definimos um grupo de cinco (5) jovens institucionalizados para a obtenção de relatos pessoais de maus tratos. Tratou-se de um grupo pequeno escolhido também intencionalmente com base no critério idade (superior a 12 anos) e abertura demonstrada. A idade definida pareceu-nos determinante para obtenção de relatos de crianças ou jovens com capacidade de entendimento e compreensão da questão e, a abertura, pela espontaneidade necessária no seu equacionamento.

Esses relatos pessoais permitiram complementar o estudo pela proximidade com o objecto facultado o que levou também ao aprofundamento do conhecimento do objecto de estudo.

## 4.2 Modelo de análise

A construção do modelo de análise é o prolongamento natural da problemática e o caminho através do qual pretendemos analisar e testar as variáveis em estudo. No caso da nossa investigação consideramos, num primeiro momento, que a prática de maus tratos a menores constitui um fenómeno social ligado, nomeadamente, ao funcionamento da própria sociedade e das suas instituições componentes. Com base na perspectiva funcionalista e sistémica consideramos que a sociedade é constituída por instituições que desempenham funções específicas no seu interior que permitem assegurar a sua existência, funcionamento e reprodução. Considerando que existem funções vitais e outras secundárias, existem também instituições que desempenham papéis básicos e fundamentais ao normal funcionamento da sociedade. Essas funções básicas, quando não são asseguradas, podem por em causa a funcionalidade do todo.

Com base neste modelo teórico, definimos que a causa da ocorrência dos maus tratos a menores está no não cumprimento de funções básicas de determinadas instituições sociais. Sendo a família a instituição responsável pela socialização primária das crianças e jovens, questionamos o seu funcionamento nas sociedades actuais. A alteração da estrutura e das funções da família resultado do conjunto de transformações e mudanças da era moderna tem contribuído para a vulnerabilidade dos seus elementos, potenciando, assim, situações de maus tratos a crianças e jovens no seu interior.

Importa, assim, clarificarmos os principais conceitos aqui utilizados: maus tratos e família. Retomamos a definição de maus tratos, já apresentada, segundo Teresa Magalhães: “qualquer forma de tratamento físico e (ou) emocional, não accidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder. Podem manifestar-se por comportamentos activos (físicos, emocionais ou sexuais) ou passivos (omissão ou negligencia nos cuidados e (ou) afectos) ” <sup>142</sup>. Queremos realçar as características fundamentais desta definição, a saber, ser um tratamento físico ou emocional, não accidental e inadequado resultante da relação adulto e criança. Excluimos, assim, para efeitos desta investigação, todas as outras definições que não consideram tais características, por acharmos ser esta a noção mais abrangente e que, portanto, nos ajudará a englobar todas as modalidades possíveis de situações maltratantes.

---

<sup>142</sup>MAGALHÃES, T., *op cit*, p. 33.

Na clarificação do conceito família tomamos como modelo a definição dada por Anthony Giddens “uma família é um grupo de pessoas unidas directamente por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças”<sup>143</sup>. O autor entende por laços de parentesco as relações entre os indivíduos estabelecidas através do casamento ou por meio de linhas de descendência que ligam familiares consanguíneos (mães, pais, filhos, filhas, avós, etc.).

Este autor, ao definir parentesco com base no casamento ou descendência consanguínea, exclui automaticamente todas as formas familiares que não tem por base nem o casamento, nem a consanguinidade. Desde logo, assumir esta definição nestes termos é pôr em causa todas as novas formas familiares já referidas ao longo do trabalho. De qualquer forma, mesmo não concordando com este aspecto, é a definição que nos permite considerar a família tendo em conta a sua função “os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças”.

Ao optarmos por esta definição queremos ressaltar a característica da função da família em detrimento de outras características como por exemplo as suas formas ou modalidades ou a função de produção económica. Antes, a concebemos como uma instituição social que desempenha funções importantes que contribuem para satisfazer as necessidades básicas da sociedade e para a reprodução da ordem social. Reforçamos esta concepção de família com os estudos de Parsons<sup>144</sup> segundo os quais uma das grandes funções desempenhadas pela família é a socialização primária das crianças e a reprodução social.

Num segundo momento, consideramos que a tendência para a perpetuação da prática dos maus tratos a menores e sua multiplicação resulta do não funcionamento eficaz do próprio sistema de protecção de menores existente. Aqui, consideramos que as instituições de protecção de menores, não tem cumprido com eficácia as suas funções básicas de protecção de crianças e jovens contribuindo, assim, para aumentar e fazer perpetuar as situações de maus tratos a menores.

Para efeitos desta investigação consideramos como sistema de protecção de menores o sistema legal de um país que regula toda a intervenção sobre crianças e jovens em perigo no sentido da sua protecção. Fazem parte do sistema de protecção a Lei de protecção de menores (e todos os critérios de intervenção nela definida) e as entidades ou instituições responsáveis

---

<sup>143</sup> GIDDENS, A., *op cit*, p. 175.

<sup>144</sup> PARSONS, T.; BALES, R. F., “Family: Socialization and interaction Process”, in GIDDENS, A., *op cit*, p. 177.

pela sua aplicação e acompanhamento.

Definimos como instituições de protecção de menores as instituições capazes de controlar, avaliar as situações de maus tratos e de intervir na resolução dessas situações<sup>145</sup>.

#### 4.2.1 Hipóteses teóricas

Dando continuidade ao modelo de análise, queremos apresentar as hipóteses formuladas que visam responder a questão central desta investigação. São construídas com base no nosso referencial teórico, e traduzem a hipotética relação entre os dois conceitos centrais nesta investigação, maus tratos e protecção social de menores e os fenómenos que designam.

Considerando as fragilidades dos contextos familiares modernos e a sua vulnerabilidade, explicados em parte pelas grandes mudanças e transformações do período moderno e, que nestes contextos as crianças e jovens facilmente são expostos a situações de perigo, nomeadamente de maus tratos, formulamos a primeira hipótese segundo a qual as medidas de protecção de menores existentes e operacionalizadas responderão com eficácia às situações de maus tratos a menores e haverá uma maior protecção de crianças e jovens:

*HI Se a intervenção for de carácter preventivo, com forte incidência nos contextos familiares, tendo em conta as suas fragilidades.*

As leituras efectuadas sobre a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Portugal, as pesquisas feitas nesta matéria bem como as entrevistas exploratórias realizadas sobre a protecção de menores em Portugal deram-nos as bases para a formulação de uma outra hipótese para responder a questão de partida.

A análise atenta à legislação portuguesa e, concretamente à Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, em vigor, portanto, Lei nº 147/99 de 01 de Setembro, tomada como referência nesta investigação, mostra-nos uma sensibilidade jurídica relativamente às situações de dependência e fragilidade da criança e do adolescente. A legislação portuguesa e o Código Penal português contemplam um conjunto de possibilidades variadas de situações de maus tratos infantis o que mostra o reconhecimento das várias formas ou modalidades maltratantes. Com isso, consideramos estarmos perante um modelo de protecção abrangente

---

<sup>145</sup> ALBERTO, I. M. M., *op cit*, p. 135.



e, portanto, sensível à situação da criança maltratada.

Mas, como já demonstramos, para além da legislação e, concretamente, da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, consideramos fazer parte do sistema de protecção social de menores as instituições que intervêm directamente na resolução das situações de maus tratos. Trata-se de instituições criadas para a protecção de crianças e jovens e que, portanto, desempenham funções sociais específicas e de muita importância, uma vez que o que está em causa é, muitas vezes, a vida das crianças e jovens. O desempenho dessas funções específicas só é permitido pelo acesso a um conjunto de recursos – materiais e humanos –, sem os quais não se podem garantir tais funções nem assegurar sua eficácia.

Com base neste pressuposto formulamos uma segunda hipótese que sublinha a importância das condições necessárias para um desempenho eficaz. Consideramos como condições necessárias todos os recursos materiais e humanos necessários ao desempenho das funções específicas. Supomos, assim, que as medidas de protecção de menores existentes e operacionalizadas responderão com eficácia às situações de maus tratos a menores e haverá uma maior protecção de crianças e jovens:

*H2 Se as instituições responsáveis pela protecção de crianças e jovens forem dotadas de todas as condições necessárias para um desempenho eficaz das suas funções específicas.*

Por conseguinte, tivemos em conta uma outra situação na análise do problema: o facto de serem várias as instituições a actuar na protecção de crianças e jovens. Se, por um lado, temos as instituições responsáveis pela protecção das crianças e jovens como o tribunal e as comissões de protecção (que resulta da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo), temos por, outro lado várias outras instituições que prosseguem fins de apoio educativo, social, de protecção de crianças e jovens, entre outros, denominadas instituições com competência em matéria de infância e juventude. Retomamos a perspectiva funcionalista e sistémica<sup>146</sup> para considerar cada uma destas instituições desempenharem funções distintas mas pertencerem a um sistema social de protecção de menores. Por isso, torna-se fundamental a inter-relação e a comunicação entre elas. Só pela interacção, comunicação entre as várias instituições podemos falar em sistema.

Reforçamos esta perspectiva com os estudos de Ana Paula Relvas<sup>147</sup> que considera que a própria criança é um elemento da sociedade que participa em diversos sistemas e

---

<sup>146</sup> PARSONS, T., “Family: Socialization and interaction Process”, in GIDDENS, A., *op cit.*

<sup>147</sup> RELVAS, A. P., *O ciclo vital da família: perspectiva sistémica*, Porto, Afrontamento, 1996.

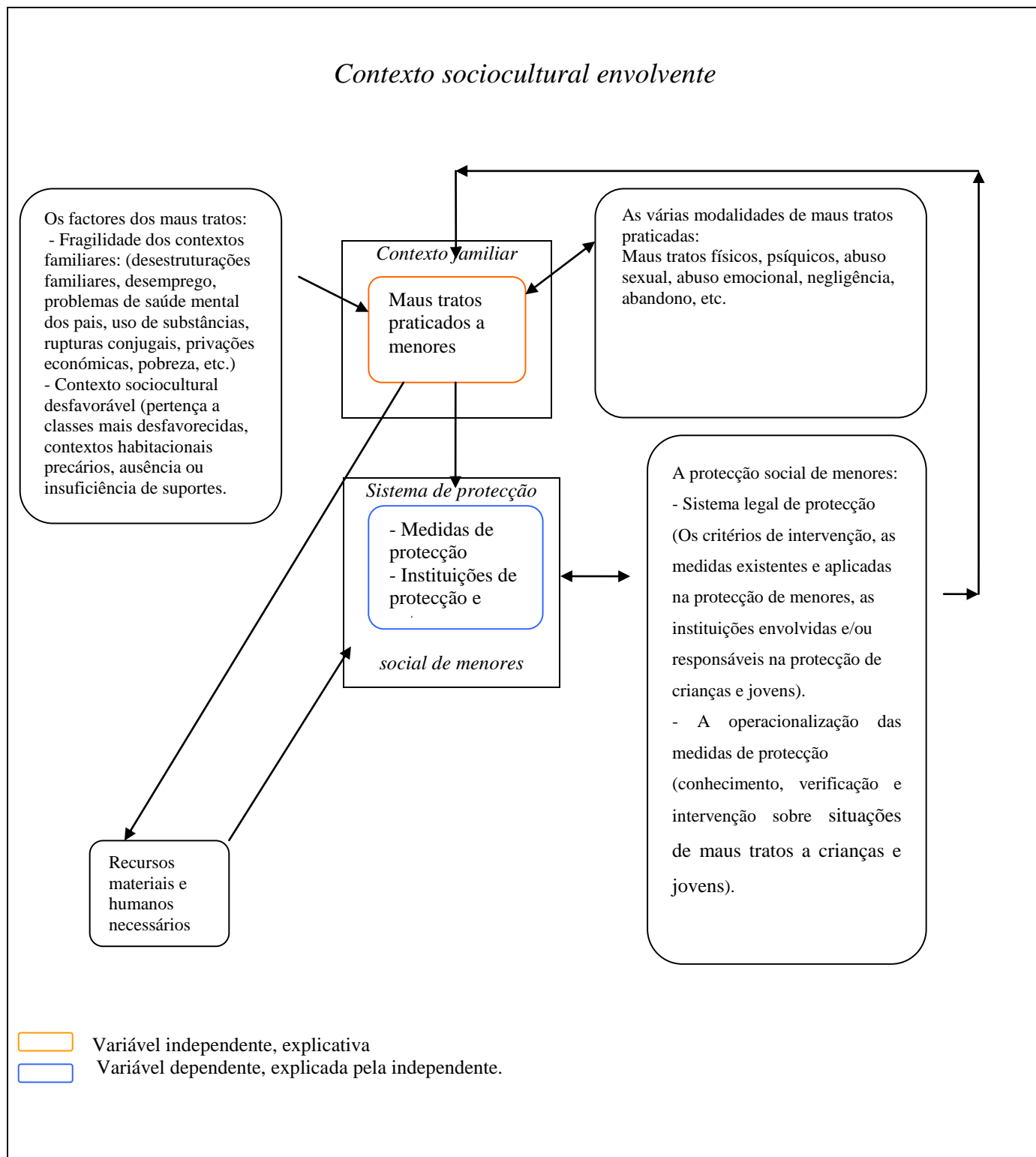
subsistemas, onde ocupa diversos papéis em diferentes contextos. Estes sistemas são, nomeadamente, a família, a escola, a saúde, entre outros.

Com base nestas análises achamos importante considerar a interacção e a comunicação entre as várias instituições que intervêm na protecção de crianças e jovens partindo do princípio que só por meio de uma intervenção articulada entre essas instituições e os próprios sistemas sociais por onde passa a criança se poderá falar em protecção eficaz. Criamos, assim, uma terceira hipótese segundo a qual as medidas de protecção de menores existentes e operacionalizadas responderão com eficácia às situações de maus tratos a menores e haverá uma maior protecção de crianças e jovens:

*H3 Se a intervenção para a protecção de crianças e jovens assumir um carácter sistémico e proceder-se de forma articulada entre as instituições que actuam na protecção de crianças e jovens e estas e os demais sistemas sociais (de que fazem parte a criança e o jovem).*

#### 4.2.2 Desenho de pesquisa

Quadro 1



O Quadro 1, assim apresentado, traduz, o nosso modelo de análise e visa demonstrar o caminho por meio do qual pretendemos desenvolver a pesquisa de modo a responder a questão de partida.

Queremos, com este modelo, explicar a relação entre as duas variáveis centrais desta investigação: maus tratos e protecção social de menores e procurar responder a questão relativa à eficácia das medidas de protecção de menores. Para tal assumimos como variável independente os maus tratos e como variável dependente a protecção social de menores. Ao definirmos assim as variáveis, procuramos explicar as medidas de protecção existentes com base nas situações de maus tratos praticados a menores por partirmos do princípio que as medidas de protecção visam responder as situações de maus tratos.

Na análise dos maus tratos consideramos as várias modalidades de que, normalmente, as crianças e jovens são vítimas e o contexto privilegiado da sua ocorrência. Com base nas modalidades mais referenciadas nas pesquisas feitas, analisamos os maus tratos tendo em conta o contexto familiar da criança ou jovem, considerando que existem características dos contextos familiares que os determinam. A centralidade neste contexto resulta também do facto de considerarmos a família como o espaço de socialização primária na vida da criança. Por conseguinte, consideramos que as fragilidades dos contextos familiares são susceptíveis de pôr em causa o seu normal funcionamento e, consequentemente, a própria protecção das crianças e jovens pela sua vulnerabilidade. No equacionamento dessas fragilidades consideramos alguns indicadores como as dificuldades económicas das famílias, os problemas de rupturas conjugais ou relacionados ao alcoolismo ou toxicodependência, problemas habitacionais ou ausência de suportes familiares ou sociais básicos, entre outros. O contexto sociocultural constitui um elemento importante na análise das estruturas familiares. Constitui uma variável de influência que permite explicar as fragilidades dos contextos familiares.

Com base na análise dos maus tratos, pretendemos explicar a protecção social de menores existente. Para tal procuraremos analisar o sistema legal de protecção de menores existente, pelas leis de protecção de menores existentes e pelas instituições que intervêm na sua protecção. A nível das instituições procuraremos analisar a funcionalidade das instituições responsáveis pela aplicação das medidas de protecção, as suas funções específicas e a forma como têm operacionalizado as medidas de protecção existentes. Nesta análise pareceu-nos importante a introdução de uma outra variável que nos remete para os recursos económicos e materiais existentes ou disponibilizados na protecção das crianças e jovens. Esta parece-nos ser uma variável que pode influenciar o cumprimento das funções

específicas das instituições de protecção de menores e, consequentemente, a operacionalização e eficácia da protecção de crianças e jovens.

## CAPÍTULO V

### RESULTADOS DO ESTUDO SOBRE OS MAUS TRATOS ÀS CRIANÇAS E JOVENS

#### 5.1 Apresentação dos resultados

A apresentação dos resultados terá em conta a estruturação do trabalho pelos temas maus tratos e protecção social de menores e será feito com base nas informações obtidas por meio das entrevistas e da observação, presente em todo o momento da investigação.

A estratégia de abordagem dos maus tratos e da protecção social de menores, levada a cabo nesta investigação, permitiu alcançar os objectivos traçados e testar as hipóteses de investigação formuladas *à priori*. Testadas as hipóteses foi possível responder a questão de partida desta investigação.

#### *Maus tratos*

Os maus tratos praticados a menores constitui uma modalidade de abuso sobre crianças e jovens praticado com alguma frequência no nosso contexto social, como o foi ao longo da história, embora sob formas e estilos diferentes. Esta situação, apesar da sua frequente ocorrência, é cada vez menos aceite em contextos sociais como o nosso, onde o Estado defende e procura assegurar os direitos e liberdades fundamentais de todos os cidadãos em especial dos mais vulneráveis como crianças, idosos e deficientes.

A maior divulgação destes direitos e o próprio reconhecimento da categoria de infância (que lhe atribui um lugar especial nas famílias modernas), tem despertado nas pessoas interesse para com as questões relativas à infância e particular atenção para com as situações de abuso e de violação dos seus direitos. Com efeito, a maior divulgação dos direitos das crianças tem permitido maiores denúncias de situações de abuso a menores, seja das situações de maus tratos, seja de outras formas de abuso. A denúncia deriva, assim, da maior divulgação dos direitos das crianças e jovens, mas também, de maiores esclarecimentos sobre os maus tratos praticados a menores. Nas sociedades actuais, a situação da criança ganhou nova visibilidade permitida, sobretudo, pelos meios de comunicação social e pela divulgação de estudos e investigações realizados que permitem o seu conhecimento em profundidade.

Este estudo, embora de carácter limitado, procura contribuir também para um maior

conhecimento da problemática dos maus tratos e ajudar nas estratégias de intervenção para uma protecção de crianças e jovens mais eficaz.

A nível dos maus tratos, o seu conhecimento foi permitido através de uma abordagem centrada na criança maltratada. Por meio desta abordagem foi possível alcançar os objectivos traçados para este grupo: conhecer as características da criança maltratada, as modalidades de maus tratos de que é vítima, sua situação familiar tendo em conta o seu tipo de família, o local onde esses maus tratos ocorrem e os factores que, normalmente, estão na sua origem.

Na recolha de dados sobre a criança maltratada, foi possível verificar que todos os entrevistados demonstraram uma noção abrangente do conceito maus tratos e consideraram na sua definição várias dimensões que o envolve ao referirem, por exemplo, o seu duplo aspecto, activo e passivo. Com isso, consideraram na definição de criança maltratada tanto as marcas visíveis de maus tratos, que nos remetem para os maus tratos físicos, como as marcas menos visíveis ou ocultas que nos remetem para as situações de negligência, abuso psicológico ou emocional. Este resultado foi encontrado na questão relativa à caracterização da criança maltratada conforme mostram as seguintes citações:

(Directora Técnica e Assistente Social do Centro de Acolhimento Temporário, A Casa do Caminho), “...crianças que se isolam, que podem ter comportamentos quase pré altistas, ou com algum forro de altismo, de isoladamente, há outras que não se deixam tocar mesmo em bebés...”;

(Psicólogo da instituição Lar Rosa Santos) “...é, é uma criança desconfiada, fechada naquilo que consegue, nos seus sentimentos e nos seus desejos”;

(Directora Técnica e Assistente Social da instituição A Casa do Caminho), “São crianças com baixa resistência à frustração..., têm muita, alguma incapacidade em lidar com situações que exijam resistência, são crianças que muitas vezes não controlam os finters, são crianças muitas vezes com baixo rendimento escolar, com baixos, baixíssimos níveis de concentração..., às vezes alguma hiperactividade...”.

De uma maneira geral, as pessoas estão atentas às crianças, por isso conseguem perceber que elas são maltratadas mesmo quando os sinais não são os mais visíveis como as marcas físicas ou nódoas negras. Estão atentas e conhecem as diversas modalidades de maus tratos, por isso, relatam situações diversas, mas igualmente maltratantes das crianças e jovens.

Um outro objectivo traçado foi conhecer as várias modalidades de maus tratos de que as

crianças e jovens são vítimas. Aqui, foram determinantes as experiências de acolhimento demonstradas pelos entrevistados aquando da questão relativa às situações na origem do acolhimento das crianças e jovens. As respostas obtidas permitiram identificar várias modalidades maltratantes na origem do acolhimento das crianças e jovens em centros de acolhimento, tais como, a negligência, o mau trato físico, o abuso sexual, o mau trato psicológico e a violência doméstica. Destas modalidades, a mais referenciada foi a negligência. Alguns entrevistados apontaram, unicamente, esta modalidade como estando na origem do acolhimento em instituição. A negligência, designada por alguns entrevistados como “negligência grave”, de acordo com os casos acompanhados, comporta uma vasta gama de situações que traduzem a ausência de cuidados ao menor a vários níveis, nomeadamente, na saúde pela falta de cuidados clínicos ou médicos; na alimentação; na higiene; nos cuidados básicos; na falta de condições adequadas às crianças; na falta de cuidados na educação, desinvestimento total das famílias na escola; a ausência de acompanhamento e supervisão por parte do adulto; não satisfação das necessidades básicas da criança e nos comportamentos inadequados às crianças. Os casos de negligência são os mais apontados e englobam diversidades de situações. Na amostra, os casos de negligências mais referenciados surgem relacionados à saúde, alimentação e cuidados de higiene das crianças e jovens.

Depois da negligência, seguem as modalidades de abuso físico e sexual. O mau trato psicológico foi pouco referenciado o que pode ser explicado pelo facto de, por um lado, constituir uma modalidade maltratante pouco visível e, portanto, difícil de ser identificada e, por outro lado, pelo facto de se tratar de uma modalidade que, normalmente, encontra-se presente em todas as restantes formas maltratantes, tornando, assim, difícil a sua identificação isolada e difícil de ser considerada situação maltratante na origem do acolhimento.

Tal como o mau trato psicológico, a violência doméstica é outra modalidade maltratante pouco referenciada (a menos referenciada) e as razões para a sua pouca referência são semelhantes às do caso anterior. Trata-se de uma modalidade que está normalmente associada a situações de rupturas conjugais, divórcios ou separações que, por sua vez, constituem os principais factores na origem do acolhimento. A violência doméstica encontra-se, normalmente, presente nas situações de maus tratos psicológicos (quando a violência assume um carácter verbal), físicos (quando assume um carácter físico) ou ainda a nível da própria negligência (quando as necessidades básicas e, portanto, fundamentais da criança são intencionalmente violadas de forma activa ou passiva).



Para melhor visualização das respostas obtidas sobre a frequência das modalidades maltratantes, apresentamos no quadro que se segue, a distribuição das várias modalidades de maus tratos praticados a menores, por instituição, tendo em conta o total das instituições entrevistadas.

Quadro 1 – Presença e ausência das modalidades de maus tratos praticadas por instituição

Modalidades Praticadas	e 1	e 2	e 3	e 4	e 5	e 6	e 7	e 8	e 9	e 10	e 11	e 12	e 13	e 14	e 15	n
Negligência	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	15
Mau trato físico	x	x		x	x		x									5
Abuso sexual	x			x					x	x						4
Mau trato psicológico				x			x		x							3
Violência doméstica															x	1

e = entrevistado

1 = Instituição entrevistada (por número de entrevista)

n = totais contabilizados

Conforme referem as autoras Ana Nunes, Isabel Margarida e Helena Nunes de Almeida<sup>148</sup>, o campo dos maus tratos contra a criança não constitui uma paisagem homogénea, antes pelo contrário, é marcado pela diversidade. Estamos perante um conceito que tem sido alargado e extensivo a actos e situações que na história, mesmo em épocas recentes, não eram considerados maus tratos. Trata-se de um conceito que já não cobre apenas situações de violência passiva ou activa e de agressão física, emocional, psicológica, sexual, etc., mas que se situa também numa perspectiva macrossocial e que se traduz, por exemplo, no não acesso à saúde e à educação.

Se considerarmos o número de crianças e jovens por cada instituição entrevistada percebemos melhor o impacto das várias modalidades maltratante na amostra. Para tal, consideremos o quadro 2:

<sup>148</sup> ALMEIDA, A. N.; ANDRÉ, I. M.; ALMEIDA, H. N., *op cit*, p. 164.

Quadro 2 – Número de crianças e jovens por instituição

Instituições inquiridas	i1	i2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	n
Nº C e J	60	58	70	41	10	38	20	70	30	20	15	30	107	38	22	629

i1 = Instituição 1

C = crianças J = jovens

O quadro 2, ao dar-nos o número de crianças por cada instituição entrevistada ajuda-nos a conhecer o número de crianças maltratadas na amostra. Nas quinze (15) instituições entrevistadas foi possível contabilizar um total de 629 crianças e jovens, que nos dá uma média de 42 crianças e jovens por instituição. Temos, portanto, um universo de 629 crianças vítimas de maus tratos, nas suas várias modalidades, sendo a negligência a modalidade predominante.

Outra característica tida em conta nesta análise foi a situação familiar destas crianças e jovens. O tipo de família a que estas crianças e jovens pertencem pareceu-nos igualmente importante para a sua caracterização e para um conhecimento em profundidade da problemática, uma vez que permitem compreender os factores que podem estar na origem dos maus tratos. Para o efeito, consideramos os seguintes tipos de família: nuclear simples, monoparental, recomposta, ou outro. Os resultados obtidos sobre a sua situação familiar revelam a existência de situações familiares diversas. As crianças e jovens maltratados da amostra pertencem, na sua maioria, a famílias nucleares, monoparentais ou recompostas. Foi, no entanto, possível encontrar uma outra situação familiar: progenitores com múltiplos parceiros.

Podemos então dizer que, de uma maneira geral, as crianças e jovens pertencem a contextos familiares diversos onde, a par da diversidade das situações familiares encontramos o seu carácter disfuncional. A disfuncionalidade destas situações familiares foi um dado obtido em todas as entrevistas e aparece como característica principal destes agregados familiares e transversal a todos eles, independentemente do tipo de estrutura que assumem. Estamos perante contextos familiares disfuncionais, desestruturados e com problemas. Esse carácter disfuncional esteve presente em todas as respostas à questão relativa a situação familiar das crianças e jovens, como se ilustra através das seguintes citações:

(Psicólogo da instituição de acolhimento Lar Rosa Santos), “São famílias maioritariamente nem simples, nem monoparentais, são de facto disfuncionais, são famílias compostas..., às vezes um padrasto, um companheiro, às vezes, um marido e depois a

*situação alterna com bastante frequência”.*

Outros exemplos que reforçam a interpretação anterior encontram-se nas seguintes citações:

(Directora Técnica e Assistente Social do Internato Nossa Senhora da Conceição), *“Bom as situações das crianças..., de um modo geral, independentemente da sua constituição, não é, por serem monoparentais, nuclear simples, recompostas, são famílias disfuncionais, no sentido que não têm um comportamento, digamos, contínuo, de responsabilidade parental e, portanto, existem disfunções...”*;

(Directora Técnica e Assistente Social da instituição A Casa do Caminho), *“Quase sempre de um contexto de família biológica, nuclear, agora, o que nós notamos mais do que ser monoparental é... multiparceiro, não é... (risos)... O que notamos é que são progenitores com múltiplos parceiros, não em simultâneo, digo eu, mas, que, que, que mudam de parceiros com muita frequência e com muita facilidade também, não é...”*;

(Directora Técnica e Psicóloga da Associação Protectora da Criança – Obra Dr. Leonardo Coimbra) *“Normalmente as crianças têm uma família monoparental... o pai ou mãe não tem uma vida social estável, com isto quero dizer que a mãe ou pai podem ter vários parceiros e vários companheiros, ao mesmo tempo, ou um de cada vez mas, muito frequentemente... são famílias muito desestruturadas, eh, que não tem qualquer tipo de alicerce...”*;

(Director Técnico da Aldeia de Crianças SOS), *“Eh, regra geral são famílias com baixas condições financeiras, eh, em que uns progenitores ou ambos os progenitores são alcoólicos ou não têm emprego fixo... Temos situações também, da mãe que troca constantemente de parceiro, depois não havendo uma ligação afectiva às crianças ou desenvolvendo situações mais graves que é as vezes o abuso...”*.

Outra situação apontada remete para a multiplicidade de parceiros. É o que relata um dos entrevistados:

(Psicóloga da instituição Lar Nossa Senhora do Livramento), *“Eu acho que nós temos todas..., temos as nucleares simples, temos as monoparentais, temos as recompostas e até temos outra que é no caso duma, duma mãe que vive com dois amigos, por exemplo, só a mãe e dois amigos. O entrevistado ressalta, ainda, outra situação familiar: “... e temos outra: de crianças que não têm ninguém da família, portanto, só elas próprias, não há, não há mais ninguém”*.

Com efeito, estamos perante uma diversidade de situações familiares das crianças e jovens, não havendo, assim, uma situação familiar única que caracteriza os seus contextos

familiares. De todo o modo, podemos verificar a predominância de familiares nucleares simples, constituída pelos pais e filhos, não obstante serem também muitos os casos de monoparentalidade e recomposição familiar. A situação de vários parceiros ou companheiros (seja ao mesmo tempo ou um de cada vez como referido na entrevista à Associação Protectora da Criança), explica-se assim, pelas frequentes rupturas conjugais, separações mas também pela instabilidade emocional que caracteriza estes contextos familiares, levando a frequentes recomposições ou, simplesmente, frequente troca de parceiros. A disfuncionalidade destes contextos familiares não permite a existência de relações sólidas e duradouras entre os seus elementos nem a existência de grandes vínculos afectivos o que coloca a criança numa situação de grande vulnerabilidade e, portanto, de risco no contexto familiar.

A partir da análise efectuada sobre a situação familiar das crianças e jovens maltratados da amostra, não foi difícil alcançar um outro objectivo definido à *priori* nesta investigação: conhecer o local onde as práticas maltratantes normalmente ocorrem. Os resultados obtidos para a questão relativa ao local de ocorrência das práticas maltratantes foram unânimes – todos os entrevistados apontaram a casa, o contexto familiar onde vive a criança, como sendo o lugar onde, normalmente, os maus tratos ocorrem. É o que mostram os seguintes resultados das entrevistas:

(Directora Técnica e Assistente Social do Centro de Acolhimento Temporário, A Casa do Caminho), “*No seio familiar...*”;

(Psicólogo da instituição Lar Rosa Santos), “*Claramente dentro de casa, da família ou familiares, portanto, no contexto familiar...*”;

(Directora Técnica e Assistente Social da instituição A Casa de Cedofeita), “*Em casa, seguramente, em casa, com o cuidador, não é, podem ser pais ou não...*”.

Estas respostas puderam ser confirmadas com as obtidas no segundo grupo de entrevistados, sobre a pessoa maltratante das crianças e jovens:

(Procurador da República do Tribunal de Família e Menores do Porto), “*A experiência diz-me que é normalmente o progenitor...*”;

(Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo do Porto Central), “*... quem é o maltratante por excelência, é quem, é responsável por ela, a criança não vive sozinha...*”;

(Responsável pela Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais), “*Os pais, os pais, na sua maioria, ou a pessoa que tenha a guarda*”.

A partir destas respostas não nos restaram dúvidas que, os maus tratos praticados a crianças e jovens têm como terreno o seu contexto familiar e que são, normalmente, os pais, seus cuidadores ou familiares próximos as pessoas maltratantes das crianças e jovens.

A investigação sobre os maus tratos foi concluída com a análise dos factores dos maus tratos. Para obtermos informações sobre as razões que estão, normalmente, na origem dos maus tratos, consideramos as causas do acolhimento das crianças e jovens em instituição. De acordo com os resultados das entrevistas as crianças e jovens são, normalmente institucionalizados por disfunções internas dos seus contextos familiares, traduzidas tanto pelas condições sociais e económicas precárias, pela pobreza destes contextos familiares, pela presença do alcoolismo e toxicodependência dos pais, pela doença mental ou depressão (dos pais ou de um dos pais), pela falta de responsabilidade parental ou sua imaturidade, pela ausência de suportes familiares ou sociais, pela ausência de formação dos pais, pelas situações de rupturas conjugais, separação ou divórcio conflituosos, pela violência doméstica, entre outras situações, todas estas situações acompanhadas de um mau funcionamento da estrutura familiar. Estes factores traduzem as várias situações maltratantes de que as crianças e jovens são vítimas e que, originam, o seu acolhimento em instituição. Associados a estes factores, estão, normalmente, situações de negligência grave traduzida pela ausência dos cuidados básicos às crianças e jovens seja ao nível da saúde, alimentação, cuidados de higiene, educação ou outro. Se considerarmos concretamente as situações de alcoolismo, toxicodependência ou doença mental dos pais ou ainda as situações de conflitos familiares e violência doméstica, percebemos facilmente a prática de situações maltratantes às crianças e jovens destes contextos familiares, tais como o abuso físico, psicológico e o abuso sexual. Tal como nos apontam os resultados do estudo, as práticas maltratantes provêm de contextos familiares onde predominam estas características de personalidade dos pais ou de um dos pais, situações de violência doméstica, entre outras já referenciadas.

Na análise dos resultados sobre os factores do acolhimento e, portanto, dos maus tratos a crianças e jovens podemos verificar que os factores apontados parecem ser transversais a todas as situações de acolhimento. É o que demonstram as seguintes citações:

(Directora Técnica e Assistente Social da instituição A Casa do Caminho), “... *a capacidade mental dos pais, tem a ver com a própria criança, com as características da criança, ... a pobreza, o alcoolismo, a toxicodependência, ... hereditariedade, de uma*

*geração em geração, ... a degradação moral, portanto, a falta de valores, a ignorância dois pais, portanto, não têm experiência para tratar dos filhos, nunca viram tratar uma criança, ... a falta de responsabilização parental, esse conceito de responsabilização parental praticamente não existe”;*

*(Psicólogo da instituição Lar Rosa Santos), “(...) por detrás da negligência... o alcoolismo... por trás do alcoolismo também existe drogas... ou problemas de dados ilícitos, ... uma conjugação de factores”;*

*(Directora Técnica e Assistente Social da instituição A Casa de Cedofeita), “Imagine um casal de toxicodependentes em que o seu grau de adição é de tal forma que quase que vive em função da satisfação dessa necessidade ou desse vício, pouco tempo, pouca energia, pouco investimento, pouca capacidade restará para cuidar duma criança..., logo à partida eu penso que há factores de risco, sem dúvida que o alcoolismo, a toxicodependência, algum problema do foro psiquiátrico, principalmente os não controlados, não acompanhados, não medicamentados, pessoas com, com alterações de comportamento por alguma razão, seja pessoas que estejam com alguma depressão profunda, pessoas que estejam muito doentes, muito debilitados...”;*

*(Psicóloga da Instituição Lar Nossa Senhora do Livramento), “Há um factor que interfere e que é transversal, que são as baixas condições sociais e económicas..., por um lado as questões económicas, por outro lado eu considero que há um baixo, muitas vezes um baixo suporte parental. A rede social das próprias famílias muitas vezes não é uma rede funcional...”;*

*(Directora Técnica e Psicóloga da Associação Protectora da Criança – Obra Dr. Leonardo Coimbra), “... mas é quase que hereditário. Se os pais sofrem violência, vão ser adultos violentos, quer para com os cônjuges quer para com as crianças (...) O álcool, a droga, eh, todos os factores, uma quantidade de factores... sendo estes os mais... porque são dois factores que alteram o comportamento humano, não é, e se a pessoa já por si só tiver uma tendência para a violência quer física quer psicológica essa tendência fica muito mais aberta com o uso de drogas ou álcool”;*

*(Psicólogo do Lar Juvenil dos Carvalhos), “... muitas vezes também tem a ver... com substâncias, por exemplo, que os pais consomem, por exemplo, temos aqui muitos filhos de pais alcoólicos que também propicia muito a agressão física e a psicológica, filhos de pais toxicodependentes, também ao nível de negligenciarem o cuidado dos filhos é bastante frequente... faltar ali competências parentais para cuidar dos filhos”.*

De uma maneira geral, os entrevistados apontam os mesmos factores na origem do acolhimento das crianças e jovens em instituição. Isto quer dizer que, independentemente do local de onde possam vir as crianças e jovens (seu contexto social ou da área de residência), as crianças maltratadas pertencem, normalmente, a contextos familiares onde predominam estas características. Verificamos, porém, que dentro dos factores apontados, uns são mais referenciados que outros, constituindo, assim, os factores mais frequentes do acolhimento. No estudo, os mais referenciados são, nomeadamente, o alcoolismo, a toxicodependência, a precariedade dos contextos familiares e as situações de distúrbio mental dos pais.

Podemos, assim, concluir que as situações maltratantes são diversas e relacionam-se quer com o consumo dos pais (relacionadas às características dos pais), quer com as suas competências parentais (a falta de responsabilidade parental), quer com sua situação económica (pobreza e precariedade dos contextos familiares) ou com outra situação. Importa, porém, acrescentar que cada um destes factores não deve ser considerado de forma isolada ou independente na análise dos maus tratos. As práticas maltratantes resultam, normalmente, da conjugação de um conjunto de factores que estando isolados não constituem, necessariamente, uma situação de perigo. Tal como nos mostram os resultados, por detrás de um factor maltratante existe normalmente outro que está na sua ou sequência ou do qual deriva, sendo, por isso, normal falar-se em multiplicidade de factores na origem dos maus tratos a crianças e jovens. Como referia um entrevistado:

(Psicólogo da instituição Lar Rosa Santos), “ (...) *por detrás da negligência... o alcoolismo... por trás do alcoolismo também existe drogas... ou problemas de dados ilícitos, uma conjugação de factores*”.

Torna-se, assim, importante considerar na análise dos factores dos maus tratos todo o contexto familiar da criança e do jovem e todas as fragilidades que lhe estão associadas para, assim, se perceber a influência destes factores na prática dos maus tratos.

Como o expressa uma entrevistada, (Directora Técnica da instituição Obra Padre Gil), “... *O contexto económico não justifica nada, repare, não é por não haver uma boa situação económica, financeira ou a social que há mau trato, isso é um preconceito, não é, há crianças em famílias de classe média alta que são maltratadas, portanto isso é preconceito... porque na realidade não é. Muitas vezes nós podemos estar com um ambiente pobre, crianças que vivem numa situação de pobreza económica e social e no entanto há uma extrema afectividade das figuras parentais...*”.

Na verdade um factor concreto isolado como é o caso da pobreza ou situação económica precária só constitui uma situação de risco e potenciadora de maus tratos se a ele estiverem associadas outras situações como por exemplo a falta de responsabilidade ou maturidade dos pais, ausência de formação ou preparação para cuidar dos filhos e lidar com a ausência de recursos, problemas do foro psicológico dos pais (ou de um dos pais), dependência de substâncias químicas ou de álcool por parte dos pais, ausência de suportes familiares e sociais, violência doméstica, ausência de afectos dos pais e sua consequente desvalorização, entre outras situações.

Os factores dos maus tratos, assim, apresentados, justificam a primeira hipótese de pesquisa, que aponta para a necessidade de uma intervenção preventiva a nível dos contextos familiares vulneráveis e, portanto, propensos à ocorrência de tais situações ou factores dos maus tratos. Tal como mostram os resultados, a maior parte das crianças acolhidas provêm de contextos familiares onde predominam as características acima referenciadas tratando-se, assim, de contextos familiares frágeis e vulneráveis a situações de perigo, nomeadamente, de maus tratos a crianças e jovens. Importa, porém, não esquecer que esta fragilidade é, em parte, resultado do conjunto de mudanças e transformações profundas do contexto social mais vasto que tem influenciado o seu funcionamento e a sua estrutura.

Torna-se, assim, importante considerar as fragilidades dos contextos familiares modernos e privilegiar-se uma intervenção preventiva que actue sobre as situações de risco dos contextos familiares. Validamos, deste modo, a hipótese segundo a qual as medidas de protecção de menores existentes e operacionalizadas responderão com eficácia às situações de maus tratos a menores e haverá uma maior protecção de crianças e jovens: H1 – *se a intervenção for de carácter preventivo, com forte incidência nos contextos familiares, tendo em conta as suas fragilidades.*

As fragilidades são todas as situações já descritas e que aparecem como os factores do acolhimento das crianças e jovens em instituição e, portanto factores dos maus tratos. Uma intervenção preventiva deverá actuar sobre estes factores, quando apenas constituem um risco para as crianças e para a própria família, antes mesmo de colocarem em perigo os elementos do contexto familiar. É nos contextos familiares considerados de risco pela presença de factores como o alcoolismo, a toxicodependência, a doença mental dos pais, pobreza e precariedade económica, etc. que deverá incidir a intervenção de modo a prevenir as situações de maus tratos e, de uma maneira geral, de perigo.



Contrariamos, desta forma, o princípio da intervenção precoce da Lei 147/99<sup>149</sup>, segundo o qual a intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida porque consideramos que a intervenção para a protecção só será eficaz se for efectuada antes da ocorrência do perigo, nos contextos de risco e, portanto, de vulnerabilidade dos contextos familiares.

Esta hipótese foi corroborada com os resultados obtidos (neste primeiro grupo de entrevistados) relativos à questão das respostas sociais necessárias às famílias, tal como se ilustra seguidamente:

(Assistente Social da instituição Centro de Bem Estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus), *“Eu acho que, lá está, é uma maior intervenção dos técnicos. Que possam realmente assegurar um trabalho mais específico com as famílias, eh, a puderem encaminhar, portanto como problemas de alcoolismo, toxicodependência para poderem trabalhar as competências parentais...”*;

(Directora Técnica da instituição A Casa do Caminho), *“... pensando na questão da prevenção ... nós poderíamos pensar e até se calhar nos centros de saúde, nos equipamentos já existentes, existirem equipas que estão ali ... atentas e que recebem as pessoas quando elas têm um problema do tamanho da cabeça de um alfinete ...”*;

(Psicóloga da instituição Lar Nossa Senhora do Livramento), *“Eu acho que nas questões sociais, as próprias famílias em si, eu acho que se tem que pensar mais na lógica de prevenção do que de remediação e acho que ainda se pensa mais na lógica de remediação, depois dos problemas surgirem ..., então é que se vai atender a família e procurar recuperar aquilo que as vezes é um trabalho de geração ..., e portanto nessa lógica de prevenção...”*.

Essa necessidade de prevenção pode, ainda, ser confirmada por meio dos relatos obtidos sobre as situações pessoais de maus tratos de jovens institucionalizados que confirmaram toda uma intervenção remediativa e não preventiva na protecção de crianças e jovens (ver anexo 4). Nos cinco relatos obtidos todas as intervenções para a sua protecção ocorreram após a ocorrência do perigo, não tendo, sido efectuada nenhum trabalho de intervenção preventivo com as famílias no sentido de impedir a ocorrência dos maus tratos ou, na medida dos possíveis minimizar os seus efeitos.

Concluímos, assim, os resultados do estudo sobre os maus tratos praticados a crianças e jovens crendo terem contribuído para um melhor conhecimento da problemática dos maus

---

<sup>149</sup> Artigo 4º da Lei 147/99, de 01 de Setembro, *op cit.*

tratos e, concretamente, da criança maltratada, pelas informações obtidas sobre as suas características, a sua situação familiar, o local onde é, normalmente, maltratada e os factores que estão, normalmente, na origem dos maus tratos. Apresentamos, de seguida, os resultados alcançados sobre a protecção social de menores, onde procuraremos testar as outras hipóteses de pesquisa.

### *Protecção social de menores*

A nível da protecção social de menores, o objectivo central da investigação foi conhecer o sistema de protecção social de menores, existente em Portugal. Para tal traçamos alguns objectivos específicos que passaram por conhecer a definição legal de criança maltratada, os critérios determinantes na intervenção, as dificuldades encontradas ou limitações existentes na protecção de crianças e jovens e as medidas de protecção de menores existentes e aplicadas na sua protecção. Os resultados obtidos neste segundo grupo permitiram alcançar os objectivos traçados completando, desta forma, o estudo sobre os maus tratos e a protecção social de menores.

Começando pela definição legal da criança maltratada, os resultados permitiram conhecer as situações consideradas maltratantes de um ponto de vista legal ajudando, assim, a clarificar o próprio conceito de maus tratos. De uma maneira geral, as definições obtidas de criança maltratada foram dadas com base na Lei de Protecção de Crianças e Jovens (Lei nº 147/99 de 01 de Setembro) e no Código Penal, como ilustra a citação:

(Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Porto Central), “*O artigo 3, o artigo 3 diz todas, as situações em que está em perigo, não usa o termo maltratada, está em perigo, está abandonada, não recebe os cuidados de afeição adequados, eu acho isso muito interessante, considerar um perigo, um risco, não receber cuidados de afeição, ser rejeitada, ser menosprezada face aos irmãos, ser diferenciada face aos irmãos, é obrigada a actividades e trabalhos excessivos, está sujeita de forma directa ou indirecta a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança, tudo isto está ali no artigo 4, 3 peço desculpas, o 4 são os motivos, os princípios da intervenção*”.

Esta definição, dada com base na Lei de Protecção de Crianças e Jovens, refere-se especificamente à situação de perigo e não de maus tratos mas foi com base nela que a maior parte dos entrevistados respondeu à questão. Parece-nos que, ao definir Perigo e não maus tratos, a Lei visa abarcar todas as situações susceptíveis de colocar em causa a segurança,

saúde, formação, educação ou desenvolvimento<sup>150</sup> da criança e do jovem. Os maus tratos traduzem situações de perigo mas não abarcam todas as situações de perigo, não podendo assim, este conceito substituir o de perigo. Com efeito, de acordo com esta Lei, existem situações não maltratantes que correspondem a situações de perigo – quando, por exemplo, a criança ou jovem assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação<sup>151</sup>.

Outra fonte usada na definição de criança maltratada foi o Código Penal, como se ilustra na citação seguinte:

(Procurador da República do Tribunal de Família e Menores do Porto), “(...) Agora, a situação de maus tratos vem prevista aqui no código penal... no artigo 152 a alínea a), este preceito define que quem tendo ao seu cuidado, à sua guarda, ou sua responsabilidade e direcção ou educação pessoa menor, ou particularmente indefesa... e infligir de modo reiterado maus tratos físicos ou psíquicos incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais ou a tratar cruelmente, a empregar em actividades perigosas, desumanas ou proibidas, a sobrecarregar com trabalhos excessivos, portanto, isto será, será punido com pena de prisão de 1 a 5 anos, portanto, no fundo, a situação de criança maltratada vem aqui definida no artigo 152 alínea a...”.

Ambas as definições são abrangentes cobrindo uma diversidade de situações ou modalidades maltratantes o que mostra a sensibilidade do sistema legal para a questão da protecção de crianças e jovens e o reconhecimento pleno de todas as situações maltratantes.

Por meio das definições apresentadas percebemos os critérios determinantes na intervenção para a protecção de crianças e jovens. De uma maneira geral, os resultados indicam que o critério determinante na intervenção é a situação de perigo da criança ou jovem. Como refere a informante:

(Coordenadora da Comissão Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de Matosinhos), “É assim, o critério para a intervenção com crianças com idade inferior a 18 anos, todas as crianças que estão numa situação de perigo por uma acção intencional ou até por omissão, por parte dos progenitores, ou mesmo aquelas crianças que elas próprias é que se colocam numa situação de perigo...”.

---

<sup>150</sup> Ver a legitimidade da intervenção. Artigo 3º da Lei de Protecção 147/99 de 01 de Setembro.

<sup>151</sup> Artigo 3º, nº 2, *op cit*.

Essa intervenção para a sua protecção é feita pelo Tribunal de Família e Menores através das Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais, do Instituto da Segurança Social, ou pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

A nível da intervenção para a protecção de crianças e jovens ficamos a saber quais as instituições responsáveis e/ou envolvidas na protecção das crianças e jovens – sendo de referir que as responsáveis são os tribunais e as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo e as envolvidas, a Segurança Social através das Equipas Multidisciplinares de Acessória aos Tribunais – e procuramos saber quais os recursos disponibilizados ou maiores dificuldades encontradas na sua intervenção para a protecção de crianças e jovens. Consideramos a existência de recursos necessários, nomeadamente materiais e humanos, condição fundamental para uma intervenção eficaz por partes das instituições que actuam na protecção de crianças e jovens. Testamos, assim, a nossa segunda hipótese de pesquisa que considera que as medidas de protecção responderão com eficácias às situações de maus tratos e haverá uma maior protecção para crianças e jovens: H2 – *se as instituições responsáveis pela protecção de crianças e jovens forem dotadas de todas as condições necessárias para um desempenho eficaz das suas funções específicas.*

Os resultados aqui alcançados confirmaram a importância dos recursos materiais e humanos na protecção das crianças e jovens e na operacionalização eficaz das medidas de protecção. A recolha de informações sobre os recursos foi permitida através das questões sobre o acompanhamento dado às famílias após a aplicação de uma medida de protecção ou sobre a questão relativa às maiores dificuldades encontradas na protecção de crianças e jovens.

De uma maneira geral, todos os entrevistados deste grupo relataram haverem dificuldades na aplicação e acompanhamento das medidas de protecção pelas limitações dos recursos existentes. Os recursos existentes são limitados e não respondem à demanda de situações de maus tratos, não permitindo, assim, uma intervenção eficaz dos técnicos nem garantindo uma protecção eficaz.

Sobre as maiores dificuldades encontradas, obtivemos os seguintes resultados: (Procurador da República do Tribunal de Família e Menores do Porto), *“Eh, depois, nestas situações de maus tratos normalmente é necessário realizar exames à criança, nomeadamente, de avaliações psicológicas etc., portanto, esses exames normalmente demoram bastante, eh, porque enfim, a falta de técnicos e o que eu venho a constatar é que esses exames são um pouco morosos e muitas vezes o tribunal espera pelo relatório desses*

*exames, depois também o tribunal tem vindo a constatar que a segurança social está com uma grande falta de meios e que os relatórios que lhe são pedidos sobre a avaliação da situação do menor demora imenso tempo, muitas vezes o tribunal quer avaliações urgentes em 5 dias, 10 dias, e às vezes estamos um mês, dois meses à espera desses e então nas situações não urgentes, estamos meio ano, 7 meses à espera dos relatórios”....*

Sobre o acompanhamento, o mesmo informante responde: *“Bom, aqui é evidente que este acompanhamento deverá ser feito pela segurança social, o que é que nós constatamos? Que a segurança social funciona mal, funciona mal porque, eh, nós sabemos que as técnicas têm imensos processos em mãos, no ano passado dizia-me a coordenadora do EMAT que cada técnico tinha mais de 100 processos em mãos, para fazer relatórios, para acompanhamentos. Portanto, na prática é evidente que o técnico dificilmente tem capacidade, tem tempo para depois fazer um acompanhamento da família, para trabalhar a família para esta criança regressar ao agregado, não é...”*.

A nível das dificuldades encontradas nos recursos humanos, outros exemplos reforçam a interpretação apresentada:

(Coordenadora da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Matosinhos), *“era preciso de facto mais pessoal, mas isso toda a gente se queixa (...) Porque como é que o técnico que tem cem acompanhamentos de situações de menores, pode fazer um acompanhamento adequado, é impossível, não é...”*;

(Responsável pela Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais), *“... realmente continua a verificar-se uma falta de recursos humanos, a formação é outra área onde podemos melhorar...”*;

Outra grande dificuldade encontrada tem a ver com os próprios equipamentos sociais existentes que também são limitados não propiciando uma intervenção eficaz. É o que revelam as seguintes citações:

(Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Porto Central), *“ Há recursos que nós não temos. Não temos instituições nunca adequadas às situações que nós temos..., não temos respostas adequadas para as crianças que não estão aqui sinalizadas que não têm o sexto ano...”*;

(Coordenadora da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Matosinhos), *“Se for uma situação de retirada, se for uma situação muito grave, vamos ao extremo, não é, se for uma situação grave, os entraves que temos é a dificuldade de arranjar lugar para as crianças, está sempre tudo muito cheio, mas vai-se conseguindo...”*;

(Responsável pela Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais), *“... a falta*

*de recursos na comunidade, por exemplo, querer integrar uma criança numa creche ou num infantário e não haver vaga, eh, o recurso aos serviços de saúde...”;*

(Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo do Porto Ocidental), *“...olhe, queremos equipamentos, as vezes para colocar uma criança... as creches estão cheias (...) acho que equipas ainda especializadas pra isto... há poucas equipas no terreno, há poucas equipas”* . Sobre as dificuldades encontradas, este informante ainda refere: *“Olhe os obstáculos, por exemplo, quando passa, as vezes, por questões, vou-lhe dizer uma da habitação, por exemplo, eu não posso perceber, digamos, uma situação, a criança tem uma ordem de despejo e tem que ir para uma pensão, agora, diga-me, que medida de promoção e protecção, nós podemos aplicar a uma criança que viva numa pensão, portanto, aí manifestamente é muito difícil, portanto, aí é difícil, não é. (...) a comissão está aqui para resolver a situação, mas ao pôr depois no terreno a aplicação de uma medida, se não houver o envolvimento de todos é muito difícil...”* .

Com base nestes resultados concluímos que as dificuldades encontradas na protecção das crianças e jovens, quer a nível dos recursos humanos – traduzida pela falta de técnicos, quer a nível dos recursos materiais – traduzido pela falta de equipamentos sociais constituem, muitas vezes, obstáculos à operacionalização das medidas de protecção contribuindo para uma ineficaz intervenção das instituições de protecção de crianças e jovens e, de uma maneira geral, para uma ineficaz protecção de crianças e jovens.

No que toca aos recursos humanos, as demoras dos relatórios da Segurança Social com avaliações da situação da criança ou jovem, por falta de recursos humanos, as demoras nas avaliações psicológicas e psiquiátricas, portanto, a falta de informações de natureza urgentes comprometem aplicação das medidas. Decretada a medida provisória a falta de acompanhamento e informações impede a aplicação de uma medida definitiva no tempo previsto na Lei. Noutras palavras, o processo de aplicação das medidas (sobretudo as definitivas) e de acompanhamento das medidas aplicadas tem sido marcado por um grande tempo de espera – espera de pareceres técnicos, de relatórios da segurança social, de relatórios médicos, de avaliações psicológicas e psiquiátricas, etc. – e nestas situações o projecto de vida da criança ou jovem vítima de maus tratos, também espera. Essa espera põe em causa a própria protecção da criança e do jovem comprometendo a eficácia do sistema de protecção de menores.

Os resultados, assim apresentados, permitem não apenas comprovar as limitações existentes a nível dos recursos necessários para a protecção das crianças e jovens como

também mostrar o seu reflexo na protecção social de menores. Como podemos verificar, a ausência de recursos limita muitas vezes a aplicação das medidas de protecção e, na maior parte dos casos, dificulta uma adequada intervenção para a protecção das crianças e jovens, levando, assim, a uma protecção não eficaz de crianças e jovens. Com base nestes resultados confirmamos a segunda hipótese formulada, segundo a qual medidas de protecção serão mais eficazes e haverá uma maior protecção para crianças e jovens se houverem recursos suficientes e condições necessárias para um desempenho ou intervenção eficaz das instituições responsáveis pela protecção de crianças e jovens.

Um outro objectivo traçado na investigação sobre a protecção social dos menores foi conhecer as medidas de protecção existentes e aplicadas na sua protecção e procurar saber em que medida contribuem efectivamente para proteger crianças e jovens maltratados. As medidas existentes, são, sem dúvida as enumeradas na Lei de Protecção de Crianças e Jovens e as mais aplicadas foram enumeradas pelos técnicos das instituições de acolhimento inquiridas. Os resultados aqui alcançados foram cruciais para um maior conhecimento do sistema de protecção social de menores.

De acordo com os resultados, as medidas aplicadas são as referidas na Lei 147/99, de 01 de Setembro e são aplicadas em função da gravidade da situação. Este resultado pode ser ilustrado na citação seguinte:

(Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo do Porto Central), *“As medidas estão no artigo 35º, é assim, são cinco as medidas que nós podemos aplicar e são em gravidade, eh, de acordo com a gravidade da situação. Aquelas em que nós apostamos mais é o 35 b, que é aquela do acompanhamento junto dos pais, dos pais ou quem tenha a guarda de facto..., se a família não tem condições ou foi incumprindo, eu vou por o 35/b, 35/b confiança à família alargada, avó, a tia, depois, vou ao c que é a confiança a pessoa que... é aquela pessoa que já mantém com a criança uma relação de afectividade... depois temos, temos, temos o 35/d que é..., pois, depois o c, depois, temos o apoio para a autonomia de vida.... Como vê, elas são gradativas de afastamento dos pais, o menos penalizante é para avó, depois já é para uma pessoa idónea, depois para família de acolhimento depois o acolhimento institucional”.*

Como podemos ver, as medidas são aplicadas de acordo com as situações concretas de maus tratos ou perigo e que a sua lógica é proteger a criança ou jovem dentro do seu contexto familiar, pela importância que Lei atribui à família e ao seu papel na socialização e na própria vida da criança e do jovem. Mesmo quando não seja possível proteger a criança ou jovem no

seu contexto familiar, a Lei continua a privilegiar a família ao determinar no artigo 35º b) a sua confiança à família alargada. O acolhimento institucional aparece, assim, como o último recurso, estabelecido pela Lei, na protecção das crianças e jovens pelo afastamento que provoca entre a criança ou jovem do seu contexto familiar.

Nota-se, porém, que apesar da institucionalização constituir a última medida a ser aplicada na protecção de crianças e jovens, aparece nos resultados da pesquisa como sendo bastante usada. As CPCJ, apesar de não a considerarem a mais aplicada – indicam a mais aplicada a medida de apoio em meio natural de vida – reconhecem o seu frequente recurso na protecção de crianças e jovens, o que explica-se, em parte, pelo facto de muitas vezes as intervenções ocorrem em situações extremas (de perigo eminente) tornando necessário o recurso a medida extrema, a institucionalização da criança ou jovem, ou em situações que todas as outras medidas aplicadas falharam, tendo-se de aplicar esta última. Os tribunais, por sua vez, parecem aplicar com mais frequência a medida de institucionalização o que se justifica por esta instituição constituir, normalmente, o último recurso na protecção das crianças e jovens. É o que nos diz o informante do Tribunal de Família e Menores do Porto: (Procurador), *“A medida mais aplicada, depende da gravidade da situação, se estivermos perante uma situação grave de maus tratos, abusos sexuais, maus tratos físicos, eh, actividades, trabalhos excessivos, falta de cuidados, portanto, aqui é evidente que o tribunal tem de proteger esta criança. Como é que protege esta criança? Retirando-a do agregado maltratante através da aplicação, desde logo, de uma medida provisória se a situação for de tal forma grave e a criança tenha que ser retirada do agregado”*.

Na verdade esta questão pode ser confirmada com os resultados da entrevista do primeiro grupo, na questão relativa à solicitação do acolhimento institucional, onde os técnicos das várias instituições entrevistadas responderam haver bastantes solicitações de vagas nas suas instituições para acolhimento de crianças e jovens. A este nível lembramos os valores já apresentados ao longo do trabalho sobre a incidência dos maus tratos a crianças e jovens em Portugal, onde referimos terem existido, em 2007, 11. 362<sup>152</sup> crianças e jovens institucionalizados em Portugal, de acordo com os dados da Segurança Social.

Supomos, assim, que o frequente recurso a medidas de protecção de carácter mais extremo acontece pela tendência do agravamento, reprodução e perpetuação dos maus tratos, no contexto familiar, resultados não só das limitações que existem a nível dos recursos

---

<sup>152</sup> Plano de Intervenção Imediata, *Relatório de Caracterização de Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2007*, op cit, p. 3.



materiais e humanos mas, também, da ausência de uma intervenção preventiva, articulada e sistémica entre as instituições de protecção de crianças e jovens e vários outros sistemas ou subsistemas sociais de que as crianças e jovens fazem parte. Uma vez que as medidas de protecção são aplicadas pelas CPCJP e tribunais, este último com apoio das EMAT's, e ambos com apoio das demais instituições com competência em matéria de infância e juventude, da própria família e de outras instituições ou sistemas sociais na recolha de informações necessárias ao conhecimento em profundidade da situação para uma adequada intervenção, torna-se necessário haver uma constante articulação entre todas as entidades ou instituições envolvidas na sua protecção e haver uma intervenção sistémica que permita uma protecção plena da criança e do jovem e dos respectivos contextos familiares.

Com base neste pressuposto, formulamos a terceira hipótese de pesquisa que considera a intervenção sistémica como uma das condições fundamentais para uma protecção eficaz de crianças e jovens. A hipótese, assim formulada, traduz a ideia de que a intervenção para a promoção e protecção das crianças e jovens deverá considerar a criança no seu todo e protegê-la nas várias áreas da sua vida, desde a familiar como a relacionada à sua saúde, habitação, educação, integração social, etc., sempre que estas estejam em risco. Para tal, torna-se necessário haver esforços conjuntos das várias instituições e sistemas sociais de modo a proporcionarem respostas articuladas com vista a um mesmo fim: promover e proteger os direitos das crianças e jovens. Partimos do princípio que a articulação, troca e partilha de informações entre as várias instituições permitem uma actuação preventiva, a priori, sobre as situações de maus tratos pela articulação entre as instituições ou sistemas. Permite também uma maior canalização e disponibilização de recursos vários na protecção das crianças e jovens contribuindo, assim, para uma protecção eficaz.

Para testar esta hipótese consideramos a questão relativa à articulação existente entre as instituições responsáveis e/ou envolvidas na sua protecção e às limitações do presente sistema de protecção social de menores. De uma maneira geral os entrevistados consideram existir articulação entre as instituições envolvidas na protecção das crianças e jovens apesar de indicarem algumas dificuldades a nível da comunicação como, por exemplo, as demoras e atrasos nos relatórios ou outras solicitações, explicados, em parte, pela falta de pessoal. Foi na questão relativa às limitações do sistema de protecção de menores existente que encontramos os elementos que nos permitiram pôr à prova a hipótese levantada. Os resultados gerais apontam para a inexistência de uma intervenção sistémica, articulada e integrada na protecção da criança e do jovem. É o que traduzem as citações quer se seguem:

(Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Porto Ocidental), “... na

*questão da casa, por exemplo, é verdade, como é que nós podemos proteger crianças que à partida, um direito delas já está violado, não terem, por exemplo, uma casa capaz de viverem saudavelmente?”. Ou, como a mesma informante já tinha referido a nível das dificuldades encontradas: “eu não posso perceber, digamos, uma situação, a criança tem uma ordem de despejo e tem que ir para uma pensão, agora, diga-me, que medida de promoção e protecção, nós podemos aplicar a uma criança que viva numa pensão, portanto, aí manifestamente é muito difícil, portanto, aí é difícil, não é”;*

(Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Porto Central), *“Eu trabalho com um parceiro de peso que é a Câmara, quando a Câmara não valoriza a atribuição de uma habitação a uma família toda disfuncional que a gente vai tentar organizar, como é que eu posso trabalhar as condições e as competências...”*.

Concluimos, desta forma, que a intervenção para a protecção de crianças e jovens não tem assumido um carácter sistémico, com a actuação das várias instituições e sistemas sociais voltados para um mesmo fim, dificultando, assim, uma eficaz protecção de crianças e jovens. O sistema de protecção torna-se ineficaz quando as medidas de protecção existentes não conseguem assegurar os direitos fundamentais da criança ou jovem ou mesmo quando não conseguem ser operacionalizadas pela inexistência de condições fundamentais à sua realização.

Torna-se, assim, necessário existir uma intervenção sistémica e em rede envolvendo agentes sociais vários e recursos igualmente variados capazes de proteger as crianças e jovens na sua família e nas várias outras dimensões de sua vida para, então, falar-se em protecção eficaz de crianças e jovens. Confirmamos, desta forma, hipótese levantada de que para haver protecção eficaz a intervenção deverá ser sistémica e articulada entre os vários organismos e instituições sociais. As medidas de protecção podem ser muito boas e abrangentes mas para serem devidamente operacionalizadas e responderem eficazmente as situações de maus tratos, carecem de condições plenas que vão desde a disponibilização dos recursos necessários como o maior envolvimento, na sua protecção, de agentes sociais vários, a saber, a família, as instituições de protecção de menores, outros sistemas ou subsistemas sociais de que faz parte a criança ou jovem.

Para concluir a apresentação dos resultados sobre a protecção de menores, ficam as palavras de um informante do primeiro grupo entrevistado:

(Directora Técnica e Assistente Social do Internato Nossa Sr.<sup>a</sup> da Conceição), *“Nós, aqui o que eu digo é que é um modelo de intervenção sistémica, pronto, é que, quer a instituição e os seus agentes, quer as crianças e os jovens, quer a família, quer todos os*

*outros reforços externos têm que estar integrados naquilo que é o objectivo, não é, principal que nós agora temos, que chama projecto de vida da criança e que tudo que se passa num sistema vai interferir com o resto. Portanto, quê que nós vamos... é que toda a gente esteja a ver para o mesmo fim....*

## **CAPÍTULO VI**

### **CONCLUSÕES E ORIENTAÇÕES**

A investigação levada a cabo sobre os maus tratos e a protecção social de menores permitiu um maior conhecimento das duas realidades no contexto social português. A nível dos maus tratos, o estudo deu-nos as bases para uma análise abrangente do problema que considera todas as modalidades ou formas maltratantes, os seus contextos familiares e sociais de ocorrência e os factores que, normalmente, os determinam. Foi possível traçar as características da criança maltratada o que, cremos, nos ajuda a conhecer, identificar e intervir sobre as situações de maus tratos.

Os maus tratos praticados a menores traduzem situações de abuso contra crianças e jovens que podem ocorrer no domínio físico, psicológico ou emocional assumindo, deste modo, formas e estilos variados. Existem várias formas de maltratar crianças e jovens e o estudo permitiu-nos conhecer as formas de que, as crianças e jovens da amostra são, normalmente, vítimas. Com base na amostra, concluímos que as crianças e jovens podem ser vítimas de várias formas de abuso, que vão desde a negligência, os maus tratos físicos, o abuso sexual, os maus tratos psicológicos ou abuso emocional, ao abandono. Dentro destas formas ou modalidades maltratantes, a mais praticada é a negligência, que traduz os comportamentos de regular omissão nos cuidados a ter para com uma criança não lhe sendo asseguradas a satisfação das suas necessidades nível dos cuidados básicos de higiene, da alimentação, da segurança, da educação, da saúde, do afecto, da estimulação, etc.. Não obstante a negligência ser a modalidade mais praticada de maus tratos, as crianças e jovens são vítimas de todas as outras formas maltratantes, encontrando-se tais práticas na origem das institucionalizações. As outras modalidades, como abuso físico, o sexual e o psicológico, apesar de não serem as mais referenciadas, constituem formas de abuso frequentes contra crianças e jovens.

As práticas maltratantes aparecem, no nosso estudo, associadas a contextos familiares precários, disfuncionais ou desestruturados, onde predominam situações de desemprego dos pais ou de um dos pais (normalmente de longa duração), baixos níveis de formação ou habilitações literárias que, por sua vez, dificulta a sua inserção no mercado de trabalho, consumo ou dependência de substâncias (álcool ou drogas) pelos pais, contextos habitacionais precários, situações de rupturas conjugais, separações ou divórcios acompanhados de violência doméstica física ou emocional ou, ainda, situações de inexistência de saúde mental dos pais. São, portanto, contextos de pobreza, precariedade e

dificuldades económicas, culturais e sociais os representativos neste estudo. Importa, porém, referir que os maus tratos não constituem uma realidade exclusiva dos contextos mais desfavorecidos, sendo praticados também nas classes sociais mais altas.

Do ponto de vista da estrutura familiar da criança maltratada, predominam as famílias nucleares, ou seja, a maioria das crianças maltratadas vive no contexto familiar constituído por pais e filhos, mas notamos também o relevo de famílias monoparentais e recompostas sendo as monoparentais as particularmente vulneráveis a contextos de pobreza e de privação material. Independentemente da estrutura familiar da criança, há um traço ou característica que aparece comum a todos estes contextos familiares: são todos disfuncionais e desestruturados.

As situações familiares associadas aos maus tratos, assim apresentadas, ajudam-nos a perceber os factores que estão, normalmente na sua origem. Os factores dos maus tratos são as situações que propiciam ou levam à prática maltratante. Falamos em situações porque, tal como mostram os resultados, não existe situação única ou factor que por si só determina os maus tratos. Estes são, normalmente determinados por uma conjugação de factores que, actuando sobre vários domínios da vida familiar, levam à ocorrência dos maus tratos.

Com base nestes resultados cremos ter sido possível obter um “pequeno retrato” da situação da criança em Portugal em relação à problemática dos maus tratos de acordo com o discurso e as representações dos nossos informantes. Consideramos, então, que não obstante todas as conquistas feitas a nível dos direitos da criança, esta continua sendo vítima de várias formas de abuso, em particular, de maus tratos. De acordo com os resultados do estudo, esses maus tratos que, normalmente, ocorrem no contexto familiar da criança, são praticados pelos pais ou pela pessoa responsável da criança, o que pode ser explicado, por um lado, pela posição que estes ocupam na estrutura familiar, de pessoa responsável pelos filhos e pelos encargos familiares e, por outro lado, pela pressão que sofrem de um contexto familiar com os problemas já referidos, tornando-os particularmente vulneráveis a comportamentos agressivos.

A partir da situação da criança maltratada foi possível analisar a protecção social de menores onde procurou-se conhecer o sistema de protecção de menores existente, em Portugal, e a sua eficácia na protecção de crianças e jovens. De acordo com os resultados, o sistema de protecção de menores, constituído pelas leis de protecção de crianças e jovens e pelas várias entidades que actuam na sua protecção, apresenta algumas limitações que dificultam uma eficaz operacionalização das medidas de protecção levando a multiplicação e reprodução de situações maltratantes. As leis de protecção de menores, da qual destacamos a

Lei nº 147/99 de 01 de Setembro por ser a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em vigor, são consideradas abrangentes e sensíveis à problemática dos maus tratos, na medida em que contemplam situações várias de maus tratos contra crianças e jovens. As limitações existentes na protecção de crianças e jovens prendem-se, assim, não tanto com o conteúdo das Leis de protecção existentes, mas com a sua operacionalização, conforme os resultados do estudo.

Uma das grandes limitações encontradas a nível da operacionalidade das medidas de protecção de crianças e jovens remete para o carácter precoce da intervenção. Não obstante encontrarmos na Lei de Protecção de Crianças e Jovens o princípio de intervenção precoce – segundo o qual a intervenção para a protecção de crianças e jovens deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida<sup>153</sup> – como um dos princípios orientadores da intervenção, esta não assume um carácter preventivo. Para ser preventiva, a intervenção deve acontecer antes do perigo, de modo a o poder prevenir, ou seja, deve acontecer quando a situação da criança ainda é de risco, privilegiando, desta forma, os contextos familiares desestruturados, disfuncionais onde predominam as características já apontadas, por serem estes os contextos particularmente vulneráveis ao risco e, portanto, propiciadores do perigo. Consideramos, assim, que a intervenção para a protecção de crianças e jovens ao não assumir este carácter preventivo permite a ocorrência do perigo. Desta forma, a intervenção precoce garantida pela Lei não assegura uma actuação preventiva na protecção de crianças e jovens, o que pode ser confirmado pelo grande número de casos acompanhados pelas instituições de acolhimento. Na verdade, o grande número de institucionalizações de crianças e jovens, em Portugal, ou os números de homicídio por maus tratos a menores, dão os indícios da ausência de uma intervenção preventiva na protecção de crianças e jovens.

Considerando que as medidas de institucionalização de crianças e jovens são as de carácter extremo e são aplicadas em último recurso, concluímos que as crianças institucionalizadas, vítimas das mais variadas formas de abuso, são retiradas dos seus contextos familiares nas situações extremas de maus tratos, ou seja, sempre após uma ocorrência continuada dos maus tratos e nas situações de maior gravidade. Isto, leva-nos, sem dúvida, a considerar que a intervenção para a protecção de crianças e jovens tem sido de carácter limitado e que tem visado a remediação das situações maltratantes e não a sua prevenção. Esta parece-nos constituir uma grande falha no sistema de protecção de crianças e jovens que leva à ocorrência e reprodução dos maus tratos.

Outra grande limitação na protecção das crianças e jovens encontrada encontra-se

---

<sup>153</sup> Lei de protecção 147/99, de 01 de Setembro, artigo 4º, alínea c).

relacionada com a acabada de referir e prende-se com a inexistência de recursos suficientes para uma eficaz operacionalização das medidas de protecção. Referimo-nos aos recursos materiais e humanos sendo que os primeiros traduzem, a inexistência de equipamentos sociais suficientes, como creches, jardins-de-infância, escolas, centros de acolhimento ou outras respostas para crianças e jovens com problemas específicos – dificultando, assim, a sua integração nestes equipamentos sociais e a própria aplicação das medidas de protecção – ou, de respostas como a habitação, sendo também limitados os próprios meios necessários na intervenção como os transportes para as deslocações. As limitações a nível dos recursos humanos têm a ver com a falta de técnicos sentida nas várias instituições entrevistadas que, não sendo em número suficiente, limitam também a intervenção para a protecção das crianças e jovens. As limitações sentidas a este nível originam os atrasos na elaboração de relatórios e pareceres dificultando não só a comunicação e a articulação entre as entidades como também o acompanhamento das medidas aplicadas na protecção das crianças e jovens ou o trabalho com as famílias no sentido do retorno das crianças e jovens ao contexto familiar. Esta limitação, contribui sem dúvida, para uma intervenção não voltada para a prevenção e, portanto, para uma protecção não eficaz de crianças e jovens.

As características do sistema de protecção de menores permitiram introduzir, ainda, outro aspecto no equacionamento da eficácia da protecção social de menores. Na análise da protecção das crianças e jovens consideramos também a articulação, comunicação e intervenção de todas as entidades envolvidas na sua protecção, inclusive os sistemas sociais por onde passam, necessariamente, as crianças e jovens. Com base nos resultados, queremos ressaltar o importante papel que podem ter instituições como as escolas, os centros de saúde, os hospitais e outros parceiros (como as Câmaras Municipais), na protecção de crianças e jovens, seja pela proximidade que estas instituições têm para com as crianças e os seus contextos familiares, potenciando um conhecimento de perto da situação da criança ou jovem e a comunicação ou denúncia das situações de risco acompanhadas, seja pelas políticas de protecção social desenvolvidas por outros parceiros, nomeadamente, as Câmaras Municipais ou outros organismos promovendo a protecção e integração das famílias e das crianças na sociedade.

Consideramos que só por meio de uma constante articulação entre os vários sistemas ou instituições sociais, familiares, de protecção de menores e os outros sistemas sociais com responsabilidade social para com as crianças e famílias e de uma intervenção sistémica, ou seja, voltada para o mesmo fim, pode-se garantir uma protecção plena dos direitos da criança e, consequentemente uma eficaz protecção social de crianças e jovens. Concluímos, assim,

que as respostas para uma protecção eficaz de crianças e jovens não devem ser procuradas apenas nas leis de protecção ou na funcionalidade das instituições de protecção, mas também, na articulação entre as várias instituições ou sistemas sociais com competência em matéria de infância e juventude ou outros igualmente responsáveis pela protecção das famílias e crianças. A protecção social de crianças e jovens será, então, eficaz se os seus direitos forem assegurados a todos os níveis, não só ao da alimentação e dos cuidados especiais, mas também ao nível da sua habitação, da sua saúde, da sua formação, da sua integração social e ao nível da sua própria família, sendo-lhes assegurado o direito de crescer e desenvolver-se na sua família (salvo quando este direito não pode, de todo, ser assegurado). Torna-se, assim, necessário considerar a família como o recurso principal na protecção das crianças e jovens, devendo a intervenção para a sua protecção centrar-se nos contextos familiares, capacitando-os, ajudando-os a superar as suas dificuldades e problemas, trabalhando as suas competências familiares e sociais e, acima de tudo, integrando-as na sociedade. Com efeito, este trabalho de intervenção concertado entre as várias instituições ou sistemas sociais permite não só uma intervenção preventiva sobre os contextos familiares de risco como a canalização de recursos vários na sua protecção contribuindo, assim, para superar as dificuldades encontradas a nível dos recursos existentes e garantir, deste modo, uma eficaz protecção de crianças e jovens.

Retomamos, assim, as hipóteses de pesquisa formuladas segundo as quais a protecção de crianças e jovens será maior e mais eficaz se a intervenção for de carácter preventivo privilegiando os contextos familiares de risco; se forem criadas todas as condições necessárias à uma intervenção eficaz por parte das instituições responsáveis ou envolvidas na sua protecção, nomeadamente, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, os Tribunais de Família e Menores, as Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais ou outra instituição igualmente responsável ou envolvida na sua protecção e se a intervenção destas instituições proceder-se de forma articulada e sistémica, ou seja, com vista a um mesmo objectivo: a protecção das crianças e jovens e a promoção dos seus direitos. Com base nos resultados alcançados por meio das hipóteses apresentadas, concluímos o presente trabalho de investigação deixando algumas orientações para uma maior e mais eficaz protecção de crianças e jovens:

Tendo em conta que a situação da criança maltratada encontra-se directamente relacionada com as características do seu contexto familiar e que são os contextos familiares disfuncionais, desestruturados e vulneráveis os contextos de risco. *A priori*, a intervenção para a protecção de crianças e jovens deve assumir um carácter preventivo e a intervenção deve incidir, preferencialmente, sobre os contextos de risco por serem potenciadores de



perigo. A sinalização, intervenção e acompanhamento das situações familiares (por meio de visitas domiciliárias e de trabalhos desenvolvidos com a família a nível da informação e formação sobre problemáticas familiares e sociais e a nível das suas competências parentais, pessoais e sociais) ajudam a prevenir situações de perigo e consequentemente, de maus tratos ao mesmo tempo que contribuem para a capacitação da família, sua integração social e sua maior autonomização.

Torna-se necessário também que as entidades competentes, a saber, o Estado, o governo, os poderes locais, as instituições e organizações que actuam na área da infância e juventude priorizem a causa das crianças e jovens e, consequentemente, da família e disponibilizem recursos vários na protecção de crianças e jovens e dos seus contextos familiares. Só por meio de um investimento forte nos recursos materiais e humanos se poderá efectuar um trabalho de intervenção preventivo junto dos contextos familiares de risco ou, de outro não sinalizado como sendo de risco. A nível dos recursos materiais, o investimento deverá passar pela aquisição e disponibilização de transportes suficientes para a deslocação dos técnicos ao terreno, pela aquisição ou construção de mais equipamentos sociais como creches e jardins de infância, centros ou outras respostas para crianças com problemas especiais (por exigirem um tratamento também especializado) pelo maior acesso à habitação condigna por parte das famílias com poucos recursos económicos. No tocante aos recursos humanos, torna-se necessário um investimento a nível da sua formação ou especialização, de modo a capacitá-los para um conhecimento abrangente e actual das situações de maus tratos e do próprio sistema de protecção de crianças e jovens (pelo conhecimento minucioso das leis de protecção, das várias entidades actantes na sua protecção) de modo a permitir um maior cruzamento de informações, encaminhamento de situações e não duplicação de respostas de protecção de crianças e jovens e respectivas famílias. O investimento na formação dos técnicos deverá ser contínua, a sua intervenção deverá ser acompanhada pelos seus superiores hierárquicos e os resultados da sua intervenção avaliados e discutidos.

As instituições com competência em matéria de infância e juventude, as várias instituições sociais por onde passam necessariamente, as crianças e jovens, as entidades, instituições ou organizações com responsabilidade social no domínio das crianças e jovens e das próprias famílias devem estar articulados e voltados para uma mesma causa – a da protecção das crianças e jovens – de modo a assegurarem uma intervenção plena, que cubra necessidades de protecção das crianças e jovens em todas as áreas vulneráveis a que frequentemente são expostos.

## BIBLIOGRAFIA

ALBERTO, I. M. M., *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004.

ALMEIDA, A. N.; ANDRÉ, I. M.; ALMEIDA, H. N., *Famílias e maus tratos às crianças em Portugal*. Relatório Final, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999.

AMARO, F., *Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando mendicância*, CEJ, (2), Lisboa, 1986.

AMARO, F., “Aspectos socioculturais dos maus tratos e negligência de crianças em Portugal” in *Revista portuguesa de pediatria* (20), 1989, p. 323-326.

AJURIAGUERRA, J., “Manual de psiquiatria infantil”, Ed. Masson, Rio de Janeiro, 1980, p. 920-927, in ALBERTO, I. M. M., *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, p. 30.

ARIÈS, P., “L’Enfant et l’avie familiale sous l’Ancien Regime”, Seuil, Paris, 1960, p. 318, in MONTEIRO, A. R., *A revolução dos direitos da criança*, Campo das Letras, Porto, 2002.

ARISTOTE, “Les Politiques”, séc. IV a.c, in MONTEIRO, A. R., *A revolução dos direitos da criança*, Campo das Letras, Porto, 2002.

BADINTER, E., “L’amour en plus – Histoire de l’amour maternel”, Flammarion, Paris, (XVIII – XX siècle), (Trad. Em Relógio d’Água), 1980, p. 373, in MONTEIRO, A. R., *A revolução dos direitos da criança*, Campo das Letras, Porto, 2002.

BELSKY, J., “Child maltreatment. An ecological integration”. *American Psychologist*, nº 35 (4), 1980, in ALBERTO, I. M. M., *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, p. 35.

BROWNE, A.; FINKELHOR, D., “Impact of child sexual abuse”, in *Psychological Bulletin*,

99(1), 1986, p. 66-77, in ALBERTO, I. M. M., *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, p. 57.

BRUYNOOGHE, R., “O conceito de violência na família”, *Infância e Juventude*, nº 2, 1988, p. 7-15.

BURGESS, R., “Child abuse: a social interactional analysis”, in LAHEY, B.; KASDIN, A., *Advances in Clinical Child Psychology* (vol. 2), Plenum Press, New York, 1979, p. 141-169.

CAFFEY, J., “Syphilis of the skeleton in early infancy: the inespecificity of many of the roentgenographic changes”, Roentgen, 1939, p. 637-655, in CANHA, JENI, *Criança maltratada: O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação*, Estudo prospectivo de 5 anos, Quarteto Editora, Coimbra, 2000.

CANHA, JENI, *Criança maltratada: O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação*, Estudo prospectivo de 5 anos, Quarteto Editora, Coimbra, 2000.

CLARK, M.; CLARK, J., “The encyclopaedia of child abuse”, Facts on File, New York, 1989, in ALBERTO, I. M. M., *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, p. 31 e segs.

COIMBRA, A.; FARIA, A., e MONTANO, T., “Anova: Centro de apoio e intervenção na crise para crianças vítimas de maus tratos. Análise psicológica”, 2(VIII), 1990, in ALBERTO, I. M. M., *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, p. 26.

DA CRUZ, M. B., *Teorias Sociológicas – os fundadores e os clássicos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001, p. 227-231.

DE MAUSE, “The evolution of childhood” – *Foundations of Psychohistory*, Creative Roots, New York, 1982 in MONTEIRO, A. R., *A revolução dos direitos da criança*, Campo das Letras, Porto, 2002.

DEKEUWER-DÉFOSSEZ, Françoise, *Les droits de l'enfant*, (5<sup>a</sup> éd.), Paris, 1991, p. 126.

DÍAZ, HUERTAS, J. A., “El maltrato infantil en la história”, in, *Niños maltratados*, Ediciones Díaz de Santos, Madrid, 1997.

ESTEVEES, A. J., “Metodologias qualitativas, perspectivas gerais”, in AZEVEDO, J.; ESTEVEES, A. (orgs), *Metodologia Qualitativa para as Ciências Sociais*, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998.

FERNANDES, A. T., “A Sociologia e a Modernidade”, in *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras, nº 4, Porto, 1994, p. 46.

FERREIRA, J. M. C.; PEIXOTO, J.; CARVALHO, A. S.; RAPOSO, R.; GRAÇA, J. C. e MARQUES, R., *Sociologia*, Mc Graw Hill, Amadora, 2000.

FIGUEIREDO, B., “Maus tratos à criança e ao adolescente (II), considerações a respeito do impacto desenvolvimental”. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, nº 3, 1998, p. 197-216, in ALBERTO, I. M. M., *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, p. 36.

FONTANA, V. J.; DONOVAN, D.; WONG, R. J., *The maltreatment syndrome in children*, 1963, in MAGALHÃES, T., *Maus tratos em crianças e jovens*, Quarteto Editora, Coimbra, 2005.

GALLARDO, J. A., “Evolução histórica dos maus tratos infantis”, in GALLARDO, J. A., ed. *Maus tratos às crianças*, Porto Editora, Porto, 1994, p. 15-24.

GELLES, R. J., “Child abuse. An overview”, in ALBERTO, I. M. M., *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, p. 33.

GIDDENS, A., *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001, p. 196.

GIL, D. G., “Violence against children: Phisycal child abuse in the United States”, Harvard University Press, Massachusetts, 1970, in ALBERTO, I. M. M., *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, p. 33.

GONÇALVES, M. L., *Código Penal Português. Anotado e comentado – legislação complementar*, Livraria Almedina, Coimbra, 2002.

JOHNSON, A. G., *Dicionário de sociologia: guia prático de linguagem sociológica*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

KEMPE, C. H.; SILVERMAN, F. N.; STEELE, B., *The battered child syndrome*, Jama, 1962, in CANHA, JENI, *Criança maltratada: O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação*, Estudo prospectivo de 5 anos, Quarteto Editora, Coimbra, 2000.

KRUGMAN, R., “The assessment of a child protection team”, in ALBERTO, I. M. M., *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, p. 37.

LOBO-FERNANDES, M. J., “Criança maltratada e negligenciada – aspectos médicos”. *Revista Portuguesa de Pediatria*, 20 (5), Lisboa, 1989, p.311-321.

MAGALHÃES, T., *Maus tratos em crianças e jovens*, Quarteto Editora, Coimbra, 2005.

MEADOW, R., “Epidemiology”, in MEADOW, R., ed. *ABC of Child Abuse*, London, 1989, p. 1-4.

MONTEIRO, A. R., *A revolução dos direitos da criança*, Campo das Letras, Porto, 2002.

MUSITU OCHOA, G.; GARCIA, F.; GARCIA, E. E CASTELLÓ, N., “The psychosocial reality of the abused and abandoned child in the Valencian community”, *Cadernos de consulta psicológica*, nº 4 p. 65-72, in ALBERTO, *Maltrato e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, p. 36.

NÉRAUDAU, J. P., “Être enfant à Rome”, Paris, 1984, p. 436, in MONTEIRO, A. R., *A revolução dos direitos da criança*, Campo das Letras, Porto, 2002.

OCHOTORENA, J. P., MADRIAGA, M. I., *Factores predictores del maltrato infantil: rechazo materno y problemas de conducta en el niño*, s/d, in ALBERTO, I. M. M., *Maltrato*

*e Trauma na Infância*, Livraria Almedina, Coimbra, 2004, p. 36.

PARSONS, T., “The Social System”, Tavistock, London, 1952, in FERREIRA, J. M. C.; PEIXOTO, J.; CARVALHO, A. S.; RAPOSO, R.; GRAÇA, J. C. e MARQUES, R., *Sociologia*, Mc Graw Hill, Amadora, 2000.

PARSONS, T.; BALES, R. F., “Family: Socialization and interaction Process”, in GIDDENS, A., *Sociologia*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2001, p. 177.

PINTO, M., “A infância como construção social”, in PINTO, M. e SARMENTO, M. (eds.), *As crianças – contextos e identidades*, Universidade do Minho/Centro de Estudos da Criança, Braga, 1997, p. 33-73.

PLATÃO, *La République* (introduction, traduction et notes par Robert Baccou), GF – Flammarion, Paris, IV a.c, in MONTEIRO, A. R., *A revolução dos direitos da criança*, Campo das Letras, Porto, 2002.

PLOUGMAND, O., Aspectos pedagógicos da violência contra as crianças. *Infância e Juventude*, nº 3, 1988, p. 7-20.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, V. L., *Manual de investigação em ciências sociais*, Gradiva, Lisboa, 1998.

REVEDIN, A. M., Project nº 8: “Enseignement scolaire – Ube etude sur l’enseignement des droits de l’home dans les école primaries”, Strasbourg, Conseil de la cooperation culturelle, 1984, P. 29, in MONTEIRO, A. R., *A revolução dos direitos da criança*, Campo das Letras, Porto, 2002.

RELVAS, A. P., *O ciclo vital da família: perspectiva sistémica*, Porto, Afrontamento, 1996.

ROUSSEAU, J. J., *Émile ou de l’éducation*, Garnier-Flammarion, 1762, in MONTEIRO, A. R., *A revolução dos direitos da criança*, Campo das Letras, Porto, 2002.

SARACENO, C.; NALDINI, M., *Sociologia da família*, Editorial Estampa, Lisboa, 2003.

SEBASTIÃO, JOÃO, *Crianças da rua: modos de vida marginais na cidade de Lisboa*, Celta, Oeiras, 1998.

SILVERMAN, F. N., “The roentgen manifestations of unrecognized skeletal trauma”, in CANHA, JENI, *Criança maltratada: O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação*, Estudo prospectivo de 5 anos, Quarteto Editora, Coimbra, 2000.

SOARES, N., *Outras infâncias... a situação das crianças atendidas numa Comissão de Protecção de Menores* (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica), Intituto de Estudos da Criança, Braga, 1998.

SOMERHAUSEN, C., “Les enfants maltraités. Approche sociologique du phénomène”, in *Revue de l'Institut de Sociologie* (1-2), 1984, p. 199-212.

TARDIEU, A., “Étude médico-legale sur les sévices et mauvais traitements exercés sur des enfants ”, Publ Med Leg, 1860, in ALMEIDA, A. N.; ANDRÉ, I. M.; ALMEIDA, H. N., *Famílias e maus tratos às crianças em Portugal*. Relatório Final, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1999, p. 25 e segs.

TILLY, L.; SCOTT, J., “Donne, lavoro e famiglia”, Bari, De Donato, 1981, in SARACENO, CHIARA; NALDINI, MANUELA, *Sociologia da família*, Editorial Estampa, Lisboa, 2003, p. 25-50.

WALSH, A., “Illegitimacy, child abuse and neglect, and cognitive development”. *The Journal of Genetic Psychology*, 151(3), 1990, p. 279-285.

WOLFE, D. A., “Child abuse and neglected”, in MASH, E. J., e TERDAL, L. F., *Behavioral Assessment of Childhood disorders*, nº 2, The Guilford Press, New York, 1988, p. 627-669.

*Outras citações*

*CÓDIGO PENAL*, Almedina, Coimbra, 1993.

COMISSÃO DOS DIREITOS DO HOMEM, Resolução 1989/57, Março, 1989.

DIÁRIO DA REPÚBLICA, II SÉRIE, Setembro, 1999.

ONU, *Convention relative aux droits de l'enfant – Dossier d'information*, Centre des Nations Unies pour les droits de l'homme, UNICEF, 1990.

PLANO DE INTERVENÇÃO IMEDIATA, *Relatório de Caracterização de Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2007*, Instituto da Segurança Social, Lisboa, 2007.

PORTUGAL, *Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco – centros de acolhimento temporário: avaliação preliminar*, Instituto para o Desenvolvimento Social, Lisboa, 1999.



# **ANEXOS**

## **ANEXO I**

### **APRESENTAÇÃO DOS GUIÕES**

**I – De entrevista**

**II – De observação**

**III – Das categorias de análise**

## **I - Guiões de entrevista**

### **1. Instituições de Acolhimento/Centros de Acolhimento Temporário de crianças e Jovens**

#### Entrevista Semi-estruturada

#### **I – SOBRE O MENOR**

- a) Como define “menor”?
- b) E mau trato? Quando é que o menor é maltratado? (tipologias de mau trato)
- c) Com base nas situações a que tem dado resposta, trace o perfil da criança maltratada (características)
- d) Quais as situações familiares destas crianças?(tipo de famílias: nuclear simples, monoparental, recomposta, outra)

#### **II – FACTORES DE RISCO E O ACOLHIMENTO**

- a) Indique as causas do acolhimento de menores em Instituições. Qual a causa mais frequente do acolhimento?
- b) Onde ocorrem com mais frequência as situações de mau trato?(terreno social onde ocorre o mau trato)
- c) Considerando o local onde ocorrem com mais frequência os maus tratos, quais considera serem os factores que aumentam a probabilidade da sua ocorrência? (factores de influencia)
- d) Indique uma ou duas situações de mau trato, dos casos acompanhados, que lhe tenha sido marcante.

#### **III – MAUS TRATOS ÀS CRIANÇAS EM PORTUGAL**

- a) Dos casos acompanhados e dos conhecimentos gerais que tem nesta matéria, qual acha ser a situação da criança portuguesa em relação à problemática dos maus tratos? Justifique.
- b) Indique as principais causas dos maus tratos às crianças em Portugal.
- c) Considerando as necessidades existentes nos vários contextos familiares acompanhados, que tipos de respostas sociais acha serem necessárias na sua protecção a nível nacional? (suportes necessários às famílias)
- d) Que leitura faz do papel da família nos nossos dias? (seu papel na protecção dos menores)

#### **IV – PROTECÇÃO SOCIAL DE MENORES**

- a) Das medidas de protecção existentes qual acha ser a mais aplicada em situações de maus tratos? Porquê? Pergunta substituída por: O acolhimento em instituição constitui uma medida de protecção de crianças e jovens. Qual tem sido a solicitação desta medida de protecção?
- b) O que é o acolhimento em instituição, estar acolhido em instituição? Como esta medida garante a protecção do menor acolhido?
- c) Que avaliação faz da sua eficácia?
- d) Quais considera serem as suas características positivas e negativas? Justifique.

- e) Quais as entidades responsáveis e/ou envolvidas na institucionalização destas crianças?
- f) Que modelo de intervenção sugere para uma maior e melhor protecção de crianças e jovens?

## **2. Entidades responsáveis e/ou envolvidas na protecção de menores:**

**Comissões de Protecção de Crianças e Jovens**

**Tribunal de Família e Menores do Porto**

**Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais (EMAT) – Segurança Social, Porto.**

### Entrevista semi-estruturada

#### **I – SOBRE O MENOR MALTRATADO**

- a) Sabemos que a Lei define como menor crianças e jovens com idade inferior a dezoito anos. Qual o critério determinante na vossa intervenção junto de crianças e jovens em perigo, nomeadamente em situações de maus tratos?
- b) Como define uma criança maltratada?
- c) Indique as tipologias de mau trato mais frequentes, nos casos acompanhados.
- d) Quais as situações familiares das crianças/jovens acompanhados?

#### **II – SOBRE AS SITUAÇÕES DE MAUS TRATOS**

- a) Como têm conhecimento das situações de maus tratos a crianças e jovens?
- b) Tendo conhecimento de uma situação de mau trato como se processa a sua verificação/confirmação?
- c) Em que consiste a V<sup>a</sup> intervenção a nível da protecção de crianças e jovens? (princípios inerentes à intervenção). Indique as maiores dificuldades encontradas a nível da intervenção. Para a EMAT esta questão foi substituída por: Que tipo de apoio dão aos Tribunais, em que consiste a vossa intervenção a este nível? Indique as maiores dificuldades encontradas.
- d) De acordo com as situações acompanhadas, quem é o maltratante mais frequente das crianças e jovens?

#### **III – PROTECÇÃO SOCIAL DE MENORES**

- a) A lei nº 147/99 de 1 de Setembro enumera o conjunto de medidas de protecção de crianças e jovens em perigo. Como se tem traduzido em termos práticos a sua aplicação nas situações de maus tratos?
- b) Qual/ais têm sido a/s medida/s mais aplicada/s em situações de maus tratos? Porquê?
- c) O Acolhimento em Instituição também constitui uma medida de protecção aplicada em situações de maus tratos. Qual tem sido a sua solicitação? Porquê?
- d) Nas situações de retirada das crianças e jovens (institucionalização ou outra) e visando o seu retorno ao contexto familiar, que tipo de acompanhamento está previsto às famílias? Tem se traduzido na prática? Porquê?

- e) Existem obstáculos na aplicação das medidas para promoção e protecção? Se sim, indique-os? Para a EMAT esta questão foi substituída por: Quais as respostas sociais existentes, a nível da Segurança Social, para as famílias e menores em risco?
- f) Como se processa a articulação entre as entidades envolvidas na protecção do menor antes e após a aplicação da medida de protecção?

#### **IV – AVALIAÇÃO DA PROTECÇÃO SOCIAL DE MENORES**

- a) Como avalia as respostas sociais existentes para crianças e jovens em perigo? Questão colocada apenas à EMAT.
- b) Como avalia as medidas de protecção existentes? Acha que respondem com eficácia às situações de perigo, nomeadamente de maus tratos? Têm contribuído para reduzir e ou prevenir situações de maus tratos a menores?
- c) Como avalia as medidas de protecção a nível da penalização ao maltratante?
- d) Que avaliação faz dos recursos existentes na protecção de menores, respondem às necessidades de protecção?
- e) Indique as principais limitações de potencialidades do presente “modelo de protecção social de menores”. Que alterações sugere para uma maior e melhor protecção de crianças e jovens?

## II – Guião de observação

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	
	Ambiente Geral	
	- Dimensão e iluminação	
	- Mobiliários	
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	
	Gestos e expressões	
Interferências/interrupções		
Observações		

### III – Guião das categorias de análise

#### Grupo I

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	
	Criança maltratada - Características	
	- Situação familiar (tipo de família)	
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	
	Maus tratos - Local de ocorrência	
	- Factores/causas dos maus tratos	
	Casos de maus tratos considerados marcantes	
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	
	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	
	Família - Leitura da família nos nossos dias.	
	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	
	Aspectos positivos e negativos	
	Eficácia das medidas aplicadas	
	Sugestões para melhor protecção de menores	

## Grupo II

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor maltratado	Crítérios de intervenção	
	Tipologias de mau trato	
	Situação familiar (tipo de família)	
Situações de maus tratos	Conhecimento e verificação	
	A intervenção	
	Dificuldades a nível da intervenção	
	Maltratante(s) das crianças e jovens	
Protecção social de menores	Medidas existentes e aplicadas A mais aplicada	
	Acolhimento institucional	
	Famílias de risco: acompanhamento	
	Entidades envolvidas na protecção de menores: articulação	
	Limitações, dificuldades inerentes à aplicação das medidas	
Avaliação da protecção social de menores	Avaliação das medidas de protecção	
	Avaliação dos recursos existentes na protecção de menores	
	Principais limitações e potencialidades do modelo de protecção existente. Sugestões para melhor protecção dos menores	



**ANEXO II**  
**APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

**Grupo 1**  
**INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO E CENTROS DE ACOLHIMENTO**  
**TEMPORÁRIO DE CRIANÇAS E JOVENS**

**A CASA DO CAMINHO**

Nº da entrevista: 1

Nome do entrevistado: Maria da Luz

Função: Directora Técnica

Data da entrevista: 25/02/08

Hora de início: 10.00

Duração: 1h

Local da entrevista: Centro de Acolhimento Temporário, A Casa do Caminho, Senhora da Hora, Matosinhos.

**Caracterização da Instituição**

Ano: 1988

Nº utentes: 60

Sexo: Masculino

Idades: 03 - 18 anos

**E:** *Muito bom dia Dr.ª Maria da Luz*

**e:** Muito bom dia.

**E:** *Para começar a nossa entrevista, a primeira questão refere-se a menores e eu vou perguntar-lhe, como define menor?*

**e:** Eu não gosto nada da palavra menor, menor esta associado a uma, a algo diminuído, inferior, e portanto, permita-me que substitua por criança, portanto, como se define criança, como é que eu defino criança. Criança é todo o ser humano até aos 16 anos, é dos zero aos 16 anos, é essa a minha definição. Sou muito a favor de uma corrente que já existe actualmente que é de substituir inclusivamente as designações do tribunal de família e menores, não, tribunal de família e criança e em todas as palavras e legislações etc., que quando existe a palavra menor penso que devia ser substituída por criança.

**E:** *E a noção de Mau trato, como define mau trato?*

**e:** Mau trato é toda a acção intencional, eh, que se processa reiteradamente, portanto, várias vezes e que tem consequências nefastas para o desenvolvimento da criança. Dentro desse

mau trato há vários tipos e acho que cada vez mais o conceito de mau trato tem vindo a ser melhor definido e é um conceito muito dinâmico, porque quer especialmente a psicologia, quer a medicina, quer todas as vertentes na área da biologia têm-nos vindo a mostrar os efeitos nefastos no desenvolvimento da criança, de determinados tipos de comportamentos, eh, comportamentos que há bem pouco tempo eram considerados rotina e prática diária, inclusivamente, comportamentos com cariz educacional, hoje nós sabemos as consequências desses tipos de comportamentos por parte dos adultos.

**E:** *Doutora Maria da Luz, agora vou-lhe pedir, de acordo com a sua experiência nesta casa, para traçar o perfil da criança maltratada. De acordo com os casos que tem atendido, como é que caracteriza uma criança maltratada?*

**e:** Tem chegado à Casa do Caminho diferentes tipos de crianças vítimas, nomeadamente, de maus tratos e tendo em conta a idade destas mesmas crianças que chegam à Casa do Caminho, bebés, temos que pensar nas consequências todas do que é uma gravidez não vigiada, rejeitada, da criança tóxico-vitimada, portanto, isto logo estamos a pensar já num bebé recém-nascido. Depois, a prática seguinte tem muito a ver com crianças negligenciadas, portanto, comportamentos inadequados às crianças por ignorância ou por incapacidade e chegamos depois ao mau trato físico também, e abusos sexuais, pronto, tipo de maus tratos mais..., aliás, nós achamos que todos os maus tratos são violentos mas, com marcas muitos notórias, marcas físicas muito notórias e a criança... é uma criança corrente.

Agora, a capacidade que essa criança vai ter para superar esse tratamento não adequado é que vai depender do perfil de cada criança. Há crianças que se isolam, que podem ter comportamentos quase pré altistas, ou com algum forro de autismo, de isoladamente, há outras que não se deixam tocar mesmo em bebés, o que cria alguma resistências mas, todas elas têm um comportamento resultante do tratamento não adequado, é notório.

A capacidade de cada um reagir, temos visto casos de crianças com resiliência fabulosa, com capacidade fabulosa de reagir e com uma capacidade que vulgarmente dizemos, dar a volta por cima, de uma solidariedade extraordinária com criança quase que da mesma idade, dum afecto, de uma capacidade que nos ensina a nós adultos permanente.

**E:** *Quais as situações familiares destas crianças (a que tipo de famílias pertencem maioritariamente: família nuclear simples, monoparental, recompostas, outras)?*

**e:**



**E:** *Outra vez, com base na sua experiência, onde ocorrem com mais frequência essas situações de maus tratos?*

**e:** No seio familiar..., claro que não vamos aprofundar comportamentos menos adequados, lá está, que ainda não estão tipificados como mau trato, mas, no fundo, nós sabemos que tem influência negativa e basta haver uma influencia negativa, nós, cada vez mais, temos que reflectir sobre aquilo que dizemos, como dizemos, o que fazemos, e sabemos muitas consequências que poderão numa frase, numa palavra, poderão ter, quer para o lado positivo quer para o lado negativo.

**E:** *Considerando o local onde ocorrem com mais frequência os maus tratos, quais são as influências que considera que podem aumentar a probabilidade do risco?*

**e:** Tem muito a ver com a capacidade mentais dos pais, tem a ver com a própria criança, com as características da criança, nomeadamente se for uma criança com comportamentos..., com alguma deficiência, aumento de factores dessa probabilidade, a pobreza, o alcoolismo, a toxicodependência, uma, não sei se posso dizer isto assim, uma hereditariedade, de uma geração em geração, portanto, famílias maltratantes gera outras famílias maltratantes, portanto, aqui, quase que, uma hereditariedade entre aspas, muito entre aspas, será um factor também, e neste momento também achamos que existem dois factores que estão a aparecer com mais frequência e tem muito a ver com a degradação moral, portanto, aquilo que nós designamos por degradação moral que é a falta de valores, a ignorância dos pais, portanto, não têm experiência para tratar dos filhos, nunca viram tratar uma criança, portanto, portanto, é um desconhecimento total do que é ..., e portanto, a falta de responsabilização parental, esse conceito de responsabilização parental praticamente não existe.

Por outro lado, também, muita doença mental e doenças de foro psicológico por parte dos pais, são realidades com que estamos a lidar neste momento, pais muito jovens, muito jovens mesmos, e pais com problemas mentais, desequilíbrios e patológicas..., nos casos das famílias jovens, dos pais jovens se calharem tanto, mas por falta de futuro, por falta de sonhos, se calhar o desequilíbrio vai muito por aí, não terem também capacidade de aguentarem obstáculos da vida e revezes da vida que toda gente tem..., e portanto, rapidamente fogem aos problemas em vez de os ultrapassar e arranjar maneira de ultrapassar esses problemas.

**E:** *No contexto familiar o que acha estar na origem das situações de mau trato?*

**e:** Falta de afecto, falta de relações interpessoais, falta de comunicação nos elementos de família. Acho, está-se a ver muito pouco os momentos de brincar juntos, compra-se um jogo

mas, é para o menino brincar sozinho.

Há muito pouco de brincar junto pai, mãe, ou de..., da partilhados momentos, há muito pouco tempo e o tempo que existe não é aproveitado também para esse fim. Por outro lado, as exigências dos adultos, da própria sociedade para os adultos cria um stress incrível, levantam desequilíbrio, há falta de tempo, de paciência..., uma cadeia de mau estar que se vai propagando, vai sendo cada vez maior, nas famílias, quer dizer, a criança em vez de ser algo desejado, mesmo que desejado começa a ser um fardo pesado, começa a ser rejeitada por isso.

**E: *Indique uma ou duas situações de mau trato, de acordo com as situações acompanhadas, que lhe tenha sido marcante.***

**e:**

**E: *Maus-tratos às crianças em Portugal, qual acha ser a realidade das crianças portuguesas em relação à problemática dos maus-tratos? Em que ponto nos encontramos?***

**e:** Encontramo-nos num ponto em que já se fez muito e a evolução foi muito grande, mas há muito pra fazer e temos que ser rápidos (risos...), temos que ser ligeiros porque senão perdemos momentos, aumentamos os meninos de rua, aos 15 anos aumentamos os meninos na toxicodependência, aumentamos as famílias com comportamentos desviantes, portanto, ou se previne e se actua o mais cedo possível, ou então corremos, continuamos a correr estes riscos, com consequências na sociedade a todo o nível.

A nível de maus tratos tem que se tratar muito em rede, tem que se estar muito atento, tem que se ser muito rápido na intervenção e tem que se prevenir e prevenir começa por reflectir e reflectirmos todos o que é que é mau trato..., em quê que podemos não contribuir para os maus tratos. Porque há coisas muito subtis que não estão tipificadas. O simples facto de se exigir, por exemplo, trabalhos escolares feitos em computador, não estamos a ser maltratantes para uma outra criança que não tem computador em casa? Há coisas muito ligeiras, ao pormos uma criança a repetir a palavra mãe ou eu gosto da minha mãe, para aprender a ler, será que não é um mau trato para uma criança que tem a sua mãe ausente e que a sua mãe é maltratante? Nós temos que ligar muito para as coisas pequeninas, praquilo que nós fazemos e se formos até ao fundo da questão, todos nós somos maltratantes, claro que este é um conceito um bocadinho aparentemente doentio, mas, o objectivo é provocar mesmo para nos fazer pensar e levar-nos à mudança e ao auto-conhecimento. Se nós não pensarmos naquilo que dizemos e nas consequências que podem ter nos outros daquilo que dizermos e daquilo

que fazemos, se só estamos concentrados em nós, se não nos concentrarmos no outro, corremos o risco de termos comportamentos menos adequados na sociedade em que vivemos.

**E:** *quais considera serem as causas dos maus tratos às crianças em Portugal, de uma maneira geral?*

**e:** Não posso quantificar porque não tenho dados específicos, mas acho que será muito negligência, será muito a falta de conhecimento, será muito o álcool que há uns tempos atrás pensávamos que o álcool, o consumo do álcool estava a diminuir, neste momento não é o mesmo tipo de consumo, é outro tipo de consumo, mas os que as consequências são graves, nomeadamente, há uns anos atrás pensávamos no alcoólico crónico do tipo da garrafa do vinho de manhã à noite. Neste momento, se calhar, a garrafa de whisky, são as misturas, são os shots, são misturas de bebidas que leva inclusivamente ao número significativo de comas alcoólicos, com consequências extremamente graves na adolescência e obviamente depois nos futuros pais e na família, na estruturação da família, com consequências na violência doméstica, por outro lado a incerteza de um futuro, acho que está a contribuir muito para estes desequilíbrios psicopatológicos actualmente.

O terem um curso e não saberem se vão ter emprego algum dia ou não, o não conseguir construir um futuro ..., a incerteza da família, tem que se dar uma volta completamente diferente daquilo que pesamos ...

**E:** *considerando as necessidades existentes nos vários contextos familiares que tipos de respostas sociais acha serem necessárias às famílias?*

**e:** Há muitas situações em que não existem redes sociais, por exemplo, vamos falar de casos concretos em creches. Sabemos que é dos objectivos do governo agora fazer creches mas todas as medidas de protecção à família devem ser tomadas. A creche, temos que pensar em diferentes tipos de creche, não é para meter crianças desde manhã à tarde. Nós temos que pensar que há muita gente neste momento que não aproveita determinado tipo de ofertas de emprego porque, não tem retaguarda, estruturas sociais para podem ter esses empregos, nomeadamente, quem fiquem com as crianças, seja creche, seja ama qualificada, seja a vizinha por solidariedade, começa a falhar, as pessoas começam também a ter medo de ficar com as crianças porque é responsabilidade que se tem ..., e na sociedade não existe. Existe um jardim de infância que abre as 8 horas da manhã mas que se a funcionária “” mãe trabalha, que se começa e trabalha às 8 horas da manhã mas que se a funcionária ou a mãe trabalha, que se começa a trabalhar às 8 horas já não pode usufruir desse emprego. Enfim,

temos que pensar na mães que trabalham ao domingo, ao sábado, que trabalham por turnos e neste momento há muita gente que trabalha por turnos, o que não quer dizer de forma alguma deixar a criança das 8 da manhã à meia-noite num jardim-de-infância ou numa creche, de maneira nenhuma, mas sim termos uma rede de suporte e ter-se maior flexibilidade, maior maleabilidade a nível de respostas sociais.

**E:** *Que leitura faz do papel da família nos nossos dias?*

**e:** O papel da família é fundamental, toda a criança tem o direito à família, por outro lado, apesar de ter respondido às questões anteriores, levantando alguns aspectos negativos, permita-me agora evidenciar os aspectos positivos. Há muito de bom nas famílias, também há muito diálogo, há muita conversa aberta, há muito chamar as coisas pelos nomes e há um maior envolvimento, muito significativo especialmente da responsabilidade do pai. Nunca se viu tantos pais envolvidos na educação das crianças e isso, quer na mudança substancial na família, quer como modelo, quer como mudança cultural para a sociedade.

Nós estamos perante extremos permanentemente, não podemos generalizar. Acho que temos que ver o bom que está a suceder, essa mudança cultural, agarrar esse bom e tentar passar para as situações muito boas, portanto, estamos perante situações de extremos, de picos também e dentro da mesma família. Já que falo em picos, dentro da família desequilibrada também estamos a vivenciar picos. Cada vez mais há mais momentos de felicidades, como há de pressão e angústia em alto grau, portanto estamos a vivenciar momentos de picos na própria família.

**E:** *Protecção social de menores. Depois do conhecimento das situações de maus tratos existentes, em passo a perguntar quais são as medidas de intervenção que existem e que tem sido operacionalizadas a nível da protecção das nossas crianças?*<sup>154</sup>

**e:** Elas estão especificadas na lei, no que diz respeito a nós realmente, é obvio que tem que ser uma medida de protecção de acolhimento institucional. Não posso dizer se é a maior medidas ou não, não tenho dados para o concluir, mas sabemos que há uma medida que é muito utilizada que é junto de um familiar idóneo, portanto, entrega da criança muito aos avós, isto está a ser muito, muito frequente, aos avós, criança aos avós. Citando, juiz aqui do porto que dizia-nos, nós devíamos erguer uma estátua aos avós de Portugal, porque já criaram

---

<sup>154</sup> Esta questão foi substituída pela: qual tem sido a solicitação da medida acolhimento institucional? A razão principal foi a constatação da não preparação dos Técnicos das Instituições entrevistadas, de uma maneira geral, para darem (com conhecimento de causa) essa resposta. A questão foi direccionada apenas ao segundo grupo dos entrevistados. Até a entrevista nº 5 foi aplicada, a partir daí, pela razão indicada, reformulei a questão.



os seus filhos, já têm filhos, são trabalhadores, são jovens , avós jovens e que já vão no 1º, 2º e 3º neto e que ..., assumindo a totalidade da educação dessas crianças, portanto, é uma das medidas.

**E:** *O que é o acolhimento em instituição como é que a esta medida garante a protecção dos menores acolhidos?*

**e:** Tem ajudado muito, as instituições têm de estar dotadas de meios e..., de meios protectores, da própria capacidade técnica para proteger a própria criança, e esse acolhimento deve ser o mais curto possível, portanto, não como medida de acolhimento institucional..., mas sim, sempre uma medida de acolhimento institucional de curto prazo e com as características técnicas que são precisas para definir o encaminhamento da criança. Agora, não há respostas muitas vezes adequadas às necessidades das crianças mesmo nestes acolhimentos institucionais. As instituições mistas são poucas o que leva a separar irmãos, portanto, mesmo nas instituições..., esta é mista mas tem, uma idade muito baixinha o que quer dizer que um grupo de irmãos, por exemplo, de 1, 3, 5, 7, quer dizer, nós, se calhar, ficarmos com 3, o de 7 já não pode vir, porque não há idade, nós acolhemos até os 3 anos, casos excepcionais até aos 6, que tem a ver com a orgânica da instituição, com a capacidade de resposta, etc., mas reconhecemos que é uma falha, portanto, ... depois da institucionalização é acompanhar os casos, o facto da criança sair daqui da instituição, não quer dizer que deixe de estar em risco, ela sai, os motivos de risco que deram origem àquela institucionalização foram colmatados, foram modificados, deixam de existir mas, mesmo após uma inserção as famílias devem ser acompanhadas por técnicos especializados da parte da segurança social.

**E:** *É um trabalho que tem sido feito?*

**e:** Não, quer dizer, tem sido feito não nas condições técnicas a eles afectos, não há capacidade dos técnicos, é impossível a quantidade de técnicos que existem, não há, e dispersos por tantas problemáticas. Tem que haver estruturas onde as famílias se possam dirigir e saibam que podem ser ajudadas, não ser a técnica da segurança social ..., que seja propriamente a técnica não ..., que seja a técnica que dá a mão e ajuda a subir o nível daquela família, da reestruturação daquela família ..., ter ali um aliado técnico.

**E:** *A nível das medidas aplicados, que avaliação faz da sua eficácia? acha que respondem*

*com eficácia às situações de maus tratos existentes?*<sup>155</sup>

**e:** As medidas em si, as tipificadas na lei, eu não vejo necessidade, embora não seja da minha área de todo, e portanto, terá que ser uma resposta dum jurista e alguém especializado nesta área, o que eu vejo é que as medidas existem, agora, os recursos para que essas medidas sejam aplicadas, que sejam devidamente operacionalizadas, acho que falham, acho que falham.

Não há recursos para, a todos os níveis, para se ser rápido, para se fazer um diagnóstico da família total são precisos mais recursos humanos e sem esses recursos não se consegue fazer, não se consegue proteger uma criança, quando não, não há um carro para uma técnica sair, não há técnicos suficientes para fazer..., quando não há disponibilidade de técnicos para acompanhar uma família, para se dizer nós fizemos tudo, não fica sempre a sensação que ficou muito por fazer e daí surgem sempre as dúvidas nas, nas próprias decisões.

**E: *Quais considera serem as características positivas e negativas do acolhimento em instituição?***

**e:**

**E: *Quais as entidades responsáveis e ou envolvidas na institucionalização das crianças?***

**e:**

**E: *O que acha ser ainda necessário na protecção dos menores, em tudo aquilo que já existe e de acordo com tudo aquilo que sabemos que está a falhar, o que a Dr.<sup>a</sup> sugere?***

**e:** Que os observatórios funcionassem, funcionassem mesmo, é assim, muito o olhar para as coisas e saber o que é que está a falhar e a partir desse diagnóstico emendar.

As reestruturações têm surgindo mas há muita coisa que tem ficado pelo caminho. Muito trabalho que tem sido feito mas que de repente parece que o resultado daquele trabalho ficou em nada. E vai-se recomençar a fazer outra vez, muitos diagnósticos, muitas folhas para preencher, muitos inquéritos, muitos levantamentos de dados mas, chegamos ao fim e perguntamos, quê que deu, resultou em quê serviu para quê. Precisamos neste momento ter visibilidade e termos a noção que realmente esse investimento anterior vai ter resultados e nós também, esse resultados, estamos também naquela esperança de resultados mas ainda não o vemos e porque estamos nesta incerteza, nesse investimento, por outro lado, maior

---

<sup>155</sup> Questão substituída (em consequência da indicada anteriormente) pela questão: que avaliação faz da eficácia da medida acolhimento institucional?

investimento de toda a rede de protecção de crianças a todos os níveis das profissões, desde a área da saúde, educação, o social e muito, muito, muito investimento na prevenção, muito mesmo.

**E:** *Muito obrigada pela colaboração.*

#### **Guião de observação da entrevista 1**

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Boa recepção, atendimento em particular em Gabinete da Direcção.
	Ambiente Geral	Ambiente de trabalho mas a recepção foi com muita descontração, simpatia e a vontade.
	- Dimensão e iluminação	Instituição de grande dimensão. Sala de recepção ampla e bem iluminada.
	- Mobiliários	todo o equipamento necessário para escritório entre os quais estantes com livros, TV grande e mesa grande para reuniões.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura correcta
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais e não verbais, uso de gestos. Linguagem acessível. Responde com entusiasmo às questões colocadas.
Interferências/interrupções		Algumas interrupções com chamadas telefónicas. Outra com alguém que bate e entra para falar com a entrevistada.
Observações		Entrevistada muito colaborante, disponível e acessível. Total colaboração, fornecimento de outros contactos e alguns materiais de interesse na investigação.

### Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 1

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	<i>Eu não gosto nada da palavra menor, ... está associado a uma, a algo diminuído, inferior... Criança é todo o ser humano até aos 16 anos, é dos zero aos 16 anos, é essa a minha definição. Mau trato é toda a acção intencional, eh, que se processa reiteradamente, portanto, várias vezes e que tem consequências nefastas para o desenvolvimento da criança.</i>
	Criança maltratada - Características	<i>Há crianças que se isolam, que podem ter comportamentos quase pré altistas, ou com algum forro de autismo, de isoladamente, há outras que não se deixam tocar mesmo em bebés, o que cria alguma resistências mas, todas elas têm um comportamento resultante do tratamento não adequado, é notório.</i>
	- Situação familiar (tipo de família)	
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	<i>Tem chegado à Casa do Caminho diferentes tipos de crianças vítimas, nomeadamente, de maus tratos e tendo em conta a idade destas mesmas crianças ... Depois, a prática seguinte tem muito a ver com crianças negligenciadas, portanto, comportamentos inadequados às crianças por ignorância ou por incapacidade e chegamos depois ao mau trato físico também, e abusos sexuais, pronto, tipo de maus tratos mais..., aliás, nós achamos que todos os maus tratos são violentos mas, com marcas muitos notórias, marcas físicas muito notórias e a criança... é uma criança corrente.</i>
	Maus tratos - Local de ocorrência	<i>No seio familiar....</i>
	- Factores/causas dos maus tratos	<i>... a capacidade mental dos pais, tem a ver com a própria criança, com as características da criança, ... a pobreza, o alcoolismo, a toxicodependência, ... hereditariedade, de uma geração em geração, ... a degradação moral, portanto, a falta de valores, a ignorância dos pais, portanto, não têm experiência para tratar dos filhos, nunca viram tratar uma criança, ... a falta de responsabilização parental, esse conceito de responsabilização parental praticamente não existe.</i>
	Casos de maus tratos considerados marcantes	
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	<i>Encontramo-nos num ponto em que já se fez muito e a evolução foi muito grande, mas há muito pra fazer e temos que ser rápidos (risos...), temos que ser ligeiros porque senão perdemos momentos, aumentamos os meninos de rua, aos 15 anos aumentamos os meninos na toxicodependência, aumentamos as famílias com comportamentos desviantes ...</i>

	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	<i>... acho que será muito negligência, será muito a falta de conhecimento, será muito o álcool ... neste momento não é o mesmo tipo de consumo, é outro tipo de consumo, mas os que as consequências são graves ... Neste momento, se calhar, a garrafa de whisky, são as misturas, são os shots, são misturas de bebidas ... com consequências extremamente graves na adolescência e obviamente depois nos futuros pais e na família, na estruturação da família, com consequências na violência doméstica, por outro lado a incerteza de um futuro, acho que está a contribuir muito para estes desequilíbrios psicopatológicos actualmente.</i>
	Família - Leitura da família nos nossos dias.	<i>O papel da família é fundamental, toda a criança tem o direito à família ...</i>
	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	<i>Há muitas situações em que não existem redes sociais, por exemplo, ... creches. A creche, temos que pensar em diferentes tipos de creche, não é para meter crianças desde manhã à tarde.</i>
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	<i>Elas estão especificadas na lei ... mas sabemos que há uma medida que é muito utilizada que é junto de um familiar idóneo, portanto, entrega da criança muito aos avós, isto está a ser muito, muito frequente, aos avós, criança aos avós. ... no que diz respeito a nós realmente, é óbvio que tem que ser uma medida de protecção de acolhimento institucional. Não posso dizer se é a maior medidas ou não, não tenho dados para o concluir ...</i>
	Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional	
	Eficácia das medidas aplicadas	<i>As medidas em si, as tipificadas na lei ... terá que ser uma resposta dum jurista e alguém especializado nesta área, o que eu vejo é que as medidas existem, agora, os recursos para que essas medidas sejam aplicadas, que sejam devidamente operacionalizadas, acho que falham, acho que falham. ... Não há recursos para, a todos os níveis, para se ser rápido, para se fazer um diagnóstico da família total são precisos mais recursos humanos e sem esses recursos não se consegue fazer, não se consegue proteger uma criança ...</i>
	Sugestões para melhor protecção de menores	<i>Que os observatórios funcionassem, funcionassem mesmo ... As reestruturações têm surgindo mas há muita coisa que tem ficado pelo caminho. Muito trabalho que tem sido feito mas que de repente parece que o resultado daquele trabalho ficou em nada ..., maior investimento de toda a rede de protecção de crianças a todos os níveis das profissões, desde a área da saúde, educação, o social e muito, muito, muito investimento na prevenção, muito mesmo.</i>

## LAR ROSA SANTOS

Nº da entrevista: 2

Nome do entrevistado: Pedro Pacheco

Função: Psicólogo

Data da entrevista: 01/04/08

Hora de início: 16:00

Duração: 1h40mn

Local da entrevista: Instituição Lar Rosa Santos, Porto.

### **Caracterização da Instituição**

Ano: 1986

Nº utentes: 58

Sexo: Feminino

Idades: : 4 - 21 anos

**E:** *Boa tarde, Dr. Pedro Pacheco. Vamos começar a nossa entrevista sobre menores e maus tratos. Eu começo o guião com a questão de menor, como é que define menor?*

**e:** Normalmente convencionou-se que menor é menor de 18 anos em termos legais, portanto, será um bebé, criança ou adolescente com menos de 18 anos e esta é a definição que nós usamos aqui. Embora, por vezes a definição seja mais legal e depois na prática pode haver um desfasamento entre idade mental e idade cronológica e, portanto, podemos considerar aí como menor eventualmente com mais de 18 anos para alguns efeitos.

**E:** *Mau trato, no seu entender quando é que o menor é maltratado?*

**e:** Portanto, os maus tratos pode ser de vários tipos, existem várias tipos de tipologias e podem ser maus tratos por abuso e dentro dos abusos vai desde os abusos sexuais, violência física, ou podem ser maus tratos por violência psicológica, ou podem ser maus tratos por negligência e aí está sempre o caminho implícito do mau trato psicológico, uma vez que, normalmente há questões de falta de estimulação, problemas de educação, etc., etc., mais psicológicos e, portanto, os tipos de maus tratos que nós consideramos são basicamente estes. São maus tratos por negligência..., e pais que não incentivam as crianças a ir à escola, pais que não constroem, não têm capacidade para construir uma relação de vínculo com os filhos e ..., ou pais que abusam, quer fisicamente quer sexualmente.

**E:** *Com base nas situações a que tem dado resposta no Lar Rosa Santos, trace o perfil da criança maltratada?*

**e:** Perfil..., é, é uma criança desconfiada, fechada naquilo que consegue, nos seus sentimentos e nos seus desejos, é uma criança que não expressa muito facilmente aquilo que deseja, uma criança que tem dificuldades em sonhar e em expressar os seus sonhos..., que varia entre o extrovertido e o introvertido em situações limite, portanto, raramente é moderado, que apresenta uma influência de atitudes muito adultas, experiência de vida e comportamentos muitos infantis, muitos básicos. Será uma criança com nível de desenvolvimento médio embora médio considerado o desvio padrões, um bocado inferior à medida se fôssemos fazer uma análise estatística, são ligeiramente inferior. Talvez por falta de estimulação, capacidades relacionais mal desenvolvidos, problemas de linguagem que vão afectar as avaliações ...

**E:** *Quais são as situações familiares destas crianças? Qual é, normalmente, o seu tipo de famílias, nuclear simples, monoparental, recomposta?*

**e:** São famílias maioritariamente nem simples, nem monoparentais, são de facto disfuncionais, são famílias compostas ..., às vezes um padrasto, um companheiro, às vezes, um marido e depois a situação alterna com bastante frequência. Volta para o marido, foge para o amante ou alterna entre os companheiros, é uma diversidade muito grande. Algumas monoparentais mas ... não é a característica chave, não. É uma família que raramente pai e mãe estão juntos, existem sempre duas ou mais pessoas no agregado familiar, nas relações.

**E:** *Indique as causas do acolhimento em instituições (neste caso na vossa instituição). qual tem sido a causa mais frequente?*

**e:** As causas, normalmente prende-se com a avaliação que é feita do risco já pela comissão de menores e nós não temos informação também toda pormenorizada. Mas, se calhar a causa maior acaba sempre por ser negligência. Começa por negligência na higiene, negligência na alimentação, portanto, são crianças que estão habituadas, praticamente, a *fast food*, comida pré embalada, fazer refeições apenas um café, basicamente comem em cafés, desinvestimento total das famílias na escola, crianças com elevado absentismo e que são sinalizadas inicialmente pelas escolas. Outras vezes por situações de violência física, embora não seja muito frequente, antes sim a negligência.

(...) temos sempre casos em que depois com a criança, numa relação de confiança, se apercebe que por detrás da negligência se confirma, por exemplo, o alcoolismo que está muitas vezes associado e outras vezes por detrás do alcoolismo também há o problema de não

só um parceiro, mas 2 ou 3, ou se calhar, por trás do alcoolismo também existe drogas... ou problemas de dados ilícitos, ... uma conjugação de factores.

**E:** *Quem relata isto, são as crianças ou são os próprios pais que se abrem à instituição?*

**e:** Não! São as crianças. Os pais não se abrem e inculcem às crianças o estereótipo da instituição fechada com grades e, portanto, se a criança falar vai ser castigada e vai sair para instituição. Quando a criança chega aqui ela chega com a sensação de que está a ser castigada pelo que fez, pelo o que disse, com total desconfiança com os técnicos que normalmente oferecem algum tipo de garantias de segredo, mas a criança se apercebe ou porque o tribunal envia documentos para os pais com relatos em que diz citado a criança ou porque pelo simples facto da criança ser retirada pela policia, a criança faz associação, foi-lhe inculcido pelo pai que se contasse, se dissesse, que vinha para um formatório, qualquer coisa assim do género e portanto eles vêm com muita agressividade, por exemplo, relativamente aos técnicos. O psicólogo escapa um bocadinho. A assistente social para elas é a pior pessoa do mundo. Porque é a pessoa que contactou com a família e, portanto, a pessoa responsável por ela ser castigada. Quando elas são retiradas é a confirmação daquilo que lhe foi dito. De facto, elas portaram-se mal, porque fizeram asneiras, são más pessoas e, por isso, estão a ser castigadas. Isto depois evolui para uma situação que elas sentem que houve uma conspiração por parte dos técnicos, depois também pelos tribunais mas, no primeiro momento, são sempre as assistentes sociais ..., porque de certeza não gostara da família e embirraram com os familiares.

**E:** *Onde ocorrem com mais frequência as situações de maus tratos, nos casos que tem acompanhado, qual o terreno social onde ocorre o mau trato?*

**e:** Claramente dentro de casa, da família ou familiares, portanto no contexto familiar, sem dúvida, se calhar em termos de frequência e não em termos de maioria mas em termos de frequência, talvez dentro de casa mesmo.

**E:** *Considerando, este local onde ocorrem os maus tratos, quais acha serem os fagotes de influência, que aumentam a probabilidade da sua ocorrência?*

**e:** Situação de vida doméstica entre os cônjuges, alcoolismo, toxicodependência, uso de substância e o desemprego de longa duração. Normalmente, a longa duração pode ser por um outro motivo, alguns também são por motivos psíquicos, falta de capacidade, mesmo por falta de capacidades intelectuais, psicopatias, situação que nunca são avaliadas e, portanto, a gente



apercebe-se que só ao nível de suspeita desse tipo de situações, comportamentos..., e observamos situações que nunca são ..., situações que eu considero que está errada no processo porque vem confirmar a noção da criança que, de facto, os assistentes sociais são maus e que as castigam e que a família nunca é responsável por nada que fez, nem legalmente muito menos aos olhos da criança, a família não é responsabilizada, não é castigada, não há responsabilização, a única alteração que houve foi uma alteração grande na vida da criança, que implica na readaptação grande e a ela foi incutido que isto é, castigo, portanto, interpreta como um castigo ... é uma violência tanto mais porque acontece, muitas vezes, de uma forma brusca ..., retirados na escola, às vezes os polícias aparece em casa ...

**E:** *Indique 1 ou 2 situações de mau trato, nos casos acompanhados, que lhe tenha sido marcante.*

**e:** São tantas as situações ... eh ... uma marcante, se calhar, porque é mais actual foi uma situação de uma menor que neste momento é adolescente, chegou aqui no início da adolescência neste momento esta numa fase mais final, pelo risco de violência física porque, de facto, havia muita violência física no ambiente familiar, muitos castigos físicos, muitas punições físicas ...

Foi possível verificar marcas e o relato da criança confirmaram. A família admitia que abusava, era uma forma de educação, estilo educativo que era duro, extremamente primitivo, portanto, eles não viam isto como algo muito errado mas como algo de natural, e aceitava a institucionalização até como uma forma de proporcionar melhor vida à criança porque também tinham dificuldades financeiras, baixo grau de escolarização e, portanto, encaravam isto como possibilidade de subir de vida, uma ajuda. Nesta situação a família queria que ela ficasse e ela queria ir e dizia que não se importava de continuar com a família. Havia muito o receio de perder a família, a perda de identidade que alguns menores têm medo ...

Mais tarde vim a saber que a situação era muito mais grave, havia também situações de incesto em que a adolescente era vítima, mesmo assim, continuava a querer estar em casa. Era maltratada fisicamente pelos progenitores e sexualmente pelo irmão mais velho ...

Uma outra situação marcante que não teve nada a ver com abusos foi de uma criança que me disse, “eu não quero ir para aquela família porque ela não tem condições, a minha mãe não me trata bem porque gosta mais da minha irmã, bate-me, castiga-me constantemente, eu não gosto do meu pai, gosto como gosto das outra pessoa qualquer, quero ficar na instituição, tenho outras famílias de quem claramente privilegio em relação à minha família biológica ...” e nós explicamos ok, não há problema nenhum, vais aos fim de semana como está decretado

com o teu pai e voltas, ele não é uma pessoa violenta, não até está a trabalhar e tal, “pois é, ele depois lembra-se como quando eu estive cá da primeira vez, leva-me e vocês só daqui por um ano é que me vão buscar”, foi a resposta que me deu uma criança de 8 anos. E não foi, com medo de ir e ficar.

Temos uma variedade, leque de situações, são todas situações quase de tortura psicológica, quer de ..., os pais que impõe o castigo e depois aquilo que o pai diz confirma-se que é: “tu dizes alguma coisa de mal eles tiram-te à força”, verifica-se, porque aos olhos delas esta provado.

Depois se querem fugir ao castigo têm que mentir, têm que não contar e que se passa em casa, têm que ser desconfiados ..., com o receio de que se alguma coisa corre mal ao fim de semana não voltam, lógica: eu contei uma vez o que se passava, passo cá a semana toda, conto que há problemas aos fins-de-semana, cortam-se os fins-de-semana, é castigo. Aliás, elas é que foram levadas, a policia é que as foi buscar, elas é que foram retirados à força ..., depois a família vai ao tribunal, mas a criança também vai, a família sai, mas a criança não sai para casa. Portanto, quer dizer, que imagem é que nós damos?

Não é possível temos ... o trabalho está empinado à partida quer com os pais que fazem a cabeça das crianças, quer com os tribunais que..., o modo de actuação para salvaguardar a criança é o modo que ao estar centrado na criança – não estou a dizer que elas não precisam de ser retiradas -, precisam, se calhar precisavam muito e muito mais cedo, o que era preciso é que se lhes desse a entender que a culpa não é delas. Mas isso devia ser feita na primeira instância e com actos, não com palavras, porque como elas já estão com a cabeça feita dos pais, dos abusadores, elas já não acreditam no que se lhes diz, acreditam no que vêem e o que vêem é ser retiradas ou não pela polícia ou se vai ou não uma técnica social buscá-las e diz que tem mesmo que ir senão chama a policia, é isso que elas vêem, não vêem a família a ir presa.

Se um pai é detido durante o tempo durante o tempo que elas estão aqui elas têm direito a fazer visitas na instituição prisional ..., nós, ou os serviços são obrigados a disponibilizar tempo e recursos para fazer as visitas, no entanto aquilo que é dito à criança é que o pai foi mais uma vez vítima, foi vitima, exemplo, porque estava a pisar a relva, quando a acusação foi por tráfico de estupefacientes. Nunca se ataca a família porque é para lá que a criança tem de ir, nunca nos vamos dar mal com a família porque é com ela que vamos ter de trabalhar. Portanto, afasta-se a criança ..., e depois vamos fazer relatoriozinhos a ver se a situação se mudou, como se os psicopatas mudassem, como se a taxa de recuperação de toxicodependentes com historial de consumos múltiplos, associados ainda por cima alcoolismo, em situações de desemprego prolongado ..., tivessem grandes probabilidade de

recuperação.

Presume-se sempre que sim e não é feita a avaliação, nunca é feita uma peritagem psiquiátrica aos pais ...

(interrupção – entra uma jovem da instituição a quer falar com o entrevistado. Volta a sair).

**E:** *Quais acha serem as principais causas dos maus-tratos às crianças em Portugal?*

**e:** As causas?... Por ser psicológico, vou ser um bocadinho conservador, vou dizer que as causas estão mesmo na mentalidade das pessoas e na deformação da personalidade. Eu quero falar naquele tipo, estilo de educação violenta, mas neste caso não é disto que estamos a falar, estamos a falar claramente de situações como abuso, onde a violência está claramente associado à diligência à escola, porque, não se pode falar, dizer "é tão rigoroso que até bateu e deixou a criança marcada ...", é tão rigoroso que até a marca? Não a leva a escola? Sabe que ela não vai a escola, não faz nada? Onde é que está o rigor? não tem preocupações com a alimentação ..., então onde é que está o rigor? Portanto, eu acho que são pessoas já sem competências, não só competências para educar mas competências mesmo de adaptação, são com graves limitações e, portanto, estão facilmente desempregados, o trabalho que encontram é precário o que também depois não há horários certos para tomar conta da criança, logo, desde o início, depois temos os antecedentes, alcoolismo e depois outras situações que são já de família, já vem de geração em geração.

**E:** *Considerando as necessidades existentes nos vários contextos familiares acompanhados, que tipo de respostas sociais acha serem necessárias na sua protecção?*

**e:** Respostas sociais na protecção social dos menores ..., eu penso que se tem feito alguma coisa e que se tem sensibilizado alguma coisa e por isso nós temos agora muito, muito mais conhecimento sobre estas situações.

Mesmo assim, eu acho que ... ainda há muito trabalho de sensibilização que pode ser feito junto dos educadores e profissionais de crianças vítimas de violência, profissionais de maus tratos ..., em instituições, a maior parte das pessoas não sabe lidar com ... , é preciso lê-los, vê-los e vê-los na prática para depois se tornar algo de mais fácil reconhecer. Eu detectei situações com quatro anos de atraso que injustificava, e tenho bastante experiência na área ..., tinha que apelar a toda a gente, a todos os técnicos na área dos maus-tratos, a todos os médicos de família, escola..., agora, eu acho que acima de tudo era preciso, era tomar medidas e eu concordo com a centralização na criança, mas acima de tudo era preciso mudar o trabalho com a família, fazer um trabalho efectivo com a família, mas esse trabalho só é

possível se houver regras e não há. Existe a boa vontade de alguns técnicos do serviço social, de alguns assistentes sociais, como de alguns projectos que fazem isto ou que fazem aquilo mas não existem regras. Eu espanco a criança, a criança vai pa instituição e eu fico em casa, no dia seguinte vou trabalhar ..., não pode ser. Exemplo, uma criança é retirada por negligência, há vizinhos que fazem acusações, que é confirmado pela segurança social e confirmada pela comissões de menores, é retirada pelo tribunal, verifica-se que a situação se constata de facto, e a família nada? Quem é que vai conseguir trabalhar com esta família? ninguém ..., nenhuma família muda, até agora na minha experiência, porque lhe retiram as criança, nenhuma. Escondem, dissimulam, procuram trabalhar as crianças quando têm oportunidades de estar com elas, procuram subornar, procuram às vezes dar uma imagem junto de nós que não corresponde à realidade ..., não mudam, não mudam porque há caminhos mais fáceis, há sempre um caminho mais fácil ..., ela nunca teve nenhum tipo de punição...

**E:** *Que leitura faz do papel da família nos nossos dias?*

**e:** É uma família, bocadinho ausente em termos de educação. As pessoas dizem a família tem vantagem porque disponibiliza muito material, muita electrónica, diversas coisas, afinal de contas positivas, mas é família que, não lhe preocupa se calhar o passar pouco tempo com as crianças ..., se passassem com os avós ou com os tios, ou com um grupo pequeno, eu penso que a socialização ficaria na mesma. O que me preocupa é serem incapazes de levar os filhos a andar de bicicleta, ou a saírem, ou a passearem ou a jantarem sem ser no Mc donalds.

São crianças ..., famílias que tem vindo a alimentar, leque de actividades em que as crianças pode portar mal. Antigamente portavam mal porque iam num passeio e saíam monte fora e pregavam um grande susto, agora não porque andar cansa, não vale a pena levarmos um grupo de dez menores a Serra da Estrela porque elas vão recusar-se a sair da carrinha por mais de 5 minutos porque vão dizer que esta frio ..., a neve não é atractivo suficiente ...

A tendência destas famílias e para proporcionar pessoas oportunidades ...

A tendência destas famílias é para proporcionar poucas oportunidades ...

**E:** *Protecção social de menores. Das medidas de protecção de menores existentes qual acha ser a mais aplicada em situações de maus tratos?*

**e:** Se for verificado o mau trato e se houver indícios de que é continuado (isto depois fica tudo na gaveta, se se confirmar é tudo engavetado), procura-se junto dos familiares uma solução onde a criança possa ficar em temporário enquanto se avalia a situação. Depois se é

mais permanente procura-se junto dos familiares que o acolhimento lá seja feito. Se não é possível, depois, ou famílias de acolhimento ou centros de acolhimento temporário, também existem.

**E:** *O que é o acolhimento em instituições? Como é que esta medida garante protecção dos menores?*

**e:** Garante a protecção no sentido que cessa os abusos que acontece seja de que forma for, a negligência pode ser também quase um abuso. Cessa a partir do momento em que a criança está aqui. Temos outro tipo de violência, mas aquela violência a que estava sujeita cessa mesmo que existe contacto com a família, a partir desse momento a família é muito mais cuidadosa porque sabe que há algum meio de controlo muito grande. Uma coisa é um técnico que faz na visita à casa é vê como é que está a criança, outras coisas é uma criança que vai passar 5 dias, 6 noites fora de casa. Portanto, as coisas em casa continuam a acontecer, mas violência sobre as crianças não, a criança toma cá banho, violência física contra a criança que deixa marcas, marcas nem pensar, que possa fazer com que a criança se mostre relutante em voltar de fim de semana, nem pensar, as famílias temem que isto vai disparar os alarmes nos técnicos e que eles vão tentar averiguar o que se passa...

Outra interrupção (uma jovem bate á porta) ... mas, penso que pelo menos há uns tempos atrás andavam sempre cheios.

**E:** *Que avaliação faz da eficácia das medidas?*

**e:** \*\*\* é muito imperfeito, é extremamente violento para a criança, mas do ponto de vista da protecção funciona. Não sei muito bem que adultos é que nós estamos a preparar, mas funciona. Aquilo que nós conseguimos fazer é, pelo menos, atrasar tudo : atrasar a idade da entrada na delinquência, conseguir retardar estes efeitos todos, conseguimos que a criança esteja no 7º ano na escola quando na família de origem no 5º ano já ela, já iria reprovar por faltas ..., e depois há aqueles casos excepcionais e que a gente consegue que, que entrem na universidade, o que não iriam certamente fazer até porque chegam a um determinado percurso, isto é visível a partir dos 17/18 anos, nenhuma quer ir para casa ..., quem consegue chegar numa instituição destas a nível de ensino 12º ano com resultados normais, não quer ir à casa. Ganha consciência daquilo que se passa em casa, tornam-se ambiciosos e a ambição é perfeitamente incompatível com o ambiente onde estavam ...

**E:** *Para finalizar, que modelo de protecção sugere uma para maior e melhor protecção de menores?*

**e:** Aquilo que poderia sugerir era um modelo muito baseado em intervenção precoce, num acompanhamento e intervenção precoce e que já não centrava nas crianças mas centrava nas famílias. Desde o nascimento, ou antes do nascimento, logo na detenção de uma adolescente grávida, de um desempregado de longa duração que pertence a um agregado familiar onde existam crianças ou alguém grávida etc., estas situações deveriam imediatamente ser acompanhadas com camisa de triagem..., até arranjar emprego e aí sim, ok, não precisamos de averiguar muito mais até mecanismos simples, uma peritagem à sanidade mental das pessoas, das competências que nunca é feito, é uma pena. Tinha que haver cruzamento de informação com hospitais, com centros, com recursos humanos de outras especialidades para actuar não sobre a criança mas sobre a família, eu acho que já se actua bem sobre a criança, as comissões de protecção de menores já se tem encontrado casos que actuam por excesso de zelo e cometem erros por excesso de zelo, neste momento, isto também já acontece em Portugal. Mas sobre as famílias não existe intervenção, porque não existem..., as comissões de protecção de menores que tem toda a autoridade para trabalhar sobre as crianças, não há comissões, não há regras, não há nada para a família.

Nós verificamos e por aquilo que eu ouço dos técnicos de serviço social é que elas trabalham com o rendimento mínimo quando tem possibilidade atribuem rendimentos mínimos ou bónus e através disso conseguem junto dos familiares fazer qualquer coisa. É isso que lhes abrem a porta para puderem entrar numa casa até aconselhar pôr as crianças no infantário em vez de ficarem sozinhas com elas. Isto só nos é permitido quando elas dão dinheiro e este é o sistema que temos em Portugal, a intervenção com as famílias, só se faz quando se dá dinheiro às famílias. Não é forma de trabalhar, as crianças retiram-se aos pais dá-se lhes dinheiro para poder trabalhar. Há um desfazamento muito grande, temos a trabalhar com crianças, sim, ao contrário daquilo que se defende que é acabar com as instituições, é um modelo ridículo no meu ponto de vista, a não ser que se parta para as famílias de afecto e têm-se que mudar ainda mais as mentalidades e muitas vezes estas crianças precisam de fase intermédia de preparação ... depois quando passa para a família passa convencida que até aqui é um passo transitório ou não mas que é melhor e, portanto, já vai com um pensamento positivo, já vai com uma outra disposição pra aceitar e para aproveitar e, portanto, consegue fazer um encaixe muito rápido porque vai motivada ...

**E:** *E depois aqueles que não acaba os estudos, são encaminhados para famílias de afecto?*

**e:** se não acabam os estudos, chegam aos 18 anos e fazem o que quiserem ...

A família de afecto funciona quando nós conseguimos fazer uma, quando o trabalho é feito precocemente que é aquilo que nós tentamos, é pegarmos nas mais novas pré-adolescentes e

começamos a apresentar famílias pessoas que vêm cá, falam com elas, dão mimos, pergunta-lhe o que é que elas gostam e para próxima vez trazem, levam-nas a dar um passeio, se calhar no início vão ao macdonalds, depois até já vão ao parque, até já vão mesmo passear, depois nas férias até vão andar de bicicleta ou vão à praia, nós fazemos quinze dias de praia com a família, podem fazer um mês completo, e vão criando laços ..., um dia de vez em quando, depois, fim de semana, depois alguns dias durante as férias, até que chegue uma altura em que a criança já tem, se realmente gosta da família de afecto é ela que vai dizer à família biológica, portanto, são situações que já não passam quase pelos tribunais, ela própria diz à família biológica, “eu agora vou pra lá”. E aos 16 anos já têm bastante autonomia e nós só temos que dizer se encontramos algum impedimento ou não.

**E:** *Dr. Pedro, muito obrigada pela colaboração.*

**e:** Obrigado.

## Guião de observação da entrevista 2

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Boa recepção. Entrevista realizada em sala de atendimento das crianças e jovens.
	Ambiente Geral	Ambiente calmo, silencioso, de muita tranquilidade.
	- Dimensão e iluminação	Instituição aparentemente grande. Muito bem iluminada.
	- Mobiliários	Mesa e pequenas estantes com livros. Alguns desenhos de crianças espalhados pela mesa.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura correcta
	Gestos e expressões	Muita expressividade durante a entrevista. Gestos e movimentos de reflexão sobre as questões colocadas. Respostas longas muito baseadas na experiência de trabalho. Linguagem acessível.
Interferências/interrupções		Duas interrupções por parte de jovens da instituição querendo falar com o entrevistado.
Observações		Respostas muito longas mesmo com orientação da entrevista e sua direcção para o tema em questão. Demonstra muita necessidade de expor situações vividas na instituição com as crianças e jovens. Colabora totalmente, mostra atitude de valorização do trabalho de investigação.



## Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 2

Categorias	Subcategorias	Excertos
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	<i>Normalmente convencionou-se que menor é menor de 18 anos em termos legais, portanto, será um bebé, criança ou adolescente com menos de 18 anos e esta é a definição que nós usamos aqui. ... os maus tratos podem ser de vários tipos, existem várias tipos de tipologias e podem ser maus tratos por abuso e dentro dos abusos vai desde os abusos sexuais, violência física, ou podem ser maus tratos por violência psicológica, ou podem ser maus tratos por negligência ...</i>
	Criança maltratada - Características	<i>Perfil ... é, é uma criança desconfiada, fechada naquilo que consegue, nos seus sentimentos e nos seus desejos, ... que não expressa muito facilmente aquilo que deseja, ... que tem dificuldades em sonhar e em expressar os seus sonhos ..., que varia entre o extrovertido e o introvertido...</i>
	- Situação familiar (tipo de família)	<i>São famílias maioritariamente nem simples, nem monoparentais, são de facto disfuncionais, são famílias compostas ..., às vezes um padrasto, um companheiro, às vezes, um marido e depois a situação alterna com bastante frequência.</i>
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	<i>Começa por negligência na higiene, negligência na alimentação, ... desinvestimento total das famílias na escola, crianças com elevado absentismo ... Outras vezes por situações de violência física, embora não seja muito frequente, antes sim a negligência.</i>
	Maus tratos - Local de ocorrência	<i>Claramente dentro de casa, da família ou familiares, portanto no contexto familiar...</i>
	- Factores/causas dos maus tratos	<i>(...) por detrás da negligência ... o alcoolismo ... por trás do alcoolismo também existe drogas ... ou problemas de dados ilícitos, ... uma conjugação de factores.</i>
	Casos de maus tratos considerados marcantes	<i>... uma situação de uma menor ... chegou aqui ... pelo risco de violência física, ... havia muita violência física no ambiente familiar, muitos castigos físicos, muitas punições físicas ... Foi possível verificar marcas e o relato da criança confirmaram.</i>
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	
	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	<i>... vou dizer que as causas estão mesmo na mentalidade das pessoas e na deformação da personalidade.</i>
	Família - Leitura da família nos nossos dias.	<i>É uma família, bocadinho ausente em termos de educação.</i>

	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	<i>... acima de tudo era preciso mudar o trabalho com a família, fazer um trabalho efectivo com a família, mas esse trabalho só é possível se houver regras e não há.</i>
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	<i>Se for verificado o mau trato e se houver indícios de que é continuado ... procura-se junto dos familiares uma solução onde a criança possa ficar em temporário enquanto se avalia a situação. ... Se não é possível, depois, ou famílias de acolhimento ou centros de acolhimento temporário, também existem. ... mas, penso que pelo menos há uns tempos atrás andavam sempre cheios.</i>
	Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional	<i>... cessa os abusos que acontece seja de que forma for, ... cessa a partir do momento em que a criança está aqui. Temos outro tipo de violência ...</i>
	Eficácia das medidas aplicadas	<i>... é muito imperfeito, é extremamente violento para a criança, mas do ponto de vista da protecção funciona. Não sei muito bem que adultos é que nós estamos a preparar, mas funciona. Aquilo que nós conseguimos fazer é, pelo menos, atrasar tudo: atrasar a idade da entrada na delinquência, conseguir retardar estes efeitos todos, conseguimos que a criança esteja no 7º ano na escola quando na família de origem no 5º ano já ela, já iria reprovar por faltas..., e depois há aqueles casos excepcionais e que a gente consegue que, que entrem na universidade ...</i>
	Sugestões para melhor protecção de menores	<i>Aquilo que poderia sugerir era um modelo muito baseado em intervenção precoce, num acompanhamento e intervenção precoce e que já não centrava nas crianças mas centrava nas famílias. Desde o nascimento, ou antes do nascimento, logo na detenção de uma adolescente grávida, de um desempregado de longa duração que pertence a um agregado familiar onde existam crianças ou alguém grávida etc., estas situações deveriam imediatamente ser acompanhadas... ... peritagem à sanidade mental das pessoas, ... nunca é feito, é uma pena. Tinha que haver cruzamento de informação com hospitais, com centros, com recursos humanos de outras especialidades para actuar não sobre a criança mas sobre a família ... ... sobre as famílias não existe intervenção, porque não existem ...</i>

## OBRA PADRE GRILO

Nº da entrevista: 3

Nome do entrevistado: Cristina Oliveira

Função: Assistente Social

Data da entrevista: 03/04/08

Hora de início: 15:00

Duração: 1h

Local da entrevista: Instituição Obra Padre Grilo, Matosinhos.

### **Caracterização da Instituição**

Ano: 1963

Nº utentes: 70

Sexo: Masculino

Idades: 03 - 18

*E: Boa tarde Dr.<sup>a</sup> Lassalette, para começar nossa entrevista, como define menor?*

**e:** Bem, menor para nós é aquele que ainda não atingiu a maioridade que no nosso País é aos 18 anos, é aquele que ainda precisa de desenvolver as suas competências e precisa da ajuda de um adulto responsável para o fazer.

*E: Mau trato, como define mau trato?*

**e:** Maus tratos, há vários tipos de maus tratos...

*E: No vosso entender, quais são as situações que são consideradas situações de maus tratos? Quando é que uma criança é maltratada?*

**e:** Quando é negligenciada por quem esta a exercer a tutela, quando é maltratada fisicamente ou psicologicamente, a negligência abarca muita coisa, a nível da saúde, educação, alimentação, pode ser tanta coisa...

*E: Com base nas situações a que tem dado resposta, como é que traça o perfil da criança maltratada?*

**e:** É sobretudo uma criança muito carente, muito desconfiada de todos que estão à sua volta, portanto, há uma desconfiança básica naquela criança, devido a ter sido vítima de maus tratos, desconfia, mas, ao mesmo tempo precisa de proximidade, precisa de abraço.

**E:** *Desconfia também dos técnicos?*

**e :** De toda a gente, menos no início, primeiro que as pessoas ganhem confiança ..., mas é ao mesmo tempo uma criança que procura , lá está, esta proximidade, o carinho, o afecto, nas formas que não recebeu, e depois dependendo da forma como a criança vivenciou o mau trato, dependendo também da forma como foi, a criança vai estar a procura de algo, não é, em nós e também continua à procura na família.

**E:** *Quais são as situações familiares destas crianças, de que tipo de família provém, maioritariamente?*

**e:** Sobretudo são de meios desfavorecidos, de bairros sociais, na maior parte dos casos de situações em que os pais não tiveram oportunidades de se valorizar enquanto pessoas, em termos culturais, em termos de escolaridade, são pessoas com uma escolaridade baixa, um taxa de insucesso na escola grande e também eles próprios são filhos de pais negligentes ou maltratantes, em muitos casos isto acontece. São pessoas mais desfavorecidas, de meios mais desfavorecidos, na maior parte dos casos são situações, assim as que podemos encontrar aqui.

**E:** *E em relação ao tipo de família?*

**e:** São um bocadinho de tudo, monoparentais, são sobretudo famílias muito disfuncionais, há uma disfunção muito grande nessas famílias. São sempre disfuncionais e muitas vezes têm comportamentos auto destrutivos, a toxicodependência, o alcoolismo,, também a prática da prostituição. Têm sempre associado à dificuldade de educar, muitas vezes essas situações de fragilidade social.

**E:** *Indique as causas do acolhimento de menores em instituições, neste caso, na vossa instituição?*

**e:** Maior parte dos casos a negligência e as famílias disfuncionais, porque as famílias disfuncionais levam a que se negligencie a educação dos filhos, a higiene, a alimentação, portanto, são situações sobretudo de negligência, e muitas vezes associadas ao que nós estivemos agora a falar, situações sociais precárias.

**E:** *Onde é que ocorrem com mais frequências as situações de maus tratos (terreno social onde ocorre o mau trato)?*

**e:** Dentro da família, em casa, com os pais, é sempre com a família, não com a família

alargada mas com a família nuclear.

**E:** *Considerando o local onde ocorre, quais acha serem os factores de influência?*

**e:** Prontos, lá está, em primeiro lugar se calhar a vivência anterior, a educação que se deu à família que teve, que também não conseguiu providenciar uma educação adequada àqueles pais e por isso também, por vezes, os tornam uns pais que não conseguem superar as suas dificuldades, o que passaram e conseguir transmitir aos filhos outro tipo de valores, outro tipo de educação e ter atenção a outras situações... e depois, lá está, tem todas as situações que nós já falamos, que são decorrentes também da disfuncionalidade que é o alcoolismo, a toxicodependência, a prostituição, as dificuldades económicas também, o facto de não terem formação não lhes permite depois terem empregos compatíveis, ou seja, compatíveis em termos económicos e depois também as dificuldades que têm em organizar e gerir a vida familiar. Organizar a casa, o espaço da casa porque depois tudo é uma bola de neve, não é, as coisas vão-se avolumando, se não têm emprego não têm dinheiro, não podem pagar a renda, não podem pagar a luz, os desmotivam, depois já não os podem vir buscar aos fins de semana, não é ...

**E:** *Dos casos marcantes, indique uma ou duas situações de maus tratos que lhe tenha sido marcante?*

**e:** Nós temos agora aqui um menino que, são os casos que nos marca mais, que são violências mais, mais graves, mais graves do ponto de vista da criança, que são os abusos sexuais, isto é muito grave, não é, são situações que, porque depois é assim, a criança no fundo é retirada à família por abuso sexual pelo pai, por alguém próximo à família, a criança é retirada não é, mas ela é que fica a sofrer porque não é encontrada uma resposta para aquela criança que não passe por uma instituição, porque ela precisa da família, precisa da mãe, só que muitas vezes a mãe, se o agressor é o pai, a mãe não, não separa do pai e continua a deixar a criança na instituição mesmo sabendo que enquanto o agressor continuar na casa, a criança nunca vai poder regressar, não é. Estou a falar de situações concretas ...

**E:** *Mais uma situação que lhe tenha marcado?*

**e:** Muitas vezes não é a própria situação, nós vamos a casa das pessoas e não é até a casa que constitui o problema, é depois por exemplo, o desinteresse dos pais, a rejeição dos pais à criança, o facto de não querer estabelecer laço com ela, isso se calhar marca-nos mais do que propriamente a situação habitacional em si, não é, porque os pais até nos recebem muito bem,

alguns, e até conseguem dizer, "pois, eu tenho de melhorar isto e tenho de melhorar aquilo", mas depois em termos efectivos, a criança continua aqui, a criança continua sem receber visitas.

No início quando eles são metidos aqui há sempre aquilo ..., rebelam com a polícia, não é, em alguns casos, todos revoltados, me tiraram o meu filho, mas porquê, isso é no início, depois até acho que até se habituam, acomodam-se à situação, especialmente naqueles casos que eles vão à casa ao fim de semana, nestes casos eles acomodam-se se à situação, então, o meu filho está num colégio e como vai a casa ao fim de semana, não é tão dramático, e estas situações também são complicadas, desmontar isto que se passa na cabeça dos pais, de acharem que "bem ele está num colégio vem à casa ao fim de semana", não é, eles têm de criar soluções e alternativas e fazer mudanças na vida deles para que possam voltar a receber a criança, senão não tem sentido eles estarem aqui.

Muitas vezes temos aqui crianças que já não recebem visitas e que os pais, de facto, não querem saber, que são propostos para adopção e depois os pais não concordam, e na altura da adopção e depois os pais não concordam ....., aliás antes de vir, estávamos a falar de um caso exactamente assim, a criança já não recebe visitas nem telefonemas há bastante tempo, há mais de três meses, mas, o meu foi proposto para adopção e ele quer ser adoptado mas os pais estão muito renitentes, e não ...

(...) mais uma vez um laço que é rompido, que poderá e seria de certeza ... era um futuro ...

**E:** *Dos casos que tem acompanhados e dos conhecimentos gerais que tem na matéria, qual acha sera situação da criança portuguesa relativamente à problemática dos maus tratos?*

**e:** A negligência também, lá está também associada às problemáticas que nós já referenciamos, mas é muito as famílias são disfuncionais e cada vez mais há menos valor de família, a família perde o seu valor, as famílias, agora neste momento há muito divórcio mas também temos aqui muitos casos de famílias monoparentais e o divórcio também é um ponto que deve ser muito discutido porque são o valor da família do esforço para conseguir ter uma família equilibrada, porque não é à primeira dificuldade que se deve desistir, eu acho também que isso também é muito importante ser referenciado.

**E:** *A posição da criança, portanto, a nível de maus tratos. A criança portanto é/não é uma criança vítima de maus tratos ( de uma maneira geral) ?*

**e:** Eu acho que ainda há muitas crianças vítimas de maus tratos , é claro que não se pode generalizar e dizer que a criança portuguesa é vítima de maus tratos ..., ainda há muito mau trato e ainda não se conseguiu ajudar de forma suficiente as famílias, de forma a conseguirem ter uma trajectória diferente, e em termos de família, claro que há maus tratos em todos os extractos sociais e alguns se calhar não são visíveis e nós se calhar não conseguirmos actuar tanto nos maus tratos psicológicos, por exemplo, porque não são visíveis, são muito camuflados especialmente nas realidades de ambientes socioeconómicos mais favorecidos.

Mas nos ambientes socioeconómicos menos favorecidos eu acho que aí é preciso haver um investimento, um grande investimento que não passe só por dar subsídios para isto e para aquilo, mas que haja, que haja técnicos qualificados pa trabalhar aquelas famílias, para ajudalas não só quando as crianças são retiradas ou quando já há problema, mesmo quando ainda não há problemas elas precisam de ajudas porque há muitas famílias que mesmo tendo um emprego, o emprego não é suficiente para tudo e depois a, a falta de sustentabilidade daquela família vai levar a práticas de ..., autodestrutivas, não é, e eu acho que é aí que se tem de investir cada vez mais.

**E:** *As principais causas para os maus-tratos em Portugal, também já foram respondido...*

**e:** Desestruturação familiar, desequilíbrios, comportamentos desviantes...

**E:** *Considerando as necessidades existentes nos vários contextos familiares acompanhados, que tipo de respostas sociais acha ser necessárias às famílias?*

**e:** Em termos de? Das crianças em risco?

**E:** *Em termos de família e crianças?*

**e:** Era preciso um investimento, que as famílias não sentissem os técnicos, que eu acho que muitas vezes sentem, os técnicos como avaliadores e eles olham para os técnicos com desconfiança porque acham que a qualquer momento lhes pode ser cortado o rendimento ..., é por isso que se calhar as estratégias deviam passar mais por medidas de aconselhamento, também algum suporte, não digo que não porque em muitos casos é imprescindível, mas algum aconselhamento relativamente às práticas adequadas à diversos níveis seria o ideal. Eu sei que muitas vezes as famílias tentam dar a volta aos técnicos, não é, muitas vezes fazem uns biscates ..., e depois não dizem, não declaram e claro que as situações quando são assim camufladas, depois nunca se consegue ter a percepção real do que está a acontecer, mas há que investir, acho que há, há que investir mais, porque muitas destas situações destas crianças que estão nas instituições podiam ser prevenidas antes de, de elas existirem.

**E:** *Em termos de respostas tipo creches..., o que acha? As famílias têm estas respostas?*

**e:** Eu acho que o principal problema das creches e dos infantários são os horários, porque eu acho que em termos de respostas para colocação de crianças vai havendo, o que não há depois, é horários compatíveis com a profissão da família, não há infantários ao fim de semana, não há infantários a partir de uma determinada hora e seria importante haver infantários que tivessem esse funcionamento, portanto, o funcionamento, digamos, anormal com horários diferentes do normal. Termos infantários com dois turnos ...

Há muitos pais que, por exemplo, podem entrar às oito horas, não é, ser longe e deixar a criança, e também podem sair muito tarde, não é, quer dizer, porque hoje em dia já não se pode contar muito com aqueles avós que dantes ficavam com as crianças como aqui há uns anos atrás, já não há também aquela rede social de apoio que, cada vez mais, existem menos, não é, vemos que agora há avós muitos novos que ainda estão ainda a trabalhar, também não vão deixar o trabalho para ficarem com os netos, dantes contava-se muitos com os avós. Os avós iam buscar à escola, ao infantário ..., os tempos mudaram e eu acho que é necessário mudar também as práticas.

**E:** *Que leitura fazem do papel da família nos nossos dias?*

**e:** A família é sempre o suporte das crianças, não é, é sempre importantíssima e é importante que a criança obtenha na família um equilíbrio, ou seja, que obtenha na família um apoio, um colo que lhe permita depois caminhar, ou seja, a família tem de dotar a criança de competências para ela depois conseguir seguir o seu próprio caminho. E a família, para isso,



precisa de ter uma estabilidade, de ser funcional e também de ter, de, de dar valores à criança e de exigir também da criança o que ela lhe pode dar, não é, e também, lá está, a questão da monoparentalidade que depois funciona um bocadinho, é um bocadinho \*\*\* neste sentido. Como é que, se estamos a educar uma criança depois temos na família que está dividida e depois a mãe diz uma coisa e o pai diz outra, e isto também não favorece a criança.

**E:** *Protecção social de menores. Das medidas de protecção existentes qual acha que tem sido a mais aplicada e situação de maus tratos ?*

**e:** Eu acho que ainda se recorre muito ao aconselhamento institucional, embora haja um esforço para haver cada vez mais famílias de acolhimento, também para acelerar o processo de adopção. Eu acho que tem havido um esforço neste sentido e também aquela intervenção mesmo perto da família, acho que é muito importante e também já se começa, já se começa a ver agora, quando a situação é de risco é que há mesmo necessidade de retirar a família daquele contexto, em geral ainda se recorre bastante à instituição, até porque é o mais fácil, não é, é mais difícil procurar uma família de acolhimento num espaço de poucas horas ou assim, mas cada vez mais o período é mais, é mais temporário, portanto, são períodos mais curtos que as crianças passam na instituição. Porque antigamente as crianças passavam a vida toda na instituição, desde os 2 anos aos 18 anos, até a maioridade e agora, agora não, hoje em dia já não, e procura-se alternativas para a criança, embora ainda haja um longo caminho a percorrer mas acho que fez-se muito.

**E:** *O que é o acolhimento em instituição? Como esta medida garante a protecção do menor?*

**e:** Bem, logo à partida há a retirada do contexto de risco em que a criança estava e depois a instituição tenta dotar a criança de competências pessoais e sociais de integração nas escolas, na comunidade, de forma a que ela saia daqui com mais competências do que aquelas que veio, depois, competências, por exemplo, na área da higiene, da alimentação, tudo isso, coisas que se calhar a criança em casa não conseguiu obter, nós tentamos que ela enquanto está aqui obtenha esse tipo de competências.

**E:** *Quais considera serem as características positivas e negativas do acolhimento em instituição?*

**e:** Ora bem, nós já sabemos que o acolhimento em instituição não, não é o adequado para nenhuma criança, adequado é que ela esteja em ambiente familiar, não é, que esteja com uma família. No entanto, nas situações de risco não haverá outro remédio em muitas situações do

que o acolhimento institucional, portanto, as vantagens é retirar a criança do risco em que se encontrava antes de vir para a instituição. A desvantagem é a criança não ter, no momento em que está na instituição, não ter uma família. A família é o mais importante e é o que a criança necessita.

**E:** *Quais as entidades responsáveis e ou envolvidas na institucionalização destas crianças?*

**e:** É o tribunal e as CPCJ's. A segurança social..., quem faz a retirada, ou seja, quem diz esta criança está bem em casa é o tribunal ou as CPCJ's mas as comissões de protecção funcionam só com o acordo dos pais, os pais têm de cooperar na retirada pra isso acontecer, senão tem de transitar para o tribunal. A segurança social faz o pedido para o acolhimento, mas quem dá a ordem de retirada e de acolhimento da criança é o tribunal.

**E:** *Que medidas de intervenção sugere para uma melhor protecção de crianças e jovens?*

**e:** Eu, continuo a achar que é a mesma coisa que disse há pouco, que é a prevenção, através de um investimento grande nas famílias, porque, é assim, as famílias nunca vão deixar de existir, não é, as famílias estão lá, portanto, deve-se prevenir, é os comportamento de risco da família e proteger acima de tudo os menores enquanto eles ainda não existem, não é, portanto, procuro ver a funcionalidade de cada família, especialmente as famílias de risco.

**E:** *Muito obrigada pela colaboração.*

### Guião de observação da entrevista 3

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Boa receptividade, recepção na sala de trabalho.
	Ambiente Geral	Ambiente calmo e agradável.
	- Dimensão e iluminação	Instituição aparentemente espaçosa e com boa iluminação.
	- Mobiliários	Mesa redonda de tamanho médio com cadeiras, outra mesa com computador e arquivos, estantes com arquivos e documentos.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Posição normal, sem formalidades.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais e não verbais. Linguagem acessível. Respostas rápidas e breves.
Interferências/interrupções		Nenhuma interrupção.
Observações		Entrevista realizada em boas condições, com a presença de outra técnica da instituição (Assistente social Lassalette Fonseca). Atitude de colaboração com a entrevista.

### Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 3

Categorias	Subcategorias	Excertos
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	<i>Bem, menor para nós é aquele que ainda não atingiu a maioridade que no nosso País é aos 18 anos, é aquele que ainda precisa de desenvolver as suas competências e precisa da ajuda de um adulto responsável para o fazer. Quando é negligenciada por quem esta a exercer a tutela, quando é maltratada fisicamente ou psicologicamente, a negligência abarca muita coisa, a nível da saúde, educação, alimentação, pode ser tanta coisa...</i>
	Criança maltratada - Características	<i>É sobretudo uma criança muito carente, muito desconfiada de todos que estão à sua volta, portanto, há uma desconfiança ...naquela criança, devido a ter sido vítima de maus tratos, desconfia, mas, ao mesmo tempo precisa de proximidade, precisa de abraço.</i>
	- Situação familiar (tipo de família)	<i>Sobretudo são de meios desfavorecidos, de bairros sociais,... um taxa de insucesso na escola grande e também eles próprios são filhos de pais negligentes ou maltratantes, em muitos casos isto acontece. São pessoas mais desfavorecidas, de meios mais desfavorecidos...</i>
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	<i>Maior parte dos casos a negligência e as famílias disfuncionais, porque as famílias disfuncionais levam a que se negligencie a educação dos filhos, a higiene, a alimentação...</i>
	Maus tratos - Local de ocorrência	<i>Dentro da família, em casa, com os pais, é sempre com a família, não com a família alargada mas com a família nuclear.</i>
	- Factores/causas dos maus tratos	<i>... se calhar a vivência anterior, a educação que se deu à família que teve, ... e depois, lá está, tem todas as situações que nós já falamos, que são decorrentes também da disfuncionalidade que é o alcoolismo, a toxicodependência, a prostituição, as dificuldades económicas também, o facto de não terem formação não lhes permite depois terem empregos compatíveis, ou seja, compatíveis em termos económicos e depois também as dificuldades que têm em organizar e gerir a vida familiar.</i>
Menores e Maus Tratos em Portugal	Casos de maus tratos considerados marcantes	<i>Nós temos agora aqui um menino que, são os casos que nos marca mais, ... que são os abusos sexuais ...</i>
	Maus tratos a menores em Portugal	<i>Eu acho que ainda há muitas crianças vítimas de maus tratos , é claro que não se pode generalizar e dizer que a criança portuguesa é vítima de maus tratos ..., ainda há muito mau trato e ainda não se conseguiu ajudar de forma suficiente as famílias, de forma a conseguirem ter uma trajectória diferente ...</i>
	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	<i>Desestruturação familiar, desequilíbrios, comportamentos desviantes...</i>
	Família - Leitura da família nos nossos dias.	<i>A família é sempre o suporte das crianças, não é, é sempre importantíssima e é importante que a criança obtenha na família um equilíbrio, ou seja,</i>

		<i>que obtenha na família um apoio, um colo que lhe permita depois caminhar ... ... para isso, precisa de ter uma estabilidade, de ser funcional ...</i>
	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	<i>... as estratégias deviam passar mais por medidas de aconselhamento, também algum suporte, não digo que não porque em muitos casos é imprescindível, mas algum aconselhamento relativamente às práticas adequadas à diversos níveis seria o ideal. ... o principal problema das creches e dos infantários são os horários, ... horários compatíveis com a profissão da família, não há infantários ao fim de semana, não há infantários a partir de uma determinada hora e seria importante haver infantários que tivessem esse funcionamento ...</i>
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	<i>Eu acho que ainda se recorre muito ao aconselhamento institucional, embora haja um esforço para haver cada vez mais famílias de acolhimento, também para acelerar o processo de adopção. Eu acho que ainda se recorre muito ao aconselhamento institucional ...</i>
	Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional	<i>... que o acolhimento em instituição não, não é o adequado para nenhuma criança, adequado é que ela esteja em ambiente familiar, ... No entanto, nas situações de risco não haverá outro remédio em muitas situações do que o acolhimento institucional, portanto, as vantagens é retirar a criança do risco em que se encontrava antes de vir para a instituição. A desvantagem é a criança não ter, no momento em que está na instituição, não ter uma família. A família é o mais importante e é o que a criança necessita.</i>
	Eficácia das medidas aplicadas	
	Sugestões para melhor protecção de menores	<i>Eu continuo a achar ... que é a prevenção, através de um investimento grande nas famílias, porque, é assim, as famílias nunca vão deixar de existir, não é, as famílias estão lá, portanto, deve-se prevenir, é os comportamento de risco da família e proteger acima de tudo os menores enquanto eles ainda não existem, não é, portanto, procuro ver a funcionalidade de cada família, especialmente as famílias de risco.</i>

## LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Nº da entrevista: 4

Nome do entrevistado: Virgínia Chaves

Função: Directora Técnica

Data da entrevista: 16/04/08

Hora de início: 10.00

Duração: 1h

Local da entrevista: Internato Nossa Sr.<sup>a</sup> da Conceição, Matosinhos.

### **Caracterização da Instituição**

Ano: 1896

Nº utentes: 41

Sexo: Feminino

Idades: 07 -23

**E:** *Bom dia Dr.<sup>a</sup> Virgínia, vamos dar inicio à entrevista. Começo por lhe perguntar como define como o define?*

**e:** Sobre o menor, como o defino, a definição com a qual nós trabalhamos é no fundo a definição jurídica, não é, menor é aquele que é, tem uma idade inferior aos 18 anos. E de facto também esta é a idade que nos regula o limite do acolhimento, portanto, há, nós consideramos que a partir dos 18 anos poderemos continuar a acolher jovens, neste caso, mas tem de ser por vontade própria deles. A definição é definição jurídica.

**E:** *Mau trato, pra si quando é que o menor é maltratado?*

**e:** Eu acho que o menor começa a ser maltratado quando não vê os seus direitos respeitados ..., se fôssemos pegar nos direitos das crianças que são direitos dos jovens, vemos que existe uma violação de alguns desses direitos, de certa forma eu já considero que aquele jovem está a ser maltratado. E no caso, por exemplo, das nossas crianças, não é, também o jovem, a criança, podem ser maltratadas em contexto institucional, quando a instituição não respeita os direitos deles, nomeadamente, sei lá, agora a título de exemplo, direito à privacidade, pronto, a ele ter as suas coisas e direito a tê-las pra ele e não ser violado no sentido de que há um terceiro, seja adulto ou seja criança, que viole esse direito. Eu também considero que isso é um mau trato que a instituição faz contra aquele menor.

Depois há outras situações que são, de facto, mais agravadas e que dão origem ao

internamento que ..., e de facto aqui aparecem o maltrato que prevalece, são situações de negligência, mais ou menos severas, digamos que esse, a violação do nível de negligência, mais ou menos severas, digamos que esse, a avaliação do nível de negligência, não é, é que irá determinar depois o encaminhamento para uma instituição deste tipo. Mas, em todo o caso, quem faz esta avaliação serão os organismos competentes, quer as comissões de protecção, quer os tribunais ..., à partida quando nós recebemos, já vem com uma relação de avaliação, neste caso, de negligência ou outro tipo de mau trato, pronto, existem ..., existem também em muito menor proporção outro tipo de mau trato, como seja o mau trato com violência física, com agressão à criança e, por exemplo, abuso sexual também, ... eh ... pronto, eu, eu considero que o mau trato psicológico também é relevante e também se considerarmos, pronto, esse mau trato fora do contexto da negligência teremos o mau trato psicológico, no sentido que, por vezes há situações, não é, que são aquelas situações que, por exemplo, o abandono, o abandono em termos relacionais afectivos, etc, pra mim considero que há mau trato, não é digamos, físico na sua expressão, mas, é um mau trato sobretudo psicológico, portanto, também temos situações dessas. Depois as negligências, são as negligências ao nível da prestação de cuidados, dos cuidados primários, dos cuidados de educação, da frequência escolar, dos cuidados da alimentação, da saúde, da higiene, etc, pronto, isso levado de uma forma contínua, de facto, como é o caso de todas as situações que nos vêm, é considerado um mau trato por negligência.

**E: *Perfil da criança maltratada***

**e:**

**E: *Quais as situações familiares destas crianças?***

**e:** Bom as situações das crianças ..., de um modo geral, independentemente da sua constituição, não é, por serem monoparentais, nuclear simples, recompostas, são famílias disfuncionais, no sentido que não têm um comportamento, digamos, contínuo, de responsabilidade parental e, portanto, existem disfunções. Depois dentro dessas famílias existem outros tipos de problemáticas que é o existirem, por exemplo, situações de, de, de, alcoolismo, de doença mental, ...

(...) um dos traços também de certas famílias é a instabilidade na manutenção de vínculos, não é, quer seja de ..., de uma família, por exemplo recomposta eh, suponhamos, a mãe que está divorciada e junta-se com outra pessoa, não é, é uma família recomposta, mas mesmo aqui no tempo há de facto uma instabilidade muito grande portanto, é frequente que nós ao

analisarmos, por exemplo, as famílias recompostas, neste momento, são famílias que já passaram por diversas recomposições, portanto, não é só uma, portanto, é recorrente que haja situações em que houve ruptura de famílias (portanto, tou a falar em realação às crianças que nós temos cá, de progenitores), é que depois há sucessivas recomposições, digamos, que sei lá, por exemplo, num tempo de cinco anos, a mãe ou o pai ou ambos, recompuseram a família pra aí umas 2, 3 ou 4 vezes. Portanto, o tempo de manutenção daquela relação é muito curto, para já não falar também nas famílias nucleares simples e monoparentais e também pra não falar, por exemplo, na biológica alargada, não é, nós também consideramos a família, os avós, os tios, alguém da família, mesmo nessas famílias que são famílias de suporte da criança também há uma grande mobilidade em termos de relações, portanto, as relações não são estáveis, portanto isto pra dizer que (porque a família alargada é também bastante frequente), actualmente no universo das acolhidas nós teríamos 3 ou 4 casos onde progenitor e progenitora estão juntos, unicamente, portanto, está a ver aqui a desagregação da estrutura familiar original, portanto, é quase uma dominante em todas as situações.

**E:** *Sobre o ponto II, factores de risco e acolhimento, indique as causas do acolhimento em instituições.*

**e:** Já falei, não é, na negligência, no mau trato, pronto, mau trato físico e considerando o psicológico eh, ... (interrupção), ...bom, eu já falei, não é, são crianças que são vítimas de negligência e ... são essas situações basicamente.

**E:** *Qual tem sido a causa mais frequente?*

**e:** A negligência. Pelo menos é assim que já vêm avaliadas e caracterizadas, agora, a negligência normalmente engloba uma multiplicidade de situações, não é, não é só uma que ..., uma pode ser predominante e com mais impacto no desenvolvimento, no bem estar da criança, não é, mas normalmente tem várias associadas.

**E:** *Onde ocorrem com mais frequência as situações de maus tratos? Qual o terreno social onde ocorre com mais frequência?*

**e:** O terreno social, aqui, sobre onde é que ocorrem com mais frequência as situações de mau trato, eu penso que aqui tem que ver com ...convém dizer que nós aqui recebemos, podemos eventualmente receber alguém de uma classe economicamente mais favorecida, mas o que é habitual é que todas essas situações provêm de famílias economicamente muito desfavorecidas que, portanto, temos famílias sem qualquer tipo de rendimentos, temos outra



que é a grande maioria com rendimento social de inserção, com, com muitas precariedades a nível de emprego, etc, pronto. Quando eu digo que eles vêm por negligência, mau trato, o terreno social é a família. É evidente que isto depois vai ter manifestação na escola ou noutros contextos da criança, mas, a criança é maltratada na família. É vítima de negligência na e pela família, pode ser família alargada ..., etc. A família onde ela vive antes da retirada. Agora, normalmente, são é os outros terrenos que sinalizam depois estas situações, não é, não é a família que vai sinalizar mas é depois a escola, os outros contextos, ou a saúde, ou a vizinhança, não é, eventualmente que se vai aperceber disso e que vai alertar as entidades responsáveis.

**E:** *Considerando o local onde ocorrem com mais frequência os maus tratos, quais consideram ser os factores de influência?*

**e:** Pronto, eu já disse, factores de influência, eu já disse que de facto são famílias onde, graças, o desemprego e portanto e, portanto, é um factor, onde as pessoas não têm outro tipo de actividade eh ..., subsidiária que lhes dê ..., por exemplo, um biscate ou isto ou aquilo nem sequer isto fazem, portanto, digamos que também são pessoas com competências de hábitos de emprego muito inexistentes, normalmente são já geracionais, pronto, já vem de geração em geração esses modos de vida ..., e de facto as pessoas ..., eu acho que isto corre neste contexto de desemprego e já crónico de dificuldade económica, depois ocorre muito ... em casos de, onde há, por exemplo, problemas de alcoolismo e ocorre muito na deficiência mental, na debilidade mental dos pais, dos pais ou de um dos, portanto, não conseguem, não é, dado as suas debilidades mentais, de alguns, alguns são patologias já também bem identificadas que lhes retira, digamos, não é, a capacidade de cuidar bem e de uma forma continuada dos seus filhos e, portanto, digamos que assim em grosso modo serão as três, os três factores de influência. Não tanto as condições físicas de habitação, são de facto estas, estas, estas características.

Ao nível da actividade, digamos, ocupacional dos pais, não tem qualquer, são pessoas inactivas, que não têm hábitos de trabalho, não tendo hábitos de trabalho têm naturalmente hábitos de gestão do pouco dinheiro que vão tendo também de uma forma muito desadequada, não é, e o problema do alcoolismo, o problema da debilidade mental, eh ..., por exemplo, já não estou aqui a falar na prostituição que ocorrem. Normalmente quando se fala na prostituição é feminina, não é, pra já neste contexto, não é, não temos, eu nunca tive nenhuma situação em que pudesse haver um pai que se dedicasse a este tipo de actividade e que os filhos ... estejam também por causa disso, acontece que nestas situações as mães

vivem em pensões e não têm condições para ter os filhos com elas, não tem casa própria. Algumas das situações que eu tenho ligadas à prostituição, as mães não têm casa própria, não são capazes de organizar no sentido de reconstruírem mesmo monoparentalmente a sua própria família, vivem em esquemas que não conseguem largar, tá a ver, e depois, mas são boas, são mães cuidadoras, no, no, na pouca relação que existe com os filhos, eh, não são mães, digamos ..., é um outro tipo de negligência, não é, são mães é mais ausentes mas não são mães “maltratadoras”, ou que infligem, digamos, mau trato, não é, aos filhos. Portanto, aí, para mim é mais uma questão de dificuldade de organização da sua autonomia que as impede de poderem estar a assumir totalmente a responsabilidade parental. Estou a falar pela experiência que tenho, não é, as mães prostitutas normalmente são afectadas com problemas de toxicodêpendia que ainda há muitos casos que são, são mães afectivas mas não são mães que consigam por si organizarem-se para poderem ter os filhos consigo.

**E:** *Indique uma ou duas situações de mau trato, nos casos acompanhados, que lhe tenha sido marcante.*

**e:** Pronto, eu posso indicar uma situação que é, é de uma menina que é de etnia cigana e que tem uma deficiência intelectual que nós consideramos ligeira, pronto, é um mau trato físico..., e foi uma situação que nos chegou aos 7 anos de idade e era uma criança que por, explica-se e foi-nos apresentado também, que por ter uma deficiência intelectual foi muito rejeitada à partida pela progenitora, entretanto o pai morreu e ela reconstituiu ...

(...) tem o síndrome fetal alcoólico eh, pronto, e depois associado ao facto de desde bebé ter sido uma criança rejeitada e maltratada fisicamente, portanto, ela passou praticamente dos zero aos sete anos, que foi quando veio para a instituição, passou por várias famílias, famílias alargadas, teve como, pronto, era de etnia cigana, andou com uns e com outros nomeadamente para fora do país, pra Espanha, frequentemente, sempre muito maltratada e muito mal, rejeitada e nos últimos tempos era uma miúda que dormia simplesmente ao relento, sozinha, portanto, ela com 6 anos de idade dormia no vale das escadas do bairro onde morava a comunidade cigana. Portanto, foi uma situação muito marcante porque aliada ao problema dela, não é, vinha uma criança em estado praticamente selvagem, que não tinha qualquer tipo de regras, também fisicamente muito maltratada, com peladas na cabeça devido à queimaduras que tinha tido eh, muitas, muitas, muitas marcas de feridas, de, de, fisicamente maltratada e depois também, sem qualquer tipo ..., portanto era uma criança completamente, pra além de ser maltratada, negligenciada, portanto, ela não tinha uma consulta médica, não tinha uma vacina, não tinha modos, pronto, o que ...

(...) o pai já tinha morrido, a mãe teve depois pesa também por tráfico de drogas, portanto, é uma família com problemas ligado ao tráfico de drogas e a família alargada, tios que iam tomando conta, mas, nunca também se responsabilizaram totalmente e, portanto, ligado a esse período, qualquer das formas, mesmo após o internamento há um desligar completo da parte da família biológica e da parte da progenitora.

**E:** *Passando agora ao tema III, maus tratos às crianças em Portugal, qual acha ser a situação da criança portuguesa em relação à problemática dos maus tratos?*

**e:** É a negligência, não haja dúvidas. Eu acho que aqui, eh, eu diria muita coisa, mas não vale a pena porque eu acho que há de facto um tempo, o que me ocorre dizer em relação a isto, pronto, é agora estamos claramente - e eu perfilho esta ideia - a sermos mais cuidadores com as crianças quer da parte do estado ao nível da prestação de cuidados de saúde, dos cuidados primários, há já de facto um trabalho muito importante e que depois vai ter necessariamente os seus reflexos, não é, eh, por outro lado, há também a nível da educação o esforço no sentido de abranger cada vez mais cedo as crianças em creches, etc, etc, isto também traz, trará necessariamente os seus benefícios. Mas ainda há uma larga camada da população que não usufrui de nada disso. O que eu acho que de certa forma ajudaria, não é, uma maior operacionalidade de todas as, os envolvidos, de todos os agentes e também se calhar uma melhor adequação das políticas de protecção, pronto, o que eu acho é que existem muitos organismos mas no fundo são poucos operativos no terreno e existem muitas, muitas, a vários níveis, seja no ministério da segurança social, etc, etc, um conjunto de medidas que depois a transcrição a tradução no terreno é muito, muito pouco evidente, nomeadamente, o rendimento social de inserção eh, de facto, eu vejo aqui pela amostra que tenho ... o que isso pouco influência o estado da família, para além da verba, pouco é feito e, de facto, a ideia a filosofia que está inerente é de promoção das pessoas é de valorização das pessoas a nível profissional, a nível das suas competências parentais, há de haver planos, não é, que sejam conduzidos pelo técnico gestor e na realidade nós não sentimos influência nenhuma, rigorosamente nenhuma disso, portanto, eu concordo, de facto, com estes princípios, com a filosofia que está por trás destas medidas mas que depois se traduzem com pouca tradução no terreno, nomeadamente, também tem muitas famílias que estão em zonas onde estão a ser sujeitas a projectos de desenvolvimentos locais e que também não se verifica que haja alguma mudança qualitativa no modo de vida destas famílias ..., diria que em Portugal há muitas ideias, há muitas políticas mas há muito pouca capacidade de penetração e de mudança efectiva no terreno.

**E:** *Quais considera serem as principais causas dos maus tratos às crianças em Portugal?*

**e:** Esta deriva da outra, não é, então quando há uma família que à partida reúne, não é, todas as condições para que ali exista negligência tem que haver alguém externo, ou de uma equipa da saúde, ou de uma equipa da segurança social, ou então até em conjunto uma abordagem pluridisciplinar daquela família: o quê que vamos fazer com aquela família, e agora vamos estabelecer um plano de intervenção em conjunto com eles, vão ver até onde é que eles vão, vamos então pondo metas e desenvolvem ou não desenvolvem e aqui eu acho que entra depois a questão da justiça muito, porque quando não desenvolvem e são criadas condições e as pessoas não as aproveitam, eu acho que aí a justiça devia ser muito mais inflexível, acho que devia avançar com as tais outras medidas e não estar à espera que crianças fiquem anos e anos e anos à espera e que depois venham aos 16 e aos 17 anos a pedirem um internamento, o acolhimento nas nossas instituições de crianças que supostamente ou teriam sido retiradas na altura devida e podiam ter ido para adopção ou poderiam ter sido colocadas em famílias idóneas que é a nossa versão agora também, que se vão, vão encaminhar praí ou ... mas não, nunca deveriam deixar anos e anos e anos uma criança entregue a estes pais . Mas eu acho que nestas situações eu acho que as pessoas andam muito tempo a valiar as famílias, andam muito tempo a tentar mudar as famílias e quem sai prejudicado são as crianças no meio disso tudo e depois chegam-nos as crianças, chegam-nos crianças aos 14 anos no 1º ciclo com dificuldades de aprendizagem, que nunca foram despistadas para acompanhamento específico a nível das terapias que necessitam ou doutras porque de facto já chegam tão tardiamente que depois o tempo útil das instituições é supérfluo, quer dizer, para além de as protegemos – isto é logo um dos primeiros benefícios, não é -, ficam protegidas do mau trato porque começam a ser cuidadas (estou a falar pela minha instituição completamente a assumidamente) quer ao nível da saúde, quer ao nível da alimentação, quer ao nível escolar, da orientação vocacional etc etc, eh, mas poderiam, ter aproveitado muito mais se as coisas tivessem tido os tempos certos, certo?

**E:** *Que leitura faz do papel da família nos nossos dias?*

**e:** É assim, eu sou daquelas pessoas que considero que a família é um suporte fundamental, continua a ser eu acho que não sou das pessoas que dizem que a família tradicional é o único suporte fundamental, portanto, acho que pode haver família e família com outra composição que a tradicional que assegura igualmente e muito bem mesmo o papel da família tradicional, e portanto, eu aqui abro, abro de facto a possibilidade de existirem outros tipos de família que

não a tradicional a cumprirem lindamente a sua responsabilidade parental, mas considero que tem que haver uma estrutura de facto. Porque no fundo as crianças precisam de ser cuidadas e precisam de ser gostadas, isto implica que haja alguém que perceba qual é o seu papel em termos da educação da criança, que é o papel de, de ,de \*\*\* dessa actividade e é o papel também de, de, de a socializar no fundo, não é, se a família como meio de socialização primário é fundamental e portanto aí seria bom que a família independentemente da sua forma, de ser tradicional ou outra, soubesse o que é educar, que eu acho que na sociedade portuguesa actualmente há um grande disnorte em relação ao que é o papel do pai, que é o papel da mãe, que é o papel dos pais, dos educadores e do que é a educação de uma criança, não é, por isso temos o que temos, temos as escolas que temos com os professores a terem que educar quando basicamente isso deveria ser uma função da família, não é, e os professores serem os transmissores do conhecimento e portanto já não estrem preocupados em o menino ter que estar na sala de aula de determinada maneira porque de facto faltou, faltou na família alguém que tinha que saber educar o filho.

**E:** *Medidas de protecção de menores. Das medidas de protecção de menores existentes, qual acha ser a mais palicada em situações de maus tratos?*

**e:** Eu aqui não puderei em termos gerais, não é, porque sei que está-se a referir por exemplo em relação a lei, às diferentes medidas, eu lia outro dia no jornal que a de acolhimento institucional ainda é a mais usada quando deveria ser a menos usada segundo a lei, agora isto é o que diz o jornal e os dados estatísticos eu não os possuo, mas que também tenho se calhar assim alguma percepção de que possa ser isso, também tenho, mas não digo que é. Quem lhe pode dizer isso é por exemplo ir a comissão nacional de crianças e jovens, ver o que é que eles têm em relação, por exemplo, a todas as situações, não é, eh que têm em dispôr e que têm encaminhamento qual é aquela que pode utilizar mais, assim como os tribunais se calhar também tem as outras medidas de acompanhamento, na família eu não sei, não tenho esses dados e de facto também não digo que é essa, li noutra dia no jornal isso e também fiquei assim pouco apreensiva porque não estava a supor que fosse exactamente assim mas dizem, da lei é a mais utilizada, então alguma coisa ta errada, não é, eu acho que está errado. É o último recurso porque primeiro haverá a família alargada, a família biológica, a família isto, a família aquilo, o acompanhamento na família, pelos técnicos, não é, eventualmente o acompanhamento pronto, mas aqui sabe que as comissões também trabalham com os consentimentos dos pais, não havendo consentimento o caso vai para o tribunal, não é, portanto \*\*\* se calhar a adopção, não é, o encaminhamento natural dos casos das comissões,

porque os pais não dão consentimento, não é.

Se dissermos que não há diminuição do volume de pedidos, não há, depois do levantamento destas questões, desta reflexão que eu acho que paira no ar a nível nacional e do debate nacional, as crianças, tantas crianças institucionalizadas e depois da mudança da lei de adopção e depois disto e depois daquilo, continua e continua, isso eu digo com conhecimento de causa, continua cada vez mais a aparecer mais situações de crianças em idade maior, já quase a aproximar a maioridade, que é qualquer coisa que não, que não bate certo.

**E:** *O que é o acolhimento institucional e como esta medida garante a protecção dos menores?*

**e:** Pronto, acolhimento institucional, é assim, eu falo da minha instituição, porque presumo que hajam outras com outro modelo de funcionamento, a criança vem, o jovem vem, e vem com um processo: ou promoção e protecção ou um processo tutelar. Vem com um processo aberto e ainda não está definido mas há um processo em tribunal ou em comissão e, e há supostamente e supostamente entre aspas, um técnico gestor \*\*\* outra coisa é a eficácia, é a relação, é a comunicação entre estas duas entidades. Às vezes existe e é boa, outras vezes simplesmente não existe. Quando esse técnico gestor tem que fazer um relatório para tribunal, aí até telefona, não vem ter com a criança nem com a instituição, telefonam para saber informação para mandarem no relatório, pode ser para o juiz ou para a segurança social ou praqui ou pracolá. Então o que, nós o que fazemos é respeitar as orientações que recebemos, que recebemos e que à partida, nomeadamente, por exemplo no que diz respeito à relação do jovem com a família do jovem, com a família, não é, nós também propomos e sugerimos quando somos ouvidos em tribunal ou comissão o quê que nos parece, portanto somos quem está mais próximo deste binómio criança família, ou como é que nos parece que as coisas estão a correr. Se virmos que há determinadas alturas que nós não consideramos adequado que face àquela dada circunstância a criança vá, então aí, a nossa obrigação é alertar e normalmente é comunicada à comissão “olha parece-me que não é adequada assim, assim ou então, a comissão também quando tem outros dados também nos comunica, se calhar por exemplo, períodos de férias são normalmente combinados com a instituição e a pessoa gestora do processo, já não é só a instituição que dita nem é a família que pede ou que dita também, há aqui um, um momento de reflexão de ver qual a melhor solução, pronto.

Depois o quê que faz, como é que garante, garante com o rigor ao nível dos cuidados de saúde, ao nível do acompanhamento escolar, não é, a instituição faz exactamente o papel de

pai ou de uma mãe, de um encarregado da educação que é responsável, todos os períodos escolares se vai à escola, fala-se com o Director de turma, há uma correspondência diária se necessária ou semanal através da caderneta do aluno, há o telefone, há comunicação isto ao nível da escola, há depois o cumprir as recomendações que a própria escola..., se há um projecto individual de apoio, uma consulta psicológica a fazer, etc., etc., portanto, tudo isso é cumprido com máximo rigor, ao nível da saúde desde o primeiro momento, é tudo, entra tudo a ser seguido com a centralização no médico de família e depois todas as necessidades que são, vão sendo preenchidas com consultas de especialidade, com estomatologia, com todo o tipo de acompanhamento psicológico da pedopsiquiatria, etc., etc., portanto, e é também depois ao nível das condições básicas, não é, de alimentação saudável, temos as, as, um trabalho com a equipa da saúde aqui no centro de saúde local que é uma programação anual quer de formação ao pessoal quer de formação às próprias crianças e jovens em vários temas, desde a alimentação às questões também da sexualidade elas têm aqui um serviço que é o CAJ, que é o Centro de Atendimento a Jovens, que elas (as jovens do lar) frequentam voluntariamente, quando querem, sem marcação, sem passar pelos adultos da instituição, e temos uma série de cuidados também neste aspecto também de planeamento etc., pronto, que são cumpridas e seguidas sempre com a colaboração dos profissionais da saúde e dos profissionais da instituição. Depois para além disso cada educadora, nós temos 41 crianças, mas há 3 educadoras que são responsáveis, porque cada grupo, cada grupo está numa casa, que também é um espaço físico diferenciado e essa educadora tem os planos individuais de apoio de apoio, pronto, há grupos de 14, 14 e 12 e cada educadora é responsável por capitalizar tudo o que diz respeito à criança tanto no sentido da informação, de ser o adulto de referência com aquela criança do seu grupo, tem, a sua casa é o seu espaço físico, cada grupo tem a sua casa, portanto ..., depois temos espaço alargado que é o espaço de actividades durante o dia, também a parte das refeições, de actividades durante o dia, também a parte das refeições é feita em comum. Todo o resto é a nível da casa, portanto, cada educadora tem uma planificação trimestral que depois é integrada também no plano anual de actividades da instituição que temos e cada educadora controla, dinamiza e \*\*\*, fazem reuniões semanais, cada educadora grupo casa, nós falamos a identificação é grupo casa, portanto e depois também são responsáveis pelo acompanhamento escolar, pelo apoio no estudo, a questão por exemplo das idas aos médicos é diferente porque é horários diferenciados então há outras funcionárias que dão suporte de acompanhamento. Em todo o caso a educadora é elemento de referência desse grupo.

**E:** *Que avaliação faz da eficácia das medidas de protecção aplicadas?*

**e:** Das medidas aplicadas olha é assim, eu também aquelas que eu vejo, eh, posso falar da minha, não é, pronto da minha que é o acolhimento institucional, que é aquela que eu lido embora depois transversalmente lido também com as outras, eh, eu vejo também o acolhimento institucional como uma boa medida nas situações em que são absolutamente necessárias, eu acho que nós temos uma faixa de crianças que já não são, não tem o perfil para adopção, porque senão já não teriam vindo pra cá, e que têm as tais marcas..., essas marcas são tão grandes e tão numerosas que eu acho que faz sentido um contexto institucional no sentido de trabalhar em várias áreas, mobilizando recursos técnicos, que, mobilizando recursos técnicos quer da instituição quer do exterior no acompanhamento desses jovens e que se conseguir criar as condições internas favoráveis a um bem estar afectivo e de, do bem estar material do jovem e da criança, neste caso, poderão ser de facto uma boa alternativa nomeadamente a do encontrar das famílias, sabe que agora poderá ser a paralelo, que eu acho que é ótima mas que eu duvido, duvido que em muitas situações também não vá haver maus resultados porque o figurino tal como se apresenta é que estas crianças que já são jovens, a maioria, não é, pra cima dos 12, 14, 13, 14, 15, 16 anos dificilmente irão conseguir integrar-se num outro tipo de família as quais são pagas, não é, em termos de valor monetário que, se calhar, a coexistência com os filhos biológicos e etc., dessa família e a insistência destas famílias com as famílias biológicas dos jovens que vão acolher, porque está previsto que seja prevista a visita, etc., ou isto ou aquilo, sendo as famílias biológicas as famílias complexas e difíceis de disfuncionais, como nós sabemos que elas são, tou a ver que estas coisas sejam todas muito complexas e que os jovens na fase da adolescência criam sérios problemas a medidas deste tipo, nomeadamente ..., porque depois as famílias também tinham que ter de facto uma formação acima da média no sentido de poder enquadrar tudo e qualquer comportamento desajustado que necessariamente vai encontrar nestes jovens e que não sei como é que vão, não é, algumas delas, lidar com o impacto de um adolescente que lhes entra pela casa dentro, com a família biológica se calhar a contrariar se calhar algumas das coisas que a família de acolhimento lhes impõe, naturalmente, não é, e, e portanto, eu acho que o espaço institucional é um espaço mais livre, de teias em termos psicológicos, de teias de relações que lhes permitirá bem trabalhar, alcançar uma autonomia ..., e em termos de, de, de poderem alcançar uma autonomia mais sustentável do que com estes meandros afectivos, digamos. Acho ótimo em certas idades, em idades mais precoces, mas não sei se será o caminho adequado para certas situações, portanto, não vejo todas as situações que estão em acolhimento a serem resolvidas com essa medida.



Agora, o que eu acho é que as instituições têm mesmo que ser exigentes e perceberem muito bem o que estão a fazer e não caírem em erros, não é, como às vezes também se vê, infelizmente, isto eu tenho consciência de que há sempre coisas a melhorar e também há muitas instituições que, se calhar, não estão a cumprir minimamente com o papel que deveriam cumprir, disso também tenho consciência disso.

**E:** *Indique as entidades responsáveis e/ou envolvidas na institucionalização das crianças.*

**e:** Comissões ou tribunal. A segurança social é já via tribunal porque é a segurança social que faz assessoria técnica aos tribunais, portanto quando elas pedem já a situação vem encaminhada pelo tribunal.

**E:** *Que modelo de intervenção sugere para uma maior e melhor protecção de crianças e jovens?*

**e:** Nós, aqui o que eu digo é que é um modelo de intervenção sistémica, pronto, é que, quer a instituição e os seus agentes, quer as crianças e os jovens, quer a família, quer todos os outros reforços externos têm que estar integrados naquilo que é o objectivo, não é, principal que nós agora temos, que chama projecto de vida da criança e que tudo que se passa num sistema vai interferir com o resto. Portanto, quê que nós vamos... é que toda a gente esteja a ver para o mesmo fim e que, por exemplo, o pessoal auxiliar, “eu não tenho nada a ver com as questões educativas”, mas tem tudo a ver porque elas passam muito tempo com elas (as crianças) também, não é, e se calhar são elas que lhes vão ensinar determinadas coisas, que lhes vão transmitir determinados ensinamentos e às vezes também tem uma importância de relacionamento, de afecto mais importante do que se calhar nós deixamos a criança livremente lidar com os seus afectos e pode acontecer que uma criança habitue-se mais, afeiçoe-se mais a um elemento auxiliar do que, por exemplo, à sua própria educadora ..., são de facto, os objectivos. Assim, como a família, é muito difícil lidar com a família mas se tivermos a família a contrariar sistematicamente o que são os novos valores, pra alguns, não é, eh, então nós também não vamos conseguir nada porque as crianças também têm contacto com as famílias e toda esta aprendizagem acaba por ser artificial, não é, porque no fundo o que prevalece podem ser outras coisas que não são de facto aquelas que de facto as vão ajudar pra futura integração social. É mais fácil viver num mundo sem regras do que num mundo com regras mas nós estamos a desempenhar aqui uma função que nós dizemos o quê que o internamento é, é complementar a acção educativa, não é o essencial, nós não nos consideramos o essencial na acção educativa, mas somos é se calhar o núcleo que tem que

congregar e trabalhar as outras áreas, mais nada. Nem nunca dizemos à criança: essa é a vossa família, nós somos a vossa família. Não somos. Somos alguém que tem que ter imensa disponibilidade, não é, não somos funcionários, nós não podemos ser funcionários, não dá, pelo menos enquanto eu estiver a orientar a Direcção Técnica. Nós temos que gostar daquilo que fazemos e temos que gostar das nossas crianças, mesmo quando já mais ninguém gosta delas, que acontece-nos com muita frequência, até quando os pais já não gostam, e quando toda a gente, e quando elas se sentem..., por exemplo, uma criança como este domingo passado, que fazia anos e está cá há 3 meses e a mãe veio cá duas vezes, desde a altura em que ela veio, ela fazia anos e sabia e tem cá um irmã bem mais velha, e a mãe simplesmente nem sequer um telefonema pra dar os parabéns à filha, não é, e esta é cá uma situação que não aconteceu só um vez, acontece muitas vezes com as nossa crianças que, nós quase que temos que solicitar venham, porquê, porque, os tribunais, não é, ao decidirem ainda não decidiram que, se calhar, esta mãe já esgotou o que tinha que dar, porque uma mãe que não vem, por exemplo, uma (criança) que está aqui no sábado á tarde à espera que a mãe a venha buscar e se vai arranjar, que se vai pôr toda bonita pra tal mãe que é uma mãe idealizada, não é, (e o nosso problema é desmontar com muito cuidado isto) e a mãe simplesmente não aparece, hum, ... não vamos responsabilizar a família, mas temos que lidar com isto, é dizer “olha, a mamã e não se esquece da filha é porque provavelmente tem outras coisas que a impediram de fazer isto, mas, é evidente que a criança vai pensar, - “oh pois, pois, e não tinha lá o telefone” pra ligar pra dizer que não vinha? ...

**E:** *Muito obrigada pela colaboração.*

#### Guião de observação da entrevista 4

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Boa receptividade, recepção no Gabinete Técnico.
	Ambiente Geral	Ambiente de alguma tranquilidade, não obstante o trabalho.
	- Dimensão e iluminação	Instituição aparentemente espaçosa, gabinete da realização da entrevista espaçoso, com boa iluminação.
	- Mobiliários	Mesa grande, estantes com livros, alguns arrumos.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura correcta, formal.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais e não verbais com presença de gestos. Linguagem formal mas acessível. Responde rapidamente às questões, com muita clareza e convicção.
Interferências/interrupções		Uma interrupção por parte de uma funcionária.
Observações		Entrevista realizada em boas condições, apenas com uma interferência. Total colaboração na entrevista. Alguma limitação de tempo para maior desenvolvimento das questões finais.

## Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 4

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	<i>Sobre o menor, como o defino, a definição com a qual nós trabalhamos é no fundo a definição jurídica, ... menor é aquele ... tem uma idade inferior aos 18 anos. Eu acho que o menor começa a ser maltratado quando não vê os seus direitos respeitados ...</i>
	Criança maltratada - Características	
	- Situação familiar (tipo de família)	<i>Bom as situações das crianças ..., de um modo geral, independentemente da sua constituição, não é, por serem monoparentais, nuclear simples, recompostas, são famílias disfuncionais, no sentido que não têm um comportamento, digamos, contínuo, de responsabilidade parental e, portanto, existem disfunções ...</i>
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	<i>... negligência, ... pronto, mau trato físico e considerando o psicológico eh, ... (interrupção), ...bom, eu já falei, não é, são crianças que são vítimas de negligência e ... são essas situações basicamente. ... existem também em muito menor proporção outro tipo de mau trato, como seja o mau trato com violência física, com agressão à criança e, por exemplo, abuso sexual também ...</i>
	Maus tratos - Local de ocorrência	<i>Quando eu digo que eles vêm por negligência, mau trato, o terreno social é a família.</i>
	- Factores/causas dos maus tratos	<i>... o desemprego e portanto e, portanto, é um factor, onde as pessoas não têm outro tipo de actividade eh ..., subsidiária que lhes dê ... ... problemas de alcoolismo e ocorre muito na deficiência mental, na debilidade mental dos pais, ... alguns são patologias já também bem identificadas que lhes retira, digamos, ... a capacidade de cuidar bem e de uma forma continuada dos seus filhos ... em grosso modo serão as três, os três factores de influência.</i>
	Casos de maus tratos considerados marcantes	<i>Pronto, eu posso indicar uma situação que é, é de uma menina que é de etnia cigana ... tem o síndrome fetal alcoólico eh, pronto, e depois associado ao facto de desde bebé ter sido uma criança rejeitada e maltratada fisicamente ... com peladas na cabeça devido à queimaduras que tinha tido ... muitas marcas de feridas ...</i>
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	<i>É a negligência, não haja dúvidas.</i>
	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	<i>... então quando há uma família que à partida reúne, não é, todas as condições para que ali exista negligência ...</i>

	Família - Leitura da família nos nossos dias.	<i>É assim, eu sou daquelas pessoas que considero que a família é um suporte fundamental, continua a ser eu acho que não sou das pessoas que dizem que a família tradicional é o único suporte fundamental, portanto, acho que pode haver família e família com outra composição que a tradicional que assegura igualmente e muito bem mesmo o papel da família tradicional ...</i>
	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	<i>... tem que haver alguém externo, ou de uma equipa da saúde, ou de uma equipa da segurança social, ou então até em conjunto uma abordagem pluridisciplinar daquela família: o quê que vamos fazer com aquela família, e agora vamos estabelecer um plano de intervenção em conjunto com eles, vão ver até onde é que eles vão, vamos então pondo metas ...</i>
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	<i>... eu lia outro dia no jornal que a de acolhimento institucional ainda é a mais usada quando deveria ser a menos usada segundo a lei, agora isto é o que diz o jornal e os dados estatísticos eu não os possuo, mas que também tenho se calhar assim alguma percepção de que possa ser isso, também tenho, mas não digo que é. ... eu lia outro dia no jornal que a de acolhimento institucional ainda é a mais usada ... Se dissermos que não há diminuição do volume de pedidos, não há ...</i>
	Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional	<i>... a instituição faz exactamente o papel de pai ou de uma mãe, de um encarregado da educação que é responsável...</i>
	Eficácia das medidas aplicadas	<i>Das medidas aplicadas ... posso falar da minha ... da minha que é o acolhimento institucional ... embora depois transversalmente lido também com as outras, eh, eu vejo também o acolhimento institucional como uma boa medida nas situações em que são absolutamente necessárias ... Agora, o que eu acho é que as instituições têm mesmo que ser exigentes e perceberem muito bem o que estão a fazer e não caírem em erros, não é, como às vezes também se vê, infelizmente, isto eu tenho consciência de que há sempre coisas a melhorar e também há muitas instituições que, se calhar, não estão a cumprir minimamente com o papel que deveriam cumprir, disso também tenho consciência disso.</i>
	Sugestões para melhor protecção de menores	<i>... um modelo de intervenção sistémica, pronto, é que, quer a instituição e os seus agentes, quer as crianças e os jovens, quer a família, quer todos os outros reforços externos têm que estar integrados naquilo que é o objectivo, não é, principal que nós agora temos, que chama projecto de vida da criança e que tudo que se passa num sistema vai interferir com o resto. ... que toda a gente esteja a ver para o mesmo fim ...</i>

## CASA DE CEDOFEITA

Nº da entrevista: 5

Nome do entrevistado: Ana Moutinho

Função: Directora Técnica

Data da entrevista: 29/04/08

Hora de início: 15:00

Duração: 1h35mn

Local da entrevista: Instituição A Casa de Cedofeita, Porto.

### **Caracterização da Instituição**

Ano: 1996

Nº utentes: 10

Sexo: Misto

Idades: 18 meses – 10 anos

**E:** *Muito bom dia, dando início à nossa entrevista, como define menor?*

**e:** O menor é uma criança até os 18 anos, pelo menos é essa a definição, eh, embora entre os 16 e os 18 exista aqui um regime especial até em termos de, de responsabilidade legal, mas menor eu penso que é uma criança com, com idade inferior a 18 anos.

**E:** *E mau trato, quando é que, pra si, uma criança é maltratada?*

**e:** O mau trato pode ser eh ... pode ser activo ou passivo, não é, o mau trato activo é aquele que se calhar as pessoas mais associam a, a mau trato, a práticas como a punição física, eh, o mau trato que deixa marcas, não é, e esse será por acção, mas há maus tratos por omissão: uma família que não alimente devidamente a sua criança, que não a leva ao médico quando ela está doente ou no registo de prevenção não a leva, falha com ..., não consiga providenciar junto da criança a satisfação das suas necessidades básicas, está também a incorrer um mau trato que é conhecido por negligência grave, mas que não deixa de ser um mau trato, ou seja, mau trato é aquela acção ou omissão que resulta negativamente para, para a criança (neste caso tamos a falar da criança).

**E:** *Com base nas situações a que tem dado resposta como é que traça o perfil de uma criança maltratada?*

**e:** Elas são todas muito diferentes umas das outras e, e muito iguais a todas as outras crianças,

como é óbvio. Agora, geralmente, encontramos na criança maltratada, eh, traços característicos, nomeadamente, a nível da auto-estima que é uma baixa auto-estima, alguém que não é devidamente tratado pelo seu progenitor, é com certeza alguém que pensa que não merece, não é, ou que ..., uma criança que venha para uma instituição vai achar que fez algo de errado, algo de muito errado e que está a ser castigado e é por isso que está numa instituição e elas frequentemente verbalizam isso: “quando eu começar a portar bem, eu vou pra casa”. Às vezes explicamos, tá bem, é importante que te portes bem, que não faças coisas erradas mas não és responsável por estares aqui, os teus pais precisam de se organizar, portanto, a esse nível, a nível da auto-estima. Eu acho que, eu acho que é muito frequente, são crianças com baixa resistência à frustração, \*\*\* eu acho que a vida já as penalizou tanto que elas têm, têm muita, alguma incapacidade em lidar com situações que exijam resistência, são crianças que muitas vezes não controlam os finters, são crianças muitas vezes com baixo rendimento escolar, com baixos, baixíssimos níveis de concentração..., às vezes alguma hiperactividade, porque agora parece que todas as crianças têm o diagnóstico da hiperactividade, é uma agitação, é uma agitação interna é um mal estar, não é, não há serenidade, não é, a vida não lhes permitiu essa serenidade eh, é muito por aí, depois, claro, há aqueles casos, por exemplo, com as crianças abusadas sexualmente, não toleram o toque, têm muita, muita dificuldade em ter uma relação de proximidade com alguém, física, e, e não só física, alguém que se queira aproximar dela, conversar com ela e, e nós notamos que a nossa psicóloga muitas vezes tem muita dificuldade em entrar na dimensão mais íntima da criança percebendo como é que ela se sente, encontrando por ventura as razões desse estado, e elas são muito, são fechadas, são resistentes, mas, por outro lado aparentam o contrário, qualquer estranho que venha à casa, quase que é assaltado por elas com abraços e com idas ao colo.

**E: *Quais as situações familiares destas crianças?***

**e:** Eh ... recentemente nós verificamos que as crianças do acolhimento estão a alterar-se ligeiramente. Nós existimos há 12 anos e se nos primeiros 6, 7 anos 8, o que verificávamos é que havia muitas situações de negligência grave associadas ao alcoolismo, toxicodependência, desorganizações familiares muito evidentes, neste momento quase que somos um pouco baralhadas porque aparecem-nos crianças aparentemente bem tratadas, não subnutridas, alimentadas, limpas, com a caderneta, o livrinho da saúde em dia, inscritas na escola mas cujos pais têm um funcionamento muito doentio, muito problemático e que nos remete para a questão da saúde mental que no nosso país está muito à descoberto, não é,

portanto, eu acho que hoje em dia não é tão fácil identificar uma criança maltratada, é óbvio que coexistem as outras situações, que sempre existiram, não é, de crianças que não vão ao médico, que aparecem muito pouco cuidados a nível da sua higiene e da sua aparência e, e que não são devidamente vestidos, andam mal vestidos no inverno, com pouca roupa, com ..., não levam lanche pra escola, passam fome, não comem em casa, é óbvio que estas situações persistem, agora há esta nova tipologia, não é, ou não será nova mas, que se torna mais frequente, pais ou ambos ou então um deles, têm têm problemas a nível psiquiátrico, a nível da saúde mental, que ou não estão ainda identificados ou existe um diagnóstico também não sabemos muito bem feito por quem, eh, sem acompanhamento, às vezes um acompanhamento apenas medicamentoso, mas que não é regular, portanto, uma situação muito mal resolvida, muito mal gerida que depois dá resultados dramáticos, não é, portanto há assim estas novas tipologias mas persistem os problemas de alcoolismo e toxicodependência.

**E:** *Qual o seu tipo de família? Provêm de famílias monoparentais, nucleares, recompostas?*

**e:** Quase sempre de um contexto de família biótica, nuclear, agora, o que nós notamos mais do que ser monoparental é eh, multiparceiro, não é, ... (risos) ... não sei que nome é que se dê a isto mas o que notamos é que são progenitores com múltiplos parceiros, não em simultâneo, digo eu, mas, que, que, que mudam de parceiros com muita frequência e com muita facilidade também, não é, ...

A sensação que temos é que esta alternância de parceiros sobrepõe-se à preocupação com os filhos, porque os filhos não são a prioridade, porque os adultos naturalmente que fazem ou refazem a sua vida mas, em muitos casos, os adultos protegem as suas crianças e precavêm as suas crianças, pronto, esta é a minha vida sentimental, a minha vida conjugal, mas os maus filhos são sempre em primeiro lugar. Aqui (na instituição) o que se nota é que muitas vezes, nomeadamente, as mães procuram outro parceiro, encontram outro parceiro e deixavam os filhos pra trás ou os entregam à instituição ou os entregam ao cuidado de uma vizinha ou de uma ma, ou de outro familiar e, muitas vezes, essa entrega não devidamente salvaguardada, não é devidamente acompanhada e e a situação resulta na ... para a criança. Portanto aqui não é a questão de serem muitos ou poucos parceiros é a questão da priorização da questão afectiva sobre a relação com a criança, porque os pais para com os filhos não, não devem apenas protege-los e satisfazer as suas necessidades, devem também criar uma relação com eles, não é, e penso que se investe pouco a novel destas famílias na relação com os filhos. Isto é assim uma coisa já muito transcendente.



**E:** *Qual a causa mais frequente do acolhimento?*

**e:** Negligência grave, continua a ser a negligência grave. Se até há uns tempos atrás era a negligência grave muito associada a toxicodependência, alcoolismo e..., agora tem muita incidência da, da ... de problemas de saúde mental também. E eu não duvido nada que em breve comecemos a receber crianças cujas famílias se encontram com grandes dificuldades a nível económico e de subsistência porque já se começa a sentir muito essas questões nas famílias portuguesas, não é, e espero bem que exista aqui uma solução intermédia entre a família e a instituição para que não, para que a criança não tenha que ser retirada, mas prevemos aqui grandes dificuldades ao nível da subsistência das famílias e é claro que são crianças oriundas de famílias disfuncionais e desorganizadas, não é.

**E:** *Situações de maus tratos físicos, tem dado resposta?*

**e:** Temos, temos, ao longo destes anos já acolhemos mas não são muito frequentes. Não quer dizer que estas crianças não sejam, eh, ... batidas ou maltratadas fisicamente, não tem sido essa a causa do acolhimento. Porque quando nós dizemos a causa do acolhimento é, por exemplo, abuso sexual, quando vamos a desmontar a história, não há só o abuso sexual, não é, há outras situações graves associadas, agora, nós tentamos sempre identificar a causa do acolhimento, se calhar é a gota de água, não é, às vezes é a gota de água.

**E:** *Onde ocorrem com mais frequência, de acordo com as situações acompanhadas, as situações de mau trato?*

**e:** Em casa, seguramente, em casa, com o cuidador, não é, podem ser pais ou não. Nós já recebemos crianças rejeitadas por famílias adoptivas, já acolhemos crianças maltratadas por famílias de acolhimento, portanto, rejeitadas por outras instituições que a acolheu. Aqui é ... é sempre o cuidador, é sempre quem tem a responsabilidade de cuidador da criança que dá origem à situação. Agora, também é importante referir que há qui uma fatia mais fina de crianças que não são acolhidas por maus tratos. Nós temos situações a que damos resposta quando temos capacidade para isso que eu passo a exemplificar, por exemplo, dadas as, a rede de apoio inexistente na vida destas famílias elas precisam de recorrer a uma instituição por exemplo, no caso da mãe ter de ser operada, ou ter de ser internada para fazer um tratamento. Nós já acolhemos uma, várias crianças assim, ou porque as mães estavam a fazer quimioterapia, ou porque a mãe tava a ser operada às varizes ou porque o pai que estava a cuidar da criança teve que fazer um tratamento também, portanto, e isto a criança não está

maltratada mas se não fosse acolhida ficaria numa situação de risco.

**E:** *Dr.<sup>a</sup>, à partida o que a lei prevê não é a institucionalização como último recurso? Para estas situações porque não se aplicam outras medidas?*

**e:** Porque não há. Não se inventam famílias, não se inventam vizinhos pra tomar conta ... eu não creio que uma família de acolhimento numa situação destas seja necessariamente melhor do que uma instituição porque numa família de acolhimento as relações que se estabelecem são muito próximas duma família normal, da sua família natural e portanto, por vezes eh ..., e sendo assim, num curto espaço de tempo acho que a instituição pode perfeitamente dar resposta, os papéis são muito definidos, não há aqui nenhuma confusão. Nós até às vezes nestes casos dizemos à criança “olha faz de conta que tas numa colónia de férias, são 5 dias ...” sabe que às vezes a criança é colocada onde existe vaga, na maior parte dos casos é isto que acontece, não é, é muito importante. E depois também é assim, uma instituição tem uma equipa técnica, que não é sempre absolutamente necessário, não é por a família de acolhimento não a ter que acolhe pior, não é de todo seguramente a comparação que eu estou a fazer não é assim simples, agora imagine uma criança com problemas de comportamento ou uma criança mais complicada, provavelmente o centro de acolhimento terá maior capacidade de resposta do que a família de acolhimento que tem um funcionamento de uma família normal, não é, mas a questão da vaga é um factor muito importante.

**E:** *Considerando esse local onde ocorre com mais frequência situações de mau trato, quais considera serem os factores de influência?*

**e:** O quê que contribui para que a criança seja maltratada na família, desde logo as famílias são problemáticas, muito..., são famílias de risco, onde é possível que algum risco se instale. Imagine um casal de toxicodependentes em que o seu grau de adição é de tal forma que quase que vive em função da satisfação dessa necessidade ou desse vício, pouco tempo, pouca energia, pouco investimento, pouca capacidade restará para cuidar duma criança, porque também sabemos o que pressupõe o cuidar duma criança, o cumprimento mínimo de horários, o cumprimento mínimo das necessidades, não é, é preciso ... uma criança de duas em duas horas não come sopa, portanto, não se pode ir ao restaurante comprar sopa, é preciso dar-lhe alimentação com adequada frequência, regularidade, portanto há uma série de cuidados que são incompatíveis com a capacidade e com a disponibilidade desse casal e portanto, logo à partida eu penso que há factores de risco, sem dúvida que o alcoolismo, a

toxicodependência, algum problema do foro psiquiátrico, principalmente os não controlados, não acompanhados, não medicamentados, pessoas com, com alterações de comportamento por alguma razão, seja pessoas que estejam com alguma depressão profunda, pessoas que estejam muito doentes, muito debilitados há aqui factores de risco que podem concorrer para que a criança, algo de errado lhe aconteça, portanto nós investimos muito pouco na prevenção, nós humanidade investimos muito pouco na prevenção. Se fosse feito um investimento muito grande na prevenção a maior parte destas situações não chegariam ao ponto a que chegam, não é, mas eh, eh, ... sem dúvida alguma que ... e depois também estas estas relações que os adultos estabelecem, relações frágeis, que não compensam, que deixam os adultos ainda mais fragilizados do que aquilo que já são, procuras de ... nem se sabe muito bem de quê, não é, uma mulher que é maltratada por um companheiro que a deixa e que vai encontrar outro para a maltratar também está ... do quê que ela está à procura, o quê que ela tem aqui pra resolver? Portanto, é natural que num contexto onde existam adultos que não estão bem consigo próprios, que estão reestruturados porque também eles, muitos deles, a maior parte destas famílias sofrem situações muito semelhantes na sua infância e na sua ... foram também maltratados, abandonados, negligenciados, entregues à terceiros, para cuidarem deles, portanto, são famílias que não tiveram grandes modelos de funcionamento, digamos, modelos funcionais, não é, ...

Nós ouvimos muito o discurso: “olha, eu passei por pior e ando aqui”, não é, “olha, eu também vivi num colégio e não morri” , “ se eu aguentei, ele também aguenta, eu até aguentei pior”, não é, não há aqui esta noção de o que é isto de ser mãe, o que é isto de ser pai, o que é isto de ser criança. Cada criança precisa de um pai e de uma mãe, não é, pode ser qualquer pessoa a cuidar dela ou não, devo ser eu e porquê, não é, eu acho que esta, esta reflexão não é feita. Engravida-se, tem-se o filho, acha-se bonito, compra-se roupinha e a partir daí o quê que eu estou disposta para fazer, a seguir, não é, penso que há criança que tem um lugar muito distorcido na sua família. Há umas crianças que até são os adultos lá em casa, não é, não raros são os discursos de, realmente os jovens que dizem “quando eu era pequenino fazia ou preparava chá para meu pai ..., ia cá fora pra ver quem é que estava pra estar com a minha mãe, portanto, não raras vezes há aqui uma inversão de papéis que eu penso que pode ser, que é com certeza dramática, não é, ... uma criança precisa é de ser mimada, não de cuidar ...

**E:** *Indique uma ou duas situações de mau trato que lhe tenha sido marcante.*

**e:** Tem tantos mas assim de repente quando me fez essa pergunta ocorreu-me uma, das

poucas crianças que acolhemos por maus tratos físicos, é claro que havia, eu acho que esse menino tinha todos os tipos de maus tratos presentes na vida dele, mas de facto o que me marcou muito foi a forma como ele era, maltratado. Ele era um menino de dez anos, portanto, já não era muito pequenino, nem era muito pequeno para a idade, portanto, de estatura e peso normal para a idade, ele era o adulto, havia dois adultos maltratantes que pegavam nele e atiravam a uma parede, não me vou nunca esquecer disto, foi um caso violentíssimo de maus tratos que, que nos perturbou muito a todos e que quando chegou à instituição eh, foi na hora do almoço e sentou-se pra almoçar e comer sofregamente e, e, e pedia para ... e deixou um bocadinho no prato e pediu pra guardar para noite e nós na altura, acho que nem percebemos muito bem, dissemos não, mas não te preocupes porque à noite ..., “mas, mas, não, mas guarda, mas guarda”, eh, e repetiu e guardou um bocadinho, deixamos no prato no frigorífico e ele à noite verificou que sempre havia comida, portanto era um menino que não estava habituado ..., que passava fome, que não estava habituado a ter refeições eh, regulares e atempadamente, era um menino que não controlava bem os finteres, como é que poderia, não é, ... era um menino muito maltratado, muito maltratado, muito, essa é uma situação e havia e há uma outra situação de dois, de dois menores que não têm nenhuma relação entre si mas curiosamente tiveram percurso de vida muito semelhante: a menina tem agora 17 anos e o menino tem 14, já estão noutra, foram noutras instituições, cada um na sua, mas foram meninos que ficaram órfãos de mãe e, e vieram para a instituição. Nunca mais ninguém os procurou. Eu refiro-me a eles como os meninos de ninguém, ninguém os quer e, entretanto, tratamos da sua \*\*\* judicial com vista à adopção que foi decretada e mesmo assim ninguém os quis, não houve nenhum casal adoptivo que os quisesse e portanto são casos também que nos deixam marcas, não é, e continuam meninos de ninguém, são meninos, pronto, têm as pessoas na instituição onde são acolhidas, mas, é muito pouco as únicas pessoas que gostam de nós serem pagas pra isso, é muito pouco.

**E:** *Maus tratos às crianças em Portugal . Dos casos acompanhados e dos conhecimentos gerais que tem nesta material, qual acha ser a situação da criança portuguesa em relação à problemática dos maus tratos?*

**e:** Eh, acho que devemos sentir vergonha de um país que maltrata as suas crianças, não é, (interrupção – funcionária chama a Dr.<sup>a</sup> para atender alguém), nós continuamos a maltratar muito as nossas crianças e não me refiro só aos maus tratos físicos, nós temos muito pouco. O próprio sistema maltrata as crianças obrigando-as, por exemplo a estar numa escola das nove horas às cinco e meia, sem diversificar as actividades, sem lhes proporcionar momentos de

libertação de contacto com actividades não lectivas como sendo o desporto, a pintura, a música, portanto são ..., há crianças que estão no espaço escolar das nove às cinco e meia da tarde a fazer trabalhos escritos sentadas a escrever, a calcular ou a fazer desenhinhos por ... orientadas por pessoas de boa vontade, portanto eu acho que nós não estamos a investir o devido nas nossas crianças, não lhes damos o dever de participação, não as ouvimos, não temos em conta as suas opiniões, o que elas pensam sobre as coisas e, por outro lado, e em paralelo, não estamos a apoiar devidamente as famílias, as famílias se não estiverem estruturadas, equilibradas, se não tiverem boas condições pra viver, não conseguem proporcionar melhor aos seus filhos, seguramente, e não me refiro apenas às questões económicas, eu refiro-me a um acompanhamento generoso, acompanhamento com dignidade, acompanhamento empático, de relação, que as nossas famílias não têm, essas famílias com quem nós temos vindo a contactar não têm instrumentos que lhes permitam ser melhores pais, na maior parte dos casos não têm, não é, e nós verificamos que quando é desenvolvido um trabalho com elas, quando há um trabalho estruturado e sustentado e prolongado no tempo como se fosse em substituição dos amigos e dos próprios vizinhos, não é, como esta rede social está tão fragilizada e como não encontram esse apoio, esse acompanhamento naturalmente, então é preciso criar, os centros de saúde precisariam de um técnico ao nível da psicologia, do serviço social, da educação social, que acompanhassem estas famílias, que as apoiassem nas suas dificuldades mais simples para que não se venham a tornar mais difíceis, complexas e, e, e para que isto não assuma aqui um efeito de bola de neve. Eu acho que nós, que as nossa crianças não tenham muitas condições para serem felizes. Oh, continua a haver uma série de actividades e oportunidades para uma fatia muito fina de crianças que podem aceder a elas, deveria era existir pra todas as crianças para que todas sejam efectivamente iguais porque não são, não são, são todas muito diferentes umas das outras, não é.

**E:** *Indique as principais causas dos maus tratos às crianças em Portugal.*

**e:** Eu, eu penso que há uma evolução tão rápida a tantos níveis que nós, não, não apanhamos o comboio ainda. Quando eu vejo, por exemplo, alguém da UNICEF a falar sobre cidades europeias que têm na sua Assembleia Municipal representantes de crianças e jovens fico: mas isto existe? não é, porquê? É como a escola da ponte em Portugal, mas existe? Isto é Portugal? Isto é português? Não é, onde as crianças têm um papel proporcional, não é, proporcionado mas eh, é papel proporcional às suas capacidades, às suas potencialidades, mas é um papel que os eleva, que os eleva...

Os adultos sentem-se muitas vezes ameaçados quando... (eu não acho que as crianças devem

tomar decisões que vão para além das suas capacidades, um criança não vai gerir em casa o orçamento familiar, uma criança não vai gerir o destino de férias mas é importante que uma criança participe e dê a sua opinião e apresente a sua perspectiva), e nós não temos uma mentalidade que suporte uma coisa dessas, uma coisa dessas. Ainda há pouco tempo eu estava numa rede, numa reunião da rede social e, e estava-se a falar como é que se iria fazer o levantamento das necessidades de cada freguesia e quais seriam as pessoas a contactar e falamos nas associações desportivas, nas associações culturais, nas associações religiosas, na farmácia, no centro de saúde, na escola, no agrupamento, oh e, e, e eu porque estava um pouco contagiada com esta ideia que tinha ouvido falar, da participação, disse: acho que é importante ouvirmos as crianças e os jovens, e três dos presentes ficaram a olhar para mim como se eu fosse extra terrestre, pois, a que propósito, eles sabem lá? Mas é importante, não quer dizer que o que eles digam que vá ser aplicado no imediato, mas vamos ter em consideração. Se nós perguntarmos a uma criança: o que achas que falta na tua rua? Como é que gostavas que fosse a tua cidade? O que tu alterarias na tua escola? Vamos ouvi-la e pode ser que nos surpreendamos e vamos sobretudo habituar a ouvi-las, não é pontualmente, sempre, não é, o que é que elas pensam de nós, quê que elas pensam daquilo que lhes dizemos, lhes fazemos e lhes damos, vamos ouvi-las porque por vezes elas apresentam soluções perfeitamente exequíveis e em algumas situações melhor do que as nossas. Portanto, alguém disse uma vez que as crianças estão fartas de ser o futuro, não é, nós temos sempre a dizer “tú és o futuro ...” elas, elas querem ser o presente, já, porquê que vamos só começar a ser alguém quando o futuro chegar? O futuro nunca chega, não é, ta sempre muito longe e nós não vimos nenhum país que tenha essa abertura e essa mentalidade, os adultos ainda sentem-se muito ameaçados e confundem as coisas. O direito à participação é confundido então com a substituição do adulto e não é de todo isto, as crianças e jovens precisam imenso dos adultos, imenso, que as orientem, que mostrem as balizas, que os estruturam, é esse o nosso papel que não é só de receber, não é necessariamente pacífico, pode ser activo começando na própria dinâmica familiar, não é, a família é uma equipa, tu fazes isto, eu faço isto, tu fazes aquilo. Claro que um filho de três anos não pode fazer o que faz o de dezasseis, não é, mas começa a fazer eh, e, portanto, já para não falar isto já é assim num plano superior, não é, para não falar na quantidade vergonhosa de criança que passa fome, que é entregue a si própria, é preocupante, assustador.

Nós primeiro cometemos muitos erros e depois vamos copiar um modelo de alguém que até já está funcionar mas nós \*\*\* aqui há uns anos atrás, há uns 20 anos atrás mais ou menos quando alguém chegava a um bairro social vindo, por exemplo, de uma ilha ou de um

contentor não era ajudado no sentido de integrar a casa e apropriar-se dela de uma forma diferente, se nunca teve banheira – pronto, olhe o que é banheira ..., que pra nós é evidente ... – isso há 20 anos, 30 atrás, não se fazia. Hoje felizmente já é impensável colocar alguém que venha directamente de uma ilha para um bairro social ou para uma casa e não darmos explicação mínima... e, e, e eu penso que a questão do rendimento social de inserção que começou por ser o RMG<sup>156</sup> é um dos exemplos que havia um apoio pecuniário mas depois não havia o devido acompanhamento para que esse apoio fosse devidamente empregue, empregue naquilo que era mais importante. Vou-lhe dar um exemplo escandaloso: havia famílias que estavam a receber uma determinada verba ao abrigo do rendimento mínimo ou do rendimento social de inserção por cada filho que tinham e três destes filhos eram retirados e eles continuavam a receber o rendimento mínimo e, e, e repare uma família que esteja a receber rendimento é uma família à partida com algum grau de risco necessariamente, não é, devia desde logo ser acompanhada de uma forma diferente, não é, de uma forma diferente porque uma família acompanhada à partida terá menos probabilidades de ver retirados os seus filhos, não é, eh, e o que eu penso é que a nível das políticas sociais elas terão sido muito boas mas depois a nível da sua aplicação, da sua concretização terá falhado nomeadamente na fase do acompanhamento e se calhar da avaliação, não é, será que houve devido acompanhamento, será que se fez uma devida avaliação, será que se limitou no tempo e no espaço essa intervenção ou deu-se e depois esqueceu-se? Quantas dessas pessoas recebiam rendimentos por estarem desempregadas e no entanto tinham trabalhos paralelos, portanto, a política teoricamente seria boa mas, depois na prática terá sofrido aqui com algumas falhas, não é.

**E:** *Considerando as necessidades existentes nos vários contextos familiares, acompanhados, que tipos de respostas sociais pensa serem necessárias às famílias, tendo em conta a sua protecção?*

**e:** Eu acho que pensando na questão da prevenção, a forma, por exemplo, como o serviço nacional de saúde está organizado, mais ou menos um centro de saúde por freguesia, nós poderíamos pensar e até se calhar nos centros de saúde, nos equipamentos já existentes, existirem equipas que estão ali, que estão atentas e que recebem as pessoas quando elas têm um problema do tamanho da cabeça de um alfinete, é aí que deve começar a intervenção, não é quando já tem o tamanho de uma montanha porque quando tem o tamanho de uma

---

<sup>156</sup> Rendimento Mínimo Garantido

montanha já coisas se perderam e coisas às vezes que não se recuperam. Quando a família tem um problema da cabeça de um alfinete e não tem com quem falar e vai ali e procura ajuda e procura orientação porque provavelmente aquilo que nós fazemos, eu digo nós porque temos uma rede informal de apoio muito grande, não é, se precisarmos de deixar o nosso filho porque temos uma urgência, temos mãe, pai, a vizinha, a tia, a irmã, a madrinha, a amiga e nestas pessoas esta rede informal de apoio é muito, é muito frágil, quando não existente mesmo. Depois são pessoas com baixo nível cultural e, portanto, a forma como gerem as suas relações, com muito poucas competências, não é, para além dos serviços de apoio que estão lá disponíveis, haver também uma intensificação da valorização da pessoa ao nível dos conhecimentos, das competências, eu penso que isso também é importante porque não raras vezes esses adultos são adultos com uma baixíssima auto-estima, baixíssima, não são capazes, não é, nem sabem o quê que tem de fazer para ser capaz eh, depois, claro, ajudaria muito se as pessoas não se tivessem de debater com dificuldades ao nível da sua sustentação, não é, claro que há famílias que têm muitas dificuldades ao nível alimentar, do pagamento de uma renda, de aquisição de, de roupas e outros materiais e de outras, outras necessidades para os seus filhos, são famílias que provavelmente não terão muitos momentos de prazer - vamos passear ou vamos comer fora ou vamos ao cinema ou vamos passar férias -, tudo isto ajuda, não é, há aqui uma série de coisas que concorrem, eu penso que elas isoladamente pouco efeito terão, não é, mas conjugadas ...

**E:** *Que leitura faz do papel da família nos nossos dias?*

**e:** Eu penso que a família continua a ter um papel importantíssimo. Cada vez mais concorrente com outras estruturas e com... eu estou a ver, por exemplo, a questão da internet, da facilidade com que se passa de um país para outro, hoje em dia quase que o continente é um país, não é, eh, eu penso que existem \*\*\* na era moderna que com certeza lançam novos desafios à família, desafios diferentes e muito difíceis. A família continua a ser a base mas o ponto de partida, somente, não é, o ponto de partida, e a família é a estrutura que se pode manter-se sempre lá, como um ponto de chegada, não é, ponto de partida ponto de chegada, penso que há uns anos atrás ainda se pensava muito na família como aquele ovo que fica até ao fim, hoje em dia aquele ovo abre-se, o pintainho sai, corre mundo, mas deve saber bem poder voltar, não é.

Na minha perspectiva muito pessoal a família sempre \*\*\* como algo a que podemos sempre voltar porque é seguro, porque é firme, porque na fase mais importante da nossa vida que era aquela em que éramos dependentes, esteve lá, esteve lá cuidou, amparou protegeu e depois



libertou, não é, mas onde se pode sempre voltar. Eu penso que não se pode comparar a família a uma escola que vai mudando consoante a idade ou a um grupo de amigos que também vai sofrendo alterações. A família – embora a família moderna sofra também muitas alterações, não é, muito mais do que a família de há uns 50 anos atrás – mas pelo menos na primeira fase da vida, digamos que se calhar até à maioridade, a família desempenha um papel muito importante e de modelo, e de modelo e nesse papel pode criar condições fantásticas para o desabroçar como pode inibi-lo ou até paralizá-lo, não é, e condicioná-lo. Pode condicioná-lo muito se for um modelo disfuncional, desorganizado. (...) as famílias destas crianças são famílias que cedem, cedem facilmente a inúmeros apelos que o mundo moderno trás inúmeros apelos, são, são famílias que facilmente cedem aos apelos, é isso mesmo porque na minha perspectiva, naturalmente pessoal, e profissional a família deve também ser capaz ela própria de resistir à frustração, de estabelecer prioridades. A família da era moderna é confrontada com muitos apelos, com muitos flachs, “anda cá, vem cá, sai”, e é uma família que não está muito disposta a se sacrificar para se organizar em função daquilo que a família precisa, é muito em função do indivíduo, das necessidades individuais.

**E:** *Das medidas de protecção existentes e aplicadas qual acha ser a mais aplicada em situações de maus tratos?*

**e:** Eu não tenho esse número assim estatisticamente encontrado, agora me parece que a medida que é mais aplicada é o apoio junto da família, porque a lei nº 147/99 elenca as medidas por ordem e a última é a institucionalização - não é seguramente a mais aplicada, só é aplicada quando as todas as outras falham. Eu penso que o apoio junto à família é a medida mais aplicada depois se ela tem sucesso ou não ...

Nem sempre uma situação de mau trato dá origem a uma imediata retirada, é um indicador importantíssimo e que deve ser sinalizada a situação, agora, depois devidamente analisada é feito um diagnóstico e esse diagnóstico é que vai determinar se é de tal forma grave que deve ser de imediato retirada no sentido de ser protegida ou, atenção, isto ainda vamos a tempo de não retirar, não é, portanto há graus também nestas situações de maus tratos, não é, maus tratos, retirada, instituição, não é de todo.

**E:** *O que é o acolhimento institucional, como esta medida garante a protecção dos menores?*

**e:** Eh, garantir a protecção do menor não é apenas afasta-lo da situação de risco, vai muito para além disso. Garantir a protecção do menor é também prtege-lo mas na sua herança relacional, é respeita-lo na sua herança relacional, é respeitar as suas origens, os seus gostos,

as pessoas de quem ele gosta, as pessoas com quem ele quer estar, por quem ele quer ser visitado, é, é, proteger não é só remover da situação de perigo, é também, eh, acolhe-lo numa estrutura devidamente preparada, devidamente organizada, em que devidamente se assegurem as suas necessidades alimentares, de higiene, de descanso, escolares, educativas, culturais, desportivas, as suas necessidades numa perspectiva global e se calhar principalmente a sua necessidade de estar com a sua família e daí que a instituição deva providenciar esse contacto, estimular e deva ajudar a família neste processo a tratar da solução deste caso, não é, encarar a família como um recurso, é uma forma de a proteger, eh enquanto a criança está acolhida a vida dela não para, pelo contrário, por vezes ela é acolhida na fase mais crucial da sua vida (seria dramático que a vida dela parasse).

Não raras vezes se diz que a institucionalização é em si mesmo uma forma de mau trato e eu concordo eu concordo porque mesmo numa instituição que tenha como preocupação acolher bem, fazer bem, assegurar a satisfação das necessidades afectivas, físicas, todas elas, o estar retirado de uma forma tão permanente e tão dramática e tão eh, extrema, não é, duma pessoa de quem se gosta ...

**E:** *Que avaliação faz da eficácia das medidas aplicadas na protecção dos menores?*

**e:** O apoio junto à família desde logo falha muito porque o país não estão devidamente organizados. O que é acompanhar uma família? É ir lá de 6 em 6 meses? É atribuir subsídio pecuniário? É fazer um telefonema mensal? Não é seguramente! Acompanhar uma família que está numa situação de vulnerabilidade, numa grande situação de risco, é estabelecer com ela um trabalho muito estruturado, possivelmente de frequência semanal ou senão de duas vezes por semana, numa primeira fase, mas não é ir lá com um bloco de apontamentos, anotar qualquer coisa e vir embora, não, é sentar-se com a família, é perceber em que estado é que ela está, é perceber que relação é que ..., é perceber o quê que está a fazer falta, como é que podemos colmatar, como é que a própria família se pode organizar para satisfazer aquela necessidade, isto é um trabalho que exige recursos humanos, recursos materiais, recursos físicos, não é, e nós não ..., e essa medida tem falhado seguramente porque não, não, não ... é a velha história de não se poderem fazer omeletes sem ovos, não é.

**E:** *Quais as características positivas e negativas desta medida de protecção?*

**e:** Eu penso que a retirada de uma criança por vezes representa um momento de viragem na sua família ou pro bem ou pro mal. As vezes é aquele momento em que a família diz: eu estou muito melhor sem essa criança e eu estou aliviada e eu não a quero, ou então, oh meu

deus eu não quero perder o meu filho, o quê isso, vou fazer tudo o que for possível para, para o recuperar. É sempre um momento de (não é sempre um momento de viragem mas é um momento que, que mexe com a família, com a estrutura familiar) e essa eu quase que assinalaria como o aspecto positivo, para além do imediato que é proteger a criança, já é, penso que é a primeira característica que penso que se pode identificar de uma retirada mas a seguinte será essa, de pôr a família a pensar oh meu deus, isso aconteceu mesmo o quê que eu devo fazer.

As características negativas eu penso que já as enumerei mas o facto de quando a família encara isto como um momento de viragem e o reverte a seu favor faz com que este período seja também um período de aprendizagem, de aquisições, de, de apreensão de formas diferentes de fazer as coisas, portanto, eu acho graças e acho até comovente quando nós falamos com uma mãe e dizemos: “então a Sr<sup>a</sup> vem visitar a sua filha, não lhe dá um beijinho?” – “eu não sou de beijo”

- “pois tente dar-lhe um beijinho porque a sua filha sabe que a Sr<sup>a</sup> gosta dela, eu sei que sabe mas se lhe der um beijinho, se lhe der um abraço, ela vai gostar muito mais ...”. Eu lembro-me de uma mãe que fez isso e a filha começou a olhar pra ela e rimos imenso quando ela contou-nos “olha a minha filha ficou a olhar pra mim tão admirada ...”, eu disse “pois, vai fazendo sempre que ela um dia vai deixar de achar estranho, vai achar estranho que a Sr<sup>a</sup> não lhe dê, não é, mesmo que ela numa primeira fase recuse, é a defesa dela ...” e as famílias “mas isso é importante?” – “olha que é, é capaz de ser importante ...”, não é, é aqui uma partilha que pode resultar enriquecedora, não é, e a intenção também é esta, que este período não seja um período morto nem na vida da criança nem na vida da família, seja um período de subir um degrau, não é.

**E:** *Quais as entidades responsáveis e/ ou envolvidas na sua institucionalização?*

**e:** A segurança social está neste momento numa fase complicada de reorganização interna, o que eh, não abona muito a favor dos processos porque de facto o que nós notamos é que até esta reorganização as coisas funcionavam, a meu ver, bem. Havia uma equipa multidisciplinar de assessoria aos tribunais que fazia aqui a mediação entre os tribunais e a instituição e digamos que a informação que chegava aos tribunais ou à CPCJ era a informação da equipa da segurança social e era a informação do centro de acolhimento temporário e nalgumas vezes complementavam-se, noutras vezes contradiziam-se, o que às vezes é extremamente positivo para a discussão do processo e nalgumas vezes estavam em perfeita consonância e facilitava até a decisão do juiz ou do magistrado. Neste momento o

que me parece é que ao nível da constituição das equipas, os recursos humanos são insuficientes para a quantidade de casos que tem e não estão a fazer um acompanhamento devido, na minha opinião, não estão porque é um acompanhamento que não é regular, que não é próximo na maior parte das vezes, quando precisam elaborar um relatório para o tribunal pedem-nos a informação naquele momento e não acompanham. Darem entrada cá ou tribunal ou comissões. Comissões quando há consentimento dos pais, tribunal quando não há consentimento dos pais ou quando é uma situação de, de, grave, um acontecimento muito, muito, muito grave em que, eh ... . A segurança social pode indicar ou sugerir.

**E:** *Que modelo de intervenção sugere para uma maior e melhor protecção das crianças e jovens?*

**e:** Eh, o modelo de intervenção prático, não é, eu penso que o modelo que existe não é um mau modelo, não estará devidamente dimensionado, mas o modelo onde está a entidade judicial, onde está a segurança social, enquanto organismo oficial, onde estão as instituições com a sua autonomia, não me parece um mau modelo. Eu penso que é um bom modelo, agora, o que se verifica é que ao nível de cada uma dessas estruturas há falta de recursos, desde logo, compromete a eficácia do serviço, não é, não estou a falar na nossa instituição que eu penso que está devidamente dimensionada, mas há muitas instituições que têm muito poucas pessoas a trabalhar, a segurança social tem técnicos com demasiados casos a seu cargo, os tribunais nem sempre estão também devidamente dimensionados em termos de recursos e, e tudo isso depois compromete na, até na duração dos processos, na, na quantidade de vezes com que se ouvem as famílias e ... eu penso que não estou assim a ver mais nenhum modelo.

As crianças, devem ter um olhar muito atento sobre si, a professora deve ter um olhar atento, não deve estar só preocupada a ensinar, a catequista, o médico do centro de saúde. Deve haver profissionais experientes atentos, não é evasores, não é intrometidos, não é desadequados, é atentos, saberem a quê que devem estar atentos, a que sinais, não é, também não é entrarmos aqui num fundamentalismo em que qualquer borbulhinha é tida como ..., não é, mas eh, este consenso mas com bom senso, com sensatez, estar-se atento.

E depois, claro, a forma como a escola está organizada eu penso também que potencia alguma situação de maus tratos, as próprias condições laborais, uma mãe que tenha de sair de casa e que só regressa às nove da noite e que não pode faltar pra ir a uma reunião da escola, pra ir com o filho ao médico ou para o acompanhar, eh, sem querer estar a colocar o seu filho

em risco ..., as próprias facilidades que se dão a um dos membros do casal pelo menos, não necessariamente aos dois mas, agora se a mãe ficar em casa e não receber depois o seu vencimento, isto depois compromete áreas importantes da vida das crianças também, que não terão alimentos, que não terão a possibilidade de ver as suas necessidades satisfeitas. Eu penso que este, que esta organização social em prol da criança e da família não existe, eh, pelo menos, não como deveria existir. Esta questão das ocupações dos tempos livres, nós aproximamo-nos de uma fase importante do ano que são as férias lectivas que são um drama, um drama, são dois meses inteiros, dois meses quase três inteiros em que grande parte das crianças vão ficar entregues a si próprias, grande parte das crianças, uma fatia muito gorda de crianças que vai ficar entregue a si própria, isto é escandaloso, é escandaloso, é tão escandaloso como bater, como maltratar, é muito escandaloso. Como é que podemos ficar impávidos e serenos, não é, num país onde isto acontece? Isto não é proteger as famílias nem as crianças, nem os seus interesses, seguramente.

**E:** *Quer acrescentar mais alguma coisa?*

**e:** Não, tá tudo!

**E:** *Muito obrigada pela colaboração.*

### Guião de observação da entrevista 5

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Boa recepção, atendimento com muito profissionalismo, simpatia e atenção.
	Ambiente Geral	Ambiente de trabalho. Entrevista realizada num anexo da instituição (sala de estudos e actividades pedagógicas das crianças).
	- Dimensão e iluminação	Instituição aparentemente pequena. Sala de atendimento relativamente pequena, com pouca iluminação.
	- Mobiliários	Mesa redonda de tamanho pequeno com cadeiras pequenas para as crianças. Algumas mesas com computadores, alguns livros e materiais didácticos em pequenas estantes e nas mesas de computadores.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura simples, condicionada pela cadeira pequena onde está sentada.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais e não verbais. Muita expressividade nas respostas às questões colocadas. Linguagem simples. Presença de algumas expressões técnicas.
Interferências/interrupções		Uma interrupção.
Observações		Entrevistada muito extensa, respostas desenvolvidas e muito aprofundadas. Demonstra disponibilidade e interesse em colaborar. Atitude de valorização da investigação.

## Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 5

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	<i>O menor é uma criança até os 18 anos, pelo menos é essa a definição, eh, embora entre os 16 e os 18 exista aqui um regime especial ... em termos de ... responsabilidade legal, mas menor eu penso que é uma criança com, com idade inferior a 18 anos. O mau trato pode ser eh ... pode ser activo ou passivo ... o mau trato que deixa marcas, não é, e esse será por acção, mas há maus tratos por omissão: uma família que não alimente devidamente a sua criança ...</i>
	Criança maltratada - Características	<i>... geralmente, encontramos na criança maltratada, eh, traços característicos, nomeadamente, a nível da autoestima que é uma baixa autoestima,... são crianças com baixa resistencia à frustração, ... têm muita, alguma incapacidade em lidar com situações que exijam resistência, são crianças que muitas vezes não controlam os finters, são crianças muitas vezes com baixo rendimento escolar, com baixos, baixíssimos níveis de concentração ..., às vezes alguma hiperactividade ...</i>
	- Situação familiar (tipo de família)	<i>Quase sempre de um contexto de família bilógica, nuclear, agora, o que nós notamos mais do que ser monoparental é ... multiparceiro, não é, ... (risos) ... o que notamos é que são progenitores com múltiplos parceiros, não em simultâneo, digo eu, mas, que, que, que mudam de parceiros com muita frequência e com muita facilidade também, não é, ...</i>
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	<i>Negligência grave, continua a ser a negligência grave. ... Não quer dizer que estas crianças não sejam, eh, ... batidas ou maltratadas fisicamente, não tem sido essa a causa do acolhimento.</i>
	Maus tratos - Local de ocorrência	<i>Em casa, seguramente, em casa, com o cuidador, não é, podem ser pais ou não.</i>
	- Factores/causas dos maus tratos	<i>Imagine um casal de toxicodependentes em que o seu grau de adição é de tal forma que quase que vive em função da satisfação dessa necessidade ou desse vício, pouco tempo, pouca energia, pouco investimento, pouca capacidade restará para cuidar duma criança ... ... logo à partida eu penso que há factores de risco, sem dúvida que o alcoolismo, a toxicodependência, algum problema do foro psiquiátrico, principalmente os não controlados, não acompanhados, não medicamentados, pessoas com, com alterações de comportamento por alguma razão, seja pessoas que estejam com alguma depressão profunda, pessoas que estejam muito doentes, muito debilitados ...</i>
	Casos de maus tratos considerados marcantes	<i>... um menino de dez anos, portanto, já não era muito pequenino, nem era muito pequeno para a idade, portanto, de estatura e peso normal para a idade, ele era o adulto, havia dois adultos</i>

		<i>maltratantes que pegavam nele e atiravam a uma parede, não me vou nunca esquecer disto, foi um caso violentíssimo de maus tratos que, que nos perturbou muito a todos ...</i>
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	<i>Eh, acho que devemos sentir vergonha de um país que maltrata as suas crianças ... nós continuamos a maltratar muito as nossas crianças e não me refiro só aos maus tratos físicos ... O próprio sistema maltrata as crianças obrigando-as, por exemplo a estar numa escola das nove horas às cinco e meia, sem diversificar as actividades, sem lhes proporcionar momentos de libertação de contacto com actividades não lectivas como sendo o desporto, a pintura, a música ...</i>
	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	<i>... eu penso que há uma evolução tão rápida a tantos níveis que nós, não, não apanhamos o comboio ainda ...</i>
	Família - Leitura da família nos nossos dias.	<i>A família continua a ser a base mas o ponto de partida, somente ... há uns anos atrás ainda se pensava muito na família como aquele ovo que fica até ao fim, hoje em dia aquele ovo abre-se, o pintainho sai, corre mundo, mas deve saber bem poder voltar, não é. (...) A família da era moderna é confrontada com muitos apelos, com muitos flachs, “anda cá, vem cá, sai”, e é uma família que não está muito disposta a se sacrificar para se organizar em função daquilo que a família precisa, é muito em função do indivíduo, das necessidades individuais.</i>
	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	<i>... pensando na questão da prevenção ... nós poderíamos pensar e até se calhar nos centros de saúde, nos equipamentos já existentes, existirem equipas que estão ali ... atentas e que recebem as pessoas quando elas têm um problema do tamanho da cabeça de um alfinete ... ... haver também uma intensificação da valorização da pessoa ao nível dos conhecimentos, das competências, eu penso que isso também é importante porque não raras vezes esses adultos são adultos com uma baixíssima auto-estima ...</i>
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	<i>Eu não tenho esse número assim estatisticamente encontrado, agora me parece que a medida que é mais aplicada é o apoio junto da família, porque a lei nº 147/99 elenca as medidas por ordem e a última é a institucionalização ... ... não é seguramente a mais aplicada, só é aplicada quando as todas as outras falham.</i>
	Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional	<i>Eu penso que a retirada de uma criança por vezes representa um momento de viragem na sua família ou pro bem ou pro mal. ... aquele momento em que a família diz: eu estou muito melhor sem essa criança e eu estou aliviada e eu não a quero, ou então, oh meu deus eu não quero perder o meu filho, o quê isso, vou fazer tudo o que for possível para, para o recuperar. ... é um momento que, que mexe com a família ... e essa eu quase que assinalaria como o aspecto positivo, para além do imediato que é proteger a criança ...</i>



	Eficácia das medidas aplicadas	<p><i>O apoio junto à família desde logo falha muito porque o país não estão devidamente organizados. O que é acompanhar uma família? É ir lá de 6 em 6 meses? É atribuir subsídio pecuniário? É fazer um telefonema mensal? Não é seguramente! Acompanhar uma família que está numa situação de vulnerabilidade, numa grande situação de risco, é estabelecer com ela um trabalho muito estruturado, possivelmente de frequência semanal ...</i></p>
	Sugestões para melhor protecção de menores	<p><i>... eu penso que o modelo que existe não é um mau modelo, não estará devidamente dimensionado, mas o modelo onde está a entidade judicial, onde está a segurança social, enquanto organismo oficial, onde estão as instituições com a sua autonomia, não me parece um mau modelo.</i></p> <p><i>... o que se verifica é que ao nível de cada uma dessas estruturas há falta de recursos, desde logo, compromete a eficácia do serviço ...</i></p> <p><i>Deve haver profissionais experientes atentos, não é evasores, não é intrometidos, não é desadequados, é atentos, saberem a quê que devem estar atentos, a que sinais, não é, também não é entrarmos aqui num fundamentalismo em que qualquer borbulhinha é tida como ..., não é, mas eh, este consenso mas com bom senso, com sensatez, estar-se atento.</i></p>

## **CENTRO DE BEM ESTAR INFANTIL E JUVENIL**

Nº da entrevista: 6

Nome do entrevistado: Ana Isabel Araújo.

Função: Assistente Social

Data da entrevista: 05/05/08

Hora de início: 15:00

Duração: 1h30mn

Local da entrevista: Instituição Centro de Bem-estar Infantil e Juvenil do Coração de Jesus.

### **Caracterização da Instituição**

Ano: 1893

Nº utentes: 38

Sexo: Feminino

Idades: Idades: 5 – 20 anos

**E:** *Muito boa tarde Dr.<sup>a</sup> Ana. Vamos começar a nossa entrevista. Como define menor?*

**e:** De acordo com o meu trabalho, menor é uma criança ou jovem com menos de 18 anos e do ponto de vista do meu trabalho nós trabalhamos com menores que são, que têm determinadas fragilidades, por isso são retiradas das famílias devido a estas fragilidades.

Eu não gosto da palavra menor, é essa a questão, acho que diminutiva e eu, criança ou jovem eu acho que corresponde mais ao indivíduo como pessoa e possuidor de direitos. Acho que isto vai muito de encontro a palavra menor àquela ideia muito retrógrada que se tinha não da criança enquanto sujeito de direitos.

**E:** *Mau trato, quando acha que o menor é maltratado?*

**e:** Refere-se as tipologias dos maus tratos, as tipologias dos maus tratos vão desde a negligência eh, física ou emocional, negligência intra-uterina eh, quando acontece enquanto a criança é ainda feto, os maus tratos físicos nas suas diferentes formas, abuso sexual ao qual está também associado a exploração sexual, tráfico de, de menores ...e creio que ...

**E:** *Das situações que tem dado resposta, trace o perfil da criança maltratada. Como caracteriza uma criança maltratada?*

**e:** Acho que há um traço comum a nível da auto-estima muito baixa, acho que há um descrédito muito grande e uma fragilização a esse nível muito forte eh, depois, a dificuldade

de relacionamento com outras crianças, jovens e adultos também eh, dependendo do tipo também de mau trato a que estão sujeitos, eu acho que estes são traços comuns. Depois existem especificidades de cada, de cada situação, do tipo de mau trato... e da personalidade da criança e depois da forma como a criança é abusada durante um período muito longo...

**E:** *Quais as situações familiares das crianças acolhidas na Vª instituição?*

**e:** Eu creio que existe muito a tendência a haverem famílias recompostas, eh... com irmãos de casamentos diferentes, acho que é assim, muitas vezes essa a caracterização.

Eh ..., a monoparentalidade também acontece quando um dos progenitores está ausente ou não quer se assumir como progenitor ou simplesmente abandona a família ou às vezes os filhos, acho que estes são mais os traços comuns aqui na nossa população.

**E:** *Factores de risco e o acolhimento. Indique as causas do acolhimento de crianças e jovens na Vª instituição. Qual é a causa mais frequentado acolhimento, qual tem sido?*

**e:** Nós temos diferentes casos, não é, em traços gerais quando se observa os processos, há sobretudo negligência eh ... a nível, negligência também a nível de competências parentais das famílias, que é uma negligência de não ir à escola, problemas económicos associados, eu creio que sobretudo, depois também temos outras situações a viver com isto, não é, mas mais ... eu creio que em traços gerais existe também um elemento muito importante que é o alcoolismo, infelizmente em Portugal eu acho que este é um traço ainda muito marcante na cultura portuguesa.

**E:** *Onde ocorrem com mais frequência as situações de mau trato? Qual o terreno social onde ocorre o mau trato?*

**e:** Eu creio que é sobretudo na habitação do agregado, na família.

**E:** *Considerando o local, esse contexto, quais considera serem os factores de influência?*

**e:** Realço mais uma vez o alcoolismo, situações de deficiência mental dos pais ou de um dos pais ou do familiar que vive com a criança. O alcoolismo é sem dúvida um problema subjacente a quase todas elas mas também existe a toxicodependência eh ..., casos de patologia psíquica, não só deficiência mental mas também esquizofrenia, estes tipos de situações, que tudo isto pode gerar a violência no contexto familiar, seja física ou psíquica.

**E:** *Indique uma ou duas situações de mau trato que lhe tenha sido marcante.*

**e:** ... Eu não estou aqui a trabalhar há muito tempo ... mas tenho procurado recolher informações sobre os casos passados e através dos processos que já existem ... a mim marcou-me muito uma menina em que foi ... foi abusada durante muito tempo sexualmente pelo pai e que se chegou a, chegou a haver uma gravação porque durante o acto do abuso o pai escolheu um local, foi dentro de um carro, perto de uma bomba de gasolina onde havia uma câmara de filmar e essa situação foi filmada, houve testemunhas e apesar de tudo isto, de todas estas provas a criança foi a julgamento e teve que depor. Eu acho que isto deve ter sido atroz pra menina. Foi muito grave pra ela, um despoletar de, outra vez de tudo que foi mau, não é, e então esse sentimento vem ao de cima.

Há muitos estudos feitos no sentido de averiguar nestas crianças que são abusadas, quantas vezes elas não são ouvidas e quantas vezes elas não têm que falar da situação aos técnicos, tudo isso é muito penalizante pra criança não é, ... estas crianças são demasiadamente expostas a esse tipo de situações e infelizmente é assim ...

**E:** *Qual foi a situação do pai da criança?*

**e:** O pai neste momento, ao que eu sei, está ... é assim, quando o menor assume que realmente houve o abuso à partida a situação resolve-se logo e neste caso o pai seria, seria neste caso detido, mas, como isso não se verificou à partida ela vai ter que ir à julgamento. A penalização é a interdição dos contactos com a menor no âmbito do processo de promoção e protecção da criança, em termos penais não.

**E:** *Há outra situação que lhe tenha sido marcante?*

**e:** É assim, esta situação sem dúvida eu vivi desde, desde o início, sem dúvida a mais marcante, eu acho que foi a mais marcante, eu acho que os casos de abuso sexual são sempre os mais marcantes, todos eles são, não só esse, mas o que se verifica é que é sempre no meio intrafamiliar ou alguém muito próximo da família, não é extrafamiliar, normalmente, não é, não é um desconhecido, é sempre alguém ou é um tio que é deficiente ou é um pai que está perturbado, pronto, mas basicamente é isto, pai, padrasto é a maior percentagem de crianças que ... é o alvo.

**E:** *Passando ao ponto III, dos casos acompanhados e dos conhecimentos que tem nesta matéria, qual acha ser a situação da criança portuguesa em relação à problemática dos maus tratos?*

**e:** Acho que se recorre à institucionalização muito mais vezes que antigamente, porque nos

casos a criança é que é penalizada e não o abusador e nesse aspecto acaba sempre por a criança ser o elemento mais vulnerável, a nível nacional é mais ou menos isso que se passa, não é, este é o retrato porque já era vulnerável na família é retirada da família e continua a ser vulnerável.

Basicamente é isso que se verifica realmente, é muita institucionalização, é muito a criança ficar desprotegida, continuando a ficar desprotegida porque, porque é mais vulnerável e então fica institucionalizada e o abusador ou neste caso a pessoa que lhe ..., o maltratante fica impune, muitas das vezes ou então se calhar não é o suficientemente punido pelo acto em si, não é.

**E:** *Indique as principais causas dos maus tratos em Portugal.*

**e:** Acho que continua a ser a negligência, claro que cada caso é um caso, mas, se formos analisar os casos, provavelmente se nós fizéssemos outro tipo de intervenção a nível da educação parental poderiam ser muito mais benéficos para a família, o que irá adquirir as competências, e para a criança, que não sai do seu seio familiar, claro que depois existem outras situações que é inevitável que a criança realmente continue no ... a viver com, com a família.

**E:** *O que acha estar na origem dessa negligência a nível mais alargado?*

**e:** Dificuldades socioeconómicas, falta de formação, baixas competências no âmbito do conhecimento do desenvolvimento das crianças, das necessidades que as crianças têm ao longo das idades, eh, eh depois também, eu acho que isto é um mal nacional, mais grave ainda do que a toxicodependência é o alcoolismo porque, porque está muito enraizada na tradição portuguesa ... nosso vinho do Porto ..., é assim, nós ... já se sabe que em Portugal temos boas vinhas, faz-se muito vinho e, aliás, antigamente nas aldeias, a chupetinha era ... na aguardente, aguardente, e as sopas as sopas essas sopas famosas que eram dadas às crianças não é ..., tudo isso é muito comum e não digo que ainda hoje em dia não se passa nas aldeias ou há bem pouco tempo não se passasse, porque eu, prontos, tenho contacto com pessoas do meio rural e sei que isso é uma, é uma prática comum, agora já há menos mas ...<sup>157</sup>

**E:** *Considerando as necessidades existentes a nível dos vários contextos familiares quais considera serem os suportes necessários às famílias?*

---

<sup>157</sup> Intervenção da colega, Dr<sup>a</sup> Cristina.

**e:** Eu acho que, lá está, é uma maior intervenção dos técnicos. Que possam realmente assegurar um trabalho mais específico com as famílias, eh, a puderem encaminhar, portanto como problemas de alcoolismo, toxicodependência para poderem trabalhar as competências parentais, acho que é muito por aí que passa porque as crianças são institucionalizadas, à partida elas são trabalhadas mais especificamente, mas as famílias ficam desguardadas, não é, não há nada que lhes seja feito ... com as famílias há um contacto, há proximidade mas não há intervenção. Nós temos a necessidade de fazer um diagnóstico da criança e pra fazer esse diagnóstico temos que perceber o contexto familiar... mas não há um trabalho específico, é um trabalho que não pode partir só de nós ...

Eu acho que há um problema que também afecta muito as famílias que são os problemas económicos, de habitação e a todas essas ... e, e sobretudo o desemprego também, muitos são beneficiários do RSI<sup>158</sup>, muitos porque assim ... não têm hábitos de trabalho e a única forma que vêm de obter uma fonte de rendimento é exactamente no RSI e depois também têm já percurso de desemprego muito longos que não conseguem contrariar.

**E:** *A nível de serviços como creches, que diz da resposta existente?*

**e:** É assim, também não tenho muito conhecimento, mas, é assim, eu acho que é como tudo, não é, acho que existem creches que devem dar uma boa resposta outras não tão boa mas à partida ...

**E:** *Que leitura faz do papel da família nos nossos dias?*

**e:** As famílias já não, as famílias já não são aquela família tradicional, não é, agora as famílias é monoparentais é ... são muito diferentes dos outros tempos, por isso há que se adaptar às novas circunstâncias.

Acho que a família, não é, não tem o mesmo peso de antigamente, se calhar, agora é só uma mãe ou é só um pai e depois filhos de vários, de pais diferentes, tudo isso faz com que as crianças também fiquem ainda mais vulneráveis. Eu acho que existe, muito e nós temos aqui muito disso, não é, temos crianças aqui que têm um pai mas que têm outros irmãos que são de outros pais, ou isso, é complicado é outra forma de, de vulnerabilidade, não é, e não têm contacto com esses irmãos, outros irmãos estão noutras instituições e o contacto com os irmãos às vezes é reduzido e é complicado, as famílias estão muito desestruturadas, eu acho que hoje em dia não há famílias, a família estruturada que havia nos outros tempos.

---

<sup>158</sup> Rendimento Social de Inserção.

Acho que ... não tem comparação com antigamente que havia uma família alargada mas que funcionava quase como um núcleo, actualmente não, há uma maior dispersão dos familiares e não há ... a minha visão do papel da família se calhar não corresponde aquilo que como um porto de abrigo e segurança para as pessoas, não corresponde hoje à realidade aquilo que acontece. Eu acho que muitas das nossas crianças não olham para a família com esta visão de segurança do lugar, lugar no sentido de ambiente onde, onde podem sentir segurança e apoio.

**E:** *Passando ao ponto IV, protecção social de menores, das medidas (e aqui de acordo com a percepção que têm no âmbito do trabalho desenvolvido), das medidas de protecção de menores existentes qual tem sido a mais solicitada em situações de maus tratos?*

*Qual a solicitação da medida de acolhimento em instituição?*

**e:** É assim, ... não digo todos os dias mas pelos menos uma vez por semana, com frequência, é muito frequente porque realmente é uma prática e é a medida mais aplicada ..., realmente a medida que até agora tem sido mais aplicada e com que nos confrontamos mais é mesmo o acolhimento em instituição, actualmente há uns casos com vista a futura adopção mas, mas em geral ..., mais fácil também, é mais fácil tirar uma criança da família do que trabalhar a família e desenvolver competências ..., porque é difícil trabalhar uma família, supostamente, não é, famílias com estas problemáticas é preciso ter muito, muito estofo, não é, e é isso que eu acho que falta, é mesmo mais o trabalho mais específico com a família, pa ser, pa tentar ser o porto de abrigo pelo menos que neste momento acho que nestas crianças não é.

**E:** *O que é o acolhimento em instituição? Como esta medida garante a protecção do menor?*

**e:** É assim, o objectivo do acolhimento é mesmo permitir um desenvolvimento integral não é da criança com, tentando que ela tenha o maior equilíbrio emocional possível e trabalhá-la no sentido de, de poder conseguir a melhor orientação para ela a nível escolar, profissional, é assim, basicamente é isso, não é, e com uma equipa de apoio, uma equipa técnica, equipa educativa, tudo isso proporcionando esse, esse bem estar da criança, não é, o que se tenta, mas também tendo um contacto com a família, mas é como eu digo a família continua sem ser trabalhada.

**E:** *E como é que esta medida garante a protecção dos menores?*

**e:** O principal, eu acho que o objectivo desta medida é deixar que a criança deixe de estar em contacto com o perigo, eh, no entanto, simplesmente retirá-la desse perigo não, é, e tendo em conta a influência que o próprio perigo tem na criança, não é suficiente.

Por vezes existe e eu já ouvi isso com frequência, a ideia e a ideia de que a instituição substitui a família eu sou totalmente contra isso. Eu acho que por melhor que a instituição seja nunca consegue eh criar um ambiente familiar, até pode conseguir tentar arranjar estratégia para que a criança se sinta o melhor possível, mas nunca se sente numa família ou na família.

Se bem que há crianças que gostam de estar na instituição e têm consciência que em casa não há condições pra estarem em casa e preferem estar aqui e, de vez em quando, vão à família ou passar o fim de semana ou as visitas, entendem isso, claro que não é a longo prazo não é, é a curto prazo e porque não é o sonho delas, o sonho delas, na maioria, é o regresso a família biológica. A percepção que eu tenho é mesmo que que preferem sempre a família, do geral, a maioria, é a percepção que eu tenho.

**E:** *Que avaliação faz da eficácia das medidas aplicadas?*

**e:** É assim, eu acho que nalguns casos, lá está, o acolhimento funciona muito bem, eh, em crianças que até depois conseguimos a autonomia de vida e até conseguem, conseguem engrenar e até pa cursos superiores, nós temos casos desses aqui, temos, temos jovens que estão neste momento a tirar um curso superior, eh, existem outros casos em que é muito complicado e e não funciona, porque, ou porque vão pa escola e o grupo de pares também tem muita influência e acabam também por se, e como são crianças vulneráveis e com baixa auto estima acabam por se associar a crianças que também, não são por assim dizer, não são, são de risco também e acabam por se envolver em situações mais complicadas e por isso eu acho que não passa necessariamente por aí, só por aí, eu acho que tem que haver outro tipo de medidas porque ha crianças que estão pra adopção, estão pra adopção com 14, 15 anos como é que elas vão se adoptadas, não é, e o quê que nós vamos fazer delas, não é, quando podíamos estar a tentar outro tipo de alternativas.

Eu acho que aqui o problema também está relacionado com a demora das decisões, eh, porque nós estamos a tratar de vidas, das futuras pessoas que irão habitar estes espaços, não é, e irão governar, eu acho que se demora muito a tomar decisões dos tribunais, estamos muito tempo a espera que o tribunal decida uma alteração de uma medida quando todos os técnicos que acompanham a criança são do entender que aquela medida não é a adequada para a criança, acho que as coisas funcionam a paço de caracol e situações que são muito sérias e que, e que deviam ter uma resolução imediata.

**E:** *Quais considera serem as características positivas e negativas do acolhimento em instituição?*



**e:** Positivas: acolhe, protege e afasta do perigo, isso de uma forma imediata pode ser considerada positiva.

Negativa, eu acho o que se pretende, e que nós, e acho que acho que é o nosso trabalho... mas que ainda há muito aquela ... uma, uma uniformização da vida na instituição, porque elas são, há muito, claro tem que haver, também na família há regras, isso é obvio, mas eh ... uma sistematização que por vezes não devia ser tão rígida, depois é o afastamento da família, isto é positivo se a família constituir um perigo mas também é negativo se a família significar um perigo mas ao mesmo tempo de alguma forma um apoio, quanto mais não seja, afectivo.

O ponto mais negativo será muitas vezes o afastamento da criança, e temos que explicar a criança temos que fazer perceber que isso é inviável, que ela está interdita, porque muitas vezes por mais mal que lhes aconteça elas não aceitam muito bem isso, eu acho que esse é o ponto mais negativo, é o que lhes custa mais, vê-las sofrer, é a retirada e depois muitas das vezes se calhar não são muito bem penalizadas as pessoas que constituíra o perigo para elas e o risco. É muito complicado, eu acho que é o mais aborrecido nisto tudo é isso.

**E:** *Quais as entidades responsáveis e/ ou envolvidas na institucionalização destas crianças?*

**e:** Segurança social, comissão de protecção de crianças e jovens, o tribunal de menores.

**E:** *Como se processa essa institucionalização?*

**e:** Muitas vezes os casos são sinalizados pelas instituições que estão directamente ligadas à criança: a escola, o centro de saúde, hospitais... as vezes os pais mesmo sem querer dão a conhecer, depois dependendo dos casos, em casos graves, mas normalmente não, passa para o tribunal. Normalmente são sinalizados para as comissões de protecção que depois avaliam a situação. Se conseguirem estabelecer um acordo com a família eh e se a família cumprir o acordo, quando existem falhas a esse nível passa a intervenção para o tribunal.

**E:** *Para finalizar, que modelo de intervenção sugere para uma maior e melhor protecção de crianças e jovens?*

**e:** Com base na família, uma intervenção a nível do desenvolvimento das competências parentais, um maior apoio a nível socioeconómico, económico sobretudo porque acho que, pronto, é um problema do país no geral, as dificuldades económicas, o desemprego afecta imenso as famílias e sobretudo estas que tem um nível de desenvolvimento académico, nível de conhecimento mais baixo eu acho que uma intervenção a nível da família é o fundamental. ... a questão que funciona mal é exactamente isso, que só após a sinalização, é só quando muitas vezes a criança já, já sofre de qualquer dos tipos de maus tratos ... a intervenção, eu posso sistematizar já como faria, como seria, importante fazê-lo a nível da prevenção.

A prevenção primaria é sempre um ideal, não é, porque o que nos vemos é depois das situações ocorrerem é que, que se faz alguma coisa ..., ja é numa fase, é uma intervenção quase terciária, não é, o problema já existe, já tamos a tentar o tratamento para o problema, não é, muitas vezes quando evitável.

E: *Muito obrigada pela colaboração!*

### Guião de observação da entrevista 6

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Boa recepção, muita atenção dispensada.
	Ambiente Geral	Ambiente de trabalho, com algum movimento.
	- Dimensão e iluminação	Instituição de grande dimensão. Bem iluminada.
	- Mobiliários	Mesa redonda com cadeiras. Alguns trabalhos de crianças em cima, outra mesa com computador e outros materiais de suporte informático, muitos arquivos, pastas, livros e materiais de trabalho.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura correcta
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais e não verbais. Linguagem acessível. Responde calmamente às questões colocadas. Reflecte sobre as questões e apresenta firmeza nas respostas.
Interferências/interrupções		Duas interrupções por parte de jovens da instituição.
Observações		Entrevista com a presença e intervenção da Psicóloga Cristina. Respostas com base em experiências de trabalho. Responde com clareza às questões colocadas.

## Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 6

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	... menor é uma criança ou jovem com menos de 18 anos ... ... as tipologias dos maus tratos vão desde a negligência, eh, física ou emocional, negligência intra-uterina ..., os maus tratos físicos nas suas diferentes formas, abuso sexual ao qual está também associado a exploração sexual, tráfico de de menores ...
	Criança maltratada - Características	... há um traço comum a nível da auto-estima muito baixa, acho que há um descrédito muito grande e uma fragilização a esse nível muito forte eh, depois, a dificuldade de relacionamento com outras crianças, jovens e adultos também eh, dependendo do tipo também de mau trato a que estão sujeitos, eu acho que estes são traços comuns.
	- Situação familiar (tipo de família)	Eu creio que existe muito a tendência a haverem famílias recompostas, eh... com irmãos de casamentos diferentes, acho que é assim, muitas vezes essa a caracterização.
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	Nós temos diferentes casos, não é, em traços gerais quando se observa os processos, há sobretudo negligência ...
	Maus tratos - Local de ocorrência	Eu creio que é sobretudo na habitação do agregado, na família.
	- Factores/causas dos maus tratos	Realço mais uma vez o alcoolismo, situações de deficiência mental dos pais ou de um dos pais ou do familiar que vive com a criança. ... mas também existe a toxicodependência ... casos de patologia psíquica, não só deficiência mental mas também esquizofrenia, estes tipos de situações, que tudo isto pode gerar a violência no contexto familiar, seja física ou psíquica.
	Casos de maus tratos considerados marcantes	... a mim marcou-me muito uma menina em que foi ... foi abusada durante muito tempo sexualmente pelo pai ...
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	... muita institucionalização, é muito a criança ficar desprotegida, continuando a ficar desprotegida porque, porque é mais vulnerável e então fica institucionalizada ...
	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	Dificuldades socioeconómicas, falta de formação, baixas competências no âmbito do conhecimento do desenvolvimento das crianças, das necessidades que as crianças têm ao longo das idades ... isto é um mal nacional, mais grave ainda do que a toxicodependência é o alcoolismo ...
	Família - Leitura da família nos nossos dias.	(...) Acho que a família, não é, não tem o mesmo peso de antigamente, se calhar, agora é só uma mãe ou é só um pai e depois filhos de vários, de pais diferentes, tudo isso faz com que as crianças também fiquem ainda mais vulneráveis ...

	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	<i>Eu acho que, lá está, é uma maior intervenção dos técnicos. Que possam realmente assegurar um trabalho mais específico com as famílias, eh, a puderem encaminhar, portanto como problemas de alcoolismo, toxicodependência para poderem trabalhar as competências parentais ...</i>
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	<i>... realmente a medida que até agora tem sido mais aplicada e com que nos confrontamos mais é mesmo o acolhimento em instituição, actualmente há uns casos com vista a futura adopção mas, mas em geral ..., mais fácil também, é mais fácil tirar uma criança da família do que trabalhar a família e desenvolver competências ... É assim, ... não digo todos os dias mas pelos menos uma vez por semana, com frequência, é muito frequente porque realmente é uma prática e é a medida mais aplicada ...</i>
	Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional	<i>Positivas: acolhe, protege e afasta do perigo, isso de uma forma imediata pode ser considerada positiva. Negativa ... ainda há muito aquela ... uma uniformização da vida na instituição, ... uma sistematização que por vezes não devia ser tão rígida, depois é o afastamento da família, isto é positivo se a família constituir um perigo mas também é negativo se a família significar um perigo mas ao mesmo tempo de alguma forma um apoio, quanto mais não seja, afectivo.</i>
	Eficácia das medidas aplicadas	<i>É assim, eu acho que nalguns casos, lá está, o acolhimento funciona muito bem, eh, em crianças que até depois conseguimos a autonomia de vida e até conseguem ... engrenar e até pa cursos superiores ... existem outros casos em que é muito complicado e e não funciona ... Eu acho que aqui o problema também está relacionado com a demora das decisões ... estamos muito tempo a espera que o tribunal decida uma alteração de uma medida ...</i>
	Sugestões para melhor protecção de menores	<i>Com base na família, uma intervenção a nível do desenvolvimento das competências parentais, um maior apoio a nível socioeconómico ... A prevenção primária é sempre um ideal, não é, porque o que nos vemos é depois das situações ocorrerem é que, que se faz alguma coisa ..., já é numa fase, é uma intervenção quase terciária, não é, o problema já existe, já temos a tentar o tratamento para o problema, não é, muitas vezes quando evitável.</i>

## A CASA DO ESTUDANTE

Nº da entrevista: 7

Nome do entrevistado: Cristina Ferreira

Função: Directora Técnica

Data da entrevista: 05/05/08

Hora de início: 17:40

Duração: 1h30mn

Local da entrevista: Instituição Obra Padre Grilo, Porto.

### **Caracterização da Instituição**

Ano: 1942

Nº utentes: 20

Sexo: Masculino

Idades: 6 – 17 anos

**E:** *Muito boa tarde, Dr.<sup>a</sup> Cristina, Lar a Casa do Estudante, vamos dar início à nossa entrevista, começando por definir, de acordo com o guião, menor.*

**e:** Eu não gosto do termo menor como já disse, há criança ou jovem, eh, porque a ideia de menor subentende uma relação subalterna de um sujeito que não tem direitos, portanto, por isso, menor, ninguém é menor, não é, a criança é uma criança, o jovem é um jovem, por isso, menor pra mim é como se não existisse. Sei que em termos jurídicos o menor tem um sentido em termos de alguém que é dependente e necessita de ser apoiado e protegido por alguém que é capaz de o fazer, nomeadamente o adulto, mas isso também subentende que quem decide os direitos da criança é o adulto, portanto, há sempre uma relação subalterna, porque quem decide de facto se a criança tem direitos é sempre o adulto, eh, mas partindo do pressuposto que são sempre menores significa que estão sempre na posição subalterna, em termos legislativos tem o, o seu enquadramento, em termos de realidade de intervenção não deve ser esse o termo a vigorar.

**E:** *E mau trato? Quando é que o menor é maltratado?*

**e:** Na minha perspectiva qualquer criança é maltratada quando não é respeitada a sua, a sua etapa de desenvolvimento, as suas necessidades básicas, quando a criança não é ouvida, quando a criança não é no fundo considerada e é tratada como se não existisse ou como se aquilo que é a sua necessidade primordial não fosse atendida, pra mim é nessa perspectiva.

**E:** *Indique-me as tipologias de mau trato, de acordo com sua experiência.*

**e:** É assim, nós todos sabemos que existe uma tipologia predefinida: os maus tratos físicos, os maus tratos psicológicos, bla, bla, bla, não vamos por aí, quer dizer, isto está mais do que documentado, não preciso estar a fazer esse relatório, agora, com base na minha experiência, eh, há muitas situações que nós podemos falar de criança maltratada. Mas o quê que quer saber? Tipologias? Tipologias já as sabe, estão documentadas e teoricamente identificadas, não vou referir sobre elas como é óbvio, eh ... com base nas situações que, que me aparecem, o traçar o perfil duma criança maltratada basta pensar nos motivos que conduzem à institucionalização de uma criança, porque a criança que é colocada num contexto institucional é, exactamente foi maltratada ou não foi devidamente, ou não foi devidamente acompanhada, não é, basta se particularizar e aí colocando os tais critérios que definem e que justificam a institucionalização, o mau trato físico, o mau trato psicológico, a negligência, a ausência de acompanhamento e de supervisão por parte do adulto, a não satisfação das necessidades básicas da criança, ao nível dos cuidados de saúde, ao nível dos cuidados de alimentação, ao nível dos cuidados ... ao nível da educação, tanta coisa que pode ser falada sobre isso e que depois tem repercussões no comportamento da criança, crianças que ficam com perturbações emocionais, que tem perturbações comportamentais, que se, se sentem inseguras, emocionalmente carentes, ... é no fundo associar as causas e às consequências, é simples.

**E:** *Qual a situação familiar das crianças acolhidas?*

**e:** Situação, vou falar em tipos de famílias, há vários tipos de famílias, embora uma das principais causas ou que conduz à institucionalização das crianças, já sabemos sempre que é a ruptura familiar, que significa a separação, o divórcio dos pais e predominam como sabemos as famílias monoparentais femininas, mas também acontece de haver recomposição das famílias monoparentais femininas que às vezes não resolve os problemas, agrava-os, e às vezes acontece termos irmãos de diferentes pais exactamente por haver essa grande, eu diria, mobilidade afectiva, não sei se é o termo, não é bem esse, é instabilidade afectiva por parte ... dessas mães estabelecerem relações securizantes e relações gratificantes com os seus companheiros e que permitam também estruturar todo um conjunto, todo um sistemas de vida mas também, aqui pode haver algum preconceito nesta frase, que tem a ver com aquela ideia, de que a família nuclear tradicional é a família ideal. Claro que é, seria o ideal, não quer dizer que seria o ideal, porque pode haver o pai e a mãe e eles serem maltratantes, serem pais em

conflitos, serem pais que não criam um bom ambiente familiar, portanto não quer dizer que seja o facto de se ser uma família monoparental feminina que seja mais vulnerável, poderá sê-lo em determinados aspectos mas só será, só será uma família em risco se, seja qual for a sua tipologia for uma família que não consegue colocar, eh, portanto, não consegue satisfazer ou preencher de uma forma adequada a satisfação das necessidades da criança portanto, isso pode acontecer em qualquer tipologia de família, como é óbvio.

**E:** *Factores de risco e o acolhimento. Indique as causas do acolhimento de menores nesta instituição.*

**e:** Não há causa, não, se eu lhe disser que em 20 utentes a maioria das situações são provocadas por ruptura familiar, dizer apenas isto é muito redutor, porque associado a ruptura existem outros factores: problemas de alcoolismo, toxicodependência, eh precariedade económica, precariedade laboral, grande mobilidade habitacional, más condições de habitabilidade, violência doméstica, desemprego de longa duração, tudo isto está associado e pode aparecer no mesmo caso, portanto, não há uma causa, há varias causas multifactoriais associadas a esta problemática, não é simples, é uma realidade complexa, agora, quais são as causas, quais são os efeitos, estão todas elas intercaladas e estão todas elas interdependentes, não é uma coisa que motiva a outra, muitas vezes uma coisa é consequência doutra, onde é que se começa, onde é que se acaba, pronto ..., não é, não é por aí.

**E:** *Onde ocorrem com mais frequência as situações de mau trato, com base nos casos que tem dado resposta?*

**e:** Quer dizer, esta pergunta é uma consequência da anterior, quer dizer, se temos um ambiente socialmente tóxico, se temos um ambiente familiar altamente desestruturado que é socialmente tóxico o que não garante a satisfação das necessidades da criança, não garante porquê, porque há uma série de fragilidades estruturais que levam a isso, automaticamente, não há uma situação onde ela seja mais frequente, se estas fragilidades estão presentes, a frequência ou probabilidade deste mau trato ocorrer é maior, ou seja, quantos mais indicadores de fragilidade ou de risco encontrados numa família, maior é a probabilidade do mau trato ocorrer, quer dizer, isto é quase que uma coisa leva a outra, as situações como lhe digo, não há uma situação concreta, há situações de rejeição passiva, há situações de rejeição activa, agora, elas, a nuance do mau trato é que pode variar, isso também depende muito do temperamento do pai e da mãe, uma mãe mais rejeitante em termos activos, uma mãe que diz abertamente que não gosta do filho e que o rejeita e situações em que está camuflado pela



passividade, pelo não cuidar, pelo não tratar da criança quando ela necessita, nunca estar presente quando a criança precisa, estar numa situação de abandono que pode parecer pouco evidente ou até parecer camuflado, mas ele existe, portanto, as ninasses existem, agora o problema é que a frequência, onde é que ocorrem com mais frequência as situações de mau trato, como é obvio, esta pergunta está associada à pergunta anterior, há maior probabilidade de mau trato onde houver estas fragilidades que falamos anteriormente, onde há motivos de, que coloque a criança em perigo, basta ver a lei 147, não é, e estão lá descritos quais são os motivos, o quê que leva a intervir, o quê que é perigo, o quê que é encontrar uma criança em situação de perigo, estando estas situações presentes há uma forte probabilidade do mau trato ocorrer seja ele de que tipo for.

**E:** *A questão que se segue onde eu pergunto quais os factores de influência, creio ter sido também assim respondida ...*

**e:** Também já lhe disse, é ver onde é, qual é o local onde pode ocorrer com maior frequência, onde é que as crianças vivem, nas suas famílias, não é, é portanto é no ... assim como o abuso sexual de crianças, onde é que eles ocorrem, quem são os agressores? São pessoas muito próximas, não é, não são pessoas distantes, a maior parte são pessoas da própria família e muito ligadas à criança, às vezes até é mais fácil camuflar estas situações exactamente pela proximidade que existe, portanto é sempre a família, no ambiente familiar onde a criança reside, supõe-se à partida que a criança reside com a família, é isso é que é padrão, portanto essa questão está respondida.

**E:** *Indique uma ou duas situações de mau trato, nos casos acompanhados, que lhe tenha sido marcante.*

**e:** É assim, há casos mais marcantes do que outros. Há situações em que nós podemos detectar que há negligência continuada no acompanhamento de uma criança mas a mãe é capaz de não ..., e esse mau trato evidencia-se pela falta de acompanhamento e de supervisão da criança e pela não satisfação das suas necessidades e isso termina quando a criança é retirada e a criança vai para um contexto de protecção e isso é marcante, torna-se marcante quando essa criança ao visitar a sua mãe de novo seja nos fins de semana ou nas férias acaba por apanhar depois pela frente uma mãe que diz abertamente à criança que não gosta dela, que não está ali a fazer nada e porquê que apareceu para a visitar, ou seja, a ser vista como um estorvo, como um empecilho como alguém que só vai dar despesa e que a mãe mostra abertamente a sua indisponibilidade para a acolher e para a acompanhar.

Outro caso, pode haver outro caso diferente, que é uma mãe que maltrata fisicamente os filhos porque acha que isso é uma educação adequada, tem uma relação afectiva até com a criança e uma forte ligação afectiva, que se interessa até pela criança e que até se preocupa com a criança, que está disponível para a receber e para cuidar dela com as suas, também limitações, mas sempre pensando que punir fisicamente a criança é uma tipologia educativa adequada e, mas que revela disponibilidade. Portanto, são duas situações que parecem paradoxais mas na realidade mau trato existe, está lá, agora, aí é preciso tratar, preservar a relação afectiva mas trabalhar as questões da metodologia educativa, quer dizer, no fundo, não é chegar ao pé da mãe e dizer assim não pode bater e ponto, que isso não resulta, mas é ensinar à mãe outras estratégias de educar a criança sem pôr em causa a sua integridade física e isso leva tempo, porque temos que partir das crenças intrínsecas às pessoas que não é fácil mudar, porque há quem acredita que bater é bom, há quem acredita que bater é eficaz e sobretudo quando nós também vemos mães que, apesar de gostar efectivamente dos seus filhos e gostarem e não, até não agredirem fisicamente e não, e não maltrataram fisicamente e até serem muito permissivas maltratam de outra forma, a criança até vai a casa até está com a mãe mas a mãe não providencia ... não há horas pra comer não há horas pra deitar podem fazer o que quiserem, a, a mãe até sai de casa e deixa as crianças sozinhas e vai passar o dia todo fora e, e no fundo não cuida, não é, portanto isso também é mau trato, não é, e são tantas nuances, são tantas situações diferentes que podem conduzir à uma situação de mau trato, quer dizer, há muitas maneiras de dizer assim, eu não estou a desempenhar adequadamente o meu papel parental e isso pode, como lhe dizia inicialmente, aumentar a probabilidade do mau trato persistir e se perpetuar, não é, e muitas vezes passar até de geração a geração, como é óbvio, e está estudado isto, não é, ... todas estas situações que lhe aponte, todas elas existem e passamos por elas.

**E:** *Passando ao ponto III, dos casos acompanhados e dos conhecimentos gerais que tem nesta matéria qual acha ser a posição da criança portuguesa relativamente à problemática do mau trato?*

**e:** É assim, esta é uma pergunta de carácter geral e é uma pergunta de cultura geral. A situação da criança portuguesa em relação à problemática dos maus tratos, é evidente que é como nos muitos países, quer dizer, não há grandes diferenças, é tudo muito mediatizado pela comunicação social, não se aprofundam as questões muitas vezes é tudo muito empreado mas a nível da prevenção muito pouco ou nada fica por fazer eh, e de facto, quer dizer, a sensibilidade para esta problemática tem aumentado nos últimos tempos sem dúvida, que as

peessoas estão mais atentas, estão preocupadas também é verdade mas também continua a haver muita inércia e muita passividade quer dizer, as pessoas só actuam em situações limite e depois as pessoas gostam é do, do ... da televisão, das notícias ... e depois também a tendência quer dizer, o importante é agir ao nível da prevenção, o importante é pensar em estratégias para prevenir este tipo de problemas e sobretudo preparar os técnicos que intervêm no terreno para um bom diagnóstico das situações e para uma boa intervenção, uma intervenção estruturada e integrada que muitas vezes não acontece e que muitas vezes culmina em situações dramáticas que nós sabemos, não é.

**E:** *A questão das principais causa também já foi respondida ...*

**e:** É, ... o contexto económico não justifica nada, repare, não é por não haver uma boa situação económica, financeira ou a social que não há mau trato, isso é um preconceito, não é, há crianças em famílias de classe média alta que são maltratadas, portanto isso é preconceito ... porque na realidade não é ..., muitas vezes nós podemos estar com um ambiente pobre, crianças que vivem numa situação de pobreza económica e social e no entanto há uma extrema afectividade das figuras parentais ..., figuras de referência e que essa afectividade acaba por ajudar a ultrapassar os problemas mais materiais e mais de conforto que a criança tem, pode haver uma forte ligação afectiva que é prospectora e que pode até potenciar, eh, a qualidade de vida da criança e reforçar os seus laços e sentir-se amada, sentir que pertence a algum lugar sentir que tem sentido a sua existência e sentir que não está ameaçada mesmo que esteja num ambiente empobrecido, até porque as crianças são muito criativas e adaptam-se facilmente à condições adversas e se, se sentirem amadas e respeitadas como pessoas, agora e não é um ambiente de classe média alta que favorece isso. Muitas vezes há crianças completamente abandonadas à sua sorte cujos pais estão muito mais vocacionados para as suas carreiras profissionais e têm ambições desmedidas e expectativas elevadíssimas em relação à sua qualidade de vida que as suas crianças existem pra fazer montra e pra serem metidas em colégios e que só vêem os pais nas férias ou nos fins de semana e quando vêem os pais estão ocupadíssimos..., e pais que muitas vezes também camuflam muitas situações de mau trato até físico e outro, de índole psicológica que será muito mais ... , não sabemos, mas tudo tudo poderá ser complicado e que aparentemente são pessoas que, aparentemente têm tudo pa dar certo e não dão, portanto, isto não é não é por aí.

**E:** *Considerando as necessidades existentes nos vários contextos familiares acompanhados quais são as respostas que considera serem necessárias a nível da protecção dos*

*menores, necessárias reforçar, necessárias implementar ..?*

**e:** Já falei nisso antes, portanto as respostas sociais eu diria, não é tanto aumentar o nível de serviços de protecção, não é isso que se está a exigir essa lotação, quer dizer, no fundo não é deslocar a responsabilidade, no fundo é, passa primeiro e em primeiro lugar por investir nos pais, investir na educação parental, ensinar, ajudar os pais a conhecerem-se e a definir metas e objectivos educativos para os seus filhos, compreenderem em que contexto cultural e social vivem e sobretudo também resistirem às tendências da época que vivemos, consumismo, às falsas crenças que os pais de hoje têm acerca da educação dos seus filhos, porque acho que há pais que consideram que a felicidade dos filhos está acima de tudo e para que os filhos sejam felizes é preciso permitir-lhes tudo ou dar-lhes tudo, isso também é uma forma de não educar e também de, se demitir de responsabilidades e também é preciso reflectir, ter sentido crítico, ter capacidade de auto-conhecimento e cada pai e cada mãe conhecer bem o seu papel e sentir-se um agente activo e dinâmico na, que interfere dinamicamente na vida do seu filho da sua criança. Um filho é pra toda a vida e a construção dessa relação é contínua e permanente, isso implica uma reflexão permanente porque ninguém nasce pai e mãe, ninguém aprende a ser pai e mãe de um momento para o outro, constrói-se é uma construção e há muita coisa que só pomos em causa quando somos pais e eu acho que devemos investir acima de tudo na prevenção, investir nas famílias que já estão em perigo, nas nos jovens e nas jovens adolescentes que engravidam sem estarem preparadas para ser mães, haver um acompanhamento sistematizado e também ao nível do acompanhamento familiar evitar que as crianças, que nasçam crianças indesejadas e crianças que não vão ser amadas e que não vão ser investidas, evitar, isso implica uma boa, uma boa planificação em termos de ..., um investimento por parte da saúde não é só informação mas é darem formação, é nos serviços da saúde, por exemplo, detectar situações de perigo, intervir, intervir continuamente, acompanhar essas mães, ensinarem-lhes a serem mães, a cuidar dos seus bebés, a investir nas relações vínculo afectivo das mães com filhos, investir nas redes de suporte social, investir em rede em termos de serviços sociais para que essas famílias sejam efectivamente acompanhadas, aquelas que estão em perigo e, e que se vá fazer um trabalho estruturado integrado porque não, não há soluções milagrosas, não é, e quando já temos situações que estão no limite, que já exigem um tratamento uma intervenção no sentido da protecção, já muita coisa correu mal antes, portanto, e há problemas geracionais, que passam de geração em geração, e que se reproduzem, não tenhamos a ilusão que vamos acabar com essa situação porque isso é uma falsa questão, não vamos, mas podemos fazer muita coisa, agora, claro que a sociedade civil também tem que estar atenta não é, atenta não no sentido do espectáculo, no

sentido da denúncia pela denúncia, da falta de, de uma intervenção crítica e os técnicos também quer dizer, terem o cuidado também ao nível até da própria intervenção, melhorar a sua metodologia a nível da intervenção, melhorar os seus conhecimentos, melhorar a sua capacidade de reflexão sobre este tipo de problemáticas e tentar encontrar soluções e inovar também ao nível da intervenção, porque não há como eu digo soluções milagrosas e nem vamos também pensar que é o estado que agora vai encontrar soluções e que vai implementar projectos giríssimos, engraçadíssimos que depois na prática não, não se concretiza, não vale a pena, quer dizer, nós temos que partir do real, daquilo que temos, da nossa realidade concreta de trabalho e, a partir daí, ir inovando, ir construindo um caminho, agora, podemos melhorar muita coisa, podemos resolver muita coisa mas muita coisa poderá ficar por fazer, mas isso é normal, não é.

**E:** *Que leitura faz do papel da família nos nossos dias?*

**e:** Na minha perspectiva, o papel da família foi e sempre será importante, determinante, não é, a família é a estrutura, na minha opinião é a estrutura da sociedade em que vivemos. Quando na família as coisas não resultam, não é, é complicado depois resultarem noutros, noutras, noutras dimensões, portanto, isto é uma pergunta muito genérica e a resposta é muito genérica também, mas a família, o que é a família para cada um de nós isto é uma questão que todos vamos dizer a família é muito importante, é onde começamos as nossa primeiras relações, é onde conhecemos, onde estabelecemos as nossas primeiras relações afectivas, é a nossa base de segurança, são as nossa referências, é onde aprendemos valores, é onde aprendemos a estar e a viver em sociedade, ao fim ao cabo é uma base estrutural a partir da qual tudo se constrói..., quer dizer, é tão vaga essa questão, acaba por ser uma resposta muito, muito geral, um cliché não é? É um bocado isso...

**E:** *A nível da protecção das suas crianças?*

**e:** Aí já é diferente, a família é neste momento, qualquer família em geral tem potencialidades e tem fragilidades, tem desafios e tem oportunidades e os desafios de hoje não são os desafios de há 50 anos atrás, como é óbvio, hoje colocam-se questões às famílias que é importante ponderar, como dizia, é importante que os pais a partir do momento... ou as pessoas, o homem a mulher a partir do momento em que constituem uma família definam prioridades na sua vida e definam objectivos, porque partindo do princípio que educamos espontaneamente, que educamos naturalmente, estamos a criar auto-estradas pa desgraça, pa desgraça neste sentido de que ninguém educa naturalmente, é uma farsa, todos nós temos que aprender a

educar e a pôr em causa os nossos valores, a pôr em causa a forma até como fomos educados, não é, poder darmos aos nossos filhos aquilo que não tivemos que vamos ser melhores pais, porque até podemos ter tido coisas ou não ter tido coisas que até foram altamente estruturantes pra nós. Partindo do pressuposto de que vivemos numa sociedade altamente consumista que quer oferecer tudo, quer dar tudo, quer facilitar tudo que promove o culto do prazer e do princípio do prazer acima de tudo, é uma sociedade de risco, é uma sociedade de perigo, os pais não podem pensar apenas em como nós temos vindo a ser pressionados nesse sentido, ter o sucesso profissional, ter sucesso económico, ter sucesso material e esquecer de transmitir aos nossos filhos outros valores, deixar de ter tempo para passar com os nossos filhos, para brincar com os nossos filhos, para conversar com os nossos filhos, para definir regras, pra definir objectivos educativos, para sabermos o que queremos fazer das crianças que temos hoje, que serão os homens de amanhã, uma criança é uma criança, e uma criança precisa, vai atravessar uma série de etapas de desenvolvimento que nós temos que conhecer, não são só os psicólogos ou especialistas. Esta ideia de que quando as coisas correm mal connosco nós vamos entregar a criança a um especialista e o especialista tem uma varinha de condão que resolve os nossos problemas, é uma grande farsa, é uma grande mentira, nós somos os primeiros a responsabilizarmos por, quando nós falhamos os especialistas aparecem, quando eles aparecem já é mau sinal, nós temos que assumir esta postura de: nós somos co-responsáveis, nós somos, somos nós que definimos as regras do jogo, somos nós que orientamos ou desorientamos, somos nós que apoiamos ou desapoiamos, não é o estado, não é o especialista, não é o psicólogo, não é o assistente social, não é o professor da escola, somos nós os pais e as mães que estamos em casa diariamente com os nossos filhos, somos nós que lhes transmitimos valor através até do nosso próprio exemplo, o quê que é prioritário, o quê que não é prioritário, o sentido de interajuda, o sentido de colaboração em casa, o partilhar as coisas, o partilhar as tarefas, o partilhar..., incutir nas nossas crianças o sentido de responsabilidade, o sentido de partilha, o sentido de que o outro existe, e o outro tal como eu merece respeito, merece ser amado e respeitado como eu, evitar este individualismo, esta competição, que as vezes até é saudável e nalguns dos campos até muito importante, mas competir por competir só pra ser mais pra ter mais, não é po aí, não é, e esquecer o que é saudável, o que é importante há pequenas coisas que se perderam, não é, não é ser só docista em relação ao passado mas há muita coisa que se perdeu e que se podia recuperar porque há com certeza muitas coisas que se faziam no passado e que eram correctas e que hoje toda a gente desvaloriza e, por exemplo, é importante recuperar algumas, algumas figuras, eh, por exemplo, procurar mais apoios suportes em termos familiares mais pessoas envolvidas nas

nossas vidas, mais avós, mais tios, mais madrinhas e padrinhos não ser uma família demasiado ..., evitar o isolamento até em relação ..., evitar que a própria família esteja demasiado isolada em termos sociais, não é, e que a vida seja só casa trabalho ou centro comercial ou ... isto e nada mais, portanto, é importante as pessoas promoverem laços promoverem relações, promoverem experiências e vivências diferentes e crescerem com os filhos e amadurecerem com os filhos também e proporcionarem aos filhos momentos de lazer, momentos de aprendizagem que, que sejam estruturantes e que sejam benéficos pra todos, toda a gente aprende com isto, não é.

**E:** *Passando ao ponto IV, protecção social de menores, a primeira questão, de acordo com os pedidos feitos... qual acha ser a medida mais aplicada em situação de mau trato?*

**e:** Primeiro quando há uma situação de mau trato a primeira coisa a se pensar é na retirada da criança da situação do mau trato. Aí já é uma agressão uma criança quando é retirada de uma situação de mau trato porque há um agressor que a maltratou a criança é retirada desse meio, portanto, quem deve ser retirada é o agressor (esta questão já foi falada muitas vezes e já é comentada muitas vezes), mas isso não é fácil assim como nas situações de violência doméstica, acontece exactamente a mesma coisa. É evidente que quando há, se detecta uma situação de mau trato, a primeira coisa a fazer é eliminar o factor de perigo e retirar a criança de uma situação que a vai lesar, pronto, o principio é bom mas, isso implica uma ruptura com, uma separação da criança daquilo, do ambiente que noutros aspectos é protector e é securizante, eh, e noutros não é. Portanto, as medidas aplicadas elas são muito variáveis e nunca são aplicadas só em função da situação do mau trato, como sabe, há medidas diversas, as medidas de protecção implica que, em que a criança está em perigo e o perigo está definido na lei o que é perigo, perigo, e aí a medida é aplicada em função da situação da criança. Há perigo se a criança é encontrada abandonada à sua própria sorte, se está a praticar mendicância, se é vítima de maus tratos ou de abandono, se se entrega, se é, se não há ... há várias situações, mau trato físico ..., estão lá todas descritas na lei, agora também há outra que está lá definida que é esta, quando uma criança se coloca ela própria em perigo e não, e ninguém a consegue remover desta situação de perigo e esta, e esta, e esta medida, aliás esta causa de perigo, ou esta situação de perigo que é definida na lei também implica uma coisa importante que é deixarmos de ver uma criança ou jovem como apenas a vítima, também pode ser autor da sua própria, da sua própria situação e aqui também, e isto é uma questão interessante porquê, porque nós também não podemos cair na ingenuidade de pensar que qualquer criança ou jovem é sempre vítima e esta é uma questão que, isto também é um

estereótipo, isto também é um preconceito porque há crianças e jovens que se colocam em perigo, não aceitam regras estruturantes, não aceitam uma orientação de vida que lhes permitam ficarem protegidas em relação a determinadas situações que vão agravar a sua qualidade de vida, agravar a sua, a sua, a sua, o seu bem estar e também que vão agravar a sua situação a outros níveis.

Por isso, a criança ou jovem também se pode colocar em perigo, não é, é evidente e também há adultos que estão fragilizados e que não conseguem demove-la desta situação. Mas, não conseguem porquê, porque não sabem como e também promoveram no fundo que esta situação surgisse, nada acontece por acaso. Agora as medidas como eu lhe digo não são aplicadas em função apenas da situação do mau trato, isso é uma falsa questão, é uma questão redutora ..., perigo, a criança está em perigo quando a, b, c e d, medidas a aplicar: a, b, c, ou d, consoante a situação concreta da criança. Se a situação é provocada por pais, se é por familiares, se é pelo meio ambiente, quais são as causas, quais são as situações de perigo, pode haver mais do que uma situação de perigo na mesma criança. Há soluções no contexto familiar, é possível encontrar uma figura de referência no contexto familiar para proteger a criança? Se há, então aplica-se a medida de apoio junto dos pais, ou mãe, se não há, se é o pai ou a mãe que coloca a criança em perigo, haverá um familiar que possa cuidar da criança e protegê-la? Então a medida de apoio junto de outros familiares. Se não há na família ninguém, nem pai, nem mãe, nem familiares da família alargada que possa promover e proteger a criança e cuidar dela, então confiança a pessoa idónea, se não há a pessoa de confiança ... está a perceber? As medidas são aplicadas em função da situação e das soluções encontradas alternativas à situação de perigo, não é o mau trato apenas, isto é uma questão redutora ... não é ... aplica-se aquela mais adequada à situação da criança, percebe.

**E:** *Em termos de acolhimento, há muito/pouco pedido de institucionalização?*

**e:** Há, há algum, existe e é engraçado que já houve mais do que agora, até porque agora estamos numa corrente anti-institucionalização, embora, eu seja crítica também em relação a esta corrente, como é óbvio porque (e isto está estudado, está provado) que também há factores protectores na institucionalização, muito bem, que as pessoas ignoram e não valorizam, pronto, o importante é que a institucionalização como qualquer outra medida tem os seus efeitos nefastos e os seus efeitos positivos. Agora, há institucionalização inadequada e há institucionalização adequada e, por isso, mas as pessoas generalizam, a institucionalização é má, isto é um cliché, isto é um preconceito e a partir daí faz-se muita coisa, não é, o bode expiatório agora é a, a institucionalização e isto é uma hipocrisia porque durante décadas as



crianças estiveram institucionalizadas e nunca ninguém quis saber delas, portanto é uma questão incômoda, portanto, nem o estado sabia quem tinha institucionalizado nem queria saber e quando havia problemas com as crianças institucionalizadas ninguém assumia responsabilidades e eu tenho exemplos desses, que estou há 13 anos a lidar com esta problemática e sei perfeitamente o quê que encontrei quando entrei na instituição. E nós, e muitas das instituições criaram e inovaram e promoveram uma boa, uma boa institucionalização e não foi nem com a ajuda do estado, nem com a ajuda das pessoas iluminadas, encontraram soluções exactamente porque tinham problemas no terreno e ninguém os ajudou a resolver e aquilo que agora andam a proclamar como novidade, como inovação já é feito em muitas instituições e de uma forma adequada e há décadas, só que as pessoas agora assumem o protagonismo que: agora vamos encontrar esta solução e aquela, quando as soluções já foram encontradas pelas próprias instituições porque elas viram-se à braços com dificuldades e com problemas e foram elas que tiveram que resolver e para promover a qualidade de vida das crianças institucionalizadas, ao contrário daquilo que se diz e daquilo que até se pensa que nas instituições só há massificação, só há abusos sexuais, só há mau trato e só há exploração, portanto, e a nossa prática diz-nos o contrário daí nós dizermos, na minha perspectiva, e respondendo a sua pergunta, o acolhimento institucional, os pedidos de acolhimento institucional variaram muito ao longo destes anos, posso lhe dizer que no início choviam constantemente pedidos de acolhimento, acontecia-nos com muita frequência os pais a aparecerem com filhos para colocar em instituição que nós recusava-mos o acolhimento por não haver uma entidade mediadora dessa institucionalização – um tribunal ou uma segurança social que garantisse o direito dessas crianças porque sabemos que estando estes pais a tutelar a relação com seus filhos a garantir que são eles, no fundo, quem decide o futuro dos filhos, são eles que decidem a institucionalização dos filhos então aí se houver um interesse económico por parte da instituição e se houver uma cooperação um lucro por terem a criança na instituição, aí se aceitasse a criança sem o abrigo de mediação jurídica era promover até a exploração da criança e ausência da ligação aos seus direitos. Porquê? Porque esse pai e essa mãe pode muito bem colocar essa criança numa instituição porque lhe convém (porque a criança é um estorvo, um empecilho, só lhe vai dar despesas) e até lhe convém que a criança seja educada gratuitamente, que não lhe dê nenhum trabalhinho, que até nem exista durante uma década ou mais, e quando a criança tem 18 anos ou 17 ou 16 ou 15, já está com a sua vida minimamente organizada ou pelo menos já tem as suas bases, já foi alimentada durante uma década pra aí, não é ..., e agora que já trabalha vêm busca-la e levam-na e não tem que dar satisfações a ninguém, isto é uma maneira de não garantir e não salvaguardar os

direitos da criança. O facto de exigir que venha uma entidade que medeia esta relação instituição família para garantir a salvaguarda dos direitos daquela criança é exactamente para a proteger e dar-lhe aquilo que ela não terá se, se mantivesse no contexto familiar ...

(...) actualmente assiste-se a um acumular de pedidos de crianças, não é crianças, é jovens adolescentes que já têm 16 anos, já têm 17 anos, já estão no fim da linha, que já não ..., no fundo, por comportamentos de perigo que eles próprios mantêm, preservam e sem que ninguém os demova desta situação de perigo e pensam que a instituição vai servir como um elemento contentor dessas situações e que vai conseguir regar e reestruturar esses jovens que já têm vícios, que já têm rotinas e a institucionalização não vai resolver coisa nenhuma, vai servir de hotel, entre aspas, porque estes jovens muitas vezes já vêm muito desestruturados e é muito difícil de fazer um trabalho – não quero dizer que seja impossível – com um jovem de 16 anos ou 17 anos que dali um ano faz 18 anos, já é considerado um adulto, que responde por si perante a lei e que já tem uma estrutura que lhe irá garantir suportes ... nós sabemos que a lei agora vai promover a protecção até aos 21 anos mas é preciso que o jovem peça ou esteja de acordo com essa intervenção e muitas vezes essa, essa a manutenção dessa medida de protecção não é garantida a tempo e horas nem nos moldes que a lei diz que vai ser feito, eu tenho casos desses e às vezes é um grande problema colocar numa instituição jovens de 16, 17 anos com outras crianças mais pequenas mais jovens, já com as suas rotinas, com a sua dinâmica de trabalho, não é, e que muitas vezes vêm perturbar este ambiente e vêm e não se acomodam, digamos assim, à dinâmica do que é uma instituição e é complicada a sua adaptação e pode até não ser bem sucedida, pode ser uma medida paliativa, digamos assim, mas pode-se fazer alguma coisa também, há jovens que se podem apoiar e que podem até recuperar nesse curto espaço de tempo, mas depende muito da situação que nos aparece pela frente e também acontece pedirem-nos para acolher jovens que estiveram nesses 3 meses, nesses 3 anos em famílias de acolhimento que aos 10/11 anos são excluídos dessas famílias de acolhimento porque se fartaram deles porque eles começaram dar problemas na escola porque eles começaram a ser rebeldes a ser irreverentes, insolentes e já não lhes dá jeito, já não compensa o que se ganha em termos de subsídio para manter estes jovens em casa com os problemas que dão, então toca a colocá-los na instituição ... fala-se muito, as instituições – vão chegar a essa conclusão mais tarde – nunca vão deixar de existir, no fundo vão ficar no fim da linha. O seu trabalho não é muitas vezes reconhecido nem valorizado mas, agora, se elas não existissem a criminalidade e a delinquência juvenil vão aumentar necessariamente, vão, vão aumentar, não quer dizer que a instituição resolva tudo ... mas a nossa experiência dá-nos certeza de dizer que 90% das situações que nós acolhemos

foram bem sucedidas, portanto é o que eu digo a institucionalização adequada dá bom fruto, agora se for a institucionalização massificada em questão de 90 crianças numa instituição, nós estamos a falar duma instituição que tem 20 crianças, portanto, um acompanhamento individualizado, personalizado, estruturado, organizado, o dia a dia com vivências e experiências protectoras e gratificantes, dá bom fruto isto exige um investimento maciço nem imagina o investimento que isto exige em termos de investimento pessoal mas também em termos de investimento da própria instituição que trabalha 24 horas por dia, 365 dias por ano, não é como aqueles serviços que nós sabemos que trabalham das 9 às 5 acabou, não há mais problemas, os problemas aqui são permanentes, são constantes e isto provoca um desgaste tremendo e as instituições onde as equipas se mantêm no tempo e há estabilidade nas equipas e há boas práticas, não são nenhuma invenção do estado nem das pessoas agora iluminadas que agora falam contra a institucionalização, há boas práticas que já são feitas em instituições e sempre foram feitas e foram promovidas, também há más práticas ... Instituições mal estruturadas, que estão com uma lotação tremenda de uma dimensão tremenda (...)

**E:** *O que é o acolhimento em instituição e como é que esta medida garante a protecção?*

**e:** Pra quem não sabe como é que esta medida garante, claro, é simples, é assim, o que é, o que é uma instituição, o que é um lar de jovens, o que é acolher uma criança numa instituição, primeiro conhecer uma instituição, o que é um lar de crianças e jovens, porque há vários tipos de acolhimento, há acolhimento em CAT, que é um acolhimento semelhante num lar de acolhimento de crianças de jovens, a única diferença do CAT é que a criança só pode, só deve lá permanecer entre o período máximo de 6 a 12 meses e a criança tem que regressar a outra, a outra medida de protecção, ou seja, de ser devolvida à família ou ver outra alternativa que não seja a perpetuação da institucionalização, que se considera ser prejudicial à criança, e o lar de crianças e jovens é exactamente o mesmo tipo de estrutura, em termos de funcionamento é exactamente a mesma coisa, simplesmente a criança pode permanecer lá por tempo indeterminado e tempo superior a 1 ano, porquê, porque não se encontram soluções imediatas. Há a situação daquela criança e ela tem que permanecer na instituição e isso aí é que consideram prejudicial para a criança, não é, mas isso aí também é discutível, a questão é esta, o acolhimento como é que o acolhimento garante, é simples: um lar de crianças e jovens, um centro de acolhimento de crianças funciona 24 horas por dia, 365 dias por ano, acompanha a criança desde o acordar ao deitar, isto é, portanto, já já permite perceber como é que se protege uma criança num contexto destes, protege de muitas maneiras: criar rotinas estruturantes, ter horas pra, pra refeições, pra brincar, pra estudar, promover um acolhimento individualizado, personalizado de cada criança a todos os níveis, educação, saúde,

alimentação, desporto, promover actividades no exterior, promover o acesso a actividades no exterior à criança, diversas, que nunca teve, ir ao teatro, ir ao cinema, ir à praia, passar férias numa colónia de férias fazer coisas que nunca fez, proporcionar à criança uma qualidade de vida que nunca teve, cuidar da criança, trata-la bem, trata-la de uma forma amigável, trata-la com carinho, dar-lhe o que ela necessita, afecto, embora possa ser um afecto repartido por várias mas ela sentir que pertence a um lugar, que aprende normas, aprende valores, é acompanhada nas suas dificuldades, nas suas limitações, impor regras, impor limites, saber dizer não, castigar, sancionar a criança quando tiver comportamentos desviantes, estar atento, dar-lhe acompanhamento especializado se ela necessitar dele, ou terapia da fala, ou tratamento dentário ou da pedopsiquiatria, seja do que for, tratar a criança como única, tratá-la com um projecto de vida único e pô-la também participante nesse projecto, um participante activo e crítico do seu projecto, depende da idade, depende da etapa de desenvolvimento como é obvio, isto é proteger uma criança a qualquer nível, seja num lar de crianças e jovens, seja numa família de acolhimento, seja na sua própria família, isso pra mim é proteger a criança a todos os níveis é estar atento às necessidades da criança, é pôr o interesse e as necessidades da criança acima do adulto, mas ser um adulto crítico, um bom educador, responsável, com objectivos, com metas para atingir com uma noção clara daquilo que pretende, não é ser um adulto permissivo, um adulto, não, não, não crítico, que deixa fazer tudo, que só dá prazer, só dá gratificações só dá benefícios ou de fazer dos lares um hotel, estamos aqui é pra ser servidos, estamos aqui temos refeiçõeszinhas à horas temos comidinha à hora temos roupinha tratada a custo zero não temos nenhuma implicação na dinâmica da instituição, afinal de contas nós estamos aqui é pra ser servidos, isto também não é educar, também não cuidar, também não é proteger, é deseducar e é criar aberrações educativas, isto são desafios que nós temos todos os dias, diariamente, e pra mim acolher e promover a protecção de uma criança em acolhimento é tudo isto, porque se não for isto já não é nada bom, é sensibiliza, é formar as pessoas que trabalham com estas criança, é recrutar pessoal com o perfil adequado para o acompanhamento destas crianças, é promover a qualidade de vida destas crianças desde o acordar ao deitar, isto implica que a organização da dinâmica da instituição seja feita não em função do interesses pessoais individuais de quem lá trabalha mas das crianças que está a servir, quando é uma empresa, a empresa subsiste e justifica-se pela qualidade do serviço que presta, pela satisfação do cliente, aqui também é um pouco assim, embora não vamos ser, eu diria não cair no extremo que é aquele, pensar que a criança rei, a criança rei, e é o rei, logo se torna um déspota, cuidado com isso, isso é outro perigo ou a tentativa de pensar que toda a criança vítima é sempre vítima. Porque a criança vítima, a

criança maltratada, a criança que foi negligenciada também pode ser o indivíduo que se não for devidamente acompanhado se pode tornar alguém que magoa, que também vitimiza outras pessoas, eu conheço adultos que também estão numa situação de serem vítimas de mau trato, mas também pode ocorrer nas instituições vítimas de mau trato de crianças rei, de crianças tirânicas que também não são devidamente acompanhadas, prontos pelos resultados que já conhecemos.

**E:** *Que avaliação faz da eficácia das medidas de protecção?*

**e:** É assim, é muito difícil de estar a entrar nesta questão de eficácia das medidas de protecção, isto não é ... pra já, não há nenhum estudo feito sobre isto, isto é um trabalho que exigia uma equipa de investigação trabalhando anos a fio até ver a eficácia das medidas, elas são diversas, eu só lhe posso falar de uma única medida: da medida do acolhimento institucional, que é aquela que eu pratico na minha, na minha actividade. As outras medidas, eu não as conheço, aliás, conheço-as, já foram promovidas e são promovidas na sua maioria pelas comissões de protecção de menores e não pelas instituições. Portanto falar, quais são as medidas aplicadas e qual a eficácia das medidas de protecção é uma questão mal construída, porque não é assim, pra já tem que haver uma equipa de investigação ao nível nacional para medir a eficácia de todas as medidas aplicadas e separar as águas. Uma coisa é uma medida de apoio junto dos pais, qual a eficácia da aplicação desta medida, o quê que ela resultou, a medida de apoio junto a outro familiar qual é a eficácia dessa medida, temos que isolar e temos que fazer um estudo estatístico e os resultados: durante quanto tempo aplicamos a medida, quais foram os efeitos que surtiu e até estudos longitudinais ...

**E:** *Quais considera serem as características positivas e negativas do acolhimento?*

**e:** É assim, de positivo há muita coisa, de negativo também há, tudo depende da forma como o acolhimento é processado, o acolhimento e a manutenção da criança numa instituição, porque com certeza características positivas que tem a ver com a protecção ou o oferecer à criança a possibilidade de desenvolvimento e acompanhamento que lhe são, que são estruturantes e que podem vir a funcionar como factores protectores em termos de evitar que essa criança ou jovem desenvolva comportamentos delinquentes ou que conduzem à exclusão social ou à marginalização mas o negativo passa por muita coisa, passa primeiro por situações estruturais que tem a ver com as deficiências e as próprias fragilidades de um equipamento social como este, porque há toda uma questão logística que é preciso ter em

causa, ter em conta, por exemplo, se há monitores ou não há monitores suficientes para fazer o acompanhamento das crianças, porque basta haver um monitor pra 20 crianças pra já não haver qualidade no acompanhamento, se as pessoas tem ou não tem uma formação adequada para lidar com os desafios e os problemas que essas crianças colocam, os conflitos, as desobediências às regras, a tentativa de boicote, as mentiras os furtos, as dificuldades escolares, os comportamentos desviantes que algumas dessas crianças mantêm e preservam e também, uma série de questões que as pessoas não estão preparadas para lidar com elas, o efeito nefasto também de uma criança estar num acolhimento sem um projecto de vida que significa que não há um investimento na sua rede de suporte social, se há uma família presente, se essa família é chamada a participar no projecto de vida da criança, se essa criança está completamente isolada no contexto da instituição e ponto final, só se trabalha a criança no contexto da instituição e não se trabalha mais nada, tudo isto são factores de risco e são questões negativas assim como também são negativas as faltas de apoio, faltas de suporte também em relação à instituição, por exemplo, a instituição não tem redes de técnicos que dão suporte, que dão acompanhamento à instituição porque isto de só fiscalizar uma instituição ou só dizer os pontos fracos na instituição é pouco, é preciso perceber porque que estas fragilidades existem, que tipo de redes de suportes é que nós temos, por exemplo, neste momento as comissões de protecção encaminham as crianças pa instituição, automaticamente os técnicos gestores de caso partilham com o responsável da instituição os projectos de vida da criança, discute-se tudo, discute-se com a família, há outros agentes implicados nesse processo, isso implica uma partilha de responsabilidades, uma partilha de resultados e isso é positivo porque evita o isolamento dos técnicos que trabalham isoladamente, isoladamente nestes contextos e que têm que estar constantemente alerta. Há factores negativos como tudo, não é, depende da forma como a institucionalização é feita. (...) se não conseguirmos fazer um acompanhamento personalizado de uma criança ou de um jovem..., aí já estão presentes factores de perigo e de risco que tornam a institucionalização inadequada e ineficaz...

**E:** *Quais são as entidades responsáveis/ou envolvidas na institucionalização das crianças e jovens?*

**e:** Todas as entidades competentes e que só elas podem decretar esta medida, tribunais, comissões de protecção de crianças e jovens e segurança social.

**E:** *Para finalizar, Dr.ª Cristina, que modelo de intervenção sugere para uma maior e melhor protecção de crianças e jovens?*

**e:** Primeiro actuar e investir mais na prevenção ... o quê que nós estamos no fundo a tratar?

não é só da questão da protecção de crianças e jovens no fundo há aqui uma questão de fundo que é mais importante que é não proteger por proteger ..., é no fundo também evitar que a nossa sociedade caminhe para situações de maior exclusão social, de marginalidade e delinquência, trará outros custos pra todos nós.

Agora investir na prevenção, investir nas crianças e jovens a todos os níveis, em vários viveis ao nível da saúde, ao nível da educação ao nível do desporto ao nível de várias instâncias porque uma criança atravessa todas as secretarias de estado, todos os ministérios ..., essa é uma questão transversão, agora nós temos que, como eu digo, políticas integradas, uma articulação inter-serviços, um trabalho em rede ... há muitas dificuldades com as quais nos deparamos na prática que não ajudam a resolver as questões. Não há um modelo de intervenção único que vai resolver tudo..., agora há experiências, há projectos que estão no terreno que nos dão soluções práticas para coisas muito concretas, nós temos que partir da realidade prática do dia a dia. Cada um de nós, na nossa realidade de intervenção encontramos soluções adequadas às situações... não há receitas prefabricadas, o que há é sugestões, há intervenções, há projectos inovadores neste e naquele contexto que nós podemos aproveitar, tirar dicas, experimentar, estar atentos, estar actualizados, preocuparmos com ultrapassar as dificuldades que vamos encontrando no caminho, isso já é fazer alguma coisa, agora estar a espera de, de um modelo único que vá resolver tudo, isso não existe, percebe.

**E:** *Dr.<sup>a</sup> Cristina, terminamos a nossa entrevista, muito obrigada pela colaboração.*

### Guião de observação da entrevista 7

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Recepção formal, com simpatia e atenção.
	Ambiente Geral	Ambiente calmo e agradável.
	- Dimensão e iluminação	Instituição aparentemente não muito grande. Com pouca iluminação.
	- Mobiliários	Mesa e pequenas estantes com livros. Alguns desenhos de crianças espalhados pela mesa.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura formal, posição correcta.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais e não verbais. Linguagem acessível.
Interferências/interrupções		Duas interrupções por parte de jovens da instituição querendo falar com a entrevistada.
Observações		Entrevista com respostas longas mesmo havendo a orientação para as questões colocadas. Resistência em responder algumas questões colocadas. Apesar disso, demonstra vontade em colaborar na entrevista.



## Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 7

Categorias	Subcategorias	Excertos
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	<i>Eu não gosto do termo menor ... há criança ou jovem, eh, porque a ideia de menor subentende uma relação subalterna de um sujeito que não tem direitos ... Na minha perspectiva qualquer criança é maltratada quando não é respeitada a sua, a sua etapa de desenvolvimento, as suas necessidades básicas, quando a criança não é ouvida, quando a criança não é no fundo considerada e é tratada como se não existisse...</i>
	Criança maltratada - Características	<i>... o traçar o perfil duma criança maltratada basta pensar nos motivos que conduzem à institucionalização de uma criança, porque a criança que é colocada num contexto institucional é, exactamente foi maltratada ou não foi devidamente, ou não foi devidamente acompanhada, não é, basta se particularizar e aí colocando os tais critérios que definem e que justificam a institucionalização, o mau trato físico, o mau trato psicológico, a negligência, a ausência de acompanhamento ...</i>
	- Situação familiar (tipo de família)	<i>... há vários tipos de famílias, embora uma das principais causas ou que conduz à institucionalização das crianças, já sabemos sempre que é a ruptura familiar, que significa a separação, o divórcio dos pais e predominam como sabemos as famílias monoparentais femininas, mas também acontece de haver recomposição das famílias monoparentais femininas ...</i>
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	<i>... colocando os tais critérios que definem e que justificam a institucionalização, o mau trato físico, o mau trato psicológico, a negligência, a ausência de acompanhamento e de supervisão por parte do adulto, a não satisfação das necessidades básicas da criança, ao nível dos cuidados de saúde, ao nível dos cuidados de alimentação, ao nível dos cuidados ...</i>
	Maus tratos - Local de ocorrência	<i>... há maior probabilidade de mau trato onde houver estas fragilidades que falamos anteriormente, onde há motivos de, que coloque a criança em perigo ... ... portanto é sempre a família, no ambiente familiar onde a criança reside, supõe-se à partida que a criança reside com a família, é isso é que é padrão, portanto essa questão está respondida.</i>
	- Factores/causas dos maus tratos	<i>... se temos um ambiente socialmente tóxico, se temos um ambiente familiar altamente desestruturado que é socialmente tóxico o que não garante a satisfação das necessidades da criança, não garante porque, porque há uma série de fragilidades estruturais que levam a isso ...</i>
	Casos de maus tratos considerados marcantes	<i>Outro caso, pode haver outro caso diferente, que é uma mãe que maltrata fisicamente os filhos porque acha que isso é uma educação adequada, tem uma relação afectiva até com a criança ... que se</i>

		<i>interessa até pela criança e que até se preocupa com a criança, que está disponível para a receber e para cuidar dela com as suas, também limitações, mas sempre pensando que punir fisicamente a criança é uma tipologia educativa adequada ...</i>
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	<i>A situação da criança portuguesa em relação à problemática dos maus tratos, é evidente que é como nos muitos países, quer dizer, não há grandes diferenças, é tudo muito mediatizado pela comunicação social, não se aprofundam as questões muitas vezes é tudo muito emproado mas a nível da prevenção muito pouco ou nada fica por fazer eh ...</i>
	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	<i>... continua a haver muita inércia e muita passividade quer dizer, as pessoas só actuam em situações limite e depois as pessoas gostam é do, do ... da televisão, das notícias ... o importante é agir ao nível da prevenção ...</i>
	Família - Leitura da família nos nossos dias.	<i>Na minha perspectiva, o papel da família foi e sempre será importante, determinante, não é, a família é a estrutura, na minha opinião é a estrutura da sociedade em que vivemos. ... a família é muito importante, é onde começamos as nossa primeiras relações, é onde conhecemos, onde estabelecemos as nossas primeiras relações afectivas, é a nossa base de segurança, são as nossa referências ...</i>
	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	<i>... portanto as respostas sociais eu diria, não é tanto aumentar o nível de serviços de protecção ... passa primeiro e em primeiro lugar por investir nos pais, investir na educação parental, ensinar, ajudar os pais a conhecerem-se e a definir metas e objectivos educativos para os seus filhos, compreenderem em que contexto cultural e social vivem e sobretudo também resistirem às tendências da época que vivemos, consumismo, às falsas crenças ...</i>
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	<i>Portanto, as medidas aplicadas elas são muito variáveis e nunca são aplicadas só em função da situação do mau trato, como sabe, há medidas diversas, as medidas de protecção implica que, em que a criança está em perigo e o perigo está definido na lei o que é perigo, perigo, e aí a medida é aplicada em função da situação da criança. Há, há algum, existe e é engraçado que já houve mais do que agora, até porque agora estamos numa corrente anti-institucionalização, embora, eu seja critica também em relação a esta corrente, como é óbvio porque (e isto está estudado, está provado) que também há factores protectores na institucionalização...</i>
	Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional	<i>... com certeza características positivas que tem a ver com a protecção ou o oferecer à criança a possibilidade de desenvolvimento e acompanhamento que lhe são, que são estruturantes e que podem vir a funcionar como factores protectores em termos de evitar que essa criança ou jovem desenvolva comportamentos delinquentes ou que conduzem à exclusão social ou à marginalização mas o negativo passa por muita</i>

		<i>coisa, passa primeiro por situações estruturais que tem a ver com as deficiências e as próprias fragilidades de um equipamento social como este, porque há toda uma questão logística que é preciso ter em causa, ter em conta, por exemplo, se há monitores ou não há monitores suficientes para fazer o acompanhamento das crianças ...</i>
	Eficácia das medidas aplicadas	<i>... não há nenhum estudo feito sobre isto, isto é um trabalho que exigia uma equipa de investigação trabalhando anos a fio até ver a eficácia das medidas, elas são diversas, eu só lhe posso falar de uma única medida: da medida do acolhimento institucional, que é aquela que eu pratico na minha, na minha actividade...</i>
	Sugestões para melhor protecção de menores	<i>... investir na prevenção, investir nas crianças e jovens a todos os níveis, em vários viveis ao nível da saúde, ao nível da educação ao nível do desporto ao nível de várias instâncias porque uma criança atravessa todas as secretarias de estado, todos os ministérios ..., essa é uma questão transversão, agora nós temos que, como eu digo, políticas integradas, uma articulação inter-serviços, um trabalho em rede ... Não há um modelo de intervenção único que vai resolver tudo..., agora há experiências, há projectos que estão no terreno que nos dão soluções práticas para coisas muito concretas, nós temos que partir da realidade prática do dia a dia.</i>

## LAR NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

Nº da entrevista: 8

Nome do entrevistado: Ivone Almeida

Função: Psicóloga

Data da entrevista: 03/06/08

Hora de início: 16:00

Duração: 1h20mn

Local da entrevista: Instituição Lar Nossa Sr.<sup>a</sup> do Livramento, Porto.

### **Caracterização da Instituição**

Ano: 1810

Nº utentes: 70

Sexo: Feminino

Idades: 5 - 23

**E:** *Muito bom dia Dr.<sup>a</sup> Ivone. Vamos começar a entrevista, vamos começar pelo primeiro ponto, pela definição de menor. Dr.<sup>a</sup> Ivone, como define menor?*

**e:** Nós temos aqui uma questão acerca do menor, que menor não é menor eh, eh ... menor refere-se ao conceito de criança e sabemos que a criança é uma criança com direitos, antes pelo contrário, nem é menor é maior e, e mesmo o sentido que se pretende é alguém que por ainda não estar completamente desenvolvida a diferentes níveis ele necessita duma orientação do adulto para se desenvolver em termos quer físicos, quer emocionais, quer psicológicos, portanto, é uma criança que tem direito a ser educada e a crescer com a orientação do adultos capazes ..., este conceito de menor é muito diminuto do conceito de criança, é essa a opinião, que diminui o conceito de criança, só (neste sentido)...

**E:** *Mau trato, como é que define o mau trato e se puder me indicar tipologias de mau trato de acordo com a V<sup>a</sup> experiência com crianças e jovens?*

**e:** (Risos) ..., eu acho que há diferentes formas de mau trato: há uma mau trato que não é muito falado e que não está, não está relacionado com o nível socioeconómico mais baixo, passa-se num nível socioeconómico mais alto e este é o mau trato por negligência e as vezes é tão ou mais grave que, do que outros. O mau trato pode ser por negligência, por negligência nos cuidados básicos, por exemplo, nas rotinas da criança, nas práticas educativas, pode ser esse tipo de negligência; pode ser por abuso e temos vários tipos de abuso, o abuso sexual,

abuso de poder; por violência física e violência psicológica; por indiferença face a criança (nós observamos mais nas sociedades mais elevadas, nalguns, nalguns contextos e também o desrespeito pela própria criança, isto também é uma forma de mau trato.

**E:** *Com base nas situações a que tem dado resposta, como é que traça o perfil duma criança maltratada? Como é que caracteriza uma criança maltratada?*

**e:** É agressiva, também, pode ser uma criança indiferente, desmotivada, com baixa auto-estima completamente, que desinveste em si própria, que desinveste nos estudos e sobretudo na relação com os adultos ou na relação com algumas figuras de autoridade, muito oposicional, portanto, opõe-se muito e procura ter poder às vezes nas, nas relações. Eh, as crianças maltratadas podem ter duas expressões uma mais activa uma mais passiva, uma mais reactiva uma menos reactiva, perante a mesma situação de mau trato.

**E:** *Quais as situações familiares das crianças que vocês têm acompanhado na instituição?*

**e:** Eu acho que nós temos todas..., temos as nucleares simples, temos as monoparentais, temos as recompostas e até temos outra que é no caso duma, duma mãe que vive com dois amigos, por exemplo, só a mãe e dois amigos. Eu acho que nós temos todas as situações, acho que não podemos classificar uma que predomine, são situações variadas e temos outra: de crianças que não têm ninguém da família, portanto, só elas próprias, não há, não há mais ninguém.

**E:** *E como é que vêm cá parar nestes casos? Quem eram as pessoas responsáveis?*

**e:** Amas.

**E:** *O ponto II é sobre factores de risco e o acolhimento, a primeira questão, indique as causas do acolhimento de menores em instituições, neste caso na Vª instituição. Qual a causa mais frequente do acolhimento?*

**e:** A negligência, a negligência!

**E:** *Onde ocorrem com mais frequência as situações de mau trato?*

**e:** Na família, em privado, onde os pais são alcoólicos, famílias onde existe a toxicod dependência e aqui já com um mau trato mais físico, portanto a negligência física e a psíquica para com as crianças.

**E:** *Considerando o local, neste caso a casa, onde ocorrem com mais frequência os maus tratos, quais considera serem os factores que influenciam essa ocorrência?*

**e:** Há um factor que interfere e que é transversal, que são as baixas condições sociais e económicas, portanto, acho que isto é um factor... no entanto acho que isto não invalida que em níveis socioeconómicos elevados não existam, não exista maus tratos, que existe. No entanto eu acho que, por um lado as questões económicas, por outro lado eu considero que há um baixo, muitas vezes um baixo suporte parental. A rede social das próprias famílias muitas vezes não é uma rede funcional, não é uma rede que seja apoiante..., eu acho que também potencia o mau trato, se pensarmos numa família altamente ansiosa, stressada, com poucos horários, com poucos recursos..., portanto, eu acho que há as vezes também relacionamento dentro da própria família que vai provocar o mau trato, onde os pais não têm uma ligação muito grande de um dos pais à sua família de origem, portanto é quase que se cria ali uma aliança uma coligação contra um dos pais – também se apercebe, e muitas vezes ..., tem a ver com a aceitação. Depois eu penso também que há muitas mães adolescentes em que elas próprias ainda estão no seu processo educativo e de crescimento, não têm, não sabem como lidar ..., temos alguns casos desses em que realmente não sabem como cuidar, ainda são muito, muito imaturas, algumas delas, portanto, isto pode ser um motivo do mau trato, por outro lado nalgumas circunstância, não são tanto estas ... mas até são não saberem como lidar com uma criança, portanto ou lidam num extremo de berrar e gritar ou no outro extremo de elevada permissividade, faltam-lhes essas competências básicas.

**E:** *Indique uma ou duas situações de mau trato, nos casos acompanhados, que lhe tenha sido marcante.*

**e:** Pra mim, pra mim foi uma situação, é uma situação de uma, de uma criança, na altura ainda era uma criança que foi, eh, violentada brutalmente quer pelo pai quer pela mãe e que depois, e que depois foi cuidada por uma pessoa débil, portanto, ao longo do crescimento e nos primeiros anos da vida foi considerada cuidada por uma pessoa débil que nem era o pai nem era a mãe, e gerir depois a situação de violência sobre ela para além de terem sido os progenitores houve mais um familiar que repetiu, esta repetição, esta agressividade à integridade dessa criança, eh, da forma como foi, foi óbvio, foi das situações que mais me impressionou.

**E:** *Quer indicar mais alguma?*

**e:** Esta foi a mais marcante.

**E:** *Maus tratos às crianças em Portugal. Dos casos acompanhados e dos conhecimentos que tem nesta matéria, qual acha ser a situação da criança portuguesa relativamente à problemática dos maus tratos?*

**e:** Eu considero que continua a haver muito mau trato silenciado, silenciado e muito mau trato camuflado até, muitas vezes, por algumas instâncias sociais em que isso depois tem haver com algumas questões, mais a frente, acerca da família. Continua a haver nalguns casos pouco respeito pelo direito da criança, procuram-se mais os deveres da criança do que os direitos e este eu considero que é um dos tipos dos maus tratos, é uma das características do mau trato em Portugal, eh, por outro lado as próprias crianças também não têm noção dos seus direitos ... privilegia-se muito a família os direitos da família e não propriamente os direitos da própria criança e neste tipo de erro as instâncias sociais muitas vezes incorrem. Quando tentamos por exemplo assegurar que a familiar tem direito a visita, não asseguramos que a criança tem direito a uma família e asseguramos, por exemplo, que uma criança possa estar numa instituição 5/10 anos e se a família vai visitá-la duas vezes por ano, já tem direito sobre a criança, portanto, isto são falhas gravíssimas, dizem os nossos responsáveis políticos que está a mudar, que está a mudar, mas temos que ver ...

**E:** *Indique as principais causas dos maus tratos às crianças em Portugal.*

**e:** Eu creio que serão as mesmas, a negligência deve ser aquela que predomina.

**E:** *E as causas que estão por trás?*

**e:** As situações que nós referimos eu penso que este conjunto de elementos ... eu penso que estas questões sociais, estas questões económicas também estão na base, a falta de suporte na rede alargada, também, e a falta de saber como lidar com as crianças às vezes são ... também acontece o posto retirar uma criança à família com muita facilidade e com muita ligeireza, portanto e noutros casos não, devia se retirar e não se retira, mas as vezes há uma avaliação que é muito, uma avaliação social muito policial, policiam-se as famílias as vezes dizem-se às famílias: se não conseguir assim vai, não recebe este rendimento, portanto faz-se aqui uma espécie de esquema que se vai, que se vai mantendo.

As grandes causas dos maus tratos neste caso eu considero que são sobretudo questões económicas e sociais.

**E:** *Considerando as necessidades existentes nos vários contextos familiares acompanhados, que tipo de respostas sociais pensa serem necessárias na sua protecção?*

**e:** Eu acho que nas questões sociais, as próprias famílias em si, eu acho que se tem que pensar mais na lógica de prevenção do que de remediação e acho que ainda se pensa mais na lógica de remediação, depois dos problemas surgirem, depois de haverem grandes crises então é que se vai atender a família e procurar recuperar aquilo que as vezes é um trabalho de geração..., e portanto nessa lógica de prevenção nós podíamos analisar famílias, com as mesmas condições sociais e económicas, até viver na mesma, eh, sendo vizinhos o quê que faz com que uma família funcione bem com as mesmas condições e outra não funcione bem. Porque há aí bairros sociais, zonas muito pobres famílias que funcionam bem, com os seus filhos funcionam bem, portanto, e a análise desta diferença podia nos dar alguns indicadores. Eu penso que é isso, é nesse encontro que alguns projectos de intervenção comunitária procuram ir mas falham porque os técnicos mudam todos os anos ou a cada seis meses, portanto, não há muita consistência no trabalho eh ... mas este trabalho de prevenção, de formação, de suporte seria fundamental. Não valorizar pequenos problemas ou pequenas dificuldades que as famílias podem ter, valorizar pequenas competências que podem adquirir eh ..., portanto, pra mim ou pra nós parece tudo muito óbvio mas, mas, de facto se não se começar a fazer esse trabalho de, de prevenção será, será complicado. Por outro lado, é importante dar às famílias na perspectiva da criança (pensando agora na criança) um tempo limite de recuperação. A vida de uma criança não pode não pode compactuar com 5/10 anos de espera ou dezasseis anos e depois é nessa altura que, que pensa que se, que se pretende colocar numa instituição. E as famílias têm direito a serem ajudadas, pois com certeza, o trabalho com elas deveria continuar, mas, devem perceber que se não recuperarem dentro de um ano ou dentro de dois anos com todo o apoio que lhe possa ser facultado, a sua criança tem direito a uma família, portanto aí não deveria ir pra um CAT ou uma instituição deveria ir directamente para uma família de adopção. Logo, desde tenra idade, há crianças que entram na instituição aos três e continuam, com dois anos e que continuam. Agora já se está a tentar atropelar isto, nenhuma criança vai para nenhuma instituição, mas ficam em casa a ser maltratadas, portanto, agora há um outro risco também. Mas seria sobretudo isto prevenir e não remediar.

**E:** *E em relação a suportes como creches, horários ...acha que falham em algum sentido?*

**e:** Claro, são as infra-estruturas de apoio, por exemplo, existem nos outros países nos próprios locais de trabalho dos pais creches de outras instituições isto é um grande suporte, nós sabemos os horários são diferentes, os pais podem levar as crianças enfim, há uma série de elementos da sociedade, das infra-estrutura que se podem criar que poderão facilitar muito a vida aos pais e ajudar na sua parental idade de algum modo nós estamos a falar



sobretudo naquelas situações em que as crianças já foram sinalizadas, em situações que nós sabemos que são de potencial risco em grandes bairros sociais problemáticos e aí faz-se um trabalho sobretudo de remediação essencialmente de remediação. E grande parte da avaliação que se fazem dos projectos de intercepção comunitária que são muitos, que são muitos, quando se vai ver a taxa de sucesso é relativamente reduzida essa taxa de sucesso e de facto tem a ver com os recursos humanos, a forma como são... como vão levando e há um sempre recomeçar e depois a própria comunidade tira partido disto, tiram partido dessas situações.

**E:** *Que leitura faz do papel família nos nossos dias?*

**e:** Eu continuo a considerar que a família é uma célula social importantíssima, o indivíduo é um indivíduo social, nós não nascemos para viver isolados temos que viver em sociedade e a família é muito importante desde que seja funcional ou adaptada, não é, que cumpra a sua função, a função da família e isto em todos os tempos, talvez antes haveriam valores mais sólidos ou até mais rígidos também e neste momento está-se a cair um bocadinho no outro extremo: uma banalização do conceito de família; a facilidade, por exemplo, com que as pessoas se casam, com que se descasam, a facilidade com que não resolvem os seus conflitos, não ultrapassam as suas dificuldades, por exemplo, mas, continuo a considerar que é uma célula base e fundamental da sociedade, e as crianças, o sentimento de pertença a uma família...

**E:** *Das medidas de protecção existentes, qual tem sido a mais aplicada, ou seja, dentro das solicitações que vos são feitas, qual a vossa percepção da medida mais aplicada em situações de mau trato?*

*Qual tem sido a solicitação da medida acolhimento institucional?*

**e:** O acolhimento em instituição deveria ser a última medida. É a medida mais criticada de um modo geral, mas é aquela que é mais solicitada, na minha opinião, na minha percepção, eu não tenho valores estatísticos, na minha percepção, eh ... , e portanto, provavelmente como não há este trabalho de prevenção, quando os técnicos encontram os casos já entrou no limite, já entrou numas situações extremas, portanto, nem sequer há tempo ou hipótese de tentar um acolhimento junto dum familiar ou um acolhimento junto duma família idónea, portanto, já procuram logo a medida mais radical que tem a ver com esta questão de base que é o trabalho de prevenção e de recuperação das famílias. De algum modo, portanto, a percepção que eu tenho é que é o acolhimento em instituição, embora, não sei se actualmente há a tentativa de... está-se na fase de desinstitucionalização..., mas isto tem a ver, na minha

opinião, com estatística e com a política, não é. É bom que não haja x crianças em instituições e, portanto retiram-se as crianças das instituições. Nós temos um caso caricato em que retirou-se para a família e depois voltou para aqui, a família veio pedir... e dois casos, dois casos, ... portanto, e também há estes extremos de alguma forma, sem muitas vezes se fazer uma avaliação adequada, portanto, adequada de todas as situações.

**E:** *O que é o acolhimento em instituição? Como é que ela garante a protecção do menor, já me disse agora a Dr.<sup>a</sup> Ivone o que a medida garante, como garante a protecção do menor.*

**e:** Na minha opinião, na medida em que garante , o acolhimento assegura à criança todas as condições para ela crescer de uma forma saudável, equilibrada e estável, apenas não é uma família. Este é um apenas mas que é muito significativo, é claro que nós tentamos colmatar com as famílias de afecto que elas têm ... e temos aqui vários exemplos que na relação com as famílias de afecto elas muitas vezes sentem como na sua própria família e há uma relação continuada e estável no tempo e, que por vezes, até são o único percurso quando saem daqui, também temos exemplos desses mas de facto onde elas vivem permanentemente é num espaço onde não é a sua família mas ..., tentando assegurar desde as condições mais experimentais até as mais emocionais, informativas a diferentes níveis, portanto, isso tenta-se assegurar.

**E:** *Como é que me define o acolhimento em instituição*

**e:** É uma medida de protecção ... é uma possibilidade de poder viver, melhor sobreviver, portanto, é uma possibilidade de vida, é uma possibilidade de vida adequada e respeitando o seu direito de criança.

**E:** *Que avaliação faz da eficácia das medidas aplicadas?*

**e:** Eh... estou a ver aqui nos meus apontamentos, eu acho que eu não tenho ... por um lado não tenho dados suficientes, por outro lado, eh, preconiza-se em relação às medidas aplicadas um trabalho de articulação, de avaliação regular e constante das situações, nós não temos sentido isso muito, portanto, não há um trabalho duma equipa que se pretende... há casos em que se não sou eu a procurar uma determinada técnica de gestão do caso, por exemplo, ou até a própria família biológica, por exemplo, não, não tenho nenhuma reunião ao longo de um ano, de dois anos com os responsáveis que colocaram por vezes cá, não é verdade, isso acontece. Eh, portanto, avaliação da eficácia, se entendermos como eficácia como a criança regressa a família e a família está recuperada, eu acho que não há eficácia nesse sentido,

porque não vejo as famílias... nenhuma das nossas famílias estão completamente recuperadas, pois não, ...se pensarmos na eficácia no sentido de a criança está protegida, tem oportunidade de vida, aqui eu vejo como eficaz, no nosso exemplo eu vejo como eficaz. Nós estamos num espaço agora onde há estudantes do ensino superior... ao sair do colégio são licenciadas e vão construir as suas famílias e temos exemplos desses e que depois vêm cá também dar-nos conta da sua vida, felicitar-nos e tudo mais. Nesse sentido eu vejo eficácia. Não vejo eficácia no sentido do quê que fica lá pa trás e vejo outra eficácia importantíssima que é o facto duma criança ser retirada de uma família de risco, de poder ter um percurso de vida alternativo que faz com que ela própria não seja uma família maltratante, a probabilidade de ela ser uma família maltratante é muito menor, então, estamos aqui a cortar um ciclo, não é ...

**E:** *Quais considera serem as características positivas e negativas do acolhimento em instituição?*

**e:** A negativa que eu vejo é a privação da sua família, a privação do direito de ter uma família biológica, não uma família que nós tentamos colmatar isso, mas o direito de ter a sua família, uma família funcional, uma família equilibrada uma família que pudesse cuidar dela, portanto, esse é o principal aspecto, o principal aspecto negativo.

**E:** *As positivas...*

**e:** São a àquelas que nós dissemos há bocadinho ..., em termos educacionais, em termos da sua formação nos diferentes termos, em termos emocionais, a nível físico até, nas experiências proporcionadas às meninas em fim ...

**E:** *Quais as entidades responsáveis e/ou envolvidas na institucionalização dessas crianças?*

**e:** As comissões de protecção e o tribunal, não é, cada criança tem que ter aqui uma medida social, mas nós, ainda temos alguns casos em que foram as próprias famílias que vieram cá pedir ...

**E:** *Qual era/m a/s causa/s do pedido de acolhimento?*

**e:** Nesses caso era... mais uma situação de conflito parental (interrupção) ..., portanto era um caso de conflito parental de jovens pais divorciados que havia uma avó que cuidava depois a mãe queria cuidar, o pai queria cuidar, este queria cuidar ... e portanto a criança estava um bocadinho lançada eh ... portanto, estava numa ama e a família conhecia o colégio e pediu ... estava numa ama a tempo, primeiro a tempo inteiro, depois com os progenitores, havia algo

muito, muito confuso e a própria família veio cá pedir ajuda e quer o pai, quer a mãe, quer os familiares concordaram, neste momento está tudo a correr bem ... e há outros casos, antes predominavam mais, só que depois de entrarem mais informal nós temos que regularizar a situação e as famílias eram reconduzidas para as comissões ... nestes casos há um trabalho facilitado com as próprias famílias, que permite-se a família sempre como um complemento em que o colégio é uma ajuda é um apoio e, e isto é tudo muito mais harmonioso para as crianças e facilita bastante o trabalho...

**E:** *Que modelo de intervenção sugere para maior protecção dos menores?*

**e:** Eu não sei se poderemos chamar assim, mas, é pra já uma intervenção... a começar pela própria família...

Isso mesmo, preventiva e em rede, portanto, prevenir e não remediar e fazer um trabalho em rede. Um trabalho em rede é: há técnicos a mais envolvidas com as famílias, são as famílias multiassistidas e multiproblemáticas, são as famílias múltiplas, não é, portanto, depois existe o serviço, a assistente social do rendimento mínimo de inserção, a assistente social da acção social, a psicóloga do projecto de intervenção comunitária, a psicóloga do rendimento individual, mais não sei quem, mais não sei àqueloutro, e aí nós estamos a dar indicadores às famílias como é que elas devem manter as vezes os seus problemas e até serem reforçadas tirando partido de tudo isto. Realmente as vezes isto acontece e, e isto acontece também porque há muitos técnicos e não há tempo pa reunirem, pa articularem, na maior parte dos casos, pa fazerem um trabalho em rede conciso e concertado, não é ..., com uma estratégia linear e na maior parte dos casos isto não acontece, não acontece, não há tempo, não há uma conversa de bastidores entre dois técnicos, não se faz um trabalho em rede, portanto, o modelo poderia ser este um modelo de uma intervenção sistémica, em rede, preventiva e depois um apoio contínuo , portanto, as famílias precisam numa primeira fase dum trabalho mais intensificado e depois um acompanhamento regular da situação indo sendo espaçado mas indo sendo a família acompanhada.

**E:** *Muito obrigada pela colaboração.*

### Guião de observação da entrevista 8

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Recepção com alguma formalidade, mas com simpatia e atenção.
	Ambiente Geral	Ambiente calmo e agradável, quase nenhum movimento verifica na instituição.
	- Dimensão e iluminação	Instituição muito grande, sala de atendimento espaçosa, com muita iluminação.
	- Mobiliários	Mesa redonda e cadeiras à volta, alguns instrumentos de trabalho.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura correcta
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais e não verbais. Linguagem acessível, simples. Responde com muita serenidade às questões colocadas mas com convicção.
Interferências/interrupções		Uma interrupção – pedido para atendimento do telefone.
Observações		Entrevista realizada em boas condições, silêncio absoluto. Presença da Directora Técnica – Irmã Paulina durante a entrevista. Total colaboração com a investigação.

## Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 8

Categorias	Subcategorias	Excertos
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	<i>... sabemos que a criança é uma criança com direitos, antes pelo contrário, nem é menor é maior e, e mesmo o sentido que se pretende é alguém que por ainda não estar completamente desenvolvida a diferentes níveis ele necessita duma orientação do adulto ... eu acho que há diferentes formas de mau trato: há uma mau trato que não é muito falado e que não está, não está relacionado com o nível socioeconómico mais baixo, passa-se num nível socioeconómico mais alto e este é o mau trato por negligência ...</i>
	Criança maltratada - Características	<i>É agressiva, também, pode ser uma criança indiferente, desmotivada, com baixa auto-estima completamente, que desinveste em si própria, que desinveste nos estudos e sobretudo na relação com os adultos ou na relação com algumas figuras de autoridade, muito oposicional ...</i>
	- Situação familiar (tipo de família)	<i>Eu acho que nós temos todas ..., temos as nucleares simples, temos as monoparentais, temos as recompostas e até temos outra que é no caso duma, duma mãe que vive com dois amigos, por exemplo, só a mãe e dois amigos. ... e temos outra: de crianças que não têm ninguém da família, portanto, só elas próprias, não há, não há mais ninguém.</i>
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	<i>A negligência</i>
	Maus tratos - Local de ocorrência	<i>Na família, em privado, onde os pais são alcoólicos, famílias onde existe a toxicodependência ...</i>
	- Factores/causas dos maus tratos	<i>Há um factor que interfere e que é transversal, que são as baixas condições sociais e económicas ... por um lado as questões económicas, por outro lado eu considero que há um baixo, muitas vezes um baixo suporte parental. A rede social das próprias famílias muitas vezes não é uma rede funcional ...</i>
	Casos de maus tratos considerados marcantes	<i>Pra mim, pra mim foi uma situação, é uma situação de uma, de uma criança, na altura ainda era uma criança que foi, eh, violentada brutalmente quer pelo pai quer pela mãe e que depois, e que depois foi cuidada por uma pessoa débil ...</i>
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	<i>Eu considero que continua a haver muito mau trato silenciado, silenciado e ... camuflado ... Continua a haver alguns casos pouco respeito pelo direito da criança, procuram-se mais os deveres da criança do que os direitos e este eu considero que é um dos tipos dos maus tratos, é uma das características do mau trato em Portugal, eh, por outro lado as próprias crianças também não têm noção dos seus direitos ...</i>

	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	<i>... a negligência deve ser aquela que predomina. ... eu penso que estas questões sociais, estas questões económicas também estão na base, a falta de suporte na rede alargada, também, e a falta de saber como lidar com as crianças às vezes são ...</i>
	Família - Leitura da família nos nossos dias.	<i>Eu continuo a considerar que a família é uma célula social importantíssima, o indivíduo é um indivíduo social, nós não nascemos para viver isolados temos que viver em sociedade e a família é muito importante desde que seja funcional ou adaptada, não é, que cumpra a sua função, a função da família ...</i>
	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	<i>Eu acho que nas questões sociais, as próprias famílias em si, eu acho que se tem que pensar mais na lógica de prevenção do que de remediação e acho que ainda se pensa mais na lógica de remediação, depois dos problemas surgirem ..., então é que se vai atender a família e procurar recuperar aquilo que as vezes é um trabalho de geração ..., e portanto nessa lógica de prevenção ...</i>
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	<i>O acolhimento em instituição deveria ser a última medida. É a medida mais criticada de um modo geral, mas é aquela que é mais solicitada..., e portanto, provavelmente como não há este trabalho de prevenção, quando os técnicos encontram os casos já entrou no limite, já entrou numas situações extremas, portanto, nem sequer há tempo ou hipótese de tentar um acolhimento junto dum familiar ou um acolhimento junto duma família idónea, portanto, já procuram logo a medida mais radical ...</i>
	Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional	<i>A negativa que eu vejo é a privação da sua família, a privação do direito de ter uma família biológica ...</i>
	Eficácia das medidas aplicadas	<i>... preconiza-se em relação às medidas aplicadas um trabalho de articulação, de avaliação regular e constante das situações, nós não temos sentido isso muito, portanto, não há um trabalho duma equipa que se pretende..., não tenho nenhuma reunião ao longo de um ano, de dois anos com os responsáveis que colocaram por vezes cá, não é verdade, isso acontece. Eh, portanto, avaliação da eficácia, se entendermos como eficácia como a criança regressa a família e a família está recuperada, eu acho que não há eficácia nesse sentido, porque não vejo as famílias ... nenhuma das nossas famílias estão completamente recuperadas ... se pensarmos na eficácia no sentido de a criança está protegida, tem oportunidade de vida, aqui eu vejo como eficaz, no nosso exemplo eu vejo como eficaz.</i>
	Sugestões para melhor protecção de menores	<i>Eu não sei se poderemos chamar assim, mas, é pra já uma intervenção ... a começar pela própria família ... Isso mesmo, preventiva e em rede, portanto, prevenir e não remediar e fazer um trabalho em rede. Um trabalho em rede é: há técnicos a mais envolvidas com as famílias (...) portanto, o modelo poderia ser... de uma intervenção sistémica, em rede, preventiva e depois um apoio contínuo ...</i>

## ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO À INFANCIA BISPO DON BARROSO

Nº da entrevista: 9

Nome do entrevistado: Joana Costa

Função: Psicóloga

Data da entrevista: 26/06/08

Hora de início: 17:00

Duração: 1h

Local da entrevista: Associação de Protecção à Infância Bispo Don António Barroso, Porto.

### **Caracterização da Instituição**

Ano: 1903

Nº utentes: 30

Sexo: Feminino

Idades: 07 - 17

**E:** *Muito boa tarde, começando a nossa entrevista, começava por lhe perguntar como define menor.*

**e:** Ora bem, o menor será aquela criança que ainda não tem capacidades, enfim, cognitivas, pelo menos cognitivas para poder, enfim, poder ser no mínimo independente e para poder ter uma vida activa em todos os aspectos, não é, que nos compõem enquanto indivíduo, portanto, são crianças desprotegidas que precisam de alguém que, que lhes oriente, enfim, o futuro e o presente e que olhe por elas e que as trate com o mínimo de dignidade que merecem.

**E:** *E mau trato, pra si quando é que um menor é maltratado?*

**e:** Nós temos aqui realmente vários tipos de mau trato: temos realmente o mau trato físico e temos o mau trato psicológico, é discutível qual deles será o pior, não é, temos aqui crianças em ambas as situações e em que as situações as duas se juntam, não é, e o mau trato realmente é físico e é psicológico e é continuado e normalmente isso acontece ao longo de vários anos, também temos casos em que existem situações de vida que alteram o comportamento dos pais ou das famílias em que as crianças se, estão inseridas e os maus tratos são demarcados a partir de determinado acontecimento de vida. Mas a minha experiência aqui nesta associação diz-me que os maus tratos vêm desde, desde a infância. (...) portanto, é um, um processo que, que vem desde, praticamente quando elas nascem.



**E:** *Com base nas situações a que tem dado resposta trace um perfil da criança maltratada.*

**e:** Olhe, são crianças que vivem muito no mundo delas, no geral, porque também temos aqui crianças que, por exemplo, chegam aqui e despejam e contam tudo a toda a gente, e contam tudo a toda a gente de tal maneira que, às vezes fantasiam e, mas normalmente são crianças muito fechadas que não estão dispostas nem abertas a receber qualquer tipo de afecto, não gostam muito de falar sobre as experiências que viveram, têm muitas dificuldades na socialização, têm muitas dificuldades na aprendizagem porque na maior parte das vezes existe um bloqueio afectivo, não gostam de conhecer novas pessoas, têm dificuldades de relacionamento com as crianças da idade delas e com e com, enfim, com adultos, eh, têm normalmente falta de regras ou pelo contrário, são muito submissas, eh, portanto existe realmente uma série de características que nos levam a pensar que ali há qualquer coisa que não está bem, poderão ser sinais de que há qualquer coisa que não está bem, embora, estas famílias que são completamente desestruturadas, não é, a maioria das meninas que nós recebemos aqui (porque a nossa associação só recebe meninas), vêm de famílias completamente desestruturadas eh, aconteça, os maus tratos aconteçam só relativamente, por exemplo, a uma das crianças.

Nós temos aqui uma caso que é bastante grave eh e são, a menina tem mais 3 irmãos e os maus tratos foram só dirigidos a esta. (...) Foi violada pelo irmão mais velho e os maus tratos aconteceram desde sempre, portanto ela relata a vida dela e ela fala dos pais, principalmente da mãe, ela diz que, a minha mãe nunca gostou de mim, eh, portanto, a minha mãe nunca me sentou ao colo dela, nunca me deu carinhos, e ela tem mais dois irmãos mais novos e eu já pude observa, a nossa assistente social foi até há pouco tempo fazer uma visita à família eh, que a senhora realmente tem cuidados com os mais pequeninos, é muito protectora, não quer, por exemplo, que os meninos vão para campos de férias agora (porque eles podem ser inseridos e era bom pra eles porque eles moram realmente num meio muito pobre, muito rural), ela já disse “não quero que os meus meninos, ninguém tira os meus meninos do pé de mim”, e ela ta sempre com a filha ao colo, e faz-lhe muitos carinhos e esta coitadinha ... eh, portanto, há qui uma ..., a situação não deve ser vista só, tem que ser vista como um todo, portanto, há vários factores que tem que ser analisados porque muitas vezes as crianças também chegam aqui e também mentem, portanto, o quê que é importante pra percebermos se realmente ..., existem uma série de factores que nos podem levar a desconfiar, que é o isolamento social, a falta de regras, a agressividade com que as crianças se dirigem às outras e aos adultos.

Nós temos aqui o caso de uma menina, por exemplo, se nós fizemos um movimento mais brusco, como ela encolhe-se toda, portanto, isto leva-nos a crer que ela coitadinha, devia ser muito maltratada, eh, eu penso que sim, é esta falta de receber e de dar afectos, é a dificuldade de comunicação, as dificuldades de aprendizagem são imensas, eu penso que no fundo são estes os aspectos embora a situação tenha que ser analisada no global, não é, a família, o meio em questão inseridos, todas estas coisas.

**E:** *Quais as situações familiares destas crianças? (familiar nuclear simples, monoparental, recomposta, outra ...)*

**e:** Temos aqui os vários tipos de família que refere aqui nós temos cá, eh, por exemplo, temos uma menina com 8 anos, a mãe, a mãe vive sozinha, portanto, não está com o companheiro, tem 21 anos e tem uma menina com 8 e já teve outro que tem um ano e meio que também está noutra associação, portanto, a jovem vive com a mãe, eh, temos pelo contrário uma menina aqui que o pai já casou ou já, já teve filhos com 5 ou 6 pessoas diferentes... (interrupção) ( risos) portanto, o pai da menina já teve relacionamentos penso que com 5 ou 6 senhoras diferentes de onde resultaram filhos, ora bem, o senhor é é proxeneta, a mãe é prostituta, as outras senhoras com quem ele teve filhos também são prostitutas, e a mãe neste momento esta casada com o irmão dela ...

**E:** *Irmão?*

**e:** Sim, portanto, irmão só da parte do pai. Irmão da menina, a mãe da menina está casada com irmão da miúda por parte do pai. Portanto, o padrasto da miúda, é irmão dela e a mãe é cunhada dela também, portanto está a imaginar a confusão na cabeça desta miúda que está a desenvolver uma perturbação da personalidade, uma perturbação esteriónica\* e, e, é, são casos muito complicados, portanto, está a imaginar este tipo de famílias, não é, vive toda agente ao monte, vivem todos juntos, os avós, a mãe, a ama e depois vive uma outra senhora que ela não sabem muito bem, é que o pai vai buscar o dinheiro “não sei quê”, pronto.

Depois pelo contrário, temos famílias que os pais vivem juntos mas não têm possibilidades porque estão desempregados e porque tiveram sempre uma vida muito complicada, estão desempregados e não têm possibilidades para terem as filhas em casa e então têm as filhas netas associações, são pais presentes, vêm buscá-las aos fins de semana, vêm visitá-las muitas vezes, levam-nas pra casa nas férias, pelo contrário, temos meninas que foram abandonadas e que não conhecem nem o pai nem a mãe, temos outras que só conhecem a mãe e não conhecem o pai, portanto, como pode ve, o leque e o tipo de famílias é muito variado.

**E:** *Mas são basicamente famílias...*

**e:** Desestruturadas com muitas dificuldades financeiras, eh, enfim, são famílias como é que eu lhe hei-de explicar, enfim, estão completamente à parte do funcionamento normal em sociedade, pronto, são pessoas que recorrem a tipos de emprego não convencionais, não é, são pessoas que se dedicam ao tráfico de droga, temos aqui meninas que têm os pais pesos, outras têm com pulseira electrónica, é muito complicado, temos aqui 2 ou 3 casos apenas de pais que vão mantendo o trabalho e tivemos, felizmente, na sexta feira passada, uma mãe que conseguiu levar a menina pra casa, porque enfim, foi tentando sempre ao longo dos anos, a situação foi avaliada, e pronto, a menina foi pra casa e ficaram todos muito felizes e nós também, porque a nossa vontade era que fossem todas pra casa, portanto, pra lhe responder a esta pergunta de forma mais incisiva, não existe um tipo de família característico que defina a família que maltrata o menor, na minha experiência porque realmente nós aqui temos vários tipos de família.

**E:** *Passando ao ponto II, factores de risco e o acolhimento, indique as causas do acolhimento de menores em instituições (no caso na vossa instituição). Qual a causa mais frequente do acolhimento?*

**e:** São os maus tratos, são os maus tratos, dentro dos maus tratos temos as violações, não é, temos aqui 2 ou 3 casos, temos a toxicodependência que acaba por ser um mau trato psicológico, não é, de descuido ao nível da higiene, negligência, a nível afectivo, de formação, portanto, por exemplo, temos aqui uma menina que a mãe é alcoólica e penso que também está na prostituição. A miúda teve dois anos sem estudar, ia com a mãe para o monte, portanto, quer dizer, não existia um mau trato físico, mas a miúda, coitada, enfim, é uma criança completamente desmotivada, não tem objectivos, pede muito carinho ao contrário de muitas que nós temos aqui que, que, que repelem mas ela pede muito carinho e depois temos aqui crianças que como já lhe referi há pouco, que reagem com agressividade, esta menina pede carinho e é muito carinhosa, e até é uma menina que vive muito no mundo dela, fala muito pouco, portanto, aqui o motivo do acolhimento na grande maioria são os maus tratos. Posso dizer que 80% são maus tratos.

**E:** *Dentro dos maus tratos, a modalidade mais frequente será...?*

**e:** Negligência, negligência.

**E:** *Onde ocorrem com mais frequência estas situações de maus tratos?*

**e:** É em casa, no seio familiar.

**E:** *Considerando este local (onde ocorrerem com mais frequência os maus tratos), quais considera serem os factores de influência?*

**e:** Os factores de influência, eu penso que isto tudo terá a ver com a situação de vida das pessoas também, se recuarmos, também tem a ver com a formação das pessoas, quer dizer, isto parece que é uma bola de neve, não é, porque as pessoas têm pouca formação, eh, têm empregos precários exactamente, sentem-se infelizes, ganham uma miséria, mas enfim, também não têm habilitações para conseguirem coisas melhores, eh, portanto, as pessoas vivem infelizes, vivem com dificuldades, apesar disso, continuam a ter filhos, e a miséria vai aumentando, portanto, eu penso que existe aqui também uma pobreza de espírito e uma falta de responsabilidade perante a vida das crianças, não é, que vão vindo, que eu penso que será isto que motiva, acho que é a pobreza em termos financeiros, porque as pessoas vivem infelizes e, e não têm as coisas ..., porque eu acredito que muitos pais, apesar dos maus tratos às crianças, eh, também se sintam revoltados por não terem comida pra dar às crianças e que não ..., pronto e eu penso que isto gera comportamentos agressivos e depois eu penso que isto às vezes até passa para o patológico, porque temos aqui pessoas que estão a ser, mães de crianças que temos aqui que estão a ser até acompanhadas no Magalhães Lemos, depois vêm as depressões, portanto, isto é uma bola de neve, é muito complicado e eu penso que realmente a parte financeira é muito importante, mas eu penso que a falta de formação já também na educação destes pais que é uma coisa que vem mais de trás, eu penso que isso é principalmente ..., e depois é assim, há aqui muitos pais que apesar de até terem ajuda e de terem pessoas que até querem ajudar, eles não querem, que é o que eu acho inacreditável, portanto, estas pessoas recusam a ajuda, não querem a ajuda, porque, não sei, se calhar sentem-se mais humilhados por estarem que, tar a pedir ajuda, prontos, e depois as pessoas vão caindo nestas vidas a pobreza vai aumentando e vão aumentando os comportamentos desajustados e depois quem acaba por sofrer as consequências são as crianças.

**E:** *Indique uma ou duas situações de mau trato que lhe tenha sido marcante.*

**e:** Olhe pra mim, eh, aquilo que, marcou-me muito uma criança que nós temos aqui eu até já lhe falei aqui nela, foi, portanto, ela quando chegou aqui à associação, ala veio pra cá até há pouco tempo, mas eu acho que esta história, e e até tem a ver com esta falta de formação que lhe falei agora. Tamos a falar de uma jovem com 15 anos, que, portanto, os pais vivem em casa, portanto é uma família relativamente normal, porque não existem aqui meios irmãos,

nem ..., portanto, vivem todos juntos. Eh, esta menina tem um irmão mais velho com 18 ou com 19 anos que no ano passado lhe perguntou se ela queria fazer aquilo que os pais fazem e ela disse que sim, disse que sim, pra já, isto não é nada normal, não é, nem num irmão perguntar isto à irmã embora muitas vezes os irmãos até tenham este tipo de contacto embora já não seja muito normal na idade dele, não é, na idade dela também não, portanto, isto pra mim já é inacreditável, a miúda ter dito que sim, também é inacreditável, não é, eles mantiveram relações sexuais durante vários anos, eh houve uma das vezes que a miúda não quis, recusou-se, ele obrigou-a que é o dia em que ela descreve como sendo a violação e que ela nunca me contou, eu vim a saber disto numa das visitas que fiz à Polícia Judiciária com ela, e foi o inspector que me contou porque ela não contava porque ela deve ter vergonha, não é, ela tem vergonha de dizer que sim que aceitou, que ela foi, portanto que isto foi autorizado, não é, ela, ela, ela compactuou, a miúda depois ficou grávida, ela não queria dizer de quem era o filho, a mãe depois a espancou uma tarde quando ela disse que era do irmão porque ninguém acreditou na miúda eh, e pronto, depois acabou por fazer um aborto, entretanto, a miúda foi pedir ajuda à segurança social porque acho que levava pancada todos os dias para além daquela que já tinha levado ao longo dos anos, não é, o caso agravou, eh, pronto e fomos a falar de uma miúda completamente descompensada que apesar disto tudo quer estudar e quer ter uma profissão, e que apesar disto tudo ainda se preocupa com o irmão, porque eu perguntei-lhe se ela queria seguir com o processo de queixa crime que o Ministério Público instaurou e ela disse que queria seguir pra dizer que estava a falar a verdade mas, por outro lado, não queria porque não queria que o irmão fosse preso, eh preocupa-se muito com a família embora a família não queira saber dela, é uma miúda muito afectuosa, é muito querida, normalmente não dá problemas (...).

Eu, o caso desta menina marca-me em especial porque, apesar disto tudo ela ainda tem carinho, sentimentos bons pelo irmão, não é, que, que pronto, que apesar de tudo, que lhe fez mal, porque ela vive aquele momento e aquele dia como sendo um dia que o irmão lhe fez mal. Os outros (dias) ela sente vergonha mas ela consegue encaixar aqueles acontecimentos, na falta de formação que ela tem, ela consegue encaixar aqueles acontecimentos mas realmente apesar dela sentir aquele dia e os dias que se seguiram como dias em que toda a gente lhe fez muito mal, principalmente o irmão, ela ainda tem sentimentos de defesa, de protecção para com o irmão porque diz “ele é meu irmão, eu não quero que ele seja preso, não quero que lhe aconteça nada de mal, eu só queria que os meus pais soubessem que eu estou a dizer a verdade, que foi realmente o meu irmão que eu não estou a mentir”, e eu acho esse caso aqui um dos mais, um dos que toca mais as pessoas que trabalham aqui.

Depois temos aqui muitas meninas que foram muito maltratadas e todas elas se tivessem um acompanhamento devido ao longo dos anos, elas poderiam ser perfeitamente normais, se poderiam enquadrar numa sociedade, irem estudar para universidade, tirarem um curso terem um emprego, só que isto são processos muito complicados e eu penso, a minha opinião sobre essa associações é que essas associações têm andado muito entregues..., o Estado não tem estado muito em cima destas coisas, portanto isto, as pessoas são aqui criadas e depois acabam por ficar à frente disto, aqui há , há vários casos assim, de pessoas que foram aqui criadas e acabaram por ficar à frente destas casas, eh, posso lhe falar em casa deste género onde ainda são aplicados maus tratos às crianças, eh, e portanto, eu tenho aqui uma opinião muito particular em relação a este processo de socialização, porque a ideia nestas instituições é preparar as crianças pra que elas quando atingem a maioridade que está estipulada e que são os 18 anos, possam ir lá pra fora e terem um emprego e serem independentes e terem como se manter e não andarem a pedir rendimentos sociais de inserção e terem que andar a recorrer à outras instituições, quer dizer, vêm-se livres de uma e depois acabam por ficar pesas a outras e isto é um processo que nunca mais acaba, mas eu penso que o Estado está a reformular estas coisas todas e eu penso que, que a coisa vai, vai melhorar, eh, mas, realmente é, isto é tudo um processo muito difícil e realmente as crianças é que acabam por ser prejudicadas ..., desculpe eu vou me perdendo ...

**E:** *Maus tratos às crianças em Portugal. Dos casos acompanhados e dos conhecimentos que tem nesta matéria qual acha ser a situação da criança portuguesa em relação à problemática dos maus tratos?*

**e:** Olhe, sabe que, a minha opinião acerca disso isto depende muito, por exemplo, se nós formos analisar a situação das cidades do interior é muito diferente, por exemplo, das situações que se vivem nas grandes cidades, nas metrópoles, portanto, eu acho que a questão geográfica também é uma questão a considerar aqui na, nos, nos factores dos maus tratos, porque enfim, as pessoas acabam por ter uma cultura diferente, embora dentro do mesmo país, as culturas são muito diferentes e as cidades do interior, realmente as cidades do interior, ainda há pouco tempo vimos aquela reportagem daquela menina que vivia numa aldeia em Trás-os-Montes, a Rosa, eh, pronto, realmente, quer dizer, aquilo é, parece que revemo-nos num filme de há 60 anos atrás, não é, e eu penso que nesses casos os maus tratos serão por motivos diferentes dos de, por exemplo, as grandes cidades, embora eu pense que o indicador ou que a causa principal dos maus tratos por todo o país seja realmente a falta de formação dos pais, das pessoas que não tão preparadas para assumirem a responsabilidade de

terem um filho, para terem a responsabilidade de pensar, são pessoas que não pensam no amanhã, as pessoas pensam ok, hoje é assim, amanhã logo se vê e depois as dificuldades da vida são tantas e são cada vez mais que é o que eu lhe falei há pouco, quer dizer, as pessoas andam infelizes a juntar a falta de formação e de preparação intelectual e afectiva dos próprios pais, embora eu conheça casos de pessoas que têm alta formação intelectual, pelo menos e que maltratam, maltratam os filhos, portanto vê-se que existe aqui uma má formação afectiva muito grande que eu penso que será esse, eh que será essa a principal causal, causa, embora, eu acho que existem aqui variáveis que tem que ser tomadas em consideração.

Acho que a situação geográfica poderá ter a ver, o tipo de cultura tem a ver, eh, o isolamento, ainda existem pessoas que vivem em isolamento, que têm que fazer não sei quantos quilómetros por dia para as crianças irem para a escola ou que por e simplesmente não podem ir para à escola porque não têm meio de transporte, não têm dinheiro pá pagar o táxi e o autocarro, portanto nós ainda temos esse tipo de pobreza em Portugal mas eu penso que geral é a falta de formação e, é, é a parte afectiva e emocional das pessoas é desestruturado e eu penso que esse é o principal problema e depois são as patologias que enfim, a toxicodependência, o alcoolismo, tudo isso são factores que têm que ser tomados em consideração, agora, se quer que lhe diga uma principal causa eu acho que é muito difícil definir a principal causa, eu acho que realmente é mesmo uma falta de, de equilíbrio afectivo, penso que será essa a principal causa.

**E:** *Tendo já respondido a questão que se seguia, passo a perguntar, considerando as necessidades existentes nos vários contextos familiares acompanhados, quais são as respostas sociais que considera serem necessárias às familiar?*

**e:** As famílias ..., muitas vezes quem precisa de ajuda é a criança claro que ela precisa de ajuda porque é ela que é maltratada, mas quem precisa de uma ajuda mais prática acaba por ser as famílias. Tem que se integrar as famílias na sociedade, tem que se arranjar, não é incentivá-los a ficarem em casa com os rendimentos de reinserção social, porque eu também tenho uma opinião um bocado, enfim em relação a isso, porque acho que o Estado muitas vezes incentiva as pessoas que realmente ficam em casa, “para quê que eu me vou esforçar à procura de um emprego se eu até recebo um cheque todos os meses e não tenho que fazer nada?”, penso que o principal passo será realmente encaminhar as pessoas para um emprego e será a intervenção primária na comunidade ao nível realmente da toxicodependência, do alcoolismo, encaminhar as pessoas para empregos, sensibilizá-las para esta questão dos filhos, de terem os filhos, porque nós achamos inacreditável, como é que há pessoas que

ainda dizem que, que não podem tomar a pílula ou que são alérgicas a não sei quê ou que ..., para tudo isto existe uma solução, mas acho que ainda há muita gente que não sabe disto portanto acho que devemos ser mais incisivos nesta matéria, eu penso que apoiar as famílias é dirigi-las exactamente para o trabalho, apoiá-las ao nível afectivo que muitas vezes este tipo de apoio também falta, realmente as pessoas são dirigidas para os sítios e até existe um apoio a esse nível, mas, mas quer dizer, continua a haver uma descompensação, quer dizer as pessoas andam aqui um bocado ..., “pronto, agora me arranjam este emprego eu tenho este emprego, depois se me vier embora logo se vê vou pedir ajuda outra vez ...”, falta aqui um bocado, a educação para aquilo que deve ser uma vida saudável em comunidade, que é as pessoas trabalharem e puderem proporcionar o melhor que puderem aos filhos, eh, pra viverem o melhor que puderem enfim, enquadrados na sociedade, estabelecer boas relações com as pessoas, criar uma rede de apoio, portanto, eu penso que isso é realmente importante porque pra essas crianças serem ajudadas o principal será realmente trabalharem as famílias, proporcionar-lhes os meios para que elas possam vir novamente buscar as crianças porque se a família estiver minimamente equilibrada e se tiverem apoio e se estiverem sensibilizados para que é preciso trabalhar, é preciso seguir em frente, é preciso sermos nós a construir as coisas para podermos facilitar as coisas aos nossos filhos, para lhes podermos dar aquilo que nós precisamos, porque há aqui, nós temos aqui meninas que as mães fazem-nas e ok prontos, vai nascer, depois eu vou largá-la aí numa associação qualquer, temos aqui várias meninas nesta situação, portanto, as mães vão-nas tendo e depois, ah agora tou grávida, pronto ok, não faz mal, não tem problema nenhum, daqui a nove meses nasce e eu vou pô-la aí numa associação que receba bebés, e é nisto também que tem que se trabalhar, também tem que se explicar a estas pessoas que não pode ser assim, e eu o trabalho que eu faço aqui diariamente com as meninas é exactamente falar-lhes sobre isto: que elas têm que ter um futuro, que não podem pensar no amanhã... que não podem tar a espera da ajuda dos outros, da boa vontade dos outros, temos que fazer por nós, temos que ser nós a lutar por aquilo que queremos.

Um caso, uma menina que nós recebemos aqui com 12 anos ou com 13, com suspeita de vir grávida, e eu perguntei-lhe: então minha querida diz-me lá o quê que tu pretendes fazer se estiveres grávida, – “então, crio o putó”. Foi assim que ela me respondeu com 13 anos, portanto, uma pessoa fica em estado de choque a ouvir isto. Eu disse: então como é que tu esperas fazer isso –“ah isto é muito fácil, vou pedir uma amiga que tem 16 anos, que teve agora um bebé, peço-lhe a roupa, depois a comida arranja-se e depois logo se vê”. Portanto, há pessoas, há crianças em Portugal com esta mentalidade e que pensam assim porque a família lhes educou assim, porque é este o exemplo que eles têm, são esses os padrões pelos



quais as crianças se regem, portanto, insistir na família e reeducar a família, tem que se insistir nisto mas isto tem que ser um trabalho diário, sistemático, tem que ser sempre, porque surgem dúvidas, estão sempre a surgir problemas eu vejo aqui com as crianças, eu sou a única psicóloga aqui e o meu trabalho aqui acaba por nem ser tanto o de psicóloga clínica, é um trabalho, é, é a mesma coisa, é o mesmo, eu tenho 30 filhos, portanto, todos os dias surgem problemas diferentes, ah agora vem-me o período é a primeira vez, ah e agora arranjei namorado ele quer não sei o quê, ah e agora como é que se faz não sei quantos..., e nós temos que garantir que estas miúdas, portanto, nós temos que as apoiar em todos os aspectos da vida dela, não é, no aspecto afectivo, na escola, temos que as ajudar a escolher os cursos que elas querem, se querem estudar numa escola normal ou se querem tirar um curso profissional, porque nas associações, também há mania de enfiar as miúdas em cursos profissionais porque acham que são meninas da associação, se são meninas da associação são burras e então têm que ir para cursos profissionais onde andam crianças com dificuldades, temos que lhes comprar roupa levá-las ao médico, ter em atenção as medidas que são tomadas pelo tribunal, se podem ir este, se podem ir com aquele, quando é que podem ir, quanto tempo é que ficam, portanto, isto não dá pra nós termos um trabalho e pensarmos assim ok hoje vou começar a fazer isto e amanhã acabo ..., todos os dias acontece uma coisa diferente, há uma que foge, a outra corta-se, a outra se calhar ta grávida, a outra falta as aulas e depois se calhar vai chumbar o ano, depois afinal quer mudar de curso, porque elas são miúdas com as mesmas dúvidas e com os mesmos problemas que nós tivemos quando tínhamos a idade delas e isso é muito difícil de gerir aqui ... (interrupção)..., para responder a pergunta, prontos eu penso que é isso é a educação, reeducar as famílias eu acho que é o mais importante porque é a falta de formação que existe e de educação para aquilo que são os objectivos, que são prioritários na própria vida deles e depois na vida dos que vêm a seguir que são os filhos e eu penso que tem que se insistir nesse campo com as famílias. Muitas vezes as famílias é que precisam de apoio, não é, portanto, não são as crianças que vêm perturbadas, as famílias é que são perturbadas é isso que eu quero dizer, portanto eu penso que têm-se que cuidar das famílias para que elas possam cuidar ...

**E:** *Que leitura faz do papel da família nos nossos dias, tendo em conta a protecção das crianças?*

**e:** A família deveria ser a nossa principal base de apoio em todos os campos da nossa vida. Mas não é isso que se ..., na matéria de mau trato e de acolhimento nas instituições de maneira nenhuma, aliás a família é o elemento perturbador das crianças que nós recebemos

aqui, não é, ao contrário de serem aquele apoio e o nosso suporte e o refúgio e as pessoas com quem nós contamos, que estão lá para nos ajudar, é a minha família são ao contrário disto o elemento perturbador e o elemento enfim desajustado na vida destas crianças é a família.

**E:** *Qual tem sido a solicitação do acolhimento institucional?*

**e:** Nós todas as semanas recebemos pedidos de acolhimento. Portanto, realmente eu penso que esta será a medida mais aplicada hoje em dia, isto é um processo que, enfim, é muito elaborado em que são depois aplicadas medidas muito específicas conforme o caso, porque todos os casos são diferentes, são situações que devem ser avaliadas e acompanhadas ao longo do tempo porque muitas vezes é provisória, não é, mas eu penso que sim, que esta medida é a mais aplicada, é o acolhimento na, neste tipo de instituições.

**E:** *O que é o acolhimento em instituição, (como se processa a institucionalização). Como garante a protecção dos menores?*

**e:** Vou-lhe explicar rapidamente o processo, portanto, existe uma medida que é tomada pela segurança social, muitas vezes não é, logo dada pelo tribunal porque isto são processos que demoram muito (interrupção), a segurança social faz o pedido conforme a disponibilidade de cada associação o pedido é aceite, eles enviam o pedido para a associação mais próxima da área da residência, só quando não existem vagas é que são efectuados pedidos a nível de todo o país, a criança vem, traz-se as coisinhas dela, é-lhe apresentado o espaço, as colegas, os técnicos, eh, passam a viver aqui, dormem aqui, mais tarde o tribunal dá o parecer, portanto, as medidas, muitas vezes o poder paternal é atribuído ao presidente da direcção, porque isto, isto é uma IPSS, portanto, o poder paternal fica nas mãos do presidente da associação e será ele quem define com quem é que a criança pode ir, quando é que pode ir, que tipo de visitas pode receber, quando não é assim que acontece, embora o poder paternal esteja na mãe ou no pai ou nos pais a associação também tem uma palavra a dar e o tribunal é que define basicamente como se fossem os pais divorciados, vai de férias com a mãe ou com o pai ou se os pais estiverem juntos, no dia tal, regressam ao dia tal, prontos e a vida delas e a família delas e aquilo que lhes é incutido aqui é que aqui é a casa delas, as outras meninas são a família delas, nós somos a família delas e nós queremos que elas se sintam em casa e é este o esforço que nós fazemos aqui ...

Garantimos a protecção das menores aqui com a não entrada de elementos perturbadores, vamos imaginar que eu acho que é perturbador para uma das menores a mãe ligar para cá e

falar com ela (interrupção), há casos em que é cortado definitivamente o contacto com a família ..., o tribunal tem que autorizar ou não, no fundo esta casa passa a ser a família protectora que elas não têm e o nosso cuidado é esse exactamente, é como é que elas vão para escola a hora que elas regressam, como se fosse uma família ... (interrupção), pronto o nosso cuidado é esse, garantir que a família que é a causadora dos maus tratos não tenha contacto directo com as crianças, quando os casos são outros, o procedimento é o mesmo e eu penso que elas aqui sentem essa segurança.

**E:** *Que avaliação faz da eficácia das medidas de protecção?*

**e:** Olhe, se as coisas funcionassem como eu gostaria, acho que sim, que seria muito eficaz, eh, há muitas coisas a melhorar e vai entrar agora em vigor um programa, não sei se já ouviu falar, tem a ver com a segurança social, portanto, isto vai ser tudo muito mais sistemático. A ideia é em tempo útil conseguir enviar as crianças para as famílias, para as famílias de acolhimento, para adopção, que é muito difícil, acontece poucas vezes, eh, portanto, eu acho que muitas coisas deveriam ser mudadas, realmente para responder a esta pergunta, eu penso que seria eficaz se fosse como eu idealizo, tem que haver técnicos específicos, tem que haver um contacto muito próximo com as crianças, as coisas não podem ser institucionais, tem que haver um envolvimento afectivo por parte dos técnicos que muitas vezes não há. As meninas têm o meu nº telefone pessoal, eu ao domingo venho aqui muitas vezes vê-las, dar-lhes um beijinho, às vezes a noite uma não dorme ou, ou outra não sei quê, eu venho aqui a noite, vou-lhes dar um beijinho à cama, elas ficam felizes da vida principalmente as mais pequeninas ..., eu penso que com as novas reformas que vem aí do sistema, mas eu penso que sim que esta medida pode ser eficaz.

**E:** *Quais considera serem as características positivas e negativas do acolhimento em instituição?*

**e:** As características positivas são exactamente a protecção que é oferecida às crianças, não é, que elas passam a sentir-se protegida, os aspectos negativos são a falta do apoio familiar, são a falta dos afectos, é a falta do desenvolvimento num ambiente saudável, em família, é a falta do desenvolvimento estrutural e equilibrado, são esses os aspectos negativos, falta de uma família e de figuras de identificação, figuras que imponham as regras, eh, são os aspectos negativos.

**E:** *Para terminar a entrevista, passo a perguntar qual o modelo de protecção que sugere*

*para uma melhor e maior protecção das nossas crianças?*

**e:** Olhe eh, isto é tudo tão ambíguo que eu acho que não há nenhum modelo aplicável, que a gente diga assim, ok é isto que tem que se fazer (interrupção)...., tem que haver o bom senso, tem que haver a responsabilidade, tem que haver os técnicos especializados, tem que haver as pessoas indicadas para o trabalho preciso, tem que haver uma equipa multidisciplinar, tem que haver um trabalho em grupo, eh, tem que haver um espírito altruísta que muitas vezes não existe por parte das pessoas que trabalham nestas associações. Responder essa pergunta directamente eu acho que é muito difícil porque eu acho que pra se obter um equilíbrio depende muito das pessoas que estão a trabalhar, da equipa que se forma, que é muito difícil, não é, porque há sempre problemas em todos os locais de trabalho, eu acho que o modelo, não vejo assim nenhum, poderá haver um pelo qual as pessoas, enfim, se guiem, mas eu francamente acho que (risos), não tou a ver assim, penso até que as coisas estão um bocado desactualizadas em relação a estes aspectos. Francamente acho que a situação dessas crianças na maioria não é a melhor nem é a que se desejaria quando se acolhem crianças em risco e ... enfim, tem que haver pessoas, olha, palermas como eu a lutar para mudar as coisas porque realmente ... eu penso que a coisa vai lá, eu penso que a coisa vai ao sítio, mas realmente ...

**E:** *Dr.<sup>a</sup> Joana muito obrigada pela entrevista.*

### Guião de observação da entrevista 9

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Boa receptividade, atendimento com muita simpatia e atenção.
	Ambiente Geral	Ambiente calmo, sem barulho, pouca movimentação.
	- Dimensão e iluminação	Instituição de média dimensão, não muito grande, pelo menos aparentemente.
	- Mobiliários	Mesa de reunião grande com cadeiras, estantes à volta com livros e outros arquivos.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura simples, sem muita formalidade.
	Gestos e expressões	Presença de gestos, expressões verbais e muitas expressões não verbais. Linguagem simples e acessível. Muito a vontade durante a entrevista. Muita expressividade nas respostas dadas.
Interferências/interrupções		Duas interrupções.
Observações		Entrevista realizada em boas condições, respostas práticas muito baseadas na experiência de trabalho.

### Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 9

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	<i>Ora bem, o menor será aquela criança que ainda não tem capacidades, enfim, cognitivas, pelo menos cognitivas para poder, enfim, poder ser no mínimo independente e para poder ter uma vida activa em todos os aspectos ... Nós temos aqui realmente vários tipos de mau trato: temos realmente o mau trato físico e temos o mau trato psicológico ...</i>
	Criança maltratada - Características	<i>... são crianças que vivem muito no mundo delas, no geral, ..., normalmente são crianças muito fechadas ..., têm muitas dificuldades na socialização, têm muitas dificuldades na aprendizagem porque na maior parte das vezes existe um bloqueio afectivo, não gostam de conhecer novas pessoas, têm dificuldades de relacionamento com as crianças da idade delas e com e com, enfim, com adultos, eh, têm normalmente falta de regras ou pelo contrário, são muito submissas ...</i>
	- Situação familiar (tipo de família)	<i>Temos aqui os vários tipos de família que refere aqui nós temos cá, eh, por exemplo, temos uma menina com 8 anos, a mãe, a mãe vive sozinha ... e já teve outro que tem um ano e meio ... temos pelo contrário uma menina aqui que o pai já casou ou já, já teve filhos com 5 ou 6 pessoas diferentes ...</i>
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	<i>... temos as violações, não é, temos aqui 2 ou 3 casos, temos a toxicodependência que acaba por ser um mau trato psicológico, não é, de descuido ao nível da higiene, negligência, a nível afectivo, de formação ...</i>
	Maus tratos - Local de ocorrência	<i>É em casa, no seio familiar.</i>
	- Factores/causas dos maus tratos	<i>Os factores de influência, eu penso que isto tudo terá a ver com a situação de vida das pessoas também, ... também tem a ver com a formação das pessoas, quer dizer, isto parece que é uma bola de neve, não é, porque as pessoas têm pouca formação, eh, têm empregos precários exactamente, sentem-se infelizes, ganham uma miséria, mas enfim, também não têm habilitações para conseguirem coisas melhores, eh, portanto, as pessoas vivem infelizes, vivem com dificuldades, apesar disso, continuam a ter filhos, e a miséria vai aumentando ... pronto e eu penso que isto gera comportamentos agressivos ...</i>
	Casos de maus tratos considerados marcantes	<i>Nós temos aqui uma caso que é bastante grave eh e são, a menina tem mais 3 irmãos e os maus tratos foram só dirigidos a esta. (...) Foi violada pelo irmão mais velho e os maus tratos aconteceram desde sempre, portanto ela relata a vida dela e ela fala dos pais, principalmente da mãe, ela diz que, a minha mãe nunca gostou de mim ...</i>
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	<i>Acho que a situação geográfica poderá ter a ver, o tipo de cultura ... ainda existem pessoas que vivem em isolamento, que têm que fazer não sei quantos quilómetros por dia para as crianças irem para a escola ou que por e simplesmente não podem ir</i>

		<i>para à escola porque não têm meio de transporte ... portanto nós ainda temos esse tipo de pobreza em Portugal mas eu penso que geral é a falta de formação ... a parte afectiva e emocional das pessoas é desestruturado e eu penso que esse é o principal problema e depois são as patologias que enfim, a toxicodependência, o alcoolismo, tudo isso são factores que têm que ser tomados em consideração ...</i>
	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	<i>... o indicador ou que a causa principal dos maus tratos por todo o país seja realmente a falta de formação dos pais, das pessoas que não tão preparadas para assumirem a responsabilidade de terem um filho, para terem a responsabilidade de pensar, são pessoas que não pensam no amanhã ...</i>
	Família - Leitura da família nos nossos dias.	<i>A família deveria ser a nossa principal base de apoio em todos os campos da nossa vida. Mas não é isso que se ..., na matéria de mau trato e de acolhimento nas instituições de maneira nenhuma, aliás a família é o elemento perturbador das crianças que nós recebemos aqui ...</i>
	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	<i>... quem precisa de uma ajuda mais prática acaba por ser as famílias. Tem que se integrar as famílias na sociedade, tem que se arranjar, não é incentivá-los a ficarem em casa com os rendimentos de reinserção social ... ... será a intervenção primária na comunidade ao nível realmente da toxicodependência, do alcoolismo, encaminhar as pessoas para empregos, sensibilizá-las para esta questão dos filhos, de terem os filhos ...</i>
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	<i>Nós todas as semanas recebemos pedidos de acolhimento. Portanto, realmente eu penso que esta será a medida mais aplicada hoje em dia ...</i>
	Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional	<i>As características positivas são exactamente a protecção que é oferecida às crianças ... os aspectos negativos são a falta do apoio familiar, são a falta dos afectos, é a falta do desenvolvimento num ambiente saudável ... são esses os aspectos negativos, falta de uma família e de figuras de identificação ...</i>
	Eficácia das medidas aplicadas	<i>... eu penso que seria eficaz se fosse como eu idealizo, tem que haver técnicos específicos, tem que haver um contacto muito próximo com as crianças, as coisas não podem ser institucionais, tem que haver um envolvimento afectivo por parte dos técnicos que muitas vezes não há.</i>
	Sugestões para melhor protecção de menores	<i>... tem que haver o bom senso, tem que haver a responsabilidade, tem que haver os técnicos especializados, tem que haver as pessoas indicadas para o trabalho preciso, tem que haver uma equipa multidisciplinar, tem que haver um trabalho em grupo, ... espírito altruísta ... pra se obter um equilíbrio depende muito das pessoas que estão a trabalhar, da equipa que se forma ...</i>

## LAR DO BOM CONSELHO

Nº da entrevista: 10

Nome do entrevistado: Carla Silva.

Função: Assistente Social

Data da entrevista: 24/07/08

Hora de início: 18:30

Duração: 1h30mn

Local da entrevista: Instituição Lar do Bom Conselho, Porto.

### **Caracterização da Instituição**

Ano: 1984

Nº utentes: 20

Sexo: Feminino

Idades: 12 - 21 anos

**E:** *Boa tarde Dr.<sup>a</sup> Carla, vamos começar nossa entrevista começando com a definição de menor. Como define menor?*

**e:** Portanto, menor é como está na lei de promoção e protecção, não é, são todas as crianças, crianças e jovens que têm idade inferior a 18 anos, não é, igual ou inferior a 18 anos e que, que estão ao brigo dessa lei de promoção e protecção.

**E:** *E mau trato, pra si quando é que uma criança é maltratada?*

**e:** O mau trato, pode ser de várias maneiras, não é, a nível psicológico, físico, temos vários exemplos de mau trato de negligência, até de crianças que são simplesmente ignoradas ou que, que muitas dizem que parece que não existiam, que ninguém..., isso é um mau trato, existem vários tipos de, o mau trato psicológico sem dúvida, o mau trato físico também, mas normalmente o mau trato físico está sempre ligado a uma consequência psicológica muito severa, não é, muito, que influencia muito as crianças.

**E:** *De acordo com as situações a que tem dado resposta, trace o perfil da criança maltratada.*

**e:** A criança maltratada é uma criança insegura, eh, eh, que numa primeira fase do acolhimento nega tudo, diz que não houve o mau trato, há quase que um período de, de, parece que houve um esquecimento, é uma criança triste muitas vezes, não é, é uma criança



que esconde, que muitas vezes, e a criança também lida de formas diferentes consoante o mau trato que é, não é, depende do tipo de mau trato que conduz cá e se esse mau trato, se o mau trato, esse mau trato..., depende da família, de toda a família que envolve, de quem é que foi que causou o mau trato, portanto, o perfil, da criança vai-se definindo consoante o tipo de mau trato que tem infligido, não é.

**E:** *Quais as situações familiares destas crianças?*

e: Nós temos várias famílias, algumas famílias monoparentais, eu penso que, do que nós temos, as monoparentais, recompostas, eu acho que a maioria tem, eu penso que, espero não estar a generalizar mas eu acho que a maior parte tem, eh, a mãe ou o pai reconstituiu família, está com padrasto, tem novos filhos de 2, 3 relacionamentos ou mais, eh, são famílias, são famílias que normalmente os relacionamentos são muito instáveis, curtos, a maioria acho que é monoparentais e recompostas.

**E:** *Factores de risco e acolhimento. Indica as causas do acolhimento na vossa instituição.*

e: A causa maior é, eh, os pais, eh, existe, eh, possivelmente até já será uma consequência do crescimento, não é, da primeira infância, da segunda infância, depois é a falta de regras, fugas, comportamentos delinquentes, principalmente das crianças, claro que isto trás uma série de factores, não é, que rodeiam esta situação, não é, a própria família, eh, pais com problemas ligados a toxicodependência, ao alcoolismo ou sem abrigo, mas normalmente, a indicação, nomeadamente, nos adolescentes é porque alguém não conseguiu impor regras ao adolescente ou porque fugiu de casa ou porque está alguns meses fora e ninguém sabe onde, acontece muito isso. E depois temos a negligência, temos o abuso sexual, também vê-se, ainda se vê com bastante frequência o abuso sexual infligido por familiares, parece-me que é assim...

**E:** *Onde ocorrem com mais frequência as situações de maus tratos, qual o terreno social onde ocorrem?*

e: A casa, o mau trato, normalmente, eu penso que é isso que a pergunta quer dizer, normalmente é em casa, não é, com os pais ou alguém muito próximo.

**E:** *Considerando o local, esse local onde ocorrem com mais frequência, quais acha serem os factores de influência que aumentam a probabilidade da sua ocorrência?*

e: Factores de risco, é mesmo as dependências, não é, estão associadas a ... a questão da monoparentalidade também é um factor de risco, a mãe ou pai sozinhos com, com muitas contas pra pagar, com filhos, com muitas dificuldades em gerir os filhos, gerir a educação dos filhos, o tempo que têm disponível, a zona, o espaço onde habitam, muitas vezes em bairros sociais, ligados a grupos, depende do tipo de bairro e de, ligados a grupo de pares também envolvidos em delinquência.

**E:** *Indique-me uma ou duas situações de mau trato que lhe tenha sido marcante.*

**e:** É assim, nós, eh, um dos que mais marcou foi o caso, um abuso sexual de um padrasto, do padrasto que terminou, não estou a lembrar assim de repente, quase todos me impressionam, mas que a menina tinha, foi abusada dos 7 anos aos 12 pelo padrasto e aos 12 anos engravida, prontos, verifica-se que é do padrasto e a miúda, prontos esconde a gravidez e além de toda a situação, não é, de saber o que é que se havia de fazer com o menino depois que nasceu, numa criança com 14 anos.

**E:** *O que alegava a mãe da jovem?*

**e:** A mãe diz que não sabia de nada e culpava, culpava a jovem porque dizia que ela é que se insinuou ao padrasto, até porque a própria jovem chegou a dizer “não sei porquê que eu disse, porque a minha vida virou um inferno, porque depois de eu dizer que foi ele que fez isto, eu é que sou a culpada”. (...) ele assumiu, não é, que, até a regulação do poder paternal, foi um dos casos mesmo, foi um dos que mais me impressionou..., pela carga emocional, não é, que exige ferir esta situação, não é, a miúda gerir a situação com o filho ..., ela esteve durante algum tempo separada do filho porque chegou-se a pensar encaminhá-lo para adopção, neste momento por acaso até estão juntos e as coisas até estão a correr bem ..., pronto, a questão é mesmo ela pensar que o filho é fruto do padrasto.

**E:** *Quer apontar mais alguma situação?*

**e:** Existem outras situações que se calhar..., há uma miúda no sítio onde eu estive que eu acho que isto é mau trato até institucional, que é uma miúda que esteve, que sempre cresceu em instituições, nasceu, ela com os 3 anos foi para uma instituição junto com a irmã e ela praticamente viveu neste contexto, a mãe deixou de aparecer, ela e a irmã foram encaminhadas para a adopção com cerca de 9 anos de idade, uma delas a tal que eu digo mais velha não correu bem a adopção mas a irmã ficou, foi para os Açores e, e a jovem, pronto, voltou para o lar. Eu acho que isto é um mau trato e é um mau trato – não é um mau trato da família, não é, porque não podemos responsabilizar a família porque as coisas não correm bem e também não podemos piorar o futuro da outra irmã, mas acho que, acho que é um mau trato uma menina aos 3 anos de idade estar numa instituição e nós esperamos pelos 9 , 10 anos pra ser adoptada, não é, acho que é um mau trato institucional e mau trato dos serviços também que os técnicos prestam e que o nosso sistema presta, porque neste momento eu tenho conhecimento que a menina está num percurso até de delinquência, de consumo de drogas, na instituição, faz-lhe imensa confusão não estar com a irmã, não conseguiu na altura

lidar com esta situação, está muito fechada ..., depois deste percurso todo: o abandono da mãe, de anos à espera, dos 3 aos 9 anos à espera que alguém dissesse vais sair para adopção, rejeição da família adoptiva, separação da irmã e mantêm o projecto de vida de adopção aos 14 anos ..., acho que isto é um mau trato muito grande.

Dei este exemplo porque estamos a pensar que também há instituições que também causam o mau trato, não é, e se calhar causam mau trato por falta de acção e neste caso ..., o outro caso que eu dei é um mau trato evidente, pronto, se calhar impressiona pelo, pela ..., mas também me impressiona este, não é, como é que nós permitimos crianças com 3 anos e que não têm qualquer contacto com familiares e que esperam até aos 9 anos para serem adoptadas ou pra serem encaminhadas pra adopção.

(...) eu acho que neste momento eu acho que as coisas estão em mudança, mas eu acho que nós temos que analisar bem a situação e como a literatura diz, não é, o tempo da criança não é igual ao nosso, não é, e temos que respeitar esse tempo e temos que agir imediatamente, não é, sem grandes ambivalências, analisar bem a situação pedir avaliações técnicas de especialistas, aconselharmo-nos com quem sabe mas, realmente agir rapidamente, porque, porque depois as crianças mesmo aos 9, quer dizer, crianças que têm percurso de anos a fio nas instituições e depois chega-se aos 10 anos ou 11 e afinal deve ir pra adopção, prontos, eu acho que se hesita muito, hesita muito e as famílias fintam muito também os serviços mudam de morada não sei quantas vezes, as vezes nas comissões sente-se muito isso, nós sentimos que estão numa comissão mas depois já estão noutra. Enquanto passam de uma comissão pa outra, meio ano pa aplicar a medida, nós passamos anos a fios só atrás da família.

**E:** *Maus tratos às crianças em Portugal, qual acha ser a situação da criança portuguesa em relação à problemática dos maus tratos?*

**e:** Eu não tenho grande noção assim, pronto não tenho grande noção em termos de comparação, é assim, nós em termos de pedido nós temos sempre pedido à toda a hora, portanto é sinal que, eu também acho que nessa altura há uma sensibilização maior para esse problema, não é, eu acho que já não se aceita, as pessoas já denunciam, já se queixam, já, também, já temos uma estrutura em termos de entidades bem organizada, a criança na escola, a escola já não adia o problema ou põe no banco de trás, mas já sinaliza à comissão, já sinaliza à segurança social, eu penso que também se, se detecta mais ou é mais evidente porque também há mais meios de sinalização, há entidades a intervir, não se aceita, a criança já se entende como sujeito de direitos, não é, que precisa de ser bem tratada eu penso que isso torna as coisas mais evidentes, por aí, não é, agora em termos de comparação com os

números dos outros países, se acho que, isso não tenho uma opinião.

**E:** *Acha haver ainda muitas situações de maus tratos?*

**e:** Isso sem dúvida, porque nós aqui, prontos nós aqui temos muitos pedidos, estamos sempre a encaminhar, agora com o plano DOM (é um plano, político, o nome é desafios, oportunidades e mudanças, que visa, o objectivo é qualificar as instituições, dando formação aos técnicos e prestar reforço técnico também às instituições) e com este plano eu penso também que, o objectivo desse plano é desinstitucionalizar crianças e desinstitucionalizar com segurança, portanto eu penso, nós este ano tivemos várias crianças nós temos grande rotatividade, portanto, num ano somos capazes de ter 20 vagas e 20 crianças a sair, conseguimos ter alguma rotatividade, a equipa técnica já trabalhava bastante as famílias, já tinha um trabalho diferente e, pronto, eu penso que ..., na maioria dos casos saem para o contexto familiar ou para, nós (a segurança social em parceria com a associação, esta associação) vamos agora avançar com uma nova medida que vai ser de supervisionar tutelar que é vamos criar um apartamento autonomia, uma nova resposta. Isto ainda não é uma resposta social, vamos fazer uma candidatura para ter uma resposta social, só que a instituição achou que temos que criar uma unidade de saída, não é, ou temos meninas sem retaguarda familiar, meninas que até tem, mas não é seguro, portanto, vamos avançar com um apartamento a iniciar agora já em Agosto. (...) o mais correcto será dizer unidades de pré-autonomia, portanto, a equipa técnica do lar vai continuar a apoiar as meninas, mas, mais especificamente um técnico de serviço social e um educador, que vai estar a organizar as tarefas, vai começar a, vai ajudar a fazer as compras, a gerir o dinheiro, depois com o tempo, com responsabilidade, e a evolução se vai autonomizando.

**E:** *Indique as principais causas dos maus tratos às crianças em Portugal. Acha que de uma maneira geral predominam as problemáticas que referiu nas causas do acolhimento?*

**e:** Eu penso que os nossos casos é um reflexo do que se passa a nível nacional, até porque nós também não fazemos a selecção dos casos, nós não seleccionamos consoante as problemáticas, não é, nós achamos que tal como no hospital não se atente um utente porque tem uma patologia qualquer que não deve ser atendido, nós aqui também não seleccionamos as problemáticas, não é por aí, se calhar tentamos é criar um grupo estável um grupo que consiga fazer alguma evolução, portanto, eu acho que as nossas problemáticas que eu identifiquei, eu parece-me que são comuns ao país.

**E:** *Considerando as necessidades existentes nos vários contextos familiares acompanhados, que tipo de respostas acha serem necessárias na sua protecção (dos menores)?*

**e:** Eu penso que em termos, eu acho que já existem respostas muito interessantes eu penso que neste momento temos é que fazê-las proliferar, em termos de famílias eu acho que tem uma resposta que está agora a ser desenvolvida que é os CAFAP'S (centros de apoio familiar e aconselhamento parental), que, que estão a, a fazer um bom trabalho em termos da educação parental, em termos de, de, com as famílias, em termos de desenvolvimento de competências pessoais. É uma resposta muito, muito importante, não é, principalmente por permitir o direito da criança à família, não é, da criança poder regressar, não temos à espera que com uma varinha de condão vai tudo resolver-se só porque a criança está numa instituição que passados alguns anos que até as coisas já estão, que já estão resolvidas. Eu acho que os CAFAP's são um bom exemplo e tem agora começado a aparecer..., eu acho que tem que haver um reforço, eu penso que durante algum tempo houve um investimento em criar vagas nas instituições, eu penso que neste momento temos que diminuir as vagas nas instituições e canalizar este investimento para as medidas de meio natural de vida, para as equipas que trabalhem as crianças no meio natural de vida, porque o que nós vemos – agora se calhar nem tanto, mas ainda apanha-se isso, ainda deve ter alguma instituição assim -, que a criança vai para a instituição e então nós estamos bem, não é, porque a criança está bem, a família está na vida dela ... e não se pensa neste regresso até porque há instituições do Porto que recebem várias crianças de Lisboa ou várias crianças do Algarve, isto é desenraizamento, é mesmo só encontrar uma vaga, não interessa que a criança ande 200 ou 300 km e que depois durante anos fique sem contacto com a família, não é, ...

**E:** *Portanto as necessidades que considera importantes à família são estes acompanhamentos?*

**e:** Já tá a começar eu acho que sim, eu penso que os centros de aconselhamento parental de apoio às famílias eu penso que tem agora começado, que a segurança social tem feito algum investimento, eu penso que será neste momento a resposta mais necessária, mais premente e talvez até ligar estas respostas à lares, não é, CAFAP's que acompanhem a família no regresso, as crianças no regresso às famílias.

**E:** *Que leitura faz do papel da família nos nossos dias (em relação à protecção dos seus menores)?*

**e:** Pela minha experiência eu percebo que é preferível ter uma família completamente

desorganizada do que não termos família porque dá à criança um sentimento de pertença, eu existo, não é, há alguém que se preocupa comigo, eu existo para alguém, e eu sinto que até os casos em termos de gestão os nossos casos mais complicados são os casos que não têm família, portanto são os casos que estão nas instituições com confiança à instituição com vista à futura adopção, se deixarmos estas meninas crescerem na instituição, são os nossos casos mais complexos porque são casos que não têm nada a perder, estas crianças não têm nada a perder: eu não tenho família, não sou importante para ninguém, portanto é preciso, a família é muito necessária, é fundamental para a estabilidade emocional das crianças, seja a família biológica ou não, seja uma família adoptiva, seja uma família, é preciso é existir esse sentimento de pertença muito importante para a estabilidade das crianças, por isso é que eu estava a falar que, pronto, que realmente é importante todas as respostas que favoreçam a família, que trabalhem este aspecto e que tem que ser respostas atempadas, não é, porque as crianças têm este direito.

**E:** *Passando ao ponto IV, protecção social dos menores, passo a perguntar, qual a percepção que tem da medida mais aplicada nas situações de mau trato? Relativamente ao acolhimento familiar qual tem sido a solicitação desta medida?*

**e:** Eu penso que os pedidos quando chegam à instituição, o percurso, há sempre uma tentativa de medidas em meio natural de vida: apoio junto dos pais, confiança à pessoa idónea, depois ou porque realmente a família mesmo com todo o investimento em termos de intervenção não conseguiu ultrapassar aquela situação, e pronto, e aplica-se então a medida de acolhimento institucional, ou porque realmente houve um vazio, houve a aplicação de uma medida de apoio junto dos pais e não houve trabalho com a família e depois, pronto, por ser inevitável, não é, lá está voltamos a falar, não houve a tal varinha de condão que fez com que a partir de agora há uma medida em que vocês vão achar que precisam mesmo de mudar e não houve trabalho nenhum, e acham que mudam e não se consegue, então, vêm para a instituição, mas, normalmente vêm sempre, as crianças que vêm já tinham já tinham um processo de promoção e protecção com medidas de meio natural de vida.

**E:** *Relativamente à solicitação do acolhimento institucional?*

**e:** Neste momento, como estava a dizer, como temos o plano DOM, a gestão das vagas é feita pela segurança social, portanto, não somos nós que fazemos, todos os pedidos que vêm para cá nós encaminhamos para a segurança social, certo é que, certo é que sempre que temos uma vaga temos logo 3 ou 4 pedidos para virem pra cá. E temos crianças que vêm de outras

instituições também, porque eu penso que é por causa desta, da nossa intervenção agora em termos de medidas de apoio para a autonomia de vida, crianças que precisam de ser preparadas para a autonomia de vida, então vêm para cá.

**E:** *O que é o acolhimento institucional, como esta medida garante a protecção do menor?*

**e:** O acolhimento em instituição é temporário, espera-se que seja temporário, espera-se que decorra durante o tempo necessário para que se consiga trabalhar a família para que se consiga encaminhar o jovem e enquadrá-lo, pronto, conseguir lhe dar as competências que ele precisa pra voltar, e o acolhimento, portanto, nós pelo menos cá, não temos essa percepção, não é um acolhimento até pra estudar trabalhar casar, não é esse, é um acolhimento, tem que ser em termos de serviço, tem que ser transversal, tem que ser um acolhimento que obviamente supra as necessidades básicas e que ensina a, que ensina os jovens a ..., tem que dotar os jovens de ferramentas, de capacidade pra enfrentar o que está lá fora e também tem que trabalhar todas as dimensões, não pode só trabalhar o acolhimento, tem que trabalhar a família, tem que trabalhar a escola, tem que trabalhar a questão da inserção profissional, eu penso que temos que mudar muito, não é, e acho que as instituições estavam muito viradas só para os jovens ou só para a criança, o que nós temos aqui dentro, a família já não conta, todo o mundo lá fora perdeu-se o que conta é o que nós temos cá.

**E:** *Acha que esta medida garante, tem garantido a protecção do menor?*

**e:** Eu acho que sim, acho que garante, só que temos que, temos é que aplicá-la para a criança certa, não é, tem que se aplicar de acordo com a situação, não podemos aplicar uma medida destas sem avaliar bem a situação porque o acolhimento em instituição por muito familiar que seja, não é, por muito que se tente ser próximo da família, que seja rico e que seja até, que proporcione uma série de experiências que possivelmente as crianças não têm, é um meio familiar artificial, portanto, mas protege, eu acho que é necessário, é muito necessário, só que pra proteger pra, proteger tem que ser um acolhimento muito especializado, tem que perceber também que os jovens que tem pela frente não são os jovens de há dez anos atrás, toda a gente bate muito nesta tecla mas, eu acho que nós falamos muito nisso mas nem nos apercebemos, não é, e não conseguimos entender que o que vamos agora, não é, o que víamos, e temos que interpretar isto e temos que nos adaptar e e ter muita formação, porque os jovens estão sempre a mudar, mesmo a problemática deles, o que eles trazem, a forma como lidam, como estão, não é, nós temos que nos actualizar e temos que tentar mudar e criar uma resposta adequada para ser protecção, pra ser, porque senão é uma resposta que ainda



incentiva mais a revolta, incentiva mais a delinquência, nós não queremos reproduzir isso.

**E:** *Que avaliação faz da eficácia das medidas aplicadas?*

**e:** É assim, eu não posso fazer uma boa avaliação, eu acho que ainda temos muito que caminhar, não é, e eu penso que, eu acho que temos que ter mais, em termos da medida que temos aqui aplicado, portanto, o acolhimento institucional, eu acho que tem que haver mais responsabilização das próprias instituições, as instituições não são só para suprir as necessidades básicas, eu acho que nós temos que dar resultados e acho que nos tem que ser pedidos os resultados porque, porque as crianças estão cá não é só para crescerem fazer os 18 anos e depois ir embora, nós podemos mesmo, queremos quebrar um ciclo e nós vemos muitas vezes crianças, que se formos analisar até percursos de pessoas que agora até tiveram problemas com a justiça ou que tiveram outro tipo de problema, ou beneficiários do RSI são crianças que muitas vezes estiveram em instituições, isso faz muita confusão, não é, eu acho que temos que ter um princípio de responsabilização e eu acho, claro que não vamos conseguir, temos cá 20 vão ser as 20 que vão ter um percurso que nós idealizamos mas eu acho que nós temos responsabilidades de tentar fazer por elas o melhor e tentar que elas tenham o melhor recurso e eu acho que neste momento isto tem que ser exigido, eu acho que as instituições que tem resultados tem que ser incentivadas, tem que ser apoiadas economicamente ou através de outros níveis para fazer melhor e pra se até melhorar. Mas as instituições que não trazem resultados também são instituições que não interessam porque são instituições que só estão a anestesiar o problema, não é, porque o problema está estagnado, portanto, eu acho que em termos de instituições que há muito a mudar e acho que os resultados são de longe, de longe os desejáveis e se pensarmos no investimento que o Estado faz nestas instituições..., eu acho que em termos de investimento, se formos a ver, mesmo em termos de custo, eu acho que sinceramente eu acho que temos muito por mudar, não é, porque, o equipamento, qualquer equipamento social fica muito caro, um equipamento de crianças e jovens, primeiro acho que deve ser equiparado os lares que trabalham bem, tem que ser equiparados aos centros de acolhimento temporário, não faz sentido termos duas respostas que se querem especializadas e temos o centro de acolhimento temporário a receber o dobro em termos de comparticipação do que os próprios lares e depois sendo equiparados eu acho que se deve exigir, não é, deve-se exigir às instituições resultados, porque nós somos especializados, não é, então acho que se deve pedir isso, acho que se deve pedir, acho que se tem que pedir, tem que se saber para onde é, o quê que acontece às crianças quando saem daqui qual é o percurso delas, o quê que acontece daqui a 5 ou 10 anos, onde é que elas estão,

embora já haja algumas análises , não é, já há alguns, há algumas investigações, mas temos que saber quem foi, não é, qual é a instituição que realmente está a conseguir mudar a vida às crianças.

**E:** *Quais considera serem as características positivas e negativas do acolhimento em instituição?*

**e:** As positivas é a possibilidade que a criança ou jovem terem de protecção numa altura em que estão, em que passam por situações trágicas, não é, a protecção, o conforto, até há crianças a pedir o acolhimento, não é, há crianças que vão aos serviços dizer: “eu não aguento mais estar em casa eu quero ir para uma instituição, eu não me dou com a minha mãe, eu não quero estar nesta ou naquela situação”, eh, pronto, é a protecção, sem dúvida que é a protecção, eu penso que na nossa casa as características mais positivas é ela ser uma casa pequena com características familiares, com uma grande, com técnicos especializados, temos, para 20 crianças temos 5 técnicos, portanto eu acho que isto é um privilégio, e temos pronto, ... positivo pronto, é a capacidade que elas têm de poder ir à escola, poder ingressar num curso profissional que elas escolhem, é poder discutir com, discutir o que é que querem para o futuro, pronto, é poderem escolher o caminho, não é, sem serem empurrados. Em termos negativos, negativo prontos, é o sentimento muitas vezes de obrigação perante a família, de acharem que deviam estar a cuidar da família e não deviam cá estar, não é, que a família é que precisa deles, o dever obrigação de ir de fim de semana muitas vezes porque a mãe quer e não tanto a minha vontade, eh, de negativo pronto, é a própria... é, por muito que se queira um ambiente familiar, ainda existe a institucionalização ..., não é, o estigma, tivemos uma menina estes dias que nos disse, nós queríamos que ela fosse para mais perto de onde morava, e disse-nos: “eu não quero ir pra aí porque tenho vergonha, não é, eu tou no Porto, lá ninguém sabe que eu tou num lar, eu tou lá a estudar...”, portanto há o estigma, não é, as meninas do lar, do colégio, os obstáculos que existem muitas vezes nas próprias escolas, porque são as meninas do colégio, portanto, nesta escola não..., eu acho que é o estigma, não é, é a falta de recursos também, são jovens, gostam de uma camisola de marca, gostam, gostam de ... o que é natural ..., pronto, é o estigma, não é, ... a institucionalização nós tentamos ao máximo ... mas pronto, mas é verdade, não podemos fugir disso e tentamos sempre diminuir, se calhar com mais alguns recursos conseguimos lidar melhor com a situação.

**E:** *Quais as entidades responsáveis e/ ou envolvidas na institucionalização das crianças e*

*como se processa essa institucionalização?*

**e:** As entidades que, competentes, não é, são as comissões de protecção e a segurança social que têm, que têm, e o tribunal, prontos que têm responsabilidade, o tribunal e a comissão tem responsabilidade para a aplicação das medidas, não é, e institucionalização. A segurança social porque assessoria, não é, acaba por ser o apoio ao tribunal nas decisões e pronto e acompanha, no nosso caso quem nos remete as decisões neste momento por causa do plano DOM só a segurança social, os pedidos vem só da segurança social por ordem do tribunal ou por ordem das comissões. Todos os pedidos que vêm tem que ser todos encaminhados para a segurança social e vem sempre uma ordem judicial ou uma ordem da comissão. A gestão das vagas são com ela, nós só dizemos temos 3 vagas e a segurança social, de acordo com o perfil da criança, de acordo com o que acha que a instituição pode oferecer melhor àquela criança...

**E:** *Como é que se processa essa institucionalização?*

**e:** Nós temos reuniões com a segurança social quinzenais. A equipa local (equipas de acolhimento institucional) vem cá participa nas nossas reuniões técnicas nós temos uma equipa com 3 elementos que acompanha a nossa instituição e outras, antigamente cada criança tinha o seu gestor de caso, se era de Gondomar, por exemplo, tínhamos que contactar a pessoa de Gondomar, neste momento, Gondomar, por exemplo, só fica com os processos em meio natural de vida, quando aplica uma medida de acolhimento institucional, quando propõe ao tribunal o processo transita para estes 3 elementos, para a equipa de acolhimento institucional, o que facilita muito o que quer dizer que nós temos cá 20 jovens e são na maioria, excepto os da comissões, são todos geridos por aquelas 3 pessoas. Portanto, a proximidade, o tipo de trabalho desenvolvido é completamente diferente.

**E:** *Para finalizar, pegando nas limitações existentes a nível da protecção dos menores, o que sugere para (que modelo de intervenção sugere) uma maior e melhor protecção social de crianças e jovens?*

**e:** Em termos de instituições, eu diminuía as vagas, nós temos vagas demais, há vagas demais então é a solução mais fácil de encontrar em determinadas situações e não há uma avaliação, eh, o modelo de intervenção se duvida termos as entidades competentes nesta matéria de mãos dadas, de perceber que estamos todos para mudar, um modelo de intervenção que pense em mudança que pense que as instituições têm que mudar muito, tem que mudar, tem que mudar a percepção que nós temos do nosso trabalho, porque não é um trabalho só virado para dentro, não é um trabalho só cá dentro com a criança ou com o jovem, tem que ser um

modelo que envolva muito a família na própria instituição, não é, que a instituição não fique pra lá da porta e que não deixe só a criança à porta, eu vejo um modelo que a família tem que participar até na própria organização da instituição, na, na a participar sei lá, mostrar a casa, participar nas actividades..., por exemplo, se conseguirmos, o ideal até seria até em termos de jantar, de participação em jantares, aniversários. Eu acho que a família é muito importante, eu acho que as instituições trás muito as crianças para dentro, são nossas e depois as famílias sentem-se um bocado traídas, não é, e já não vale a pena e depois as crianças também se deslumbram muito com o que nós vamos dando, e aqui é muito bom e até vamos a piscina, e depois, mas as crianças dizem isso porque é o aparente, não é, mas o que lhes faz falta mesmo é o colo da mãe ou do pai e nós temos que, temos que ajudar, bem, acho que as instituições têm esta responsabilidade, por isso é que eu falava nos CAFAP`s, de mostrar à familiar o quê que falhou, o quê que é preciso mudar, ajudar a família a reconhecer ela está cá não é nossa, vai voltar, só que é preciso isto e isto, é preciso este caminho e eu acho que as instituições estão melhor posicionadas porque têm os jovens do que até a própria segurança social, por exemplo, eu acho que as instituições empurram muito (estou a ser muito crítica de nós próprios, não é, mas eu acho que temos que ser assim), empurram um bocado com a barriga, a responsabilidade da segurança social a responsabilidade é de outros, nós só temos a responsabilidade da criança, nós temos que começar a trabalhar todos em conjunto. Isto é difícil mas eu acho que tem que ser. Neste momento eu acho que nós aqui com a segurança social estamos a conseguir isto, temos cá os técnicos da segurança social de 15 em 15 dias que eu acho muito favorável, discutimos caso a caso em conjunto com a equipa técnica, decidimos, pensamos no projecto de vida em conjunto, fazemos já informações também discutidas informações sociais, fazemos pospostas, pronto, eu acho que neste momento estamos a caminhar, mas tem que ser um modelo de intervenção em que todos participem, não pode ser como foi até agora, que era, a responsabilidade é do técnico que acompanha, a responsabilidade é da instituição, a responsabilidade... a responsabilidade é nossa.

**E:** *Quer acrescentar mais alguma coisa?*

**e:** Não.

**E:** *Dr.ª Carla muito obrigada pela colaboração.*

### Guião de observação da entrevista 10

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Boa recepção, atenção e interesse.
	Ambiente Geral	Ambiente calmo e agradável.
	- Dimensão e iluminação	Instituição de estrutura familiar, atendimento em quarto disponível para pequenas reuniões, com pouca luminosidade.
	- Mobiliários	Mesa redonda com cadeiras, cama e mesa-de-cabeceira, algumas prateleiras na parede.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura simples, não formal.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais. Pouco uso de expressões não verbais. Linguagem acessível.
Interferências/interrupções		Nenhuma interrupção.
Observações		Entrevista realizada em boas condições. Envolvimento da entrevistada nas questões colocadas e total abertura para clarificação de questões decorrentes da entrevista.

## Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 10

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	<i>Portanto, menor é como está na lei de promoção e protecção, não é, são todas as crianças, crianças e jovens que têm idade inferior a 18 anos ... O mau trato, pode ser de várias maneiras, não é, a nível psicológico, físico, temos vários exemplos de mau trato de negligência...</i>
	Criança maltratada - Características	<i>A criança maltratada é uma criança insegura, eh, eh, que numa primeira fase do acolhimento nega tudo, diz que não houve o mau trato, há quase que um período de, de, parece que houve um esquecimento, é uma criança triste muitas vezes, não é, é uma criança que esconde, que muitas vezes, e a criança também lida de formas diferentes consoante o mau trato que é ...</i>
	- Situação familiar (tipo de família)	<i>Nós temos várias famílias, algumas famílias monoparentais ... recompostas ... espero não estar a generalizar mas eu acho que a maior parte tem, eh, a mãe ou o pai reconstituiu família, está com padrasto, tem novos filhos de 2, 3 relacionamentos ou mais ...</i>
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	<i>... a própria família, eh, pais com problemas ligados a toxicodependência, ao alcoolismo ou sem abrigo ... E depois temos a negligência, temos o abuso sexual, também vê-se, ainda se vê com bastante frequência o abuso sexual infligido por familiares, parece-me que é assim ...</i>
	Maus tratos - Local de ocorrência	<i>A casa, o mau trato, normalmente, eu penso que é isso que a pergunta quer dizer, normalmente é em casa, não é, com os pais ou alguém muito próximo.</i>
	- Factores/causas dos maus tratos	<i>Factores de risco, é mesmo as dependências, não é, estão associadas a ... a questão da monoparentalidade também é um factor de risco, a mãe ou pai sozinhos com, com muitas contas pra pagar, com filhos, com muitas dificuldades em gerir os filhos, gerir a educação dos filhos, o tempo que têm disponível, a zona, o espaço onde habitam, muitas vezes em bairros sociais, ligados a grupos, depende do tipo de bairro e de, ligados a grupo de pares também envolvidos em delinquência.</i>
	Casos de maus tratos considerados marcantes	<i>É assim, nós, eh, um dos que mais marcou foi o caso, um abuso sexual de um padrasto, do padrasto que terminou, não estou a lembrar assim de repente, quase todos me impressionam, mas que a menina tinha, foi abusada dos 7 anos aos 12 pelo padrasto e aos 12 anos engravida ...</i>
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	<i>Eu penso que os nossos casos é um reflexo do que se passa a nível nacional, até porque nós também não fazemos a selecção dos casos, nós não seleccionamos consoante as problemáticas ...</i>
	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	<i>... eu acho que as nossas problemáticas que eu identifiquei, eu parece-me que são comuns ao país.</i>

	Família - Leitura da família nos nossos dias.	<i>... é preferível ter uma família completamente desorganizada do que não termos família porque dá à criança um sentimento de pertença ... os nossos casos mais complicados são os casos que não têm família ... a família é muito necessária, é fundamental para a estabilidade emocional das crianças, seja a família biológica ou não, seja uma família adoptiva, seja uma família, é preciso é existir esse sentimento de pertença muito importante para a estabilidade das crianças ...</i>
	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	<i>Eu penso que em termos, eu acho que já existem respostas muito interessantes eu penso que neste momento temos é que fazê-las proliferar, em termos de famílias eu acho que tem uma resposta que está agora a ser desenvolvida que é os CAFAP`S (centros de apoio familiar e aconselhamento parental), que, que estão a, a fazer um bom trabalho em termos da educação parental ...</i>
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	<i>Eu penso que os pedidos quando chegam à instituição, o percurso, há sempre uma tentativa de medidas em meio natural de vida: apoio junto dos pais, confiança à pessoa idónea, depois ou porque realmente a família mesmo com todo o investimento em termos de intervenção não conseguiu ultrapassar aquela situação, e pronto, e aplica-se então a medida de acolhimento institucional ... certo é que, certo é que sempre que temos uma vaga temos logo 3 ou 4 pedidos para virem pra cá ...</i>
	Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional	<i>As positivas é a possibilidade que a criança ou jovem terem de protecção numa altura em que estão, em que passam por situações trágicas, não é, a protecção, o conforto ... Em termos negativos ... ainda existe a institucionalização ..., não é, o estigma ...</i>
	Eficácia das medidas aplicadas	<i>... eu acho que tem que haver mais responsabilização das próprias instituições ... não são só para suprir as necessidades básicas, eu acho que nós temos que dar resultados e acho que nos tem que ser pedidos os resultados porque, porque as crianças estão cá não é só para crescerem fazer os 18 anos e depois ir embora, nós podemos mesmo, queremos quebrar um ciclo e nós vemos muitas vezes crianças, que se formos analisar até percursos de pessoas que agora até tiveram problemas com a justiça ou que tiveram outro tipo de problema, ou beneficiários do RSI são crianças que muitas vezes estiveram em instituições, isso faz muita confusão, não é, eu acho que temos que ter um princípio de responsabilização ... ... eu acho que sinceramente eu acho que temos muito por mudar ...</i>
	Sugestões para melhor protecção de menores	<i>Em termos de instituições, eu diminuí as vagas... um modelo de intervenção que pense em mudança ... não é um trabalho só cá dentro com a criança ou com o jovem, tem que ser um modelo que envolva muito a família na própria instituição ... que não deixe só a criança à porta, eu vejo um modelo que a família tem que participar até na própria organização da instituição ... participar nas actividades ...</i>

## **CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO N<sup>a</sup> SR<sup>a</sup> DA MISERICÓRDIA**

Nº da entrevista: 11

Nome do entrevistado: Carmem Sousa

Função: Directora Técnica

Data da entrevista: 23/09/08

Hora de início: 11:00

Duração: 1h30mn

Local da entrevista: Centro de Acolhimento Temporário N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> Da Misericórdia, Arcozelo, Gaia.

### **Caracterização da Instituição**

Ano: 1999

Nº utentes: 15

Sexo: Misto

Idades: 0 -6 anos

**E:** *Muito bom dia Dr.<sup>a</sup> Carmem Sousa, vamos dar início à nossa entrevista começando pela definição de menor: como define menor, no seu entender quem é o menor?*

**e:** Menor (risos), esta é uma pergunta muito complicada, porque é assim, menor é uma criança ou jovem, com menos de 18 anos, não é, de acordo, eh, com a lei em vigor. No entanto, o menor também pode ser definido, no meu entender, eh, como uma criança ou jovem, de certa forma indefesa, eh, indefesa em que fica sujeita a situações de perigo.

**E:** *E mau trato, pra si quando é que uma criança é maltratada?*

**e:** É assim, existem algumas tipologias em relação ao mau trato, não é, eh, o mau trato pode passar desde a negligência, e aqui na negligência está integrado a falta de cuidados quer de saúde, quer de higiene, quer de alimentação, cuidados básicos da criança, está também integrado o abandono de crianças que acontece muitas vezes, principalmente em recém-nascidos nos hospitais, eh, existe também o mau trato psicológico, emocional, eh, o mau trato físico e o abuso sexual. Pra mim há estes quatro tipos de mau trato, não é.

**E:** *Com base nas situações a que tem dado resposta, trace o perfil de uma criança maltratada. Se eu olhasse para uma criança maltratada o quê que poderia ressaltar nela como indicadores de maus tratos?*



**e:** Eh, por vezes, o seu comportamento, eh, podem ser crianças às vezes muito pequeninas com 2/3 anos, são crianças de certa forma deprimidas que, quando por exemplo, tou agora a me lembrar de uma situação recente, de uma criança recentemente que entrou aqui, eh, pronto, que no entanto, foi vítima de maus tratos, negligência e alguma desconfiança de mau trato físico, alguma, eh, pronto, era uma criança que chegou aqui, não se aproximava muito dos adultos nem, nem das crianças, eh, não falava, pouco falava, pouco falava, eh, não havia nenhuma aproximação dela, um certo comportamento inibido e também alguma tristeza, notava muita tristeza no olhar dessa criança. Ela entrou aqui mais ou menos há um mês, neste momento já está a reagir, eh, também julgo que, aqui também muitas vezes as crianças são maltratadas mas voltam sempre para os seus pais, não é, e vejo também que em relação a esta criança também tinha muito a ver com saudade da família, pronto, é uma criança que é visitada e ela ..., pronto, ela sempre reagiu bem até nas visitas, não é, eu acho que ela também tinha muita saudade, tristeza, eh, pronto, recordo-me desta, desta situação não é, lembro-me doutras anteriores, crianças que sofreram maus tratos, podem ser crianças com comportamento de certa forma, se forem crianças maiorzinha, não é, com algum comportamento conflituoso, não é, e rebelde, eh, mas também muitas vezes vê-se uma tristeza, não se aproximar dos adultos, eu acho que isso nota-se imenso, eh prontos, pode haver outro tipo de sintomas, como por exemplo, a anorese, por aí fora não é, a timidez, o não falar, o não falar que depois mais tarde fala. Muitas vezes acho que as crianças maltratadas chegam, não se aproximam estão-se a ambientar, não é, não falam, mas depois, passado um mês ou dois começam a relatar situações, mas naturalmente, sem ninguém perguntar nada, às vezes até em conversa entre os coleguinhas, entre eles, começam a relatar as situações que viviam em casa, e dizem “o meu pai me batia, minha mãe fazia-me isto, a minha mãe deixava-me sozinho em casa”, muitas vezes já vão relatando eh, a situação.

**E:** *Quais as situações familiares destas crianças? Maioritariamente, de que tipo de famílias provêm (serão famílias nucleares simples, monoparentais, recompostas...), qual é a situação familiar destas crianças?*

**e:** Depende, eu acho que aqui não posso dizer maioritariamente, é deste tipo, depende, eh, monoparental, não tenho tido muitas. Algumas são nucleares simples e outras recompostas, depende, depende, e por vezes monoparental, mas não são muitas, não tenho tido muitas, são maior parte delas, ou são recompostas ou são nucleares simples, eh...

**E:** *Portanto são crianças que provêm, normalmente de um contexto familiar de uma mãe e de*

*um pai?*

**e:** Sim, sim ... tou-me a lembrar aqui de uma situação que é monoparental, mas são mais pontuais, são mais pontuais, aqui têm sido mais pontuais mas, acontece, mas a maior parte é nuclear simples e recompostas.

**E:** *Sobre o ponto II, factores de risco e acolhimento, indique as causas do acolhimento de menores em instituição. Qual tem sido, pra si, a causa mais frequente (pra si, de acordo com as situações acompanhadas)?*

**e:** Negligência, negligência, acho que é o mais frequente. Eh, os cuidados básicos com a criança, as questões de higiene eh, a falta de cuidados clínicos, cuidados médicos, a questão da alimentação, eh, quantas e quantas vezes as crianças vêm com uns hábitos alimentares assim um bocadinho complicado, as vezes nem sabem o que é comer arroz, o que é comer carne, prontos, as vezes vão habituando, a gente vai dando iogurtes e papas, eles a isso comem perfeitamente, não é, pronto, as vezes, muitas vezes acontece isso, as crianças estão habituadas, crianças com os seus dois, três aninhos, é com o comer para, é o comer iogurte, é o comer bolacha, é, é o mais prático, não é, e depois vai-se a ver não comem sopa, não comem arroz, legumes, massa, carne, peixe, por aí fora, não é. Eh, questões de saúde também muitas vezes acontece crianças que até necessitam de um acompanhamento e não têm esse acompanhamento e muitas vezes são situações que são acompanhadas pela segurança social já há uns tempos e elas não lhes respondem e chega a ser a retirada o último recurso. Portanto, eu acho que aqui tem sido basicamente a negligência, maioritariamente. O deixar por vezes as crianças sozinhas em casa ..., para irem sair, para irem ao café, muitas vezes isso acontece, tenho aqui muitas situações dessas.

**E:** *Onde acha que ocorrem com mais frequência as situações de mau trato, qual o terreno social onde ele ocorre? (onde é que estas situações de mau trato ocorrem, no seu entender, com mais frequência, casa, escola, ... onde) ?*

**e:** Não, não, escola não, na escola não, é na casa onde essas situações ocorrem. Porque é assim, são crianças muito pequeninas, aqui são bebés até 6 anos, eh, a maior parte delas são crianças que não estão integradas na escola, poderão depois ser integradas na escola, por isso na escola não ... não é, portanto, é no contexto habitacional.

**E:** *Agora, considerando este local onde ocorre o mau trato, quais considera serem os factores de influência (que influenciam a sua ocorrência)?*

**e:** Muitas vezes a imaturidade dos pais, falta, muitas vezes também de conhecimento, que não quer dizer que não seja um mau trato, mas é um mau trato se calhar mais eh, inconsequente ..., inconsciente, vá lá, não é, pronto, eh ..., depois existem outros factores nos pais que também podem influenciar, por exemplo, a toxicodependência, o alcoolismo, eh, muitas vezes é o desemprego também, não é, a própria situação económica, eh, falta de apoio familiar, as vezes, porque as vezes havendo também alguma retaguarda familiar poderia ajudar ali a colmatar alguma situação, não é, mas muitas vezes estas famílias não têm apoio dos familiares, eh, mas eu acho que basicamente, pronto, tem a ver com problemas, as vezes problemas do foro psíquico, problemas do foro psíquico que são, as vezes, prontos, até nem têm capacidade para lidar, cuidar, da criança. Eu acho que algumas que vão reconhecendo e até se dirigem ... eu acho que tem acontecido muito isso, algumas até reconhecem, dirigem à segurança social, dizem que precisam de um tratamento, de um internamento e solicitam, se não tem retaguarda familiar, solicitam muitas vezes para, para a criança ser acolhida, mas depois acho que há outros que não assumem. Eu tenho uma situação aqui, portanto, a menina já está \*\*\* integrada num elemento de família, mas eu tive aqui uma situação muito complicada, eh, que foi uma criança que estava inserida no agregado familiar, eh, pai e mãe, eh, ela com problemas, eh, psiquiátricos, mas ela era acompanhada, não é, ele, perante alguns comportamentos e algumas denúncias que tivemos dessa mãe também se calhar teria e precisaria de um acompanhamento mas é o tal pai que não reconhece, não é, pronto, e o quê que aconteceu com esta situação? Aconteceu que, a criança, prontos, tinham uma criança muito mal estimulada, era uma criança com dois anos que ainda não andava, não falava, a mãe com problemas psiquiátricos, depois a mãe chegou a denunciar situações que o pai fazia com ela, com a mãe, eh, acharam por bem retirar a criança. \*\*\* não havia suspeita de nada, a criança quando entrou aqui era uma criança muito apática, muito apática, não reagia, não sorria, nada, um olhar muito triste, não chora, nada. No dia a seguir a criança, pronto, durante a manhã esteve bem, a partir da uma da tarde começou a entrar num choro terrível, eh, ataque cardíaco, praticamente, e resolvemos levar a criança ao hospital porque não távamos a conseguir controlar isto. Entretanto, recebi um telefonema de uma outra familiar que disse que, referiu que desconfiava que a menina pudesse, uma vez que a mãe tomava muitas drogas (\*\*\* antidepressivos) eh, desconfiavam que a menina poderia, o facto dela estar também muito apática, que a menina se calhar também poderia tomar. Conclusão, liguei para o director da urgência, eh, falei com ele e disse desta denúncia, e fizemos todas as análises e é verdade a menina estava completamente dopada, completamente. Pronto, eh...

**E:** *Mas foi dopada intencionalmente, não foi ela mesma que se dopou?*

**e:** Não, não foi seguramente. Aquilo foi ou o pai ou a mãe, que até hoje a gente não sabe, pra já ainda não sabemos. Ainda tá em atribuição pra se saber se foi o pai, ou a mãe. Deram a medicação, é um componente do xanax, por aí fora.

Eh, pronto, e tal questão e depois temos os problemas psiquiátricos dos pais, é muito complicado ter lá uma criança, eu acho que é uma situação que se deve intervir e cada vez mais as questões psiquiátricas estão a surgir, cada vez mais, e depois uma mãe ou um pai com problema psiquiátrico não tem pachorra para ouvir a criança a chorar, para estar ali a dar-lhe atenção, não é, e pode acontecer estas situações.

**E:** *Indique-me uma ou duas situações de mau trato que lhe tenha marcado.*

**e:** Esta que eu acabei de referir, esta foi muito marcante, nunca tive uma situação destas. Acho que essa é um dos exemplos.

**E:** *Quer indicar mais alguma?*

**e:** Eu tive logo no início, mais ou menos em 1999, em Abril de 99 mais ou menos em Maio, Junho, deu entrada aqui uma menina – só colhemos aqui até seis anos – mas eh, como era, pronto, referiam que era uma questão de 15 dias, 3 semanas, nós acolhemos uma menina de 7 anos que havia suspeita de ter sido violada pelo pai. Eh, já foi já houve dez anos isto e foi uma situação que me marcou um bocadinho, primeiro porque se calhar estava cá há pouco tempo, foi o meu início, não é, de trabalhar nesta área, eh, e marcou-me também pela, também pela própria inibição da criança, ela esteve cá pouco tempo, ela esteve cá três semanas mas foi integrada nos avós maternos, que esta criança vivia com o pai, era órfã de mãe, a mãe já tinha morrido, eh, ela depois foi integrada nos avós maternos mas, pronto, e devido à inibição dela, nunca falou no assunto, nunca quis falar nada sobre o assunto, eh, depois a gente viu sintomas, a enurese, é uma menina de 7 anos que estava constantemente a fazer chichi na cama, não é, marcou-me, prontos, talvez por ter sido das, da primeira, não é, foi a primeira situação que eu tive aqui de abuso sexual eh...

**E:** *Chegou-se a confirmar?*

**e:** É assim, a menina esteve aqui muito pouco tempo, por isso, o processo depois seguiu, a criança foi integrada na, nos avós maternos e depois a articulação continuou, eu depois não cheguei a saber se confirmou ou não, é uma situação que marcou-me um bocadinho e esta, esta da menina que o pai ou a mãe, alguém lhe deu medicação.

**E:** *Passando ao ponto III, maus tratos às crianças em Portugal, dos casos acompanhados e dos conhecimentos que tem na matéria qual acha ser a situação da criança portuguesa relativamente à problemática dos maus tratos?*

**e:** Eu acho que nós de uns anos pra cá tem havido muita preocupação em relação aos maus tratos, de proteger a criança, não sei se isto surgiu, provavelmente, se calhar, isto é uma opinião pessoal, pronto, é uma opinião pessoal, provavelmente depois da situação da Casa Pia, não é, eu julgo que a protecção da criança tem sido redobrada. Eh, acho mesmo, pronto, que há uma situação mínima de desconfiança de maus tratos e e as vezes pode até nem ser nada, \*\*\* eu até tenho receio em dizer isto, porque não quero dizer ..., mas as vezes talvez é um bocado complicado, uma criança relata uma determinada situação, não é, acho que tem que se fazer, é um dos procedimentos seguintes, como o caso do abuso sexual, os procedimentos logo necessários, ou levar ao hospital, ou logo directamente a um IML<sup>159</sup> fazer todos os tipos de exame porque senão depois pode-se perder, divagar um bocadinho. A gente tem que dar importância ao que a criança fala, não é, pronto, temos que dar atenção ao que a criança fala mas também temos que, não podemos também ser levianos, temos também que, que averiguar muito bem a situação a nível clínico, médico, também a nível, depois, de familiares e conseguir chegar aqui a uma conclusão, e depois nós não somos, eu trabalho aqui, pronto, mas eu não sou especialista em detectar se há maus tratos ou não, não é, por isso, principalmente no que diz respeito ao abuso sexual, ao mau trato sexual, pronto, acho que temos também que encaminhar e levar as situações às entidades apropriadas para este tipo de situação. Portanto, acho que está a haver uma grande protecção em relação à infância, no que diz, se calhar mais do que há uns anos atrás, eh, respeito às questões de mau trato.

**E:** *Indique as principais causas dos maus tratos às crianças em Portugal.*

**e:** As principais causas do mau trato, muitas vezes questões financeiras, não é, eh, familiares, pronto, não têm as condições económicas necessárias, podem vir de um emprego todo, não é, todo \*\*\* e depois muitas vezes, no caso do pai, quem leva é a mulher, não é e pode acontecer à própria criança, eh, muitas vezes as questões económicas, eh, a própria imaturidade dos pais, não saber lidar com uma situação, o irritar-se com muita facilidade, não conseguir dar, prontos, faltar aqui certos métodos, pedagógicos, vá lá, não é, de como lidar com uma criança, muitas vezes a falta de paciência, quantas e quantas, não é, depois outros problemas

---

<sup>159</sup> Instituto de Medicina Legal

inerentes, por exemplo, no caso da negligência, eh, um pai alcoólico, um pai ou os pais, alcoólicos, toxicodependentes são muitas vezes, na maior parte das vezes são negligentes, podem até não dar a criança aquele mau trato, eh, físico, não é, mas devido a estas condições de alcoolismo e toxicodependência, são negligentes com os seus filhos, a nível da alimentação dão o que é mais prático, eh, muitas vezes deixam as crianças – eu tenho aqui situações que é uma coisa – vão sair deixam as crianças sozinhas em casa, eh, deixam muito a desejar nas questões de higiene e de saúde da criança, eh pronto, estas questões toxicodependência, o alcoolismo, por aí fora, podem também originar o mau trato, não é, eh, as questões económicas, muitas vezes também se calhar a falta de alguma retaguarda familiar, de alguém que os oriente, neste momento, assim no geral ...

**E:** *Considerando as necessidades existentes nos vários contextos familiares, que tipo respostas sociais acha serem necessárias às famílias e às crianças, no sentido da sua protecção?*

**e:** As crianças acho que deveria, se calhar, ainda haver mais equipamentos sociais para elas serem integradas e acho que as famílias também poderia existir mais serviços a nível de trabalho de competências parentais, muitos deles não aderem, não é, mas acho que deveria ser um tipo de serviço existente no nosso país, quer para crianças institucionalizadas e não institucionalizadas, não é, para crianças não institucionalizadas seria um modo de evitar a retirada da criança, não é, do agregado familiar, para crianças institucionalizadas seria um modo de trabalhar com a família e ver se tem capacidade para regressar, mas se a família não corresponder passa a ser também um bom instrumento para definirmos um futuro projecto de vida para a criança, não é, eh, por exemplo, a nível da adopção, porque uma criança que veio para a adopção, nós em primeiro lugar temos que trabalhar a família, pronto, nós temos que trabalhar a família em tempo útil para a criança, não é trabalhar eternamente e a criança à espera, à espera, dos pais, não pode ser, não pode ser, tem que ser um tempo útil para a criança. Porque nós sabemos que a partir dos 6/7 anos uma criança para ser adoptada é mais complicado, já começa a ser mais complicado, não é, então uma criança se entra aqui novinha nós temos logo que, desde que uma criança entre, não é, a primeira coisa que temos que fazer eu acho que é trabalhar as competências dos pais, fazer o trabalho de acompanhamento e trabalhar as competências parentais dos pais e, e em simultâneo fazer também um estudo da família alargada, acho que é algo que deve ser feito em conjunto, em tempo útil para a criança. Não dando resultado e se, se fizer um treino de competências parentais, não é, passamos a ter um instrumento para justificar um outro projecto de vida. Por exemplo, outra

questão que eu acho que também devia acelerar um bocadinho mais, mas isso, pronto, se calhar é um bocadinho polémico, muitas vezes os tribunais pedem perícias psiquiátricas aos pais, também é um modo de tentarmos fundamentar o projecto de vida da criança, eh, se calhar tinha que acelerar um bocadinho mais porque a lista de espera no IML está uma coisa, uma coisa, não é, tremenda (eu tive uma carta em Abril a marcar perícia para a criança em Setembro, 5 meses depois), é assim, não se vai conseguir tratar nada, não se vai conseguir, se calhar, não é, provar assim, nada, pronto, isto também acho que era algo que é necessário, também, não sei, ou tentar criar um outro serviço que desse este tipo de apoio ou ... se calhar há tantas situações que para acelerar é um bocadinho complicado. Acho que, pronto, mais infra-estrutura para a criança, um serviço, qualquer coisa de treino de competências parentais...

**E:** *Nas infra-estruturas refere-se a quê exactamente?*

**e:** Eh, o alargamento do horário (das creches). Muitas vezes são os infantários e as creches que colmatam, colmatam as questões mais problemáticas em casa, não é, a criança mal alimentada em casa, não tem aquela questão de higiene necessária e são os infantários, as creches que vão colmatando essa situação, não é, e com o serviço de competência parental, isso era óptimo, nós temos aqui mães que sabem lá fazer uma sopa para um bebé, nem sabem sequer preparar o leite da lata, pronto, e havendo esse serviço que dê todo, não é, todo, e depois indo ao domicílio também é haver um serviço mais, depois haver técnicos que façam também esse acompanhamento no próprio domicílio, acho que eram situações, pronto, que poderiam dar, poderiam dar aqui outro tipo de resultado.

**E:** *Que leitura faz do papel da família nos nossos dias?*

**e:** É assim, o conceito de família ta a evoluir, não é, está cada vez a evoluir mais, não é, existem muitas famílias hoje em dia reconstituídas, não é, a criança não está, se calhar, até com o pai e com a mãe, está com a mãe e com o companheiro ou com o pai e a companheira, pronto, neste momento, e depois é com os irmãos e meios irmãos e daquele casamento e, não é, pronto, as famílias hoje em dia, acho que o conceito de família, aquele conceito clássico isso ta a mudar por completo, e as famílias, é assim, as famílias têm responsabilidade em relação às suas crianças, não é, aos seus filhos. Mas acho que as famílias hoje acham que as entidades em Portugal é que têm a obrigação de ajudar nisto, ajudar naquilo, de dar este subsídio, de dar aquilo e, muitas vezes nem são, muitas vezes isto também se repara, em famílias, eh, elementos da família alargada, por exemplo, temos uma criança, pronto, que se

fez o trabalho com, fez-se o acompanhamento, até se fez o trabalho de competências parentais com a família biológica e a família biológica não corresponde e temos alguns elementos da família alargada que até pode, que até tem condições, não é, e que põe-se essa situação de ficar com o sobrinho, com o neto e muitas delas dizem, “pronto, se eu recebesse algum da segurança social”. Vêm um bocado, pronto, acham que o Estado, as instituições devem apoiar em tudo, tudo. É assim, é uma neta, é um sobrinho porquê que, não é, eh, hoje em dia, pronto, eu até julgo que a segurança social até não está mais a financiar famílias de acolhimento, pronto, família alargada, não é uma tia, isso havia muito, uma tia, uma avó que era família de acolhimento e recebiam \*\*\* eram família de acolhimento tipo B, se designava antes, eh, mas agora julgo que a segurança social já não está a dar esse tipo de financiamento. Eh, são famílias de acolhimento seleccionadas pela própria segurança social. Eh, é isto que pronto, hoje em dia acho que há muitas famílias, não são todas como é óbvio, não é, mas nesta situação do risco social, há muitas famílias que acham que, seja biológica, seja alargada, isso acontece muito na alargada, acham que o Estado deve suportar tudo, acho que começa a faltar um bocadinho também, em algumas ainda se verifica isso, mas, em muitas começa-se a verificar a falta de solidariedade, é da minha família, vamos dar apoio, vamos apoiar.

**E:** *O ponto IV é sobre a protecção dos menores. A medida de acolhimento institucional é uma medida de protecção de crianças e jovens. Qual tem sido a solicitação desta medida de protecção?*

**e:** É assim, neste momento abriram aqui na zona, abriram novos centros de acolhimento, eu antes até tinha uma lista de espera. Neste momento não tenho lista de espera, isto há uns anos atrás era, não digo todos os dias, mas dia sim dia não, tinha pedidos de acolhimento. Neste momento como abriu, abriu, no ano passado abriu um na Maia que é a causa da criança, abriu um da St<sup>a</sup> casa de misericórdia de Gondomar, abriu mais ou menos há dois anos um na Póvoa, outro no \*\*\* prontos, estão a surgir outros centros de acolhimento \*\*\* não tenho, prontos, há mais por onde, não é, eh, encaminhar, pronto, eu tenho pedidos de acolhimento tenho, tenho, mas não é tanto como era há uns anos atrás.

**E:** *O que é o acolhimento institucional, como é que esta medida garante a protecção da criança?*

**e:** Passa por preservar a própria criança, a privacidade da própria criança, eh, em situações muito complicadas passa pela criança não ter contacto com o agressor, não é, e assim na



instituição, numa instituição existe sempre um corpo técnico, enquanto que se calhar, se for integrada num elemento da família, não é, pode haver um bocado aquele sentimentalismo, não é, e até deixar o pai, que é agressor ver a criança, estar com a criança, não é, aqui existe um corpo técnico, uma equipe técnica, não é, nós temos todos responsabilidade, não podemos andar aqui, como é óbvio, com sentimentalismo, tem que ser sempre a valorizar a segurança da criança, não é, e o bem estar da criança.

Acho que, que, protege, pronto, eh, eu aqui é assim, se eu tenho alguma situação de que há certeza ou até alguma dúvida de maus tratos, nós aquilo que fazemos é sempre comunicar o tribunal o maus tratos por familiares, não é, é comunicar o tribunal para, para haver aqui logo uma intervenção, e é assim, se eu tiver que intervir no imediato, se eu tiver que fazer uma intervenção de imediato que não dá tempo de comunicar o tribunal, eu intervenho e depois comunico o tribunal que tive esta atitude. Tem que ser sempre pela segurança da, da criança, sempre, eh, pronto e, e preservar a criança dos maus tratos e de outras questões, também tem a ver com, com, com...

**E:** *Que avaliação faz da eficácia desta medida de acolhimento?*

**e:** Eu acho que é uma medida eficaz, será, até poderá ser mais eficaz do que outras medidas, acho que é eficaz.

**E:** *Dr.<sup>a</sup> Carmem, passe-me a apresentar, então, as características positivas e negativas do acolhimento em instituição (embora já apontou as positiva ). Aquilo que falou há bocadinho enquadra-se nas características positivas, não é, a protecção, acompanhamento, presença de uma equipa técnica. O que me diz das características negativas?*

**e:** Negativas é assim, eu acho que a característica mais negativa é a separação entre a, a criança e a família, não é, e muitas vezes nós temos limitações nas instituições a nível de visitas. Eu sei que existem instituições que até autorizam os pais a visitar todos os dias, não é, mas nem todas, por exemplo, aqui é um bocadinho complicado haver visitas todos os dias, nós somos um corpo técnico muito pequeno, nós achamos que as visitas tem que haver sempre um técnico, ou eu, portanto, eu sou assistente social, ou a psicóloga, mas eu tou aqui a tempo inteiro, a psicóloga só está aqui 3 vezes por semana. Eh, torna-se complicado, não é, porque depois tenho trabalho aqui dentro, eu sou também Directora Técnica tenho a parte da gestão da casa e depois tenho trabalho lá fora, não é, as delinquências, idas ao tribunal, por aí fora, e torna-se muitas vezes complicado isso, e isso acho que é algo de negativo para a criança, não é, porque está \*\*\* pronto, eu falo em situações não muito graves, não é, eh, e são

aspectos se calhar um bocadinho negativo, não é, é a limitação que as instituições têm, primeiro principalmente no que diz respeito a recursos humanos e técnicos.

**E:** *Quais as entidades responsáveis pela institucionalização das crianças?*

**e:** Eh, segurança social, comissões, não é, que são, comissões e tribunais é quem decreta a medida, eh, e a própria segurança social que enfim gere as vagas.

**E:** *Que modelo de intervenção sugere (se formos a pegar nas limitações do presente modelo de protecção, qual é o modelo que sugeria) para uma maior protecção das nossas crianças?*

**e:** Se calhar um trabalho, se calhar um trabalho mais próximo das famílias, mais sensibilização, mas esta questão é muito complicada, pode até haver mais sensibilização, mas não temos dentro de casa, não é, é um bocado complicado, mas se calhar um trabalho mais directo, eh, com a família do internamento \*\*\* a sensibilização, e assim.

**E:** *Podemos dar por concluída a entrevista?*

**e:** *Sim.*

**E:** *Muito obrigada Dr.<sup>a</sup> Carmem.*

### Guião de observação da entrevista 11

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Recepção com simpatia e interesse.
	Ambiente Geral	Ambiente agradável. Algum barulho de crianças, mas muito pouco.
	- Dimensão e iluminação	Instituição de média dimensão. Bem iluminada.
	- Mobiliários	Poucos mobiliários à volta. Algumas cadeiras, alguns brinquedos no chão.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura simples, não formal.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais e não verbais. Linguagem simples e acessível.
Interferências/interrupções		Nenhuma interrupção.
Observações		Entrevista realizada em boas condições. Envolvimento da entrevistada nas questões colocadas, procura de respostas com base na experiência de trabalho, nas situações acompanhadas. Total colaboração.

## Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 11

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	<i>... menor é uma criança ou jovem, com menos de 18 anos, não é, de acordo, eh, com a lei em vigor. ... existem algumas tipologias em relação ao mau trato ... pode passar desde a negligência, e aqui na negligência está integrado a falta de cuidados quer de saúde, quer de higiene, quer de alimentação ... o abandono de crianças ... o mau trato psicológico, emocional ... o mau trato físico e o abuso sexual.</i>
	Criança maltratada - Características	<i>são crianças de certa forma deprimidas ... podem ser crianças com comportamento ... conflituoso, não é, e rebelde, eh, mas também muitas vezes vê-se uma tristeza, não se aproximar dos adultos, eu acho que isso nota-se imenso, eh prontos, pode haver outro tipo de sintomas, como por exemplo, a anorexia, por aí fora não é, a timidez, o não falar, o não falar que depois mais tarde fala.</i>
	- Situação familiar (tipo de família)	<i>Depende, eu acho que aqui não posso dizer maioritariamente, é deste tipo, depende, eh, monoparental, não tenho tido muitas. Algumas são nucleares simples e outras recompostas, depende, depende, e por vezes monoparental, mas não são muitas, não tenho tido muitas, são maior parte delas, ou são recompostas ou são nucleares simples, eh...</i>
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	<i>Negligência, negligência, acho que é o mais frequente. Eh, os cuidados básicos com a criança, as questões de higiene eh, a falta de cuidados clínicos, cuidados médicos, a questão da alimentação...</i>
	Maus tratos - Local de ocorrência	<i>... portanto é no contexto habitacional.</i>
	- Factores/causas dos maus tratos	<i>Muitas vezes a imaturidade dos pais, falta, muitas vezes também de conhecimento ... , pronto, eh ..., depois existem outros factores nos pais que também podem influenciar, por exemplo, a toxicodependência, o alcoolismo, eh, muitas vezes é o desemprego ... situação económica, eh, falta de apoio familiar ... as vezes problemas do foro psíquico ... as vezes, prontos, até nem têm capacidade para lidar, cuidar, da criança.</i>
	Casos de maus tratos considerados marcantes	<i>... tive aqui uma situação muito complicada, eh, que foi uma criança que estava inserida no agregado familiar, eh, pai e mãe, eh, ela com problemas, eh, psiquiátricos ... a criança ... começou a entrar num choro terrível, eh, ataque cardíaco, praticamente, e resolvemos levar a criança ao hospital ... fizemos todas as análises e é verdade a menina estava completamente dopada, completamente. Outra: ... nós acolhemos uma menina de 7 anos que havia suspeita de ter sido violada pelo pai. (...) depois a gente viu sintomas, a enurese, é uma menina de 7 anos que estava constantemente a fazer</i>

		<i>chichi na cama ...</i>
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	<i>Eu acho que nós de uns anos pra cá tem havido muita preocupação em relação aos maus tratos, de proteger a criança, não sei se isto surgiu, provavelmente, se calhar, isto é uma opinião pessoal, pronto, é uma opinião pessoal, provavelmente depois da situação da Casa Pia, não é, eu julgo que a protecção da criança tem sido redobrada (...). Portanto, acho que está a haver uma grande protecção em relação à infância, no que diz, se calhar mais do que há uns anos atrás, eh, respeito às questões de mau trato.</i>
	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	<i>... questões financeiras, não é, eh, familiares ... não têm as condições económicas necessárias ... a própria imaturidade dos pais, não saber lidar com uma situação, o irritar-se com muita facilidade ... a falta de paciência ... depois outros problemas inerentes ... no caso da negligência, eh, um pai alcoólico, um pai ou os pais, alcoólicos, toxicodependentes são muitas vezes, na maior parte das vezes são negligentes ... devido a estas condições de alcoolismo e toxicodependência, são negligentes com os seus filhos ...</i>
	Família - Leitura da família nos nossos dias.	<i>É assim, o conceito de família ta a evoluir ... existem muitas famílias hoje em dia reconstituídas, não é, a criança não está ... com o pai e com a mãe, está com a mãe e com o companheiro ou com o pai e a companheira, pronto, neste momento, e depois é com os irmãos e meios irmãos... acho que o conceito de família, aquele conceito clássico isso ta a mudar por completo ...</i>
	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	<i>As crianças acho que deveria, se calhar, ainda haver mais equipamentos sociais para elas serem integradas e acho que as famílias também poderia existir mais serviços a nível de trabalho de competências parentais ... para crianças não institucionalizadas seria um modo de evitar a retirada da criança ... para crianças institucionalizadas seria um modo de trabalhar com a família e ver se tem capacidade para regressar ... ... o alargamento do horário (das creches).</i>
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	<i>É assim, neste momento abriram ... novos centros de acolhimento, eu antes até tinha uma lista de espera. Neste momento não tenho lista de espera, isto há uns anos atrás era, não digo todos os dias, mas dia sim dia não, tinha pedidos de acolhimento.</i>
	Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional	<i>... a característica mais negativa é a separação entre a, a criança e a família, não é, e muitas vezes nós temos limitações nas instituições a nível de visitas.</i>
	Eficácia das medidas aplicadas	<i>Eu acho que é uma medida eficaz será, até poderá ser mais eficaz do que outras medidas ...</i>
	Sugestões para melhor protecção de menores	<i>Se calhar um trabalho ... mais próximo das famílias, mais sensibilização ... se calhar um trabalho mais directo, eh, com a família do internamento ... a sensibilização, e assim.</i>

## ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DA CRIANÇA – OBRA DR. LEONARDO COIMBRA

Nº da entrevista: 12

Nome do entrevistado: Sofia Vieira

Função: Directora Técnica

Data da entrevista: 23/09/08

Hora de início: 15:30

Duração: 1h

Local da entrevista: Associação Protectora da Criança – Obra Dr. Leonardo Coimbra, Valadares, Gaia.

### **Caracterização da Instituição**

Ano: 1953

Nº utentes: 30

Sexo: Misto

Idades: 04 - 15 anos

**E:** *Muito boa tarde Dr.ª Sofia, vamos então dar início à nossa entrevista. Dr.ª Sofia, como define menor?*

**e:** Portanto, pra mim menor é uma criança, portanto, abaixo dos 18 anos, eh, isto no sentido lato da palavra, não é, é uma criança basicamente, que deixa de o ser a, a partir dos 18 anos.

**E:** *E mau trato, pra si quando é que o menor, a criança é maltratada?*

**e:** A criança pode ser maltratada principalmente de duas maneiras: ou psicologicamente ou fisicamente, eh, sendo que dentro do mau trato psicológico existe o insulto, a humilhação, e dentro do mau trato físico existem toda uma série de maus tratos físicos que se podem infringir ao menor ou a uma criança. Portanto, no mau trato psicológico já, já referi alguns, não é, no mau trato físico a agressão, a violação, uma palmada, não direi bem uma palmada mas o espancar, que não é bem uma palmada, eh, tantas ...

**E:** *Com base nas situações a que têm dado resposta, trace o perfil da criança maltratada.*

**e:** Uma criança maltratada normalmente é uma criança com muito baixo auto-estima, é uma criança que pode ou não evidenciar traços físicos, digo eu, ou nódoas negras, lesões e tudo mais, caso o mau trato seja físico, no mau trato psicológico é mais complicado, não é, porque tendemos a confundir timidez com falta de auto-estima, mesmo o caso da criança maltratada psicologicamente a falta da auto-estima vê-se na pouca interactividade que tem com as outras

crianças, com o facto de se fechar muito no seu mundo, eh, através de desenhos ou através de outro tipo de comunicação exterior consegue se perceber que é uma criança maltratada psicologicamente, e no caso da criança maltratada fisicamente há todo o comportamento psicológico que referi anteriormente e também as marcas visíveis no corpo.

**E:** *Dr.<sup>a</sup> Sofia, nos casos que tem acompanhado, quais são as situações familiares destas crianças?*

**e:** Normalmente as crianças têm uma família monoparental em cujo, esse, portanto, o pai ou mãe não tem uma vida social estável, com isto quero dizer que a mãe ou pai podem ter vários parceiros e vários companheiros, ao mesmo tempo, ou um de cada vez mas, muito frequentemente. No caso de serem famílias de pai e mãe, não é, são famílias muito desestruturadas, eh, que não tem qualquer tipo de alicerce, que não mostram ter capacidade para tratar e educar uma criança já que não tiveram quem os educasse e os alicerçasse também, eh, e são e são pessoas acima de tudo, pobres de espírito, são, são pessoas que não admitem que se lhes diga nada ou que se lhes critique ou que se critique os filhos, portanto, os filhos podem tar a fazer a pior asneira do mundo que desde que sejam seus filhos não há problema.

**E:** *Passando ao ponto II, factores de risco e acolhimento, indique as causas do acolhimento de menores na vossa instituição. Qual tem sido a causa mais frequente?*

**e:** As causas mais frequentes do acolhimento na nossa instituição é o facto, eh, são duas causas, é o factor económico, portanto, falta de verba ou falta de condições financeiras para cuidar de uma ou mais criança, e aí é que se coloca a questão, nunca é só uma são várias, e também o facto de haver muita negligência dos pais para com os filhos, ou seja, falta de cuidados de saúde, falta de cuidados de higiene, falta de cuidados na educação o que leva a que muitas vezes elas sejam institucionalizadas.

Na nossa, portanto, na nossa IPSS estas são as duas situações mais frequentes porque como fechamos ao fim de semana, não há, eh ... fechamos ao fim de semana e as crianças vão ou para os pais ou para a família mais directa que os possa acolher durante o fim de semana porque há pais que não têm, podem não ter condições para acolher a criança e aí nós certificamos que durante o fim de semana a criança esteja bem entregue.

**E:** *Onde ocorrem com mais frequência as situações de maus tratos, também de acordo com os casos acompanhados?*

**e:** Eh muitas, muitas vezes em casa, isto é quase básico dizer é, é em casa, não ..., depois pode ocorrer na rua também, basicamente em todo o lado que não a instituição ou quando eles os vem buscar à instituição. Mas, mesmo assim, existem casos em que quando os pais vêm buscar, alguns pais vêm buscar os filhos, estão sem eles uma semana e não denotam qualquer tipo de saudade ou qualquer sentimento de afecto com as crianças e aí, e aí está também o mau trato psicológico, é que eu digo que muitas vezes pode não ser físico, mas muito ..., é importante, mas acho que é muito pior o psicológico do que o físico nesse aspecto.

**E:** *Considerando o local onde ocorre o mau trato, neste caso o contexto familiar, quais acha serem os factores de influência?*

**e:** Eh, para a ocorrência do mau trato, portanto, basicamente isto ocorre porque há, não digo, eu não vou utilizar a melhor palavra mas é quase que hereditário. Se os pais sofrem violência, vão ser adultos violentos, quer para com os cônjuges quer para com as crianças, não é, então a violência é uma bola de neve, é uma bola de neve, depois quando não há educação, quando não há um, uma abertura para a sociedade, para aquilo que está errado, para a demonstração daquilo que está errado, do que está certo, o bater torna-se, o bater, o maltratar, não é, torna-se uma moeda corrente, não é, e estas crianças que são maltratadas, se não forem educadas, não é, vão ser adultos ... violentos e isso vai decorrer até que haja um ponto de viragem nesta situação.

**E:** *E outras situações que considera serem factores de influência para a prática dos maus tratos no contexto familiar?*

**e:** O álcool, a droga, eh, todos os factores, uma quantidade de factores, não é, sendo estes os mais ... porque são dois factores que alteram o comportamento humano, não é, e se a pessoa já por si só tiver uma tendência para a violência quer física quer psicológica essa tendência fica muito mais aberta com o uso de drogas ou álcool.

**E:** *Indique uma ou duas situações de maus tratos, nos casos acompanhados que lhe tenha sido marcante.*

**e:** Ora bem, em termos de mau trato físico, não tenho tanto, em termos de mau trato psicológico há sempre um ou dois casos de pais como, expliquei há pouco, que vêm buscar as crianças, eh, e que apesar de não estarem com elas há uma semana, é como se nada fosse, não é, é como se estivessem estado com elas ontem ou há dois minutos atrás, eh, o mau trato físico também já houve uma situação em que uma adolescente veio falar comigo, eh, porque



a mãe tinha acessos de loucura, quase, e lhe puxava os cabelos, eh, e obrigava a arrumar a cozinha e obrigava a limpar a casa toda, eh, uma coisa é quando essas tarefas são por norma partilhadas e distribuídas e acho muito bem que uma criança seja educada para estas tarefas, agora, quase como uma obrigação, uma criança de 13 anos ter que fazer o almoço ou o jantar, ter que arrumar a cozinha, eh, e ter, portanto, ainda, ter por cima a mãe que, que bate-a constantemente e aí também há uma grande violência psicológica, porque a mãe insulta muitas vezes a criança, eh, é uma situação muito complicada ou são situações muito complicadas.

**E:** *Maus tratos às crianças em Portugal. Das situações que tem acompanhado e dos conhecimentos que tem nesta matéria, qual acha ser a situação da criança portuguesa relativamente à problemática dos maus tratos?*

**e:** A criança portuguesa, se eu tiver a falar pela experiência que tenho e se estiver a falar pelo leque aqui de situações que tenho aqui, é um acriança maltratada. É claro que não vou generalizar, existem muitas crianças muito bem tratadas e eu não posso fechar o meu leque ..., infelizmente ainda é uma prática que ocorre muito frequentemente, demais, pra aquilo que devia existir, nunca devia existir, por isso, se nunca devia existir, existe com demasiada frequência ainda em Portugal, infelizmente, e daí o facto de haverem tantas crianças institucionalizadas.

**E:** *Quais as causas que aponta para este cenário?*

**e:** Eh, é como digo, a educação e a consciencialização vêm do berço e se desde cedo a criança, porque todo o adulto já foi criança, não tiver a consciência de que não é com violência, ou física ou psicológica que se resolvem as situações, ela não vai ter a consciência de que este é um mau comportamento a ter no futuro, não é, e é assim, à parte de todos os outros factores, realmente o álcool, eh, eh, portanto, as drogas e tudo mais, e o facto de vivermos numa sociedade de bairros, uma sociedade de violência, e uma sociedade de quer posso e mando, onde não há leis, onde infelizmente é assim que temos neste momento, se há uns anos valentes atrás tivesse havido essa consciencialização ou se tivesse havido pais que falassem com as crianças e eles abrissem para este mundo talvez hoje não tivéssemos esse tipo de sociedade até porque há muita, há muita segregação social. Hoje não vemos um bairro, um bairro, uma zona habitacional onde haja mistura de classes sociais. Vemos um bairro social onde sabemos que há famílias muito carenciadas de várias etnias, com muitas dificuldades, e vemos zonas habitacionais de luxo onde não há pobreza e onde não há

carência, supostamente também, não é, porque aí também há muitas situações em que a violência se transporta para classes mais altas.

**E:** *Considerando as necessidades existentes nos vários contextos familiares, quais acha serem os suportes sociais necessários às famílias?*

**e:** Antes de tudo o acompanhamento, acompanhamento social, acompanhamento psicológico, acompanhamento, eh, está-me a faltar agora a palavra mas acompanhamento na gravidez, acompanhamento familiar - é isso mesmo que eu lhe queria dizer, eh, se este tipo de acompanhamento for realizado aquando da adolescência, se for na fase da adolescência que a criança/adolescente começa a ter a consciência da sua realidade como pessoa, eh se desde aí houver ou houvesse neste caso um trabalho a diversos níveis, duvido que muitas das situações que acontecem acontecessem com tanta frequência, porque ia haver sempre um outra situação que ia degenerar, não é, não se consegue fazer um trabalho cem por cento perfeito, mas, pelo menos íamos ter muita melhoria, uma melhoria bastante significativa, eh porque havendo um acompanhamento a pessoa sente-se protegida, sente-se acarinhada, sente que se tiver alguém com quem falar fala, se tiver algum problema ..., primeiro às famílias, porque se dermos, primeiro se dermos acompanhamento às famílias muito provavelmente as gravidezes na adolescência não iam acontecer com tanta frequência, não acontecendo com tanta frequência, haveria muito menos criança institucionalizada porque havia muito menos mães que pudessem, eh, dizer que não têm condições para as ter ou para cuidar delas.

**E:** *Que leitura faz do papel da família nos nossos dias? Pegando nos casos familiares que tem acompanhado, como vê a família?*

**e:** As família pra mim representa um alicerce fundamental no acompanhamento da criança, mais tarde adolescente e adulto. Hoje em dia infelizmente parece não ser assim, a família parece ser simplesmente um parente assinado no registo, no registo civil, mais nada, porque a mãe é uma mãe, o pai é um pai, os irmãos são simplesmente irmãos, não há, não há aquele conjunto, aquela união de família, muito cedo as famílias se desmembram, não é, ainda adolescentes estas crianças vão seguir rumos completamente desagregados da sua sociedade, desagregados de regra e desagregados de um rumo e aí é que começa o nosso problema, as famílias hoje já não, infelizmente já não têm aquele papel que tiveram há uns anos atrás, são simplesmente parentes e não uma família, como deveria ser.

**E:** *Ponto IV, protecção social de menores. O acolhimento em instituição constitui uma*

*medida de protecção de crianças e jovens. Qual tem sido a solicitação desta medida?*

**e:** Eh, os pedidos são constantes, muitas vezes não podemos aceder a eles mas isso já vem das características da nossa instituição. Mas os pedidos são constantes e pedidos de zonas muito longe da nossa: Lisboa, eh, Santarém, Algarve, Minho, zonas muito ..., tem mais incidência no Sul, por estranho ou não que possa parecer, os pedidos têm mais incidência no Sul.

**E:** *O que é o acolhimento em instituição, como esta medida garante a protecção, como responde à situação do mau trato?*

**e:** O acolhimento institucional, portanto, é uma medida dada pelo tribunal que, que delibera que a criança seja colocada num Lar ou num CAT (um CAT é um Centro de Acolhimento Temporário), eh, para estar afastada da família ou não estar diariamente com a família, porquê, porque na altura em que, em que se delibera essa, essa, essa decisão, eh, portanto, a continuação da criança com a família, eh, constitui um perigo, portanto, se constitui um perigo eminente, a institucionalização, ou seja, o colocar da criança numa instituição e fazê-la permanecer nessa mesma, é a melhor solução, segundo o tribunal, para de momento, acabar com esse problema, porque sabemos que se a criança estiver institucionalizada, naquele momento não vai sofrer mais maus tratos e se deixarmos a criança com a família, enquanto não tivermos outra solução a criança vai ser submetida a maus tratos, por isso, nesse aspecto eu acho que a institucionalização é um, um, um bom porto de abrigo ...

**E:** *E já me está a responder a questão a seguir, que a avaliação faz da eficácia dessa medida?*

**e:** Exactamente, na, na medida em que ou se a medida fosse temporária, era perfeita, ou seja, eu também não tou de acordo que uma criança permaneça com a família se, se vê que dessa mesma permanência implica um risco muito grave, não é, por isso, a institucionalização é a melhor, efectivamente a melhor medida a ser aplicada. Eh, o problema está no facto de depois dessa institucionalização não ser feito um trabalho com a família por forma a conseguir perceber porquê que esses maus tratos tiveram efeito e de que forma podemos evitar, podemos parar com esse, com estes maus tratos. Nos casos de não ser possível e há situações em que realmente não é possível, reencaminharemos a criança de imediato para, para a adopção e infelizmente não é isso que se passa, e a criança permanece anos e anos, porque por experiência própria eu sei que é assim numa instituição e daí que a criança depois nunca chega a ganhar raízes em lado nenhum, a não ser da instituição, não é, da qual terá que sair

mais ano, menos ano.

**E:** *Enumere, de forma genérica as características positivas e negativas do acolhimento em instituição.*

**e:** Existem instituições e instituições, neste caso, eu vou falar pela minha instituição, os pontos a favor são, são vários. Protegemos, afastamos a criança do perigo, damos-lhe no tempo em que ela aqui permanece o carinho e a atenção que ela não tem junto da família, damos-lhe todos os cuidados que ela necessita e que não teve com a família: educação, saúde, todos, todos os tipos de cuidado, não é, eh, e depois como esta instituição, e mais uma vez falo neste contexto, como esta instituição é pequena, só tem 30 crianças, eh, consegue dar aquele ambiente familiar à criança que ela nunca chegou a ter e que numa instituição com grande ... também não teria, porque eu conheço instituições (isto agora é um aparte) em que a criança é tratada por um número e não pelo nome, não é, e aí nunca há um contexto que se possa dizer que é familiar.

**E:** *Quais são as entidades responsáveis e/ ou envolvidas na protecção das crianças e jovens?*

**e:** Ora bem, a entidade principal e aquela que delibera as institucionalizações são os tribunais. Mediante relatórios das equipas sociais das EMAT's da Segurança Social, mediante relatórios da CPCJ, eh, o tribunal delibera a institucionalização ou não da criança. Após essa deliberação, as comissões também aplicam essa medida caso haja acordo, portanto o tribunal e a comissão, o tribunal, portanto, funciona de uma forma separada da comissão e a segurança social trabalha com o tribunal, por isso, a comissão pode deliberar a institucionalização ou o regresso à casa de uma criança e o tribunal também o faz, por isso, nós temos casos nesta instituição que estão ligados a tribunal e ligados à comissão de protecção de menores .

**E:** *Ao mesmo tempo?*

**e:** Não ao mesmo tempo, crianças com processos nas comissões e outras com processos nos tribunais. A segurança social trabalha com o tribunal mas não é a segurança social que delibera, a segurança social manda sempre e transmite sempre o caso para o tribunal.

**E:** *Para rematar, Dr.<sup>a</sup> Sofia, pegando nas presentes limitações do nosso modelo de protecção que modelo sugeria para uma protecção mais abrangente e eficaz dos menores?*

**e:** Eh, primeiro nós deveríamos trabalhar todos como um só e não as instituições por um lado,

a comissão e o tribunal pra outro. Nós tendemos muito a trabalhar por ... cargos, e por licenciatura e por, está-me agora a faltar o nome, mas eu não trato a uma pessoa que trabalhe na comissão pelo nome, trato-a por Dr.<sup>a</sup>, com isto quer dizer o quê, quer dizer que não há uma união entre todas as partes, para que possamos dar a este modelo uma melhor solução, porque se pudéssemos trabalhar todos em conjunto, uma criança que está mal, ou que está mal em casa, que está numa instituição mas que está numa instituição que não a pode ajudar a cem por cento, seria reencaminhada para outra ou para uma família de adaptação que lhe pudesse dar o devido valor e como não trabalhamos todos em conjunto o que acontece é que a criança fica anos e anos e anos institucionalizada porque na segurança social, nas comissões existem centenas e centenas de processos aos quais nunca vai ser dada a devida atenção personalizada, não é, entretanto, a criança vai crescer e vai se tornar num adulto revoltado, hum, e, e, e quer dizer, e vamos ter a situação que nós temos agora ou mais grave ou igual, não é, mas nunca melhor porque não trabalhamos as três equipas, instituições, comissão, tribunal não trabalham em uníssimo para um único objectivo, ou seja, o que existe é burocracia, vontades da segurança social e das comissões, as instituições estão na base da hierarquia, é como o povo, as instituições obedecem a, a CPCJ e aos tribunais, se não tiverem as condições ideais para a manutenção e para, e para, portanto, para a institucionalização fecham, as crianças são postas noutra instituição, como, quase como animais, não é, que são postos em vários, em vários, em várias quintas, eh, e depois mais tarde se verá, não é, não há um trabalho único, uníssimo e eu acho que esse é o principal problema, esse é o principal problema porque não trabalhamos todos juntos. Não sei se, se, respondi...

**E:** *Respondeu, respondeu muito bem, quer acrescentar alguma coisa?*

**e:** Não, não, aquilo que, que já falámos, digamos, que vai servir para que todas estas respostas se calhar tenham uma ligação.

**E:** *Dr.<sup>a</sup> Sofia, muito obrigada pela colaboração.*

## Guião de observação da entrevista 12

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Recepção com simpatia e interesse pela entrevista.
	Ambiente Geral	Ambiente de trabalho. Presença de alguma tensão.
	- Dimensão e iluminação	Instituição de estrutura familiar, com três pisos. Relativamente iluminada.
	- Mobiliários	Mesa de escritório, todo o material de escritório necessário.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura simples, não formal.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais e não verbais. Linguagem não formal mas com algum uso de expressões técnicas.
Interferências/interrupções		Algumas interrupções.
Observações		Abordagem de algumas questões antes da gravação da entrevista. Muito envolvimento e interesse na entrevista. Entrevista realizada em condições pouco adequadas pelas interrupções e pelo constante barulho.

## Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 12

Categorias	Subcategorias	Excertos
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	<i>... menor é uma criança, portanto, abaixo dos 18 anos ... A criança pode ser maltratada principalmente de duas maneiras: ou psicologicamente ou fisicamente, eh, sendo que dentro do mau trato psicológico existe o insulto, a humilhação, e dentro do mau trato físico existem toda uma série de maus tratos físicos que se podem infringir ao menor ou a uma criança.</i>
	Criança maltratada - Características	<i>Uma criança maltratada normalmente é uma criança com muito baixo auto-estima, é uma criança que pode ou não evidenciar traços físicos ... a falta da auto-estima vê-se na pouca interactividade que tem com as outras crianças, com o facto de se fechar muito no seu mundo ...</i>
	- Situação familiar (tipo de família)	<i>Normalmente as crianças têm uma família monoparental ... o pai ou mãe não tem uma vida social estável, com isto quero dizer que a mãe ou pai podem ter vários parceiros e vários companheiros, ao mesmo tempo, ou um de cada vez mas, muito frequentemente. ... são famílias muito desestruturadas, eh, que não tem qualquer tipo de alicerce ...</i>
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	<i>... muita negligência dos pais para com os filhos, ou seja, falta de cuidados de saúde, falta de cuidados de higiene, falta de cuidados na educação o que leva a que muitas vezes elas sejam institucionalizadas.</i>
	Maus tratos - Local de ocorrência	<i>... muitas, muitas vezes em casa ... depois pode ocorrer na rua também, basicamente em todo o lado que não a instituição ...</i>
	- Factores/causas dos maus tratos	<i>... mas é quase que hereditário. Se os pais sofrem violência, vão ser adultos violentos, quer para com os cônjuges quer para com as crianças ... O álcool, a droga, eh, todos os factores, uma quantidade de factores ... sendo estes os mais ... porque são dois factores que alteram o comportamento humano, não é, e se a pessoa já por si só tiver uma tendência para a violência quer física quer psicológica essa tendência fica muito mais aberta com o uso de drogas ou álcool.</i>
	Casos de maus tratos considerados marcantes	<i>... o mau trato físico também já houve uma situação em que uma adolescente veio falar comigo, eh, porque a mãe tinha acessos de loucura, quase, e lhe puxava os cabelos, eh, e obrigava a arrumar a cozinha e obrigava a limpar a casa toda ... bate-a constantemente e aí também há uma grande violência psicológica, porque a mãe insulta muitas vezes a criança ...</i>
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	<i>A criança portuguesa, se eu tiver a falar pela experiência que tenho e se estiver a falar pelo leque aqui de situações que tenho aqui, é um acriança maltratada. É claro que não vou generalizar, existem muitas crianças muito bem tratadas ... infelizmente ainda é uma prática que ocorre muito</i>

		<i>frequentemente ... existe com demasiada frequência ainda em Portugal ... daí o facto de haverem tantas crianças institucionalizadas.</i>
	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	<i>... a educação e a consciencialização vêm do berço e se desde cedo a criança ... não tiver a consciência de que não é com violência, ou física ou psicológica que se resolvem as situações ... o álcool ... as drogas ... o facto de vivermos numa sociedade de bairros, uma sociedade de violência, e uma sociedade de quer posso e mando, onde não há leis ... porque há muita, há muita segregação social ...</i>
	Família - Leitura da família nos nossos dias.	<i>As família pra mim representa um alicerce fundamental no acompanhamento da criança ... Hoje em dia infelizmente parece não ser assim, a família parece ser simplesmente um parente assinado no registo ... mais nada ... não há, não há aquele conjunto, aquela união de família, muito cedo as famílias se desmembram ...</i>
	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	<i>Antes de tudo o acompanhamento, acompanhamento social, acompanhamento psicológico ... acompanhamento familiar ... se este tipo de acompanhamento for realizado aquando da adolescência ... se desde aí houver ou houvesse neste caso um trabalho a diversos níveis, duvido que muitas das situações que acontecem acontecessem com tanta frequência ...</i>
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	<i>Eh, os pedidos são constantes, muitas vezes não podemos aceder a eles ... Mas os pedidos são constantes e pedidos de zonas muito longe da nossa: Lisboa, eh, Santarém, Algarve, Minho ...</i>
	Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional	<i>... porque sabemos que se a criança estiver institucionalizada, naquele momento não vai sofrer mais maus tratos ... por isso, nesse aspecto eu acho que a institucionalização é um ... bom porto de abrigo ...</i>
	Eficácia das medidas aplicadas	<i>... se a medida fosse temporária, era perfeita ... Eh, o problema está no facto de depois dessa institucionalização não ser feito um trabalho com a família por forma a conseguir perceber porquê que esses maus tratos tiveram efeito e de que forma podemos evitar, podemos parar com esse, com estes maus tratos.</i>
	Sugestões para melhor protecção de menores	<i>Eh, primeiro nós deveríamos trabalhar todos como um só e não as instituições por um lado, a comissão e o tribunal pra outro. ... como não trabalhamos todos em conjunto o que acontece é que a criança fica anos e anos e anos institucionalizada porque na segurança social, nas comissões existem centenas e centenas de processos aos quais nunca vai ser dada a devida atenção personalizada ... não há um trabalho único, uníssonimo e eu acho que esse é o principal problema ... porque não trabalhamos todos juntos.</i>



## LAR JUVENIL DOS CARVALHOS

Nº da entrevista: 13

Nome do entrevistado: Diogo Silva

Função: Psicólogo

Data da entrevista: 29/09/08

Hora de início: 16h

Duração: 1h

Local da entrevista: Lar Juvenil dos Carvalhos, Pedroso, Gaia.

### **Caracterização da Instituição**

Ano: 1998

Nº utentes: 107

Sexo: Masculino

Idades: 06 - 17 anos

**E:** *Muito boa tarde Dr. Diogo, vamos dar início à entrevista começando pela definição de menor, como define menor?*

**e:** Bem, menor, menor será sempre um indivíduo, não é, à partida a designação em idade, menor de 18 anos, no entanto, o facto de ter menos de 18 anos, é, quer dizer, menor passa um bocadinho também por, por questões, ou seja, se será protegido ou não, e, e pronto será um bocadinho por aí. Eh, no entanto, menos temos sempre a ideia que será alguém que, que ainda não estará suficientemente autónomo para decidir por si ou por estar fora do caminho de, dos parâmetros, digamos que sejam mais de protecção de, da pessoa.

**E:** *E mau trato, como é que define o mau trato?*

**e:** Bem, mau trato, como acho que toda a gente pode perceber o mau poderá ser de várias ordens, normalmente associamos sempre ao mau trato físico, não é, mas actualmente se calhar nem será aquilo que está mais em voga, se calhar o mau trato psicológico será aquele que, que se nota mais e aquele que, se calhar, fica com mais marcas durante o tempo, não é, e provavelmente também é aquele que é mais difícil de detectar, portanto, eu acho que são estas as duas questões em termos de mau trato.

**E:** *Pra si, quando é que uma criança é maltratada?*

**e:** Pra mim, quando, quando se exerce algum tipo de dor ou sofrimento sobre a criança e

quando também não é respeitada as exigências que são necessárias para o bem estar da criança, não é, porque o facto de às vezes não dar atenção à criança, se calhar estamos na mesma a maltratar porque não estamos a ter em atenção àquilo que ela realmente necessita e já é, já é uma situação uma, uma situação de mau trato, acho que quando se inflige-se algum tipo de sofrimento sobre a criança, acho que já estamos no caminho do mau trato.

**E:** *Com base nas situações a que tem dado resposta, trace o perfil da criança maltratada.*

**e:** Ora, uma criança maltratada, normalmente, no início ou quando, quando ainda é algum tipo de mau trato recente nós notamos que as crianças são fechadas, que têm dificuldades em encarar situações problemáticas ou semelhantes do tipo de mau trato que já foram sujeitas, no entanto, ao passar do tempo percebemos que eles vão também se tornando um bocadinho revoltados com a situação a que foram sujeitos e depois isto a nível aqui de, de \*\*\* e tudo mais, nós notamos que muitos deles são mesmo, não é bem rancorosos mas que sentem uma revolta muito grande no interior deles por aquilo que foram sujeitos ao longo da sua vida e acho que normalmente é por esse perfil que eles se vão, vão pautando.

**E:** *Quais as situações familiares destas crianças, de acordo com os casos que tem cá acompanhado?*

**e:** Normalmente depende, não podemos dizer que todas as histórias de crianças maltratadas são, são de famílias monoparentais ou assim. A grande maioria é monoparental, normalmente é o monoparental ou mesmo, mesmo recomposta, porque depois, muitas vezes é, o pai ou é ausente e depois a mãe envolve-se com um novo companheiro e depois há ali sempre um choque, e o novo companheiro rejeita um bocadinho já a criança que existe, há ali sempre uma situação muito complicada e as vezes monoparental porque depois também, aqui já não é questão no mau trato físico, a mãe vai negligenciando um bocadinho o filho, quer dizer, vai tentando compor a vida dela e vai esquecendo um bocadinho do filho, temos aqui algumas situações que é um bocadinho nesse sentido, mas claro que também famílias nucleares acontece sempre também um bocadinho, mas é mais nestas situações.

**E:** *Passando ao ponto II, factores de risco e acolhimento, indique as causas do acolhimento em instituições, neste caso na vossa instituição. Qual tem sido a causa mais frequente?*

**e:** A mais frequente passa um bocadinho por, por, nível familiar, situações em que de algum modo a criança se encontra em risco ou porque a família não presta os devidos cuidados devidos à criança, também outra situação que, que temos aqui muito, muita afluência é a

questão do, do desempenho que elas tem na escola, ou seja, miúdos que dão muitos problemas na escola, porque depois são contactadas as CPCJ por uma questão de faltarem muito à escola, é uma grande parte dos alunos que nós temos aqui, é também por esse, por esse lado, por faltarem a escola e em situações escolar.

**E:** *Onde ocorrem, no seu entende, com mais frequência as situações de mau trato (a estas crianças acolhidas)?*

**e:** Normalmente é em casa, é aí que se nota mais, mais mau trato, no entanto ... quer dizer na escola também acontece sempre a, questões de mau trato mas se falarmos em termos de, por exemplo de, pais é sempre em casa, é mais essa questão, não é.

**E:** *Tendo em conta esse local onde ocorrem com mais frequência os maus tratos, quais considera serem os factores de influência, que aumentam a sua probabilidade de ocorrência?*

**e:** Pronto, acho que por aquilo que também tenho, tenho conhecimento daquilo que vou acompanhando aqui os jovens, essas questões de maus tratos muitas vezes também tem a ver com, com substâncias, por exemplo, que os pais consomem, por exemplo, temos aqui muitos filhos de pais alcoólicos que também propicia muito a agressão física e a psicológica, filhos de pais toxicodependentes, também ao nível de negligenciarem o cuidado dos filhos é bastante frequente e depois também temos aqueles pais, quer dizer, que, que não tendo esse, esses elementos que condicionem o comportamento deles é também por um bocadinho de, faltar ali competências parentais para cuidar dos filhos, e pronto, e também é por esse caso, mas normalmente são essas a, como é que hei-de dizer, as, os factores que influenciam.

**E:** *Indique uma ou duas situações de mau trato, nos casos acompanhados, que lhe tenha sido marcante.*

**e:** Ora duas situações, ora vamos cá ver, por exemplo, temos aqui um miúdo que a mãe normalmente saía de casa quando os miúdos chegam a sexta feira daqui, mas isso só viemos a ter conhecimento passado algum tempo, que chegavam a casa à sexta feira, a mãe fechava-os em casa, saía e só aparecia domingo no final da tarde ou assim, ou seja, o fim de semana eles passavam-no sozinhos, eles por ordem da mãe ou por isso, não iam dizendo o que se passava ali, nós notávamos que eles na segunda feira chegavam aqui muitas vezes cheios de fome e tudo mais e depois com relatos também depois de familiares, de vizinhos e tudo, depois essa, essa situação foi desmontada e depois até eles acabaram por passar cerca de dois meses a

passarem aqui os fins de semana também na instituição até que esse, que isso pudesse ser ultrapassado, que a mãe realmente se responsabilizasse pelos filhos, a mãe teria também, no fim de semana um a profissão também algo duvidosa e ela então aproveitava deixava os filhos em casa e saía.

Outra situação que temos aí é uma questão, se calhar, falta de competência, temos aí uma, uma família que, por exemplo a mãe não, em termos por exemplo, de, e que acaba por ser um bocadinho de mau trato, a questão de tratar a roupa dos filhos, a mãe não trata a roupa dos filhos, consoante eles levam a roupa suja ao fim de semana, eles trazem à segunda feira, a mãe não lhes lava a roupa e tudo mais. Quando tem que, quando tem que lavar roupa ela prefere deitar a roupa fora e comprar-lhes roupa nova do que e, cuidar da imagem e do asseio dos próprios filhos, nesse sentido também. Só alguns exemplos, haverá outros, mas assim de momento.

**E:** *Nas situações antes de entrarem cá, nas situações de acolhimento conhece alguma história que lhe tenha marcado muito, de uma outra criança ... uma criança que tenha sofrido muito antes de cá dar entrada?*

**e:** Prontos, temos aqui um que é uma história que também está ..., porque ele ao vir pra cá é para também fugir um bocadinho o ambiente familiar, porque o pai consome muito bebidas alcoólicas e, então, é aquilo que segundo a mãe diz, que o rapaz só por perguntar alguma coisa ou dizer alguma coisa o pai bate-lhe com frequência e então ele, quer dizer, o miúdo está muito atrasado a nível da fala e tudo mais porque tem um medo pavoroso ao pai ..., ele terá dez anos e essa situação já deve acontecer há muitos mais anos só que neste momento é que está a ser acompanhada porquê, porque já se começa a aperceber que ele com dez anos não falando, tudo mais, e o comportamento dele, nota-se que há ali uma falha e realmente em casa com o pai a mãe diz que o filho é o boneco, o saco de pancadas do pai em casa, isso também é muito complicado, ele está aqui, por acaso está prevista a entrada dele aqui também.

**E:** *Ainda não está aqui?*

**e:** Ainda não, ainda não.

**E:** *Vamos passar ao ponto III, maus tratos às crianças em Portugal. Dos casos acompanhados e dos conhecimentos que tem nesta matéria, qual acha ser a situação da*

*criança portuguesa em relação à problemática dos maus tratos?*

(interrupção – alguém bate a porta)

**e:** Eh, existem muitos e acho que hoje, hoje em dia também acho que a criança maltratada é também um bocadinho a criança silenciosa, porque acho que será por, as vezes também medo daquilo que os outros podem pensar e tudo mais mas, acho que muitas vezes e, e aquilo que é a ideia que se tem, acho que, a criança maltratada passa por muitos extractos sociais e, e vai-se, vai-se calando e vai-se adiando o problema mas, como é que hei-de explicar, a criança maltratada também é aquele ser que é mais frágil, também se falarmos um bocadinho o que é o mau trato aos idosos, são os dois extremos em que as pessoas, pronto, como são mais limitadas e mais frágeis exercem-lhe o tipo de violência, quer dizer, e o receio, o medo que se tem muitas vezes é, é, vai-se perpetuando a partir do silêncio que é feito, porque acho que aqui ainda existem muitos casos que só pela vergonha ou a dificuldade em dizer que ..., também, se calhar, o facto de também ainda não termos entidades muito vocacionadas para tratar este problema não, não sei, ou seja, não, não, não, ou seja, não aparece os dados que devia existir.

**E:** *Considera existir muitos maus tratos em Portugal, que a criança portuguesa, tirando as excepções é na sua maioria uma criança maltratada?*

**e:** Considero, exactamente, eu acho que sim e podemos ver isso também, por exemplo, por aquilo que, quer dizer, na escola e tudo mais, aqueles sinais que eles podem dar porque ou é porque durante a semana toda não estão com os pais e quando estão os pais também não lhes dão a atenção que deviam, isso tudo, quer dizer, vai-se sentindo que a criança tem ali, há muitas falhas e claro isso também durante a educação deles vai-se notando.

**E:** *O quê que aponta como estando na origem destas situações, a nível mais alargado, geral?*

**e:** Pronto, acho que de uma maneira geral também estamos numa sociedade que muitas vezes estamos sem, quer dizer, numa sociedade muito sem princípios e que, e que depois nos servimos também, por exemplo, de usar as crianças para uma série de coisas e os pais em casa também o mesmo, por exemplo os pais em casa as vezes, tenho histórias de pais que, que têm muitos mais filhos só por causa de terem, de poderem vir a ter mais subsídios e depois também, não, não, não pensam no outro lado das coisas. Acho que existe uma facilidade enorme, por exemplo, dos pais poderem, quer dizer, o facto de terem filhos, não é, tem 5 e 6 filhos, quer dizer, e depois há sempre outras soluções, ou são institucionalizadas ou são isto ou aquilo e não se preocupam com o facto de trazerem o filho ao mundo e de tudo

que lhes pode acontecer no futuro, e depois, acho que também o facto de existirem maus tratos em Portugal é também pelo facto também de não existir, como dizia há bocadinho, entidades competentes vocacionadas para este, para esta problemática, porque existe uma CPCJ que está atenta, o tribunal de família e menores, mas quer dizer, no momento exacto em que devemos actuar é muito difícil, por exemplo, as pessoas muitas vezes dizem “ah, não sei quê, o meu vizinho...” as pessoas também não sabem a quem vão recorrer, ou pra dizer, se forem à polícia só se for mesmo apanhado em flagrante \*\*\*, e é complicado, acho que também passa um bocadinho por aí, o facto de não existir entidades que possam prevenir estas situações, que acontece maus tratos em Portugal.

**E:** *Considerando as necessidades existentes nos vários contextos familiares das crianças acompanhadas, que tipo de respostas sociais acha estarem a ser necessárias às famílias?*

**e:** Eu, eu sei que neste momento, sei que há uma linha telefónica, acho que, pelo menos tenho essa ideia que há, existem as comissões e tudo mais, mas acho que falta uma maior divulgação das que existem, pronto, que tem ainda uma ligação aos tribunais e tudo mais, mas acho que faltaria uma entidade muito divulgada e com uma forte presença ou nas freguesias e tudo mais, mais a nível local, não como, por exemplo, se houver uma, quer dizer no centro do Porto e depois como não sabemos, na periferia acontece, naqueles meios mais pequenos também existe muito, muito esse problema e depois também as pessoas para se deslocarem pra irem falar é complicado, acho que devia existir uma maior, uma proximidade destas instituições e as que existem, quer dizer, acho que também deviam ser pensadas se calhar doutra forma porque nos moldes actuais deixam um bocadinho a desejar.

**E:** *Que leitura faz do papel da família nos nossos dias?*

**e:** Acho que hoje em dia o conceito de família que nós tínhamos há uns tempos atrás tem-se perdido muito, cada vez também é verdade que as famílias se compõe cada vez mais tarde, existe também cada vez mais famílias constituídas muito cedo, com pais muito mais jovens e quer dizer, se antigamente havia, existiam pais jovens, mas o conceito que se tinha perante a vida, que só se constitui família já com um emprego e tudo mais, hoje em dia isso já, já não é importante, quer dizer, e muitas vezes os problemas que se dão, quer dizer é por as vezes um filho indesejado ou por situações que ainda não estão provavelmente reunidas para se poderem ... e é, e passa um bocadinho por aí e a família nesse sentido está um bocadinho destruída nestes moldes.

**E:** *Protecção social de menores. O acolhimento em instituição é uma medida de protecção de menores. Qual tem sido a solicitação desta medida (na vossa instituição)?*

**e:** Tem sido muito solicitada no sentido que, também a minha opinião, se calhar, pra muitos casos não será a melhor medida e acho que esta medida para outros casos é muito tardia, porque nós temos um número de miúdos que recebemos relatórios e toda a documentação que nos diz que ele desde 2003 que já dá problemas, só no ano 2008 é que se decide que ele deve ser acolhido numa instituição, ora, ou seja, este tempo que vai de 2003, por exemplo, para 2008 poderia se fazer muita coisa com este miúdo e quando se vai tardando, tardando a entrada de um miúdo na instituição ..., quer dizer, eu acabo por entender que seja o último recurso, mas acho que, no meu entender, quanto mais em tenra idade isto acontecer mais benefícios se pode vir a alcançar, no entanto, acho que também o tempo de permanência dos menores nestas instituições nunca deve ultrapassar os dois anos, porque, quer dizer, dois anos ou mais numa instituição já se começa a criar muitos\*\*\*

**E:** *A criar muitos?*

**e:** Muitos rituais de instituição, ou seja, que os miúdos acabam por ficar muito dependentes da instituição e, quer dizer, e a vida numa instituição é completamente diferente da vida lá fora, não é, porque eles aqui estão muito mais protegidos que estariam lá fora, apesar dessa protecção ser boa, se for em excesso vai condicionar muito a vida deles, não é.

**E:** *O que é o acolhimento em instituição e como é que esta medida garante a protecção do menor?*

**e:** Bem, pra começar, estar numa instituição, é uma medida de promoção e protecção que acontece, poderão haver outras mas \*\*\*, quer dizer, isto depois depende também de como é que as instituições funcionam, à partida o estar numa instituição deve-se combater aquilo que, que antes estaria mal, quando estão numa instituição têm todas as crianças o acesso ao ensino, à alimentação, à dormida, saúde, tudo e, agora, depois depende também da dinâmica de cada instituição. Acredito que nem a nossa nem qualquer outra possa dizer que garante o máximo de protecção à criança porque é, é difícil e, quer dizer, não é em dois dias que o miúdo depois de entrar aqui que se resolve todos os problemas que ele tem, é preciso estar muito atento a todos os sinais que eles vão dando...

**E:** *Porque a maior parte das crianças institucionalizadas, na maior parte dos casos, continua a manter contacto com a família e conforme relatou há bocadinho, pode nesse espaço continuar a haver situações de maus tratos?*

**e:** Exactamente. Isso é uma situação que, lá está, tem dois ..., na minha opinião é assim, não devemos cortar os laços com as famílias porque quando eles saírem daqui é para a família que eles têm, que vão, no entanto, considero que ... eu admito que era preferível muitos miúdos não irem à casa ao fim de semana e ficarem na instituição, no entanto, lá está, tem este factor, e depois isto é assim, se as famílias também perceberem que não têm muito que se preocupar com os filhos também elas se vão desligando aos poucos, por exemplo, temos aqui alguns miúdos, cerca de 20 que ficam cá durante o fim de semana e temos famílias que no início, quando eles começaram a ficar cá ao fim de semana, eles vinham todos os domingos visitá-los e tudo mais, com o passar do tempo já de mês a mês depois já começa a ser de muito em muito tempo, depois já se vão desligando um bocadinho e lá está, esse é que é o problema mas, também acredito que muitos que vão à casa ao fim de semana, quer dizer, se antes em casa estavam mal, não é por terem vindo a uma instituição que depois vai tar, ficar tudo, ficar bem ao fim de semana, não é.

**E:** *Os que ficam é por indicação do tribunal ou porque não têm retaguarda familiar?*

**e:** Temos aqui, pelo menos, cerca de 8 miúdos que não têm retaguarda familiar, temos dois casos de dois miúdos que nem sequer sabemos quem é a mãe, quem é o pai, isto foi uma questão que eles vieram doutra instituição que foi encerrada há pouco tempo e isso foi assim um processo algo atribulado. Outros é por decisão do tribunal porque, ou em casa estão a passar lá por uma série de problemas e entende-se que, de momento, deve-se suspender a ida dos menores à casa e é sempre por ordem do tribunal ou da segurança social que, que temos essa indicação, porque quando eles entram aqui, quando o pedido é feito o facto de eles irem à casa já vem, já vem definido, então é isso que acontece.

**E:** *Que avaliação faz da eficácia desta medida de protecção?*

**e:** Se é eficaz, é assim, o que eu acho é que neste momento é a medida possível que existe, é que, que garante a protecção, acho que não, pelo simples facto de sentir que existe pouco acompanhamento em relação ao que se vai passando aqui, por exemplo, nós sentimos muitas vezes nas instituições e também com outras colegas que vou falando que também trabalham noutras instituições quando temos uma situação grave e temos que comunicar, comunicamos ao tribunal, comunicamos à segurança social ou CPCJ e o tempo que demora em que se toma uma decisão que resolva ou que \*\*\*, por exemplo, as vezes as pessoas tem muito medo de falar de castigos ou punições mas, eu acho que as vezes também é preciso, faz parte, eles têm que sentir que não podem passar impunes a determinadas situações. O tempo que se perde,



em que se pode criar ali uma situação de punição e tudo mais, é muito longo e, quer dizer, e também passa um bocadinho por aí, a protecção deles, quer dizer, se eles vão sentindo que podem fazer tudo e mais alguma coisa e não têm mecanismos ou entidades que dão resposta a isto, eles também, quer dizer, nós também sentimos um bocadinho e o facto de eles virem para uma instituição eu aí compreendo que seja necessário mas, a partir do momento que entram numa instituição parece que o processo parou porque existe uma presa enorme em que eles entrem pa uma instituição mas depois fica tudo parado.

**E:** *Quais considera serem as características positivas e negativas do acolhimento em instituição?*

**e:** As positivas será o facto, por exemplo, de podermos fazer uma ruptura com aquilo que se passa no meio familiar e tudo mais existindo a possibilidade de algumas instituições dar-lhes outras ferramentas que eles possam utilizar no futuro, como por exemplo, frequentar a escola com assiduidade, terem pessoas que os acompanhem no estudo e tudo mais, acho que isso é, é realmente, é importante no funcionamento do, da vida, pra estes jovens. Situações negativas, acho que o facto de, de ainda existirem um certo amadorismo na direcção de certas instituições de ..., o facto de, por exemplo, frequentarem muito tempo as instituições acho que também é muito mau, e depois lá, lá está, acho que o facto de não existir a possibilidade de fazer um trabalho junto das famílias, implicá-las também na educação dos filhos que se sente também, quer dizer, o facto de eles virem para a instituição é só passar ali uns anos da vida até que eles saiam daqui, quer dizer, e muitos eles saem, se calhar, pior que aquilo que eles entraram com muitos mais vícios porque eles aqui também lidam com, com uma série de pessoas que têm também outro tipo de histórias de vida e tudo mais, e que se isso não for bem trabalhado e ter muita atenção, é, também é, acaba por ser um lado negativo, apesar daquilo que se pretendia era que fosse o contrário, é o lado perverso desta situação.

**E:** *Quais as entidades responsáveis e /ou envolvidas na institucionalização destas crianças?*

**e:** É, o grosso da entidade que tem contacto connosco são as CPCJ's, situações mais graves e que já têm processos nos tribunais é a EMAT e a PAFAC e depois temos também situações em que é a segurança social, também entra, há uns tempos, agora isso já, já tem mudado mais, existia, por exemplo, ou fundações ou, que trabalhassem com, também com criança e tudo, poderiam fazer esse pedido, os próprios hospitais e isso tudo, mas agora remetem tudo para as comissões e depois elas é que fazem o pedido.

**E:** *Dr. Diogo, pegando nas limitações do presente modelo de protecção social, o quê que sugere, que modelo de intervenção sugere para uma protecção mais eficaz de crianças e jovens.*

**e:** Antes de mais devia se ponderar muito bem o tempo de actuação de certas medidas, ou seja, acho que como dizia, que as vezes existe um processo de 2006 até 2008 que não houve uma decisão, acho que a partir do momento em que se inicia um processo devia ter um tempo limite para a resolução do mesmo. Depois, isto é, prontos, a nível da resolução de leis, em termos de funcionamento, por exemplo, das instituições acho que poderia existir instituições grandes, como por exemplo esta é, mas com vários pólos diferentes, em que a instituição não tivesse um grosso de tantos miúdos mas funcionasse mais especificamente com, com, no máximo de 10 miúdos, e que se pudesse fazer um trabalho mais dedicado existindo para estes dez uma equipa também técnica... em que fosse um meio mais familiar em que se tivesse mais atenção aos problemas dos miúdos, acho que era mais ideal, um ambiente mais familiar com outros contornos e também depois de sair eles perceberem como que a vida numa família, quais as responsabilidades de cada um na família e tudo mais, porque os moldes que as instituições traziam de antigamente acho que já não se aplicam, porque, quer dizer, um *alberg* para centenas de miúdos, quer dizer, não faz grande sentido porque, quer dizer, é ali um no meio deles todos, quer dizer, perde um bocadinho a identidade de cada um, é só mais um no meio daqueles todos e acho que não podemos pensar assim porque pra isso estamos ... é o que se vai trabalhando hoje em dia, acho que era importante rever essa situação e acho que pra isso acho que grande culpa também tem a segurança social, já que são eles que fazem os protocolos com as instituições, são eles que fiscalizam aprovam e tudo mais, e se isto vai acontecendo acho que é, é simplesmente por culpa deles porque se me disserem que as vezes não estão atentos, acho que é, poderão perfeitamente fazer uma fiscalização mais atenta aí ter em atenção os protocolos que vão assinando porque acho que não faz sentido, as instituições como acontece e como trabalham (como ainda há), há uns tempos eles encerraram uma que aquilo, quer dizer, a maneira como eles trabalhavam, quer dizer, cortavam as relações com as famílias radicalmente, proibia as famílias de visitar os menores e tudo mais, e depois, eu até poderia perceber isso no início da institucionalização ou seja, pra eles também sentirem o corte com a família pra se habituarem à situação e tudo, durante muito tempo, não entendo, porque perder-se o rasto da família é muito complicado.

**E:** *Quer acrescentar mais alguma coisa?*

**e:** Bem acho que, acho que é de enaltecer o facto de estar-se a debruçar sobre este tema

porque acho que se formos a ver estatísticas e tudo mais, acho que há muitos poucos dados sobre isto, também tenho a ideia que, por exemplo, devíamos, se calhar, preparar melhor os polícias que nós temos, para identificar este tipo de maus tratos porque, quer dizer, as pessoas podem apresentar queixa na polícia que é normalmente o que se faz, quer dizer, e eles as vezes não registam, ou vamos ver, e acho que não se deve mesmo brincar com estas situações porque é bom não esquecer que hoje uma criança maltratada vai ser uma pessoa maltratante no futuro, não é, isso tá provado e isso é muito muito importante e acho que não podemos nunca esquecer desse pormenor e tudo o que podermos fazer pra que isso não aconteça é importante, e pronto, acho que é, é só.

**E:** *Dr. Diogo muito obrigada pela colaboração.*

### Guião de observação da entrevista 13

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Recepção formal mas com muito interesse em colaborar com a entrevista.
	Ambiente Geral	Ambiente calmo e agradável.
	- Dimensão e iluminação	Instituição de dimensão muito grande. Muito bem iluminada.
	- Mobiliários	Sala de recepção com sofás, mesas e material de decoração. Gabinete com mesa cadeira, material de escritório e pouco mais.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura formal. Posição correcta.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais. Pouco uso das expressões não verbais. Linguagem simples, não formal.
Interferências/interrupções		Uma interrupção.
Observações		Respostas curtas e breves. Não desenvolve muito as questões colocadas. Apesar disso demonstra interesse pelo tipo de investigação. Apesar da interrupção, a entrevista foi realizada em boas condições.

### Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 13

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	<i>... menor será sempre um indivíduo ... à partida a designação em idade, menor de 18 anos ... ... o mau poderá ser de várias ordens, normalmente associamos sempre ao mau trato físico, não é, mas actualmente se calhar nem será aquilo que está mais em voga, se calhar o mau trato psicológico ...</i>
	Criança maltratada - Características	<i>... normalmente ... quando ainda é algum tipo de mau trato recente nós notamos que as crianças são fechadas, que têm dificuldades em encarar situações problemáticas ou semelhantes do tipo de mau trato que já foram sujeitas ... ao passar do tempo vão também se tornando um bocadinho revoltados com a situação a que foram sujeitos ...</i>
	- Situação familiar (tipo de família)	<i>A grande maioria é monoparental, normalmente é o monoparental ou mesmo recomposta, porque ... o pai ou é ausente e depois a mãe envolve-se com um novo companheiro ...</i>
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	<i>... situações em que de algum modo a criança se encontra em risco ou porque a família não presta os devidos cuidados devidos à criança ... outra situação que ... temos aqui ... é a questão do desempenho que elas tem na escola ... por uma questão de faltarem muito à escola ...</i>
	Maus tratos - Local de ocorrência	<i>Normalmente é em casa, é aí que se nota mais, mais mau trato ...</i>
	- Factores/causas dos maus tratos	<i>... muitas vezes também tem a ver ... com substâncias, por exemplo, que os pais consomem, por exemplo, temos aqui muitos filhos de pais alcoólicos que também propicia muito a agressão física e a psicológica, filhos de pais toxicodependentes, também ao nível de negligenciarem o cuidado dos filhos é bastante frequente ... faltar ali competências parentais para cuidar dos filhos ...</i>
	Casos de maus tratos considerados marcantes	<i>... temos aqui um miúdo que a mãe normalmente saía de casa quando os miúdos chegam a sexta feira daqui ... a mãe fechava-os em casa, saía e só aparecia domingo ... nós notávamos que eles na segunda feira chegavam aqui muitas vezes cheios de fome e tudo mais ... a mãe teria ... no fim de semana um a profissão ... algo duvidosa ...</i>
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	<i>... existem muitos e acho que hoje ... que a criança maltratada é também um bocadinho a criança silenciosa, porque acho que será por ... medo daquilo que os outros podem pensar ... a criança maltratada passa por muitos estratos sociais ... e, vai-se calando e vai-se adiando o problema ... a criança maltratada também é aquele ser que é mais frágil, também se falarmos um bocadinho o que é o mau trato aos idosos, são os dois extremos ...</i>
	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	<i>... estamos numa sociedade ... sem princípios e que ... nos servimos também, por exemplo, de usar as</i>

		<p><i>crianças para uma série de coisas e os pais em casa também o mesmo ... tenho histórias de pais que, que têm muitos mais filhos só por causa de terem, de poderem vir a ter mais subsídios ... depois há sempre outras soluções, ou são institucionalizadas ou são isto ou aquilo ...</i></p> <p><i>... pelo facto também de não existir, como dizia há bocadinho, entidades competentes vocacionadas para ... esta problemática, porque existe uma CPCJ que está atenta, o tribunal de família e menores, mas ... no momento exacto em que devemos actuar é muito difícil ...</i></p>
	<p><b>Família</b> - Leitura da família nos nossos dias.</p>	<p><i>... o conceito de família que nós tínhamos há uns tempos atrás tem-se perdido muito, ... as famílias se compõe cada vez mais tarde, existe também cada vez mais famílias constituídas muito cedo, com pais muito mais jovens ... antigamente havia, existiam pais jovens, mas o conceito que se tinha perante a vida que só se constitui família já com um emprego... a família nesse sentido está um bocadinho destruída nestes moldes.</i></p>
	<p>- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.</p>	<p><i>... neste momento, sei que há uma linha telefónica ... existem as comissões e tudo mais, mas acho que falta uma maior divulgação das que existem ... uma forte presença ou nas freguesias e tudo mais, mais a nível local ... devia existir uma maior, uma proximidade destas instituições e as que existem, quer dizer, acho que também deviam ser pensadas se calhar doutra forma porque nos moldes actuais deixam um bocadinho a desejar.</i></p>
Protecção social de menores	<p>Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional</p>	<p><i>Tem sido muito solicitada no sentido que, também a minha opinião, se calhar, pra muitos casos não será a melhor medida e acho que esta medida para outros casos é muito tardia ...</i></p>
	<p>Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional</p>	<p><i>As positivas será o facto ... de podermos fazer uma ruptura com aquilo que se passa no meio familiar ... a possibilidade de ... dar-lhes outras ferramentas que eles possam utilizar no futuro ... Situações negativas ... o facto de ... ainda existirem um certo amadorismo na direcção de certas instituições ..., o facto de ... frequentarem muito tempo as instituições ... facto de não existir a possibilidade de fazer um trabalho junto das famílias, implicá-las também na educação dos filhos ...</i></p>
	<p>Eficácia das medidas aplicadas</p>	<p><i>Se é eficaz ... o que eu acho é que neste momento é a medida possível ... que garante a protecção, acho que não, pelo ... pouco acompanhamento em relação ao que se vai passando aqui ...</i></p>
	<p>Sugestões para melhor protecção de menores</p>	<p><i>... devia se ponderar muito bem o tempo de actuação de certas medidas ...</i></p> <p><i>... em termos de funcionamento, por exemplo, das instituições ... não tivesse um grosso de tantos miúdos mas funcionasse ... com, no máximo de 10 miúdos ... um ambiente mais familiar com outros contornos ... (...) Preparar melhor os polícias que nós temos, para identificar este tipo de maus tratos ...</i></p>

## ALDEIA DE CRIANÇAS SOS – INTERNATO

Nº da entrevista: 14

Nome do entrevistado: Rui Dantas.

Função: Director Técnico

Data da entrevista: 07/10/08

Hora de início: 16:30

Duração: 1 hora

Local da entrevista: Aldeia de Crianças SOS – Internato, Gulpilhares, Gaia.

### **Caracterização da Instituição**

Ano: 1980

Nº utentes: 38

Sexo: Misto

Idades: 5 – 25 anos

**E:** Boa tarde, Dr. Rui Dantas. Como define menor?

**e:** Na minha definição de menor, tal qual está na lei é toda aquela, todo aquele jovem que tem menos que 18 anos que é a idade em que se atinge a maioridade. Eh, por isso, esta questão vou respondê-la desta forma.

Quanto à maus tratos, quando é que o menor é maltratado, eh, o menor é maltratado sempre que não se respeita os seus direitos, a sua integridade, a sua liberdade, o seu espaço. Eh, tipologias de mau trato, temos, eh, negligência parental, agressões físicas e psicológicas, abuso sexual, restrição de liberdade, abandono, pronto, estão aqui as 5 mais usuais e aquelas que mais se têm incidido, claro que mais sobre as crianças que nós também recebemos.

**E:** Com base nas situações a que tem dado resposta, trace o perfil da criança maltratada. Como é que caracteriza a criança maltratada?

**e:** Ora bem, eh, acontece, geralmente, prontos, são crianças que necessitam, portanto, de acompanhamento do nível psicológico, muitas vezes da pedopsiquiatria, terapia da fala, tratamento de diversa natureza seja de cuidados médicos básicos, eles vêm com, com parasitas com os dentes muito maltratados, prontos. São miúdos muito instáveis, muito revoltados, eh, e muitos deles não compreendem o porquê de estarem numa instituição ou de terem sido retirados aos pais. Apesar de serem maltratados, eh, apesar de existir esse perigo para a criança, muitos deles não compreendem e revoltam-se pelo facto de serem retirados da

sua família.

**E:** *Quais as situações familiares destas crianças que têm acolhido em relação ao tipo de família, contexto social?*

**e:** Eh, regra geral são famílias com baixas condições financeiras, eh, em que uns progenitores ou ambos os progenitores são alcoólicos ou não têm emprego fixo, vivem do rendimento mínimo, temos situações também, da mãe que troca constantemente de parceiro, depois não havendo uma ligação afectiva às crianças ou desenvolvendo situações mais graves que é as vezes o abuso, o mau trato por parte desse companheiro às crianças, situações em que a mãe é prostituta, eh, e depois temos situações em que relativamente à chamada família nuclear \*\*\*, muitas vezes os miúdos são deixados completamente ao abandono ou os seus pais não se preocupam minimamente com o que eles fazem ou deixam de fazer, não se preocupando em encaminhá-los para a escola, ter uma alimentação cuidada, um vestuário também adequado a cada época do ano, pronto, são famílias que estão completamente desestruturadas.

**E:** *A questão a seguir, sobre as causas do acolhimento, acaba de as apontar. Qual tem sido a causa mais frequente?*

**e:** A causa mais frequente é, costuma ser a negligência parental, a falta de condições adequadas à criança.

**E:** *Onde ocorrem com mais frequência as situações de mau trato, dos casos a que tem dado resposta, qual é o terreno social onde ele ocorre?*

**e:** Bem, geralmente, são, sei lá, prontos, dos bairros sociais muitas vezes vivem várias famílias na mesma casa...

**E:** *A nível do contexto familiar?*

**e:** Sim, pronto, voltamos à questão das tais famílias de baixas condições económicas, isto porquê, porque geralmente as famílias com outras condições geralmente conseguem esconder melhor os maus tratos seja aos filhos seja à própria, neste caso às mulheres, isto também não acontece só às crianças, apesar de que há a possibilidade de encobrir mais um pouco isso, já não é tão visível como nos meios mais desfavorecidos.

**E:** *Passando a questão a seguir, considerando o local onde ocorrem com mais frequência os maus tratos, quais considera serem os factores de influência, que aumentam a probabilidade*



*da ocorrência do mau trato?*

**e:** Toxicodependência, alcoolismo, desemprego, está tudo relacionado. Digamos, se ambos os progenitores não, não trabalham, dedicam-se a, a passar o dia interno em cafés a beber vinho, chegam à casa completamente alterados, as crianças fazem qualquer coisa, dá logo azo a grandes tarefas ou então há o descuido completo, total abandono, não querem saber o quê que eles fazem ou deixam de fazer, não é.

**E:** *Indique uma ou duas situações de maus tratos, nos casos acompanhados, que lhe tenha sido marcante.*

**e:** Bem, falar sobre estas questões, isto é mais complicado porque são, todas as nossas situações são confidenciais ao fim ao cabo, mas principalmente casos de crianças que foram abusadas por algum parente, pronto, posso mencionar um ou dois casos que nós tivemos, não vou ...

**E:** *Eu aqui não quero situações concretas de A, B, C, não, é só das histórias de maus tratos que conhece, qual foi a história que marcou-lhe.*

**e:** Uma menina com meia dúzia de anos que foi abusada por um familiar próximo, lá está, não vou entrar em pormenores, até porque é uma situação recorrente, que acontece em vários casos, até porque muitas vezes o abusador é alguém próximo da criança, alguém conhecido da criança, pronto, tivemos, temos alguns casos desses.

**E:** *Maus tratos às crianças em Portugal. Dos casos acompanhados e dos conhecimentos que tem nesta matéria, qual acha será a situação da criança portuguesa relativamente à problemática dos maus tratos?*

**e:** Ora bem, ainda é grave, efectivamente, começa a haver agora uma maior, eh, um maior conhecimento, uma maior preocupação em evitar que esses maus tratos aconteçam às crianças mas, mesmo assim, ainda há muito a fazer. Seria necessário nitidamente haver um maior acompanhamento das famílias porque o principal problema está nas famílias, se as famílias funcionassem, se fossem acompanhadas não teríamos tantas crianças em instituições, não teríamos tantas crianças que não estão nas instituições mas continuam em situação de perigo porque penso que haverá 12 mil, 13 mil crianças em instituições, crianças que estão neste momento fora de perigo, mas existem outras milhares que estão em perigo porque estão com as famílias, então, o principal problema é esse, são as famílias, porque se as famílias funcionassem como tal, não havia instituições, não havia crianças em perigo, isso lá está,

teria que ser com mais técnicos com mais trabalho, maior controlo, por isso é que eu digo que ainda há um longo percurso a fazer.

**E:** *Quais aponta serem as principais causas para esta situação a nível mais global, alargado?*

**e:** Voltamos à questão, à questão anterior, não é, é o desemprego, o modo de vida dos pais dessas crianças, normalmente o álcool, a droga, a prostituição, eh, lá está, a própria crise económica e social que estamos a atravessar neste momento, anteriormente já existia também, mas, lá está, também, acontece que muitos desses pais não têm a preocupação, nós notamos isso, em procurar melhorar a sua condição, acomodam-se um bocado ao apoio que o Estado lhes dá e então mantêm-se naquela situação, pronto, também teria que eventualmente haver um controlo mais rigoroso acerca disso.

**E:** *Considerando as necessidades dos vários contextos familiares acompanhados, que tipo de respostas acha serem necessárias às famílias?*

**e:** Principalmente o trabalho com as famílias. Eh, incidir principalmente nas competências parentais. Muitos deles podem até gostar muito dos filhos mas não têm competência nenhuma para serem pais e teriam que ser trabalhados, muito trabalhados e haver um acompanhamento continuado. Às vezes faz-se um acompanhamento pontual, resulta hoje mas amanhã, podem cair no mesmo tipo de vida que tinham anteriormente, por isso, a incidência teria que ser mesmo no trabalho com as famílias, nas competências parentais.

**E:** *Que leitura faz do papel da família nos nossos dias (relativamente à protecção dos seus menores)?*

**e:** A família deveria ser aquela instituição sagrada na qual nós crescemos e, ao fim ao cabo, nos ajuda a formar enquanto pessoas, por isso, eh, o papel na protecção dos menores é de máxima importância porque se a família não proteger esses menores se não lhe der as condições, se não lhe der um acompanhamento necessário esses menores acabam desprotegidos.

**E:** *Mas a leitura que faz, acha que ela está a cumprir, de uma forma geral?*

**e:** Não, eh, a família nuclear, actualmente, eu penso que ela está a deixar de existir mas, não é só nas classes mais carenciadas está a acontecer na sociedade como um todo, não só em Portugal mas nos restantes países, está a acontecer efectivamente que esta família nuclear está

a desaparecer, pronto, é, é uma pena mas, lá está, já me ultrapassa bastante, eh, não sei efectivamente de que forma é que se pode melhorar isso porque isso quase teria que ser uma mudança a nível de toda a sociedade, sinceramente não sei como responder...

**E:** *Protecção social de menores. O acolhimento em instituição constitui uma medida de protecção social de menores. Qual tem sido a solicitação desta medida de protecção?*

**e:** Temos tido bastantes pedidos de acolhimento e principalmente pedidos de acolhimento para adolescentes, mais do que de crianças. No nosso caso nós só acolhemos até aos 10 anos, salvo algumas excepções, no caso de grupo de irmãos em que há um que tem 11 ou 12 anos e todos eles têm menos que 10 anos, neste caso abrimos uma excepção, mas chegam-nos muitos pedidos para miúdos com 14, 15, 16, 17 anos, lá está, dado o nosso modelo de trabalho, modelo familiar, não temos condições para acolher este tipo de, de jovens.

**E:** *Para quem não sabe, o que é o acolhimento em instituição, o que é estar na instituição?*

**e:** Ora bem, o acolhimento em instituição, pela lei de protecção de menores, a institucionalização é praticamente a última, não é a última mas é praticamente a última ..., o que quer dizer que quando uma não é possível passamos para a seguinte. Se essa seguinte também não, não é possível de ser aplicada, passamos para a próxima, chegamos finalmente à institucionalização, último recuso.

**E:** *Acha que esta medida garante a protecção dos menores?*

**e:** Acho, falo no nosso caso, está protegida está acompanhada.

**E:** *Que avaliação faz da eficácia desta medida de protecção?*

**e:** Depende da instituição, em muitos casos até resulta porque nós temos muitos casos de sucesso, tou a falar da nossa instituição, temos outras em que efectivamente o sucesso já não é tão grande, mas, lá está, é um bocado subjectivo depende efectivamente de cada uma das instituições, existem instituições muito boas que fazem um acompanhamento adequado à criança e ao jovem, existem outras em que isto não acontece e depois temos aqueles casos que aparecem na comunicação social, jovens de instituições que cometeram crimes, prontos, nós temos que estar constantemente preocupados, eh, não só em dar-lhes digamos, os meios económicos, alimentá-los, vesti-los, mas, principalmente, educá-los, em muitos casos isto não acontece, dão-lhe a comida, dão-lhe a roupa, colocam na escola mas, depois, aquilo é mais um depósito de crianças e jovens propriamente, uma, uma casa para os ajudar a crescer

enquanto pessoas.

**E:** *Quais considera serem as características positivas e negativas do acolhimento em instituição?*

**e:** Ora bem, eh, vamos começar pela principal negativa que é o facto das crianças estarem afastadas da sua família, que apesar de em muitos casos ser uma péssima família é a família deles, é a família que eles amam, pode ser a pior família do mundo mas é a família deles, eh, e o que faz com que muitos deles sintam revoltados, não só contra a instituição mas também um bocado contra todos, claro que leva depois a alguns comportamentos desviantes.

As características positivas, eh, também tem a ver muito com a instituição. Se é uma instituição que lhes proporciona um modelo familiar, então, temos um acompanhamento muito positivo, ao fim ao cabo, eles recebem o que não tinham quando estavam com a sua família biológica, o afecto que necessitam, a atenção que necessitam, o acompanhamento que necessitam.

**E:** *Quais as entidades responsáveis e/ou envolvidas na institucionalização das crianças e jovens?*

**e:** Os tribunais, as comissões de protecção de menores, eh, a segurança social e depois de uma forma mais alargada, todas aquelas instituições que lidam diariamente com a criança, da comunidade, hospitais, escolas, a própria comunidade em si, por exemplo, um vizinho que sabe que naquela casa existe uma situação de mau trato, faz uma denúncia e depois vai-se verificar se existe realmente essa situação, ou seja, toda a comunidade propriamente dita pode funcionar como um instrumento de protecção da criança.

**E:** *Agora finalizando, que modelo de intervenção sugere para uma maior e mais eficaz protecção de crianças e jovens?*

**e:** Prevenção, uma intervenção atempada para evitar que estas situações de risco chegassem ao ponto em que muitas vezes chegam, os casos mais graves são a morte do menor, porque há muitas situações em que sabemos que a criança está em risco, mesmo assim, não se retira aquela criança aos familiares, eh, porque o meio de prevalência é o meio familiar e se um dos progenitores disser ai, não, afinal eu quero estar com o meu filho ou a minha filha, gosto muito dele, e quem tem o dever de fazer esse acompanhamento as vezes descarta um bocado isso e depois temos situações em que o menor acaba por, ou sofrer graves danos ou mesmo morrer, por isso, lá está, a intervenção precoce, atempada, é muito importante, evitar que

aconteça situação de risco, mas que é muito difícil em muitas situações.

**E:** *Há mais alguma coisa que quer acrescentar à esta nossa entrevista?*

**e:** Não.

**E:** *Obrigada pela colaboração.*

### Guião de observação da entrevista 14

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Recepção formal.
	Ambiente Geral	Ambiente calmo e agradável.
	- Dimensão e iluminação	Instituição de grande dimensão. Muito bem iluminada.
	- Mobiliários	Sala de recepção com mesa redonda e cadeiras, duas estantes grandes com livros e outros materiais, mesa de escritório e cadeira, computador.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura formal. Posição correcta.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais. Pouco uso das expressões não verbais. Linguagem simples, não formal.
Interferências/interrupções		Uma interrupção.
Observações		Respostas curtas e breves. Não desenvolve muito as questões colocadas. Apesar disso colabora com interesse.

## Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 14

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	... tal qual está na lei é toda aquela, todo aquele jovem que tem menos que 18 anos que é a idade em que se atinge a maioridade. Quanto à maus tratos ... o menor é maltratado sempre que não se respeita os seus direitos, a sua integridade, a sua liberdade, o seu espaço. Eh, tipologias de mau trato, temos, eh, negligência parental, agressões físicas e psicológicas, abuso sexual, restrição de liberdade, abandono...
	Criança maltratada - Características	... são crianças que necessitam, portanto, de acompanhamento do nível psicológico, muitas vezes da pedopsiquiatria, terapia da fala, tratamento de diversa natureza ... São miúdos muito instáveis, muito revoltados...
	- Situação familiar (tipo de família)	Eh, regra geral são famílias com baixas condições financeiras, eh, em que uns progenitores ou ambos os progenitores são alcoólicos ou não têm emprego fixo... temos situações também, da mãe que troca constantemente de parceiro, depois não havendo uma ligação afectiva às crianças ou desenvolvendo situações mais graves que é as vezes o abuso ...
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	... a negligência parental, a falta de condições adequadas à criança.
	Maus tratos - Local de ocorrência	... voltamos à questão das tais famílias de baixas condições económicas, isto porque, porque geralmente as famílias com outras condições geralmente conseguem esconder melhor os maus tratos ...
	- Factores/causas dos maus tratos	Toxicod dependência, alcoolismo, desemprego, está tudo relacionado. Digamos, se ambos os progenitores ..., não trabalham, dedicam-se a, a passar o dia interno em cafés a beber vinho, chegam à casa completamente alterados, as crianças fazem qualquer coisa, dá logo aso a grandes tarefas ou então há o descuido completo, total abandono, não querem saber o quê que eles fazem ou deixam de fazer, não é.
	Casos de maus tratos considerados marcantes	Uma menina com meia dúzia de anos que foi abusada por um familiar próximo ...
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	... ainda é grave, efectivamente, começa a haver agora ... um maior conhecimento, uma maior preocupação em evitar que esses maus tratos aconteçam às crianças mas, mesmo assim, ainda há muito a fazer. Seria necessário nitidamente haver um maior acompanhamento das famílias porque o principal problema está nas famílias ... , se as famílias funcionassem ... não teríamos tantas crianças em instituições, não teríamos tantas crianças que não estão nas instituições ... porque penso que haverá 12 mil, 13 mil crianças em instituições ...

	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	<i>Voltamos à questão ... anterior ... é o desemprego, o modo de vida dos pais dessas crianças, normalmente o álcool, a droga, a prostituição ... a própria crise económica e social que estamos a atravessar neste momento ... também, acontece que muitos desses pais não têm a preocupação em procurar melhorar a sua condição ...</i>
	Família - Leitura da família nos nossos dias.	<i>A família deveria ser aquela instituição sagrada na qual nós crescemos e, ao fim ao cabo, nos a juda a formar enquanto pessoas, por isso, eh, o papel na protecção dos menores é de máxima importância ...</i>
	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	<i>Principalmente o trabalho com as famílias. Eh, incidir principalmente nas competências parentais. Muitos deles podem até gostar muito dos filhos mas não têm competência nenhuma para serem pais e teriam que ser trabalhados ... e haver um acompanhamento continuado.</i>
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	<i>Temos tido bastantes pedidos de acolhimento e principalmente pedidos de acolhimento para adolescentes ...</i>
	Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional	<i>... vamos começar pela principal negativa que é o facto das crianças estarem afastadas da sua família ... é a família deles, é a família que eles amam ... As características positivas ... tem a ver muito com a instituição. Se é uma instituição que lhes proporciona um modelo familiar, então, temos um acompanhamento muito positivo, ao fim ao cabo, eles recebem o que não tinham quando estavam com a sua família biológica, o afecto que necessitam, a atenção que necessitam, o acompanhamento que necessitam.</i>
	Eficácia das medidas aplicadas	<i>... é um bocado subjectivo depende efectivamente de cada uma das instituições, existem instituições muito boas que fazem um acompanhamento adequado à criança e ao jovem, existem outras em que isto não acontece e depois temos aqueles casos que aparecem na comunicação social, jovens de instituições que cometeram crimes ...</i>
	Sugestões para melhor protecção de menores	<i>Prevenção, uma intervenção atempada para evitar que estas situações de risco chegassem ao ponto em que muitas vezes chegam, os casos mais graves são a morte do menor, porque há muitas situações em que sabemos que a criança está em risco, mesmo assim, não se retira aquela criança aos familiares ... ... as vezes descara um bocado isso e depois temos situações em que o menor acaba por, ou sofrer sofrer graves danos ou mesmo morrer ... a intervenção precoce, atempada, é muito importante, evitar que aconteça situação de risco, mas que é muito difícil em muitas situações.</i>



## A CAUSA DA CRIANÇA

Nº da entrevista: 15

Nome do entrevistado: Susana Oliveira

Função: Assistente Social

Data da entrevista: 13/10/08

Hora de início: 13:20h

Duração: 1h

Local da entrevista: Centro de Acolhimento Temporário, A Causa da Criança, Vila Nova da Telha, Maia.

### **Caracterização da Instituição**

Ano: 2007

Nº utentes: 22

Sexo: Misto

Idades: 5 meses - 15 anos.

**E:** *Muito bom dia, Dr.<sup>a</sup> Susana Oliveira, Centro de Acolhimento da Maia. Vamos começar nossa entrevista definindo menor. Como é que a Dr.<sup>a</sup> define menor?*

**e:** Eh, neste momento menor, eu defino como consta na lei, não é, menor de 18 anos, agora vai até, estamos a levar até aos 21, portanto, uma vez que realmente começamos a verificar que até aos 18 anos, para crianças com quem trabalhamos, eh, é muito complicado, aos 21 também não é nada fácil, portanto, menor será 18, 21 anos, andarà à volta desta, destas idades.

**E:** *E mau trato, como é que define mau trato? Pra si quando é que o menor é maltratado?*

**e:** Mau trato, eh, portanto, há diversos tipos de mau trato, há aquele mau trato que nós já conhecemos, o físico e o psicológico e há também o que eu costumo chamar de, e é já corrente, da negligência, pronto, que portanto, também engloba o mau trato físico e psicológico, mas talvez numa situação, como é que eu hei-de explicar, mais suave, não tão visível, que, se calhar, é o mau trato que é mais conhecido, mais abundante, não é, e mais numeroso, mas que realmente não é aquele que nós verificamos, que ficam marcas e etc., portanto, estará por aqui.

**E:** *Com base nas situações a que tem dado resposta, trace o perfil da criança maltratada. Como é que descreve, caracteriza uma criança maltratada?*

**e:** Vou-lhe descrever de certa forma como elas entram aqui, se calhar é o melhor espelho, digamos assim. Uma criança maltratada, geralmente é uma criança que tem uma grande revolta dentro de si que por vezes é visível e outras vezes não é visível, é uma criança que nos chega cá, portanto, muito triste, com olhar triste, que tem dificuldade em se relacionar com as outras crianças, com os adultos, que muitas vezes rejeita a atenção e o carinho ou um gesto, eh, porque não está habituada, ou se está habituada a um outro gesto, portanto, está habituada que a seguir venha mais alguma coisa que não é demonstração do afecto, do carinho que elas precisam. Eh, o quê que nós encontramos aqui, depois há aquelas crianças que são revoltadas e que de vez em quando há aquelas explosões, portanto que, nós temos que perceber que elas estão a explodir, digamos assim, não porque o colega lhe roubou um brinquedo mas porque há ali mais coisas, não é estável, há uma grande instabilidade emocional, que por vezes é, é física outras vezes nós querermos arrancar-lhes um sorriso então, no início quase que é impossível, vai depois sendo com muita calma, eh, portanto, conquistando de certa forma a confiança deles, porque a criança maltratada é mesmo isso, portanto, esconde mas tem aquele olhar muito triste, muito carente, muito vazio, mas é aquela carência que eles próprios não entendem muito bem de quê, então quando lhes damos um afecto eles recusam, eh, só depois é que começam a perceber, só depois é que nos procuram, é o que dizemos, depois deles passarem esta fase inicial de acolhimento, eles começam a desabrochar, portanto, eles começam-nos a procurar, sentir em nós confiança, portanto é isso, (risos), portanto, as crianças que temos trabalhado.

**E:** *Quais são as situações familiares destas crianças, maioritariamente de que tipo de família vêm: monoparental, recomposta, nuclear simples ...?*

**e:** Eh, sim, portanto, há nucleares, portanto, o pai, a mãe, os filhos, temos as monoparentais, portanto, quando há ou divisões, divórcios, separações, etc. Também temos, as recompostas também, portanto, ou seja, houve uma separação e depois a mãe ou o pai encontram um novo companheiro, eh, que portanto, tem mais filhos ou não tem mas há famílias, portanto, há aqui um bocadinho de tudo e também há, portanto, crianças que vêm, que estavam aos cuidados dos avós ou dos tios, portanto...

**E:** *E vêm também por maus tratos?*

**e:** Eh, vêm por negligência, negligência e muitas vezes também temos casos, portanto, de tios

e avós que, eh, dizem-nos que não têm condições para ter a criança ou mesmo que não há espaço na vida deles para aquela criança, há muito isso também, muitas vezes fruto, porque têm um outro projecto de vida que não engloba aquela criança ou porque têm diversos conflitos com a família, portanto, com a restante família, os pais e etc., que não os deixam, entre aspas, em paz, então eles simplesmente escolhem o caminho mais fácil que é, portanto, afastam-se do problema, que neste caso infelizmente são as crianças e e tentam resolver dessa forma, também temos assim.

(...) são múltiplas situações, exactamente, e aqui também temos entre nuclear, entre recompostas e monoparentais, portanto, temos aqui uma grande mistura, não posso dizer que é uma só mais abundante, está muito equiparado.

**E:** *Factores de risco e acolhimento. Indique a causa do acolhimento de menores em instituições, neste caso na vossa instituição. Qual a causa mais frequente?*

**e:** Mais frequente é a negligência, portanto, a negligência que encaramos como a negligência nos cuidados de saúde, nos cuidados de higiene, na alimentação, eh, portanto, nos horários de sono das crianças, de descanso, portanto, tudo que é necessário que seja equilibrado para que aquela criança consiga crescer, não é, é mais nesse sentido, a grande, a causa, não é. Depois há a violência doméstica, eh, portanto que também temos, que provoca depois a separação, não é, dos pais, a consequente não capacidade de um deles assumir os filhos, portanto, quer a níveis financeiros, quer emocionais, eh, portanto, anda tudo muito à volta dessa situação, e também, eh, portanto, é a negligência, é a violência, portanto, doméstica e é também, portanto, depois aquelas outras situações de famílias disfuncionais, portanto, toxicodependência, alcoolismo, eh, que também estão associadas, portanto, praticamente é, mas grande maioria é realmente a negligência, portanto, a falta de condições e de, de possibilidade e de como fazer para criar aquelas crianças.

**E:** *Onde ocorrem com mais frequência as situações de maus tratos, de acordo os casos que tem dado resposta?*

**e:** Eh, portanto, ocorrem em casa, portanto, na família, no seio da família (...), portanto, eh, aqui bairros temos algumas situações, eh, aparecem sempre mas também temos muito da casa, portanto, seja urbana ou seja mais afastada da cidade.

**E:** *Considerando este local onde ocorrem com mais frequência os maus tratos aos menores, quais acha serem os factores de influência, que acabam por ajudar...?*

**e:** Ajudar, não é, eh, muito, é os pais não saberem cuidar dos filhos, portanto, a falta de conhecimento, a falta, eh, de, eh, por vezes nem se trata de, de dificuldade, pobreza em termos financeiros, é mesmo aquela pobreza de, eh, portanto, os meus pais trataram-se assim, eu nasci, cresci estou aqui, então os meus filhos também não precisam de mais nada, é mesmo falta de, costume dizer, eh, a pobreza que é mais difícil de, eh, é de espírito, é mesmo, não saber fazer e também não haver necessidade para aprender, portanto, é, mesmo essa. A grande causa é mesmo isso, e depois claro, vem falta de segurança, a falta da auto-estima, o ir para aquilo que os outros dizem, que pode ser mau, depende da pessoa que conseguir encontrar, não é, e, e é muito isso.

**E:** *Indique uma ou duas situações dos casos acompanhados que lhe foi marcante, dos mais marcantes.*

**e:** Eh, são todos (risos), eh, o que me marca mais é os pais, neste momento servirem-se dos filhos para terem apoio social, portanto, para terem direito ao RSI, aos abonos, aos subsídios para, portanto, para a educação especial dos filhos etc., portanto, essa foi a que mais... (risos), de tudo fazerem pra terem os filhos, não pra cuidar deles como deve ser, mas, para terem acesso a estes apoios e não os perderem, porque depois tinham que trabalhar, não é, esta foi ou são as que me marcam mais e aquelas que eu considero mais revoltantes, não é, da nossa frustração e do nosso trabalho. Eh, mas é, é, porque depois, por exemplo, se é falta de dinheiro, mas acho revoltante, não é.

**E:** *Mas isso contacta antes da entrada das crianças ou depois da entrada, quando já estão e os pais querem tirar por causa dos apoios?*

**e:** Sim também, os pais querem tirar por causa dos apoios, ficam muito transtornados com a saída das crianças do seio porque ficam em risco de perder o dinheiro, e depois há o camuflar de toda esta situação (...), portanto, eles já têm o apoio, o RSI ou o abono de família e depois quando as crianças são acolhidas eles podem vir a perder, não é, têm muito, muito esse medo e então tentam camuflar, arranjam estratégias mirabolantes desde, por exemplo, que aqui no centro nós não tratamos bem as crianças, não é, quando as crianças nos entram aqui lastimáveis, tentamos fazer tudo e mais alguma coisa que está ao nosso alcance e colocam em causa, eh, portanto, se, se estão a alimentar bem, se dormem em condições, se, se, se, se, não é, chegarem nas visitas a quase quererem despir a criança para ver se têm, por exemplo, nódoas negras ou, percebe, isso acontece, acontece muito, a preocupação dos pais chega depois, portanto, eh, eu tive um caso que posso contar que foi uma mãe em que a criança

bebé e, portanto, os irmãos vieram num estado lastimável, portanto, desde em termos de pele, sardas, complicações, etc., eh, prontos, era mesmo, era terrível, pra descrever, e era um bebé que tinha 6 meses, portanto, e as crianças, e nós cuidamos, portanto, e tudo aquilo foi tratado, medicações e etc., e depois passados mais uns meses das crianças estarem cá, a, a bebé começou a ganhar, já fruto, portanto, porque de vez em quando vai começando a ter aquelas “quezilas”, não é, começou a ganhar uma ferida, eh, e a mãe já estava toda aflita, ah minha filha, vocês no lar ... e eu simplesmente (risos), disse-lhe: a Senhora lembra-se como é que estavam os seus filhos quando entraram aqui, não é, e ela alí calou-se, mas chegam a esse pormenor, depois exigirem, eh, porque a filha tinha ferida que tem a ver depois com o rebentar, de vez em quando lá aparece e nós temos que tratar, eh, pronto, já não se lembrava como é que os filhos tinham cá entrado e eu tive que a recordar porque ela estava tipo, ai é porque vocês se calhar ... e isso acontece muito (risos), e mete-nos, causa-nos aqui também um grande, a frustração, não é.

**E:** *Maus tratos às crianças em Portugal. Dos casos acompanhados e dos conhecimentos que tem na matéria, qual acha ser a situação da criança portuguesa relativamente à problemática dos maus tratos?*

**e:** Ora bem, neste momento, portanto, é uma opinião pessoal, eu acho que estamos no 8 e estamos no 80, não é, eh, e depois também não se sabe muito bem o quê que há pelo meio, porque há crianças que pelo facto de não terem tudo aquilo que outras têm, não quer dizer que por causa de não terem esses bens materiais, por vezes é materiais, ou de meios etc., que que estejam a ser maltratadas ou que precisem deles, não é, pronto, e o que se passa agora em Portugal, portanto, principalmente com os casos mediáticos e são mediáticos porque só se contam metade das coisas que estão por trás, depois isto também é um risco pra a sociedade, não é, eh, é mesmo isso porque há crianças que, se calhar, por exemplo, vou dar aqui um exemplo, uma criança na cidade tem um telemóvel, o pai leva-o à escola, portanto, todo aquele protecționismo ... tem o material XPTO, a mochila também ..., uma criança, por exemplo, de uma zona mais rural, pode não ter nada disso e não estar a ser maltratada, pelo contrário, porque é um ambiente diferente, ela nem sequer tem grande necessidade, não é, mas porque não tem, coitadinho, vai a pé para a escola ou vai sozinho, portanto, já pode causar mau trato.

Neste momento eu acho que há uma grande confusão e o importante é tentarmos equilibrar as coisas e olharmos de ver e não só ..., e depois há aquelas situações dos vizinhos porque vêm que aquela criança está a chorar e depois até têm conflito com aquela família, então fazem

queixa e lá vão meios e meios que são disponibilizados para quando se vê que pronto não tem nada a ver, não é, pronto, há o 8 e há o 80 e há situações que, se calhar, demoram muito tempo a serem, eh, e muito urgentes, eh, e, e, se calhar nem são, nem são, eh, portanto, identificadas nem sinalizadas, não é, porque as pessoas até acham normal, até acham normal, pronto é normal, não têm problema nenhum, portanto, acho que há uma grande confusão e nós que trabalhamos neste ramo temos que ter sempre muito bom censo, não é, porque as vezes há e estão muito bem camuflados, os maus tratos, não é, e outras vezes há os maus tratos e estão à vista de todos mas como está à vista (risos), pronto, é aquela base, se calhar não, não é mau trato. Pronto, temos que sempre ter muita atenção a tudo isso, não é, e em Portugal, neste momento há esta confusão, eh, e também torna o trabalho dos técnicos no terreno também muito mais difícil.

**E:** *O quê que a Dr.<sup>a</sup> aponta, indica como causas dos maus tratos às crianças em Portugal?*

**e:** Na origem está, eh, uma cultura, portanto que, que é uma cultura que nem chega a ser de valores, eu penso que é uma cultura de falta de valores, portanto, e de valores muito mascarados e muito alterados e muito destorcidos, o quê que acontece? Antigamente as crianças estavam nas famílias, portanto, tinham os avós, os tios, tinha todas as pessoas ali que de certa forma protegia. Agora, as famílias estão mais isoladas, os vizinhos também estão mais isolados o que leva também a que as pessoas não consigam aquela informação sobre como cuidar da criança, mas também, não, não procuram porque têm receio de depois serem acusados de serem maus pais e depois, também não verem necessidade (risos), eh, eu penso que em Portugal os maus tratos às crianças são essencialmente isso e depois há medidas muito boas como o RSI mas que não estão no terreno a serem aproveitadas da melhor forma, por falta de meios e de, eh, pronto, aquela filosofia, daquela estratégia que foi pensada, não é, e depois o quê que leva? Leva realmente a estas distorções, aos aproveitamentos, aos aproveitamentos, aos enganar, às omissões que depois dificultam, eh, todo o trabalho, não é, porque neste momento é, nós até temos boas medidas, depois, colocá-las em prática é que está a ser muito complicado e não estão a ser colocadas da melhor forma e realmente isto passa depois de pais para filhos e é o que o que se vê, a negligência depois vem de tudo isso, não é, da dificuldade das pessoas aprenderem, não é, porque antigamente, se calhar, tinha uma pessoa mais velha que orientava, que ensinava, agora não têm, estão sozinhos, eh, e depois têm vergonha de pedir ajuda porque podem ser acusados de, de não saber, de serem maus pais etc. ..., por um lado e por outro, também não querem dizer que não sabem, como não vão saber também não vêm a necessidade e não se mexem. E continuam a reproduzir

algumas situações bastante graves.

**E:** *Considerando as necessidades existentes nos vários contextos familiares acompanhados que tipo de respostas sociais pensa serem necessárias às famílias?*

**e:** Eu neste momento, muito sinceramente penso que as respostas já existem, o que precisam é de ser bem trabalhadas, porque, por exemplo, existem o RSI entre outros, portanto, o apoio à família, agora há o plano DOM, o quê que acontece, são planos que têm na sua estratégia, na sua construção e serão importantes se depois, por exemplo, nós estamos a trabalhar uma família, o jovem na autonomia de vida ou na família para receber os filhos, toda à volta também funcionar, quer o sistema educativo ou o sistema de saúde, quer também o centro de emprego, de formação profissional, porque é assim, se nós mexermos uma coisa mas as outras continuarem com inércia, não fazemos nada, é só mais um, mais um, mais um que as pessoas depois batalham, batalham, ficam frustradas mas, não conseguem avançar, portanto, em relação aos que poderiam ser necessários eu penso que é necessário movimentar todos os quadrantes de vida, portanto, de sociedade para motivá-los e para responsabilizá-los, que, que não está a ser realizado porque nós conseguimos a responsabilidade destas pessoas se lhe dissermos: se a Senhora não faz isto também não recebe aquilo, e não há moral também \*\*\*, é uma obrigação, é uma responsabilidade ter que, não é, e isso não há.

(...) e penso que antes, o que havia, se calhar, também era um bocadinho exagerado, era, as pessoas tinham objectivos de vida, ou seja, eh, ficavam orgulhosos por conseguir construir uma casa, por conseguir ter uma família, por conseguir ser uma boa família, portanto de referência, que, portanto, não andasse com estratégias de roubar ou de conseguir mais \*\*\* esse orgulho não existe hoje em dia, perdeu-se e eu penso que também é isso que está aqui a atrapalhar um bocadinho toda, toda esta problemática, não é.

**E:** *Que leitura faz, bom essa questão acaba também por ser respondida.*

**e:** Já fomos respondendo porque está tudo interligado, não podemos falar de uma coisa sem falar da outra...

**E:** *Agora sobre a protecção dos menores, o acolhimento em instituição como sabemos, constitui uma medida de protecção de menores. Qual tem sido a sua solicitação?*

**e:** Muita, no nosso muita, eh, só para dizer muito em números, nós abrimos do dia 12 de Novembro do ano passado, no final desse mês estava cheio e diariamente, diariamente não porque as pessoas também já sabem que não temos vagas, mas semanalmente estão a fazer

pedidos de acolhimento.

**E:** *O que é o acolhimento em instituição, como esta medida garante a protecção do menor acolhido?*

**e:** Eh, a criança quando vem pra cá é porque estava mal, portanto, este mal pode ser um perigo imediato de estar a ser batido ou de estar a ser psicologicamente afectado ou porque teve, houve um acidente que foi causado por alguém intencionalmente, ou porque, portanto, já estou a dizer aqueles casos mais, houve a sinalização de uma abuso e que foi confirmada ou não, em CAT`S porque também temos emergência, não é, portanto, e então está a máxima primeiro protege-se a criança e depois vai-se ver o quê que aconteceu, pronto, eh, e agora é assim, garante a protecção da criança porque aqui, o quê que tentamos, por exemplo, a negligência, vamos de imediato à saúde ver como é que a criança está, o quê que é preciso, por exemplo, nos casos que temos aqui acolhidos, a vacinação não estava em dia, já aí, muito simples porque os pais basta irem ao centro de saúde que são de imediato encaminhados etc., e não custa nada, não é, não iam ao médico, não estavam a ser acompanhados para actualizar os boletins de vacina, não estariam a ir à escola, vão de imediato à escola, em termos de higiene posso lhe dizer que bastantes casos que nós já acolhemos aqui, em termos de parasitas, em termos de, portanto, problemas de pele, eh, algumas doenças, portanto, que depois vêm directamente ao hospital, anemias, etc., portanto, todas essas situações, não andavam na escola passam a andar na escola, eh, portanto, passam a ter aquilo que é essencial, não é, ou seja, aquilo que nós consideramos como cuidados básicos, não é, eh depois, é claro que todos nós aqui tentamos que depois venha a confiança, construir-se uma confiança, a construção do afecto, do carinho, responsabilidade, portanto, os limites, havia crianças que não sabiam comer à mesa, pronto, situações mínimas, havia crianças que não sabiam para que era um garfo, pra que era um guardanapo, que nunca tinham lavado os dentes, enfim, imenso, portanto, isso é o que acontece e quando nós as vezes partimos de um princípio tipo, ah, ela sabe para quê que é uma escova, eh, não sabe, eh, se sabe para que é uma colher, não saber, para que é uma faca, pra que é um garfo, portanto, são coisas essenciais que nós partimos de um princípio, aqui não se pode partir de princípios que as crianças conhecem, porque elas não conhecem, eh, porque elas vão conhecendo de acordo com aquilo que nós lhes vamos ensinando, eh, e acontece muito isso, não é, como estar em sociedade, eh, ensinam-se a brincar (risos), porque eles não sabem, se nós dermos um brinquedo qualquer, um lego e se não lhes ensinarmos, eles ficam a olhar praquilo e o mais provável é mandarem à cabeça de alguém, realmente não sabem pra que é aquilo, não é,



pronto, é isso tudo que eles passam a ter quase entre aspas, de imediato e depois demora, não é, pronto, temos crianças que estão a ser seguidas em várias especialidades de medicina porque vimos que realmente, por exemplo, precisavam de óculos não tinham óculos nunca tinham ido ao oftalmologista, por muito que nós víssemos que, ver a olhos vistos que precisavam de ajuda naquele sector, pronto, é isso que de imediato nós tentamos dar, não é, depois é tentarmos também ver o futuro deles, não é.

**E:** *Quem faz os pedidos?*

**e:** Eh, a comissão de protecção, quando há aval dos pais ou a segurança social quando recebem ordem do tribunal.

**E:** *Que avaliação faz da eficácia desta medida de protecção?*

**e:** Portanto, neste momento poderia ser mais eficaz, mas lá está, porque realmente é uma medida só, por si só, não resolve todo o resto, porque as crianças entram cá mas não há meios para trabalhar os pais lá fora, os pais, a família ou outra solução qualquer em tempo útil e o tempo útil destas crianças é ontem já era tarde porque elas estão a crescer e ninguém consegue, entre aspas, congelar estas crianças, portanto, estas crianças vão crescendo neste ambiente, não sei que futuros, que futuros pais ou que futuras reproduções é que isto virá a ter, não é, agora a medida é boa porque se as crianças estão em perigo, pelo menos retira-se do perigo, não é, agora era necessário que aí comessem logo a trabalhar na saída delas e a saída delas implica a família, a sociedade, todo o resto, não é, (...) depois, é assim, se falha o centro de emprego porque não se consegue colocar estas pessoas, se não há um acompanhamento destas pessoas para elas próprias sentirem a necessidade de elas próprias procurarem, terem orgulho..., não chega até porque o emprego só vai durar dois dias ou três, é a experiência que temos, ela tem que ser trabalhada primeiro nas competências dela e depois há outra coisa que as vezes falha, as competências, trabalhar as competências isto é tudo muito bonito mas, ela tem que sentir necessidade de evoluir e, e dificilmente isto acontece, eles até tiram os cursos, arranjam emprego, etc., porque alguém, lá está, se não fizer isso, acontece aquilo, corta-se o fundo desemprego, eles vão para adopção, nunca mais os vêem, porque só aí é que eles tentam andar mais um bocadinho e, pronto, e é o que acontece neste momento, depois a eficácia fica muito aquém do que era pretendido ou do que se pensa, do que se quer, não é.

**E:** *Quais considera serem as características positivas e negativas do acolhimento em*

*instituição? Justifique.*

**e:** Portanto, positivas é tudo aquilo que já falei, portanto, daqueles acessos, eh, negativa é que por vezes, sentimos que é um depósito de crianças e depois nunca mais se faz nada, mesmo até de urgência, as vezes temos que ser nós técnicos aqui, tipo a tentar movimentar... portanto, não nos, as negativas são mesmo isso, não é, muitas vezes por muito mau que possa ser a situação das crianças é o que elas conhecem e é o arrancá-las do pouco que elas tinham, isso também é negativo, não é, é um dos factores negativos mas é aquela situação do mal menor, não é, mas que também é negativo, não deixa de o ser.

**E:** *Quais as entidades responsáveis e/ ou envolvidas na institucionalização das crianças?*

**e:** A comissão de protecção, portanto, e também a segurança social por ordem de tribunal, não é, portanto, sempre associada ao tribunal, serão estas as, as entidades envolvidas nestas institucionalizações.

**E:** *Dr.<sup>a</sup>, para finalizar, que modelo de intervenção sugere para uma maior e melhor protecção(de crianças e jovens)?*

**e:** Eu penso que o modelo que existe não é um mau de todo, o que é necessário é que realmente haja uma responsabilidade na intervenção de toda a sociedade, não é, de toda a sociedade, todas as instituições, eh, porque é o que eu lhe disse, se uma das instituições está a tentar fazer um trabalho, vai barrar, vai, vai contra todas as outras, não consegue, não é, se todos nós remarmos para o mesmo, talvez consigamos, não é, se nós tivermos a certeza que, ou quando tivermos a certeza, que agora sabemos que não existe, quando uma criança entra aqui, mas se a pessoa que nos vem cá trazer a criança, por exemplo, é a pessoa que vai estar ligada aos pais e que vai, vai com eles até, pra casa e vão começar logo a trabalhar ali naquele momento ou antes mesmo da criança ser retirada, ah, de certeza que vai funcionar muito melhor, não é, de certeza que o modelo que existe, eh, portanto, vai haver uma maior e melhor protecção dos menores. Depois é tentarmos também incutir às pessoas o bom senso, eh, na protecção das crianças, até que ponto é que vamos proteger uma criança se os pais nem têm, por exemplo, condições financeiras, mas se houvesse a intercessão de outros organismos a auxiliar, não é, se calhar nem chegaria a ser necessário a retirada e então, se calhar, estávamos a proteger melhor aquela criança não retirando mas ajudando aquela família a resolver as situações de risco que existem, eh, então a retirada nem, nem sequer se colocaria em causa, não é, o quê que acontece neste momento é que está a haver muitas retiradas e não se sabe muito bem se será a influência dos media ou porque realmente há

situações de risco devido também à conjuntura nacional, mundial e que nós sabemos todos e portanto, há tudo isso, e o modelo é continuarmos a trabalhar e nunca perdermos as esperanças que vai ficar melhor (risos).

**E:** *Quer acrescentar mais alguma coisa?*

**e:** Não, penso que já, á dissemos.

**E:** *Obrigada.*

### Guião de observação da entrevista 15

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Boa recepção com atenção e interesse.
	Ambiente Geral	Ambiente calmo e agradável.
	- Dimensão e iluminação	Instituição de grande dimensão. Muito bem iluminada.
	- Mobiliários	Sala de recepção com mesa rectangular, cadeiras e muitos brinquedos das crianças à volta da sala.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura formal. Posição correcta.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais e não verbais. Linguagem acessível.
Interferências/interrupções		Nenhuma interrupção.
Observações		Entrevista realizada em boas condições: ausência de barulho, nenhuma interrupção, ambiente calmo e agradável. Total colaboração com a entrevista.

## Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 15

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor e Mau Trato	Definição dos conceitos	... neste momento menor, eu defino como consta na lei, não é, menor de 18 anos, agora vai até, estamos a levar até aos 21 ... Mau trato, eh, portanto, há diversos tipos de mau trato, há aquele mau trato que nós já conhecemos, o físico e o psicológico e há também o que eu costumo chamar de, e é já corrente, da negligência, pronto, que portanto, também engloba o mau trato físico e psicológico ...
	Criança maltratada - Características	Uma criança maltratada, geralmente é uma criança que tem uma grande revolta dentro de si que por vezes é visível e outras vezes não é visível, é uma criança que nos chega cá, portanto, muito triste, com olhar triste, que tem dificuldade em se relacionar com as outras crianças, com os adultos, que muitas vezes rejeita a atenção e o carinho ou um gesto, eh, porque não está habituada ...
	- Situação familiar (tipo de família)	Eh, sim, portanto, há nucleares, portanto, o pai, a mãe, os filhos, temos as monoparentais, portanto, quando há ou divisões, divórcios, separações, etc. Também temos, as recompostas ...
Modalidades e Factores dos maus tratos nas situações de acolhimento institucional	As várias modalidades de maus tratos	Mais frequente é a negligência ... Depois há a violência doméstica ...
	Maus tratos - Local de ocorrência	Eh, portanto, ocorrem em casa, portanto, na família, no seio da família ...
	- Factores/causas dos maus tratos	... é os pais não saberem cuidar dos filhos, portanto, a falta de conhecimento ... , a pobreza em termos financeiros ... e depois claro, vem falta de segurança, a falta da auto-estima , o ir para aquilo que os outros dizem ...
	Casos de maus tratos considerados marcantes	... eh, eu tive um caso que posso contar que foi uma mãe em que a criança bebé e, portanto, os irmãos vieram num estado lastimável, portanto, desde em termos de pele, sardas, complicações, etc., eh, prontos, era mesmo, era terrível, pra descrever, e era um bebé que tinha 6 meses ...
Menores e Maus Tratos em Portugal	Maus tratos a menores em Portugal	... eu acho que estamos no 8 e estamos no 80, não é, eh, e depois também não se sabe muito bem o quê que há pelo meio, porque há crianças que pelo facto de não terem tudo aquilo que outras têm , não quer dizer que ... estejam a ser maltratadas ... Neste momento eu acho que há uma grande confusão e o importante é tentarmos equilibrar as coisas ... e olharmos de ver e não só ..., e depois há aquelas situações dos vizinhos porque vêm que aquela criança está a chorar e depois até têm conflito com aquela família, então fazem queixa e lá vão meios e meios que são disponibilizados para quando se vê que pronto não tem nada a ver ... ... e em Portugal, neste momento há esta confusão, eh, e também torna o trabalho dos técnicos no terreno também muito mais difícil.

	Factores dos maus tratos à menores em Portugal	<i>Agora, as famílias estão mais isoladas, os vizinhos também estão mais isolados o que leva também a que as pessoas não consigam aquela informação sobre como cuidar da criança, mas também, não, não procuram porque têm receio de depois serem acusados de serem maus pais e depois, também não verem necessidade (risos), eh, eu penso que em Portugal os maus tratos às crianças são essencialmente isso e depois há medidas muito boas como o RSI mas que não estão no terreno a serem aproveitadas da melhor forma, por falta de meios ...</i>
	Família - Leitura da família nos nossos dias.	<i>Antigamente as crianças estavam nas famílias, portanto, tinham os avós, os tios, tinha todas as pessoas ali que de certa forma protegia. Agora, as famílias estão mais isoladas ...</i>
	- Respostas sociais consideradas necessárias às famílias.	<i>... penso que as respostas já existem, o que precisam é de ser bem trabalhadas, porque, por exemplo, existem o RSI entre outros ... agora há o plano DOM ... são planos que têm na sua estratégia, na sua construção e serão importantes se ... toda à volta também funcionar, quer o sistema educativo ou o sistema de saúde, quer também o centro de emprego, de formação profissional ...</i>
Protecção social de menores	Medidas aplicadas na protecção de menores. Acolhimento institucional	<i>Muita, no nosso muita, eh, só para dizer muito em números, nós abrimos do dia 12 de Novembro do ano passado, no final desse mês estava cheio e diariamente ... mas semanalmente estão a fazer pedidos de acolhimento.</i>
	Aspectos positivos e negativos do acolhimento institucional	<i>Portanto, positivas é tudo aquilo que já falei, portanto, daqueles acessos, eh, negativa é que por vezes, sentimos que é um depósito de crianças e depois nunca mais se faz nada, mesmo até de urgência ...</i>
	Eficácia das medidas aplicadas	<i>Portanto, neste momento poderia ser mais eficaz, mas lá está, porque realmente é uma medida só, por si só, não resolve todo o resto, porque as crianças entram cá mas não há meios para trabalhar os pais lá fora, os pais, a família ou outra solução qualquer em tempo útil e o tempo útil destas crianças ...</i>
	Sugestões para melhor protecção de menores	<i>Eu penso que o modelo que existe não é um mau de todo, o que é necessário é que realmente haja uma responsabilidade na intervenção de toda a sociedade ... todas as instituições ... se todos nós remarmos para o mesmo, talvez consigamos ... ... se calhar nem chegaria a ser necessário a retirada e então, se calhar, estávamos a proteger melhor aquela criança não retirando mas ajudando aquela família a resolver as situações de risco que existem ...</i>

**Grupo 2**  
**ENTIDADES DE PROTECÇÃO DE MENORES**

**TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES DO PORTO**

Nº da entrevista: 1

Nome do entrevistado: Matos Santa

Função: Procurador da República no Tribunal de Família e Menores do Porto.

Data da entrevista: 18/07/08

Hora: 16:30

Duração: 1h20mn

Local da entrevista: Tribunal de Menores e Família do Porto.

**E:** *Muito boa tarde, Sr. Procurador da República, Tribunal de Família e Menores do Porto. Começando a nossa entrevista, sabemos que a Lei define menor criança ou jovem com idade inferior a 18 anos, a nossa primeira questão é, qual o critério da vossa intervenção junto das situações de maus tratos a crianças e jovens?*

**e:** O tribunal, o tribunal de família e menores do Porto e de todo o país, regem-se pela, na protecção à crianças e jovens em perigo, regem-se pela lei de promoção e protecção, que é a lei 147/99 de 01 de Setembro. Esta lei, eh, define, define, os pressupostos e os objectivos da intervenção do tribunal e das comissões de protecção de crianças e jovens em risco. Portanto, esta, a nossa intervenção, do tribunal relativamente à situações de maus tratos, eh, o que o tribunal faz é o seguinte: sempre que nós temos conhecimento que uma criança é vítima de maus, maus tratos ou pelos progenitores ou por qualquer familiar, se realmente a situação for de tal forma grave, o que o tribunal aplica é a a medida prevista no artigo, no artigo 35º *alínea f*, que é a mais gravosa de todas, que é o acolhimento em instituição, portanto, retira o menor do agregado familiar, que é maltratante ou, se houver realmente uma pessoa da família que possa acolher a criança, ou uma pessoa idónea, uma pessoa que seja das relações da criança, o tribunal confia essa criança provisoriamente a essa pessoa, portanto, para impedir dessa forma, a situação de maus tratos. Depois, também remete cópia do auto em que foi dado conhecimento dessa situação de mau trato ao ministério público junto do tribunal de menor para agir em conformidade, nomeadamente, com os termos da lei penal, uma vez que, maus tratos à crianças já é um crime. Portanto, no fundo, esta situação de maus tratos, o tribunal trata desta forma, portanto, retira, se for caso disso, a criança do agregado (interrupção/ entra uma colega a falar com o entrevistado)... , portanto, eh, realmente se a situação dos maus tratos for de tal forma grave que implica a retirada da criança do agregado maltratante, o tribunal retira- a imediatamente através de uma medida provisória prevista no artigo 91/92 e contra a vontade inclusiva dos progenitores, retira a criança desse agregado. Portanto, esta é a forma, vamos lá, mais, mais forte que o tribunal tem de proteger essas crianças vítimas de maus tratos. Realmente, se a situação de mau trato não for de tal forma grave que implique a retirada da criança, entendo que o tribunal, pode adoptar qualquer das outras medidas previstas no *artigo 35*, mas realmente quando se chega a uma situação de maus tratos, é evidente que a criança está em perigo, a regra é retirar a criança desse

agregado.

Pronto, há muitas situações em que esta situação e maus tratos até não é tanto uma situação de maus tratos físicos mas também de maus tratos psicológicos, nomeadamente, há muitas situações de violência exercida pelo progenitor em relação à progenitora na presença da criança ou as crianças. Infelizmente, há aqui um lapso na lei de promoção e protecção que não prevê uma medida que possa ser aplicada pelo tribunal de família e menores que é a medida de ordenar que o progenitor maltratante saia de casa. Portanto, essa medida só pode ser, só pode ser aplicada no processo crime, que eventualmente corra no tribunal criminal, mas nunca, nunca pode ser aplicada pelo tribunal de família e menores, eh, porque é uma medida que não vem prevista no elenco do artigo 35, portanto, é uma medida que quanto à mim, faz aqui falta porque muitas dessas situações eram resolvidas com a expulsão do, do maltratante de casa, mas o tribunal de família e menores não tem esse poder porque o tribunal de família e menores só pode aplicar as medidas que vêm, que vêm previstas na lei, e essa não vem e, portanto, muitas vezes é a criança que paga, é a criança que é retirada de casa quando devia, muitas vezes, ser um dos progenitores a sair de casa. No fundo, sobre a criança maltratada é mais ou menos isto que o tribunal de família e menores aplica.

**E:** *O critério de intervenção é a idade e a situação concreta de perigo?*

**e:** Exactamente, portanto, o tribunal, o tribunal ou as comissões de protecção só, só intervêm relativamente a jovens até aos 18 anos, portanto, há aqui uma possibilidade do tribunal intervir após os 18 anos e até os 21, mas só nas situações em que já esteja instaurado o processo prévio e o jovem antes de completar os 18 anos dizer, dizer que quer a continuação da intervenção. Se o jovem disser que não quer, logo, o processo automaticamente aos 18 anos finda, pronto, se antes do início do processo o jovem já tiver 18 anos, já não se pode iniciar o processo de promoção e protecção.

**E:** *Como é que a lei define criança maltratada?*

**e:** Portanto, uma criança maltratada, pra já, podemos ver aqui primeiro a lei de promoção e protecção, portanto, a criança, o jovem estará em perigo quando, designadamente, esteja abandonado ou vive entregue a si próprio, sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais, não recebe os cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal, é obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento, portanto, tudo isto, no fundo, parece que não é tanto da criança maltratada mas é sim uma situação de perigo. Agora, a situação de maus tratos vem prevista aqui no código penal (pausa para procura) no artigo 152 a alínea a), este preceito define que quem tendo ao seu cuidado, à sua guarda, ou sua responsabilidade e direcção ou educação pessoa menor, ou particularmente indefesa ... e infligir de modo reiterado maus tratos físicos ou psíquicos incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais ou a tratar cruelmente, a empregar em actividades perigosas, desumanas ou proibidas, a sobrecarregar com trabalhos excessivos, portanto, isto será, será punido com pena de prisão de 1 a 5 anos, portanto, no fundo, a situação de criança maltratada vem aqui definida no artigo 152 alínea a), em termos amplos, quer dizer, os maus tratos físicos não vêm definidos discriminadamente o quê que é um mau trato físico, não é.

**E:** *Quanto à questão a seguir, tipologias indicadas na lei, foram assim respondidas.*

*Prosseguindo, dos casos que tem acompanhado, quem é a criança maltratada, como é que caracteriza a criança maltratada dentro dos casos que tem acompanhado (situação familiar, origem social)?*

**e:** A criança, eh, a regra será crianças provenientes do estrato social mais baixo, com pai



alcoólico, pai desempregado, dificuldades económicas, pouca formação escolar, eh, normalmente as crianças maltratadas vêm desse estrato social, portanto um estrato social baixo. Raramente vêm de estratos sociais superiores, raramente, poderá acontecer, já aconteceu uma situação ou outra de crianças, eh, maltratadas sexualmente dos estratos sociais mais elevados mas, é raro, é raro, a regra são os estratos sociais baixos.

**E:** *E a situação familiar dessas crianças, provêm de um contexto familiar normal ou de famílias maioritariamente monoparentais, recompostas ...?*

**e:** Essa, essa, essa estatística, não tenho bem presente, sinceramente não tenho bem presente, não lhe posso responder com segurança a essa pergunta porque não, é uma parte que não me preocupa muito, realmente o que eu tenho contactado é que é de agregados familiares socioculturais desfavorecidos, agora realmente se são monoparentais isso aí sinceramente não lhe posso responder com segurança.

**E:** *Vamos passar ao ponto II, como têm conhecimento das situações de maus tratos a crianças e jovens?*

**e:** Portanto, estas, estas, as situações de maus tratos, normalmente, são comunicadas pelas autoridades policiais ou pela própria família e são comunicadas, regra geral, às comissões de protecção..., é vidente que qualquer pessoa pode comunicar directamente e o tribunal se vir que realmente é uma situação de tal forma grave que implica a tomada de uma medida urgente, intervém logo, se vir que é uma situação não tão grave, que não implique logo uma tomada de medida de retirada da criança de casa, nos termos da lei, remete para a comissão para a comissão fazer a intervenção, pronto.

**E:** *Tendo conhecimento de uma situação de mau trato, como é que se faz a verificação da situação?*

**e:** Portanto, quem dá o apoio técnico ao tribunal de família e menores é a segurança social, tem uma equipa de apoio – as EMAT`S – que é de apoio aos tribunais e, portanto, o tribunal sempre que queira confirmar ou realmente mesmo tendo a situação confirmada queira um estudo mais aprofundado da situação, solicita essas equipas da segurança social que façam um estudo da situação através de uma técnica de serviço social.

**E:** *Confirmada a situação como se processa a intervenção, foi também já respondida...*

**e:** Quer dizer, se nós, se o tribunal quando a situação lhe é comunicada tiver já elementos que indiquem com alguma segurança que estamos perante uma situação de grande perigo para a criança é evidente que toma logo uma medida provisória, portanto, estas medidas são sempre requeridas pelo ministério público, portanto, o ministério público é que tem a iniciativa processual dos processos de promoção e protecção, portanto, a iniciativa processual para requerer um processo judicial de promoção e protecção, é sempre o ministério público, portanto, as comissões, as entidades policiais, comunicam sempre ao ministério público, o ministério público requer ao juiz a aplicação dessa medida urgente, e o juiz depois se realmente estiverem já verificados indícios minimamente seguros que estamos perante uma situação de grande risco da criança, aplica logo uma medida provisória que passará necessariamente pela retirada da criança desse agregado. A partir do momento em que um processo dá entrada nos tribunais, portanto, um processo tutelar de promoção e protecção, portanto, o processo já não regressa à comissão, a comissão a partir daí cessa, cessa a sua intervenção, portanto, a intervenção do tribunal sobrepõe-se sempre à intervenção da comissão. (...) Se a comissão, por acaso, já tiver iniciado um processo mas o tribunal por qualquer motivo venha a ter conhecimento da situação que estamos perante uma situação de grande risco, aplica logo uma medida provisória, portanto, com esse início do processo a

comissão depois tem de remeter o processo para o tribunal.

**E:** *Indique as maiores dificuldades encontradas a nível dessa intervenção?*

**e:** Eh, depois, nestas situações de maus tratos normalmente é necessário realizar exames à criança, nomeadamente, de avaliações psicológicas etc., portanto, esses exames normalmente demoram bastante, eh, porque enfim, a falta de técnicos e o que eu venho a constatar é que esses exames são um pouco morosos e muitas vezes o tribunal espera pelo relatório desses exames, depois também o tribunal tem vindo a constatar que a segurança social está com uma grande falta de meios e que os relatórios que lhe são pedidos sobre a avaliação da situação do menor demora imenso tempo, muitas vezes o tribunal quer avaliações urgentes em 5 dias, 10 dias, e às vezes estamos um mês, dois meses à espera desses e então nas situações não urgentes, estamos meio ano, 7 meses à espera dos relatórios. Há aqui, nesta situação, não só nesta situação mas já que estamos a falar nesta situação de maus tratos, eh, portanto, depois o tribunal confronta-se com dificuldades no acompanhamento da situação porque depois se decreta a medida provisória, essa medida provisória segundo a lei diz tem um prazo máximo de 3 meses podendo, podendo prorrogar-se até 6, é evidente que depois tem que aplicar uma medida definitiva e para aplicar uma medida definitiva tem que ter estudos, nomeadamente, avaliações psicológicas, avaliações socioeconómicas da família, essas avaliações vão ser feitas ou pelo instituto de medicina legal através do gabinete próprio da psicologia forense e através das equipas do ISS<sup>160</sup> da ..., ora, estes relatórios, desde logo, do instituto de medicina legal e da psiquiatria forense demoram bastante e então, relatórios da segurança social ainda mais demoram, portanto, o tribunal depois de decretar essa medida provisória fica aqui muitas vezes à espera, inutilmente e demasiado tempo, da avaliação feita por essas equipas que, que demoram bastante tempo.

**E:** *Portanto estas são as maiores dificuldades relativamente à aplicação de uma medida definitiva?*

**e:** Definitiva, definitiva, porque a medida provisória pode ser aplicada com base numa participação policial, por exemplo.

**E:** *E haverá nestas situações dificuldades? (resistência dos pais, por exemplo)*

**e:** Muitas vezes há, muitas vezes há, é evidente que muitas vezes os pais não querem que as crianças sejam retiradas de casa, não é, portanto, há muitas vezes há, não há acordo dos pais na aplicação desta medida, não é, mas o tribunal pode aplicar as medidas independentemente da bondade dos pais, não é, é evidente que qualquer medida em tribunal que, que tenha de ser aplicada contra a vontade dos pais, os pais têm a possibilidade de apresentar provas porque depois aí o processo tem de ir para um debate judicial, não é, portanto, o tribunal antes de decretar uma medida definitiva ouve sempre os pais e as medidas definitivas ou são decretadas por acordo, com os pais, ou com o menor se tiver mais de 12 anos, ou então se tiverem de ser aplicadas sem acordo tem que haver um debate judicial, onde os pais têm, os pais e o menor de mais de 12 anos têm a, todas as possibilidades legais de apresentarem a prova que entenderem, não é.

**E:** *De acordo com as situações acompanhadas, quem é o maltratante, com mais frequência, das crianças e jovens?*

**e:** Eh, a experiência diz-me que é normalmente o progenitor, não temos tido muitas situações em que o maltratante seja a progenitora, raramente, poderá haver uma situação ou outra de, de, de maus tratos pela progenitora mas não serão, não serão maus tratos tão violentos,

---

<sup>160</sup> Instituto de Segurança Social.

normalmente, regra geral, na grande maioria, na grande maioria das situações, o maltratante é o progenitor.

**E:** *Passando ao ponto III, a Lei nº 147/99 de 1 de Setembro enumera o conjunto de medidas a nível da protecção de crianças e jovens em perigo. Como se tem traduzido em termos práticos a sua aplicação, nas situações de maus tratos? Acabou por responder a essa questão.*

**e:** Já respondi a isso, já respondi.

**E:** *Quais as medidas mais aplicadas em situações de maus tratos? Porquê?*

**e:** A medida mais aplicada, depende da gravidade da situação, se estivermos perante uma situação grave de maus tratos, abusos sexuais, maus tratos físicos, eh, actividades, trabalhos excessivos, falta de cuidados, portanto, aqui é evidente que o tribunal tem de proteger esta criança. Como é que protege esta criança? Retirando-a do agregado maltratante através da aplicação, desde logo, de uma medida provisória se a situação for de tal forma grave e a criança tenha que ser retirada do agregado.

**E:** *Acha que esta tem sido a medida mais aplicada pelo tribunal?*

**e:** Tem, tem, tem porque o tribunal também não tem outra, outra, outra que possa cessar esta situação de maus tratos. Porque, como eu disse há pouco, se realmente e verificando-se que muitas vezes o maltratante é o progenitor, se o tribunal tivesse a possibilidade de expulsar o progenitor de casa, muitas vezes, na maioria das situações seria essa a medida aplicada, não é, porque realmente, se o maltratante está ali em casa, não é, porquê que há-de sair a criança e não há-de sair ele? (...) Esta retirada da criança de casa poderá não ser para acolhimento institucional, se por exemplo, o tribunal tiver informações de que há, por exemplo, um familiar próximo, avós, tios, etc., que possam, logo de imediato, acolher a criança, portanto, o tribunal evita de colocar a criança numa instituição, mas para isso o tribunal já tem que ter esses elementos desde logo, eh, que possam permitir que o juiz aplique logo essa medida, não é, muitas vezes não há esse estudo feito, quer dizer, a situação despoletou-se de um momento para o outro, não é, ninguém estudou a possibilidade dessa criança ir para a casa de um familiar e então, pronto, quando tem que ser retirada de imediato de casa vai para a instituição, agora, é evidente que se o tribunal tiver logo informação que existe um familiar ou uma pessoa idónea que seja relativamente próxima da criança, que a queira acolher, que a possa acolher, o tribunal privilegia esse acolhimento, não é, muitas vezes a criança vai para a instituição porque não há essa informação no processo. É evidente que, depois, no estudo que manda efectuar a EMAT, uma das premissas que manda analisar é saber se há um familiar próximo ou uma pessoa idónea da área do conhecimento da família que possa, que possa acolher aquela criança, não é, havendo esse familiar que a possa acolher é evidente que estará melhor junto desse familiar do que estará numa instituição, não é, mas normalmente, regra geral, o tribunal se não tiver esses elementos quando aplicar a medida provisória, depois pede, pede essas informações à segurança social.

**E:** *A questão que vem a seguir também já foi respondida, é qual tem sido a solicitação da medida acolhimento institucional ?*

**e:** Vem no segmento do que eu disse atrás, não há uma medida standard para os maus tratos. O quê que o tribunal de família e menores se preocupa nas situações de mau trato? É, desde logo, acabar com aquela situação, é proteger aquela criança..., portanto, como é que se protege de imediato aquela criança? É retirá-la do agregado, não é, já que o tribunal não tem poder de mandar tirar o maltratante, portanto, tem que ser retirada aquela criança dali, não é. Portanto, ou realmente vai para uma instituição, se o tribunal não tiver informações de que

exista um familiar próximo que o possa acolher, ou ...

**E:** *Mas isto tem acontecido com frequência, de ir para instituição?*

**e:** Tem acontecido com frequência porque normalmente o estudo sobre a família largada não vem feito.

**E:** *Nas situações de institucionalização (ou simplesmente retirada) de crianças e jovens e visando o seu retorno ao contexto familiar, que tipo de acompanhamento está previsto às famílias? Tem-se traduzido no terreno? Porquê?*

**e:** Bom, aqui é evidente que este acompanhamento deverá ser feito pela segurança social, o que é que nós constatamos? Que a segurança social funciona mal, funciona mal porque, eh, nós sabemos que as técnicas têm imensos processos em mãos, no ano passado dizia-me a coordenadora do EMAT que cada técnico tinha mais de 100 processos em mãos, para fazer relatórios, para acompanhamentos. Portanto, na prática é evidente que o técnico dificilmente tem capacidade, tem tempo para depois fazer um acompanhamento da família, para trabalhar a família para esta criança regressar ao agregado, não é, agora que esse estudo deveria ser feito, que esse acompanhamento deveria ser feito, deveria, não é, realmente essas medidas de promoção e protecção têm como finalidade mais tarde o retorno da criança ao agregado familiar de origem, não é, agora, o que é que nós constatamos, que muitas vezes, na maioria das vezes, este agregado não é acompanhado porque não há meios, não há meios para trabalhar este agregado e para o trabalhar no sentido de, deste agregado melhorar as suas condições de vida. Muitas vezes, nós também, contacto que em muitas situações, não é só por falta de acompanhamento, é também porque realmente as pessoas não, não, não estão muito interessadas em mudar o seu estilo de vida, também se contacta isso.  
(interrupção para atender uma chamada)

**E:** *Como se processa a articulação entre as entidades envolvidas na protecção do menor antes e após a aplicação da medidas de protecção?*

**e:** Realmente quem tem competência para acompanhar, para acompanhar, quem tem competência para acompanhar a aplicação da medida é a segurança social. Portanto, o tribunal depois solicita à segurança social que acompanha a execução da medida, não é, portanto, se a medida for definitiva a lei impõe que, pelo menos, de 6 em 6 meses a medida seja revista, portanto, no máximo ao fim de 6 meses a segurança social tem de comunicar ao tribunal como é que a medida evoluiu, é evidente que nestas situações mais graves, nomeadamente de maus tratos, é evidente que o tribunal não vai ficar à espera meio ano para, para ter conhecimento da evolução da situação, portanto, muitas vezes o tribunal fixa um mês, dois meses, três meses, portanto, aí depois o tribunal tem o poder de fixar o período da revisão da medida e de, e de fixar o período em que a segurança social tem que informar o acompanhamento da execução da medida, portanto, agora quem faz a execução, quem acompanha a execução destas medidas é a segurança social.

**E:** *E essa comunicação tem havido?*

**e:** Há essa informação, mas é como eu digo, quer dizer, só que a segurança social nunca cumpre esses prazos. Muitas vezes o tribunal solicita, ao fim do mês informe como, como, como é que a criança se adaptou, por exemplo, se foi para uma instituição, como é que se adaptou à instituição, se foi confiada a um familiar como é que se adaptou ao familiar e realmente a experiência diz-me que a segurança social ao fim desse, por exemplo, se o tribunal fixa um mês, nunca, nunca lá está o relatório, só passado outro mês, muitas vezes, insiste-se, insiste-se, portanto, a segurança social tem muita dificuldade, provavelmente por falta de meios humanos, de fazer um acompanhamento sistemático e próximo destas

situações. Portanto, realmente é um problema, é um problema que o tribunal aqui tem, é, é esta, este acompanhamento destas medidas que na prática são, são, são bastante complicadas.

**E:** *Passando ao ponto IV, como avalia as medidas de protecção existentes? Respondem com eficácia às situações de maus tratos existentes? Contribuem ou têm contribuído para reduzir e ou prevenir situações de maus tratos à menores?*

**e:** Pronto, eu, eu, eh, a lei de promoção e protecção quanto a mim é uma lei bastante equilibrada, está bem, está bem, está bem estruturada, eh, prevê bem as situações, é como eu digo, há aqui uma medida que faz aqui muita falta, é realmente o grande, o grande lapso que eu encontro aqui nas medidas de promoção e protecção. Agora, realmente, muitas vezes na prática, funciona mal por causa dos meios das comissões e do apoio, e do apoio ao tribunal. Agora, as medidas de protecção existentes respondem às situações de maus tratos, respondem, com excepção dessa tal medida que, quanto à mim faz falta, portanto, mas se a situação de maus tratos impuser a protecção imediata da criança o tribunal tem todos os meios de proteger a criança, não é, tira a criança do agregado. Agora, muitas vezes depois o acompanhamento das medidas é que se torna problemático, porquê, porque a criança muitas vezes tem de ser acompanhada em pedopsiquiatria, avaliações psicológicas e, portanto, eh, são, são, são estruturas muito pesadas, não é, porque também, não sei, a falta de meios provavelmente, de técnicos, estas avaliações depois e estes apoios, estes acompanhamentos da área da psicologia, da pedopsiquiatria, são muito morosos. (...)Os relatórios vem directamente para o processo.

**E:** *Tem contribuído para reduzir e ou prevenir situações de maus tratos?*

**e:** Ora, repare, estas medidas não são, não são preventivas, não são punitivas, quer dizer, o tribunal de família e menores, qual é a finalidade, é proteger as crianças, portanto, essas medidas são mais do âmbito penal, não é, portanto, estas medidas preventivas e punitivas são mais do âmbito penal, portanto, no âmbito da promoção e protecção não têm tanto esta função de prevenir, punir o maltratante, não é, vai proteger a criança.

**E:** *Como avalia as medidas de protecção a nível da penalização ao maltratante? Também já respondeu, não é, não há.*

**e:** Há, mas é a nível penal. O que nós fazemos aqui é extrairmos uma certidão do processo e remetemos ao ministério público junto do tribunal criminal. O tribunal de família não tem competência para aplicar penalizações, entre outras, não é.

**E:** *A questão a seguir está também respondida. Indique as principais limitações e potencialidades do presente modelo de protecção social de menores.*

*Que alterações sugere para uma maior e melhor protecção de crianças e jovens?*

**e:** Ora bem, eh, as, as potencialidades, é como eu disse há pouco, é uma lei bastante equilibrada, é uma lei que se preocupa, teve a reocupação de em primeira linha, eh, a protecção das crianças ser feita através das comissões de protecção, são, são entidades muito mais próximas das pessoas, da comunidade, do que um tribunal, portanto, o tribunal é sempre visto como uma entidade algo distante e, portanto, houve essa preocupação quanto à mim e é correcta, não é, de realmente as comissões intervirem sempre em primeiro lugar antes do tribunal na protecção dos menores, são entidades que, que tem um modo de execução das situações com muito menos formalidade, não é uma estrutura tão pesada, não é, agora, é evidente que as comissões no início funcionaram mal, porque também não tinham meios nenhuns, não tinham preparação nenhuma, as pessoas foram, foram lá colocadas sem qualquer preparação, portanto, foi realmente uma lacuna muito grande da, da, isto já falando das limitações, não é, e agora estão a funcionar melhor, mas por exemplo, ainda agora recebi

um ofício da comissão de Valongo a dizer que vão retirar de lá dois técnicos e que, que estão lá colocados pelo ministério da educação e que não vão substituí-los e, portanto, os processos destes dois indivíduos vão ser, vão ficar parados. Portanto, parece-me que voltamos ao início das comissões, quer dizer, voltamos outra vez a, à falta, à falta de meios, portanto, e realmente esta lei, as medidas são correctas, são medidas que visam sempre o apoio à criança, são medidas que, eh, que ao contrário do que acontecia na antiga, na antiga OTM<sup>161</sup>, o legislador teve a preocupação de ouvir sempre os pais na aplicação das medidas, portanto, o tribunal tende a as aplicar por acordo e quando não, quando não as aplica por acordo tem de dar sempre a possibilidade aos pais de juntarem provas, de darem a sua opinião, portanto, é uma medida que procura sempre assegurar o contraditório, não é, eh, realmente as limitações grandes que existem, que eu acho, é realmente depois a fase da execução da medida, que o apoio que o tribunal tem é muito escasso porque a segurança social funciona muito mal, depois as outras entidades, nomeadamente, IML's<sup>162</sup> etc., também funcionam mal e, portanto, o tribunal depois vê-se muito, muito, com muita dificuldade na execução da medida. Quanto à mim a principal limitação que não resulta propriamente da lei mas resulta depois dos meios que são postos à disposição para executar as medidas, aí é que realmente é o grande problema do tribunal.

**E:** *Sugere alguma alteração para uma, uma protecção com maior eficácia?*

**e:** Sugiro, sugiro desde logo a introdução na, na, no elenco do artigo 35, essa medida, a medida da expulsão de casa do maltratante.

Depois sugiro que as EMA's funcionem no tribunal, funcionem nas instalações do tribunal porque realmente há um grande distanciamento entre o tribunal e as equipas da EMAT'S porque isto tudo é por ofício pa trás, ofício pa frente e depois tem de ir ao chefe, ao vice chefe por ali abaixo. (...) O tribunal, antes desta reestruturação que houve do RSI, da segurança social, funcionava aqui, as equipas estavam, eram muito mais próximas, havia uma maior proximidade entre os magistrados e os técnicos, tanto que muitas vezes nós chamava-mos o coordenador e dizia-mos, olhe preciso que me avalie esta situação com urgência, portanto, havia uma grande proximidade, agora não, agora é tudo por ofício, ofício pa trás, ofício pa frente, é dirigido ao director depois o director tem a sua cadeia hierárquica e antes de chegar à técnica já passaram não sei quantos dias, portanto, quanto à mim, também é um grande obstáculo que há ao funcionamento, ao bom funcionamento desta lei e aliás já propus isto ao director da segurança social, que realmente voltassem as equipas para o tribunal, não é.

**E:** *É o que sugere?*

**e:** Sim, pra já, assim à primeira vista, é.

**E:** *Muito obrigada pela colaboração.*

---

<sup>161</sup> Organização Tutelar de Menores.

<sup>162</sup> Institutos de Medicina Legal.

### Guião de observação da entrevista 1

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Boa receptividade.
	Ambiente Geral	Ambiente de muito trabalho.
	- Dimensão e iluminação	Sala de média dimensão, com boa luminosidade.
	- Mobiliários	Mesa de escritório, muitos arquivos em cima da mesa, computador e muitos documentos.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura correcta, muito formal.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais. Pouco uso de expressões não verbais. Uso de expressões técnicas, profissionais. Responde com calma às questões colocadas. Mostra convicção nas respostas.
Interferências/interrupções		Duas interrupções.
Observações		A entrevista podia ser mais apofundada se o entrevistado tivesse mais disponibilidade de tempo. Respostas firmes, baseadas na Lei de protecção e protecção de crianças e jovens e na experiência de trabalho na área.

### Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 1

Categorias	Subcategorias	Excertos
Menor maltratado	Critérios de intervenção	<i>O tribunal ...de família e menores do Porto e de todo o país, regem-se pela, na protecção à crianças e jovens em perigo ... pela lei de promoção e protecção, que é a lei 147/99 de 01 de Setembro. Esta lei ... define, os pressupostos e os objectivos da intervenção do tribunal e das comissões de protecção de crianças e jovens em risco. Portanto ... intervenção, do tribunal relativamente à situações de maus tratos, eh, o que o tribunal faz é o seguinte: sempre que nós temos conhecimento que uma criança é vítima de maus, maus tratos ou pelos progenitores ou por qualquer familiar, se realmente a situação for de tal forma grave, o que o tribunal aplica é a a medida prevista no artido, no artigo 35 alínea f, que é a mais gravosa de todas, que é o acolhimento em instituição ...</i>
	Tipologias de mau trato	<i>... podemos ver aqui primeiro a lei de promoção e protecção, portanto, a criança, o jovens estará em perigo quando ... esteja abandonado ou vive entregue a si próprio, sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais, não recebe os cuidados ou afeição adequados à sua idade e situação pessoal, é obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento ... é sim uma situação de perigo. Agora, a situação de maus tratos vem prevista aqui no código penal ... define que quem tendo ao seu cuidado, à sua guarda, ou sua responsabilidade e direcção ou educação pessoa menor, ou particularente indefesa ... e inflingir de modo reiterado maus tratos físicos ou psíquicos incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais ou a tratar cruelmente, a empregar em actividades perigosas, deshumanas ou proibidas, a sobrecarregar com trabalhos excessivos ...</i>
	Situação familiar (tipo de família)	<i>... essa estatística, não tenho bem presente ... não lhe posso responder com segurança a essa pergunta porque não, é uma parte que não me preocupa muito, realmente o que eu tenho constactato é que é de agregados familiares sócio-culturais desfavorecidos, agora realmente se são monoparentais isso aí sinseramente não lhe posso responder com segurança.</i>
Situações de maus tratos	Conhecimento e verificação	<i>... estas, as situações de maus tratos, normalmente, são comunicadas pelas autoridades policiais ou pela própria família e são comunicadas, regra geral, às comissões de protecção ..., é vidente que qualquer pessoa pode comunicar directamente e o tribunal ... Portanto, quem dá o apoio técnico ao tribunal de família e menores é a segurança social, tem uma equipa de apoio – as EMAT’S – que é de apoio aos tribunais e, portanto, o tribunal sempre que queira confirmar ou realmente mesmo tendo a situação confirmada queira um estudo mais aprofundado da</i>



Protecção social de		<i>situação, solicita essas equipas da segurança social que façam um estudo da situação através de uma técnica de serviço social.</i>
	A intervenção	<i>... se nós, se o tribunal quando a situação lhe é comunicada tiver já elementos que indiquem com alguma segurança que estamos perante uma situação de grande perigo para a criança é evidente que toma logo uma medida provisória ... o ministério público é que tem a iniciativa processual dos processos de promoção e protecção ... comissões, as entidades policiais, comunicam sempre ao ministério público, o ministério público requer ao juiz a aplicação dessa medida urgente, e o juiz depois se realmente estiverem já verificados indícios minimamente seguros que estamos perante uma situação de grande risco da criança, aplica logo uma medida provisória que passará necessariamente pela retirada da criança desse agregado. A partir do momento em que um processo dá entrada nos tribunais ... o processo já não regressa à comissão ... a partir daí cessa, cessa a sua intervenção, portanto, a intervenção do tribunal sobrepe-se sempre à intervenção da comissão. ... com esse início do processo a comissão depois tem de remeter o processo para o tribunal.</i>
	Dificuldades a nível da intervenção	<i>... nestas situações de maus tratos normalmente é necessário realizar exames à criança ... de avaliações psicológicas etc., ... normalmente demoram bastante, eh, porque enfim, a falta de técnicos e o que eu venho a constatar é que esses exames são um pouco morosos e muitas vezes o tribunal espera pelo relatório desses exames ... a segurança social está com uma grande falta de meios e que os relatórios que lhe são pedidos sobre a avaliação da situação do menor demora imenso tempo, muitas vezes o tribunal quer avaliações urgentes em 5 dias, 10 dias, e às vezes estamos um mês, dois meses à espera desses e então nas situações não urgentes, estamos meio ano, 7 meses à espera dos relatórios. ... depois se decreta a medida provisória ... essa medida provisória segundo a lei diz tem um prazo máximo de 3 meses podendo, podendo prorrogar-se até 6, é evidente que depois tem que aplicar uma medida definitiva e para aplicar uma medida definitiva tem que ter estudos, nomeadamente, avaliações psicológicas, avaliações socioeconómicas da família, essas avaliações vão ser feitas ou pelo instituto de medicina legal ... e através das equipas do ISS<sup>163</sup> ... demoram ...</i>
	Maltratante(s) das crianças e jovens	<i>a experiência diz-me que é normalmente o progenitor ...</i>
	Medidas existentes e aplicadas A mais aplicada	<i>... regem-se pela lei de promoção e protecção, que é a lei 147/99 de 01 de Setembro. ... sempre que nós temos conhecimento que uma criança é vítima de maus, maus tratos ou pelos progenitores ou por qualquer familiar, se</i>

<sup>163</sup> Instituto de Segurança Social.

menores		<p><i>realmente a situação for de tal forma grave, o que o tribunal aplica é a a medida prevista no artido, no artigo 35 alínea f, que é a mais gravosa de todas, que é o acolhimento em instituição, portanto, retira o menor do agregado familiar,</i></p> <p><i>Realmente, se a situação de mau trato não for de tal forma grave que implique a retirada da criança, entendendo que o tribunal, pode adoptar qualquer das outras medidas previstas no artigo 35, mas realmente quando se chega a uma situação de maus tratos, é evidente que a criança está em perigo, a regra é retirar a criança desse agregado.</i></p> <p><i>A medida mais aplicada, depende da gravidade da situação, se estivermos perante uma situação grave de maus tratos, abusos sexuais, maus tratos físicos, eh, actividades, trabalhos excessivos, falta de cuidados, portanto, aqui é evidente que o tribunal tem de proteger esta criança. Como é que protege esta criança? Retirando-a do agregado maltratante através da aplicação, desde logo, de uma medida provisória se a situação for de tal forma grave e a criança tenha que ser retirada do agregado.</i></p>
	Acolhimento institucional	<p><i>Tem acontecido com frequência porque normalmente o estudo sobre a família largada não vem feito.</i></p>
	Famílias de risco: acompanhamento	<p><i>Bom, aqui é evidente que este acompanhamento deverá ser feito pela segurança social, o que é que nós constactamos? Que a segurança social funciona mal ... nós sabemos que as técnicas têm imensos processos em mãos, no ano passado dizia-me a coordenadora do EMAT que cada técnico tinha mais de 100 processos em mãos, para fazer relatórios, para acompanhamentos. Portanto, na prática é evidente que o técnico dificilmente tem capacidade, tem tempo para depois fazer um acompanhamento da família, para trabalhar a família para esta criança regressar ao agregado, não é, agora que esse estudo deveria ser feito, que esse acompanhamento deveria ser feito, deveria, não é, realmente essas medidas de promoção e protecção têm como finalidade mais tarde o retorno da criança ao agregado familiar de origem ...</i></p>
	Entidades envolvidas na protecção de menores: articulação	<p><i>... quem tem competência para acompanhar, para acompanhar, quem tem competência para acompanhar a aplicação da medida é a segurança social ...</i></p> <p><i>Portanto, o tribunal depois solicita à segurança social que acompanha a execução da medida ... a segurança social tem de comunicar ao tribunal como é que a medida evoluiu ....</i></p> <p><i>Há essa informação, mas é como eu digo, quer dizer, só que a segurança social nunca cumpre esses prazos.</i></p>
	Limitações, dificuldades inerentes à aplicação das medidas	<p><i>... se decreta a medida provisória, essa medida provisória segundo a lei diz tem um prazo máximo de 3 meses podendo, podendo prorogar-se até 6, é evidente que depois tem que aplicar uma medida definitiva e para aplicar uma medida definitiva tem que ter estudos, nomeadamente, avaliações psicológicas, avaliações socioeconomicas da</i></p>

		<i>família, essas avaliações vão ser feitas ou pelo instituto de medicina legal através do gabinete próprio da psicologia forense e através das equipas do ISS<sup>164</sup> ... ora, estes relatórios ... demoram bastante ...</i>
Avaliação da protecção social de menores	Avaliação das medidas de protecção	<i>... a lei de promoção e protecção quanto a mim é uma lei bastante equilibrada ... está bem estruturada, eh, prevê bem as situações ... Agora, as medidas de protecção existentes respondem às situações de maus tratos, respondem, com excepção dessa tal medida que, quanto à mim faz falta, portanto, mas se a situação de maus tratos impuser a protecção imediata da criança o tribunal tem todos os meios de proteger a criança, não é, tira a criança do agregado. Agora, muitas vezes depois o acompanhamento das medidas é que se torna problemático, porquê, porque a criança muitas vezes tem de ser acompanhada em pedopsiquiatria, avaliações psicológicas ... estes acompanhamentos da área da psicologia, da pedopsiquiatria, são muito morosos.</i>
	Avaliação dos recursos existentes na protecção de menores	<i>... a falta de meios provavelmente, de técnicos ...</i>
	Principais limitações e potencialidades do modelo de protecção existente. Sugestões para melhor protecção dos menores	<i>... as potencialidades, é como eu disse há pouco, é uma lei bastante equilibrada, é uma lei que se preocupa, teve a reocupação de em primeira linha, eh, a protecção das crianças ser feita através das comissões de protecção, são, são entidades muito mais próximas das pessoas, da comunidade, do que um tribunal ... Quanto à mim a principal limitação que não resulta propriamente da lei mas resulta depois dos meios que são postos à disposição para executar as medidas, aí é que realmente é o grande problema do tribunal. ... sugiro desde logo a introdução ... no elenco do artigo 35, essa medida, a medida da expulsão de casa do maltratante. ... sugiro que as EMA's funcionem no tribunal, funcionem nas instalações do tribunal porque realmente há um grande distanciamento entre o tribunal e as equipas da EMAT'S ... quanto à mim, também é um grande obstáculo que há ao funcionamento, ao bom funcionamento desta lei ...</i>

\* Questão aplicada apenas à Segurança Social.

<sup>164</sup> Instituto de Segurança Social.

## COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – PORTO CENTRAL

Nº da entrevista: 2

Nome do entrevistado: Cecília Bastos.

Função: Presidente da CPCJ do Porto Central.

Data da entrevista: 24/07/08

Hora: 16:00

Duração: 1h20mn

Local da entrevista: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Porto Central.

**E:** *Bom dia Dr.<sup>a</sup> Cecília, dando início à nossa entrevista, sabemos que a lei define menor toda a criança ou jovem de idade inferior a 18 anos. Eu pergunto, qual o critério determinante da vossa intervenção junto de crianças e jovens em perigo, nomeadamente, em situações de maus tratos?*

**e:** Eh, é assim, nós temos que intervir sempre face a uma situação de criança em perigo, sempre, o que podemos ter é prioridades de intervenção, ou seja, se eu tenho uma situação de maus tratos que é denunciada, que são suficientemente graves para que eu intervenha naquele dia, se eu tenho situação de maus tratos de uma mãe \*\*\* que está chateada com a filha e que não lhe abre a porta e que ela está na rua, eu tenho que intervir naquele dia porque ela não pode ficar na rua, não é. Agora, se eu tenho situação de maus tratos que é maus tratos, de uma mãe que não leva a criança à escola, que não assegura a ida a criança à escola, esta negligência, eu tenho que intervir, não é tão grave como a outra, portanto, todas as situações de negligência, indicadores de maus tratos, eu considero que mesmo a falta da afectividade é maus tratos, eu tenho que distinguir o que é maus tratos e o que é que é crime ...

**E:** *Como é que a Lei define criança maltratada? Indique as tipologias previstas na Lei.*

**e:** O artigo 3, o artigo 3 diz todas, as situações em que está em perigo, não usa o termo maltratada, está em perigo, está abandonada, não recebe os cuidados de afeição adequados, eu acho isso muito interessante, considerar um perigo, um risco, não receber cuidados de afeição, ser rejeitada, ser menosprezada face aos irmãos, ser diferenciada face aos irmãos, é obrigada a actividades e trabalhos excessivos, está sujeita de forma directa ou indirecta a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança, tudo isto está ali no artigo 4, 3 peço desculpas, o 4 são os motivos, os princípios da intervenção.

**E:** *Passo então a perguntar quais as situações familiares das crianças que têm acompanhado?*

**e:** É assim, a criança maltratada, entendo que os maus tratos é transversal na sociedade sendo que em altos extractos sociais ele é mais encapuçado, mais psicológico, não tão visível, as pessoas têm mais capacidade de se fechar sob si próprias, por tudo, até por questões de habitação, não vivem nos bairros, entradas comuns, é pessoas dum lado pós outros, portanto, tudo isto \*\*\*, depois, a grande, a situação que nos chega são situações de disfunções familiares, problemas de alcoolismo, são situações de desemprego, com pais toxicodependentes, que as crianças chegam-nos cá com marcas físicas, negligência, subalimentação, é esta situação que chega-nos, situações familiares, está muito na origem as disfunções familiares, por isso é que nós temos que trabalhar os pais para trabalhar estas situações, não é.

**E:** *Agora sobre as situações de mau trato, como têm conhecimento das situações de maus tratos à crianças e jovens?*

**e:** Todas as situações que chega às comissões não são só de maus tratos, eu acho que corre o risco de estar a ver maus tratos, de não, por exemplo, achar que uma situação de absentismo é maus tratos ..., \*\*\* o vizinho denuncia que ouve uma criança chorar e acha que a mãe sai a noite e que a criança fica entregue a si própria, o pai que está separado da mãe mas tem dúvidas se a criança é bem seguida, se não é bem seguida, se está a ser tratada ..., percebe, tudo isto nos chega cá, por qualquer motivo, e anónimas também. (...) Nós começamos em 2004 e tivemos nesse ano duzentos e cinquenta e tal processos instaurados, este ano, ainda já estamos nos trezentos e qualquer coisa, portanto, está a ver, vamos nos trezentos e vinte ainda este mês, o que quer dizer que ultrapassaremos os quinhentos, percebe? Portanto, não me parece que haja mais maus tratos, parece-me que cada vez as pessoas têm mais noção que devem respeitar os direitos das crianças, estão mais informadas.

**E:** *Tendo conhecimento de uma situação de mau trato, como se processa a sua verificação ou confirmação?*

**e:** Depende de cada situação de perigo encontrado, se está numa situação suficientemente grave ..., eu vou lá \*\*\* eu não posso recolher informação a não ser junto da entidade que sinalizou: um infantário que denuncia-me pra cá qualquer coisa, junto dessa entidade, posso perguntar, mas diga-me mais alguma coisa, mas é assim, e afinal o pai ..., percebe, senão

tenho que pedir consentimento ... porque é assim, quem é que tem conhecimento privilegiado destas situações? É onde as crianças estão. Onde é que as crianças estão a esta hora? Estão no jardim infantil, estão na escola, estão no ATL<sup>165</sup>, eu junto dessas entidades todas vou tentar verificar se o que cá me chegou tem fundamento ou não, ou quão grave é, é uma criança que tem idade escolar? Se tem idade escolar tenho que falar com o ATL que ela está, tenho que tratar com a saúde, se a mãe é seguida em CAT<sup>166</sup>,tenho que articular com o CAT tenho que saber qual é o comportamento da mãe e adesão ao tratamento, cada situação dá pista junto daquele que tenho que ir \*\*\*.

**E:** *Confirmada a situação de mau trato, como se processa a intervenção, quais os princípios inerentes à vossa intervenção? Indique as maiores dificuldades encontradas a esse nível.*

**e:** Olhe, nós depois, desde que a situação que nos é denunciada, nós temos meio ano para aplicar a medida. Eu posso não aplicar medida até, eu posso começar a intervir a tentar remover as situações de perigo que aí estão e dizer ao fim de meio ano consegui ultrapassar isto, foi uma situação accidental, eu tenho consciência, e abolir aquela situação de perigo, está a entender, ou então aplicar uma medida face a situação \*\*\* e depois há o acompanhamento, faz-se um acordo, nós trabalhamos com o consentimento da comunidade, não é, e as pessoas assinam que se comprometem a cumprir aquelas acções e eu assino que comprometo a fazer determinadas acções e tenho que envolver as estruturas onde ela está, por exemplo, uma criança cuja educadora diz que vem sempre sujo, vem sem o pequeno almoço tomado, quando chega cá não aguenta fazer os trabalhos, está cabisbaixo, significa que ninguém o supervisionou, ou porque a mãe saiu ou porque deixou-o fora de horas e vem sem o pequeno almoço, o quê que eu vou contratualizar, pra já, ver se a mãe tem capacidade financeira ou não pra lhe dar o pequeno almoço e, depois, pedir ao infantário que nos informe das alterações, portanto, o infantário também tem aqui obrigação, de trabalhar informando a instituição, não é, e fazer o que está ao seu alcance para que a situação também se altere, aliás, isto está no artigo 6,7,8, por aí, fala nas ECMIF<sup>167</sup> que são as entidades com competência em matéria de infância e juventude, que têm que intervir para remover o perigo, só nos sinalizando quando não conseguem, assim também como eu sinalizo ao tribunal quando não consigo.

---

<sup>165</sup> Actividades Tempo Livre.

<sup>166</sup> Centro de apoio à Toxicodependentes.

<sup>167</sup> Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude.

**E:** *Indique as maiores dificuldades encontradas a nível dessa intervenção.*

**e:** Claro que há obstáculos, na negociação os pais têm o direito de não concordar que a gente intervenha, têm o direito de dizer que tudo isto que a pessoa está a dizer e que está a avaliar é mentira e que não concorda, não é, não se meta cá na minha vida, não é, tem esse direito e se a criança não estiver num perigo eminente de risco da sua integridade física, ou, ou, eu não posso intervir e, sobretudo, temos mais dificuldades, não é aí, temos mais dificuldades é no cumprimento do acordo. A gente chega a conclusão que há perigo, um profissional vai lá, são coisas suficientemente leves que eu possa negociar com a pessoa, criar condições para a mudança e mudar, não tenho que aplicar medida mas temos que fazer um acordo que é assinado, a criança tem que cumprir as consultas, não sei quê, a criança precisa de apoio psicológico, tem que ir à consulta no centro de saúde \*\*\*, está entender, e então aí é que são as grandes dificuldades encontradas.

**E:** *De acordo com as situações acompanhadas, quem é o maltratante, com mais frequência, das crianças e jovens?*

**e:** É assim, nós não temos tantos casos de maltratante com a terminologia, é sobretudo a nível da negligência ...

**E:** *Que também é considerado uma forma de mau trato...*

**e:** É, é, ..., mas quando nós falamos de maltratado eu tenho medo que pense que nós temos aqui os meninos todos espezinados, a negligência é pra si um mau trato, ok, quem é o maltratante por excelência, é quem é responsável por ela, a criança não vive sozinha, mas os maus tratos são sobretudo e, e, é assim, não tenho experiência de um pai que viva com a companheira e a companheira seja a maltratante, também temos, temos essas situações mas não são mais do que aqueles que são pais biológicos, percebe, ainda hoje tivemos aqui a discutir com uma colega nossa uma medida entregue à tia, de uma criança que era mesmo maltratada fisicamente pela companheira do pai, acontecem estas situações, mas grande volume que nós temos são os negligenciados pelos moradores que pode ser o pai, pode ser a mãe e o pai e a avó e a tia, quem tem a guarda de facto da criança.

**E:** *Passando ao ponto III, protecção social de menores, a Lei nº 147/99 de 1 de Setembro enumera o conjunto de medidas a nível da protecção de crianças e jovens em perigo. como se tem traduzido em termos práticos a sua aplicação nas situações de maus tratos? Porquê?*

**e:** As medidas estão no artigo 35, 4, é assim, são cinco as medidas que nós podemos aplicar e

são em gravidade, eh, de acordo com a gravidade da situação. Aquelas em que nós apostamos mais é o 35 *b*, que é aquela do acompanhamento junto dos pais, dos pais ou quem tenha a guarda de facto, o que quer dizer que é na família que eu devo \*\*\* se a família não tem condições ou foi incumprindo, eu vou por o 35/*b*, 35/*b* confiança à família alargada, avó, a tia, depois, vou ao *c* que é a confiança a pessoa que \*\*\*, não é uma pessoa que eu encontro e que queira ficar com o menino porque o achou bonito, é aquela pessoa que já mantém com a criança uma relação de afectividade, a saber, um vizinho muito próximo, uma madrinha, quer dizer, que são muito poucas as medidas do 35/*c* porque o 35/*c* não pode permitir \*\*\* de eu atribuir uma criança à uma família que pretende com isso uma adopção, portanto, eu acho que é a medida que eu menos pratico aqui, é o 35/*c*, depois temos, temos, temos o 35/*d* que é ..., pois, depois o *c*, depois, temos o apoio para a autonomia de vida, que é uma criança com mais de 12 anos e que eu entendo que apoiada por nós pode ser autonomizada, tenho que lhe criar condições para ela viver sozinha, isto tem alguns riscos, nós não temos estruturas na comunidade de apoio a esta medida, nós tivemos duas uma com sucesso outra com insucesso, depois, temos o acolhimento familiar, que é famílias seleccionadas pela segurança social, pagas pela segurança social, contratadas, que fazem um contrato de serviço, de prestação de serviços com a segurança social e que acolhem crianças, depois, temos em última análise as instituições. Como vê, elas são gradativas de afastamento dos pais, o menos penalizante é para avó, depois já é para uma pessoa idónea, depois para família de acolhimento depois o acolhimento institucional.

**E:** *É assim que se tem traduzido?*

**e:** (...) Tem que ser, se ler o *artigo 68* ou *68* diz-me quando é que eu tenho que sinalizar ao ministério público as situações de comunicação obrigatória ao ministério público, uma delas é quando aplico o *b*, o *c*, o *d* e o *e*, percebe, quer dizer, o ministério público é o garante dos direitos e das liberdades das pessoas, quando eu violo o direito de um pai, que eu não chamo direito chamo dever da responsabilidade parental, eu tenho que informar ao ministério público, para quê, para que o ministério público veja que eu violando o direito dos pais apliquei a medida adequada a gravidade da situação, a saber, eu nunca posso aplicar o *b*, sem esgotar ou justificar que não aplico o *a*, percebe, eu nunca posso, ou, posso chegar aqui numa situação e dizer assim: vamos aplicar o acolhimento institucional, tem que ser, mas eu tenho que justificar porquê que não foi o *a*, o *b*, o *c*, e o *d*, está a entender, é nessa margem que eu trabalho. (...) Nós temos 80% das crianças com os pais, agora, se me diz assim, muitas vezes vão para um acolhimento familiar, não posso, não tenho resposta, ca para minha instituição é,



se eu, as vezes queria instituição aqui no Porto, só vou ter em Penafiel ou não sei quê, é verdade, se as instituições deviam ter outra forma de intervenção, não serem instituições com 90 meninos mas só com 10 ou com 15, é verdade, entende, se as instituições são elas próprias também muito sarceadora dos direitos da criança, é verdade, mas é assim, também nunca me aconteceu, eu não vou dizer que não tenho recurso, ele aparece, não quer dizer que é o mais adequado, não é.

**E:** *Qual ou quais têm sido as medidas mais aplicadas em situações de mau trato, está assim respondida.*

**e:** 35/a, é o 35/a.

**E:** *E qual tem sido a solicitação da medida e acolhimento institucional, nas situações de mau trato?*

**e:** Eu não tenho por, por ..., há uma vez por outra, há crianças que chegam aqui e dizem, eu quero ir para a instituição, também aparecem as mães, quando os meninos têm 14, 13 anos, e que já foram negligentes durante toda a vida e que depois têm uma criança que ela já não consegue controlar, vem cá diz, “oh minha senhora arranja-me um colégio que eu já não posso mais...”, o meu papel não é arranjar um colégio, tenho é que perceber porquê que ela não pode mais, quais são as condições para que a situação se altere, porquê que não há, se há um familiar ou não, se está com o pai porquê que não pode ir para mãe, está a entender, e se há aqui uma avó ou uma tia, porque, normalmente, os adolescentes, isto acontece muitas vezes, temos tido uma ou outra situação dos adolescentes que chegam aqui e dizem eu quero ir para uma instituição, mas isto significa muito sofrimento ou há qualquer coisa que eu tenho que avaliar, e também como sabe as medidas de acolhimento institucional são aliás todas elas são por definição temporárias, portanto, meu papel não é alargar processos, antes pelo contrário, agora é que eu devia insistir para que a mãe continuasse, voltasse a ter condições para ter os filhos. Nós não temos muito, eu não sei se reunirá aí os 8% de medidas de acolhimento institucional, não é muito mais, percebe.

Agora, eu, falta também dizer o seguinte: claro que eu tenho 8% porque muitos acolhimentos eu não consigo efectiva-lo porque, quando eu proponho à mãe isto, isto não concorda, retirar a criança isto não concorda, percebe, tem sido suficientemente fundamentada porque, normalmente, o Sr. Juiz vai dizer assim: sim senhor, pelo que está aqui dito, decreto o acolhimento por três meses, alguém vai estudar se não há outra situação melhor, não é ...,o que quer dizer que nós, há outras situações que solicitamos o acolhimento institucional o que

a mãe aí muitas vezes isto ..., esta semana ainda entregamos três ou quatro crianças à família alargada, mas numa ou noutra situação as famílias não concordam ,” ai não vai nada para casa da minha sogra, ou não vai nada para casa da minha irmã, eu não concordo”, então vai para tribunal, percebe, estas medida mais gravosas, as vezes, as pessoas não concordam com elas, têm é que estar cientes que é aquela adequada para a necessidade da criança e fundamentar tudo, percebe.

**E:** *Queria entender porquê que nós continuamos ainda com muitas crianças institucionalizadas?*

**e:** Os recursos que as famílias não têm, muitas vezes, nós não temos para lhes dar, não temos habitação, não temos um tratamento de alcoologia, não temos emprego pa toda a gente, continua a haver, não quer dizer que uma mãe que não tenha rendimentos não possa ter um filho, tem que ter é ..., mas o desemprego acarreta outros problemas, ou as incompetências que levam ao desemprego, perceba o que eu quero dizer, eh, e depois também há outras coisas, por exemplo, eu tive agora aqui uma situação que eu queria desinstitucionalizar a criança, havia uma prima que reunia condições, com quem a criança estava muitas vezes, para receber a criança, uma prima da mãe, primeiro ela aceitou, porquê, é menos carga pra ela, social dizer que o filho está num colégio, que é isto que as pessoas dizem, do que dizer olha está em casa da prima que ela não toma conta dele foi para casa da prima, percebe, esta carga acontece socialmente, as vezes é mais fácil acolher institucional do que o apoio junto duma pessoa familiar, isto acontece. Também, por erro de alguns técnicos, as solicitações são tantas que a gente vê uma criança em perigo, mete numa instituição e descansa, porque já não corre risco está segura, não é isto que se tem que fazer, é promover as mudanças, mas por enquanto uma família que está desestruturada porque já é, já é a segunda geração de desestruturação, o pai já não, é analfabeto, já não foi à escola, o filho também não foi, percebe, não é em um ano, dois que eu resolvo a situação, não é, e também há situações que nós com medo de propor a adopção, mantemos as crianças na instituição a crescerem, percebe, é uma discussão para nós termos aqui muita acesa e que não há medidas \*\*\* percebe, entre o que é o tempo da criança e qual é o tempo do técnico , e o técnico muitas vezes anda aqui à marina ..., não anda a marinar, nem anda a brincar nem a ser negligente, anda a procurar pequenos avanços, anda a procurar os afectos, anda a procurar as mudanças e demora dois ano, e ao fim de dois, anos olha para o processo e a menina já não tem 8 meses, já tem dois anos e 8 meses e possivelmente já vai, vai ser mais difícil a adopção e eu não consegui mudanças. Esta posição do técnico, esta nossa cultura da família, entende, enquanto

que o que nós estamos a fazer é negar a família, entende, ainda ontem à volta desta mesa redonda eu até, tive até, me arrepiei porque estávamos a discutir isso com duas parceiras da instituição, os técnicos \*\*\* e há uma técnica que é psicóloga que trabalha na nossa comissão e diz: “ai mas os pais gostam muito dos miúdos”, eu disse, não estou a pôr em causa que gostam, mas eu acho que não basta gostar.

Decidir o futuro de uma criança não é fácil, é assim, conforme se vê eu já tive idade suficiente para estar a trabalhar filhos de famílias que eu já trabalhei. Houve aqui uma situação que eu lhe disse há pouco, é assim, vou-te explicar, o que eu há 15 ou 20 anos não trabalhei devidamente, e não propus, e não retirei, neste momento os que são adultos estão em Custódias e os que são menores estão aqui. É porque a mãe não tem afecto e porque ela, até neste caso concreto, era uma mulher prostituta e que ganhava bem, tinha muito dinheiro, os meninos tinham tudo, percebe, e é esta família que tem os filhos institucionalizados e há aqui uma guerra aberta \*\*\* que ela tem um novo companheiro de quem tem um filho e já se esqueceu dos filhos que estão na instituição, percebe, porque ela esteve institucionalizada, porque os irmãos estiveram institucionalizados, porque também os dois filhos dela podem estar lá calmamente, porque e agora tem novo companheiro, tem novo filho, ela não quer retirar a criança da instituição, não quer partilhar a casa com mais dois, está a entender? São esses os constrangimentos. Parece que teoricamente são muito fáceis de ultrapassar, mas não são, não são.

**E:** *Nas situações de institucionalização(ou simplesmente de retirada) das crianças e jovens e visando o seu retorno ao contexto familiar, que tipo de acompanhamento está previsto às famílias? Tem-se traduzido na prática?*

**e:** Todo o acompanhamento para o apoio que seja ..., para ultrapassar as situações que originaram o motivo daquele acolhimento. Deixe-me lhe dar um exemplo, se calhar é mais fácil, eu esta semana retirei duas crianças para a família alargada com total conhecimento dos pais, até mais do que isto, nós sugerimos isto no outro dia fomos lá, já comunicaram que a, a tia e a avó desistiram, nós ficamos aqui arrepiadas porque isto é, é um embrulho, percebe, não só concordaram, a colega chegou e disse a mãe concordou e ela também, não sei quê, a casa era indiscreta, ele era alcoólico, ela trabalhava e ia para o café, os miúdos ficavam entregues ao pai que não se levantava para os levar à escola, este tipo de coisas, o quê que eu vou trabalhar? Obrigá-lo a tratar o alcoolismo, a ela, avaliar com ela o horário de trabalho dela e porquê que ela agora ficando libertada dos filhos, como é que ela vai organizar aquela gestão doméstica, é isto, percebe, verificar, por hipótese, imagine que ela tenha um emprego

que não é compatível com o apoio aos filhos porque sai às oito da noite, dar tempo a esta mulher para encontrar outro emprego, é, é este trabalho de remoção das situações que deram origem a, mas acha que vai resolver?

**E:** *Existem obstáculos na aplicação das medidas para a promoção e protecção?*

**e:** Nós aplicamos a medida, decretamos a medida e aplicamos, agora se depois os pais vão aceitar se a medida for violadora dos direitos deles, se vão cumprir aquilo que eu contratualizo com eles, digo sim senhor, eu não retiro a criança, mas tem que cumprir isto assim, assim, é isto, é no cumprimento das acções que há, é, é, mais sagrado do que a medida é o acordo que eu tenho que fazer com a pessoa, quais acções são tipificadas, oh minha senhora é assim, ela chega a escola tarde a senhora, então é assim, eu, a senhora vai leva-la à escola. “Ai ele vai à escola mas fica pelo caminho”, então a senhora não trabalha vai levá-lo à escola, entende, por exemplo, está a entender, não lhe passa as situações que a gente tem aqui e não imagina que possa passar pela mão de uma mãe ser negligente a este ponto, desprezar tanto, por exemplo, a necessidade de uma criança fazer o nono ano, vou tirar um curso profissional onde era a melhor aluna, entende, e que a mãe retirou \*\*\* , porque põe um piercing, porque andava numa religião que não aceitavam piercing, porque a menina não queria ir ao culto de piercing, resolveu ter a criança em casa. E quando me diz “ai mas ela não vai, eu não confio naquele grupo ...”, ta bem, eu acredito que não confie no grupo, eu até acho que sim, então vamos fazer o seguinte, a senhora vai levá-la à escola, não fica à porta, fica na esquina, fica à espera, “oh doutora mas ela entra às oito e meia...”, a senhora trabalha? Mas não, não vão, porque eu conhecia este agregado familiar e já os meninos tinham absentismo, já os meninos não iam às aulas, percebe, isto é negligência. E parece uma coisa tão simples, não é, explicar uma mãe que aquela rapariga fazer o nono ano, tirar um curso, percebe, de formação profissional que lhe dá competências para emprego, eu nunca soube\*\*\*\* ela retirame consentimento, ela não cumpre, ela assinou-me o consentimento, eu pus logo acções para ela cumprir. Este é um exemplo.

**E:** *Como se processa a articulação entre as entidades envolvidas na protecção do menor antes e após a aplicação da medida de protecção?*

**e:** A articulação, cada vez mais facilmente nós temos informação dos hospitais, na recolha de informação ,não é, não há grande dificuldade, claro que há sempre as dificuldades das demoras, de mandar ter que insistir, toda a gente tem muito que fazer, mas as pessoas

reconhecem o interesse que tem em mudar pra cá e, é obrigação, o *artigo 13* diz, da lei que as pessoas, pessoas têm obrigação de colaborar, percebe, não temos assim dificuldades.

**E:** *Sobre o ponto V, como avalia as medidas de protecção de menores existentes? Respondem com eficácia às situações de perigo, nomeadamente de maus tratos? Acha que têm contribuído para reduzir e ou prevenir situações de maus tratos à menores?*

**e:** Eu acho que sim, eu acho que há recursos que nós não temos, percebe, há recursos que nós não temos. Não temos instituições nunca adequadas às situações que nós temos, mais aberta, não temos, não temos respostas adequadas para as crianças que não estão aqui sinalizadas que não têm o sexto ano ..., as formações são muitas vezes muito repetitivas do modelo de ensino que a criança já rejeitou, pronto, não temos para aplicação da medida para a autonomia de vida, medidas adequadas que me garantam que um jovem de quinze anos vai ali construindo a sua autonomia, não é, ...

**E:** *Acha que têm contribuído para reduzir e/ ou prevenir as situações de mau trato?*

**e:** Isso não tenho dúvidas\*\*\*

**E:** *Como avalia as medidas de protecção a nível da penalização ao maltratante?*

**e:** É muito claro na cabeça do legislador que nós não trabalhamos o crime, quem trabalha o crime é o tribunal civil, o processo penal...

**E:** *Quanto à retirada do maltratante de casa?*

**e:** Ah, claro que sim, isto a nós arrepiava-nos, arrepiava-nos, não é, e, e, e, e é assim, então, eu é que pago, ele é que destrói, ele é que bebe, ele é que não comparticipa na casa e eu é que vou ter que sair, a vítima é penalizada e aqui a criança passou também a ser vítima, não é, e é penalizada, não tenho dúvidas, a questão até do envolvimento do exercício do poder paternal, eu tive ontem uma situação, dei-me explicar e ser rápida, de uma jovem que negociou os quinze dias de férias, regulação do poder paternal que vai para a mãe, visitas ao pai quinzenal, e tinham que se entender quanto ao período de férias, houve ali um desentendimento do pai quanto à questão das férias ..., mas ele na segunda-feira não entregou a criança no estabelecimento de ensino porque disse não, não, isto é férias é minha férias, portanto, ela fica de férias comigo.

As coisas não são por decreto, a criança ficou em casa ..., outra situação que eu acho muito penalizante para as crianças é a situação da questão dos divórcios conflituosos, percebe, é, se

é ir levar às catorze horas, leva às dezasseis horas ..., espera lá que eu vou à comissão dizer que a mãe que é não sei quê ..., desde vir cá denunciar que o companheiro pode estar, eventualmente, a abusar sexualmente da criança, que viu isto, que viu aquilo, o objectivo é tocar a mãe ..., a questão do direito, do poder, esta noção que a família, o pai e a mãe só têm direito, esta terminologia do poder paternal tem que acabar, é a responsabilidade parental ...

**E:** *Eu a seguir perguntava sobre os recursos existentes, mas já me respondeu, não existem em quantidade suficiente .*

**e:** (...) E os mais adequados às nossas necessidades.

**E:** *Para terminar indique as principais limitações e potencialidades do “presente modelo de protecção social de menores”. Que alterações sugere para uma maior e melhor protecção de crianças e jovens?*

**e:** Eu acho que uma formação mais aprofundada dos técnicos, eu falho quando eu estou dois anos com o processo e não consigo remover o perigo, tinha que passar a outra instância, tinha que ter outras medidas, entende, eu, este é, de muitas coisas que me incomoda, os recursos para trabalhar as competências parentais doutra forma, as próprias protecções sociais, a saber o rendimento mínimo, não estarem muito viradas só para a subsistência e não efectivamente para a promoção das pessoas, percebe, as falhas do sistema, é, é, é assim, eu sou muito \*\*\* eu trabalho a lei, acho que ela é boa, mas dificuldades na sua implementação não tenho dúvidas, percebe, eu trabalho com um parceiro de peso que é a Câmara, quando a Câmara não valoriza a atribuição de uma habitação a uma família toda disfuncional que a gente vai tentar organizar, como é que eu posso trabalhar as condições e as competências ..., a mãe, o comer não chega pra todos, o quarto não é individualizado, está a entender, é o mesmo espaço para estudar o jovem ..., este tipo de recursos, é por isso que me diz assim “... o menino foi institucionalizado e foi, e ficou, e ficou lá esquecido”. Não! Eles muitas vezes não estão esquecidos, que reais condições? Que meio temos nós para alterar isto? Agora, apesar de tudo, isto é assim, eu tenho, eu não tenho, nós conseguimos contabilizar os casos que achamos que alteramos situações, nem que seja alterar a situação como temos aí uma situação também de classe média, que por, por doença mental dos pais, entregamos a criança ao avô e ao tio e a coisa está a correr bem, as crianças têm projectos que não tinham, não é, fizeram o nono ano, percebe, este foi um dos casos cuja nossa intervenção removeu o perigo, senão, já tínhamos entregue a pasta.

**E:** *Muito obrigada pela colaboração.*

## Guião de observação da entrevista 2

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Recepção com simpatia mas formalizada.
	Ambiente Geral	Ambiente de trabalho com algum movimento de pessoas na Comissão.
	- Dimensão e iluminação	Sala de média dimensão. Muito bem iluminada.
	- Mobiliários	Mesa redonda com cadeiras, outra mesa com computador, estantes com muitos arquivos e documentos.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Posição formal, postura correcta.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais e não verbais. Muita presença de expressões técnicas, profissionais. Respostas muito baseadas na experiência de trabalho na área.
Interferências/interrupções		Nenhuma interrupção.
Observações		Entrevista realizada em boas condições. Alguma limitação de tempo da entrevistada dando origem a respostas curtas e breves no último ponto do guião.

## Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 2

Categorias	Subcategorias	Excertos
Menor maltratado	Critérios de intervenção	<i>... nós temos que intervir sempre face a uma situação de criança em perigo, sempre, o que podemos ter é prioridades de intervenção ...</i>
	Tipologias de mau trato	<i>O artigo 3 ... diz todas, as situações em que está em perigo, não usa o termo maltratada, está em perigo, está abandonada, não recebe os cuidados de afeição adequados, eu acho isso muito interessante, considerar um perigo, um risco, não receber cuidados de afeição, ser rejeitada ..., ser diferenciada face aos irmãos, é obrigada a actividades e trabalhos excessivos, está sujeita de forma directa ou indirecta a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ... são os motivos, os princípios da intervenção.</i>
	Situação familiar (tipo de família)	<i>... a grande, a situação que nos chega são situações de disfunções familiares, problemas de alcoolismo, são situações de desemprego, com pais toxicodependentes, que as crianças chegam-nos cá com marcas físicas, negligência, subalimentação, é esta situação que chega-nos, situações familiares, está muito na origem as disfunções familiares ...</i>
Situações de maus tratos a menores	Conhecimento e verificação	<i>Todas as situações que chega às comissões não são só de maus tratos ..., o vizinho denuncia que ouve uma criança chorar e acha que a mãe sai a noite e que a criança fica entregue a si própria, o pai que está separado da mãe mas tem dúvidas se a criança é bem seguida, se não é bem seguida, se está a ser tratada ..., percebe, tudo isto nos chega cá, por qualquer motivo, e anónimas também. ... quem é que tem conhecimento privilegiado destas situações? É onde as crianças estão. Onde é que as crianças estão a esta hora? Estão no jardim infantil, estão na escola, estão no ATL<sup>168</sup>, eu junto dessas entidades todas vou tentar verificar se o que cá me chegou tem fundamento ou não, ou quão grave é ...</i>
	A intervenção	<i>Olhe, nós depois, desde que a situação que nos é denunciada, nós temos meio ano para aplicar a medida. Eu posso não aplicar medida até, eu posso começar a intervir a tentar remover as situações de perigo que aí estão e dizer ao fim de meio ano consegui ultrapassar isto ... e depois há o acompanhamento, faz-se um acordo, nós trabalhamos com o consentimento da comunidade, não é, e as pessoas assinam que se comprometem a cumprir aquelas acções e eu assino que comprometo a fazer determinadas acções e tenho que envolver as estruturas onde ela está ...</i>

<sup>168</sup> Actividades Tempo Livre.



	Dificuldades a nível da intervenção	<i>Claro que há obstáculos, na negociação os pais têm o direito de não concordar que a gente intervenha, têm o direito de dizer que tudo isto que a pessoa está a dizer e que está a avaliar é mentira e que não concorda, não é, não se meta cá na minha vida, não é, tem esse direito e se a criança não estiver num perigo eminente de risco da sua integridade física ... eu não posso intervir e, sobretudo, temos mais dificuldades ... temos mais dificuldades é no cumprimento do acordo.</i>
	Maltratante(s) das crianças e jovens	<i>... quem é o maltratante por excelência, é quem é responsável por ela, a criança não vive sozinha ...</i>
Protecção social de menores	Medidas existentes e aplicadas A mais aplicada	<i>As medidas estão no artigo 35, 4, é assim, são cinco as medidas que nós podemos aplicar e são em gravidade, eh, de acordo com a gravidade da situação. Aquelas em que nós apostamos mais é o 35 b, que é aquela do acompanhamento junto dos pais, dos pais ou quem tenha a guarda de facto ... se a família não tem condições ou foi incumprindo, eu vou por o 35/b, 35/b confiança à família alargada, avó, a tia, depois, vou ao c que é a confiança a pessoa que ... já mantém com a criança uma relação de afectividade, a saber, um vizinho muito próximo, uma madrinha ... Depois ... temos o 35/d que é ..., pois, depois o c, depois, temos o apoio para a autonomia de vida ... depois, temos o acolhimento familiar ... depois, temos em última análise as instituições. Como vê, elas são gradativas de afastamento ...</i>
	Acolhimento institucional	<i>Nós não temos muito, eu não sei se reunirá aí os 8% de medidas de acolhimento institucional ... ... claro que eu tenho 8% porque muitos acolhimentos eu não consigo efectiva-lo porque, quando eu proponho à mãe isto, isto não concorda ... percebe.</i>
	Famílias de risco: acompanhamento	<i>Todo o acompanhamento para o apoio que seja ..., para ultrapassar as situações que originaram o motivo daquele acolhimento.</i>
	Entidades envolvidas na protecção de menores: articulação	<i>A articulação, cada vez mais facilmente nós temos informação dos hospitais, na recolha de informação ... o artigo 13 diz, da lei que as pessoas ... têm obrigação de colaborar, percebe, não temos assim dificuldades.</i>
	Limitações, dificuldades inerentes à aplicação das medidas	<i>Nós ... decretamos a medida e aplicamos, agora se depois os pais vão aceitar ... se vão cumprir aquilo que eu contratualizo com eles, digo sim senhor, eu não retiro a criança, mas tem que cumprir isto assim, assim, é isto, é no cumprimento das acções que há, é, é, mais sagrado do que a medida é o acordo que eu tenho que fazer com a pessoa, quais acções são tipificadas ...</i>

Avaliação da protecção social de menores	Avaliação das medidas de protecção	<i>... há recursos que nós não temos. Não temos instituições nunca adequadas às situações que nós temos ..., não temos respostas adequadas para as crianças que não estão aqui sinalizadas que não têm o sexto ano ..., as formações são muitas vezes muito repetitivas do modelo de ensino que a criança já rejeitou, pronto, não temos para aplicação da medida para a autonomia de vida, medidas adequadas que me garantam que um jovem de quinze anos vai alí construindo a sua autonomia, não é ...</i>
	Avaliação dos recursos existentes na protecção de menores	<i>... há recursos que nós não temos. ... os mais adequados às nossas necessidades.</i>
	Principais limitações e potencialidades do modelo de protecção existente. Sugestões para melhor protecção dos menores	<i>... de muitas coisas que me incomodo, os recursos para trabalhar as competências parentais doutra forma, as próprias protecções sociais, a saber o rendimento mínimo, não estarem muito viradas só para a subsistência e não efectivamente para a promoção das pessoas, percebe, ... acho que ela é boa, mas dificuldades na sua implementação não tenho dúvidas, percebe, eu trabalho com um parceiro de peso que é a Câmara, quando a Câmara não valoriza a atribuição de uma habitação à uma família toda disfuncional que a gente vai tentar organizar, como é que eu posso trabalhar as condições e as competências ..., “... o menino foi institucionalizado e foi, e ficou, e ficou lá esquecido”. Não! Eles muitas vezes não estão esquecidos, que reais condições? Que meio temos nós para alterar isto? Agora, apesar de tudo, ... nós conseguimos contabilizar os casos que achamos que alteramos situações ...</i>

## COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS - MATOSINHOS

Nº da entrevista: 3

Nome do entrevistado: Rosinda Antunes.

Função: Coordenadora da CPCJ, Matosinhos.

Data da entrevista: 04/08/08

Hora: 10:00

Duração: 1h25mn

Local da entrevista: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Matosinhos.

**E:** *Muito bom dia, entrevista com CPCJ de Matosinhos, vamos começar nossa entrevista. Sabemos que a lei define menor toda a criança ou jovem de idade inferior a 18 anos. Qual o critério determinante na vossa intervenção junto de crianças e jovens, em situações de maus tratos?*

**e:** É assim, o critério para a intervenção com crianças com idade inferior a 18 anos, todas as crianças que estão numa situação de perigo por uma acção intencional ou até por omissão, por parte dos progenitores, ou mesmo aquelas crianças que elas próprias é se colocam numa situação de perigo ..., desde que as crianças antes de completarem os 18 anos solicitem a continuidade da intervenção em tribunal ... e assim são acompanhados até os 21 anos de idade.

**E:** *Como define criança maltratada?*

**e:** Toda a ... isso, isso, é o que está definido na lei de protecção que é todas as crianças que estão abandonadas ou entregues a si próprias, que estejam de uma forma geral, geral numa situação de perigo ...

**E:** *Dos casos acompanhados qual ou quais as tipologias mais frequentes de mau trato?*

**e:** É a negligência e o abandono escolar, e o abandono escolar.

**E:** *Quais as situações familiares das crianças acompanhadas?*

**e:** Na sua maioria, são situações muito economicamente desfavorecidas, escolarmente desfavorecidas, habitacionalmente desfavorecidas, até os próprios padrões culturais ...

**E:** *E qual o tipo de família que pertencem, na sua maioria? Nuclear simples, monoparental,*

*recomposta?*

**e:** A nuclear, há muito disso, logo a seguir, a monoparental feminina, mas existe muito na família nuclear, normal.

**E:** *Sobre as situações de mau trato, como têm conhecimento das situações de mau trato a crianças e jovens?*

**e:** Há as mais variadíssimas sinalizações. Aqui na nossa comissão, as sinalizações, primeiro, ainda são das escolas, dos estabelecimentos de ensino que nos chegam, porque chegam muitas vezes como abandono, mas depois descobre-se que não é o abandono, há outras situações, há a negligência e há ..., muitas vezes, a escola já faz este próprio trabalho, já nos diz que não é só abandono, mas que também, já há maus tratos, porque já é feito o trabalho com as psicólogas e com as assistentes sociais da escola e já nos diz. Portanto, a maioria é a escola, depois vem, muitas vezes vem a polícia, ao nível, por exemplo da violência doméstica que agora temos muita, muita sinalização, portanto, temos muitas sinalizações e depois, temos as instituições que trabalham no terreno, temos a ADEIMA<sup>169</sup>, temos a Junta, há um variadíssimo leque de sinalizações e depois há os anónimos, nós temos muito os anónimos que nos telefonam, temos o instituto de apoio à criança, temos as variadíssimas instituições que nos transmitem situações de risco das crianças, mas na sua maioria ainda é as escolas e as autoridades policiais.

**E:** *Tendo conhecimento de uma situação de mau trato, como é que se processa a sua verificação/confirmação?*

**e:** Faz-se deligência, vai-se aí meio, contacta-se com as diversas instituições que poderão estar já a trabalhar o caso, por exemplo, nós temos uma rede social muito abrangente no Concelho de Matosinhos, e pode ser uma família que possa já estar a ser trabalhada a nível da rede social, do AI<sup>170</sup>, se for uma família de RSI, portanto, já há, há um técnico, um gestor, portanto, vamos logo por aí, saber o quê que conhece naquela família, e é serviço externo, é imediato, vai-se à residência, nós aqui neste momento é sair logo de imediato, tentarmos o mais rápido possível ir ver, in loco, o quê que se está a passar e depois definir com os técnicos que estão a acompanhar, qual é o modo de actuação, se é de facto uma situação grave, se é uma situação que a gente pode ir trabalhando, e depois solicitar informações à escola, à saúde, à tudo, normalmente são estes os procedimentos.

---

<sup>169</sup> Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos.

<sup>170</sup> Atendimento Integrado.

**E:** *Em que consiste a vossa intervenção, após a confirmação? Quais as maiores dificuldades encontradas a nível dessa intervenção?*

**e:** Se for uma situação de retirada, se for uma situação muito grave, vamos ao extremo, não é, se for uma situação grave, os entraves que temos é a dificuldade de arranjar lugar para as crianças, está sempre tudo muito cheio, mas vai-se conseguindo, portanto, se for uma situação de retirada, que é a situação mais extrema, mas há um princípio, que nós só podemos trabalhar sempre com o consentimento dos pais ou da pessoa que tiver a guarda da criança, portanto, também é assim, se não tivermos esse consentimento o nosso trabalho fica logo ali, parou, é remetido para o tribunal, portanto, isso também é um constrangimento muito grande, não é, pronto, até porque, por exemplo, nas situações de abuso sexual ou de maus tratos físicos, muitas vezes, temos que pedir o consentimento ao abusador, é um contrasenso, não é, mas nestes casos manda-se também de imediato para o tribunal e o tribunal também actua de imediato, estas coisas também não estão à espera. Nas outras situações, que não é de facto uma situação destas de ..., é a dificuldade ..., ou faz-se o acordo de promoção, é a dificuldade das pessoas cumprirem o acordo. As pessoas não têm ... , as famílias têm muita dificuldade em, em perceber o trabalho, o quê que nós queremos, sentem, fazem-nos sentir como intrusos e não como pessoas que estão ali a ajudar, nós e aos outros, não é, parece que estão ali numa obrigação, e mentem, “e eu já fiz e já fui, não fui ...”, portanto, isso é o típico, as pessoas não aderem e acham, porque acham que nós somos intrusos e que estamos ali pra mal e não percebem que nós estamos ali a tentar ajudar a família e o menor e também, não conseguem perceber, não conseguem dar legitimidade à comissão como sendo uma entidade que está abaixo do tribunal de família e menores, ainda não percebem muito bem ..., só quando a situação depois passa para o tribunal é que ..., e nós muitas vezes depois temos o conhecimento, não é, o feedback do tribunal que, depois, quando chega a tribunal até vão cumprindo.

Somos uma instituição ..., as pessoas têm muita dificuldade, eles não sabem a que ministério é que nós estamos ligados, eu como trabalhei na justiça, quando digo que, ministério da justiça, as pessoas, pronto, atrapalhavam-se logo, esse impacto da justiça é assustador e, portanto, quando passa para o tribunal as situações muitas vezes resolve-se de imediato, aqui connosco é muito difícil, andamos aqui a \*\*\*, e pronto, é isso.

**E:** *De acordo com as situações acompanhadas, quem é o maltratante por excelência das crianças e jovens?*

**e:** Os pais, os pais, na sua maioria, ou a pessoa que tenha a guarda.

**E:** *Sobre o ponto protecção social de menores, a lei nº 147/99 de 01 de Setembro enumera o conjunto de medidas a nível da protecção de crianças e jovens em perigo. Como se traduz em termos práticos a sua aplicação nas situações de maus tratos?*

**e:** É, é assim, o que realmente está na lei, e agora houve uma regulamentação das medidas em que, por exemplo, a lei previa que o apoio económico que até agora não era possível à comissão, em colaboração com a segurança social, proporcionar esse apoio económico, agora já é possível, e este, realmente estas medidas na prática concretizam-se. A maioria, a medida que nós mais aplicamos é o apoio junto dos pais, não é, temos uma situação, há uma medida que é de apoio junto dos pais, naturalmente, sob a nossa supervisão e sob a supervisão de outras instituições, nomeadamente, a ADEIMA e a segurança social porque é família RSI e, portanto, os técnicos em conjunto uns com os outros reúnem assiduamente e faz-se aí uma estratégia de intervenção nesta família, não é, e é aí que se faz o cordo, e é aí que se estipulam as cláusulas em que tem que se cumprir.

Neste momento, com a nova regulamentação, havia, muitas vezes, muitas dificuldades ao nível económico, até mesmo de sobrelevência destas crianças, ou mesmo para colocar numa instituição porque a estatal já não, já não, não responde, neste momento saiu uma regulamentação em que as comissões podem atribuir um subsídio, claro que é a segurança social, mas somos nós que estipulamos e que propomos para o sustento daquele menor, portanto, isso é uma medida muito boa e que pode ajudar muito na, nestas medidas de apoio junto da, da, a medida em meio natural de vida, portanto, isto veio nos ajudar muito.

**E:** *Quanto à enumeração das medidas de protecção apontadas na lei, acha que em termos práticos se tem operado de acordo com a sequência referida na lei?*

**e:** Completamente, sim, sim. Aliás eu acho que na lei vem essa enumeração não por ser ..., aplicamos o apoio junto dos pais, depois se não der certo vamos para o apoio junto de outro familiar e depois, se não der certo ..., não vamos por aquela lencagem, não, não realmente o acolhimento institucional está em último lugar porque é sempre em último recurso, é sempre em última instância, nós tentamos de facto que as crianças fiquem no seu meio, junto da família ou junto da família alargada, a institucionalização é sempre em último recurso ...

**E:** *Quais as medidas mais aplicadas em situações de maus tratos?*

**e:** É o apoio em meio natural de vida, é sempre é sempre.

**E:** *Qual tem sido a solicitação da medida acolhimento em instituição?*

**e:** Como se chega a uma fase muito extrema e já não há qualquer intervenção possível com aquela família, quando não há nada a fazer, quando não há mais nenhuma alternativa. Muitas vezes também institucionaliza-se, só a título de exemplo, nós institucionalizamos na sexta-feira um menino que não tem nada a ver com maus tratos, não tem nada a ver com nada, tem a ver com a mãe estar hospitalizada e não tem retaguarda familiar, pronto, a mãe quando vier e estiver bem de saúde, o menino voltará, só que ficou entregue a vizinhos que depois ao fim de uma semana já estavam cheios dele, portanto, é completamente falta de retaguarda. Se tivéssemos uma família alargada, ela alguma vez passaria por uma institucionalização? Nunca. Mas não há, portanto, tivemos que partir pra essa opção.

**E:** *Nas situações de institucionalização de crianças e jovens e visando o seu retorno ao contexto familiar, que tipo de acompanhamento está previsto às famílias? Tem-se traduzido na prática?*

**e:** Está previsto, olhe, tanto nós como, como eu volto a dizer, são sempre famílias RSI, portanto, tem que estar feito sempre um plano de inserção, devia estar, segundo a televisão disse, a maioria não estão, vi isto este fim de semana, a maioria não tem plano de inserção, mas tem que estar feito um plano e connosco também, tem que ser trabalhada a família, não quer dizer que seja fácil, é difícil, não estou a falar que isto é tudo muito lírico, mas não, tem que ser feito um plano, portanto, a todos os níveis, tem que se ver a habitação, tem que se ver o emprego, tem que se ver a saúde, tem que estar criadas as condições para o retorno daquela, daquela criança, e retornam, nós agora retornaram duas que estavam numa instituição quando se viu que a situação familiar, não é, a família foi trabalhada, a família está mais ou menos, portanto, tem o apoio da ADEIMA, que é uma família que é muito assistida a esse nível e vão agora regressar duas crianças que estavam numa instituição. Não quer dizer que se consiga, a maioria das vezes não se consegue ..., não se faz como se devia fazer, as solicitações são tantas aqui que nós temos que andar, é naquela que cai no momento. E depois é assim, as crianças, antes de serem institucionalizadas, já se faz um trabalho muito intensivo com os pais e se se opta pela institucionalização, é assim, quando as crianças já não estão no meio familiar como é que vamos conseguir as competências parentais quando elas já não estão? Conseguimos avaliar quando as crianças estavam com os pais. Neste momento é, se os pais conseguiram uma habitação ou se os pais conseguiram um emprego, e se tem uma vida mais ou menos estabilizada a esse nível, a nível das competências não conseguimos saber se eles vão ser bons pais, aí depois tem que, depois da criança regressar continua a ser feito o

acompanhamento por nós, sistemático. Até a criança depois retornar é preciso os pais mostrarem muito, darem aqui grandes provas, não é.

**E:** *Existem obstáculos na aplicação das medidas de promoção e protecção?*

**e:** Existe, existem, por exemplo, naquelas situações em que nós colocamos que os progenitores vão fazer, vão desenvolver todos os esforços para integrar a criança em equipamento social, os pais até podem fazer, os pais até pode fazer um esforço enorme, só que depois, não há sites, não há vagas, não há, não há respostas, então ao nível dos equipamentos é um \*\*\* é muito difícil, temos que andar tipo a \*\*\*, não é, e mesmo assim, muitas vezes, não dão resposta.

Ao nível de muitas outras situações, eh, até as vezes, quando aplicamos a medida de acolhimento institucional e não conseguimos arranjar uma instituição com vaga, pois, muitas vezes o processo tem que ir para o tribunal porque não conseguimos executar aquela medida, muitas vezes os processos vão para o tribunal quando não deviam, porque nós não conseguimos instituições para as crianças. O tribunal tem outro poder, vai a segurança social e exige uma instituição e aparece, não é como nós que andamos a pedir, nós andamos a pedir ..., se caímos no erro de dizer que até tem mau comportamento, então, aí é que é muito difícil arranjar ... quando é assim, as vezes uma deficiência do menor \*\*\* nós tivemos aí uma, que corri as instituições todas do país de lés a lés, e não consegui, teve que ir pa tribunal ..., acho que conseguiu, conseguiu até foi para uma família de acolhimento.

**E:** *Como se processa a articulação entre as entidades envolvidas na protecção do menor antes e após a aplicação da medida?*

**e:** É boa, boa, muito boa, temos bom relacionamento, prontos, também depende da escola, mas geralmente, não vamos ter a falar das situações mais chatas porque não vale a pena, porque são minorias, mas é uma boa relação, portanto, as pessoas compreendem qual é a nossa ..., isto também se deve à história aqui de parceria, a, a rede social aqui é muito, é muito eficiente, é muito eficiente, portanto, nós tentamos saber quem é o gestor, o gestor manda já a informação que tem, troca connosco, reúne connosco, aquela família já está mais ou menos conhecida, a partir daí trabalho, as escolas também estão a trabalhar, que nós temos aqui dois professores colocados, também colocados, que são óptimos, e portanto, conseguem abranger a escola e falar e ter uma boa relação com a escola, portanto, temos a informação directa da escola, a saúde também nos trás as informações todas, acho que não temos problemas.



**E:** *Passando agora ao ponto último da questão, avaliação das medidas de protecção de menores, passo a perguntar como avalia as medidas de protecção de menores existentes? Acha que tem contribuído para reduzir e/ ou prevenir as situações de maus tratos à menores?*

**e:** Ah, sem dúvida, se não existissem, então digo-lhe uma coisa, era um caos, ai tem, tem. Boas, boas, excelentes isso nunca existe, acho que se, acho que se adequam, acho que podiam ser, as medidas são boas, a questão é o acompanhamento das medidas. Como é que as comissões podem acompanhar ... as comissões fazem um trabalho imenso e as pessoas não têm noção disso, trabalham imenso, só que com o volume de trabalho que têm, situações urgentes todos os dias a cair, e nós estamos a fazer o acompanhamento desta família, hoje tínhamos programado ver como é que estava a correr esta família, como é que ..., cai uma situação urgente, acabou, isto é posto de lado, vai-se à situação urgente, e depois o número de técnicos é muito pouco para o número de solicitações que temos, isto toda a gente se queixa em todo o lado, mas de facto, nós estamos a lidar com crianças ... e nós levamos esses problemas para casa, não é, e trabalhar com crianças é muito difícil e há situações urgentes que chegam e não podem esperar, “ai então eu vou lá amanhã”, não, tem que se ir ver logo, e as pessoas têm a vida programada, têm o acompanhamento programado, hoje visito esta ... não, muitas vezes não se concretiza, isso falha, falha, mas não é por culpa nossa, é porque de facto, saem situações muito urgentes. Urgente, ora vai a equipa para ver a urgência ..., já não se fazem como estava programado. Portanto é assim, era preciso de facto mais pessoal, mas isso toda a gente se queixa, era preciso mais pessoal na segurança social, era mais pessoal em todo o lado, era mais pessoal aqui, era, era preciso muito mais. Porque como é que o técnico que tem cem acompanhamentos de situações de menores, pode fazer um acompanhamento adequado, é impossível, não é, o dia a dia normal é tar a correr atrás da primeira ...

**E:** *Como é que avalia as medidas de protecção a nível da penalização ao maltratante?*

**e:** Não penaliza, não penaliza, as crianças é que são sempre penalizadas, porque as crianças é que têm que sair do meio. Por exemplo, uma criança abusada, uma criança maltratada, geralmente a gente a reira ou para a família alargada ou para uma instituição, o maltratante fica na casa. Ma isso é como uma, uma violência doméstica, muitas vezes a mulher é que tem que ir para uma casa abrigo e ele fica no bem bom, portanto, para haver essa retirada do maltratante, leva um grande período de tempo, eu isso, trabalhei com isso, na justiça imensas vezes, portanto, tem que ser a família, a mãe, as vezes, e os quatro filhos que tem que ir para uma instituição \*\*\* isso é uma falha na lei porque aqui tinha que ser feito outra coisa.

Depois no julgamento, muitas vezes o indivíduo é afastado e a casa é dada, só que, até o julgamento passam dois ou três anos e depois aí a família já reestruturou a vida, já nem quer ir pra ali, já não tem raízes ali. O indivíduo é afastado nessa altura mas até ser afastado, portanto, tinha que haver aqui uma situação de emergência em que o indivíduo fosse afastado de imediato. Era uma medida, até o julgamento não pode aproximar-se cem, duzentos, trezentos, quatrocentos metros, mas é difícil, porque até, até as próprias autoridades policiais desvalorizam, desvalorizam a violência doméstica. Aqui, agora já nem tanto, nós temos todos os dias ... e mais, a violência doméstica do ano passado pra cá, as sinalizações, nós no ano passado, no final de 2007, tínhamos trinta e sete sinalizações de violência doméstica, neste ano, só no primeiro semestre tínhamos trinta e tínhamos igual ao final do ano, portanto, já estão mais sensibilizadas, aqui, portanto, eu acho que neste momento as autoridades e até a própria comissão está mais sensibilizada, porque também é uma coisa que está muito, está muito na voga, etc., etc. Pronto, mas foras as que estão camufladas, isso então, se toda a gente fosse fazer queixa ..., agora, continua, o maltratante continua a ser privilegiado, a nossa lei acho que está um bocadinho favorável a quem, a quem não cumpre, infelizmente.

**E:** *Que avaliação faz dos recursos existentes a nível da protecção dos menores, é uma questão também já respondida de certa forma.*

**e:** É escasso, os recursos são, são muito escassos. Os humanos são escassos, por exemplo, a segurança social está com uma escassés de pessoal que é uma coisa tenebrosa. Por exemplo, a equipa da regulação do poder paternal, porque uma regulação do poder paternal se for feita atempadamente muitas vezes há uma situação de risco, porque as vezes, há situações de risco muito graves na regulação do poder paternal, é a mãe que diz que o pai não dá banho e isto às vezes é uma questão de desentendimentos, portanto, escusava-se passar pra aqui se fosse feita atempadamente lá, só que há muito pouca gente \*\*\*, a segurança social não tem pessoal, não tem as equipas da EMAT com pessoal ..., não há pessoal a lado nenhum. A nível institucional, a nível de instituições, a nível de equipamentos, apesar de Matosinhos estar mais ou menos abrangido, mas a nível, por exemplo, creches, há freguesias que estão completamente, por exemplo, Leça da Palmeira, creches, quase zero, vai haver agora o Monte Espinho mas é uma luta, algumas estão mais bem preenchidas, como Leça do Balio, mas, há freguesias que estão muito mal, e ao nível da deficiência? Ao nível da deficiência é tenebroso, mas isso acho que é a nível nacional. A rede, neste momento, a rede de Matosinhos ainda na última reunião que tivemos ficou mais sensibilizada pra ver o quê que se pode fazer ao nível da deficiência porque nós tivemos um caso de deficiência que ficamos

aqui com ele, não tivemos hipótese, só se for mesmo o tribunal a resolver que nós não conseguimos, nunca conseguimos meter o menino, acho eu, em lado nenhum.

**E:** *Para finalizar, indique as principais limitações e potencialidades do presente “modelo de protecção social de menores”. Que alterações sugere para uma maior e melhor protecção de menores?*

**e:** Eu acho que a primeira alteração, eu acho que as comissões tinham que ser, tinham que ser, toda a gente tinha que ser profissional, e não podia ser por sistema, eu não concordo com o sistema das comissões que é: vem uma pessoa da segurança social, vem uma pessoa duma IPSS<sup>171</sup>, vem uma pessoa da saúde, estar aqui, vem cá um dia por semana, não, tinham que ser todos profissionais, com contractos sujeitos ao ministério da justiça fosse ao ministério da saúde, fosse onde fosse, toda agente profissionalizada aqui, porque a situação de protecção de menor não se coaduna com uma pessoa que vem aqui um dia por semana agarrar um processo, levar pra casa empatar, não, tem que ser, as pessoas tem que ser profissionais e estar nisto e tem que estar nisto muito seguras, não podem estar nisto como elas estão, que são o reforço técnico a pensar que em dezembro já podem não ter contrato, este é um trabalho tão stressante, eu que trabalho há vinte e três anos e trabalhei no ministério da justiça e sou vinculada, nunca trabalhei com tanto stress como trabalho agora e trabalhei com marginais em todo o sítio, portanto, eu acho que as pessoas deviam ser profissionalizadas, as comissões não deviam estar sujeitas ou porque uma instituição dá um técnico, agora há outro, a instituição dá outro técnico e depois as pessoas não se vinculam, estão agora, já não estão e depois, o processo vai ser pegado por outro e a gente agarra em processos que são trabalhados por dez pessoas. É horrível isto, isto é completamente antiprofissional, não se pode trabalhar uma família estarem dois ou três técnicos a trabalharem uma família, às vezes tem que ser porque uma pessoa tá doente e, agora tá sempre a sujeitar uma família, muda esta, ora muda aquela, ora vem outro, portanto, tinham que ser profissionais, é fazer contratos a essas pessoas, a comissão precisa de cinco, ok mete-se cinco, dois psicólogos, dois assistentes sociais, um não sei quê ..., ok, ficam ali, tinha que ser como em todo o lado. Eu, pelo menos da minha parte, eu não concordo com o sistema das comissões e já o disse à comissão nacional, na teoria isto é muito bonito, teoricamente, aliás eu acho que as nossas leis teóricas são fantásticas, nós somos um país de teoria muito boa, teoricamente está, se tudo corresse bem, se todas as instituições trabalhassem muito bem, se isto fosse numa vida

---

<sup>171</sup> Instituição Particular de Solidariedade social.

prática a regra, eu acho que isto funcionava lindamente, porque as instituições não se importavam de dar um técnico que viesse aqui e tar aqui, não, as coisas não são sempre \*\*\*, nós neste momento, a comissão restita tinha que ter o representante de uma IPSS e nós não temos porque não há ninguém que venha pra cá, e já foi falado na rede que era necessário, porque faz parte, está mesmo na lei, mas nós quê, vamos agarrar o técnico, vamos aí a uma IPSS, olha, agora você tem que ir para, para lá um dia por semana, não, as pessoas têm que vir voluntariamente, e não temos, as chefias não autorizam, não vão dispensar um técnico que lhes faz falta lá, não é, e é assim, os tempos que correm, eles não têm hipóteses de contratar, porque as coisas estão muito difíceis, porque há aí muitos técnicos desempregados, tomara muitos técnicos irem e dar lugar, não é, a gente sabe como é que é, mas não, não há hipótese.

**E:** *Muito obrigada pela colaboração.*

### Guião de observação da entrevista 3

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Boa receptividade.
	Ambiente Geral	Ambiente calmo e agradável.
	- Dimensão e iluminação	Instituição de média dimensão. Muito bem iluminada.
	- Mobiliários	Mesa redonda e cadeiras.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura correcta.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais e não verbais. Linguagem acessível mas com presença de algumas expressões técnicas.
Interferências/interrupções		Nenhuma interrupção.
Observações		Entrevista realizada com a presença da Assistente Social, Ana Coutinho. Disponibiliza Relatório Anual da Comissão de Matosinhos para consulta de dados.

### Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 3

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor maltratado	Critérios de intervenção	<i>... o critério para a intervenção com crianças com idade inferior a 18 anos, todas as crianças que estão numa situação de perigo por uma acção intencional ou até por omissão, por parte dos progenitores, ou mesmo aquelas crianças que elas próprias é se colocam numa situação de perigo .</i>
	Tipologias de mau trato	<i>... é o que está definido na lei de protecção que é todas as crianças que estão abandonadas ou entregues a si próprias, que estejam de uma forma geral, geral numa situação de perigo ...</i>
	Situação familiar (tipo de família)	<i>A nuclear, há muito disso, logo a seguir, a monoparental feminina, mas existe muito na família nuclear, normal ...</i>
Situações de maus tratos a menores	Conhecimento e verificação	<i>Há as mais variadíssimas sinalizações. Aqui na nossa comissão, as sinalizações, primeiro, ainda são das escolas ... chegam muitas vezes como abandono, mas depois descobre-se que não é o abandono, há outras situações, há a negligência e há ... depois vem ... a polícia, ao nível, por exemplo da violência doméstica ... e depois, temos as instituições que trabalham no terreno, temos a ADEIMA<sup>172</sup>, temos a Junta, há um variadíssimo leque de sinalizações e depois há os anónimos ... Faz-se diligência, vai-se aí meio, contacta-se com as diversas instituições que poderão estar já a trabalhar o caso ... portanto, vamos logo por aí, saber o quê que conhece naquela família, e é serviço externo, é imediato, vai-se à residência ...</i>
	A intervenção	<i>... se for uma situação muito grave, vamos ao extremo ... os entraves que temos é a dificuldade de arranjar lugar para as crianças mas vai-se conseguindo ... mas há um princípio, que nós só podemos trabalhar sempre com o consentimento dos pais ou da pessoa que tiver a guarda da criança ...</i>
	Dificuldades a nível da intervenção	<i>... nós só podemos trabalhar sempre com o consentimento dos pais ou da pessoa que tiver a guarda da criança, portanto, também é assim, se não tivermos esse consentimento o nosso trabalho fica logo ali, parou, é remetido para o tribunal, portanto, isso também é um constrangimento muito grande ... Nas outras situações, que não é de facto uma situação destas de ..., é a dificuldade ..., ou faz-se o acordo de promoção, é a dificuldade das pessoas cumprirem o acordo. As pessoas não têm ... , as famílias têm muita dificuldade em, em perceber o trabalho, o quê que nós queremos, sentem, fazem-nos sentir como intrusos e não como pessoas que estão ali a ajudar, nós e aos outros, não é, parece que estão ali numa obrigação, e mentem ...</i>
	Maltratante(s) das crianças e jovens	<i>Os pais, os pais, na sua maioria, ou a pessoa que tenha a guarda.</i>

<sup>172</sup> Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos.

Protecção social de menores	Medidas existentes e aplicadas A mais aplicada	<i>A maioria, a medida que nós mais aplicamos é o apoio junto dos pais ... naturalmente, sob a nossa supervisão e sob a supervisão de outras instituições ... , Aliás eu acho que na lei vem essa enumeração ... aplicamos o apoio junto dos pais, depois se não der certo vamos para o apoio junto de outro familiar e depois, se não der certo ...</i>
	Acolhimento institucional	<i>Como se chega a uma fase muito extrema e já não há qualquer intervenção possível com aquela família, quando não há nada a fazer, quando não há mais nenhuma alternativa. Muitas vezes também institucionaliza-se ... é completamente falta de retaguarda ...</i>
	Famílias de risco: acompanhamento	<i>Está previsto ... eu volto a dizer, são sempre famílias RSI, portanto, tem que estar feito sempre um plano de inserção, devia estar, segundo a televisão disse, a maioria não estão, vi isto este fim de semana ... e connosco também, tem que ser trabalhada a família, não quer dizer que seja fácil, é difícil ... tem que ser feito um plano, portanto, a todos os níveis, tem que se ver a habitação, tem que se ver o emprego, tem que se ver a saúde, tem que estar criadas as condições para o retorno daquela, daquela criança, e retornam, nós agora retornaram duas que estavam numa instituição ...</i>
	Entidades envolvidas na protecção de menores: articulação	<i>É boa ... temos bom relacionamento ... as pessoas compreendem qual é a nossa ..., isto também se deve à história aqui de parceria, a, a rede social aqui é muito, é muito eficiente, é muito eficiente, portanto, nós tentamos saber quem é o gestor, o gestor manda já a informação que tem, troca connosco, reúne connosco, aquela família já está mais ou menos conhecida, a partir daí trabalho, as escolas também estão a trabalhar ...</i>
	Limitações, dificuldades inerentes à aplicação das medidas	<i>Existe, existem, por exemplo, naquelas situações em que nós colocamos que os progenitores vão fazer, vão desenvolver todos os esforços para integrar a criança em equipamento social, os pais até podem fazer, os pais até pode fazer um esforço enorme, só que depois, não há sítios, não há vagas, não há, não há respostas, então ao nível dos equipamentos ... é muito difícil ... muitas vezes, não dão resposta.</i>
Avaliação da protecção social de menores	Avaliação das medidas de protecção	<i>... boas, excelentes isso nunca existe, acho que se, acho que se adequam ... as medidas são boas, a questão é o acompanhamento das medidas. Como é que as comissões podem acompanhar ... as comissões fazem um trabalho imenso e as pessoas não têm noção disso, trabalham imenso, só que com o volume de trabalho que têm, situações urgentes todos os dias a cair ... há situações urgentes que chegam e não podem esperar ... ora vai a equipa para ver a urgência ..., já não se fazem como estava programado ...</i>
	Avaliação dos recursos existentes na protecção de menores	<i>... era preciso de facto mais pessoal, mas isso toda a gente se queixa, era preciso mais pessoal na segurança social, era mais pessoal em todo o lado, era mais pessoal aqui, era, era preciso muito mais. Porque como é que o técnico que tem cem acompanhamentos de situações de menores, pode</i>

		<p><i>fazer um acompanhamento adequado, é impossível, não é, o dia a dia normal é tar a correr atrás da primeira ...</i></p> <p><i>É escasso, os recursos são, são muito escassos.</i></p>
	<p>Principais limitações e potencialidades do modelo de protecção existente.</p> <p>Sugestões para melhor protecção dos menores</p>	<p><i>Eu acho que a primeira alteração ... as comissões tinham que ser ... toda a gente tinha que ser profissional, e não podia ser por sistema ... vem uma pessoa da segurança social, vem uma pessoa duma IPSS<sup>173</sup>, vem uma pessoa da saúde, estar aqui, vem cá um dia por semana, não, tinham que ser todos profissionais ... as comissões não deviam estar sujeitas ou porque uma instituição dá um técnico, agora há outro ... depois as pessoas não se vinculam, estão agora, já não estão e depois, o processo vai ser pegado por outro e a gente agarra em processos que são trabalhados por dez pessoas. É horrível isto, isto é completamente antiprofissional ... estarem dois ou três técnicos a trabalharem uma família ... ora muda aquela, ora vem outro ... nós neste momento, a comissão restrita tinha que ter o representante de uma IPSS e nós não temos porque não há ninguém que venha pra cá ... as pessoas têm que vir voluntariamente, e não temos, as chefias não autorizam, não vão dispensar um técnico que lhes faz falta lá ...</i></p>

<sup>173</sup> Instituição Particular de Solidariedade social.



## CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL DO PORTO.

Nº da entrevista: 4

Nome do entrevistado: Cristina Vieira.

Função: Responsável pela EMAT do Distrito do Porto - Sector Promoção e Protecção.

Data da entrevista: 30/09/08

Hora: 14:30

Duração: 1h 20mn

Local da entrevista: Centro Regional de Segurança Social do Porto.

**E:** *Muito boa tarde Dr.<sup>a</sup> Cristina, vamos dar início à nossa entrevista começando pelo ponto I. Sabemos que a lei define menor, criança e jovem com idade inferior a 18 anos. Qual o critério determinante na vossa intervenção junto de crianças e jovens em perigo, nomeadamente em situações de maus tratos?*

**e:** É assim, sendo nós uma equipa multidisciplinar de assessoria aos tribunais, o critério é sempre o pedido do tribunal, nós só podemos intervir junto das famílias por pedido do tribunal, eh, o tribunal pede uma avaliação, pode já ter aberto ou não um processo de promoção e protecção, as vezes ainda é só um processo administrativo, o que significa que o tribunal ainda quer investigar para saber se realmente se justifica a abertura do processo de promoção e protecção, eh, noutras situações o ministério público já fez este trabalho prévio, já verificou a existência de risco e abre um processo de promoção e protecção e nós vamos fazendo a primeira avaliação para ver qual a medida mais compatível, com que mais se beneficie a criança.

**E:** *Como é que a Dr.<sup>a</sup> define criança maltratada?*

**e:** Uma criança maltratada é toda aquela criança que, por acção ou omissão de quem tem o dever dela cuidar, eh, é prejudicada nos seus direitos, seja no que, que diz relativamente à saúde, à educação, à sua integridade física, eh, tudo o que tem a ver com o seu bem estar.

**E:** *Dos casos acompanhados qual ou quais as tipologias mais frequentes de mau trato?*

**e:** Da nossa experiência aqui nos serviços, das situações que intervencionamos, eh, e a assessoria aos tribunais, a tipologia mais frequente é a negligência, sendo que também temos muitas situações de mau trato psicológico, eh, absentismo escolar, temos um grande número de absentismo escolar, o mau trato físico também, eh, e algumas de abuso sexual.

**E:** *Quais as situações familiares das crianças acompanhadas, quem é a criança maltratada (tipo de família, situação económica)?*

**e:** Bom, é assim, apesar dos maus tratos serem uma problemática transversal a todas as classes sociais, efectivamente, as situações acompanhadas dos nossos serviços são, na sua maioria relativas à famílias de um baixo nível económico, eh, temos muitas famílias reconstruídas, monoparentais, não será a maioria, não será a maioria, geralmente as crianças vivem com o pai e com a mãe e temos, eh, famílias que vivem em áreas urbanas, eh, aqui na grande área do Porto, vivem mais em áreas urbanas no que nas áreas mais, eh, mais rurais, eh, mas também acompanhamos, como também acompanhamos muitas situações, eh de zonas longe daqui, da grande área do Porto, porque acompanhamos o Distrito todo, tou a falar em Amarante, Paços de Ferreira, Penafiel, aí a realidade será um pouco diferente, não é, são pessoas que vivem mais nos campos, são pessoas que vivem, aí sim, talvez também em algum isolamento social, o que também não facilita o trabalho com estas pessoas, eh, muito desemprego, são pessoas que vivem na sua maioria da subsistência do apoio dos serviços, dos subsídios ...

**E:** *Sobre as situações de mau trato, como é que têm conhecimento das situações de maus tratos à crianças e jovens?*

**e:** Esta área da segurança social tem conhecimento através da denúncia, da denúncia, ou seja, do apelo do tribunal para irmos verificar uma situação. Quem tem primeiro é o tribunal por diversas vias, seja por, porque recebe um carta, seja porque vem da CPCJ, seja porque recebe um anúncio do pai ou da mãe da criança, eh, recebemos maioritariamente do tribunal porque é essa a nossa função, somos uma equipa de assessoria aos tribunais. De qualquer modo, sendo uma equipa de infância e juventude, nós também podemos avaliar situações que nos chegam, na maior parte chegam por carta, pessoas que denunciam à segurança social, tem havido agora também bastantes situações que nos chegam por mail, pessoas que nos escrevem por mail, pro mail da segurança social e depois o nosso departamento de comunicação envia para o respectivo núcleo que no caso é o núcleo de infância e juventude e nós vamos avaliar estas situações.

**E:** *Sobre a questão em que consiste a vossa intervenção a nível da protecção das crianças e jovens, passo a perguntar qual é o tipo de apoio que dão aos tribunais no sentido de proteger a criança?*

**e:** Bom, primeiro, o processo inicia-se com uma avaliação. É preciso verificar os dados que o tribunal tem, verificar se a situação de risco/perigo descrita ocorre efectivamente, ou, por exemplo, quando vem um processo de uma CPCJ, verificar se aquela situação ainda ocorre. Depois, é preciso propor ao tribunal uma medida juntamente com o tribunal, equacionar qual a medida mais adequada para aquele caso em concreto. No âmbito dessa medida que o tribunal decide aplicar, ou não, ouvindo, se assim o entender, outros intervenientes, e os próprios pais e a própria criança com mais de 12 anos, como a lei obriga, é preciso fazer então, um plano de intervenção que vai ser executado durante o tempo de duração da medida, 6 meses, um ano, aquilo que for. Eh, esse plano de intervenção deve ser concertado com as outras entidades que acompanham aquela família, como por exemplo, no caso em que as famílias são acompanhadas também no âmbito do rendimento social de inserção, tendo também essas equipas técnicos que, eh, trabalham os planos de inserção, o plano de inserção, neste caso, é de ser o mais coordenado possível com o plano de intervenção que foi assinado em, em tribunal.

**E:** *A nível dessa intervenção que a equipa de assessoria presta aos tribunais, quais são as maiores dificuldades encontradas?*

**e:** É assim, esse plano, ele tem de ser feito com a família, eh, pode se traduzir depois na prática a visitas domiciliárias, contactos com outras instituições, articulação com outros serviços, eh, as maiores dificuldades, eh, depende também, um bocado, da área de que estamos a falar, muitas vezes, prendem-se com a falta de recursos na comunidade, por exemplo, querer integrar uma criança numa creche ou num infantário e não haver vaga, eh, o recurso aos serviços de saúde, eh, por exemplo, tamos a falar, por exemplo, da saúde mental dos pais que precisam de consulta e acompanhamento e não há disponibilidade na área, depois, tamos a falar também de dificuldades inerentes às próprias características quer da família, quer, eh, das próprias crianças, toou-me a recordar do, do absentismo escolar, deparamos com muitas dificuldades na própria adesão da criança ao plano que é proposto, que com ela é minimamente acordado, mas que muitas vezes, facilmente desistem, desmotivam, por uma série de características e de vivências que nós vamos, eh, ser confrontados, mas que já acarretam de outras intervenções, eh, de um percurso de vida também que já fizeram junto das próprias escolas, das más experiências que já tiveram, tudo isso, mesmo o passado das, das pessoas e até as experiências com outros serviços são factores que nós temos que ter em consideração e que muitas vezes criam obstáculos, na progressão da família e na mudança.

**E:** *De acordo com as situações acompanhadas, quem é o maltratante, com mais frequência, das crianças e jovens?*

**e:** Os pais das crianças e jovens, sim, sim, os pais.

**E:** *Sobre a protecção social de menores, como sabemos, a Lei nº 147/99 de 1 de Setembro enumera as medidas de protecção de crianças e jovens. Como acha que se tem traduzido na prática a sua aplicação?*

**e:** A aplicação das medidas. A aplicação das medidas, eh, penso que se tem traduzido na prática de uma forma positiva e tem beneficiado algumas, as crianças que dela beneficiam, no entanto, a nova regulamentação das medidas, esta lei tinha um, pecava por uma falta muito grande que era a regulamentação das medidas, ou seja, havia aspectos na lei que nós não sabíamos muito bem como é que se poderiam traduzir na prática e que agora com a regulamentação que saiu em Janeiro deste ano, quer no que diz respeito às medidas em meio natural de vida, quer no que diz respeito ao acolhimento familiar, vem realmente concretizar muito a forma de, de aplicação das medidas e mesmo de aspectos desde, desde a constituição das equipas, o quê que cada equipa deve ter, os técnicos que deve ter, tudo isso veio a melhorar muito o nosso trabalho, veio clarificar muitos pontos e ajudar no trabalho com as crianças e com as famílias.

**E:** *Qual acha que tem sido a medida mais aplicada ou as medidas mais aplicadas em situações de maus tratos?*

**e:** Eh, dos números que eu tive a retirar na nossa base de dados, a medida mais aplicada no nosso Distrito é a medida de apoio junto dos pais. Neste momento existem **1 239** casos de crianças com medida de apoio junto dos pais. De seguida, temos logo a medida, a outra medida que é a mediada de acolhimento institucional com **1 037** casos, do Distrito do Porto, sempre o Distrito do Porto, e depois os restantes números, eh, dizem respeito ao apoio junto de outros familiares, de pessoa idónea e todas as outras medidas que a lei contempla. O apoio junto dos pais é realmente uma medida, é a medida mais aplicada, eh, é um esforço onde, neste, nesta fase do nosso sistema de protecção é o último esforço, não é, que se tira a este esforço, ou é a retirada ou então, eh, não há mais nenhuma entidade superior a quem recorrer para que as crianças permaneçam junto dos, do seu agregado de origem, junto dos pais.

**E:** *Qual tem sido a solicitação da medida acolhimento em instituição? Continua a ser uma*

*medida muito solicitada? Porquê?*

**e:** Continua a ser uma medida muito usada, muito necessária se calhar, muito necessária. É uma medida necessária por várias razões: é uma medida extrema, eh, mas por outro lado, é uma medida também temporária, ou seja, as decisões dos tribunais são sempre decretadas com carácter temporário, eh, particularmente nas crianças mais pequenas, pretende-se que a medida de acolhimento institucional seja de um tempo mais reduzido possível ...

**E:** *Eu peço desculpas interromper, o estudo que tenho feito revela que apesar desta vertente temporária que a Lei indica, as crianças institucionalizadas acabam por viver durante muitos anos em instituições.*

**e:** É verdade, é verdade e isso é uma tendência que o Estado quer reverter, nomeadamente, com este plano DOM, não é, quer-se reverter, ou seja, este plano veio agitar ...

**E:** *O que acha que esteve a falhar até agora?*

**e:** Haverá com certeza vários aspectos, essa situação não acontece por um único factor, há vários aspectos, eh, têm a ver com uma, eh, problemas até mesmo, por uma lado, há a dificuldade de fazer as famílias evoluir a ponto das crianças poderem regressar, depois, há, se calhar, temos que também dizer isto, há um menor, ou havia, agora tenta-se que isso não aconteça, mas havia um menor investimento num mar de situações que os técnicos têm e aqueles que estão acolhidos institucionalmente teriam de ser algo de um menor investimento no sentido em que haveria que atender também aqueles que estavam em casa em maior risco, em maior perigo, não é. Depois, também há muitos tribunais em que têm uma grande dificuldade em tomar decisões, eh, por exemplo, no que diz respeito à adopção e que deveriam definir, definir o projecto de vida das crianças, não é, porque muitas crianças pequeninas, a instituição em que é feito um plano organizado com os pais, é verificar a não evolução, mas ainda assim há uma série de resistências mesmo até resistências no que diz respeito às próprias convicções de quem está para decidir, não é.

O tempo das crianças na instituição tenta-se que seja o mais curto possível, embora, de facto, isso, eh, nem sempre acontece, as crianças vão prolongando a sua estadia na instituição e vão prolongando por várias razões, como eu já disse, e algumas das quais também eu já referi e que tem a ver com a dificuldade de evolução da família e com alguma dificuldade de definir o projecto de vida das crianças, porque há muitos pais que visitam, mas que visitam esporadicamente, mas que ainda assim, alguns magistrados acham que não deve cortar esse contacto, embora teme que a família biológica que é, que deve ser tida como prioritária,

pronto, o plano DOM, estas equipes vão trabalhar mais intensivamente e sistematicamente as famílias, tem como objectivo precisamente esgotar definitivamente ou tentar esgotar de forma mais definitiva as possibilidades de regresso ou não, eh, desinstitucionalizar todos aqueles que possam regressar à casa e definir o projecto de vida dos que, dos outros, claro, dos que restam.

**E:** *Nas situações de institucionalização ou retirada, por exemplo, para uma família de acolhimento, que tipo de acompanhamento está previsto às famílias? Até agora que tipo de acompanhamento houve às famílias, no sentido do retorno da criança?*

**e:** É assim, o plano DOM, o plano DOM, vem com certeza aumentar o número de desinstitucionalização, agora, ele já existe, já existem muitas crianças que são desinstitucionalizadas, eh, particularmente naquelas instituições que a nós dizem respeito. O trabalho que é feito com essas crianças, com essas famílias é um trabalho que visa o não retorno da criança à instituição, um trabalho que pode ser dependente da idade, da condição da criança, do tempo que ela está institucionalizada \*\*\* por períodos de convivência da instituição, posteriormente, alguns períodos em casa, supervisionados, ao fim de semana, e progressivamente procura-se que a criança vá integrando o agregado familiar, criando condições para que ela possa integrar-se de forma positiva e evitar o regresso à instituição. É um trabalho que tem características diferentes do que nós fazemos quando a criança já está em casa, não é, claro, embora também, tenha pontos, pontos semelhantes, mas realmente este trabalho de regresso à casa, da criança é um trabalho específico.

**E:** *Mas é um trabalho que tem sido feito?*

**e:** Sim, sim, sim, independentemente do plano DOM, já, já, já vinha sendo feito. As crianças que estão em instituição, todas elas têm um processo de promoção e protecção, portanto, todas elas são alvo de intervenção, todas elas são alvo desta atenção especial no sentido da definição desse projecto de vida, aliás, o próprio tribunal também na revisão da medida exige que se faça, através de relatórios ...

**E:** *Há um gestor de casos?*

**e:** Há um gestor, há um gestor, todas as crianças têm um gestor de casos nas nossa equipes, aqui na segurança social, não é, e, e esse trabalho já vem sendo feito, sim, sim ,sem dúvida nenhuma, agora, eh, este plano, há uma falta de recursos humanos muito grande que dificulta a nossa intervenção e este plano vem proporcionar uma outra, uma outra, outras

possibilidades de trabalho com as famílias, sem dúvida, agora, um trabalho de reunificação familiar é um trabalho que é feito desde sempre, um bocadinho diferente do trabalho de preservação, mas, mas, mas que também tem muitos pontos comuns, não é.

**E:** *E quem o fez até agora, foi sempre o técnico gestor do caso?*

**e:** Sim, sim, o técnico gestor do caso. Neste momento, as nossa equipes de assessoria aos tribunais estão organizadas da seguinte forma: há uma equipe que trabalha só as crianças que estão em instituição - a equipa de acolhimento institucional -, não é, que trabalha todas as crianças que estão em instituição, eh, e há equipes que trabalham as crianças que estão em meio natural de vida, ou seja, todas as outras, não é, portanto, há, desde algum tempo que há a preocupação de fazer um trabalho específico com as que estão em instituição e que se quer que elas regressem à casa, depois delas regressarem à casa, passam para a equipe que trabalha o meio natural de vida, passado algum tempo, e continuam a ser acompanhadas. O regresso de uma criança à casa não implica o arquivamento do processo, implica a alteração da medida, do acolhimento institucional para outra, seja empregue a de apoio junto de familiar, apoio junto dos pais ou pessoa idónea, e a manutenção do acompanhamento.

**E:** *Quais são as respostas sociais existentes às famílias e às crianças em perigo, agora a nível da segurança social, fugindo um bocadinho à EMAT?*

**e:** As respostas sociais, ... a nível da segurança social, as crianças em risco têm todas as respostas que as outras crianças integram, temos a falar dos infantários subsidiados, temos a falar das IPSS's, temos a falar das creches, temos a falar das amas da segurança social, eh, onde têm prioridade as crianças em risco, eh, mas que integram como outra criança que não esteja em risco.

**E:** *Uma resposta especial para crianças em situações de risco*

**e:** A nível da segurança social, para além de termos técnicos especializados que trabalham com estas crianças, temos protocolos com algumas instituições que nos dão acesso mais facilitado, por exemplo, tou a falar de casos de saúde, da pedopsiquiatria que nos facilitam o acesso aos serviços de saúde, nestes casos de crianças em risco e depois com a nova regulamentação da lei que saiu agora em Janeiro, eh, todas as crianças que têm processo no tribunal e que têm processo nas CPCJ's têm a possibilidade, de acordo com uma tabela previamente estipulada onde se reflectem os rendimentos da família, a um apoio económico específico, que eles designam sendo um apoio para a manutenção da criança que pode ir no

máximo até 145 euros por criança. E a segurança social também pode propor ao tribunal e disponibiliza a verba, desde que o tribunal concorde e expressamente o diga em despacho que aquela família deve dispor de apoio económico. Este apoio económico é uma medida recente que visa realmente dar mais possibilidades às famílias para a manutenção da criança no agregado.

**E:** *Independentemente do RSI, por exemplo?*

**e:** Independentemente do RSI. (...) Têm que obedecer depois uma grelha que, prontos, onde estão realmente os rendimentos da família e nessa grelha nós depois vemos se a família tem direito a 145 euros ou - há três escalões, o máximo é 145 euros - ou se tem direito a um dos outros dois escalões. De qualquer forma, é uma medida que realmente visa apoiar estas famílias, eh, não sabemos ainda qual é o efeito real que isto vai ter.

**E:** *Como se processa a articulação entre as várias entidades envolvidas na protecção e promoção, nomeadamente, instituições de acolhimento, comissões de protecção, tribunais e a segurança social, como é a vossa articulação?*

**e:** É uma articulação que tem um carácter, tem um carácter formal com algumas instituições, por exemplo, com o tribunal concretamente, é uma articulação que tem um carácter formal no sentido que é feita através do relatório social, eh, através da convocatória para audiência, mas que, por outro lado, também pode assumir um carácter informal, no sentido em que podemos, nalguma dúvida contactar os magistrados, discutir com eles a situação pra ver qual será a melhor medida para aquela criança, eh, da mesma forma com, com as comissões, muitas vezes, por exemplo, as situações que chegam aqui são situações que já foram intervencionadas pelas comissões e porque o pai ou a mãe retirou o consentimento, por uma outra razão, ou porque não estavam a cumprir o acordo, vai para o tribunal e aí a nossa relação com as CPCJ's é muito importante porque, eh, eles nos podem dar uma série de informações que nos podem ser úteis no acompanhamento ou na avaliação e no acompanhamento, e porque há que cumprir também aqui os preceitos da lei, intervenção mínima, não é, não vamos estar a repetir diligência que eles já fizeram, eh, temos em consideração o que já foi feito pela comissão junto àquela família. Com as instituições, com as instituições de acolhimento, nós temos uma relação muito próxima porque acompanhamos as crianças que, é preciso fazer relatório, temos de saber das crianças, temos de ir discutindo o projecto de vida das crianças, os projectos de vida das crianças, eh, tem de ser partilhados entre nós, a instituição e a família, claro, têm que ser discutidas em conjunto e, portanto, há



um a relação muito próxima com, com as instituições.

**E:** *Agora passando ao ponto IV, avaliação da protecção social de menores, eu começava por perguntar, como é que a Dr.<sup>a</sup> avalia as respostas sociais existentes, as respostas que o nosso sistema tem para apoiar crianças e jovens em perigo?*

**e:** Eu acho que o nosso sistema, eh, o sistema tem respostas muito interessantes para esta, para as crianças em perigo e para as famílias, embora depois estas respostas ficam muito comprometidas porque há uma grande falta de recursos humanos que possibilitem fazer um trabalho, outro trabalho, um trabalho mais assertivo com as famílias, não é, porque as ideias são boas, as respostas são óptimas, mas realmente quando se tem um número muito elevado de processos, depois fica um bocadinho comprometido o trabalho que se tem com, com as, com as famílias. De qualquer forma, no nosso sistema é um sistema que está atento às situações de crianças em perigo, eh, e tem respostas desde sinalizações, as pessoas sabem para onde podem sinalizar uma situação de uma criança em perigo, têm uma linha de emergência social, 24 horas, por dia, 365 dias, onde podem, eh, onde podem recorrer, no nosso caso têm a nossa linha de emergência criança maltratada, também, os hospitais estão organizados e é uma preocupação agora relativamente recente de que realmente sejam reabilitados os núcleos nos hospitais que não os tinham para um diagnóstico, para uma intervenção precoce, eh, há uma série realmente de medidas que têm vindo a melhorar a protecção das crianças, no entanto, ainda há muita coisa a fazer, há, por exemplo, trocar ainda mais informações, as bases de dados, vai haver uma base de dados nacional, para as CPCJ's, que vai ajudar muito, que nós esperamos logo, logo que possível possa se cruzar com a base da segurança social, eh, de qualquer forma, ainda há realmente algum trabalho a fazer eh, aproveitando aquilo que já foi, que já foi criado.

**E:** *Em termos de medidas de protecção, como é que as avalia, acha que respondem com eficácia às situações de maus tratos a menores?*

**e:** As medidas de promoção e protecção, acho que sim, basicamente acho que sim, acho que estão, que se enquadram bem na nossa realidade, acho que respondem à grande, grande maioria das situações, temos várias, temos o apoio junto dos pais, quando não é possível, o apoio junto de outro familiar, quando não é possível temos o apoio junto de pessoa idónea, eh, pronto, temos aqui várias possibilidades de enquadramento, portanto, das crianças, temos o acolhimento institucional e depois a medida que tem a ver com a adopção. Eh, penso que responde, que respondem bem, mais uma vez, eh, é pena realmente que não haja a continuação do investimento com mais técnicos, mais pessoal, mais meios,

fundamentalmente técnicos especializados, porque é uma matéria que exige uma grande especialização, mesmo a nível académico ainda não há uma especialização direccionada para a intervenção com famílias, vai havendo um mestrado, uma pós-graduação e tal, mas eventualmente, eu pessoalmente sou da opinião que devia haver, eh, uma obrigatoriedade de formação nessas áreas específicas, uma formação eventualmente organizada mesmo com esse objectivo, trabalho com as famílias, com famílias e crianças em risco, que fosse entendida como, aceite mais generalizadamente para que, realmente, o trabalho dos técnicos fosse mais, mais útil, mais centrado no que realmente é importante, no trabalho com estas famílias.

**E:** *Acha que têm contribuído para reduzir e ou prevenir as situações de maus tratos?*

**e:** Eh, posso dizer que acho que sim, acho que nunca foi feito nenhum estudo sobre, que eu tenha conhecimento, sobre esse ponto em concreto, de qualquer forma, pendo que sim, pelo menos, o arquivamento das situações, sim. Nós temos várias situações que são arquivadas por sucesso da intervenção, portanto, logo aí, há uma, há indicadores que apontam de que realmente as situações de maus, mau trato, poderão ter, eh, poderão ter sido findas ao longo da nossa intervenção.

**E:** *Como avalia as medidas de protecção a nível da penalização ao maltratante?*

**e:** Eh, o mau trato físico, assim como o abuso sexual e todos os tipos de mau trato são crime, exigem denúncia ao ministério público para agir em conformidade. São situações, nomeadamente, no que diz respeito ao abuso sexual, algumas, bastante complicadas para, para fazer prova e no âmbito desses processos nem sempre as crianças ficam muito, muito protegidas porque têm que depor mais que uma vez, e depois o resultado nem sempre é o que se espera porque é exigido que haja uma prova e essa prova, muitas vezes, é difícil de obter (...), o problema das crianças é terem de falar hoje e terem de falar para a semana e terem de falar com pessoas diferentes depois, não é, isto é que é o problema, se a avaliação feita no IML fosse válida ao longo de todo o processo seria bem mais fácil, não é, de qualquer forma, nós temos tido alguns agressores mesmo no mau trato físico que têm sido, eh, condenados o que é, prontos, o que realmente nos trás alguma, alguma satisfação no sentido em que vemos que realmente há uma penalização do agressor, eh, mas mesmo no mau trato físico as vezes é complicado é complicado também porque quem verifica logo as marcas tem a consciência de que deve, não deve ter receio, que deve sinalizar, onde é que deve ir, há ainda muita falta de informação, eh, que poderia possibilitar um outro andamento dos processos, porque uma coisa é eu levar uma criança com uma marca recente que possibilita ao instituto de medicina

legal fazer a recolha de prova da indicação, do que efectivamente terá acontecido, ir lá passado 8 dias ou, não é, a nódoa negra já está um bocadinho de cor e de contornos e já não é possível afirmar com tanta certeza o quê que terá acontecido e isso depois vai com toda a certeza influenciar na decisão do juiz.

**E:** *Que avaliação faz dos recursos existentes a nível da protecção de menores, já falamos na falta de recursos humanos, o quê que quer acrescentar?*

**e:** Tem sido um esforço no âmbito das, da, da formação dos técnicos que já trabalham nesta área, portanto, na formação e exercício, de qualquer forma, realmente continua a verificar-se uma falta de recursos humanos, a formação é outra área onde podemos melhorar e o, e depois há alguns serviços que não respondem da forma como nós consideramos que seria necessário, como por exemplo, a saúde mental como eu já disse, a saúde mental infantil e outros serviços de saúde, penso que poderiam, com acompanhamento mais próximo, mais envolvidos, o nosso acompanhamento produzir outros efeitos na intervenção que temos com estas crianças.

**E:** *Para finalizar, pegando agora nas limitações que nós consideramos fazerem parte do nosso modelo protecção, o quê que indicaria para, qual o modelo que sugeria para uma protecção mais eficaz?*

**e:** Eu acho que um dos nossos problemas é andarmos sempre a mudar, portanto, eu acho que mantínhamos o modelo que temos, mas criávamos condições para quem está no terreno trabalhar eficazmente o modelo que tem. Eu acho que era, era mesmo isso, nós temos um modelo que tem pernas para andar, que tem muitas potencialidades, agora, eh, temos o modelo e não temos aquilo que precisamos para trabalhar o modelo, e isso é que nós precisávamos.

**E:** *Dr.<sup>a</sup> Cristina muito obrigada.*

#### Guião de observação da entrevista 4

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Recepção formal mas com atenção e simpatia.
	Ambiente Geral	Ambiente de muito trabalho.
	- Dimensão e iluminação	Sala de atendimento pequena, pouco iluminada.
	- Mobiliários	Mesa e cadeira.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Postura formal, posição correcta.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais, pouco uso de expressões não verbais. Linguagem técnica, profissional. Respostas muito ponderadas, com base na experiência da intervenção junto das famílias.
Interferências/interrupções		Nenhuma interrupção.
Observações		Entrevista realizada em boas condições. Disponibiliza alguns números solicitados e alguns documentos de interesse. Total colaboração.

### Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 4

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor maltratado	Critérios de intervenção	<i>É assim, sendo nós uma equipa multidisciplinar de assessoria aos tribunais, o critério é sempre o pedido do tribunal, nós só podemos intervir junto das famílias por pedido do tribunal ...</i>
	Tipologias de mau trato	<i>... das situações que intervencionamos ... e a assessoria aos tribunais, a tipologia mais frequente é a negligência, sendo que também temos muitas situações de mau trato psicológico, eh, absentismo escolar ... o mau trato físico também, eh, e algumas de abuso sexual.</i>
	Situação familiar (tipo de família)	<i>Bom, é assim, apesar dos maus tratos serem uma problemática transversal a todas as classes sociais, efectivamente, as situações acompanhadas dos nossos serviços são, na sua maioria relativas à famílias de um baixo nível económico, eh, temos muitas famílias reconstruídas, monoparentais, não será a maioria ... ... são pessoas que vivem na sua maioria da subsistência do apoio dos serviços, dos subsídios ...</i>
Situações de maus tratos a menores	Conhecimento e verificação	<i>Esta área da segurança social tem conhecimento através da denúncia, da denúncia, ou seja, do apelo do tribunal para irmos verificar uma situação. Quem tem primeiro é o tribunal por diversas vias ... , seja por, porque recebe um carta, seja De qualquer modo, sendo uma equipa de infância e juventude, nós também podemos avaliar situações que nos chegam, na maior parte chegam por carta, pessoas que denunciam à segurança social, tem havido agora também bastantes situações que nos chegam por mail, pessoas que nos escrevem por mail, pro mail da segurança social e depois o nosso departamento de comunicação envia para o respectivo núcleo que no caso é o núcleo de infância e juventude e nós vamos avaliar estas situações.</i>
	A intervenção das Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais	<i>Bom, primeiro, o processo inicia-se com uma avaliação. É preciso verificar os dados que o tribunal tem, verificar se a situação de risco/perigo descrita ocorre efectivamente, ou, por exemplo, quando vem um processo de uma CPCJ, verificar se aquela situação ainda ocorre. Depois, é preciso propor ao tribunal uma medida ... equacionar qual a medida mais adequada para aquele caso em concreto. No âmbito dessa medida que o tribunal decide aplicar, ou não ... é preciso fazer então, um plano de intervenção que vai ser executado durante o tempo de duração da medida, 6 meses, um ano, aquilo que for. Eh, esse plano de intervenção deve ser concertado com as outras entidades que acompanham aquela família ... neste caso, é de ser o mais coordenado possível com o plano de intervenção que foi assinado em, em tribunal.</i>

	Dificuldades a nível da intervenção	<i>É assim, esse plano, ele tem de ser feito com a família, eh, pode se traduzir depois na prática a visitas domiciliárias, contactos com outras instituições, articulação com outros serviços, eh, as maiores dificuldades, eh, depende também, um bocado, da área de que estamos a falar, muitas vezes, prendem-se com a falta de recursos na comunidade, por exemplo, querer integrar uma criança numa creche ou num infantário e não haver vaga, eh, o recurso aos serviços de saúde, eh, por exemplo, tamos a falar, por exemplo, da saúde mental dos pais que precisam de consulta e acompanhamento e não há disponibilidade na área, depois, tamos a falar também de dificuldades inerentes às próprias características quer da família, quer, eh, das próprias crianças, tou-me a recordar do, do absentismo escolar, deparamos com muitas dificuldades na própria adesão da criança ao plano que é proposto ... muitas vezes, facilmente desistem, desmotivam ...</i>
	Maltratante(s) das crianças e jovens	<i>Os pais das crianças e jovens, sim, sim, os pais.</i>
Protecção social de menores	Medidas existentes e aplicadas A mais aplicada	<i>A aplicação das medidas, eh, penso que se tem traduzido na prática de uma forma positiva e tem beneficiado algumas, as crianças que dela beneficiam, no entanto, a nova regulamentação das medidas, esta lei tinha um, pecava por uma falta muito grande que era a regulamentação das medidas, ou seja, havia aspectos na lei que nós não sabíamos muito bem como é que se poderiam traduzir na prática e que agora com a regulamentação que saiu em Janeiro deste ano, quer no que diz respeito às medidas em meio natural de vida, quer no que diz respeito ao acolhimento familiar, vem realmente concretizar muito a forma de, de aplicação das medidas e mesmo de aspectos desde, desde a constituição das equipas ... veio clarificar muitos pontos e ajudar no trabalho com as crianças e com as famílias. Eh, dos números que eu tive a retirar na nossa base de dados, a medida mais aplicada no nosso Distrito é a medida de apoio junto dos pais.</i>
	Acolhimento institucional	<i>Continua a ser uma medida muito usada, muito necessária ...</i>
	Famílias de risco: acompanhamento	<i>... esse trabalho já vem sendo feito, sim, sim, sem dúvida nenhuma, agora, eh, este plano, há uma falta de recursos humanos muito grande que dificulta a nossa intervenção ..., sem dúvida, agora, um trabalho de reunificação familiar é um trabalho que é feito desde sempre ...</i>
	Respostas sociais existentes para famílias e menores em risco*	<i>As respostas sociais, ... a nível da segurança social, as crianças em risco têm todas as respostas que as outras crianças integram, tamos a falar dos infantários subsidiados, tamos a falar das IPSS's, tamos a falar das creches, tamos a falar das amas da segurança social, eh, onde têm prioridade as crianças em risco, eh, mas que integram como outra criança que não esteja em risco.</i>

		<i>... com a nova regulamentação da lei que saiu agora em Janeiro, eh, todas as crianças que têm processo no tribunal e que têm processo nas CPCJ's têm a possibilidade, de acordo com uma tabela previamente estipulada onde se reflectem os rendimentos da família, a um apoio económico específico, que eles designam sendo um apoio para a manutenção da criança que pode ir no máximo até 145 euros por criança.</i>
	Entidades envolvidas na protecção de menores: articulação	<i>É uma articulação que tem um ... carácter formal com algumas instituições, por exemplo, com o tribunal concretamente, é uma articulação que tem um carácter formal no sentido que é feita através do relatório social, eh, através da convocatória para audiência ... por outro lado, também pode assumir um carácter informal ... a nossa relação com as CPCJ's é muito importante porque, eh, eles nos podem dar uma série de informações que nos podem ser úteis no acompanhamento ou na avaliação e no acompanhamento, e porque há que cumprir também aqui os preceitos da lei, intervenção mínima ... ... com as instituições de acolhimento, nós temos uma relação muito próxima porque acompanhamos as crianças que, é preciso fazer relatório, temos de saber das crianças, temos de ir discutindo o projecto de vida das crianças ...</i>
Avaliação da protecção social de menores	Avaliação das respostas sociais existentes para famílias e menores em risco*	<i>Eu acho que o nosso sistema ... tem respostas muito interessantes para ... para as crianças em perigo e para as famílias, embora depois estas respostas ficam muito comprometidas porque há uma grande falta de recursos humanos que possibilitem fazer um trabalho ... um trabalho mais assertivo com as famílias ... as ideias são boas, as respostas são óptimas, mas realmente quando se tem um número muito elevado de processos, depois fica um bocadinho comprometido o trabalho que se tem com, com as, com as famílias. De qualquer forma, no nosso sistema é um sistema que está atento às situações de crianças em perigo, eh, e tem respostas desde sinalizações, as pessoas sabem para onde podem sinalizar uma situação de uma criança em perigo ... ... há uma série realmente de medidas que têm vindo a melhorar a protecção das crianças, no entanto, ainda há muita coisa a fazer, há, por exemplo, trocar ainda mais informações, as bases de dados, vai haver uma base de dados nacional, para as CPCJ's, que vai ajudar muito, que nós esperamos ... possa se cruzar com a base da segurança social, eh, de qualquer forma, ainda há realmente algum trabalho a fazer eh, aproveitando aquilo que já foi, que já foi criado.</i>
	Avaliação das medidas de protecção	<i>... no que diz respeito ao abuso sexual ... fazer prova e no âmbito desses processos nem sempre as crianças ficam muito, muito protegidas porque têm que depor mais que uma vez ... , o problema das crianças é terem de falar hoje e terem de falar para a semana e terem de falar com pessoas diferentes</i>

		<i>depois, não é, isto é que é o problema, se a avaliação feita no IML fosse válida ao longo de todo o processo seria bem mais fácil, não é, de qualquer forma, nós temos tido alguns agressores mesmo no mau trato físico que têm sido, eh, condenados o que ... realmente nos trás alguma, alguma satisfação no sentido em que vemos que ... há uma penalização do agressor ... mesmo no mau trato físico é complicado também porque quem verifica logo as marcas... há ainda muita falta de informação, eh, que poderia possibilitar um outro andamento dos processos, porque uma coisa é eu levar uma criança com uma marca recente que possibilita ao instituto de medicina legal fazer a recolha de prova da indicação, do que efectivamente terá acontecido, ir lá passado 8 dias ou, não é, a nódoa negra já está um bocadinho de cor e de contornos e já não é possível afirmar com tanta certeza o quê que terá acontecido e isso depois vai com toda a certeza influenciar na decisão do juiz.</i>
	Avaliação dos recursos existentes na protecção de menores	<i>... realmente continua a verificar-se uma falta de recursos humanos, a formação é outra área onde podemos melhorar e o, e depois há alguns serviços que não respondem da forma como nós consideramos que seria necessário, como por exemplo, a saúde mental como eu já disse, a saúde mental infantil e outros serviços de saúde, penso que poderiam, com acompanhamento mais próximo, mais envolvidos, o nosso acompanhamento produzir outros efeitos na intervenção que temos com estas crianças.</i>
	Principais limitações e potencialidades do modelo de protecção existente. Sugestões para melhor protecção dos menores	<i>Eu acho que um dos nossos problemas é andarmos sempre a mudar, portanto, eu acho que mantínhamos o modelo que temos, mas criávamos condições para quem está no terreno trabalhar eficazmente o modelo que tem. Eu acho que era, era mesmo isso, nós temos um modelo que tem pernas para andar, que tem muitas potencialidades, agora, eh, temos o modelo e não temos aquilo que precisamos para trabalhar o modelo, e isso é que nós precisávamos.</i>

\* Esta questão foi colocada apenas à Segurança Social.



## COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – PORTO OCIDENTAL

Nº da entrevista: 5

Nome do entrevistado: Dulce Guimarães.

Função: Presidente da CPCJ do Porto Ocidental.

Data da entrevista: 06/10/08

Hora: 16:00

Duração: 1h20mn

Local da entrevista: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Porto Ocidental.

**E:** *Boa tarde Dr.<sup>a</sup> Dulce. Sabemos que a Lei define menor, criança com idade inferior a 18 anos. Eu pergunto, qual o critério determinante da vossa intervenção junto de crianças e jovens em perigo?*

**e:** Portanto, é, é mesmo o eles estarem em perigo e precisarem da nossa protecção. É evidente que a lei determina condicionalismos, como sabe, temos que ter a autorização da família e no caso do menor ser maior de 12 anos, também ele tem que dar o consentimento. Penso que isto inicialmente, até quando vim pra cá, fazia-me um pouco de confusão, eh, mas consentimento em algumas situações que até estava claro ali o mau trato, eh, mas pensando bem, realmente se somos uma comissão de protecção e não o tribunal, o tribunal age quer os pais queiram quer não, portanto, aí não há concordância ou não concordância, nós somos uma comissão de protecção, portanto, como o nome diz, se vamos proteger, obviamente o primeiro ponto de partida é termos o consequentemente realmente da família e do menor porque vamos estabelecer realmente uma situação, um contacto empático com a família e com a criança para efectivamente proteger, proteger a criança, portanto, eu acho que nós, devemos estar antes, mas muitas vezes não estamos, muitas vezes já somos, eh, já nos solicitam em situações em que declaradamente e claramente a criança já está muito maltratada seja física seja psicologicamente. Sempre que a criança esteja nestas condições, ou que corra sérios riscos, é evidente que temos mesmo que intervir.

**E:** *Como é que a Lei define criança maltratada?*

**e:** (risos) \*\*\*Há realmente uma definição que está até contemplada mesmo na, no artigo, e eu para lhe estar a dizer de cor ..., é com base nisso (no perigo) que nós realmente consideramos que a criança, enfim, está em perigo. Eu como não tenho aqui ... as tipologias

do mau trato previstas na lei, também é assim, eh, não sei, são aquelas que estão, prontos, que nós todos já calculamos, não é, e depois as crianças quer física quer psicologicamente, ou as questões do abuso sexual, maus tratos ..., mendicidade, o uso de determinadas substâncias, portanto, é no fundo aquilo que está consagrado na lei.

**E:** *Dos casos acompanhados, qual tem sido a tipologia mais frequente de maus tratos?*

**e:** Olha, é, é assim, portanto, a negligência, a negligência é das situações que mais nos são sinalizadas, a negligência. Eh, hoje as sinalizações situam-se muito pela violência doméstica também, neste momento vai à frente do abandono escolar (...) entre os adultos embora haja situações de violência, eh ..., agora, como sabe, a lei define, portanto, a violência doméstica é um crime público, portanto, automaticamente quando a polícia é chamada é obrigada depois a sinalizar a criança se, se houver crianças, mas mesmo que não tenham assistido ao acto violento. Inicialmente, nós aqui também ficamos nesta dúvida, então se a criança não assistiu será que? Portanto, a polícia, dá conhecimento ao DIAP<sup>174</sup> e vem o conhecimento pra nós. Nós inicialmente também pensamos, então, mas a criança não assistiu, portanto será que? Não, eu acho que tem sido uma vantagem realmente porque acabamos por detectar situações que, de outra forma, nós não tínhamos tido conhecimento, e de facto, uma criança viver uma situação grave de violência é óbvio que está, que, que, que está a ser, que está em risco, não é, e pronto, e por via da denúncia da situação policial, temos vindo a detectar situações que de outra maneira talvez não tivessem sido vistas porque muitas vezes a violência está associada a outros factores na família e, portanto, a criança está muitas vezes a ser negligenciada, eh, portanto, temos tido algumas situações que chegamos mais depressa à criança por via da denúncia \*\*\* ...

(interrupção)

**E:** *Dos casos que tem acompanhado/dado resposta, quem é a criança maltratada (qual a sua situação familiar – são famílias nucleares, monoparentais, recompostas ... e a sua situação social também qual é?*

**e:** Há uma grande incidência de famílias monoparentais e situações, eh, portanto, de risco, quer dizer de risco, de, socioeconómicas graves, de modo geral, nós fizemos esse apanhado por freguesias (também posso comprometer-me, a ver se depois encontro o que fizemos), nós somos nove freguesias que actuamos e tivemos o cuidado deste ano - até porque estamos a

---

<sup>174</sup> Departamento de Investigação e Acção Penal.

constituir a nova comissão alargada – de fazer para além deste relatório pra comissão nacional, tentamos trabalhar por freguesia e realmente situam-se, por exemplo, a freguesia com mais sinalizações é a Lordelo do Douro, eh, maioritariamente são sinalizações de famílias que vivem em bairros camarários, eh, e alguns em Lordelo, mais problemáticos do que outros, o caso até é o Bairro da Pasteleira mais do que outros bairros, até se fala tanto do Aleixo, mas neste momento o maior número de sinalizações vem do Bairro da Pasteleira, o maioritário das nossas sinalizações são realmente de famílias, eh, com, com, com problemas económicos associados, problemas de consumo de álcool, com ... embora as questões da violência doméstica tragam outros estratos. Hoje começam a surgir situações de crianças oriundas de famílias de um estrato social diferente por via da violência doméstica, que é transversal a todos os estratos sociais e de modo geral também há aqui outra coisa que eu gostaria de referir e que já tenho dito a nível das escolas, porque também há o preconceito, porque os pobres podem ser sinalizados (risos), e muitas vezes há escolas que são capazes de ter alguns problemas com algumas crianças, e não tão facilmente, sinalizar como em outras crianças, isto também eu acho que, por vezes, há algum preconceito, no fundo, sinalizar uma criança para a comissão de protecção sendo de um meio social diferente não é tão comum como aqueles que, enfim, já estão habituados, infelizmente a percorrer muitas instâncias.

**E:** *A pergunta que vem a seguir faz parte do ponto dois e é, como têm conhecimento de situações de maus tratos à crianças e jovens?*

**e:** Escolas, a polícia, por via da violência doméstica, eh, portanto, particulares, familiares, sendo que, as entidades mais sinalizadoras é a PSP<sup>175</sup> e a escola. Com muita, com uma certa admiração, ao fim ao cabo, sim, por exemplo, as entidades de saúde não sinalizam tanto quanto isso as crianças, o que isto nos leva a pensar que a questão da prevenção ainda não está muito no espírito das pessoas, porque uma criança que é observada pelo médico de família desde pequenina, eh, e acompanhada e que, por vezes, há alguma proximidade com aquela família que até se conhece bem, e que não é, aliás, esse relatório que nós fizemos, o resumo dos resumos, aliás, eu julgo que no relatório nacional deve ver o número de sinalizações globais, e o número de sinalização da saúde são muito pouco significativas, agora, a nível dos hospitais e da maternidade sim, há aqueles núcleos de protecção de crianças em risco, pronto, e tem havido uma articulação grande, diz-se que os centros de saúde também vão passar a ter, mas é verdade que não é a entidade que sinaliza mais.

---

<sup>175</sup> Polícia de Segurança Pública.

**E:** *Tendo conhecimento da situação de mau trato, como se processa a verificação da situação?*

**e:** Ora bem, se é assim uma situação grave, de momento, podemos ter que tomar uma medida de retirada da criança ...

**E:** *Mas confirma-se primeiro a situação, se ela realmente existe? Como é que se faz esse trabalho de confirmação?*

**e:** Com certeza, lá está, é um processo que às vezes não é tão ágil quanto isso, a não ser numa situação grave em que manifestamente houve ali, que é outra coisa errada porque, se sabe, se já viu a lei, nós situamo-nos, há uma pirâmide, não é, um triângulo que, patamar de baixo quem intervêm, comunidades ... portanto, uma criança aparece batida na escola, uma criança aparece batida no centro de saúde ..., deveriam ser logo elas a actuar. De um modo geral, mandam, passam a bola à comissão e que, por vezes até, na situação de saúde, diga-me, nós aqui, embora haja um núcleo que faz parte também da comissão alargada e que uma vez por mês também está, mas nós aqui não somos técnicos da saúde, portanto, quando aparece uma criança que está magoada é evidente que nós não sabemos se aquele hematoma que a criança tem, portanto, é evidente que é o médico que tem que se pronunciar sob pena também de estarmos a praticar injustiça, a criança pode obviamente machucar-se, ter caído e ter ..., agora, por isso, é que muitas vezes na situação duma criança que vai ao centro de saúde, o centro de saúde tem todos os meios e deve agilizar a denúncia \*\*\* até, em última instância a retirada da criança e não deixar perpetuar porque muitas vezes o que acontece é que as pessoas inibem-se em tomar determinadas atitudes e depois isto vem até, inclusive aqui temos conhecimentos de situações, às vezes dramáticas, que aconteceram e depois as vezes quem está na, na berlinda são as comissões de protecção, pronto, portanto, aqui há um erro, por vezes de conceito, que as instituições que estão na base do triângulo podem e devem actuar, as escolas, as IPSS's, os centros de saúde, eh, toda a gente pode e deve, depois, isto numa situação de imediato, grave, agora, há aquelas situações que também as pessoas têm dúvidas, que são aquelas situações que não são claras e então, sim, alertam a comissão e nós aí vamos ter que fazer avaliação da situação tendo que passar por estes \*\*\*, autorização dos pais ou de quem tem a guarda da criança e quando se é maior de 12 anos, não o tendo essa autorização, temos que enviar para tribunal e passam pa tribunal porque nós não podemos actuar sem o consentimento dos mesmos.

(...) também temos denúncias anónimas, vizinhos que se entendem mal, eh, situações então

de divórcio é terrível, por causa da regulação do poder paternal, porque a mãe faz, o pai faz e pronto, maus relacionamentos entre familiares e isso acontece e depois vêm as denúncias, e fez-se as devidas averiguações e realmente nada, mas nada se confirmou de que aquela criança estivesse a ter maus tratos, portanto, está a ver, é uma matéria delicada que também tem que haver alguma sensatez e alguma ponderação, claro que temos que salvaguardar o interesse superior da criança e é óbvio que quando tem que se tomar medidas drásticas \*\*\*

**E:** *Como é que se processa intervenção?*

**e:** Tendo a confirmação da família, da mãe do pai, tendo a confirmação e a autorização é óbvio que depois há uma rede de suporte que aquela comunidade tem desde as instituições, desde a escola, o centro de saúde e temos que recolher as informações e então organizar aquilo como um puzzle, quando há enfim situações que se vão confirmando e chegamos à conclusão, é evidente que temos que actuar, que devem ser várias as medidas, inclusive, a criança até porque, não é ser logo, ir logo, ser institucionalizada, mas até ser entregue a pessoa idónea ou outro familiar, temos tido situações em que a criança \*\*\* e mais, eu penso que a questão da institucionalização é sempre posta em último recurso, porque se há uma criança que tem uma madrinha, que tem uma tia, que tem uma prima, que tem alguém que diz sim senhora, esta criança não está bem com o pai ou com a mãe ou com os pais, mas eu não me importo eu assumo e fico, pronto, a entrega da criança a uma pessoas idónea ou outro familiar que, por vezes, para essa criança poderá ser melhor, não é, no caso dessa pessoa nos dar, garantir, como é óbvio.

**E:** *De acordo com as situações acompanhadas quem é, frequentemente, o maltratante das crianças e jovens?*

**e:** São realmente os familiares próximos, pai, mãe, temos caso de um avó e que depois também já tivemos uma outra situação, claro, é dentro do mau trato psicológico, que a criança é de tal maneira bombardeada com determinadas agitações que nós sentimos, então, isso nota-se que a gente em situações de conflito familiar com avó, sogro ou nora, e depois, a criança estar ali envolvida no meio daquela chantagem emocional, mas de modo geral, são, eh, os, os próximos.

**E:** *Protecção social de menores. A Lei nº 147/99, como a Dr.ª sabe, de 1 de Setembro, enumera um conjunto de medidas a nível da protecção de crianças e jovens em perigo. como se tem traduzido em termos práticos a sua aplicação, nas situações de maus tratos?*

**e:** (...) Pode haver um acordo de promoção e protecção que se trabalha a família no sentido de que aquela família ter determinadas, determinados condicionalismos que está a provocar ou a desproteger aquela criança, não é, portanto, é a primeira tentativa, de que realmente aquela família vá alterando determinados comportamentos, eh, sei lá, uma criança que até ali não tinha assegurado os seus direitos relativamente à saúde, relativamente à educação, portanto, eles não ir à escola, não haver sequer o calendário de vacinas ainda pronto. Vamos tentar trabalhar esta família para que esta família perceba que aquela, a criança tem os seus direitos, e que a família para a ter, não é, porque não pode, conceito de que é meu filho, é meu e minha propriedade, quer dizer, a criança tem aqueles direitos e, como tal, tem que cumprir com o que aquela criança precisa. Depois, eh, portanto, é isto que nós, acordo promoção e protecção que é feito, quando é maior de 12 anos e também toma consciência de que é preciso, por vezes, alterar alguma forma nas questões até da escola, nas questões até da indisciplina, quer abandono escolar, eh, enfim, quer nalguma atitude mais agressiva até com os com colegas e a própria família, que consiga realmente lidar e trabalhar melhor, respeitar a sua criança com apoio de outras instituições, porque o que eu acho é que isto aqui, as comissões, o que são, são mais ou menos um armazém onde estão vários processos, mas cada processo tem uma criança e essa criança onde está, numa comunidade, portanto, eu penso que o papel da comissão é o trabalho com essa comunidade, nessa comunidade é que nós temos que encontrar os meios que possam agilizar na protecção, porque vão trabalhar com as famílias.

Nós aqui, nós, dado o volume processual, dado todo este trabalho, eh, não há hipótese de haver um trabalho continuado com aquela família no sentido de criar competências, eh, estou-me a lembrar agora de uma situação que tendo, a mãe algum problema de debilidade, que tem um bebé, que temos que ajudar a criar as suas competências, e está a comunidade concreta onde ela faz parte, entre o centro de saúde e o trabalho que existe vai actuando naquela mãe que ela, enfim, mostre, prontos, alguma competência, mostre alguma interacção, portanto, o que precisa é de ser ajudada, a ser protegida para que aquele bebé possa estar com a mãe.

(...) existe uma falta grande e que se prende aqui, com este trabalho e não só, realmente de rentabilização máxima dos recursos de cada comunidade e as pessoas partilharem os seus saberes e as suas responsabilidades, porque, o que me parece que é grave é que passamos a vida a passar a bola a outro, porque estes meninos por vezes têm a pouca sorte de nascer nas famílias que foram os primeiros a abandona-los, a seguir a escola não encontrou os meios e não encontrou o seu saber necessário para lidar com estas crianças, estas situações, depois as

instituições, por vezes é igual, eh, depois o tribunal e as comissões também, portanto, é um suceder de papéis e processos e como tal a criança já está adulta e muitas vezes já está num processo em cadeia e na cadeia. Portanto, eh, o que eu, a única coisa que eu retiro, eu estou aqui, aqui há relativamente pouco tempo, sou assistente social de profissão, trabalhei na comunidade complicada, vi muita coisa, tenho a vantagem de olhar para trás e ver coisas que não se resolveram, realmente é na prevenção que está a chave, é na prevenção, é o actuar o mais cedo possível e até na reorganização das comunidades. As comunidades têm que, cada vez mais, dar resposta aos problemas das suas crianças, das suas crianças, dos seus idosos, dos seus deficientes, por aí fora, neste caso concreto, que é o que estamos a tratar, das suas crianças, e o mais cedo possível, o bebé tem que ser avaliado se é no caso uma que criança apresenta dificuldades de desenvolvimento, essa criança não pode chegar a jovem com essas dificuldades de desenvolvimento que não foram trabalhadas, tem que ser logo, muito cedo, é na creche, é no pré-escolar, para depois não chegar ao primeiro ciclo e encostar-se, e depois do primeiro ciclo vai para o 2º ciclo e é o descalabro do insucesso, porque nós sabemos o que é motivação, se a criança estiver motivada para aprender e perceber o que o outro lhe está a dizer, aprende, agora, se eu não estiver, não aprendo, desligo e se sou bem comportado não faço tolices mas se sou um bocadinho \*\*\* até faço asneiras. Eu penso que algumas crianças chegam ao segundo ciclo, ou a escola, eu por exemplo, não percebo nada de alemão, se estiver aqui uma pessoa a falar comigo alemão, eu não percebo nada do que ele me vai dizer, eu julgo que algumas crianças chegam e é exactamente esta situação, não percebem o código da linguagem dos adultos que vão encontrar. Não percebem, não interiorizam, não empatizam e, pronto, e vão ficando para trás no percurso escolar. Não é muitas vezes por não terem capacidades cognitivas e de aprendizagem, eu gostaria aqui de referir e, portanto, vai ver no relatório, por exemplo a média de idades de sinalizados já de 12, 13, 14, 15 anos e agora eu pergunto, o quê que nós fazemos com uma criança de 14 anos, com insucesso repetido de escolaridade, com um percurso já complicado? É muito difícil...

**E:** *Quais as medidas mais aplicadas?*

**e:** É meio natural de vida, meio natural de vida. Apoio a outro familiar, meio natural de vida, são as medidas mais aplicadas.

**E:** *Qual tem sido a solicitação da medida acolhimento em instituição? Porquê?*

**e:** Eh, temos tido uma ou outra situação, mas já lhe digo que são sempre situações que tem que ser muito avaliadas, só mesmo quando não há, e depois é assim, e há idades em que

muitas vezes não há instituições que queiram miúdos já com 14, 15 anos, 13 anos, a dar problemas de comportamento.

**E:** *Nas situações de retirada, por exemplo, institucionalização das crianças e jovens que tipo de acompanhamento está previsto às famílias, tendo em vista o seu retorno?*

**e:** É assim, como sabe, e agora há a legislação, felizmente e as medidas que o próprio governo e segurança social está a implementar, os tais PT's, um plano de intervenção sem \*\*\* eh, já previu, porque anteriormente as crianças estavam institucionalizadas e realmente não havia pois, um projecto de vida pra estas crianças, estavam lá e iam ficando, hoje julgo que está por dentro, pronto, é tudo quê, uma tentativa de que aquela criança entra numa instituição por qualquer circunstância da vida porque, até por questões económicas, por questões realmente que passam por situações difíceis que aquela criança estava a viver e que não podia estar na sua família, mas tem que se pensar que aquela criança terá que ter um projecto de vida diferente do que ficar naquela instituição toda a vida, pronto.

(...) Temos situações em que realmente investiu-se no sentido de que aquela criança pudesse reunir condições para regressar à sua família, fomos avaliando, foi-se trabalhando relativamente à família, por exemplo, há questões que se prendem, também o vou dizer, por questões económicas, claro, pode haver uma família que não consiga ter a sua criança, criança, porque, por exemplo, não tem uma casa capaz de a ter, eh, automaticamente depois tem-se que redimensionar isso e hoje também há um programa, enfim, relativamente à segurança social em que nós próprios, neste momento, como sabe, indicamos e poderemos obter algumas ajudas de apoio àquela criança para que possa continuar na sua família. Tou-me a lembrar de uma situação que \*\*\*, depois da avaliação da situação viu-se que para aquelas crianças se manterem naquela, na família tínhamos que dar outra habitação, eles não podiam manter-se naquela casa, uma avó com uma situação muito complicada, tinha que ser, tinha que ser o Estado, a segurança social a pagar a renda da casa porque manifestamente não haveria hipótese daquele casal ter ..., agora, das duas uma, eu ... é pegar num papel e num lápis e fazer as contas o que fica mais barato de tudo, não falando nos danos afectivos psicológicos das crianças, mas em termos económicos veja quanto é que o Estado tem que pagar por criança numa instituição e quanto é que pode ter que pagar, por exemplo, uma renda de casa. Portanto, mesmo em termos económicos isto ... realmente não falando nos estragos afectivos que, muitas vezes, uma criança com percurso institucional acaba por ter, mesmo economicamente, apesar de ter que ser apoiada aquela família porque manifestamente não tem, avaliada a situação ... manifestamente aquela família não tem condições para ter



rendada a casa, pra ter os seus filhos, para pagar água, pra pagar a luz, para pagar a alimentação, não dá, portanto, então o quê que é preferível, aquelas crianças, terem, ou aquela família ter uma oportunidade, acompanhada, eu estou-me a lembrar concretamente de um caso desses que aquela família, continuamos a acompanhar, mas que foi necessário, não era possível aquelas crianças manterem-se naquele ambiente complicado de tudo isto em que estavam, portanto, teve-se que se dar uma oportunidade para o casal refazer a sua vida noutro espaço, noutras condições e, pronto, e ver, portanto, isso as vezes é fundamental.

**E:** *Existem obstáculos na aplicação das medidas para promoção e protecção? Se sim indique-os.*

**e:** Eh, olhe os obstáculos, por exemplo, quando passa, as vezes, por questões, vou-lhe dizer uma da habitação, por exemplo, eu não posso perceber, digamos, uma situação, a criança tem uma ordem de despejo e tem que ir para uma pensão, agora, diga-me, que medida de promoção e protecção, nós podemos aplicar a uma criança que viva numa pensão, portanto, aí manifestamente é muito difícil, portanto, aí é difícil, não é.

Relativamente aos adolescentes também é outra dificuldade, têm insucessos enormes, que respostas nós temos no nosso sistema educativo, por vezes, que respostas têm as comunidades que trabalham com jovens, de motivar, de actividades lúdicas, prontos, aí sim, as vezes, sentimos aquelas dificuldades na prática de conseguir que aquela criança tenha outro percurso, e as questões do trabalho, manifestamente há questões em que a criança está em risco manifestamente por situações de instabilidade económica e de precariedade de trabalho, portanto, obviamente que aí ou há um conjunto de parceiros e de políticas que andam à roda da criança e de proteger a, a criança, porque isso aí eu, as vezes, sou um bocadinho, não digo rebelde, mas porque as leis muitas vezes fazem-se para estar no papel e nós vemos que, por vezes, as próprias comissões, foi uma lei que foi aprovada por todos os partidos na Assembleia da República, portanto, ninguém esteve em desacordo, mas sinto que muitas vezes as próprias comissões não têm o apoio que deveriam ter, eu costumo dizer nós aqui não somos um conjunto de senhoras de boa vontade, dondocas que estamos a fazer bem aos pobrezinhos, não, isto aqui trata-se de avaliar seriamente as questões, mas sozinhos não podemos ir a lado nenhum, portanto, engana-se quem diz ah, a comissão resolve, não, a comissão está aqui para resolver a situação, mas ao pôr depois no terreno a aplicação de uma medida, se não houver o envolvimento de todos é muito difícil e aqui, depois, há que priorizar, é uma questão de, por vezes até de política, o quê que é mais importante para um país, é priorizar as crianças e que elas realmente têm os seus direitos logo assegurados, ou

não.

**E:** *Como é que se processa a articulação entre as entidades envolvidas na protecção do menor, nomeadamente, as comissões, os tribunais, a segurança social e as instituições de acolhimento?*

**e:** É outro caminho, assim, que se vai fazendo caminhando (risos) \*\*\*, é tentar credibilizar ao máximo o nosso trabalho, para as pessoas também acreditarem que estamos aqui, como disse há pouco, como profissionais e, pronto, e é um trabalho que nunca acaba.

**E:** *Mas tem havido esse contacto?*

**e:** Sim, tem, tem, estou a dizer desde a comissão alargada desde os relatórios que se produziram, este ano entregamos à todas as instituições, não é obrigatório este relatório entregar, eh, apenas à comissão nacional e ao tribunal e à assembleia municipal, são as entidades que a lei os determina que podemos, mas nós fizemos por entregar a todas as instituições, às juntas de freguesia e às instituições locais, agora, pronto, e tentamos sensibilizar ao máximo, agora, pronto, tentamos sensibilizar ao máximo, sempre que nos pedem para estar presentes a alguma reunião ...

**E:** *Avaliação da protecção social de menores. Como avalia as medidas de protecção de menores existentes, acha que respondem com eficácia às situações de maus tratos?*

**e:** É assim, cada situação é uma situação, agora, acho que ainda estamos muito longe de termos, eu pelo menos ainda me sinto muito insatisfeita porque tropeço, ainda há muito desconhecimento, acho que as nossas crianças ainda não estão, na lei estão, na lei estão, agora, na sensibilidade das pessoas, das instituições, basta dizer, dizer as prioridades, que não se estabelecem muitas vezes em favor de proteger a família, quero dizer, na questão da casa, por exemplo, é verdade, como é que nós podemos proteger crianças que à partida, um direito delas já está violado, não terem, por exemplo, uma casa capaz de viverem saudavelmente? Não é, e quando nós vamos avaliar a situação daquela família e reparamos que mesmo a trabalhar não têm hipótese de ter uma casa diferente, portanto aí \*\*\*, na saúde é igual, noutra questão que me é, relativamente às questões da psiquiatria, da psicologia, percebe, isso é fundamental que atempadamente e muito cedo estas crianças, não tenhamos que andar pela burocracia dos papéis, pela burocracia das esperas de consultas, portanto, aí é que parece que também é o tentar direccionar na prevenção, portanto, eu penso que ainda há um caminho muito, muito grande a fazer.

**E:** *Acha que as medidas têm contribuído para reduzir e/ ou prevenir situações de maus tratos?*

**e:** Eu acho que é assim, eu estou a falar de uma pessoa, que eu tive uma experiência de trabalho de 32 anos de assistente social, e também não vou dizer, até porque eu não gosto muito de olhar para trás no sentido negativo, o ver para trás é ver, eu acho que também hoje há coisas que realmente, por exemplo, o caso que agora estamos a seguir, noutra altura o bebé nascia, a mãe tinha \*\*\*, pronto, vinha pra casa ficava por lá, coitadinha, era boa rapariguinha, mas não tinha as suas competências e hoje não, hoje já, quer dizer, o bebé é sinalizado, já vai para uma comunidade a tentar proteger, percebe, eu acho que há uns avanços.

**E:** *Acha que as medidas são preventivas?*

**e:** Não, no nosso país é mais para remediar do que prevenir, é ver a delinquência juvenil, é ver a sinalização dos ..., é muito mais nesse sentido de remediar o mal do que de prevenir o mal, isso é, mentalizamos assim a todo o nível, é no ser, na medicina, que ainda se previne alguma coisa com as vacinas.

**E:** *Como é que avalia as medidas relativamente à penalização ao maltratante?*

**e:** Mau, mau, mau, acho que isso ainda, e processos muito morosos mesmo na questão de abuso sexual, quer dizer, a criança ainda fica ali a conviver muitas vezes, não é ..., isso, isso eu acho que ainda está pouco agilizado, muito pouco agilizado, acho que há um caminho muito grande a percorrer, e depois há a violência doméstica é tudo muito lindo, mas depois a mulher tem as vezes que estar, o maltratante ainda lá fica, a criança é, vai ter que ser retirada com a família, com a mãe, portanto, e não, e acho que, não, não, isso aí ainda acho que há um percurso muito grande, muito grande e depois também é importante haver a partilha de informação entre as diferentes entidades policiais, isso é fundamental ... e nós as vezes temos situações que realmente não há partilha de informação, se houvesse, talvez se agilisassem outras coisas, portanto, aí é fundamental as próprias polícias de segurança pública, judiciária, tribunais, isso é que eu acho, e mesmo o próprio tribunal tem que agilizar bastante com as comissões e as comissões com o tribunal no sentido, é assim acho que tem, portanto, como lhe digo, eu tenho sentido que há um caminho, até porque o presidente da comissão o Dr. Armando Leandro, considero que tem sido uma pessoa que tem feito muito pelas comissões, acho que ele tem imposto qualidade, tem conseguido realmente, enfim ...

**E:** *Que avaliação faz dos recursos existentes na protecção dos menores?*

**e:** Muito pouco, muito pouco, olhe, queremos equipamentos, as vezes para colocar uma criança, não há, as creches estão cheias, eh, queremos nos adolescentes coisas diferentes, um miúdo que teve um percurso difícil na escola, não há respostas, portanto, aí sinto que há uma ...

**E:** *E nível dos recursos humanos?*

**e:** Pouco, porque acho que equipas ainda especializadas pra isto, poucas, a trabalhar no terreno concretamente com as pessoas, exige um trabalho muito individualizado, um trabalho muito de horas que se, não é perde, ganha, com uma mãe que não tem competências e tem que ser trabalhada, e há poucas equipas no terreno, há poucas equipas.

**E:** *Dr.<sup>a</sup> agora, mesmo para rematar, pegando nas presentes limitações do nosso sistema de protecção social, o quê que a Dr.<sup>a</sup> sugeria para uma melhor e mais eficaz protecção de crianças e jovens? Se tivesse que indicar um modelo de protecção mais eficaz o quê que indicaria?*

**e:** Olhe, eu cada vez mais acho que a proximidade das comunidade, a proximidade e o diagnóstico atempado das situações, isso, penso que nós só temos um problema social e se não fazemos o diagnóstico, mantemos esse problema social, portanto, penso que haver diagnósticos verdadeiros que as nossa famílias e as nossas crianças têm, eu penso que é um grande primeiro passo porque, com isso, havendo um diagnóstico tem que haver depois um tratamento, não é, penso que aí é falta de saber os porquês, lá está, o actuar no imediato porque o porquê, ou é desconhecido ou não se liga, portanto, eu aí, a legislação, não sou muito vocacionada para avaliar os pormenores da legislação, mas eu penso que as leis estão lá e que os artigos estão lá, agora, eu penso que em termos sociais é que eu penso que há uma grande \*\*\* em termos da prevenção, termos do diagnóstico, do acompanhamento das situações desde muito cedo e a proximidade das comunidades, um trabalho, não acredito muito quando se diz, e agora há uma comissão ..., houve um problema e agora organizou-se uma comissão para resolver aquilo que os outros não resolveram, percebe, e andamos de grupo em grupo e o problema mantêm-se, percebe, portanto, a proximidade, eu acredito muito no trabalho próximo, de relação das pessoas, de conhecimento real e, e profissional, não é o conhecimento do senso comum, não é, as causas, porquê, o porquê, o porquê, acho que, que talvez tivéssemos as nossas crianças bem mais, bem melhor protegidas.

A questão da violência doméstica ..., já, hoje já há aí uns estudos que dizem que os

adolescentes, já no namoro, que já há violência, portanto, há que trabalhar essa área pra ver, porque são futuros pais violentos e futuras mães violentas, portanto, sabemos porque também analisamos, e eu já tenho também isso, porque tenho famílias na qual eu tive ligada profissionalmente e que já vão na segunda geração com os mesmos problemas, portanto, há que pensar porquê não se consegue, por vezes, fazer o corte.

**E:** *Dr.<sup>a</sup>, muito abrigada pela colaboração.*

### Guião de observação da entrevista 5

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Registos</b>
Receptividade e ambiente geral	Receptividade	Recepção muito boa, com muito profissionalismo, atenção e interesse.
	Ambiente Geral	Ambiente normal de trabalho. Ambiente calmo.
	- Dimensão e iluminação	Espaço de grande dimensão. Bem iluminado.
	- Mobiliários	Mesa e cadeiras. Muitos caixotes de arquivos na sala.
Expressão verbal e não verbal	Postura/posição	Posição formal. Postura correcta.
	Gestos e expressões	Presença de expressões verbais. Recorre poucas vezes às expressões não verbais. Uso de expressões técnicas, profissionais. Respostas extensas com base em experiências acumuladas de trabalho.
Interferências/interrupções		Uma interrupção.
Observações		Demonstra uma enorme vontade em colaborar com a entrevista. Atitude de valorização da investigação. Oferece CD com último Relatório da Comissão Nacional de Protecção.

### Guião das categorias de análise do “corpus” da entrevista 5

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Excertos</b>
Menor maltratado	Critérios de intervenção	<i>Portanto, é, é mesmo o eles estarem em perigo e precisarem da nossa protecção. É evidente que a lei determina condicionalismos, como sabe, temos que ter a autorização da família e no caso do menor ser maior de 12 anos, também ele tem que dar o consentimento.</i>
	Tipologias de mau trato	<i>... as tipologias do mau trato previstas na lei, também é assim, eh, decor não sei, são aquelas que estão, prontos, que nós todos já calculamos, não é, e depois as crianças quer física quer psicologicamente, ou as questões do abuso sexual, maus tratos ..., mendicidade, o uso de determinadas substâncias, portanto, é no fundo aquilo que está consagrado na lei.</i>
	Situação familiar (tipo de família)	<i>Há uma grande incidência de famílias monoparentais e situações, eh, portanto, de risco, quer dizer de risco, de, socioeconómicas graves, de modo geral ...</i>
Situações de maus tratos	Conhecimento e verificação	<i>Escolas, a polícia, por via da violência doméstica, eh, portanto, particulares, familiares, sendo que, as entidades mais sinalizadoras é a PSP<sup>176</sup> e a escola. Com muita, com uma certa admiração, ao fim ao cabo, sim, por exemplo, as entidades de saúde não sinalizam tanto quanto isso as crianças ... ... Tendo a confirmação da família, da mãe do pai, tendo a confirmação e a autorização é óbvio que depois há uma rede de suporte que aquela comunidade tem desde as instituições, desde a escola, o centro de saúde e temos que recolher as informações ...</i>
	A intervenção	<i>... quando há enfim situações que se vão confirmando e chegamos à conclusão, é evidente, que temos que actuar, que devem ser várias as medidas, inclusive, a criança até porque, não é ser logo, ir logo, ser institucionalizada ... a questão da institucionalização é sempre posta em último recurso ...</i>
	Dificuldades a nível da intervenção	<i>... quando aparece uma criança que está magoada é evidente que nós não sabemos se aquele hematoma que a criança tem, portanto, é evidente que é o médico que tem que se pronunciar sob pena também de estarmos a praticar injustiça, a criança pode obviamente machucar-se, ter caído e ter ..., agora, por isso, é que muitas vezes na situação duma criança que vai ao centro de saúde, o centro de saúde tem todos os meios e deve agilizar a denúncia ...</i>
	Maltratante(s) das crianças e jovens	<i>São realmente os familiares próximos, pai, mãe, temos caso de um avó ...</i>
	Medidas existentes e aplicadas A mais aplicada	<i>(...) Pode haver um acordo de promoção e protecção que se trabalha a família no sentido de que aquela família ter determinadas ... condicionalismos que está a provocar ou a</i>

<sup>176</sup> Polícia de Segurança Pública.

Protecção social de menores		<i>desproteger aquela criança, não é, portanto, é a primeira tentativa, de que realmente aquela família vá alterando determinados comportamentos ... Apoio a outro familiar, meio natural de vida, são as medidas mais aplicadas.</i>
	Acolhimento institucional	<i>... temos tido uma ou outra situação, mas já lhe digo que são sempre situações que tem que ser muito avaliadas ...</i>
	Famílias de risco: acompanhamento	<i>É assim, como sabe, e agora há a legislação, felizmente e as medidas que o próprio governo e segurança social está a implementar, os tais PI's ... (...) Temos situações em que realmente investiu-se no sentido de que aquela criança pudesse reunir condições para regressar à sua família, fomos avaliando, foi-se trabalhando relativamente à família, por exemplo, há questões que se prendem, também ... por questões económicas, claro, pode haver uma família que não consiga ter a sua criança ... porque, por exemplo, não tem uma casa capaz de a ter, eh, automaticamente depois tem-se que redimensionar isso e hoje também há um programa, enfim, relativamente à segurança social em que nós próprios, neste momento, como sabe, indicamos e poderemos obter algumas ajudas de apoio àquela criança para que possa continuar na sua família.</i>
	Entidades envolvidas na protecção de menores: articulação	<i>... desde a comissão alargada desde os relatórios que se produziram, este ano entregamos à todas as instituições ... nós fizemos por entregar a todas as instituições, às juntas de freguesia e às instituições locais ...</i>
	Limitações, dificuldades inerentes à aplicação das medidas	<i>Eh, olhe os obstáculos, por exemplo, ... eu não posso perceber, digamos, uma situação, a criança tem uma ordem de despejo e tem que ir para uma pensão, agora, diga-me, que medida de promoção e protecção, nós podemos aplicar a uma criança que viva numa pensão, portanto, aí manifestamente é muito difícil, portanto, aí é difícil, não é. Relativamente aos adolescentes também é outra dificuldade, têm insucessos enormes, que respostas nós temos no nosso sistema educativo, por vezes, que respostas têm as comunidades que trabalham com jovens, de motivar, de actividades lúdicas, prontos, aí sim, as vezes, sentimos aquelas dificuldades na prática de conseguir que aquela criança tenha outro percurso, e as questões do trabalho, manifestamente há questões em que a criança está em risco manifestamente por situações de instabilidade económica e de precariedade de trabalho ... as próprias comissões não têm o apoio que deveriam ter, eu costumo dizer nós aqui não somos um conjunto de senhoras de boa vontade, dondocas que estamos a fazer bem aos pobrezinhos, não, isto aqui trata-se de avaliar seriamente as questões, mas sozinhos não podemos ir a lado nenhum, portanto, engana-se quem diz ah, a comissão resolve, não, a comissão está aqui para resolver a situação, mas ao pôr depois no terreno a aplicação de uma medida, se não houver o envolvimento de</i>



		<i>todos é muito difícil ...</i>
Avaliação da protecção social de menores	Avaliação das medidas de protecção	<i>... acho que ainda estamos muito longe de termos, eu pelo menos ainda me sinto muito insatisfeita porque tropeço, ainda há muito desconhecimento, acho que as nossas crianças ainda não estão, na lei estão, na lei estão, agora, na sensibilidade das pessoas, das instituições, basta dizer, dizer as prioridades, que não se estabelecem muitas vezes em favor de proteger a família, quero dizer, na questão da casa, por exemplo, é verdade, como é que nós podemos proteger crianças que à partida, um direito delas já está violado, não terem, por exemplo, uma casa capaz de viverem saudavelmente? ... na saúde é igual, noutra questão que me é, relativamente às questões da psiquiatria, da psicologia ... , não tenhamos que andar pela burocracia dos papéis, pela burocracia das esperas de consultas, portanto, aí é que parece que também é o tentar direccionar na prevenção, portanto, eu penso que ainda há um caminho muito, muito grande a fazer.</i>
	Avaliação dos recursos existentes na protecção de menores	<i>Muito pouco, muito pouco, olhe, queremos equipamentos, as vezes para colocar uma criança, não há, as creches estão cheias ... ... acho que equipas ainda especializadas pra isto, poucas, a trabalhar no terreno concretamente com as pessoas, exige um trabalho muito individualizado, ... há poucas equipas no terreno, há poucas equipas.</i>
	Principais limitações e potencialidades do modelo de protecção existente. Sugestões para melhor protecção dos menores	<i>... eu cada vez mais acho que a proximidade das comunidade ... e o diagnóstico atempado das situações ... só temos um problema social e se não fazemos o diagnóstico, mantemos esse problema social, portanto ... haver diagnósticos verdadeiros que as nossa famílias e as nossas crianças têm, eu penso que é um grande primeiro passo porque ... havendo um diagnóstico tem que haver depois um tratamento, ... é falta de saber os porquês, lá está, o actuar no imediato porque o porquê, ou é desconhecido ou não se liga ... eu penso que as leis estão lá e que os artigos estão lá, agora, eu penso que em termos sociais é que eu penso que há uma grande ... em termos da prevenção, termos do diagnóstico, do acompanhamento das situações desde muito cedo ... salves tivéssemos as nossas crianças bem mais, bem melhor protegidas.</i>

**ANEXO III**  
**RELATOS PESSOAIS DE SITUAÇÕES DE MAUS TRATOS**

*De*

*Jovens institucionalizados em Centros de Acolhimento de Crianças e Jovens*

**Os relatos obtidos estruturam-se à volta de dois temas: situação familiar dos jovens antes da retirada e motivo da retirada para os Centros de Acolhimento.**

*(Nomes fictícios)*

### **SARA**

*Sara vivia com os pais e três irmãos. Sua casa era uma barraca, ficava afastada do centro, ficava próxima das barracas dos ciganos. Não tinha água nem luz.*

*A mãe trabalhava a dias e o pai estava desempregado. Quando a mãe ia trabalhar, a irmã mais velha é que cuidava dos irmãos. Sara tinha à volta de 8 anos mas também ajudava na lida da casa.*

*O pai bebia muito e sempre que chegava à casa bêbado, iam todos à porrada, inclusive a mãe, conta Sara.*

*Se Sara fizesse alguma traquinice também era razão para o pai lhe bater, batia muito. Sara tem sinais, marcas físicas de ter sido agredida várias vezes pelo pai. Tem duas cicatrizes no corpo que foram cortes com faca feitos pelo pai, intencionalmente, segundo conta. Sempre que bebia, dizia que a matava. Numa das agressões à Sara, a mãe também foi cortada no braço com uma faca, foram as duas para o hospital.*

*A mãe não o denunciava por medo, medo de apanhar mais porrada. Mas alguém acabou por denunciar, então, Sara e a irmã mais velha foram retiradas para instituições de acolhimento.*

### **KÁTIA**

*Kátia era muito pequena quando foi abandonada pelos pais. Não sabe quanto tempo tinha quando isso aconteceu. Não conhece os pais, nenhuma referência tem deles.*

*Sabe apenas que foi abandonada, que alguém a encontrou e que foi colocada numa instituição.*

*Da família apenas conheceu a irmã, pouco mais nova, que também cresceu na instituição.*

## **RAFAELA**

*Rafaela vivia com a mãe e o padrasto. Não conhecia o pai. Tinha um irmão, mais velho, que já não vivia em casa com eles, vivia em sua casa.*

*A mãe tinha um problema: drogava-se e o padrasto também. Quem ajudava a família financeiramente, era um vizinho que os conhecia e acompanhava a situação desde que Rafaela era pequena.*

*Quando este faleceu a estrutura familiar da pequena Rafaela desajustou-se ainda mais, porque a mãe deixou de ter quem a orientasse e passou a consumir mais drogas juntamente com o padrasto. Não tinha horas para acordar, comer, não tinha condições para cuidar e acompanhar a pequena Rafaela.*

*Aos nove anos, Rafaela muitas vezes fazia o comer para ela e para a mãe. Era quem cuidava e olhava pela mãe.*

*Não tinha por hábito ir à escola. A mãe não obrigava, não se importava.*

*Um dia a mãe deixou-a em casa de um vizinho por dois dias. Acabou por ficar duas semanas porque a mãe simplesmente não a foi buscar. Foi quando o vizinho chamou a polícia e denunciou-a. Rafaela conseguiu fugir com a mãe para um bairro onde ficaram escondidas por mais ou menos um ano.*

*Um dia, a polícia foi-lhe buscar à escola e foi integrada numa instituição de acolhimento.*

## **BRUNA**

*Bruna vivia na companhia dos pais e de quatro irmãos. Era ainda pequena, com cerca de 8/9 anos, quando presenciou uma “horrível discussão”, com violência física entre os pais. A violência marcou muito mas as condições económicas e habitacionais também não eram as melhores, relata Bruna.*

*Foi retirada aos pais para uma instituição de acolhimento. Os irmãos também foram retirados para outro centro de acolhimento com excepção do mais novo que está a ser criado por uma tia.*

## **NAIR**

*Nair vivia com a mãe, o padrasto e três irmãos, filhos da mãe e do padrasto. Não conhecia o pai. Tinha mais dois irmãos, filhos da mãe mas que não vivia com eles.*

*A mãe estava desempregada, tinha deixado o trabalho e o padrasto não fazia nada.*

*Nair, com oito anos nunca tinha andado na escola, não sabia ler nem escrever, não*

*sabia a sua idade nem quando fazia anos. Tinha uma estrutura muito pequena, era muito magrinha.*

*Andava na rua a pedir dinheiro. Começou a pedir muito pequena. A situação familiar era muito instável, a mãe a obrigava a pedir dinheiro na rua para levar para casa.*

*A casa onde vivia era um relot e nele viviam Nair, a mãe, o padrasto e os três irmãos. Recorda-se que o padrasto de vez em quando batia-lhe sempre que ficasse muito chateado com alguma coisa ou quando Nair fazia asneiras.*

*A mãe tinha relações muito instáveis. Arranjou outro companheiro e fugiu com ele deixando o padrasto. Quando fugiu levou Nair e o filho mais novo. Os outros dois ficaram no relot com o pai. Nair conta que só foi levada pela mãe porque esta precisaria dela. Do novo padrasto, a mãe teve mais dois filhos.*

*Nair continuava a pedir dinheiro na rua e em casa o novo padrasto batia-lhe muito. Não gostava da vida que tinha, não gostava de estar na rua a pedir, de ter que pedir. Nem gostava de apanhar porrada em casa. Um dia fugiu para longe de casa, pediu às pessoas na rua para a levarem, para a adoptarem. Foi quando as pessoas a quem ela se dirigiu chamaram a polícia que a levou e tratou da sua institucionalização.*